



UnB

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Doutorado em Sociologia

**“ESPERANDO, ESPERANDO”:
Segregação e subalternidade nas remoções habitacionais na implantação
do VLT em Fortaleza**

Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior

Agosto, 2017

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Doutorado em Sociologia

“ESPERANDO, ESPERANDO”:

Segregação e subalternidade nas remoções habitacionais na implantação do
VLT em Fortaleza

Autor: Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof.º Dr.º Joaze Bernardino-Costa

Agosto, 2017

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Sociais – ICS
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Curso de Doutorado em Sociologia

“ESPERANDO, ESPERANDO”:

Segregação e subalternidade nas remoções habitacionais na implantação do
VLT em Fortaleza

Autor: Pedro Wilson Oliveira da Costa Junior

Orientador: Prof^o Dr^o Joaze Bernardino-Costa:

Departamento de Sociologia – UnB

Banca:

Prof^a Dr^a Linda Maria Pontes Gondim:
Departamento de Ciências Sociais – UFC

Prof^a Dr^a Christiane Machado Coêlho:
Departamento de Sociologia – UnB

Prof^a Dr^a Cristina Patriota de Moura:
Departamento de Antropologia – UnB

Prof^o Dr^o Breitner Luiz Tavares:
Departamento de Saúde Coletiva –
FCE/UnB

Agradecimentos

Agradeço inicialmente ao conjunto de famílias atingidas pelas obras do VLT Parangaba-Mucuripe, “sujeito de pesquisa” da tese apresentada, sobretudo às que se dispuseram a compartilhar suas histórias para compor esse estudo. Falar de suas vidas foi decisivo para a obtenção desse título, o que posso oferecer em “compensação” – além da fidelidade com tudo que foi relatado – é o compromisso ético-político com a dor e com a luta daquelas e daqueles relegados ao longo dos trilhos do desenvolvimento.

Sou grato ao departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e ao CNPq por permitirem o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço profundamente ao meu orientador Joaze Bernardino-Costa, que aceitou assumir uma pesquisa em andamento e que muito acrescentou ao seu resultado, dando um “giro decolonial” à investigação. À professora Linda Gondim, que além de acompanhar minha trajetória desde a graduação, e sendo minha orientadora no Mestrado, aceitou o convite para examinar meu trabalho. Estendo os agradecimentos às professoras Cristina Patriota e Christiane Coelho e ao professor Breitner Tavares, componentes da banca. Reitero que as críticas, ponderações e sugestões foram importantíssimas e consideradas na revisão final do texto.

Cabe um agradecimento especial ao inesquecível professor Brasilmar, que iniciou a orientação da Tese defendida, ajudando a transformar o que era barro em tijolo, em termos de problema de pesquisa. Contudo, precisou fazer uma profunda “viagem de campo” para outras esferas. Mas não sem deixar seu legado intelectual entre nós.

Grato, Brasilmar!

Conforme ressaltai na defesa, o trabalho reflete meu percurso acadêmico, assim, agradeço também ao professor Jawdat, meu orientador na graduação, a quem devo muitos debates e reflexões acerca do “desenvolvimentismo” presentes na Tese.

Agradeço minha mãe, que além de tudo me proporcionou a base educacional necessária para eu seguir minha caminhada, e estendo o agradecimento ao meu pai, irmãos, cunhadas, sobrinha e sobrinhos, tios e tias, primos e primas. Todos e todas que torceram à distância.

Uma gratidão especial e sincera à preta mais poderosa desse quadrado federal, Keka Bagno, pela parceria, carinho, acolhimento.

E muito obrigado a todos os amigos que estiveram presentes ao longo dessa jornada: Carlinhos, Patrick, Marcio, Jean, Marcelo, Mallu, Mathias, Batista, Fidel, Clayton, Tiago, Helena, Maria, e todas e todos insurgentes!

Por fim, Fora Temer!

Hare Krsna

Resumo

A realização de megaeventos recentemente no Brasil, com destaque para a Copa do Mundo FIFA de 2014, registrou violações de direitos das populações diretamente atingidas pelas obras, sobretudo pelas remoções forçadas e reassentamentos habitacionais. A atuação do poder público nesse processo descumpriu marcos internacionais de Direitos Humanos. Milhares de pessoas, distribuídas nas 12 cidades-sede da Copa, foram ou permanecem ameaçadas de saírem de suas casas, mesmo após o fim do megaevento. Trata-se de comunidades assentadas em áreas que, no passado, eram pouco valorizadas pelo capital imobiliário, mas, em razão da própria expansão urbana recente, tornaram-se objeto da cobiça do mercado. As alegações oficiais para as remoções vão desde projetos de mobilidade urbana, passando por questões ambientais, chegando até mesmo à preservação das populações retiradas de áreas consideradas de risco. Os direitos à informação, à transparência e à participação dos segmentos atingidos não foram respeitados. No geral, informações acerca da quantidade de famílias reassentadas, indenizações, locais para reassentamento, permaneceram inacessíveis ao longo do processo. O silenciamento e demais violações de direitos dessas populações ilustra bem como se desenrola a produção da subalternidade na sociedade brasileira, através de uma velada, embora notória, classificação e seletividade na distribuição de capitais, nesse caso, no que concerne a direitos básicos de cidadania, resultando numa deterioração da dignidade pessoal de uma ampla camada de indivíduos, “culpados” pelo próprio destino. O objetivo desta investigação foi analisar a ocupação e produção do espaço urbano pelos grupos subalternos através da reconstrução histórica e análise sociológica das experiências de remoções habitacionais ocorridas, observadas a partir do caso do VLT Parangaba – Mucuripe, em Fortaleza, e compreendidas através das percepções de indivíduos que sofreram diretamente as remoções. A hipótese levantada é que as famílias diretamente atingidas pelas remoções figuram como o segmento mais penalizado dentro de um processo mais amplo, em que as desigualdades residenciais nas cidades brasileiras estão ficando mais nítidas; os bairros estão “selecionando” mais, e de modos distintos, seus moradores. Não apenas através da coação, mas também pela simples “liberdade” de mercado. Em resumo, confere-se às obras realizadas para os megaeventos uma espécie de aprimoramento de um padrão que vem orientando os planejamentos urbanos das cidades brasileiras ao longo de décadas.

Palavras-chaves: Segregação. Subalternidade. Fortaleza

Abstract

The recent mega-events in Brazil, especially the FIFA World Cup in 2014, recorded violations of the rights of the populations directly affected by the works, mainly through forced removals and resettlement. The performance of public power in this process did not comply with international human rights frameworks. Thousands of people, distributed in the World Cup's 12 host cities, were or still remain threatened to leave their homes, even after the end of the mega-event. These are communities based in areas that were previously undervalued by real estate capital, but which because of their recent urban sprawl, have become objects of market greed. Official claims for removals range from urban mobility projects to environmental issues, including the preservation of populations removed from areas considered to be at risk. The rights to information, transparency and participation of the affected segments were not respected. Overall, information on the number of families affected, severance pay and resettlement sites remained inaccessible throughout the process. The silencing and other violations of rights of these populations illustrates how the production of subalternity in Brazilian society unfolds, through veiled, though notorious, classification and selectivity in the distribution of capital, in this case concerning basic rights of citizenship, resulting in a deterioration of the personal dignity of a wide range of individuals, "guilty" for their own destiny. The aim of this research is to analyze the occupation and production of the urban space by subaltern groups through the historical reconstruction and sociological analysis of the experiences of housing removals. Observed in the case of LRV Parangaba - Mucuripe, in Fortaleza, and understood through the perceptions of individuals who directly suffered the removals. The hypothesis raised is that the families directly affected by the removals are the most penalized segment of a broader movement, in which the residential inequalities in Brazilian cities are becoming sharper. Neighborhoods are "selecting" more, and in different ways, their residents, not only through coercion, but also through simple market freedom. In summary, the work done for the mega-events is a kind of improvement over a pattern that has been guiding the urban planning of Brazilian cities for decades.

Keywords: Segregation. Subalternity. Mega-events. Fortaleza City. LRV.

Resumé

Les méga-événements qui ont eu lieu au Brésil les dernières années, notamment la Coupe du Monde de la FIFA 2014, furent marqués par des violations massives des droits des populations directement affectées par les travaux, surtout celles qui ont subi les expulsions forcées et la réinstallation du logement. L'action de l'État dans ce processus n'a pas respecté les normes internationales des droits de l'homme. Des milliers de personnes, réparties dans les 12 villes hôtes de la Coupe du Monde, ont été ou sont toujours menacées de devoir quitter leur domicile, même après la fin de l'événement. Ce sont des communautés basées sur des zones autrefois peu valorisées par le capital immobilier, mais qui, en raison de l'expansion urbaine récente, ont commencé à être harcelées par ce marché. Les excuses officielles pour les expulsions forcées vont des projets de mobilité urbaine jusqu'aux questions environnementales, y compris la protection des ces mêmes populations habitant des zones considérées comme à risque. Les droits à l'information, à la transparence et à la participation des groupes concernés n'ont pas été respectés. Dans l'ensemble, les informations sur le nombre de familles réinstallées, les indemnités de licenciement, les sites de réinstallation, sont toutes restées inaccessibles tout au long du processus. La négation du droit à s'exprimer et d'autres violations des droits des populations illustre bien la façon dont se déploie la production de servilité dans la société brésilienne, par le biais d'une voilée mais importante, sélectivité dans la répartition du capital, - dans ce cas-ci, en ce qui concerne les droits fondamentaux de la citoyenneté. Il en résulte la détérioration de la dignité personnelle d'un large éventail d'individus, "coupables" de leur propre destin. Le but de cette étude est d'analyser l'occupation et la production de l'espace urbain par des groupes subalternes, par le moyen de la reconstruction historique et de l'analyse sociologique des expériences d'expulsion forcée, notamment le cas du Tramway Parangaba - Mucuripe à Fortaleza, prenant en compte les perceptions des personnes qui ont subi les déménagements directement. L'hypothèse est que les familles directement touchées par les expulsions figurent comme le secteur le plus pénalisé mouvement dans un contexte plus large où les inégalités résidentielles dans les villes brésiliennes deviennent plus nettes; les quartiers sélectionnent» plus, et de différentes façons, ses habitants. Cela se fait non seulement par la coercition, mais aussi par la simple "liberté" du marché. En résumé, les grands travaux entrepris dans le cadre des méga-événements représentent une sorte de perfectionnement d'un modèle d'urbanisme qui guide depuis des décennies les villes brésiliennes.

Mots-clés: Ségrégation. Subalternité. Méga-événement. Fortaleza. Tramway.

Lista de figuras

Figura 1: Obras de Mobilidade Urbana em Fortaleza para a Copa 2014.....	82
Figura 2: Arena Castelão.....	85
Figura 3: Maquete virtual do Centro de Eventos do Ceará (CEC).....	86
Figura 4: Centro de Eventos do Ceará (CEC) (fotografia).....	86
Figura 5: Maquete virtual do Acquário Ceará.....	88
Figura 6: Maquete virtual do Acquário Ceará (2).....	88
Figura 7: Comunidade Trilha do Senhor.....	106
Figura 8: Revista Veja e o reposicionamento econômico do estado do Ceará na década de 1990.....	129
Figura 9: Zoneamento do PDPFor 2009.....	142
Figura 10: Projeção das Linhas do METROFOR.....	145
Figura 11: Conjuntos Habitacionais em Fortaleza.....	146
Figura 12: Publicidade oficial do VLT Parangaba-Mucuripe.....	162
Figura 13: Linhas coincidentes e parcialmente coincidentes com o percurso do VLT..	164
Figura 14: Linhas coincidentes e parcialmente coincidentes com o percurso do VLT (2).....	164
Figura 15: Trajeto do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe.....	166
Figura 16: Cartaz do “Encontro contra as remoções”	197
Figura 17: Publicidade oficial do Residencial Cidade Jardim.....	198
Figura 18: Publicidade oficial do Residencial Cidade Jardim (2).....	199
Figura 19: O então Governador Cid Gomes em solenidade de início da construção do Residencial Cidade Jardim.....	201
Figura 20: Planta das unidades habitacionais do Residencial Cidade Jardim.....	205
Figura 21: Um dos primeiros blocos concluídos no Residencia Cidade jardim.....	207
Figura 22: Edifícios vizinhos à comunidade do Mucuripe.....	222
Figura 23: Imagem aérea da comunidade do Mucuripe (a linha amarela indica o traçado do VLT).....	223
Figura 24: Comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII.....	230
Figura 25: Entulhos na comunidade do Mucuripe.....	233
Figura 26: Entulhos na comunidade do Mucuripe (2).....	234
Figura 27: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe.....	243
Figura 28: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe (2).....	244
Figura 29: Reunião na Capela da comunidade Trilha do Senhor. (5/07/2016).....	249

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
Nota Metodológica.....	26
1 A COPA DAS REMOÇÕES.....	40
1.1 Um país emergente.....	40
1.1.1 A “pacificação” e a Copa das manifestações.....	43
1.1.2 A Copa das remoções.....	47
1.1.3 Cidades para todos?.....	49
1.2 Brasil potência e “neodesenvolvimentismo”.....	59
1.2.1 A ideologia desenvolvimentista.....	65
1.2.2 Neoliberalismo e América Latina.....	71
2 CIDADE DE NEGÓCIOS E DE EVENTOS.....	79
2.1 Fortaleza e a Copa do Mundo de 2014.....	79
2.1.1 A “seleção social” da Copa: as remoções em Fortaleza.....	95
2.2 Conflitos territoriais e expansão imobiliária na metrópole cearense.....	106
2.3 Modernidade e Segregação: a metropolização de Fortaleza.....	112
2.3.1 Explosão demográfica e favelização da capital cearense.....	112
2.3.2 Remoções e resistência popular.....	117
2.4 Fortaleza em tempos de “mudanças”.....	121
2.4.1 A “Fortaleza Bela”.....	133
2.4.2 Lutas por Moradia.....	135
2.4.3 O Plano Diretor Participativo (PDPFor-2009).....	137
2.4.4 Expansão imobiliária e turismo.....	147
3 TRILHOS DA SEGREGAÇÃO: O VLT PARANGABA – MUCURIBE.....	151
3.1 Da cidade “obra” à cidade mercadoria.....	151
3.2 O Projeto do VLT.....	161
3.3 As comunidades do trilho.....	168
3.4 As violações na aprovação do EIA-RIMA do VLT.....	176
3.5 Cadastro social e desapropriações: o início da resistência.....	182
3.6 O Conjunto Residencial Cidade Jardim.....	197
3.6.1 Resistência às remoções e ao Conjunto Cidade Jardim.....	209
3.7 A paralisação das obras do VLT e seus impactos.....	225
3.7.1 Retomada das obras e outras resistências.....	234
3.8 “Veículo Levando Teus sonhos”.....	239
4 URBANISMO DE ESPETÁCULO.....	255
4.1 A cidade negócio.....	255
4.1.1 Cidades globais.....	264
4.1.2 Os megaeventos globais.....	270
4.2 O outro lado da “globalização”.....	276
4.2.1 Expropriações contemporâneas.....	283
5 CIDADES EM PRETO E BRANCO.....	297
5.1 A cidade criadora da pobreza.....	297
5.1.1 Segregação e racismo na formação das cidades brasileiras.....	300
5.1.2 Reformas urbanas e “branqueamento” social.....	309
5.2 A Fortaleza lançada ao mar.....	316
5.2.1 Da “civilização do couro” à <i>belle époque</i> do algodão.....	316
5.2.2 “Campos de concentração” e a modernização de Fortaleza.....	322

5.3	Planejamentos Urbanos no Brasil.....	330
5.3.1	Ditaduras, remoções e controle dos pobres.....	336
5.3.2	Redemocratização e “confluência perversa”	340
	Considerações Finais.....	350
	Referências.....	358

INTRODUÇÃO

A “expropriação” de populações pobres através da retirada violenta de suas habitações não constitui apenas um momento localizado da formação do capital, mas um item fundante da reprodução capitalista do espaço e dos processos contemporâneos de segregação socioespacial. As remoções forçadas de assentamentos precários de pessoas de baixa renda assinalam um dos componentes principais da produção do espaço urbano em âmbito global, ganhando mais dramaticidade em cenários de maior “fratura social”, sobretudo nas sociedades periféricas.

O novo ciclo de reprodução capitalista, marcado pelas transformações do mundo do trabalho e pelo enfraquecimento das políticas de Estado, tornou as condições de vida das classes subalternas ainda mais deterioradas. A reestruturação econômica global debilitou consideravelmente a vida dos mais pobres, além de ter abortado qualquer possibilidade de solucionar as principais demandas das populações amontoadas nas grandes cidades, tais como habitação, infraestrutura urbana e serviços. Uma das faces desse processo é a piora generalizada da situação geográfica e das condições residenciais dessas classes subalternas, reveladas na morfologia profundamente desigual das habitações e pela dificuldade de acesso por grande parte dos habitantes às centralidades urbanas e aos serviços essenciais.

De acordo com a ONU, no início do século XXI, cerca de um bilhão de pessoas que habitavam os centros urbanos do planeta conviviam com problemas de moradia, número que deverá dobrar nas décadas seguintes. Especialistas na temática apontam um retrocesso na implementação da “Agenda Habitat”¹. Ademais, vale registrar que, na atualidade, as mulheres ainda constituem o grupo mais vulnerável nos espaços urbanos, pois geralmente são excluídas e discriminadas em quase todos aspectos relacionados à moradia: posse da terra, patrimônio, acesso, direitos (DAVIS, 2006; ESPINOSA, 2009).

Todo o glamour disseminado pela mídia e por alguns intelectuais acerca da globalização e das “cidades globais” perdeu lugar diante da intensa apropriação capitalista das cidades e do aumento das desigualdades socioespaciais: “bairros são esquecidos, cidades são esquecidas, regiões são esquecidas e isso acontece até mesmo com países, que

¹ Aprovada pela conferência internacional Habitat 1, realizada na cidade de Vancouver, em 1976.

são ignorados já que não contam para a nova ordem.” (MARICATO, 2007, p. 54). Ademais, registra-se o recrudescimento das políticas de controle social dos pobres urbanos. As periferias urbanas representam uma das fraturas mais importantes deste atual “sistema-mundo” que tende ao caos, pois é justamente nesses territórios que o Estado costuma ter menor presença, e a desintegração da sociedade conforma parte da vida cotidiana através de conflitos e da violência letal. O pano de fundo desta situação é a crise do liberalismo e o enfraquecimento do Estado social, mostrando às classes dominantes a impossibilidade de manter o “bem-estar”, pelo menos estendido a todos, sem afetar o processo de acumulação do capital. A tarefa agora seria buscar novas estratégias para conter as *classes perigosas* (ZIBECHI, 2011; WALLERSTEIN, 1995).

Pierre Bourdieu (1998) assinala que as “lutas classificatórias” estabelecem elementos indispensáveis na formação ou destruição das classes sociais. Ademais, “o espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos confusa” (BOURDIEU, 1997); e a posse de capital permite ter mais poder sobre o espaço, se expressando na estrutura espacial apropriada e na distribuição dos bens e serviços, definindo o valor das diferentes áreas do “espaço social reificado”². A estigmatização social imposta pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso, busca atingir a autoimagem deste último e desse modo enfraquecê-lo (ELIAS, 2000). Nesse sentido, o sociólogo francês Loïc Wacquant (2005) assinala que designações *estigmatizantes* operam com eficácia na produção de um “exílio socioespacial” de segmentos subalternos fixados na parte inferior da hierarquia de regiões de uma metrópole, que despertam pouca atenção (e negativa, grosso modo) da mídia e dos dirigentes do Estado (WACQUANT, 2005). Tais “regiões problema”³ costumam ser lembradas principalmente pelos noticiários policiais. São localidades onde os problemas sociais se ajuntam e se corrompem e seus residentes

² “A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de ‘fronteira natural’).” (BOURDIEU, 1997, p. 160).

³ “São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos, como ‘regiões problema’, ‘áreas proibidas’, circuito ‘selvagem’ da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque têm ou se crê amplamente que tenham excesso de crime, de violência, de vício e de desintegração social.” (WACQUANT, 2005, p. 7).

considerados “párias urbanos”⁴. O autor emprega a noção de “marginalidade avançada” para falar dos bairros segregados nas cidades norte-americanas, no contexto da emergência de um “Estado penal” pós-Estado social.

A crescente articulação entre o setor imobiliário e o financeiro fez uma visão de urbanismo ganhar centralidade na dinâmica de reprodução de capital nas últimas décadas. Estabeleceu-se uma trinca entre o capital financeiro, o capital imobiliário e o Estado, muitas vezes com recursos de agências multilaterais, como o Banco Mundial, para alavancar megaprojetos com vistas à atração de investimentos globais para a cidade. Assim, para abrir fronteiras de valorização imobiliária, planos de (re)qualificação de porções urbanas proliferaram em âmbito global. A importância da produção do espaço urbano para a acumulação capitalista, e o papel contemporâneo hegemônico atribuído à cidade é ela própria percebida como um “negócio”, e assim, “[...] reproduzir não mais as condições necessárias para a acumulação do capital *no* espaço urbano, mas reproduzir diretamente o capital por meio da produção *do* espaço urbano” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 8 [grifo dos autores]).

No bojo desse processo, antigas áreas industriais ou portuárias, centros históricos deteriorados, e até mesmo favelas, adquirem novos usos, fazendo que áreas periféricas ou abandonadas sejam supervalorizadas. Assim, o território urbanizado é expandido, bairros de camadas pobres são “revitalizados”, e, principalmente, habitações irregulares são removidas. Em geral, a lógica que rege a preparação das cidades para megaeventos globais – esportivos, culturais – segue tais preceitos. O megaevento fornece oportunidade – e “consenso” – para que as remodelações desejadas pelas camadas dirigentes das grandes cidades sejam realizadas sob a aparência de indiscutível necessidade, encobrando o enorme custo social para milhares de famílias (VAINER, 2009; ROLNIK, 2014; SANTOS JUNIOR, 2014; CARLOS, 2015; VOLOCHKO, 2015; ALVAREZ, 2015).

Maricato (2007, p. 56) ressalta que os impactos da “globalização” foram intensos no mundo desenvolvido, contudo, nos países periféricos os efeitos foram ainda mais

⁴ Num estudo sobre os guetos negros nos Estados Unidos, Wacquant (2005) alerta sobre o conceito de “underclass”, difundido na cultura estadunidense. Mais do que uma categoria sociológica, tratava-se de uma acusação pública. “A ‘underclass’ entra assim na sociologia da marginalidade urbana não a título de ferramenta analítica, mas de objeto, nesse caso, de crença coletiva a elucidar”. Além do que, “[...] é uma designação própria do espaço social, local vilipendiado, esquivo e percebido de longe (e do alto) sobre o qual cada um pode projetar seus fantasmas” (WACQUANT, 2005, p. 97).

devastadores, dado que “[...] a maior parte da população nunca conheceu os direitos universais: emprego, previdência, saúde, educação, habitação.”(MARICATO, 2007, p. 56). A liberalização econômica levada a cabo pelos “ajustes” aplicados no Brasil desde a década de 1990, foi marcada pela abertura do mercado interno ao capital internacional, privatizações de empresas estatais, desnacionalização da indústria, precarização das relações trabalhistas, abandono de políticas públicas estruturais e aplicação de políticas pontuais de assistência social. Ferreira (2010, p. 190) sublinha que dentro desse “pacote” neoliberal, embora não percebido imediatamente, estavam incluídas “as novas *receitas urbanísticas* importadas do ‘Primeiro Mundo’” para serem copiadas pelos gestores locais, representando, na visão do autor, “um modelo de submissão absoluta ao mercado, [...] na velha tradição das ‘ideias fora do lugar’” (FERREIRA, 2010, p. 186 [grifo nosso]). Nesse contexto, registrou-se o declínio do urbanismo tradicional. Reberto do funcionalismo modernista e extremamente útil para a edificação de cidades aos moldes da economia fordista e da sociedade de consumo do pós-guerra, modelo que no Brasil foi “repaginado segundo o clientelismo do regime militar – aquele dos planos tecnicistas pouco aplicados, das grandes obras viárias e das fontes luminosas propícias a superfaturamentos [...]” (FERREIRA, 2010, p. 186), em razão do seu caráter estatal regulador e sua pouca flexibilidade, esse tipo de planejamento modernista foi perdendo cada vez mais espaço para o chamado “urbanismo de mercado” no bojo da economia financeirizada e mundializada. Essa perspectiva mercadológica de gestão urbana foi concebida dentro do avanço liberal ocorrido na era Reagan/Thatcher, através da assimilação de conceitos da gestão empresarial para uma nova gestão das cidades, assim, ideias como o “planejamento estratégico” e o “marketing urbano” passaram a figurar nas agendas de governos locais de todo o mundo, não foi diferente no Brasil. Os megaeventos esportivos ficaram fortemente associados a tais dinâmicas de remodelação e valorização de centros urbanos nas últimas décadas.

O considerável investimento público em políticas urbanas no último período, resultou num crescente encarecimento dos territórios urbanos em função da atração de capitais especulativos, processo intensificado com os megaeventos, potencializando um modelo de urbanização extremamente desigual, haja vista o deslocamento, voluntário ou não, de camadas pobres para áreas mais distantes das zonas centrais. Novos ordenamentos

são impostos no controle do espaço, “[...] além de institucionalizar processos de expulsão de moradores e a segregação socioespacial como norma e sentido das ações de uma administração público-privada da cidade.” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 10). Os megaeventos recentes no país⁵, com destaque para a Copa do Mundo Fifa de 2014, registraram violações de direitos das populações diretamente atingidas pelas obras, sobretudo pelas remoções e reassentamentos habitacionais. A estimativa é que aproximadamente 250 mil pessoas⁶, distribuídas nas 12 cidades-sede da Copa, foram ou ainda permanecem ameaçadas de saírem de suas casas, mesmo após o fim do megaevento. Tratam-se, em geral, de comunidades assentadas em áreas que, no passado, eram pouco valorizadas pelo capital imobiliário, mas em razão da própria expansão urbana recente, tornaram-se objeto da cobiça do mercado. As alegações oficiais para as remoções vão desde projetos de mobilidade urbana, passando por questões ambientais, chegando até mesmo à preservação das populações retiradas de áreas consideradas de risco.

A atuação do poder público nesse processo descumpriu marcos internacionais de Direitos Humanos, os direitos à informação, à transparência e à participação das populações atingidas não foram respeitados. No geral, informações acerca da quantidade de famílias removidas, indenizações, locais para reassentamento, permaneceram inacessíveis ao longo do processo.

Em resumo, confere-se às obras realizadas para os megaeventos uma espécie de aprimoramento de um padrão que vem orientando os planejamentos urbanos das cidades brasileiras ao longo de décadas. Diante das enormes carências, e a despeito do caráter público dos investimentos, as políticas urbanas geralmente favorecem interesses privados, especialmente de agentes do mercado imobiliário. Não se trata simplesmente de comprometer o maior volume de recursos na melhoria dos bairros de melhor renda, mas de investir conforme a lógica da geração e captação das rendas fundiária e imobiliária, que tem como uma de suas resultantes a elevação dos preços de terrenos e imóveis⁷. Enquanto

⁵ Além da Copa do Mundo FIFA 2014, ocorreram no país os Jogos Pan Americanos e ParaPan Americanos de 2007, e os Jogos Olímpicos Paraolímpicos de 2016, ambos sediados na cidade do Rio de Janeiro.

⁶ Estimativa não-oficial, divulgada pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), rede que reúne comitês nas 12 cidades-sede da Copa, agregando movimentos sociais, universidades e entidades de sociedade civil que lutam contra a violação de direitos humanos decorrentes da realização da Copa e da Olimpíada do Rio de Janeiro, em 2016. Cf. “COPA pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs” - BBC Brasil – Notícias. 14/06/2013.

⁷ Sobre o aspecto da valorização de terrenos e imóveis – mediante investimentos públicos em infraestrutura e na construção de grandes equipamentos –, cabe registrar que, no processo de

a valorização do solo urbano decorre da ação pública, através de recursos que provêm a região com infraestrutura e serviços, o lucro obtido em razão desses investimentos é individual. Dessa forma, a segregação residencial é fabricada por um Estado controlado pelo mercado, que vende a habitação como “signo de distinção” (MARICATO, 2009; 2013; 2014; BONDUKI, 2009; FERREIRA, 2010).

A dinâmica capitalista globalizada afeta o espaço urbano de modo multidimensional. Os benefícios do progresso tecnológico e da expansão do consumo de massa – não obstante as camadas “sobrantes” da globalização *realmente existente* – traz consigo inúmeras contradições à vida urbana. O parque privado de automóveis cresceu em ritmo alarmante em praticamente todas as cidades do planeta. Assim, o “problema do transporte” é generalizado, e a construção de mais infraestrutura viária tem sido a resposta comumente dada aos gigantescos congestionamentos causados por veículos particulares (ESPINOSA, 2009, p. 21). Desse modo, é patente a adoção de alternativas de mobilidade urbana diante do adensamento nas grandes cidades e dos malefícios de um modelo rodoviarista e poluidor. Contudo, da mesma forma que determinadas políticas “ambientais” de países periféricos nas quais basicamente a população residente é expulsa de áreas de proteção, as grandes obras que buscam dotar cidades de equipamentos de transporte coletivo de massa e ambientalmente sustentáveis, como é o caso do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba – Mucuripe, empreendimento que está sendo implantado em Fortaleza-CE, tem adquirido um significado ambivalente. Para as camadas médias, modernidade, conforto, rapidez, características de uma eficiente “cidade global”. Para as desafortunadas populações que, literalmente, estiverem no meio do caminho do progresso urbano, esses megaprojetos representam dor e espera.

A apreciação deste processo articula perspectivas macro e microsociais, estabelecendo um diálogo prioritário com autores marxistas e agregando consideráveis contribuições de autores do pensamento *decolonial*, debatendo a produção da

desenvolvimento urbano, são postos em movimento grandes volumes de capitais associados, via de regra, mobilizados sob a forma de empréstimos em longo prazo. Para HARVEY (2011, p. 137), semelhantes investimentos, alimentados pelo endividamento, em grandes obras operadas no cenário urbano de diferentes países converteram-se no epicentro na formação de crises econômicas profundas ocorridas ao longo do tempo. Desde as reformas de Paris do século XIX, até a crise econômica global, detonada em 2008, nos Estados Unidos, originada a partir da chamada “crise dos subprimes”, expansão de empréstimos hipotecários com taxas de juros pós-fixadas para clientes sem comprovação de renda. Uma espécie de “crédito de risco”. A desvalorização dos imóveis com o aumento dos juros nos EUA acabou por gerar inadimplência generalizada.

subalternidade no decurso das disputas pelo território urbano. A abordagem teórica privilegiada almejou reunir um instrumental profícuo a compreender a dinâmica da diferenciação socioespacial e/ou segregação. Adota-se os aportes feitos por David Harvey (2012 [1989], p. 319-321) acerca da necessidade de uma “concepção dinâmica da teoria e do materialismo histórico”, assentada em acréscimos às categorias marxistas mais fundamentais. Como o reconhecimento da “alteridade” e da diferença como algo elementar para a análise dialética da realidade social; a consideração das práticas estéticas e culturais como intrínsecas à reprodução e transformação da sociedade; compreensão das dimensões de espaço e de tempo como partes essenciais da geopolítica do capitalismo; e um entendimento de que o materialismo *histórico-geográfico* deve consistir numa forma de construção do conhecimento dialética e aberta.

A “produção do espaço”, conforme uma visão marxista-*lefebvriana*, que enxerga na transformação do ambiente edificado uma expressão objetiva da luta de classes, consiste numa noção estratégica para a compreensão do fenômeno investigado. O exame do processo de conformação do ambiente edificado permite “desabsolutizar” a produção de novos espaços, bem como de novas práticas e novas representações, pois potencializa uma reflexão sobre a práxis, além dos “[...] múltiplos e contraditórios processos e relações sociais que estão em transformação constante e que se reproduzem espacialmente, revelando, portanto, os próprios fundamentos da reprodução da sociedade em sua concretude” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2010, p. 7), incluindo-se aí as “representações” e “ideologias” existentes.

A violência que permeia as sociedades colonizadas, tão bem desnudada por Frantz Fanon (1968), dá-se com um forte viés de hierarquização social. O silenciamento e demais violações de direitos dessas populações ilustra bem como se desenrola a produção da *subalternidade* na sociedade brasileira, através de uma velada, embora notória, classificação e seletividade na distribuição de *capitais*, nesse caso, concernindo a direitos básicos de cidadania, resultando numa deterioração da dignidade pessoal de uma ampla camada de indivíduos, “culpados” pelo próprio destino.

O título desta tese: “*Esperando, esperando*”, tem uma dupla origem, com ambas trazendo reflexões sobre a formação da sociedade brasileira sob o signo de uma “cidadania inconclusa”, perpetuando desigualdades e deixando boa parte da população do país à

própria sorte, numa situação de permanente espera. A referência mais óbvia é a famosa música de Chico Buarque: “*Pedro Pedreiro*”, que, “*penseiro*”, ficava a esperar o trem. Assim como o aumento do salário, a sorte grande na loteria, o carnaval, o dia de voltar para o Norte... Até mesmo o filho de Pedro, cuja esposa ainda espera, nascerá um dia para “esperar também”. A outra referência foi um texto de Lima Barreto, encontrado num manuscrito nas páginas finais d’ “*O triste fim de Policarpo Quaresma*”, tratavam-se de memórias e anotações pessoais desse autor negro/mulato acerca da abolição da escravidão no Brasil, ocorrida na sua infância, em maio de 1888, no “mês das flores”⁸: “[...] mas tenazmente ficamos a viver, *esperando, esperando*... O quê? O imprevisto, o que pode acontecer amanhã ou depois; quem sabe se a sorte grande, ou um tesouro descoberto no quintal?” (BARRETO, 2010, p. 578 [grifo nosso]).

A história da sociedade brasileira é repleta de episódios de remoções habitacionais e deslocamentos forçados. A “colonialidade do poder” vigente no país impôs uma dinâmica constante de fabricação de segmentos “sobrantes” no processo de reprodução e acumulação de capital. Periodicamente, levadas e levadas dessa população subalternizada inundam as grandes cidades em busca de melhor sorte. Diante de um Estado produzido e sequestrado por uma elite senhorial inerte às demandas sociais das maiorias, milhares de famílias, organizadas ou não, se predispõem a construir suas próprias moradias, ocupando prédios e terrenos abandonados, além de resistirem às ações de despejo e à repressão policial. Não raro, tornam-se presas de loteadores ilegais. No geral, são trabalhadores e trabalhadoras que, devido à perda da terra, do emprego, da moradia,

⁸ Tomou-se de empréstimo a referência a esse texto de Lima Barreto de SCHWARTZ; STARLING, 2015, cujo trecho citado acima figura no livro dessas autoras. Segue um pequeno enxerto: “Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia e pela arte. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há em minha alma um renovamento; as aulições [sic] desabrocham de novo e de novo me chegam renovadas de sonhos. Eu nasci sob o seu signo, a 13, e creio que em sexta-feira; e, por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz, se misturam recordações da meninice. Eu me lembro que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse: a lei da abolição vai passar nos dias dos teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no largo do Paço. Na minha lembrança desses fatos, o edifício do antigo Paço, hoje repartição dos Telégrafos, fica muito alto, muito alto; e lá de uma das janelas eu vejo um homem que acena para o povo. Não me recorde se ele falou e não sou capaz de afirmar se era mesmo o grande Patrocínio. Havia uma imensa multidão, ansiosa, a olhar as janelas do velho casarão. Afinal a coisa foi assinada e num segundo todas aquelas milhares de pessoas o vibram. Fazia sol e o dia estava claro [...] Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Que me recorde, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da coisa, para lhe sentir bem os aspectos hediondos. Era bom saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na convivência de todos a sua injustiça originária.” (BARRETO, 2010).

tiveram comprometidas suas condições de sobrevivência. O poder público, o mesmo que gera as condições para essa “cidade ilegal” emergir, promove sistematicamente políticas de erradicação de favelas e assentamentos precários. Dessa forma, conflitos territoriais sucedem como se fossem “trabalhos de *Sísifo*” na urbe contemporânea, pois, de um lado, o Estado expulsa os vizinhos indesejados de determinada área, e logo eles se realojam em outra área, às vezes no mesmo local de onde haviam sido expulsos. E, de outro lado, essas famílias¹⁰ vagueiam constantemente a ter que construir e reconstruir suas vidas, buscando locais onde possam habitar sem incomodar qualquer tipo de poder instituído.

O centro dos dilemas do país está nas metrópoles brasileiras, pois nelas estão “[...] dramatizados e concentrados os efeitos da disjunção entre nação, economia e sociedade inerentes à nossa condição histórica de periferia da expansão capitalista, acelerados pela subordinação à globalização hegemônica pelo capital financeiro” (RIBEIRO, 2007, p. 44). Ademais, a metrópole “[...] é composta por um mosaico muito diferenciado de lugares, de fragmentos que, no entanto, só ganham sentido na totalidade” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 11).

Este trabalho oferece uma interpretação a respeito da edificação das fronteiras, simbólicas ou não, que separam espacialmente as classes sociais e suas frações no interior das cidades, a partir da disputa territorial expressa através das remoções habitacionais. Observou-se as intervenções urbanas ocorridas na cidade de Fortaleza durante a implantação do VLT Ramal Parangaba – Mucuripe, uma das principais obras da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo Fifa de Futebol de 2014, e a que causara mais remoções na cidade, estimada em 2185 imóveis demolidos até a realização do evento, de acordo com dados divulgados pela Secretaria da Presidência da República. Em âmbito nacional, foi a segunda obra com maior quantidade de remoções¹¹. Esses números foram questionados por entidades e pelo Comitê Popular da Copa¹², pois haviam retirado da lista

⁹ Referente ao mito grego, cujo personagem, Sísifo, fora condenado pelos deuses ao trabalho rotineiro e cansativo de empurrar a mesma pedra de mármore até o cume da montanha e deixá-la rolar até o chão, repetindo o mesmo movimento pela eternidade.

¹⁰ Utiliza-se ao longo desta tese o termo “família” repetidas vezes, empregado de maneira ampla e generosa, assimilando qualquer tipo de *unidade familiar*, “convencional” ou não. Conforme assinalou Millôr Fernandes, família é um conjunto de pessoas que possuem a chave de uma mesma casa. Assim, compartilha-se esse mesmo entendimento do grande Millôr.

¹¹ Ficou atrás apenas do BRT Transcarioca, no Rio de Janeiro.

¹² Articulação que reuniu ativistas, pesquisadores e pessoas atingidas pelas intervenções relacionadas a preparação das cidades para a Copa de 2014.

uma série de desapropriações realizadas sob o selo de “obra da Copa”, diminuindo consideravelmente os dados reais. O mesmo ocorrera em outras cidades-sede do megaevento (ANCOP, 2014).

O VLT Parangaba – Mucuripe não foi concluído até o fim da redação desta tese¹³, assim como boa parte das obras previstas para a Copa de 2014. Sem dúvidas, tal fator impôs readequações nas estratégias de pesquisa, além de impedir a visualização do desfecho de todo o processo, com a estimativa dos impactos sendo observada de forma mais precisa. Todavia, avalia-se que a não-conclusão das obras do VLT não causara grande prejuízo aos objetivos deste trabalho, pois a perspectiva priorizada na tese não está direcionada especificamente à avaliação de uma política pública de mobilidade urbana, nem aos gastos exorbitantes envolvidos, embora sejam elementos importantíssimos e que são trazidos à análise.

Com efeito, o mais relevante para este trabalho não é atraso das obras do VLT, mas o descaso por parte do Poder Público com as famílias atingidas, com destaque ao protelamento da construção das unidades habitacionais nos terrenos próximos aos locais onde ocorreram as remoções, desapropriados pelo governo estadual para fins de moradia de interesse social, consistindo na principal conquista dos moradores que resistiram. A efetivação dessa vitória permanece em suspenso. Feita tal ponderação, reitera-se que o enfoque desta pesquisa está limitado ao processo de remoções habitacionais ocorridos durante a implantação daquele equipamento, realizada a partir da narrativa de um grupo de pessoas diretamente atingidas, procedida através de estudo de campo visando compreender a interação dialética entre as percepções daqueles que vivenciaram o infortúnio de serem ameaçados e/ou expulsos de suas moradias – mas que decidiram resistir à remoção até o limite –, e a edificação de uma nova geografia da reprodução do capital na cidade, analisada a partir do caso de Fortaleza.

Não obstante o caráter “*cíclico*” dos movimentos sociais, e sua variação de acordo com as circunstâncias sociais, políticas e econômicas (FRANK; FUENTES, 1989), não está pressuposto neste trabalho que o grupo de pessoas selecionadas para entrevistas constitua um “movimento social” organizado, pelo menos no sentido mais clássico do conceito, haja vista o caráter intrinsecamente episódico que caracterizou a reunião desse

¹³ Concluída em julho de 2017.

grupo, talvez se aproximando mais de um “movimento *de urgência*” (BOITO, 2006 [grifo nosso]). Dessa forma, optou-se pelo emprego da ideia de “classes subalternas”, em seu sentido *gramsciano*, para designar genericamente o grupo de pessoas pesquisadas. Trava-se um diálogo crítico com a ideia de que os subalternos são substancialmente aqueles que não têm direito à “voz”. Haja vista o *sujeito* de pesquisa confrontar tal assertiva, expressando, em muitos casos, a disposição em superar tal condição de subalternidade, se organizando localmente e nacionalmente, com vistas a resistir às remoções. Pensadores dos “Estudos Subalternos”¹⁴, como os indianos Ranajit Guha e Gayatri Spivak, empregam o conceito de “subalterno” ao assinalar grupos de status social marginalizado, subordinados no interior da sociedade, seja em termos de classe, casta, gênero, idade, trabalho. Em termos políticos, o que define a identidade do subalterno é a *negação*, a “antítese necessária” de um sujeito dominante. A esses grupos é vedado ou restrito o poder de emitirem a própria voz (FIGUEIREDO, 2010).

No âmbito do marxismo crítico, “não há uma concepção sociológica classificatória de classe. Há, sim, uma concepção estratégica de classe realizada a partir da sua luta” (BENSAÏD, 2010, p. 147). O filósofo francês Daniel Bensaïd, numa abordagem semelhante à de Edward P. Thompson, assinala que a noção de classe em Marx não se resumiria a certo atributo em que os indivíduos que a constituem seriam proprietários, tampouco à soma desses indivíduos. A classe consistiria, numa totalidade relacional, na relação conflituosa com outras classes. Desse modo, a classe não configura um elemento estrutural fixo, inerte. O *conflito* é constitutivo de sua determinação (BENSAÏD, 1999).

Os grupos subalternos, formulação de Antonio Gramsci (2001), são constituídos pelo agrupamento das *massas dominadas*, sem necessariamente possuir uma unificação enquanto “classe social”, dado que necessitariam formar instrumentos próprios de intervenção política conjunta, numa correlação de forças sociais específica de determinada formação social. Após as derrotas na Itália e na Alemanha na década de 1920, conclusão dramática do ciclo revolucionário europeu que culminou com a ascensão e hegemonia do nazifascismo em amplos setores das massas trabalhadoras, Gramsci apontou a insuficiência

¹⁴ “Este grupo visava dismantlar a razão colonial e nacionalista na Índia, restituindo aos sujeitos subalternos sua condição de sujeitos plurais e descentrados. A coletânea de livros, estudos e publicações sob os auspícios de Guha propunha-se a apreender a consciência subalterna silenciada no e pelo discurso colonial e nacionalista, buscando nas fissuras e contradições desses discursos as vozes obliteradas ou silenciadas dos subalternos.” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 16).

de determinadas categorias teóricas, tais como “proletariado” e “campesinato”, para compreender a natureza e as particularidades das lutas de classes nos diferentes contextos nacionais. No caso da Itália, os diferentes níveis culturais entre o Norte e o Sul do país, e as oposições entre os próprios trabalhadores de regiões distintas, demandavam uma análise rigorosa. A fragmentação das classes subalternas, compreendida por Gramsci como uma característica desses agrupamentos, submetidos à exploração e opressão, deveria ser superada historicamente, fazendo que essas classes adquirissem organicidade e perspectiva da totalidade, passando assim a disputar a hegemonia na sociedade. A história dos “grupos subalternos” seria episódica e *desagregada*, e apenas uma inabalável vitória política dessas classes poderia alterar tal tendência. “Considerando a ‘unidade histórica fundamental’ como resultado das relações orgânicas entre Estado e Sociedade Civil, Gramsci conclui que as classes subalternas, ‘por definição’, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem ‘se tornar Estado’”. (GALASTRI, 2014).

Alvarez Monal (2003) sugere que o conceito de grupos subalternos provavelmente tenha adquirido na realidade social do mundo de hoje, uma pertinência e uma validade bem maior do que quando o filósofo italiano o formulara. “Gramsci conservou a tese sobre a importância e a centralidade das classes sociais, mas tentou elaborar um conceito que desse conta de todos esses movimentos, que, enquanto tais, não se enquadram ou não se esgotam nas classes sociais” (MONAL, 2003, p. 194). Roio (2007) critica algumas “releituras” da noção de “grupos subalternos”, sobretudo as vinculadas aos *cultural studies*, que enxergam na fragmentação desses setores um pressuposto metodológico, incorrendo num “culturalismo” e num “pós-modernismo” restrito à discussões acerca de uma noção de “identidade”¹⁵. O autor reflete acerca do motivo pelo qual Gramsci deixou um tanto de lado noções mais presentes no campo intelectual do marxismo, como proletariado, classe operária, campesinato, e passou a utilizar a categoria de “classes subalternas”. E refuta uma

¹⁵ “Não há dúvida de que a perspectiva universalizante de Gramsci sugere, mesmo para o capitalismo contemporâneo, uma ampliação e diversificação do conceito de subalterno, como teremos ocasião de discutir. Afinal, subalterno, do ponto de vista etimológico, significa apenas o outro inferior ou inferiorizado. Mas o que deve ser por agora destacado é que parte significativa desses estudos decorre de pressupostos teórico-metodológicos que se colocam num campo bastante distante de Gramsci, que partia de pressupostos muito diferentes, quando não antagônicos a esses. Para Gramsci, a determinação essencial encontra-se nos fundamentos materiais da realidade em movimento contraditório. Dizer que a cultura ou a política está em toda parte da vida social, inclusive na economia, não é o mesmo que negar a determinação em última instância da reprodução da vida material dentro do complexo de determinações que compõe a totalidade.” (ROIO, 2007, p.64).

explicação redutível a eventuais problemas com a censura carcerária e prefere apostar num grau mais elevado de elaboração teórica do autor italiano, “[...] que partiu da especificidade da questão operária em direção a níveis sempre mais altos de complexidade e generalidade, sempre em busca de explicação para a materialidade da esfera subjetiva antagônica no decorrer da História” (ROIO, 2007, p. 64). Roio (2007) afirma que a fluidez e a indeterminação indicada na categoria “classes” ou “grupos subalternos” poderiam enriquecer uma perspectiva que busca constituir uma “nova sociedade civil anticapitalista”.

No primeiro capítulo, a problemática geral da pesquisa¹⁶ é apresentada de maneira descritiva, destacando a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e de outros megaeventos no Brasil, dentro de um contexto de grande otimismo nacional e com forte projeção da economia do país. O “sub-imperialismo” que o país exercera perante países vizinhos e do continente africano, combinou-se com modalidades de “colonialismo interno”, dada as políticas de “pacificação” de favelas, além das expropriações a um conjunto de famílias atingidas por megaprojetos. Destaca-se nesse contexto o crescimento econômico registrado e a expansão de empresas “nacionais” no mercado global – principalmente regional, ressuscitando certa ideologia do “Brasil Potência”; além da expansão da produção imobiliária com o Programa Minha Casa Minha Vida, configurando uma dinâmica de “metropolização” e “periferização” das grandes cidades do país.

No segundo capítulo, registra-se o crescente fluxo de capitais internacionais devido a posição de Fortaleza no turismo nacional e internacional, e, principalmente, pelo incentivo governamental à edificação de uma “cidade de eventos”, uma série de políticas que interagiram com as transformações recentes da cidade para sediar a Copa do Mundo Fifa 2014. Esse processo é debatido mais profundamente a partir da experiência da implantação do VLT Parangaba – Mucuripe, reservado ao terceiro capítulo desta tese, constituído pela análise do processo de remoções habitacionais desde os documentos e estudos disponíveis, e, sobretudo, pelas entrevistas realizadas com pessoas diretamente atingidas. Os relatos dos moradores, pequenas “engrenagens do tempo”, ajudam a compor a máquina de segregação e subalternidade na urbe fortalezense. Dessa forma, debate-se o

¹⁶ No caso, é apresentada a problemática das remoções habitacionais referentes à Copa de 2014, em âmbito nacional, bem como alguns casos ocorridos durante a preparação da Copa de 2010, na África do Sul. As remoções ocorridas em Fortaleza, objeto específico deste trabalho, serão tratadas nos capítulos 2 e 3.

fenômeno da “segregação”, com uma revisão do *estado da arte* acerca desse conceito, sobretudo na sua aplicação à realidade brasileira.

Todo esse processo é analisado na esteira do “negócio” que se tornara a transformação de cidades, através de dinâmicas de “destruição criativa”, com a construção/destruição permanente das paisagens, fenômenos que demarcam o atual redesenho urbano, baseado em megaempreendimentos que visam dotar as cidades de características “globais”. No quarto capítulo também são tratados os processos de “expropriação” ou “espoliação” que marcam o ciclo contemporâneo de acumulação capitalista, localizando-os no debate das remoções habitacionais; e ressaltando a produção da *subalternidade*, ou dos “párias urbanos”, no atual cenário marcado pela “penalidade neoliberal” contra as populações sobrantes amontoadas nas periferias urbanas.

O quinto capítulo expõe um recorte do processo de ocupação territorial e dinâmicas urbanas mais recentes na América Latina, como subsídio ao entendimento das “classificações” sociais no contexto de sociedades periféricas e colonizadas. Desse modo, são estabelecidos alguns marcos históricos que orientam a tese presente. O contexto de globalização é discorrido em face de outras leituras que demarcam a “colonialidade” como característica intrínseca à modernidade, com um entendimento de que esses processos globais ocorrem há tempos e através deles são delineadas as *hierarquizações* deste “sistema-mundo *moderno/colonial*”. Por fim, é debatida a dinâmica de ocupação territorial no Brasil, marcada pelo signo do racismo, forma de classificação social inerente ao seu processo de formação histórica. E também pela não-política urbana aplicada nas cidades do país, resultando num cenário aparentemente “caótico”, mas bastante funcional aos setores dominantes. São ressaltados os conflitos territoriais para consolidar as transformações de Fortaleza, desde os “campos de concentração” da seca, entre o final do século XIX e início do XX, até as remoções habitacionais recentes para preparar a cidade para o megaevento esportivo. Guardadas as devidas proporções, observa-se por parte do poder público um padrão *segregador* no tratamento das camadas “sobrantes” ou subalternas que se colocam no caminho do desenvolvimento.

A dinâmica de expansão industrial e alguns debates acerca da formação social do país concorreram para a construção de uma “ideologia desenvolvimentista”, sustentáculo de boa parte das políticas de planejamento durante décadas. O propósito aqui é sublinhar

alguns dos pressupostos para a construção nacional desse período que foram de algum modo ressignificados em anos recentes, como será debatido no próprio capítulo. É feito um breve percurso pelos planejamentos urbanos no país ao longo do século XX, com certo destaque às conquistas assinaladas na Constituição de 1988, que dotaram as cidades de instrumentos democratizantes da gestão urbana. Na sequência, é pautado o processo de abertura comercial e políticas liberalizantes em todo o mundo, e seus impactos mais diretos nos países latino-americanos, com destaque ao Brasil. Essas “políticas de choque” geraram graves consequências sociais na região, agravando as desigualdades estruturantes dessas sociedades. Tal fenômeno fez emergir rebeliões populares que em alguns países desembocaram nas eleições de “governos progressistas”, que, embora cada experiência resguardando suas especificidades, conformaram um bloco político alternativo no subcontinente. A eleição de Lula, em 2002, está no centro desse processo. O capítulo elucida as mudanças (e continuidades) ocorridas no Brasil desde então, sobretudo as “confluências perversas” entre sociedade civil e mercado no bojo das políticas de Estado – e mesmo em movimentos sociais. São expostas algumas dinâmicas de controle social nas cidades brasileiras, na esteira dos novos planos diretores pós-aprovação do Estatuto das Cidades.

Ante o exposto, o desafio deste trabalho é trazer à tona a violência do Estado – associado ao mercado – contra populações em situação de vulnerabilidade social, a partir da fala dos sujeitos atingidos pelas obras do VLT em Fortaleza, mas que buscaram romper a condição de subalternidade através de resistência e articulação coletiva.

Nota Metodológica

O objetivo desta investigação foi analisar a ocupação e produção do espaço urbano pelos grupos subalternos através da reconstrução histórica e análise sociológica das experiências de remoções habitacionais ocorridas. Compreendidas através das percepções de indivíduos que sofreram diretamente as remoções, e observadas a partir do caso do VLT Parangaba – Mucuripe, em Fortaleza. A hipótese levantada é que as famílias diretamente atingidas pelas recentes remoções figuram como o segmento mais penalizado de um movimento mais amplo, no qual as desigualdades residenciais nas cidades brasileiras estão

ficando mais nítidas; os bairros estão “selecionando” mais, e de modos distintos, os seus moradores. Não apenas através da coação, mas também pela simples *liberdade* de mercado.

A investigação presente foi esboçada ao final do Mestrado, também em Sociologia, na Universidade Federal do Ceará, concluído em 2010 pelo autor, cuja dissertação consistiu na análise de um movimento social urbano (Movimento dos Conselhos Populares – MCP) e a sua relação com a gestão municipal de Fortaleza, sobretudo no que tange às “políticas participativas”. O enfoque era marcadamente na esfera política, direcionado às “lideranças” do movimento e suas interações com o governo municipal. Mas, por se tratar de um movimento urbano, inevitavelmente as reflexões sobre a cidade e seus conflitos começaram a “pipocar”.

Em 2009, a partir do acompanhamento ao núcleo do MCP do Parque Água Fria, zona sudeste de Fortaleza, observou-se o processo de remoção das favelas Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, deflagrado sob o pretexto de abertura de vias na região, bem como por se tratarem de áreas consideradas de risco, num terreno alagadiço. Na ocasião, “lideranças comunitárias” locais se misturavam aos agentes da prefeitura, vestindo inclusive o mesmo fardamento, com o objetivo de contribuir no convencimento das famílias “removidas” acerca dos benefícios do reassentamento (COSTA JUNIOR, 2010).

Com efeito, essas primeiras intervenções urbanas estavam indiretamente relacionadas com todas as transformações que marcariam a cidade na preparação para receber os jogos da Copa do Mundo Fifa de 2014, sobretudo naquela área, no caminho entre o estádio Castelão e a região do parque do Cocó, cujo entorno há tempos é o novo eldorado da construção imobiliária. Os moradores dessas favelas foram deslocados para o conjunto habitacional Maria Tomásia, construído às pressas, carente de equipamentos urbanos básicos, como escolas, hospitais, creches, transporte público. Situado em região isolada geograficamente, cerca de 15 km distante das antigas moradias dos moradores reassentados.

Meses depois, conformou-se o Comitê Popular da Copa, articulação de movimentos sociais, entidades da sociedade civil e moradores de regiões ameaçadas pelo traçado das obras previstas. O Comitê instaurou uma espécie de observatório de estudos técnicos das intervenções urbanísticas, onde eram analisados os documentos disponibilizados, além de

organizar uma agenda de ações. Essa articulação permitiu compreender empiricamente que o apregoado “legado urbanístico” dessas intervenções se conjugava com interesses não tão latentes, como o fortalecimento de conglomerados privados mediante injeção de recursos públicos, gerando a valorização de vazios urbanos e resultando no endurecimento da repressão às favelas e ocupações irregulares, sobretudo aquelas localizadas em regiões cobiçadas pelo mercado imobiliário.

O tema escolhido para esta tese abre diferentes “abas” de discussão e enfoques. Para aceder aos principais elementos, foi necessário o exame de perspectivas disciplinares distintas à Sociologia, como o Urbanismo, Geografia, Direito, Economia, Políticas Públicas. Ressalta-se o respeito às regras internas e aos dados elaborados por cada uma dessas disciplinas, tomando-os de empréstimo para um “raciocínio sociológico” (PASSERON, 1996). Bourdieu (1998) assinalou que a definição de um objeto de pesquisa não é algo que se produza de uma só vez, num “ato teórico inaugural”, tampouco “[...] o programa de observações ou de análises por meio da qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro” (BOURDIEU, 1998, p. 27). Com efeito, a construção do objeto é um trabalho exaustivo, “[...] com retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama de ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as decisões ao mesmo tempo minúsculas e decisivas” (BOURDIEU, 1998, p. 27).

Assim, não se deve confundir “rigor” metodológico com “rigidez”, nem se descartar determinadas idiossincrasias da pesquisa sociológica, dado que o trabalho científico não é uma operação linear. O trajeto escolhido pode oferecer vielas desconhecidas e cenários não percebidos; e, no decorrer da pesquisa, a problemática pode ser reconsiderada, a hipótese e as variáveis alteradas. Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron, em *Le métier de sociologue* (2007), abordam a necessidade do sociólogo interrogar constantemente acerca da validade da metodologia escolhida para uma análise vigorosa dos dados coletados e para a compreensão do objeto. Os autores criticam a proclamação dos ciclos das fases de pesquisa – observação, hipótese, experimentação, teoria, observação etc., advertem que tal ordenação do ciclo pode ter apenas uma função pedagógica, mas que se aparta da realidade da execução de uma

pesquisa sociológica. Pois, cada ciclo está presente em cada uma das fases, não figurando uma ordem cronológica simétrica.

O modelo teórico é intrinsecamente construção e ruptura no sentido de edificar novas analogias e superar prenoções. A “ruptura” com as prenoções consiste na precaução do sociólogo diante das opiniões previamente formadas por uma visão científica, pois “[a] vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa que alhures” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007, p. 23). O uso de métodos ditos não científicos na pesquisa não é censurado pelos autores citados acima, como a intuição, por exemplo, mas desde que seja estabelecida uma vigilância com tais métodos. Desse modo, considerando que o conhecimento é conquistado na contramão do saber imediato ilusório, o sociólogo deve ponderar para o inesperado, superar as falsas evidências e proceder na oportunidade de um novo sistema de relações entre os elementos, edificado para além das opiniões e desígnios do objeto pesquisado.

A pesquisa consistiu em ampla revisão bibliográfica, análise de documentos e entrevista de um grupo de pessoas atingidas pelas remoções do VLT Ramal Parangaba – Mucuripe, em Fortaleza. Realizou-se também “participação observante” em algumas reuniões – antes e depois de iniciada formalmente a pesquisa¹⁷.

¹⁷ O autor desta tese participou da constituição do Comitê Popular da Copa de Fortaleza, entre 2009 e 2010. Contudo, nesse período ainda não havia se intensificado as obras e, por decorrência, as remoções habitacionais. Posteriormente, entre 2011 e 2012, participando esporadicamente de algumas reuniões e de atos de rua, quando, de fato, as remoções se transformaram numa pauta com visibilidade local e nacional. De 2013 em diante, em razão do Doutorado, passou-se a residir em Brasília – DF, desse modo, a pesquisa precisou ser realizada através de visitas à capital cearense desde então, além de acompanhamento “virtual”, por listas de e-mail e redes sociais. Embora não seja o objetivo sugerir que as experiências anteriores à 2013 tenham tido “fins científicos”, não há dúvidas que foram decisivas para o desenvolvimento da pesquisa. Cumpre registrar que o projeto original, aprovado para ingresso no curso de doutorado na UnB, consistia numa análise comparada entre as obras do VLT Parangaba – Mucuripe e do Acquário Ceará (que também continua inconcluso). Apenas em meados de 2015, após a qualificação do projeto, ficou delimitado que o enfoque da pesquisa seria a obra do VLT, haja vista ter sido a intervenção mais impactante e pela maior disponibilidade de dados e contatos de pessoas diretamente atingidas pela obra, pois permaneciam com alguma comunicação interna e com reuniões, apesar de não tão periódicas. Inclusive, em julho de 2016, foi realizada uma reunião de rearticulação dos moradores das comunidades do trilho, Essa reunião foi documentada presencialmente e seus dados estão presentes nesta tese.

De início, foi feito um levantamento de documentos, publicações oficiais¹⁸, dossiês temáticos¹⁹, pesquisas acadêmicas²⁰ e artigos produzidos por instituições não-governamentais, laboratórios de pesquisa, além de matérias jornalísticas. Entre agosto de 2013 e novembro de 2016, foram realizadas seis viagens de campo à Fortaleza, com visitas a algumas comunidades com conflitos territoriais. Foram visitados locais das obras do VLT²¹ e o Conjunto Residencial Cidade Jardim – local onde boa parte das famílias foram reassentadas e epicentro de inúmeros conflitos. Participou-se do 1º Encontro dos Atingidos da Copa, realizado em abril de 2014, em Belo Horizonte. Reunindo entidades, os comitês locais, além de centenas de pessoas que tiveram seus direitos violados em razão do megaevento.

Em Fortaleza, primeiramente, realizaram-se “visitas de diagnóstico”, observando o processo de implantação do VLT, bem como os impactos das remoções. Foi estabelecido contato com informantes do campo, principalmente apoiadores e pesquisadores vinculados ao Comitê Popular da Copa da cidade. Na sequência, foram coletados depoimentos de moradores das comunidades: Lauro Vieira Chaves, Pio XII, Pau Pelado, Lagamar, Trilha do Senhor, Dom Oscar Romero, São Vicente de Paula, e Mucuripe²². No total, entre falas e entrevistas, foram coletados áudios de mais de 40 pessoas (não necessariamente todas elas

¹⁸ Ministério das Cidades, Ministério dos Esportes, Secretarias de Habitação, Secretarias Extraordinárias para a Copa 2014, Ministério Público, Defensoria Pública etc.

¹⁹ CARDOSO [org], 2007; ANCOP, 2013; 2014; Fundação Heinrich Böll, 2014; ONUHabitat, *Forced Evictions*, 2014; SANTOS JÚNIOR; GAFFNEY; RIBEIRO, [Orgs] 2015; COSTA; PEQUENO; PINHEIRO, [Orgs], 2015; ROMEIRO; FROTA, [Orgs] 2015; COSTA; PEQUENO [Orgs], 2015.

²⁰ A temática das remoções, e demais impactos da Copa de 2014 em Fortaleza teve relevância considerável na produção acadêmica, em diferentes áreas, como Sociologia, Direito, Geografia, Arquitetura. Entre artigos e monografias: JUSTA, 2012; ARAÚJO, 2013; OLIVEIRA, 2013; IACOVINI, 2013; SOUZA, L., 2013; MAIA, 2015; VIANA, 2015; COUTINHO, 2015; MEDEIROS, 2016. Dissertações: GÓIS, 2013; DIAS, 2013; OLIVEIRA, 2014; PINHEIRO, 2014; VIANA, 2015. Também foram utilizados outros trabalhos acadêmicos sobre temas urbanos em Fortaleza, não necessariamente vinculados à Copa de 2014: BRANDÃO, 2001 (tese); LIMA, 2005; NETO, 2006; MOTA, 2008; LIMA, 2009; MORAIS, 2010; GOMES, 2010; CASTILHO, 2011; BEZERRA, 2012; BARBOSA, 2012; RUFINO, 2012 (tese); VIEIRA, 2012 (tese).

²¹ Foram visitadas, entre as “comunidades do trilho” atingidas pelo VLT, os seguintes locais: Mucuripe; Trilha do Senhor; Dom Oscar Romero; São Vicente de Paula; Lagamar; Pio XII; comunidade do Pau pelado (bairro João XXIII); Aldacir Barbosa; Lauro Vieira Chaves; Parangaba. Além destas, foram visitadas também a comunidade “Pau fininho”, no bairro Papicu, palco de conflitos e remoções devido à construção do shopping RioMar, e a ocupação Raízes da Praia, na Praia do Futuro.

²² Foi tentado contato também com moradores da Parangaba e da comunidade Aldacir Barbosa. Na primeira, não foi encontrada a pessoa indicada. Na segunda comunidade, problemas de agendamento não permitiram o encontro. Apenas uma das entrevistas (com a Moradora “A”, do Lagamar) não foi realizada na própria comunidade por questões de ordem prática, pois a moradora estava fora de casa a maior parte do período. Dessa forma, a entrevista foi realizada no seu local de trabalho.

atingidas por remoções habitacionais). Na tese, foram utilizadas citações de 16 pessoas diretamente atingidas, além de uma “advogada popular” que atuara no Comitê Popular da Copa.

Tabela de entrevistas citadas na tese:

Entrevistada (o) ²³	Local
Moradora “E”	São Vicente de Paula
Moradora “C”	Trilha do Senhor
Moradora “M”	Trilha do Senhor
Morador “S”	Trilha do Senhor
Moradora “D”	Dom Oscar Romero
Moradora “N”	Dom Oscar Romero
Moradora “P”	Pio XII
Moradora “G”	Mucuripe
Moradora “A”	Lagamar
Morador “I”	Lauro Vieira Chaves
Moradora “L”	Pau Pelado
Moradora “JC”	Pau Pelado
Moradora “J”	Pau Pelado/Cidade Jardim
Morador “R”	Pau Pelado
Morador “T”	Pau Pelado
Advogada “P”	Comitê Popular da Copa

Os parâmetros que conduziram as entrevistas – semiestruturadas – seguiram um roteiro simples. Procedendo a partir das seguintes questões: (a) Quais os grupos de interesse envolvidos e quais os conflitos que se dão no interior do “campo” investigado? (b) Como o processo de remoções e deslocamentos é percebido pelos atingidos? Eles se sentem “segregados”? (c) Quem os atingidos responsabilizam? Eles próprios se sentem de algum modo responsáveis pela atual condição? (d) Por que existem significativas diferenças entre os números oficiais e os apresentados pelos movimentos sociais?

²³ Optou-se por ocultar os nomes dos informantes e entrevistados na pesquisa. A razão dessa escolha foi, além do resguardo profissional e privado dos envolvidos, pelo processo do VLT não ter sido concluído, sobretudo as negociações entre moradores e poder público. Desse modo, julgou-se mais cauteloso utilizar apenas as letras iniciais de cada entrevistado.

As questões acima orientavam o interesse do pesquisador, não necessariamente eram verbalizadas em perguntas feitas aos entrevistados. No geral, era solicitado ao depoente que narrasse o que acontecera – referente às remoções, evidentemente –, destacando o que julgasse relevante. As interrupções na narrativa se davam quando algumas informações eram efetivamente necessárias para manter certa linearidade argumentativa, a exemplo de perguntas como: “Mas quem [empresa/órgão público/autoridade] veio avisar que o imóvel seria removido?”, ou: “Você lembra quando isso ocorreu?”. Ou quando os próprios entrevistados dirigiam a frequente pergunta: “O quê mais você quer saber?”. Agregou-se reflexões e técnicas referentes à “entrevista centrada no problema” (WITZEL, 2000 apud FLICK, 2007) e à “entrevista episódica” (FLICK, 2000; 2007), pois ambas as propostas se ajustam ao entendimento do objeto de pesquisa e à orientação ao processo de investigação, consistindo em técnicas que visam reunir e analisar conhecimentos narrativos e episódicos mediante questões concretas propositais.

Na realidade, nas comunidades Lauro Vieira Chaves, Pau Pelado e Trilha do Senhor, a maioria dos depoimentos foram coletados numa espécie de “roda de conversa”. Basicamente, os informantes principais de cada uma dessas comunidades convidavam outras pessoas que estavam vivenciando condição semelhante. Algo não necessariamente “estruturado” nas estratégias de investigação, mas que enriqueceu consideravelmente a qualidade dos relatos. Desse modo, muitos trechos das entrevistas são diálogos entre os próprios moradores. Ademais, não desconsiderando as assimetrias estruturantes de qualquer espaço social, foi feito um esforço no sentido de maior horizontalidade na relação pesquisador e sujeitos da pesquisa.

A primeira entrevista “formal”, realizada na comunidade Lauro Vieira Chaves, acabou dando o tom do restante dos encontros em outras comunidades. Assim que o gravador foi ligado, o morador “I”, comerciante informal, portador de uma pequena deficiência numa das pernas, tomou-o com muita naturalidade, e, como se fosse um “repórter de TV”, conduziu uma caminhada pela comunidade mostrando os pontos mais afetados pelas obras, inclusive os entulhos de sua antiga casa, na qual havia morado por quase toda a vida. Após longa caminhada por becos e vielas, chegou-se a uma pequena loja de peças para Bicicleta, de propriedade do morador “C”, que também teve sua casa desapropriada e já não morava mais na comunidade, manteve apenas o comércio. Lá

ocorrera uma longa conversa sobre os impactos do VLT naquela região, sobre pessoas que haviam se mudado da comunidade, outras que haviam falecido. Outros dois moradores chegaram à “entrevista informal” quando souberam do que se tratava²⁴.

Realizar as entrevistas com dois anos após o fim da Copa do Mundo, trouxe dificuldades para contactar algumas pessoas atingidas pelas obras, pois muitos já haviam se dispersado, conforme é comentado nas entrevistas. Por outro lado, esse distanciamento de tempo permitiu incorporar outros elementos importantíssimos ocorridos após junho de 2014, além de ter oferecido, julga-se, uma leitura muito mais analítica por parte dos entrevistados, como se fizessem um “balanço crítico” do que havia ocorrido.

Buscou-se ter certo cuidado com o vocabulário empregado durante as entrevistas, tentando não utilizar os conceitos teóricos trabalhados na pesquisa de modo a conversa fluir a partir dos conhecimentos e da própria linguagem dos entrevistados. Por óbvio, as pessoas entrevistadas são sujeitos autônomos do conhecimento e se apropriam desse da maneira que lhe convier; sem falar que a própria experiência de resistir às remoções ter feito com que agregassem como seus – e de fato os são – os conhecimentos técnicos, políticos, jurídicos, entre outros, que foram compartilhados nas reuniões e demais atividades. Ressalta-se esse aspecto pois, na ocasião da entrevista na comunidade Pau Pelado, este pesquisador num momento pronunciou a palavra “vulnerabilidade” – não necessariamente um conceito rebuscado, porém, notou-se que uma das entrevistadas repetiu tal palavra algumas vezes em diante, afirma-se isso pois tal “curiosidade” foi conferida no áudio. Desse modo, evitou-se mencionar durante as entrevistas qualquer tipo de palavra muito restrita ao meio acadêmico ou que pudesse de alguma forma *direcionar* as narrativas, tais como “segregação”, “subalternidade”, “expropriação”, “gentrificação”, “higienização”, “exclusão social”.

Outro aspecto a ser ponderado é o emprego da noção de “colonialidade do poder” para compreender a dinâmica de subalternização das populações atingidas, um conceito que tem no *racismo* uma de suas características fundantes. A questão racial é sim agregada à análise, contudo, cumpre ressaltar que na seleção de pessoas entrevistadas não foi

²⁴ Infelizmente, a segunda parte das entrevistas na comunidade Lauro Vieira Chaves não foi utilizado em razão das péssimas condições ambientais que afetaram a gravação – a loja de bicicletas fica localizada num dos principais corredores de ônibus do bairro Vila União, e era justamente um horário de pico. Desse modo, o áudio ficou bastante prejudicado, com muitos trechos entrecortados ou inaudíveis.

procedido um movimento ao estilo “*onde está o negro?*”, não sendo priorizado a cor da pele como critério ao selecionar os indivíduos para o estudo. Dada a própria miscigenação advinda do chamado “estupro colonial”, entre as populações pobres e subalternas não é raro encontrar pessoas de pele branca, ou “quase brancos”²⁵, misturadas a pessoas “mestiças”, pardas e negras. Não desconsiderando que sobre as últimas pesam mais opressões. Assim, a questão racial no Brasil possui elementos complexos para serem reduzidas “no preto e no branco”, abarcando dinâmicas que expressam os “colonialismos sobrepostos” na nossa realidade social. Vale registrar que, embora os elementos etno-raciais tenham sido deixado de lado em boa parte dos dados censitários do país, atualmente tal situação tem sido alterada e já existe relevante produção acadêmica que reflete, inclusive de maneira quantitativa, a alocação etno-racial em grandes cidades do país (ver GARCIA, 2009). Reitera-se a importância desses dados e as possibilidades oferecidas para diferentes investigações nesse campo, o que não é o caso desta tese, cuja análise é essencialmente qualitativa, com a colonialidade e o racismo sendo compreendidos como formas gerais de classificação que marcam a formação da sociedade brasileira, cuja fundação não se deu através de ideais igualitaristas e pluralistas, mas pela opressão sobre as populações inferiorizadas e colonizadas. Ademais, alguns estudos corroboram o que é notório no senso comum, as periferias de Fortaleza, tais quais às do restante do Brasil, são habitadas majoritariamente por pessoas não-brancas (PEREIRA; DANTAS, 2009; BOMTEMPO, 2015). Assim, a despeito de não ter no fenótipo um elemento que orientou nossa pesquisa, registra-se que a maioria das pessoas entrevistadas eram não-brancas, e, em termos de gênero, a maior parte eram mulheres, entre 24 e 82 anos. Dessa forma, no geral, o grupo de pessoas afetadas pelas remoções se enquadra nos “lugares sociais” mais subalternizados da sociedade.

²⁵ Ilustra-se tal convergência entre negritude e pobreza no Brasil, perante a considerável presença de “brancos” e *mestiços* entre os pobres, tomando de empréstimo dois trechos da canção *Haiti*, de Caetano Veloso: “Quando você for convidado pra subir no adro / Da fundação casa de Jorge Amado / Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos / Dando porrada na nuca de malandros pretos / De ladrões mulatos e outros *quase brancos* / Tratados como pretos / Só pra mostrar aos outros *quase pretos* / (E são quase todos pretos) / E aos *quase brancos pobres como pretos* / Como é que pretos, pobres e mulatos / *E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados* [...] E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo / Diante da chacina / 111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos / Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres / *E pobres são como podres* e todos sabem como se tratam os *pretos* [...]” (Caetano Veloso, Haiti, 1993).

A literatura sobre movimentos sociais urbanos no Brasil já apontara o protagonismo das mulheres, muito antes da recente “primavera feminista” (ver GOHN, 1991; DOIMO, 1995; MACHADO, 1995). Tal questão, efetivamente, não ganhou o aprofundamento merecido na tese, provavelmente pelo próprio olhar masculino do autor, cuja percepção selecionou outros enfoques como prioritários, ou talvez por ter sido algo “apresentado” pelo trabalho de campo. De todo modo, ressaltando que essa pequena amostragem qualitativa não permite generalizações para toda a população atingida pelas remoções, e que este trabalho não tenha atentado à dimensão de gênero, não deixa de ser bastante elucidativa as características assinaladas acima. Fica aqui registrada tal lacuna.

Com efeito, mergulhar em profundezas íntimas de trajetórias singulares em busca de uma certa “engrenagem no tempo” para reconstruir intelectualmente representações, ainda que seletivas, consiste num desafio provocador. O fato dos relatos orais englobarem de modo explícito a experiência subjetiva é reconhecido justamente como uma das suas principais virtudes, pois “[...] fatos pinçados aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender o passado é construído, processado e integrado à vida de uma pessoa” (FERREIRA, 2005, p. 156). No caso analisado na pesquisa, trata-se de um passado ainda muito presente. Bourdieu (2008) assinala que as entrevistas fornecem elementos para determinar e explicar a condição social dos outros, pois permitiriam compreender “a miséria do mundo”. Em algumas correntes críticas mais radicais, é proposta a ideia de que o pesquisador deve “[...] abandonar a posição de falsa neutralidade exigida pela ciência positiva”, e ter mais empatia com os sujeitos pesquisados. Entretanto, Poupart (2008, p. 225) assinala que nenhum tipo específico de entrevista será capaz de apreender a totalidade de uma experiência, sequer as técnicas que se prolongam por várias seções.

Bourdieu (1997) também alerta sobre a “ilusão da transparência” ou “Princípio da Não-Consciência”, para o autor, o sociólogo deve enxergar o seu objeto de pesquisa além das opiniões e intenções que este declara de si mesmo. A compreensão do fenômeno social subjaz o testemunho, as explicações ou sentimentos expressos pelos sujeitos pesquisados; desse modo, o investigador deve proceder com cautela e evitar a chamada “ilusão empirista”:

[...] para romper com as ideias recebidas e o discurso corriqueiro, não basta, como algumas vezes se quer acreditar, “ir ver” o que existe. Efetivamente, a ilusão empirista jamais se impõe sem dúvida tanto como no caso em que, como aquele, o confronto direto com a realidade não ocorre sem algumas dificuldades, e até alguns riscos, portanto sem alguns méritos. E, não obstante, tudo leva a pensar que o essencial do quem se vive e se vê *no campo*, isto é, as evidências as mais impressionantes e as experiências as mais dramáticas, encontra seus princípios completamente em outro lugar (BOURDIEU, 1997, p. 159).

De acordo com o sociólogo Aaron Cicourel (1990), a questão da “objetividade” na pesquisa social implica que o interesse cognitivo do cientista exige uma substituição de sua “situação biográfica” por uma “situação científica”. O cientista social necessitaria interpretar as ações dos sujeitos observados de acordo com as estruturas de relevância da vida cotidiana e, concomitantemente, manter uma atitude “desinteressada” em relação a estes sujeitos. Precisaria manter simultaneamente uma perspectiva teórica e conservar as relações interpessoais. Desse modo, a interação com os grupos observados não pode permitir o abandono da atitude científica. No entanto, cabe afirmar que a simples escolha do objeto já guarda em si uma “visão de mundo”, algo que orienta os questionamentos e as assertivas: “o pensamento é parte integrante da vida social, e graças ao exercício da definição procura explicar as estruturas históricas do conhecimento e iluminar a própria gênese do objeto” (MOURIAUX; BEROUD, 1996, p. 160).

Os pensadores do chamado “Estudos Subalternos”, por sua vez, assinalam que o campo acadêmico ocidental é incapaz de se relacionar com o “outro” sem lançar mão de seu próprio paradigma²⁶. Deste modo, (re)escrevemos a história como povos que tiveram a consciência formatada enquanto sujeitos coloniais. Trata-se então da edificação de um “colonialismo epistemológico”. Os colonizados foram compelidos a aprender, de modo

²⁶ Spivak (2010) problematiza se os subalternos, ou o “outro”, podem ser estudados (e compreendidos) sem a cooperação do projeto colonial. A autora indiana critica os intelectuais ocidentais afirmando que o conhecimento produzido tem servido, em grande medida, como justificativa para a conquista e submissão de outras culturas como parte do projeto colonial europeu. O conhecimento produzido pelos estudiosos ocidentais acerca de outras culturas se apresenta como “objetivo”, científico. Para a autora, o conhecimento sobre as sociedades não-ocidentais sempre foi contaminado com os interesses políticos e econômicos do Ocidente. Ela indica que o Ocidente está falando a si mesmo, e em sua própria linguagem, sobre o outro. Os “dados” são coletados das sociedades colonizadas para serem analisados e consumidos ao prazer dos leitores e escritores ocidentais. Spivak (2010) indaga se, em tais circunstâncias, seria possível para o ocidente falar sobre o não-ocidente sem estar alicerçado no discurso colonial. Ela assevera que o Ocidente está fixado à preservação de si próprio como sujeito protagonista (SPIVAK, 2010; ver FIGUEIREDO, 2010).

limitado, a cultura dos dominadores com vistas à reprodução dessa dominação, seja no aspecto material, seja no aspecto subjetivo.

A despeito disso, é imprescindível integrar tal conjectura ao empenho de “descolonizar” as perspectivas cognitivas do cientista social com vistas a interpretar as ações dos sujeitos observados de acordo com as estruturas de relevância da vida cotidiana, fazendo valer a crença de que, nas palavras de Fanon, “uma experiência subjetiva pode ser compartilhada por outra pessoa que não a viva [...]” (2008, p. 86). Entretanto, “é preciso distinguir o lugar epistêmico e o lugar social. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno”. Além do que, “o que é decisivo para se *pensar a partir da perspectiva subalterna* é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 19 [grifo nosso]).

Norteadando-se pela perspectiva de uma sociologia crítica do conhecimento, assinala-se o caráter histórico do objeto de pesquisa e as possibilidades de transformação dele a partir da ação humana. E, mais do que isso, compreende-se que “[a]s visões sociais de mundo [...] das classes sociais conformam de maneira decisiva – direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, explícita ou implicitamente, o processo de conhecimento da sociedade” (LÖWY, 1994, p. 203). Compreende-se, pois, que, a escolha do objeto, a argumentação científica, a pesquisa empírica, o grau de objetividade assumido, e mesmo o valor cognitivo do discurso conformam a estrutura interna da pesquisa.

Cumprir registrar certo ajuste biográfico neste trabalho, no passo do que já elucidara C. Wright Mills. Os livros contribuíram bastante a compreender um fenômeno que já se conhecia bem do ponto de vista empírico: a diferenciação socioespacial, ou “segregação *induzida*”. Embora esta tese tenha sido escrita no Plano Piloto de Brasília, cujo valor do metro quadrado está entre os mais elevados do país, ela está *contaminada* por alguém que possui *prenções* bastante consolidadas sobre o que é ser segregado, ou, em outras palavras, “morar mal” – estar distante de escolas, hospitais, lazer; esperar por horas no ponto de ônibus, planejar minuciosamente os horários de sair de casa, tendo seu direito de ir e vir condicionado pelo que o sistema público lhe oferece.

Filho da migração regional, a partir de um “esbarrão” entre um cearense e uma paraense na cidade do Rio de Janeiro, o autor desta tese dividiu sua infância e juventude morando na Baixada Fluminense e na periferia de Fortaleza. Em Duque de Caxias, no Grande Rio, morou na periferia (Vila São Luís e Jardim Ana Clara) de um município já periférico, cujas fronteiras conformam um cinturão de baixa renda e alta violência, figurando, entre outras realidades semelhantes, Belford Roxo, Villar dos Telles, Jardim Gramacho, Vigário Geral (comunidade que ficou famosa internacionalmente por uma chacina na década 1990), além de todo o Complexo do Alemão, que serve como porta de entrada à cidade do Rio de Janeiro para quem mora na Baixada.

Em Fortaleza, nasceu e morou (já na juventude) na Lagoa Redonda, bairro da Grande Messejana, terra de José de Alencar. Localidade que até os anos 1980 era marcada por sítios, de pequena produção agrícola, e por alguns casebres; e, progressivamente, vêm sendo ocupada por condomínios fechados da chamada “nova classe média”²⁷. Por ser numa área limítrofe com outros municípios da região metropolitana, e pela existência de terrenos desocupados, também adensou grande camada de baixa renda. Em 2015, a Lagoa Redonda esteve no noticiário nacional devido à “chacina da Grande Messejana”, a maior do tipo registrada no estado do Ceará, quando policiais militares encapuzados saíram atirando em quem estivesse no caminho, buscando vingança pela morte de um agente da PM na região. Onze pessoas foram assassinadas e sete ficaram feridas, a maioria adolescentes.

Com efeito, assimila-se aquilo que Florestan Fernandes chamou de uma sociologia baseada num “inconformismo permanente” diante da realidade social. Parte-se do pressuposto de que as ideias, não apenas epistemológicas, são tributárias da sua condição de produção. Deixar à mostra as premissas em que se alicerça a proposta de pesquisa não gera prejuízo para o fazer sociológico, pois, as chances de contribuir na produção da verdade dependem de dois fatores principais: “[...] o interesse que se tem em saber e em fazer saber a verdade (ou inversamente, em ocultá-la ou ocultá-la de si) e a capacidade que se tem de produzi-la” (BOURDIEU apud LOWY, 1994, p. 217).

Ao asseverar que todo conhecimento é relativo a uma perspectiva conduzida por determinada *visão de mundo*, contraria-se concepções positivistas de ciência,

²⁷ O termo é meramente ilustrativo de certa euforia recente com o crescimento econômico e expansão do consumo, não corroboramos com a ideia de que surgira uma “nova classe média” no país. Tal questão debateremos melhor no primeiro capítulo.

aproximando-se de uma perspectiva historicista, e mesmo relativista. Sendo que o relativismo que se agrega às reflexões presentes não é aquele que leva ao ceticismo. Ao contrário, afirma-se a necessidade de uma sociologia crítica do conhecimento ao questionar qual o ponto de vista de classe e a visão de mundo mais pertinente ao conhecimento da realidade social, consentindo uma compreensão dialética dessas visões sociais, já que elas comportam revelações, mas também ocultações (LOWY, 1994). Dito em outras palavras, cumpre evocar a “confissão” de Frantz Fanon, após dedicado exame da miséria dos negros: “[...] não quis ser objetivo. Aliás, não é bem isso: melhor seria dizer que não me foi possível ser objetivo” (FANON, 2008, p. 86).

1A COPA DAS REMOÇÕES

1.1UM PAÍS EMERGENTE

O ano de 2007 marcou o início do segundo mandato de Lula na presidência da república e também a escolha do Brasil como país-sede da Copa do Mundo Fifa 2014. De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2008), aquele foi o “ano da classe média”, haja vista o aumento significativo da renda do brasileiro. A realização da Copa do Mundo no Brasil coroava o “sonho rooseveltiano” da era petista no governo federal, conforme assinalou Singer (2012), dado que a adoção de políticas de caráter desenvolvimentista num momento de alta demanda externa, sobretudo chinesa, por *commodities*, gerava um ciclo virtuoso na economia brasileira, com crescimento da renda interna; aumento na arrecadação e na capacidade de investimento do Estado; aumento do salário-mínimo e do poder de compra; disponibilidade de crédito. Assim, sediar um evento global daquela proporção consolidava a imagem de um país “emergente”.

O otimismo aumentava com a economia brasileira reagindo bem aos primeiros impactos da crise econômica estadunidense, originada pela bolha imobiliária naquele país. Dessa forma, sobravam motivos para a euforia em receber no Brasil as principais seleções de futebol do mundo, além de milhares de torcedores de todo planeta. E, ainda por cima, com inúmeras melhorias nas cidades envolvidas com o evento. “Para todos os brasileiros, qualquer que seja o resultado da Copa, ficará um relevante legado em infraestrutura, criação de emprego e renda e promoção da imagem do país em escala global” (BRASIL, 2013, s/p. apud IACOVINI, 2015, p. 266).

[De fato, o Brasil apresentou uma impressionante recuperação da retração de 0,6% em 2009, decorrente da crise de 2008, para em 2010 atingir a maior alta em 24 anos, uma taxa de crescimento de 7,5%. Em 2009, a cidade do Rio de Janeiro – que já havia sediado os Jogos Pan-americanos e ParaPan-americanos de 2007, foi escolhida para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Em novembro daquele ano, a revista inglesa *The*

Economist publicou uma reportagem de capa com o título “*Brazil takes off*” (“Brasil decola”, tradução livre), ressaltando o momento econômico do país que se preparava para sediar os principais megaeventos do planeta: “[...] o Brasil de repente parece ter feito uma entrada no palco mundial. Sua chegada foi marcada simbolicamente no mês passado com a entrega dos Jogos Olímpicos de 2016 para o Rio de Janeiro; dois anos antes, o Brasil sediará a Copa do Mundo de futebol” (THE ECONOMIST, 2009 apud MARINHO, CAMPAGNANI, COSENTINO, 2014, p. 15).

Na cerimônia realizada em 30 de outubro de 2007, na sede da Federação Internacional de Futebol (Fifa), em Zurique, Suíça, quando foi feito o anúncio oficial da escolha do país-sede da Copa de 2014, o então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, anunciou: “Nós faremos absolutamente tudo para mostrar que o Brasil é um país *civilizado* não somente no contexto do futebol, mas também como país em si” (CANÔNICO, 2007 apud MARINHO, CAMPAGNANI, COSENTINO, 2014, p. 14 [grifo nosso])²⁸. O dirigente também prometera uma “Copa da iniciativa privada”, com a previsão de gastos na ordem de R\$ 5 bilhões. Nenhuma das promessas se efetivou, na data do evento, a estimativa de gastos já estava próxima dos R\$ 30 bilhões, e os recursos empregados foram majoritariamente públicos, apenas 20% ficaram sob a responsabilidade da iniciativa privada.

Desde o anúncio da realização da Copa do Mundo no Brasil, muitas cidades brasileiras passaram a disputar a indicação para sediar os jogos, pois significava oportunidade única de alavancar as economias locais e realizar profundas transformações urbanas, deixando um legado às cidades-sede do megaevento. Os gestores públicos, em detrimento dos gastos e do planejamento necessário para receber evento de tal porte, exaltavam a possibilidade para ampliação de empregos, atração de investimentos privados, financiamento de grandes obras, dinamização do comércio e fortalecimento do setor turístico, principalmente o internacional. “Com a realização desse megaevento, o Estado (em suas diferentes esferas) esperava a inclusão e fortalecimento de cidades brasileiras no competitivo cenário do turismo mundial e o aumento da atração de fluxos de capitais internacionais.” (PINHEIRO et. al., 2015, p. 302). Desse modo, foram mobilizados volumosos recursos para adequar as instalações esportivas e realizar melhorias na

²⁸ CANÔNICO, Leandro. Teixeira conclama governo a colaborar com organização da Copa – 30/10/2007 – UOL Esporte – Futebol.

infraestrutura urbana, sobretudo no acesso aos estádios e às zonas hoteleiras e turísticas das cidades-sedes.

O Estado brasileiro, em todos os níveis federativos, proporcionou vantagens excepcionais para as empresas promotoras do evento. No geral, a lógica que regeu o processo de preparação para a Copa do Mundo Fifa 2014 foi baseada na aplicação de recursos públicos e na concessão de isenções de impostos para atrair empresas. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cumpriu papel fundamental para garantir a execução dos projetos da Copa. Entre os programas do BNDES, dois se destacavam pelo montante de recursos que agregavam: o “Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 - (BNDES ProCopa Arenas)” e o “Programa BNDES de Turismo para a Copa do Mundo de 2014 - (BNDES ProCopa Turismo)”. O primeiro objetivava apoiar a construção ou reforma das arenas que receberiam os jogos e a urbanização do entorno delas. Quanto ao segundo, visava “Financiar a construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis, de forma a aumentar a capacidade e qualidade de hospedagem em função da Copa do Mundo de 2014”. Até o final de julho de 2011, o banco já possuía R\$ 348 milhões empenhados em projetos de hotelaria (BNDES, 2010).

As mesmas empreiteiras que adquiriram grandes contratos com o governo federal para a construção dos estádios da Copa do Mundo, com destaque para Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e OAS, executaram também, através de farto financiamento do BNDES nos últimos anos, uma estratégia expansionista em países menos desenvolvidos da África e da América Latina, contando com inúmeras denúncias de corrupção e violações de direitos.²⁹

O fato do BNDES ter sido um dos principais financiadores de obras que em sua maioria foram demandadas pela Fifa ou por empresas privadas, traz à tona o questionamento sobre o interesse público em tais investimentos. Há, por outro lado, o argumento de que a realização do evento dinamizaria a economia local, ampliando o

²⁹ A Odebrecht, por exemplo, foi expulsa do território equatoriano em 2008 devido às graves falhas da empresa na construção da represa San Francisco, além de uma série de problemas com superfaturamento nas obras. A represa era responsável por 12% do fornecimento de energia do Equador, e foi financiada através de um empréstimo de 243 milhões dólares junto ao BNDES, em 2000. Um ano após ser inaugurada, a represa San Francisco começou a apresentar graves problemas nas suas turbinas, que eram diferentes das que estavam no projeto contratado junto à Odebrecht (ZIBECHI, 2012, p. 234).

turismo e gerando emprego e renda. Não obstante, países que já haviam recebido megaeventos semelhantes alertavam sobre os limites dessa política. No caso da Grécia, por exemplo, os excessivos gastos feitos para a realização das Olimpíadas, em 2004, foram decisivos para o aprofundamento da crise econômica que atingiu o país posteriormente.

Se durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o BNDES, mediante consideráveis empréstimos/doações de capital ao setor privado, financiava a privatização das empresas públicas, sob o comando de Lula, o banco teve papel decisivo na transnacionalização de empresas brasileiras, contribuindo para aprofundar determinado padrão de acumulação capitalista no Brasil, “[...] inaugurado com as privatizações e a liberalização comercial dos anos 90, baseado na formação e fortalecimento de conglomerados privados (nacionais e estrangeiros), fomentados pelos fundos públicos, via capital estatal e para-estatal”. (FONTES, 2011, p. 11).

As expectativas geradas em torno da “nova potência latino-americana” ficaram abaladas a partir de 2012, quando se registrou um crescimento de apenas 0,9%. Greves começaram a ocorrer nas usinas de Jirau e Belo Monte e nos complexos de Santo Antônio, Suape e Comperj, justamente em megaprojetos vinculados ao PAC. Também ocorreram paralisações nas obras da matriz de responsabilidades da Copa de 2014, em 8 das 12 arenas da Copa os operários cruzaram os braços. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2012, o número de horas de trabalho paradas foi 75% maior do que em 2011, um número inferior apenas aos anos de 1989 e 1990, último período de greves gerais significativas no país; “apenas os muito desavisados não haviam percebido que os sismos aproximavam-se rapidamente das grandes metrópoles” (BRAGA, 2013, p. 102).

1.1.1 A “pacificação” e a Copa das manifestações

Durante a Copa das Confederações, em junho de 2013, a intensa repressão policial a manifestantes que protestavam contra o aumento da passagem do transporte público na cidade de São Paulo detonou uma série de mobilizações por todo o país, inclusive na abertura do evento, no Estádio Nacional Mané Garrincha, quando dezenas de pessoas foram detidas. Nos dias seguintes, milhares de pessoas saíram às ruas de praticamente

todas as cidades do Brasil expressando de forma difusa e descentralizada um repúdio geral à ordem política do país. Governos, parlamentares, partidos, tudo que representasse a velha política institucional era repellido pela massa com o grito de “não me representa”. Naqueles dias, as “placas tectônicas” da estrutura política do país começaram a se colidir (MARICATO et. al. 2013).

Maricato (2013) atribui a onda de protestos às condições precárias da vida urbana no país, sobretudo em razão do perfil médio dos manifestantes: jovens de áreas metropolitanas. Os serviços públicos não atendem à demanda existente e limitam o direito à cidade de boa parte dessas camadas. O crescimento econômico recente trouxe mais empregos (precários) e mais poder de consumo, todavia, encareceu a cidade e piorou as condições de vida, a exemplo do longo tempo desperdiçado nos trajetos diários pelos congestionamentos, elevados pelo aumento exponencial da frota particular de carros, graças à redução de impostos que alimentou o consumo de automóveis; e também pela inexistência de políticas consistentes de mobilidade urbana.

Os megaeventos – como a Copa e as Olimpíadas – acrescentam ainda mais lenha nessa fogueira. Os capitais se assanham na pilhagem dos fundos públicos, deixando inúmeros elefantes brancos para trás. Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios por parte de seus moradores. E embora a piora de mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos –, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço. (MARICATO, 2013, p. 31).

Desse modo, junho de 2013 teria sido o estopim da explosão de uma revolta contida há tempos diante da ausência de políticas públicas eficazes e de melhores condições de vida nas cidades. A intensa repressão às manifestações de rua era apenas um “aperitivo” diante do que já vinha ocorrendo nas periferias com as políticas de “pacificação”. Na preparação dos Jogos Panamericanos de 2007, foi empregado forte aparato militar nas ruas do Rio de Janeiro. Às vésperas do evento, foi realizada uma gigantesca operação policial nas favelas do Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio. A “tomada” pelas forças de segurança do território controlado por criminosos, ocorrida em 26 de junho de 2007, contou com a atuação de 1.350 policiais, além de ampla cobertura midiática gerando forte comoção pública. O resultado geral da operação que durou quase dois meses foi a morte de 43 pessoas e 81 feridos. Uma perícia independente encomendada pela Comissão de

Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB/ RJ) para examinar as circunstâncias das mortes apontou fortes indícios de execuções sumárias em boa parte delas. (MARINHO, CAMPAGNANI, COSENTINO, 2014, p. 24).

Em 2008 foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro, no morro Santa Marta, Zona Sul da cidade. As UPPs representavam um dos principais legados que os megaeventos deixariam à cidade, tendo como estratégia o estabelecimento de controle militar dos territórios através do policiamento permanente nas favelas, visando integrá-las à dinâmica da cidade formal. Outras propostas de controle territorial e recrudescimento da repressão policial, na esteira da experiência carioca, passaram a figurar na agenda de outros estados da federação.

As políticas de pacificação de favelas reatualizaram as dinâmicas repressivas das forças do Estado. Inúmeros são os casos de violações de direitos das populações residentes das áreas pacificadas, incluindo violência letal. Em 2008, um Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro afirmou que a PM era “o melhor inseticida social”³⁰. Em 2013, o pedreiro Amarildo, pai de 6 filhos, desapareceu após ter sido levado numa viatura para a sede da UPP da Rocinha. Seu caso ganhou repercussão internacional e continua sem solução.

Raúl Zibechi (2011) assinala que as periferias urbanas foram constituídas concentrando setores sociais desconectados da economia formal, tornando-se territórios praticamente sem o controle do poder público. Desse modo, o Estado e as elites locais tentam através de uma intensa “militarização das periferias”³¹, resolver tal problema, resultando numa situação em que as forças repressivas atuam como um exército de ocupação em seus próprios países. O autor chama a atenção para a peculiaridade da América Latina, em que as técnicas que são aplicadas atualmente por governos

³⁰ GRUDGINGS, Stuart. ONGs criticam coronel que chamou polícia de “inseticida social” - 16/04/2008 – Redação Reuters.

³¹ “[...] los planes sociales han puesto en la mira a las poblaciones de las periferias urbanas, donde buscan instrumentar nuevas formas de control y disciplinamiento a través de subsidios y un conocimiento más fino de esas realidades. Por otro lado, las publicaciones dedicadas al pensamiento estratégico y militar, así como los análisis de los organismos financieros, dedican en los últimos años amplios espacios a abordar los desafíos que presentan las maras y las pandillas, y a debatir los nuevos problemas que plantea la guerra urbana. Los conceptos de “guerra asimétrica” y de “guerra de cuarta generación” son respuestas a problemas idénticos a los que plantean las periferias urbanas del tercer mundo. Los estrategas ven con claridad el nacimiento de un tipo de guerra diferente, en el que la superioridad militar no juega un papel decisivo. Desde este punto de vista, los planes sociales y la militarización de las periferias pobres son dos caras de una misma política ya que buscan controlar a las poblaciones que están fuera del alcance de los estados.” (ZIBECHI, 2011, p. 2).

“progressistas” mesclam abrangentes planos sociais com a ocupação militar das favelas. Segundo Zibechi (2011), a esquerda latino-americana – ao menos a que se encontra liderando governos – continua considerando equivocadamente os subúrbios pobres como bolsões de crime, tráfico de drogas e violência. Tal entendimento não distanciaria tanto as diferenças entre direita e esquerda, com o Brasil figurando um caso exemplar. Wacquant (1999) também assinala que a direita e esquerda no Brasil se submeteram à exploração midiática e às fantasias das políticas de “segurança total”, inventadas nos Estados Unidos, uma “penalidade neoliberal”, segundo o autor, criada na esteira da desregulamentação completa do Estado social keynesiano.

[...] a insegurança criminal no Brasil tem a particularidade de não ser atenuada, mas nitidamente agravada pela intervenção das forças da ordem. O uso rotineiro da violência letal pela polícia militar e o recurso habitual à tortura por parte da polícia civil (através do uso da “pimentinha” e do “pau de arara” para fazer os suspeitos “confessarem”), as execuções sumárias e os “desaparecimentos” inexplicados geram um clima de terror entre as classes populares, que são seu alvo, e banalizam a brutalidade no seio do Estado. Uma estatística: em 1992, a polícia militar de São Paulo matou 1.470 civis – contra 24 mortos pela polícia de Nova York e 25 pela de Los Angeles –, o que representa um quarto das vítimas de morte violenta da metrópole naquele ano. É de longe o recorde absoluto das Américas. Essa violência policial inscreve-se em uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, que se viu fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a “subversão interna” se disfarçou em repressão aos delinquentes. Ela apoia-se numa concepção hierárquica e paternalista da cidadania, fundada na oposição cultural entre feras e doutores, os “selvagens” e os “cultos”, que tende a assimilar marginais, trabalhadores e criminosos, de modo que a manutenção da ordem de classe e a manutenção da ordem pública se confundem. (WACQUANT, 1999, p. 5).

Ademais, a “cidade de negócios”, sobretudo aquelas de intensa atividade turística, tão exaltada pelo *mainstream* urbanístico, geralmente intensifica uma “narcoeconomia”. O mercado das drogas criminalizadas constitui uma das faces ilegais da economia capitalista, pois está associado às dinâmicas de mundialização, financeirização e territorialização capitalistas, dado que a lavagem de dinheiro do narcotráfico – e também do tráfico de armas – ocorre mediante transações financeiras e imobiliárias; e a complexa organização desse lucrativo setor econômico demanda certa articulação territorial, desde a produção, até a distribuição e comercialização das drogas (BARBOSA, 2015).

Para a Copa das Confederações e para Copa do Mundo foram destinados R\$ 1,17 bilhão de investimentos federais em segurança; além de mais R\$ 1,15 bilhão especificamente para os Jogos Olímpicos de 2016. Cerca de R\$ 50 milhões foram gastos apenas com armamento “não-letal” para os megaeventos. Além disso, por exigência da Fifa, o governo brasileiro precisou contratar empresas de segurança privada para os estádios. Estima-se que cerca de 25 mil vigilantes terceirizados atuaram nas 12 arenas durante os jogos. (MARINHO, CAMPAGNANI, COSENTINO, 2014, p. 25).

Entre outras questões geradas, as UPPs elevaram consideravelmente os valores de aluguéis nas favelas³², estimulando inclusive uma incipiente “gentrificação” de algumas comunidades com moradores de classe média passando a morar nessas áreas, a exemplo do morro do Vidigal, na Zona Sul carioca.³³

1.1.2 A Copa das remoções

Em todo o Brasil, inúmeras denúncias de violações de direitos, sobretudo à moradia adequada, foram feitas por organizações de Direitos Humanos ao longo do período de preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo FIFA de 2014. Além de relativa repercussão midiática acerca das violações ocorridas durante a organização do evento, sobretudo internacional, dada a amplitude do evento, também foram publicados alguns dossiês, geralmente elaborados de forma independente, por pesquisadores, ativistas, redes de “ONGs”. Praticamente todas as publicações revelam certo padrão de comportamento dos governos em plano federal, estadual e municipal, em não tornar disponível os dados detalhados referentes às obras, bem como a quantidade de pessoas atingidas.

Foi denunciado também que muitas famílias não eram informadas diretamente pelo poder público que suas casas seriam demolidas, acabavam descobrindo informalmente, através de vizinhos ou de noticiários. A ausência de notificação prévia, além de lesar um direito humano fundamental, gerava um clima de medo e instabilidade nas comunidades atingidas: “As estratégias utilizadas uniformemente em todo o território nacional se

³² BBC Brasil – Notícias - “Efeito UPP” faz aluguel aumentar mais em favelas do que no restante do Rio – 16/11/2011 – BBC Brasil.

³³ GARÇONI, Ines. Vidigal atrai moradores ilustres e ganha status de favela chique – 18/06/2013 – Jornal O Globo.

iniciam quase sempre pela produção sistemática da desinformação, que se alimenta de notícias truncadas ou falsas, a que se somam propaganda enganosa e boatos” (ANCOP, 2014). Passada essa “primeira etapa”, os agentes públicos/privados entravam em ação de forma mais incisiva, usando diferentes artifícios para forçar a saída dos moradores de suas casas: “Em seguida, começam a aparecer as ameaças. Caso se manifeste alguma resistência, mesmo que desorganizada, advém o recrudescimento da pressão política e psicológica. Ato final: a retirada dos serviços públicos e a remoção violenta.” (ANCOP, 2014).

A partir de 2010, consolidam-se articulações locais que passam a conformar “comitês populares”, com especificidades em cada cidade-sede, mas, grosso modo, integrados por movimentos sociais, organizações não-governamentais, acadêmicos e ativistas. O principal objetivo dos comitês populares da Copa era resistir aos impactos negativos do megaevento. No mesmo período, dada a nacionalização dos processos e a própria relevância das questões envolvidas com a Copa, passou-se a ter uma rede de contato entre as organizações locais de cada cidade-sede, que se transformaria na Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). A Ancop “[...] tornou-se o principal sujeito político na contestação do discurso oficial, na produção de materiais consistentes e na defesa dos atingidos pela Copa.” (PINHEIRO, 2015, p. 138).

No dia 10 de julho de 2014, em meio aos jogos da Copa do Mundo, a Secretaria-Geral da Presidência da República divulgou oficialmente o documento “Desapropriações e deslocamentos involuntários na Copa FIFA 2014”. O quadro foi composto com informações do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, e apresentava a estimativa de 35.653 pessoas atingidas por remoções relativas à preparação das cidades para o evento.

Em resposta ao documento do governo federal, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), publicou uma nota com o título “Dados oficiais maquiagem vários processos de remoção no país”. De acordo com a nota de resposta da Ancop, os dados divulgados ocultavam vários processos efetivos de remoção, e que diversas foram as alterações nas obras consideradas na “matriz de responsabilidade da Copa”; e que tal matriz de responsabilidade, que envolve os três entes governamentais na organização do evento da Fifa, estaria também relacionada na preparação para os Jogos Olímpicos de

2016, então, do mesmo modo, fazia-se necessária a inclusão das obras olímpicas nos dados oficiais. E reafirmava que “[...] As obras de alguma forma ligadas pelos Governos à Copa do Mundo e às Olimpíadas atingiram, diretamente, ameaçando ou removendo aproximadamente 250 mil pessoas em todo o Brasil.” (ANCOP, 2014). Todavia, é ressaltado que tal estimativa, constituída através de levantamentos realizados por pesquisadores dos Comitês Populares da Copa, organizados nas 12 cidades-sede, seria expressamente não-oficial, “já que essa é uma obrigação dos governos”. (ANCOP, 2014).

A Ancop questionava também a atitude tardia, pois durante todo o processo foram solicitados esses dados por diversas entidades e movimentos, e que “[...] a ausência de diálogo e informações concretas foi a tônica dos Governos Federal e locais” (ANCOP, 2014). Além disto, o documento governamental desconsiderava as violações de direitos cometidas no decorrer dos processos de remoção, como o descumprimento de procedimentos legais estabelecidos no Estatuto da Cidade e a violência cometida durante os desalojamentos: “[...] Ainda que não se apresente em nossas contas de ameaçados, o número de pessoas atingidas pelo aumento dos aluguéis ou expulsos de suas regiões pela violência policial ou que foram forçadas a vender suas casas é incalculável” (ANCOP, 2014). As entidades e movimentos criticaram também a indiferença do governo à resistência das comunidades atingidas.

Por fim, o documento da Ancop afirma que todo esse processo está muito além dos megaeventos, pois o modelo de cidade em curso, “cada vez mais privatizada e gerenciada” e que promove conflitos diversos na sociedade, não se iniciou na Copa do Mundo, mas foi intensificado pelo evento e a tendência é a continuidade se não houver enfrentamento “por outro modelo de cidade” – embora não seja dito qual *outro* modelo –, o que restará será “um terrível legado nas principais cidades do país” (ANCOP, 2014).

1.1.3 Cidades para todos?

O papel assumido pelo Brasil no mercado global como setor de ponta na produção de *commodities* agrícolas e pecuárias, ao longo das décadas de 1980 e 1990, concentrou pesquisas e investimentos públicos nesse setor; enquanto as cidades permaneceram sem investimentos expressivos, principalmente em habitação, saneamento e mobilidade.

Apenas neste século os investimentos públicos em política urbana retornaram com algum fôlego, abrindo um novo período para as cidades brasileiras, tendo como pano de fundo a estreita relação entre a dinâmica imobiliária e a financeirização da economia. Ademais, a capacidade de consumo das camadas médias e dos segmentos de menor poder compra aumentou notadamente; o poder público disponibilizou mais recursos para construção de moradias, além de praticar juros menores no financiamento para aquisição de imóveis (MARICATO, 2014).

Um dos primeiros atos de Lula na presidência foi a criação do Ministério das Cidades, representando um marco na política urbana do país, englobando na pasta as áreas de moradia, saneamento, transportes e planificação territorial. O primeiro titular do Ministério das Cidades foi Olívio Dutra, quadro histórico do PT e um símbolo do modelo petista de gestão participativa das cidades, como ex-prefeito de Porto Alegre. Além de ex-governador do Rio Grande do Sul. Um grupo considerável de técnicos e especialistas comprometidos com a agenda da Reforma Urbana ocupou os principais cargos do novo ministério (BONDUKI, 2009, p. 123).

Em outubro de 2003, foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Cidades, com a participação de 2.510 delegados de todo o país. O evento deliberou diretrizes gerais para a política nacional de desenvolvimento urbano (PNDU). Na sequência, foi regulamentado através do decreto da presidência da república nº 5.031, de 2 de abril de 2004, o Conselho das Cidades (ConCidades), órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa para a formulação da política nacional de desenvolvimento urbano, conforme previsto no Estatuto da Cidade (MARICATO, 2012; SANTOS JÚNIOR, 2007, p. 176).

Em 2005, o Congresso Nacional, após ampla reformulação, aprovou a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), voltado à moradia popular (BONDUKI, 2009, p. 124-5). Contudo, nesse mesmo ano, o ministro Olívio Dutra foi substituído por um nome indicado pelo Partido Progressista (PP), sigla conservadora a qual era filiado o então presidente da Câmara dos Deputados, o pernambucano Severino Cavalcante. Tal mudança ocorrera durante a crise do “mensalão”. A maioria dos quadros técnicos do ministério optou por entregar os cargos em sinal de protesto pela mudança na direção política da pasta. Dessa forma, qualquer possibilidade de avanço na aplicação do PNDU fora abortada em nome da “governabilidade”.

A intensa expansão da produção imobiliária nacional entre 2005 e 2012 está assentada numa série de fatores que interagiram para a conformação do atual cenário. Há duas décadas vem ocorrendo uma intensa internacionalização do mercado imobiliário brasileiro. Até então, esse mercado era estritamente local, sob controle de empresas regionais que geralmente atuavam em outros ramos de negócios e transferiam seus capitais acumulados para investimentos em construção. E poucas eram as empresas que investiam capitais fora da sua região de origem. Entre as décadas de 1980 e 1990, algumas construtoras e incorporadoras passam a buscar estratégias de expansão e diversificação regional. Com a regulação dos fundos de investimento imobiliário, foram captados recursos de investidores no mercado financeiro para inversões em projetos imobiliários que geraram fluxos de renda. Já na década de 2000, essas empresas aproveitaram a injeção de crédito habitacional para alavancar suas posições no mercado. Desde 2006, tornou-se crescente o movimento das maiores incorporadoras de abertura de capital na Bolsa de Valores, que passaram a se capitalizar e a expandir seus lançamentos no mercado de ações. Cumpre ressaltar que esse segmento econômico tem bastante dinamismo e competição acirrada, ocorrendo ao longo desse período fusões, aquisições e parcerias (VOLOCHKO, 2015, p. 103).

As décadas de 1990 e de 2000 foram marcadas pelas aproximações entre o setor imobiliário brasileiro e o capital financeiro, com destaque ao surgimento de novos mecanismos que possibilitaram a conversão de bens imóveis em títulos mobiliários, a exemplo dos Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). A partir de 1995, após longo período de paralisação, os financiamentos habitacionais são retomados com o emprego de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com destacada atuação de cooperativas habitacionais.

A Secretaria de Política Urbana, responsável pelo setor habitacional durante o governo de FHC, divulgou em 1996 a Política Nacional de Habitação (PNH), dentro do contexto de preparação para a 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II. Na esteira da PNH, foi criado o “Promoradia” para urbanização de assentamentos precários (programa paralisado em 1998); e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que financiava a produção de unidades novas para arrendamento. O maior destaque vai para a “Carta de Crédito”, programa de financiamento com recursos do

FGTS direcionado ao beneficiário final, que entre 1995 e 2003, utilizou cerca de 85% dos recursos federais destinados à políticas de moradia.

A Carta de Crédito Associativa, de acordo com Bonduki (2009), se convertera numa espécie de “válvula de escape” para o setor privado captar recursos do FGTS. De modo geral, foi acentuado o processo de favorecimento das classes médias nas políticas de financiamento habitacional, as famílias com renda superior a 5 salários-mínimos abocanharam cerca de 78,84% dos recursos, enquanto as famílias de baixa renda, com até 3 salários de renda mensal, receberam apenas 8,47% dos recursos (BONDUKI, 2009, p. 104-6).

Entre 2005 e 2007, comenta Sanfelici (2015, p. 126), um grupo de empresas angariou um volume considerável de investimentos para a expansão dos seus negócios. Os investidores que obtiveram participação acionária nesse grupo de empresas eram majoritariamente compostos por fundos de pensão, seguradoras, fundos mútuos etc., sediados no Brasil e em outros países. Se, por um lado, cada vez mais o mercado imobiliário vem sendo ocupado por empresas com receita anual superior a 1 (um) bilhão de reais, mesmo em grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro, pequenas e médias incorporadoras ainda marcam significativa presença no mercado (SANFELICI, 2015, p. 128).

As principais formas de ingresso de investidores globais na recente expansão do mercado imobiliário foram a aquisição de cotas nos fundos de investimento imobiliário e a compra de participação nas construtoras e incorporadoras brasileiras. Sanfelici (2015, p. 127-8) frisa que a atuação prioritária dos investidores financeiros no mercado imobiliário brasileiro, através do poder acionário, ocorre mais no âmbito da oferta imobiliária, e menos na demanda. E, que, no Brasil, realiza-se uma dinâmica qualitativamente diferenciada das que marcaram as crises imobiliárias nos Estados Unidos, na Espanha e na Irlanda, por exemplo, onde se formaram bolhas imobiliárias devido a circulação de créditos hipotecários em mercados internacionais. O financiamento habitacional no Brasil se dá através de bancos públicos e privados que, majoritariamente, não adotam o modelo de crédito não securitizado, fazendo com que a dívida habitacional dos mutuários não circule em mercados secundários de hipotecas. Isto significa que o financiamento habitacional

sofre menor interferência das oscilações nos mercados financeiros, diferente do que ocorre nos países de predominante securitização de ativos.

O autor também salienta os aspectos decisivos ao salto escalar das incorporadoras e construtoras, com destaque ao papel dos bancos comerciais, sobretudo os públicos, por terem destinado recursos das cadernetas de poupança e do FGTS ao crédito habitacional, principalmente a partir de 2009.

As mudanças macroeconômicas observadas no primeiro governo Lula (2003-2006), bem como a política de estímulo ao financiamento habitacional representada pelo Minha Casa Minha Vida a partir de 2009, foram determinantes para a elevação do volume de crédito concedido. Essa atuação em escala nacional dos bancos foi imprescindível para a criação de nova demanda solvável, tanto em termos de segmentos de renda antes sem acesso ao mercado imobiliário (sobretudo camadas de renda média-baixa), como em termos regionais, na medida em que a ampliação do espectro de adquirentes potenciais tornava viável a entrada das incorporadoras de capital aberto em outros mercados regionais ao permitir ganhos de escala (SANFELICI, 2015, p. 131).

O crescimento do mercado de capitais brasileiro não ocorrera como simples consequência da abertura comercial realizada a partir dos anos 1990. O Estado nacional precisou assumir sucessivos compromissos financeiros para a economia brasileira ganhar a “credibilidade” dos investidores e das agências de avaliação de risco. Dessa forma, o país deveria obter *superávits* orçamentários para assegurar o pagamento dos títulos da dívida pública. Sanfelici (2015, p. 133) observa que nas ocasiões em que houve desconfiança dos investidores acerca do chamado “risco Brasil”, o governo brasileiro, seja do PSDB ou do PT, imediatamente assegurou à comunidade financeira que a prioridade nos gastos públicos era o pagamento do serviço da dívida. Desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, os ativos financeiros tiveram uma remuneração excepcional, a taxa básica de juros do país se manteve em patamares elevados, e diversas isenções e benefícios fiscais foram disponibilizados para aplicações em títulos, ações e outros papéis financeiros.

A retomada dos investimentos no financiamento habitacional se deu através dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Os projetos levados a cabo pelo PAC tiveram impacto positivo no crescimento econômico, sobretudo pelo número significativo de empregos criados. Todavia, no caso das reformas urbanas, as obras também atraíram capitais especulativos, provocando um custo altíssimo aos moradores das

idades. O *boom* imobiliário aumentou após o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. O programa, junto à alterações na legislação do financiamento imobiliário, flexibilizaram e ampliaram o crédito aos compradores, concorrendo para a expansão de uma nova produção habitacional nas periferias. Num cenário de aparente estabilidade econômica e de baixo desemprego, os recentes investimentos de políticas governamentais fizeram com que o mercado imobiliário brasileiro desse uma guinada na direção das camadas de renda inferior e de espaços periféricos pouco valorizados.

Entre os efeitos da crise de 2008 no Brasil, destaca-se a retirada de investidores financeiros e a desvalorização das ações de incorporadoras “nacionais” listadas na Bovespa. Contudo, “o grande motivo que leva as incorporadoras a levar adiante a periferização/metropolização da produção imobiliária da moradia foi o modo como o Estado propôs lidar com a crise no Brasil” (VOLOCHKO, 2015, p. 113). Com efeito, Volochko (2015, p. 105) assinala que o programa Minha Casa Minha Vida significou a “privatização da política urbana”, pois em todas as fases do programa o poder decisório coube majoritariamente às grandes incorporadoras. O volume dos investimentos federais gerou um crescente aumento no preço de aluguéis e imóveis nas principais cidades do país. No Rio de Janeiro, que recebeu, entre outros jogos, a final da Copa do Mundo de 2014 e também sediou as Olimpíadas de 2016, esse aumento no valor imobiliário chegou a 185% entre 2009 e 2012³⁴. Esse processo provocou uma expansão das periferias urbanas, destino de grandes parcelas da população que não conseguem permanecer nas áreas mais centrais. Em muitos casos, estão ocorrendo novas ocupações irregulares de terrenos, comprometendo áreas de proteção ambiental.

Maricato (2014, p. 20) assinala que as concepções *neodesenvolvimentistas*, orientadoras das políticas dos governos Lula e Dilma, ignoram o requisito principal da política urbana, o uso e a regulação do solo: “Estamos diante da grande trava social: o ‘nó’ da terra ou da propriedade patrimonial que sustenta a desigualdade urbana” (MARICATO, 2014, p. 20). A autora acusa o desaparecimento das propostas dos movimentos de reforma urbana da agenda política, e que a política urbana passara a ser “um grande número de obras de infraestrutura, voltadas em sua maior parte para a circulação do automóvel e para a expansão do mercado imobiliário [...] contrariando o plano diretor municipal e em

³⁴ Conforme o índice FipeZap, ver MARICATO, 2014.

função do financiamento de campanhas eleitorais.” Além disso, “a desigualdade social e a segregação territorial são lembradas apenas retoricamente para justificar mais obras.” (MARICATO, 2014, p. 20). Apenas em São Paulo, em razão de intervenções públicas de caráter ambiental e/ou viária, cerca de 50 mil famílias teriam sido removidas compulsoriamente entre 2006 e 2015 (ALVAREZ, 2015, p. 73)

A produção habitacional promovida pelo Programa Minha Casa Minha Vida, em alta escala e direcionada às famílias de mais baixa renda, ocorre “numa proporção que talvez nem os mais otimistas do campo da reforma urbana imaginariam” (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p. 167). Entretanto, a sobreposição dos capitais financeiro e imobiliário acaba desembocando em: “alta generalizada de preços de imóveis e aluguéis, produção de novas periferias e aprofundamento da segregação socioterritorial” (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p. 167).

Volochko (2015) assevera que a “ideologia do crescimento econômico ilimitado” estaria se movendo em direção à produção do espaço urbano metropolitano. Tal processo acarreta grandes consequências na dinâmica de valorização do solo, bem como no aprofundamento da segregação socioespacial no interior das periferias. O autor recorda que entre as principais características da globalização neoliberal estaria a passagem de um regime fordista para um regime de produção e acumulação flexível. Dessa forma, perante os limites estabelecidos pelas constantes crises financeiras, Volochko indaga se o impulso de uma produção habitacional “industrializada” nas periferias das metrópoles tratar-se-ia de uma tendência do capital articulado ao Estado (VOLOCHKO, 2015, p. 111).

O processo de “metropolização-periferização” associado ao programa em curso, representa tanto a abertura de novas possibilidades de negócios lucrativos ao setor imobiliário financeirizado, dada a intensa valorização fundiária nas periferias, quanto a expansão da base social de consumo num momento de crise econômica global. Dessa forma, o Estado realça seu papel de mediador da acumulação capitalista, pois “[...] capitaliza a pobreza como novo negócio mundializado e situa um novo patamar para a produção e reprodução do espaço nas periferias metropolitanas” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 11).

Fani Carlos (2015) aponta a diminuição do percentual da população brasileira situada abaixo da linha da pobreza, conforme dados de renda divulgados em 2010,

significando, entre outros aspectos, a incorporação dessa faixa populacional ao mundo de consumo, notadamente pelo aumento do crédito e pela redução de impostos sobre determinados bens. Entretanto, não apenas ao consumo de mercadorias que tais segmentos passaram a ter acesso, pondera a autora, mas também ao “consumo do espaço” através do Programa Minha Casa Minha Vida, configurando um “novo momento da produção da periferia das metrópoles brasileiras” (CARLOS, 2015, p. 46). Com o PMCMV, assinala a autora, o Estado contempla anseios tanto da população quanto do setor imobiliário, dado que a expansão da produção habitacional através do programa insere segmentos sociais antes excluídos desse mercado. Ademais, com o acesso à casa própria, essa população adentraria também em outras esferas de consumo, como o de eletrodomésticos e outros bens. A ampliação das redes de supermercados e centros comerciais nas periferias ilustra bem o direcionamento de setores econômicos para esse novo mercado, enxergando no ímpeto de consumo dessa população um farto incremento aos seus lucros. E esses “novos consumidores”, por sua vez, passaram a reproduzir um novo tipo de cultura a partir de um modo de vida urbano ao qual foram recentemente *integrados*, configurando “[...] o cotidiano como o espaço-tempo organizado em função da acumulação através do consumo dos signos da riqueza amplamente veiculados pela mídia, que invade a vida privada orientando comportamentos [...]” (CARLOS, 2015, p. 46). Dessa forma, as estratégias do capital com vistas à acumulação aprofundam a mercantilização em todas as relações sociais, subordinando-as à lógica do consumo.

Nesse sentido, o “combate” à desigualdade reitera-a de forma perversa: a “inclusão” numa sociedade que “exclui” constantemente é feita pela mudança da condição social frente ao mercado; agora, essa população periférica, que vivia fora do mercado formal da habitação, é consumidora do espaço-mercadoria, através do contrato formal de compra da moradia, o que revela que desenvolvimento da sociedade não se reduz ao aumento de salário e nem se mede pelo acesso ao mundo do consumo, mas pelo processo que reproduz todas as relações sociais pela mediação do mundo da mercadoria. Esse processo transforma o cidadão em consumidor, criando novas formas de alienação. (CARLOS, 2015, p. 46-7).

Volochko (2015, p. 105) comenta que a maioria dos novos moradores dos condomínios habitacionais do PMCMV são oriundos de regiões já periféricas, e que o anseio pela casa própria poderia explicar a sujeição dessas famílias em se transferir para

áreas ainda mais afastadas das centralidades urbanas, pois, “para o segmento popular a moradia não deve ser encarada como um bem de consumo, mas como um bem de necessidade [...]”. Essa demanda funcionaria perfeitamente com as estratégias privadas, dado que “[a] condição de pobreza e em parte de déficit habitacional é então amarrada pelo Estado à acumulação capitalista, que fica assim cada vez mais encarregada da produção da urbanização” (VOLOCHKO, 2015, p. 113).

Até o final de 2013, somando todas as faixas de renda e todas as modalidades do programa, foram contratadas 3,4 milhões e entregues 1,7 milhão de unidades habitacionais no PMCMV. Após mais de cinco anos de execução do programa, 89,6% do déficit habitacional no país se concentra em famílias com renda mensal entre 0 e 3 salários-mínimos, exatamente a faixa com menor percentual de financiamentos (MARICATO, 2014).

Rizek, Amore e Camargo (2015) examinaram a produção da modalidade “Entidades”, contratada através de cooperativas, associações, organizações populares, e não por construtoras, embora tenham que se submeter praticamente às mesmas regras. Essa modalidade, legatária do programa Crédito Solidário e operando o mesmo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), está situada na faixa 1 (um) do programa, que atende famílias de renda mensal até 1.600 reais. A meta do programa era de atender 3% de toda a produção do programa nacionalmente na modalidade de “Entidades”, contudo, de acordo com os autores, até o final de 2013 menos de 1% de todas as unidades habitacionais do PMCMV haviam sido contratadas dessa forma. Os autores apontam fragilidades referentes aos dados sobre a produção de moradia do PMCMV, particularmente da modalidade em questão. Diante disso, assinalam a necessidade de analisar o elo existente entre os métodos de identificação e abordagem da pobreza ao longo da história brasileira, com destaque à questão que dominou relativamente o debate das ciências sociais desde a segunda metade do século passado, “os vínculos contraditórios entre desenvolvimento e pobreza” (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p. 167).

Volochko (2015, p. 101) acentua certo caráter “patrimonialista” na sociedade brasileira em que “[...] a união da propriedade fundiária com o capital na própria constituição da sociedade brasileira, fazendo com que a classe capitalista seja igualmente a classe proprietária”; esse aspecto da formação social do país explicaria a estruturação do

próprio Estado nacional, inerte à concentração de terra no campo e ao gigantesco déficit habitacional nas cidades. O autor salienta que a propriedade privada do solo urbano, apesar de concentrada, acaba por fragmentar a cidade em diferentes formas possíveis de apropriação social, como as ocupações, autoconstruções; enfim, uma produção heterogênea, descentralizada e também pouco valorizada socialmente. Dessa maneira, com vistas à homogeneização do espaço, “[...] a coordenação do Estado e do mercado imobiliário-financeiro aparecem como o único meio capaz de promover as transformações mais intensas e significativas no espaço” (VOLOCHKO, 2015, p. 101).

Ermínia Maricato (2007, p. 58), do mesmo modo, aponta o “legado do patrimonialismo” como algo bastante funcional à globalização. Na América Latina, a “corrupção generalizada” seria um subproduto do exercício do poder, seja no executivo, legislativo ou judiciário, a partir da esfera pessoal. “Nesse ambiente a aplicação da lei segue caminhos imprevisíveis quando se trata de contrariar interesses dominantes”, assinala a autora, ademais: “Leis progressistas podem resultar em decisões conservadoras já que os julgamentos não ignoram as relações pessoais ou de compadrio” (MARICATO, 2007, p. 58).

Ao analisarem os desdobramentos do PMCMV, no bojo de todo contexto recente de crescimento econômico, Rizek, Amore e Camargo (2015) recorrem à formulação clássica de Francisco de Oliveira, na qual a modernização capitalista no Brasil ocorrera sob a égide do “atraso”:

Ao contrário de atribuir eternamente à raiz colonial e escravista ou ao patrimonialismo a matriz da desigualdade e das formas da sociabilidade brasileira, talvez se possa apontar para o fato de que as formas de dominação que marcam a sociabilidade política do país utilizaram, atualizaram e modularam esse suposto “atraso”, bem como formas de dominação, quase como “modo de regulação”. Essas formas de dominação, suas atualizações e suas refrações em uma miríade de aspectos e modulações determinam as próprias tentativas de pensar as assimetrias, os contornos e arranjos das relações de poder e de exploração ao longo da história recente do país. (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p. 168).

Assim, as desigualdades habitacionais e as carências urbanas, em geral, conformariam os sintomas mais visíveis das inflexões contemporâneas da questão social brasileira, “[...] que conduzem para uma reflexão sociológica da adaptação e legitimação

das formas de contagem, classificação, cálculo, gestão, governo moral e controle dos ‘pobres’” (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p. 171).

1.2 BRASIL POTÊNCIA E “NEODESENVOLVIMENTISMO”

A vitória das esquerdas com a eleição de Lula à presidência do país, em 2002, representava a possibilidade concreta de que as reformas estruturais necessárias fossem finalmente efetivadas. A dura oposição do PT aos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), do PSDB, e suas políticas privatizantes, fazia crer num refreamento da agenda neoliberal. Contudo, nenhuma alteração substancial na dinâmica macroeconômica do país foi realizada de imediato, ao contrário, foi aprofundado o modelo liberal periférico gestado no governo de FHC, priorizando setores econômicos ligados ao capital financeiro e à indústria agroexportadora. No Ministério da Fazenda e no Banco Central foram mantidas as políticas de austeridade, sendo que para o último foi indicado um representante direto do capital financeiro para a presidência, Henrique Meirelles, ex-presidente do BankBoston e deputado federal eleito pelo PSDB de Goiás naquele pleito. Na composição parlamentar do governo, optou-se por uma conformação ampla com partidos conservadores e fisiológicos, a partir da negociação de postos nos ministérios e nas empresas estatais.

Katz (2016, p. 56), comparando a situação recente da Argentina com a do Brasil, aponta a rebelião social de 2001³⁵ naquele país, que derrubou vários presidentes em poucas semanas, como elemento decisivo que forçou a família Kirchner a governar permanentemente atenta à reação popular. Ao contrário do Brasil, onde Lula estabeleceu um “pacto social” e acentuou a desmobilização popular ao longo dos governos petistas. Conforme ocorrera com outras experiências de governos liderados por partidos de esquerda, o Estado foi quem passou a dirigir a PT, e não o inverso. E, desse modo, muitos movimentos sociais ligados ao partido passam também a se subordinarem à mesma lógica *estatizante*, em nome do “projeto nacional”. Tal processo já ocorria desde as primeiras

³⁵ Referente ao “*Argentinazo*”, uma série de gigantescas manifestações em várias cidades argentinas, cujo cume foram os dias 19 e 20 de dezembro de 2001, derrubando o então presidente Fernando De La Rúa, e o Ministro da Economia Domingo Cavallo. Os sucessores imediatos do presidente De La Rúa também não resistiram no poder. A crise foi resultante de anos de políticas liberalizantes que deterioraram a economia daquele país, o estopim foi o “*Corralito*”, medida que limitava os saques bancários semanais.

gestões em prefeituras e governos estaduais do PT, intensificando-se radicalmente após Lula chegar à presidência, registrando um considerável processo de incorporação de amplas camadas de militantes de esquerda às funções estatais (COSTA JUNIOR, 2010).

Não obstante, Lula foi o presidente de maior aprovação popular desde a redemocratização do país, tendo como principal base social e política o “subproletariado”, trabalhadores de baixíssima renda. Esse setor possuiria, segundo André Singer (2009), uma visão relativamente conservadora, com certa hostilidade às greves e aos sindicatos, não querendo dizer que não desejasse mudanças, mas desde que fossem feitas sem o prejuízo da ordem³⁶. O apoio desse setor só foi adquirido ao longo do primeiro mandato de Lula (2003-06), repousando principalmente no aumento do poder de consumo, seja de produtos tradicionais, alimentos, material de construção etc.; seja de novos produtos, a exemplo de eletrodomésticos, automóveis, passagens aéreas. (SINGER, 2009, p. 90). Esse apoio garantiu a reeleição de Lula em 2006, e a eleição de sua sucessora, Dilma Roussef (PT), nos pleitos de 2010 e 2014.

A gradual melhora no nível de consumo dos setores pauperizados é atribuída principalmente à introdução do Programa Bolsa Família, ocorrida em 2003. A princípio, o programa representava a unificação das políticas de transferência de renda preexistentes nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a agenda econômica recessiva que caracterizava aqueles governos impediu a expansão de tais políticas. O governo Lula, além de uma orientação diferenciada para as políticas sociais, vivenciou um cenário econômico internacional bem mais estável, permitindo converter aqueles programas numa espécie de “renda mínima” destinada às famílias em situação de vulnerabilidade (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Em 2004, o Programa Bolsa Família teve um acréscimo de 64% de verbas comparado ao ano anterior. Em 2005, outros 26% de aumento. Em dois anos, duplicou o

³⁶ Singer (2009, p. 97) assinala que Lula teria se apropriado politicamente de uma base popular “[...] antes caudatária dos partidos da ordem”, contudo, o mesmo não teria ocorrido com o PT, que manteve um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado, tanto é, que nas eleições de 2006, Lula foi mais votado nos Estados de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, enquanto a votação da bancada federal do PT continuou vinculada aos Estados de IDH mais elevado (dado que foi se alterando nas eleições seguintes, em 2010 e 2014). Com efeito, o autor assevera que o PT ainda não teria sido capaz de dar a direção ao “subproletariado”, um segmento particularmente difícil de organizar, e, que, em decorrência da “[...] ausência de um avanço da esquerda, o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se a ele, mais do que o modelando, porém, ao mesmo tempo, constituindo-o como ator político” (SINGER, 2009, p. 100).

número de famílias atendidas, de 3,6 milhões para 8,7 milhões. Até o fim do primeiro mandato, em 2006, o orçamento do programa foi multiplicado em treze vezes, de R\$ 570 milhões de reais para 7,5 bilhões de reais, com cerca de 11,4 milhões de famílias assistidas (SINGER, 2009, p. 92).

No geral, as políticas voltadas ao crescimento econômico dos governos petistas, com destaque ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), foram associadas a teses do “neodesenvolvimentismo”, modelo que propõe incorporar maior regulamentação estatal ao capitalismo neoliberal para estabilizar seu funcionamento, retomando a ideia de crescimento mediante um processo de *catch up*, copiando tecnologias avançadas de outras economias. Políticas estatais atuariam para diminuir o abismo tecnológico perante outras regiões. O economista argentino, Claudio Katz (2016), questiona a possibilidade da América Latina imitar o modelo asiático de industrialização, meta dos neodesenvolvimentistas. O autor analisa as políticas adotadas por Argentina e Brasil, nações que recentemente vivenciaram ciclos ascendentes, mas se encontram envoltas às contradições relacionadas ao estímulo da demanda sem a remoção de obstáculos estruturais ao desenvolvimento. No caso brasileiro, entre outros aspectos, critica a associação do aumento do consumo com uma suposta expansão da classe média, pois a persistência de 30 milhões de pessoas na pobreza confrontaria tal assertiva (KATZ, 2016, p. 207).

Katz (2016, p. 53) ressalta que, atualmente, apenas 10% dos proprietários concentram 85% produção agropecuária brasileira, e toda a comercialização é controlada por cinquenta empresas. Cerca de 5% da produção agrícola global é brasileira, que consome 20% dos fertilizantes e demais agroquímicos do planeta. Ademais, a prioridade dada à sojicultura afeta a variedade de cultivos e aumenta a tradicional concentração de terra. Ao contrário do que se esperava dos governos petistas, a reforma agrária ficou paralisada devido a escolha estratégica pelo agronegócio. Assim, 150 mil famílias continuaram à espera de terra.

O Brasil chegou a ter no período recente sua economia elevada à condição de sexta maior do mundo, com o crescimento interno atuando para diminuir a pobreza e a miséria, ao mesmo tempo que, contudo, atualizava desigualdades estruturais. Muitos empregos formais foram criados, apesar de marcados pela precariedade dos contratos e por baixos salários. Uma farta camada de trabalhadores desempregados, “expulsa do mercado” ao

longo da década de 1990 e início dos anos 2000, foi reabsorvida pelo setor de serviços, mas a média salarial de aproximadamente 60% dos postos de trabalho do país corresponde a R\$ 1.000,00 mensais. Ademais, no atual contexto, uma reconfiguração no modo de compreender as desigualdades e a pobreza vem ocorrendo, e soluções das mais diversas são indicadas para inserção de segmentos “sobrantes” no mercado de trabalho, como capacitações, cursos e atividades, além de ampla difusão dos valores econômicos e culturais do *empreendedorismo* (RIZEK; AMORE; CAMARGO, 2015, p. 166).

Se os governos petistas significaram ganhos consideráveis aos estratos mais pauperizados da sociedade brasileira, a situação não foi diferente aos que ocupam o topo da pirâmide social, pois obtiveram ganhos numa escala bem mais ampliada. Nas primeiras décadas do século XXI, as empresas nacionais³⁷ tiveram um incremento estrondoso nos seus lucros, graças ao apoio dado pelo Estado brasileiro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se transformou no principal banco de fomento do mundo. Os investimentos diretos dos capitais brasileiros em 2010 foram na ordem de 190 milhões de dólares. Um número que supera a soma dos PIBs de Equador, Uruguai, Bolívia e Paraguai. As multinacionais brasileiras, em 2011, repatriaram mais de 21 milhões de dólares, número equivalente ao PIB do Paraguai. Grande parte desses lucros advieram de países latino-americanos, onde essas empresas alocam seus maiores investimentos. A economia argentina, por exemplo, teve nos capitais brasileiros seus maiores investidores nos últimos anos. Em 2001, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, os investimentos diretos brasileiros em outros países foram na ordem de 49.700 milhões de dólares. Em dez anos, essa cifra havia sido multiplicada por quatro (ZIBECHI, 2012).

As empreiteiras nacionais receberam as maiores linhas de apoio do BNDES, fator decisivo para a expansão dessas empresas nos cinco continentes. A Andrade Gutierrez está em 37 países, Odebrecht em 19, OAS em 18, Queiroz Galvão em 10 e Camargo Corrêa em 6. Entre 2001 e 2010 o financiamento para obras no exterior cresceu 1.185% (ZIBECHI, 2012, p. 255).

³⁷ No que pese o farto investimento ao “capital nacional”, no último período muitas empresas brasileiras passaram ao controle do capital estrangeiro, sobretudo estadunidense, que adquiriu 3,4 vezes mais empresas que franceses, alemães e japoneses (KATZ, 2016, p. 53).

Contando com quatorze multinacionais de projeção global, o Brasil alcançou em 2011 um PIB de US\$ 2,4 trilhões. No ano anterior, teve uma taxa de crescimento de 7,5%. Na política externa, o país combinou um “regionalismo capitalista” com estratégias político-econômicas mais autônomas. Katz (2016, p. 50) aponta uma ambivalência na política exterior do Brasil durante o período petista, dado que não aceitou uma “subordinação neocolonial” ao governo estadunidense, mas tampouco promoveu rupturas com o “imperialismo”.

Em linhas gerais, o Brasil buscou manter uma dupla inserção no mercado internacional: exportando produtos primários para o mundo, enquanto abastecia seus vizinhos com mercadorias elaboradas. Nesse contexto, o Mercosul ficou à deriva, sem propostas de coordenação regional da produção ou utilização compartilhada da renda exportadora, com os países-membros comercializando basicamente os mesmos produtos, dando prioridade à produção de soja e à mega-mineração. A desigualdade entre as nações têm recriado velhos conflitos relacionados às normas tarifárias e restrições cambiais.

Por possuir mais acordos fora da área do que dentro da América do Sul, o Brasil rejeita institucionalizar acordos regionais que atrapalhem seu multilateralismo, a exemplo da proposta do Banco do Sul, que demandaria do país a concentração de investimentos na região, obstruindo sua projeção internacional própria. (KATZ, 2016, p. 51). Entretanto, tais questões contrastam com o intenso ativismo geopolítico do bloco sul-americano, com destaque para a formação da União das Nações Sul-americanas (Unasul)³⁸.

Desde 2006, a partir de um encontro informal de suas representações em meio a Assembleia Geral das Nações Unidas, intensificou-se um movimento para se estabelecer políticas de cooperação entre Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2008, em Ecaterimburgo, na Rússia, os Chanceleres dos quatro países realizaram uma primeira reunião formal constituindo uma nova entidade político-diplomática, o BRIC, que passou a ter reuniões anuais. Em 2011, a África do Sul ingressou no bloco, tornando-se a partir daí BRICS³⁹.

³⁸ Fundada em 2010, a organização intergovernamental é composta pelos doze estados do subcontinente, e tem como ideal a integração multissetorial dos países, sobretudo das duas uniões aduaneiras da região: o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Andina de Nações (CAN) (KATZ, 2016, p. 52).

³⁹ Katz (2016, p. 422) comenta que a sigla BRICS provém de classificações financeiras de curto prazo, introduzida por um operador de ações da Goldman Sachs para destacar as oportunidades de investimento naqueles países. Mais recentemente, outros financistas assinalaram o MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia), novos candidatos a receberem grandes volumes de capitais especulativos.

Katz (2016, p. 253) aponta a confusão gerada ao classificarem realidades socioeconômicas tão heterogêneas sob o mesmo rótulo de “emergentes”. Assim, no novo cenário da multipolaridade econômica e política, alguns pensadores latino-americanos projetem uma variante de capitalismo regional progressista a partir da incorporação da região ao bloco “contra-hegemônico” liderado pelo BRICS. Contudo, exaltam as diferenças do BRICS em relação às potências imperialistas, esquecendo-se que os membros do bloco “anti-liberal” também aplicam políticas internas conservadoras. Além disso, tais expectativas desconsideram quão integrados estão esses países com a globalização neoliberal. “É falso que o capitalismo funciona bem nos BRICS e mal em todas as economias desenvolvidas. Os desequilíbrios do sistema se estendem a todas as partes” (KATZ, 2016, p. 461).

Acompanhando a expansão das empresas nacionais, o governo brasileiro investiu consideravelmente em políticas de defesa, modernizando suas forças armadas e fortalecendo suas fronteiras, além de proteger militarmente a Amazônia, cuja região conta com 23 bases operadas pelo Pentágono. O país também ensaiou a intermediação de conflitos no Oriente Médio, Irã, África. E o exército brasileiro coordenou a “*Minustah*”, tropa de ocupação “humanitária” da ONU para estabilizar o Haiti, país mais pobre das Américas, após a deposição do presidente haitiano Jean-Bertrand Aristides através de um golpe apoiado pelos EUA, em 2004.

A atuação do governo brasileiro tinha como objetivo angariar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Até 2012, 1.200 militares foram enviados ao território haitiano, custando ao Brasil 2,11 bilhões de reais, sendo 741 milhões de reais reembolsados pela ONU. Militares brasileiros que participaram da ocupação comentam que a experiência foi decisiva como “*know how*”, tanto para treinar seus militares, quanto para conceber políticas de segurança para o país⁴⁰, a exemplo da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), implantada no Rio de Janeiro a partir de 2008.⁴¹

⁴⁰ “Em maio de 2013, o então governador do estado do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), e o primeiro-ministro haitiano, Laurent Lamothe, assinaram um acordo de cooperação entre a PM do Rio e a Polícia Nacional Haitiana (PNH) para a troca de informações sobre a evolução da política de UPPs no Rio, em comparação com os ‘pontos fortes’ nas favelas haitianas. Dois meses mais tarde, uma comissão da PNH viajou ao Rio para conhecer novas UPPs, assim como o treinamento do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e do Batalhão de Choque” (GOMBATA, 2014).

⁴¹ GOMBATA, Marsílea. “Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs” – 07/08/2014 — CartaCapital Internacional.

Cumpra ressaltar que o Brasil investiu pesadamente na exploração petrolífera, com destaque para a “descoberta” do Pré-sal, que gerou certa nostalgia “nacional-desenvolvimentista”, além de muitas controversas econômicas e ambientais. A prioridade ao petróleo fez o país deixar relativamente de lado a base energética da hidroeletricidade (KATZ, 2016, p. 53).

Alguns autores assimilam tais movimentos tratados acima como uma ressurreição da política do “Brasil potência”, ideário constituído na Escola Superior de Guerra (ESG) durante o regime militar. O reposicionamento do Brasil no capitalismo global no último período fez intelectuais latino-americanos (FONTES, 2010; ZIBECHI, 2012; KATZ, 2016) retomarem as formulações de Rui Mauro Marini acerca da ação “*sub-imperialista*” do Brasil perante países vizinhos, bem como do caráter *semiperiférico* do capitalismo brasileiro, pois na divisão internacional do trabalho apresenta mais semelhanças com países como a Espanha do que com Nicarágua ou Equador, por exemplo. Tal condição é interpretada por muitos através do dilema nacional: “o primeiro dos últimos ou o último dos primeiros?”

1.2.1 A ideologia desenvolvimentista

Na primeira metade do século XX, o capitalismo passou por turbulências, cujo cume foi a crise mundial de 1929, colocando em xeque os postulados da teoria econômica tradicional, fundamentada na eficiência da livre concorrência. O capitalismo para sobreviver, necessitava solucionar suas contradições no processo de acumulação: “a anarquia da produção, a queda da taxa de lucros, a superprodução de mercadorias, o desemprego, as oscilações do mercado, e outras preocupações que afligiam crescentemente a burguesia” (MANTEGA, 1984, p. 25).

Os prognósticos fatalistas contavam os dias para o colapso final do capitalismo. Para aumentar as preocupações burguesas, a vitória da revolução bolchevique na Rússia Czarista em 1917 enchia de força o movimento operário em todo o mundo. Com intuito de “superar a ineficiência do liberalismo econômico face à recorrente instabilidade da economia capitalista”, surge um novo filão teórico na Economia Política que advogava uma maior intervenção do Estado nos domínios econômicos. Os principais nomes dessa

Nova Economia Política são Piero Sraffa, Joan Robinson, Edward Chamberlain, Joseph Schumpeter, Michael Kalecki e John M. Keynes. O maior expoente dessa nova escola foi, sem dúvida, “Lord Keynes”.

A “revolução keynesiana” apregoava a intervenção mais decidida do estado na economia, indo além do papel de administrador da coisa pública ou mero regulador das atividades privadas, mas, sobretudo, um agente direto da produção, orientando um equilíbrio a estrutura econômica. Dessa forma, estavam colocados os dois polos que rivalizariam no interior das economias capitalistas: o liberalismo e o intervencionismo.

No Brasil, entre os anos 30 e 40, essa polêmica foi travada tanto no plano teórico como no campo da política econômica por dois personagens de maior destaque: Roberto Simonsen, líder da Federação de Indústrias de São Paulo, que defendia a ótica intervencionista keynesiana; e Eugênio Gudim, professor de Economia e diretor de empresas estrangeiras que atuavam no Brasil. Essa polarização revela os interesses das forças socioeconômicas existentes nas primeiras décadas do século XX no Brasil:

De um lado, estavam as oligarquias agroexportadoras, comprometidas com a burguesia comercial importadora e exportadora, e com o imperialismo comercial e financeiro, que defendiam o livre trânsito de capitais e de mercadorias, tanto estrangeiros quanto brasileiros, e discordavam de que se deslocasse recursos para outras atividades que não as atinentes à produção agroexportadora e sua infra-estrutura. Do outro lado, estavam as forças sociais que ganhavam projeção social na esteira da expansão urbano-industrial, configurada pela emergência e consolidação da acumulação industrial em bases nacionais, carente de proteção da concorrência externa, de infra-estrutura, insumos, enfim, de uma maior intervenção estatal. (MANTEGA, 1984, p. 26).

Roberto Simonsen representava a ala mais “modernizante” da burguesia industrial brasileira, suas ideias forneciam um delineamento para um novo projeto de desenvolvimento do Brasil, ancorado na industrialização e na intervenção do Estado no sentido de proteger a nascente indústria, sem necessariamente, excluir a participação de capitais e empresas externas no processo de acumulação capitalista. Essa nova ideologia atraiu não apenas a burguesia industrial, mas também amplos setores da classe média urbana, tendo forte ressonância sobre as Forças Armadas.

O movimento nacionalista começou a ganhar corpo em 1943, ano em que o Clube Militar iniciou a campanha “O petróleo é nosso”, que mobilizou a sociedade brasileira na

defesa na exploração do minério, então recém-encontrado na Bahia, exclusivamente por empresas nacionais, e não por multinacionais, como a Shell ou a Texaco. A ideia de um desenvolvimento industrial para a constituição de uma nação forte preponderou na agenda política em diante. No entanto, o intenso processo de urbanização, o crescimento das classes urbanas, com destaque ao proletariado, num momento de democratização advindo do pós-guerra, fizera crescer as pressões populares.

O *populismo* foi um arranjo político necessário para incorporar as “massas” ao jogo político nacional, “ao mesmo tempo em que as entorpecia e submetia ao projeto de desenvolvimento capitalista”⁴² (MANTEGA, 1984, p. 30). A constituição e o *concerto* dos governos populistas exigiam um equilíbrio entre forças antagônicas, pois o desenvolvimento industrial não trazia as melhorias sociais como consequência direta, conforme era apregoado. Vargas, ao nomear seu ministério, em 1951, cunhou a fórmula que sintetiza bem esse aspecto do populismo: “governo popular e ministério reacionário”.

Na elaboração de teses que solidificariam a “ideologia desenvolvimentista” ressaltam-se duas instituições: a CEPAL e o ISEB. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) era um órgão que tinha a preocupação de compreender o atraso da América Latina perante os centros desenvolvidos com vistas a sua superação, dentro de um modelo de centro-periferia. Combatia um dos pilares da Teoria Econômica Clássica, a lei das vantagens comparativas, tal postulado defendia que, caso os países não-desenvolvidos ou atrasados se especializassem em produtos primários, enquanto os países avançados, por sua vez, em produtos industrializados, os atrasados poderiam obter vantagens dentro das relações comerciais, pois absorveriam todo o diferencial de produtividade dos países avançados. Pois, a elevação da produtividade dos países industrializados levaria a diminuição de seus custos, devendo “refletir-se na queda sistemática dos preços se seus produtos e, portanto, dos preços de suas exportações, a serem intercambiadas com as exportações dos países menos produtivos” (MANTEGA, 1984, p. 34), nos quais os preços, devido a menor eficiência na produção, permaneceriam elevados. Diante disso, “haveria transferência de ganhos de produtividade dos países

⁴² Curiosamente, o autor citado fora ministro tanto do Planejamento quanto da Fazenda nos recentes governos petistas, com Lula e com Dilma Rousseff, em que as políticas “neodesenvolvimentistas” reavivaram parcialmente o ideário do período em discussão no texto. A escolha de Guido Mantega para debater a “ideologia desenvolvimentista” não consiste em qualquer tipo de ironia, pois, de fato, sua tese de Doutorado consiste num excelente manual de economia política brasileira, ainda que desatualizado.

avançados para os atrasados”, propiciando, então, maior desenvolvimento econômico destes últimos.

Para a CEPAL, os países atrasados, ao contrário do que diziam os defensores das vantagens comparativas, eram aliçados no papel de fornecedores de produtos primários para o mercado internacional. Pois, o “centro desenvolvido não estaria transferindo seus aumentos de produtividade para a periferia atrasada e, ainda por cima, estaria se apropriando dos modestos incrementos de produtividade obtidos nesta última”. Dessa forma, a CEPAL e, sobretudo, Raul Prebisch, um de seus maiores expoentes teóricos, principiavam uma “nova interpretação do comércio internacional e do subdesenvolvimento” (MANTEGA, 1984, p. 34).

O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi gestado durante o segundo governo Vargas, fundado em 1955 sob a presidência da República de Café Filho, e implementado de fato durante o governo de Juscelino Kubitschek. O Instituto gozou de inegável influência na vida política do país até o seu fechamento, em 1964, pelo golpe civil-militar. Conforme estabeleciam seus estatutos o ISEB propunha-se “a constituir ou lançar as bases de um ‘pensamento brasileiro’ (autêntico ou não-alienado) através de um projeto teórico-ideológico de natureza totalizante onde confluíam disciplinas e ciências diversas [...]” (TOLEDO, 1977, p. 17). O ISEB detinha uma unidade ideológica que abrigava uma heterogeneidade teórica e política de seus integrantes, oriundos da Sociologia, História, Política, Economia e Filosofia, e sendo seus principais nomes: Cândido Mendes, Guerreiro Ramos, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré.

O modelo teórico compartilhado pela maioria dos intelectuais expoentes do ISEB fundamentava-se “em conceber o processo histórico como uma sucessão de fases progressivas, onde a fase vigente anunciaria a fase subsequente, que constituiria uma etapa mais avançada da história da comunidade”. De acordo com esse método “faseológico”, a situação da sociedade brasileira, “após centenas de anos de ingerência externa e de jugo colonial”, estaria próxima da libertação da submissão imposta pelas metrópoles, que obstruía o desenvolvimento. Estava na hora (nos anos 50) de unir as forças progressistas do país e “romper as amarras externas”, para o desenvolvimento do capitalismo nacional. Nesse sentido, o ISEB assumia a proposta da CEPAL de concentrar

o desenvolvimento capitalista “para dentro”, contrariando os interesses imperialistas, que exportavam os produtos primários, e as classes arcaicas (agroexportadores). Como ilustra Vânia Moreira (2003):

A defesa da industrialização de tipo capitalista era inequívoca entre os isebianos. Eles viam, no entanto, enormes empecilhos à realização desse projeto social, a começar pelas resistências das chamadas “classes sociais arcaicas” ao processo de modernização e industrialização. Os setores “arcaicos” eram definidos com um bloco heterogêneo, nascido e desenvolvido no contexto da economia agroexportadora que havia prevalecido no Brasil desde o período colonial até aproximadamente a década de 1930. Incluía, principalmente, os latifundiários, os setores ligados ao comércio exportados e a classe média tradicional. E, na avaliação isebiana, esses grupos não tinham o menor interesse no novo e ainda frágil modelo de desenvolvimento nacional, baseado na indústria e no mercado interno.

Diante da suposta resistência dos setores sociais “arcaicos” ao processo de industrialização, os isebianos pregavam a necessidade de uma “revolução democrático-burguesa no Brasil”, isto é, uma aliança dos “setores sociais dinâmicos” (burguesia, proletariado, camponeses e nova classe média), sob a direção da “burguesia nacional”, para fazer face aos interesses “arcaicos” (leia-se agrário-exportadores e antiindustriais) (MOREIRA, 2003, p. 162).

Entretanto, a dificuldade colocada para os membros do ISEB era de como unir as “classes dinâmicas”, sobretudo, dentro de um incipiente e ainda frágil sistema democrático:

Foi tendo em vista as incertezas do sistema democrático em geral e, em particular, as dificuldades da democracia no Brasil, que os isebianos propalavam a necessidade de produzir e divulgar a chamada “ideologia do desenvolvimento nacional”. O objetivo era sedimentar a aliança das “classes dinâmicas” contra os segmentos políticos e sociais “arcaicos”. Roland Corbisier resumiu bem tal perspectiva, quando afirmou que “não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional”. Em outras palavras, o desenvolvimento industrial, sob a liderança política, social econômica da burguesia, era uma projeto apenas alcançável, na democracia brasileira, se fosse feita ampla propaganda ideológica, capaz de convencer proletários, camponeses e classe média a apoiarem tal plataforma social e política. (MOREIRA, 2003, p. 163).

Isto significava que, naquele momento histórico, no entendimento do ISEB – e também de dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCB) –, “a burguesia industrial e o proletariado estariam na mesma trincheira”, porque suas contradições “tornavam-se secundárias quando comparadas com as que ambas tinham em relação aos latifundiários feudais e outras classes arcaicas” (MANTEGA, 1984, p. 61). Dessa forma, na segunda

metade da década de 50, quando a exploração e acumulação de mais-valia industrial já tivera se convertido na principal forma de valorização do capital no país, a responsabilidade sobre a miséria e o baixo nível de vida da sociedade brasileira era atribuída aos latifundiários e seus aliados imperialistas.

A ideologia nacional-desenvolvimentista – desenvolvida pela CEPAL e aprimorada no ISEB, sem desprezar as contribuições de outros teóricos, como os especialistas estrangeiros Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal, traduziu-se em planos de desenvolvimento, no intuito de “promover a racionalização através do planejamento” (apud TOLEDO, 1977, p. 14). A “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos” de 1951 a 53, constituída por técnicos brasileiros e norte-americanos, fez um levantamento metuculoso da conjuntura econômica do país. Embora sem a participação da CEPAL, as proposições dessa comissão se aproximavam bastante das cepalinas, sobretudo ao que toca à industrialização e à participação do capital estrangeiro.

O surgimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, foi um fator decisivo para a elaboração de uma política de acumulação industrial no Brasil, constituiu a primeira agência financiadora de investimentos do país para o desenvolvimento industrial. De início, os investimentos do BNDE foram ao intuito de sanar as demandas de infraestrutura, em seguida, dedicou-se aos investimentos privados. Seguindo as proposições da Comissão Mista, o BNDE “procurava dissolver os pontos de estrangulamento constituídos pelos setores de energia, transportes e insumos básicos”. (MANTEGA, 1984, p. 70).

Em 1953, sob a chefia de Celso Furtado, foi criado um grupo de trabalho composto de técnicos do BNDE e da CEPAL, conhecido como “Grupo Misto BNDE-CEPAL”. O desígnio era formular um programa de desenvolvimento para o período de 1955 a 1962. O Grupo Misto concluiu que a economia brasileira teve um considerável desenvolvimento no pós-guerra, sendo decisivo os estímulos externos, pois, a recuperação do mercado mundial, acarretou na elevação dos preços do café, no crescimento da capacidade de importar, na melhoria nas relações de preços de intercâmbio, na estabilidade cambial e na seletividade nas importações brasileiras; assinalava também a importância dos investimentos industriais como o fator interno para o desenvolvimento econômico daquele período.

O “Plano de Metas”, símbolo do otimismo que caracterizou os anos de JK na presidência, foi considerado por muitos autores a primeira experiência de planejamento estatal colocada em prática no Brasil, significou o cume da política de desenvolvimento. Propunha o remanejamento de recursos de modo a canalizá-los para a continuação e ampliação da acumulação industrial no país, mediante a intervenção direta do Estado em duas frentes: a) coordenando e integrando os vários setores da economia, solucionando os problemas de infraestrutura através da criação de empresas estatais; b) incentivando a produção privada através de linhas especiais de crédito junto ao BNDE (MANTEGA, 1984, p. 73). Em relação à participação do capital estrangeiro, o Plano de Metas continuou e reforçou a política dos governos anteriores, facilitando ao máximo o acesso desse capital à economia brasileira, seja como empréstimos ou financiamentos, como também na forma de investimentos.

A construção da nova capital do país, Brasília, uma cidade projetada nos marcos do urbanismo modernista e localizada no centro do território nacional, ilustra do ponto de vista urbanístico a realização dessa ideologia desenvolvimentista durante o governo de JK. Grosso modo, os governos militares mantiveram os parâmetros das políticas de desenvolvimento no país, atingindo índices elevados de crescimento econômico, sem necessariamente redistribuir socialmente esses ganhos.

1.2.2 Neoliberalismo e América Latina

O esgotamento do modelo keynesiano de crescimento no pós-guerra, marcado pela forte regulação do mercado pelo Estado e pela ampliação dos direitos sociais, abriu espaço para a retomada de teses do pensamento econômico neoclássico, emergindo assim o “neoliberalismo”. Esse novo modelo consistiu numa ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro; reestruturou o mundo da produção, do consumo e das finanças acentuando a competição global por aumentos de produtividade desvinculados do salário, o que generalizou a precarização do trabalho. No plano político, desmantelou empresas públicas, aboliu regulamentações estatais sobre a economia e solapou políticas de redistribuição de renda.

A dissolução dos regimes burocratizados da URSS e do antigo bloco socialista rendeu um desequilíbrio de forças em favor das teses que advogavam o fortalecimento da liberdade de mercado através da dissolução do *Welfare State* ou de suas variantes *desenvolvimentistas* em países periféricos. Até mesmo a China, último grande país “comunista”, abandonou as antigas doutrinas econômicas e se abriu ao mundo ocidental. A transfiguração chinesa ao capitalismo se deu a partir dos anos 1990, com ampla privatização de empresas estatais. Os antigos diretores dessas empresas passaram a ser seus principais investidores, forjando assim uma nova classe capitalista. O crescimento desses multimilionários chineses contrasta com a espoliação dos produtores agrários e com a precarização das relações de trabalho naquele país. As taxas de investimento chinesas não guardam paralelos com padrões históricos ou internacionais (KATZ, 2016, p. 417). Ao contrário dos EUA, a nova potência oriental aparenta não ter nenhuma pretensão de enviar Forças Armadas mundo afora, está “tomando” o planeta apenas com seus capitais e inundando-o com toneladas de mercadorias. Sua economia consiste num modelo exportador que demanda matérias-primas de maneira insustentável, gerando enorme degradação ambiental. Além de temerários desequilíbrios financeiros, a exemplo das “bolhas imobiliárias” nas grandes cidades chinesas (KATZ, 2016).

Na América Latina, o Chile, no período do General Pinochet, serviu como laboratório na região para a implantação de medidas de cunho neoliberal. Posteriormente, a Argentina de Carlos Menén, também “aderiu” ao mesmo receituário. Nos anos 1980, foram implementadas “políticas de choque” visando o ajuste anti-inflacionário, com cortes no gasto público social e elevação das taxas de lucro. Na década seguinte, prevaleceu o “Consenso de Washington” com programas de abertura comercial, privatizações e flexibilização do trabalho.

Em décadas de administrações neoliberais, jamais foram alcançadas as metas de eficácia e os êxitos econômicos apregoados amplamente na grande mídia e nos meios político-institucionais. A abertura comercial e os ajustes fiscais desintegraram a indústria latino-americana e deterioraram a renda da população. Todas as economias ficaram vulneráveis ao desenfreado fluxo de capitais externos e à flutuação internacional do preço das matérias-primas. Em nenhum momento, consumou-se a propagandeada distribuição do bem-estar dos ricos ao conjunto da população, no máximo alguns ciclos passageiros de

ampliação do consumo das classes médias. A bancarrota econômica da Argentina em 2001, ilustra os resultados mais perversos dessa vulnerabilidade advinda com o desmantelamento das economias nacionais: crise financeira, quebra fiscal, fuga de capitais e colapso cambiário monetário (KATZ, 2016).

Coronil (2005) ressalta as assimetrias no processo de integração das economias, como em países nos quais ocorrem uma superexploração de suas riquezas naturais, de diferentes formas, a exemplo do turismo:

Para muitas nações a integração de suas economias ao livre mercado global conduziu a uma maior dependência da natureza e a uma erosão dos projetos estatais de desenvolvimento nacional. A natureza, em sua forma tradicional ou de novos recursos tecnonaturais, converteu-se na vantagem comparativa mais segura para essas nações. O aumento de formas de turismo que privilegiam “o natural”, assim como também a explosão do turismo sexual como fonte de intercâmbio comercial e da prostituição como estratégia de sobrevivência pessoal, expressam um vínculo entre a naturalização da racionalidade do mercado e a mercantilização não regulada de corpos e poderes humanos e naturais. Mesmo nos casos em que os recursos naturais se transformam no fundamento de um modelo de desenvolvimento neoliberal baseado na expansão das indústrias e serviços relacionados entre si, como o demonstra o “êxito” do Chile, esta estratégia pode produzir índices relativamente altos de crescimento econômico, mas ao custo de uma aguda polarização social e preocupante desnacionalização (CORONIL, 2005, p. 55).

No Brasil, a abertura comercial, seguida das privatizações de empresas estatais e da desregulamentação social, teve início com a presidência de Fernando Collor de Melo (1990-1992), mas ganhou densidade programática apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cuja tarefa, conforme declarou o próprio no início de seu governo, seria extinguir a “Era Vargas” – referindo-se ao legado “nacional-desenvolvimentista” na estrutura econômica no país, e à legislação trabalhista, justamente aqueles itens que mais se aproximavam, não desconsiderando a gigantesca distância, de um “Estado social”. Dessa forma, ocorreu uma forte erosão das bases do trabalho e, consequentemente, o enfraquecimento do movimento sindical. Logo de início, a perda de postos de trabalho alcançou os 3,2 milhões, entre 1989 e 1999, sendo 2 milhões destes no setor industrial do país. Os desempregados saltaram de 1,8 milhão para 7,6 milhões. A taxa de desemprego no mesmo período foi de 3% para 9,6% da população economicamente ativa (PEA). Durante a década de 1990, os postos de trabalho criados eram geralmente

precarizados, com baixa remuneração e sem a formalização das relações trabalhistas. O setor informal foi responsável por quatro em cada cinco ocupações criadas.

A deterioração das relações no mundo do trabalho instituiu outra dinâmica à luta social. O refluxo dos movimentos populares e o esvaziamento da luta sindical gerou “[...] uma internalização da reestruturação produtiva que produz uma nova subjetividade, inculcando os valores da competição, colocando situações objetivas no processo de trabalho que corroem a percepção de classe” (OLIVEIRA, 2006, p 37). Edgardo Lander (2005) ressalta que a força hegemônica do pensamento neoliberal está assentada em condições histórico-culturais específicas, referentes às “tectônicas transformações nas relações de poder ocorridas no mundo nas últimas décadas”, que lhe deram a capacidade de impor “[...] sua própria narrativa histórica como conhecimento objetivo, científico e universal e sua visão de sociedade moderna como a forma mais avançada – e, no entanto, a mais normal – da experiência humana.”. Assim, esse ideário se apresenta como o “senso comum” da contemporaneidade (LANDER, 2005, p. 8)

A ideologia neoliberal estimulou certo fascínio ao tratamento da economia como um sistema mecânico, amparada sobretudo nos postulados da vertente austríaca da teoria neoclássica e seu “darwinismo social competitivo”. Na América Latina, arrebatou setores dominantes retomando mitos aristocráticos e colonialistas, como o papel “civilizatório” do colonizador. O fracasso das correntes democrático-radicalistas nas guerras de Independência teria favorecido a consolidação de preconceitos eurocentristas, que posteriormente se amalgamaram às teorias positivistas da modernização (KATZ, 2016. p. 98).

Os analistas neoliberais costumam atribuir o atraso da América Latina à determinadas estruturas culturais, como uma ausência de vocação competitiva na região ou uma suposta resignação alimentada pelo “paternalismo estatal”, concepções que se atualizam na presente repulsa aos governos considerados “populistas” no continente. A crítica ao “gigantismo estatal”, contudo, é seletiva, pois ignora os grupos capitalistas favorecidos por este tipo de administração, além do que, apregoam certo ideal de pureza mercantil-competitiva que inexiste em qualquer parte do planeta. O economista argentino Claudio Katz refuta teóricos latino-americanos do neoliberalismo, tais como Carlos Alberto Montaner, Martin Krause e Hernando De Soto, sobretudo à exagerada idealização destes ao “individualismo empresarial”, apontando o trabalho informal como um exemplo

de *racionalidade mercantil* e de competitividade, e sem qualquer apoio do Estado, uma “ressurreição da iniciativa privada” segundo essa concepção. A exaltação às condições precárias do trabalhador informal, conforme Katz, consistiria em sintomática confissão de fracasso do neoliberalismo e de sua flexibilização trabalhista, um sistema destruidor de empregos. (KATZ, 2016. p. 102). Vale ressaltar que Hernando De Soto, megaempresário peruano, “guru global do populismo neoliberal”, advoga que a concessão de títulos imobiliários aos moradores de assentamentos irregulares, tornaria essas pessoas ricas, conforme comenta Mike Davis (2006):

Um John Turner da década de 1990, De Soto afirma que as cidades do Terceiro Mundo não estão assim tão famintas de investimento e de emprego, mas sofrem de uma escassez artificial de direitos de propriedade. Com um aceno da varinha mágica do título de propriedade da terra, afirma De Soto, o seu Instituto Liberdade e Democracia poderia fazer surgir imensas reservas de capital nas próprias favelas. Os pobres, argumenta ele, na verdade são ricos, mas incapazes de ter acesso à própria riqueza (propriedade imobiliária construída no setor informal) e transformá-la em capital líquido porque não tem contratos formais nem títulos de propriedade. A concessão dos títulos, afirma ele, criaria instantaneamente um enorme patrimônio com pouco ou nenhum custo para o governo; parte dessa nova riqueza, por sua vez, forneceria capital para que microempresários famintos de crédito criassem novos empregos na favela, que então se transformaria em “hectares de diamantes”. Ele fala em “trilhões de dólares, prontos para usar, bastando apenas revelar o mistério de como transformar o patrimônio em capital vivo” (DAVIS, 2006, p. 88).

Katz (2016, p. 107) rebate também uma versão complementar ao neoliberalismo, o “social-liberalismo”. Assentado principalmente nas experiências de governo do *New Labour*, sob comando de Tony Blair; e dos socialistas espanhóis com Felipe Gonzalez. Esta “terceira via” tentava agregar elementos do keynesianismo do pós-guerra e do reformismo social-democrata, abarcando certa visão conformista acerca da extinção da era industrial e da obsolescência da luta de classes. De acordo com Katz, o “arquetipo” da administração social-liberal é o governo da “Concertação” chilena, que pactuou a permanência da Constituição pinochetista durante a transição pós-ditadura.

O economista argentino expõe três autores oriundos do marxismo que se tornaram representantes dessa concepção na América Latina: Fernando Henrique Cardoso, Jorge Castañeda e Juan José Sebreli. O primeiro, de intelectual crítico da dependência, tornou-se agente do maior processo de desnacionalização econômica do Brasil enquanto presidente da república. Katz (2016, p. 112) pondera que Cardoso fora equivocadamente associado ao

pensamento crítico da dependência, dado que já na década de 1960, além de criticar os diagnósticos da Cepal, expunha tese oposta a essa interpretação. O ex “príncipe” da sociologia brasileira rejeitava a análise do atraso regional como resultante da dominação colonial-imperialista, e sublinhava o ingresso de empresas estrangeiras nos mercados latino-americanos, que resultaria em algum desenvolvimento, conformando assim uma classe média com crescente poder de compra.

O intelectual mexicano Jorge Castañeda mantinha posições “ultramarxistas” e críticas ao “economicismo” da Teoria da Dependência, identificada por ele como uma “ideologia burguesa”, tal qual toda a questão desenvolvimentista. Contudo, décadas depois, assinalou a “extinção” da época dos protestos populares, justamente quando eclodira o “*caracazo*” e a rebelião zapatista; e, na sequência, tornou-se secretário de relações exteriores do governo de direita de Vicente Fox, no México. Na opinião de Katz (2016, p. 115-6), Castañeda assimilou seu próprio retrocesso político como uma tendência compartilhada por toda a sociedade.

O argentino Juan José Sebreli não atingiu o prestígio obtido pelo ex-presidente brasileiro ou pelo ex-ministro mexicano, todavia, foi quem elucidou com maior amplitude as concepções sociais-liberais. Seu pensamento migrou de uma visão idealizada de socialismo para um ardoroso extremismo liberal. Faz um exaltado elogio ao Ocidente fundamentado em mitos eurocêntricos e teses fatalistas sobre o curso da história, definindo quais sociedades estariam condenadas a extinção, a exemplo das pré-colombianas, e quais deveriam progredir. Dessa forma, reproduz narrativas disseminadas pelos colonizadores que apresentam suas “conquistas” como destinos inevitáveis, justificando, assim, a defesa da globalização neoliberal. Para Sebreli, tal processo configuraria conexões onde “todos dependem de todos” em condições de equivalência, no entanto, não explica as diferenças de status entre países, a exemplo do EUA e de Honduras. Em sua hostilidade a quaisquer movimentos nacionalistas revolucionários, enxerga fascismo nos governos de Chávez ou de Morales, mas não em Uribe ou nos golpistas de Honduras e do Paraguai. (KATZ, 2016, p. 119-29).

Katz refuta certas “teorias da convergência” que apregoam que a economia está regulada por meros fluxos de capitais excedentes para os países empobrecidos. “É ilusão pensar que as empresas transferem espontaneamente recursos da Suíça para o Congo ou da

Alemanha para Ceilão em um cenário de capitais que sobram em um país e faltam no outro” (KATZ, 2016, p. 95). A localização do capital está definida por múltiplos fatores, tais como os custos, os mercados, o comportamento das moedas, as tarifas, os salários. E os desequilíbrios financeiros se estendem a todas as partes.

A globalização financeira, que confluuiu com os ajustes econômicos e com a reforma do Estado, impactou fortemente a América Latina a ponto de causar significativas rebeliões populares, entre 1999 e 2005, na Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. Não tiveram o alcance das revoluções do século XX, mas foram decisivas para alterar as relações de força e desgastar o programa neoliberal. Diante disso, os agentes desse programa, com destaque para o Banco Mundial, passaram a adequar suas estratégias e a “suavizar” a receita, incluindo discursos éticos, como a preocupação com a pobreza e o reconhecimento das “falhas do mercado”; além de admitir a necessidade de alguma regulamentação do Estado sobre a economia, sobretudo nas áreas de meio ambiente, capital humano e infraestrutura. Enfatizam o valor do assistencialismo enquanto política transitória para refrear a explosão de pobreza. Na visão de Katz (2016), tais inflexões revelam o impacto das rebeliões populares, principalmente na América Latina, sobre os capitalistas. Ademais, esse processo fez emergir alguns governos de caráter progressista na região, sintonizados em diferentes escalas com as demandas populares. Na Venezuela, com Hugo Chávez. Bolívia, com Evo Morales. Rafael Correa, no Equador. Pepe Mujica, no Uruguai. Néstor e Cristina Kirchner, na Argentina. E no Brasil, Lula da Silva, seguido por Dilma Rousseff.

Para Coronil (2005, p. 59), “[a] globalização deve ser vista como um processo contraditório que inclui novos campos de luta teórica e prática”; pois, ao contrário de outras formas de representação ocidentalista, “a globalização neoliberal evoca a igualdade potencial e a uniformidade de todas as pessoas e culturas”. Dessa forma, a globalização descentralizaria o Ocidente ao mesmo tempo que reinscreveria as hierarquias sociais padronizando as culturas e os hábitos. Ademais, “[...] apaga as diferenças entre os centros e as periferias e postula, ao menos em princípio, a fundamental igualdade de todas as culturas, a globalização promove a diversidade e representa uma forma de universalidade que pode prefigurar sua realização mais plena.” Coronil (2005) encontra aí uma fresta para uma possibilidade de contra-hegemonia à globalização neoliberal.

Da mesma maneira que a proclamação da igualdade e da liberdade durante a Revolução Francesa foi tomada literalmente pelos escravos do Haiti e foi redefinida por suas ações ao impor a abolição da escravidão (Dubois, 1998), os ideais de igualdade e diversidade declarados no discurso da globalização podem abrir espaços para lutas libertadoras (bem como podem produzir reações conservadoras, como ocorreu na França e no Haiti). (CORONIL, 2005, p. 59).

2CIDADE DE NEGÓCIOS E DE EVENTOS

2.1 FORTALEZA E A COPA DO MUNDO DE 2014

Sediar jogos da Copa do Mundo Fifa de 2014 coroou uma estratégia de incorporação da capital cearense ao circuito do turismo global. Em fevereiro de 2009, uma comissão da Fifa desembarcou em Fortaleza para avaliar o projeto da cidade para receber jogos da Copa de 2014. Em maio do mesmo ano, foram anunciadas as 12 cidades-sede dos jogos, Fortaleza entre elas⁴³. Foi formado um Grupo de Trabalho composto por 70 técnicos dos governos estadual e municipal para elaborar um plano de investimentos e ações para a cidade. O grupo apresentou um pacote com 90 ações nas mais diversas áreas (IACOVINI, 2015, p. 266). No dia 26 de junho de 2009, a prefeita de Fortaleza Luizianne Lins (PT), junto ao governador Cid Gomes (PSB), em evento na Secretaria de Planejamento do Estado, divulgou o “Projeto Copa” e a “Programação Sistêmica de Investimentos para Suporte à Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no Ambiente Metropolitano – Fortaleza e Entorno”. A previsão inicial dos gastos era da ordem de R\$ 9,4 bilhões. Nessa programação estavam incluídas outras intervenções urbanas não exigidas pela FIFA, com vistas ao fortalecimento das atividades turísticas na região. “A realização dos jogos foi encarada pelo poder local como uma ‘chance única’ para a divulgação mundial das virtualidades do território cearense e de sua população e inegavelmente gerou uma forte expectativa quanto aos retornos positivos do evento” (PINHEIRO; et. al., 2015, p. 303).

Em 13 de janeiro de 2010, foi assinada pelo então ministro dos esportes, Orlando Silva, pelo governador do Estado do Ceará e pela prefeita de Fortaleza, a Matriz de Responsabilidades para a Copa do Mundo Fifa 2014, dando início às intervenções urbanísticas necessárias ao evento. Na Matriz de Responsabilidades foram definidas 10 obras para a capital cearense: reforma do Estádio Castelão; ampliação do Aeroporto Pinto Martins; construção do Terminal de Passageiros do Porto do Mucuripe; VLT

⁴³ As outras cidades-sede foram: Recife, Salvador, Natal, Manaus, Brasília, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba.

Parangaba/Mucuripe; reforma do Eixo Via Expressa/Raul Barbosa; BRT da Av. Dedé Brasil; BRT da Av. Alberto Craveiro; BRT da Av. Paulino Rocha; Estação Metrofor Juscelino Kubitschek; Estação Metrofor Padre Cícero. O custo total das obras foi estimado em R\$ 1.4 bilhões, cerca de 77% do financiamento ficaram a cargo de recursos federais, o restante seria financiado através de recursos locais, divididos entre prefeitura e governo do estado (BRASIL 2013). Destaca-se que “[o]s investimentos em mobilidade urbana representam 40,67% (R\$ 569,5 milhões) do total investido no município.” (IACOVINI, 2015, p. 267).

Vale o registro da mudança no comando político da Prefeitura de Fortaleza durante a preparação da cidade para receber os jogos da Copa de 2014. A prefeita Luizianne Lins, do PT, que governara por duas gestões a administração municipal (2005-2012), não conseguiu eleger Elmano de Freitas, também do PT, como seu sucessor. Foi derrotado no segundo turno por Roberto Cláudio, eleito pelo PSB, posteriormente se filiando ao PROS e atualmente no PDT, do mesmo grupo do então governador Cid Gomes. Desse modo, selou-se um pleno alinhamento político das três esferas do Poder Executivo na fase final de preparação da cidade para a Copa de 2014.

Os recursos para que Fortaleza recebesse o mundial foram aportados pelos governos federal, estadual e municipal, bem como pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras parcerias público-privadas. No Ceará, o BNDES assinou contrato de financiamento com o governo do Estado no valor de R\$ 351,5 milhões, correspondente a 75% do total que seria gasto na reforma do estádio Castelão (BNDES, 2010). O BNDES investiria também: R\$ 142.699,60 milhões na linha Sul do Metrofor; R\$ 276.034,39 milhões no Terminal de Múltiplo Uso do Porto do Pecém-Pier 3, onde estava prevista a construção de um shopping e de um hotel flutuante para turistas; R\$ 351.545,14 milhões na reforma do estádio Castelão; e R\$ 55.800,45 para a implantação de um Complexo Turístico em Aquiraz⁴⁴.

A capital cearense passou a integrar o grupo de cidades contempladas pelo Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do Governo Federal, no eixo de obras Copa do

⁴⁴ De acordo com estudo elaborado por Magnólia Said (integrante da coordenação da Rede Brasil: Sobre Instituições Financeiras Multilaterais), publicado pelo Comitê Popular da Copa: “Copa do Mundo em Fortaleza – quem ganha com esse jogo?” (2011, p. 10)

Mundo de 2014, em razão de ser uma das cidades-sede, por óbvio, vindo a receber investimentos para construção ou reforma de estádios, aeroportos, portos, terminais de passageiros, rede hoteleira e mobilidade urbana. No eixo Cidade Melhor do PAC 2 figuravam as obras de saneamento, pavimentação, prevenção de áreas de risco e também de mobilidade urbana⁴⁵. Com a finalidade de conectar o aeroporto, o estádio e a região hoteleira, foi projetada a implantação de diferentes modais de transportes: o BRT, sigla inglesa de Bus Rapid Transit. Trata-se de uma faixa exclusiva de ônibus ao longo da Via Expressa; e o Veículo Leve sobre Trilhos Ramal Parangaba-Mucuripe. O poder público adotou diversas medidas em benefício dos setores privados envolvidos com o megaevento: isenção de impostos e taxas de juros reduzidas nos financiamentos; transferência de patrimônio imobiliário e operações urbanas consorciadas, com destaque para as parcerias público-privadas (PPPs); e remoção de comunidades pobres de áreas urbanas a serem valorizadas. (SANTOS JUNIOR; GAFFNEY, 2015).

⁴⁵ Apenas nesse setor foram investidos entre 2011 e 2014, R\$ 4,21 bilhões na execução de projetos na capital cearense: BRTs: Av. Alberto Craveiro; Av. Paulino Rocha; Av. Dedé Brasil; Eixo Via Expressa / Raul Barbosa. Corredor de Ônibus: Programa de Transporte Urbano de Fortaleza – II (ação preparatória). Metrô de Fortaleza: Estações: Padre Cícero e Juscelino Kubitschek; Linha Sul; Linha Leste (ação preparatória); Trem Metropolitano de Fortaleza – Linha Oeste – Modernização do sistema de trens metropolitanos do trecho João Felipe a Caucaia (concluído). VLT: Ramal Parangaba-Mucuripe.

Obra	Investimento	Execução
Mobilidade - VLT Parangaba/Mucuripe	Total: R\$ 273,8 milhões Gov. Estadual: R\$ 103,8 mi (38,0%) Gov. Federal (financ. CAIXA): R\$ 170,0 mi (62,0%).	Governo Estadual
Mobilidade - Eixo Via Expressa/Raul Barbosa	Total: R\$ 151,6 milhões Gov. Municipal: R\$ 9,9 mi (6,5%) Gov. Federal (financ. CAIXA): R\$ 141,7 mi (93,5%)	Governo Municipal
Mobilidade - BRT Av. Dedé Brasil	Total: R\$ 41,6 milhões Gov. Municipal: R\$ 20,0 mi (48,1%) Gov. Federal (financ. CAIXA): R\$ 21,6 mi (51,9%)	Governo Municipal
Mobilidade - BRT Av. Alberto Craveiro	Total: R\$ 33,7 milhões Gov. Municipal: R\$ 10,0 mi (29,7%) Gov. Federal (financ. CAIXA): R\$ 23,7 mi (70,3%)	Governo Municipal
Mobilidade - BRT Av. Paulino Rocha	Total: R\$ 34,6 milhões Gov. Municipal: R\$ 15,0 mi (43,4%) Gov. Federal (financ. CAIXA): R\$ 19,6 mi (56,6%)	Governo Municipal
Mobilidade - Duas estações do Metrofor	Total: R\$ 35,0 milhões Gov. Estadual: R\$ 1,8 mi (5,1%) Gov. Federal (financ. CAIXA): R\$ 33,2 mi (94,9%)	Governo Estadual
Reforma do Estádio Castelão	Total: R\$ 518,6 milhões Gov. Estadual: R\$ 167,1 mi (32,2%) Gov. Federal (financ. BNDES): R\$ 351,5 mi (67,8%)	Governo Estadual
Aeroporto Pinto Martins	Total: R\$ 195,8 milhões	Governo Federal
Terminal Marítimo de Fortaleza (Mucuripe)	Total: R\$ 149,0 milhões	Governo Federal

Fonte: Balanço de Ações para Copa (2012)/Governo Federal.

*Figura 1: Obras de Mobilidade Urbana em Fortaleza para a Copa 2014:
Fonte: PEQUENO, 2015.*

Costa, Accioly e Nogueira (2015) ressaltam que o esforço dispensado para a cidade sediar a Copa do Mundo Fifa 2014, e de eventos de grande porte em geral, assinala uma estratégia de viés empreendedor. “Os agentes promotores defendem a realização desses

eventos acreditando serem eles indutores de um processo de geração de benefícios futuros para as cidades-sede, incluindo melhorias nas condições de circulação da população no espaço urbano [...]” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 63). Pereira, Araújo e Silveira (2015) também comentam que o fato do maior volume dos recursos investidos em Fortaleza para a Copa do Mundo FIFA 2004 ter sido alocado nos espaços da cidade de maior fluxo de turistas está em consonância com o planejamento turístico aplicado no Ceará, vinculado aos princípios do “empreendedorismo urbano”. E sublinham que os efeitos desse empreendedorismo urbano não se restringiriam apenas à capital, mas ao espaço litorâneo metropolitano. Eles também afirmam que os investimentos para a Copa em Fortaleza, através do PAC da Copa, representariam uma continuidade dos programas anteriores, pois, “[...] apresentam relação direta (Prodetur/NE I, II e Nacional) e indireta (PAC) com o planejamento do território em função da *turistificação*.” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p.89 [grifo nosso]).

A partir das ações dos setores público e privado no Ceará no último período, os autores atestam que receber jogos da Copa do Mundo de 2014 teve como principal objetivo fortalecer uma imagem positiva de Fortaleza, especialmente do seu litoral; as intervenções projetadas para a Copa, contudo, não consolidavam apenas a identidade litorânea de Fortaleza, mas ampliavam também a “vocação” da cidade para o chamado “turismo de negócios”, ao sediar feiras e eventos, inclusive internacionais, com forte destaque para a Sexta C pula dos Países Emergentes – BRICS 2014⁴⁶, realizada na capital cearense logo após a Copa. De acordo com os autores, “[...] mesmo antes da realiza o da Copa Fifa 2014, o planejamento estatal associou os usos da Arena [Castelão] e do Centro de Conven es [...] como evidências de uma nova etapa das atividades turísticas no estado, ou melhor, na metrópole.” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 97).

De acordo com os autores, no “*trade* turístico” da capital, os eventos seriam considerados a “nova realidade da atividade”, “[...] com a divulga o da inclusão da cidade de Fortaleza como subsede do Campeonato Mundial de Futebol (COPA Fifa 2014), surge a ‘oportunidade’ para a amplia o do *hall* de atrativos ditos turísticos (além do sol e da praia)” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 84). Os governos estadual e municipal lançaram amplas campanhas de *city-marketing* associado   Copa 2014, “[...]”

⁴⁶ BRICS-ITAMARATY, 2014.

promovendo Fortaleza não mais como cidade do semiárido, mas como metrópole moderna e apta a organizar eventos com desdobramentos mundiais.” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 84). Os autores destacam que o processo de transformação do estádio Plácido Aderaldo Castelo, o antigo “Castelão”, em uma arena “padrão Fifa” ilustra cabalmente o ideário empreendedor dos governos locais em ter a “marca da cidade” associada à eficiência. Ao longo da preparação para o evento, alardeou-se que apenas no Ceará estavam obedecendo os prazos estabelecidos pelo cronograma das obras. “A antecipação da data de inauguração transformou-se num marco, à medida que se propagou – nacional e internacionalmente – que a Arena da cidade de Fortaleza seria a primeira a ser concluída, o que ocorreu em dezembro de 2012.” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 97). Com efeito, isso contribuiu bastante para a imagem da cidade, cujo maior desafio, na visão dos autores é “[...] tornar-se competitiva e atrativa aos turistas nacionais diante de suas concorrentes na região: Salvador e, principalmente, Recife (e seu litoral)” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 97).

O antigo estádio se transformou numa arena “multiuso, moderna e autossustentável”, visando receber, além dos jogos de futebol, outros grandes eventos, com destaque para os mega shows de astros internacionais, como Paul McCartney, Beyoncé e Elton John. Sua capacidade ampliou de 60.326 para 63.903 torcedores. Na Arena existem restaurantes, shoppings e áreas *vips*. Ao lado da Arena Castelão, foi construído o Centro de Formação Olímpica (CFO), inaugurado em 2014. Instalado numa área de 85.922,12 m², o equipamento dispõe de um complexo esportivo de modalidades olímpicas e não olímpicas. Costa, Accioly e Nogueira (2015, p. 71) assinalam que “[...] [a]té o momento não é possível avaliar o impacto deste futuro complexo esportivo e vislumbrar a formação de uma centralidade nesta área.”



Figura 2: Arena Castelão. Fonte: Governo do Ceará

Em agosto de 2012, o governo estadual inaugurou o Centro de Eventos do Ceará (CEC), o mais moderno da América Latina conforme a publicidade oficial. O CEC não estava na Matriz de Responsabilidades da Copa, consistia num incremento que o governo estadual dera para o almejado salto de Fortaleza no mercado de eventos. O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) produziu um relatório técnico apontando os impactos econômicos do empreendimento, levando em consideração shows, feiras, congressos, convenções, além dos gastos dos visitantes. De acordo com o relatório, o CEC representará um incremento anual de 0,9% no PIB estadual, gerando cerca de 1,5 mil empregos. (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 98). A capital cearense destacou-se em âmbito nacional no ano de 2012 devido a realização de eventos internacionais, de acordo com a empresa Brasilturis. Entre as cidades brasileiras, em apenas um ano Fortaleza saltou da 15^a para a 10^a posição na realização desses eventos. “Fortaleza obteve a 5^a colocação no ranking de cidades brasileiras que mais receberam eventos internacionais, segundo levantamento da ICCA (*International Congress & Convention Association*).” (BRASILTURIS, 2013 apud PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 100).



*Figura 3: Maquete virtual do Centro de Eventos do Ceará (CEC).
Fonte: Governo do Ceará*



*Figura 4: Centro de Eventos do Ceará (CEC) (fotografia). Fonte:
Governo do Ceará*

Costa, Accioly e Nogueira (2015) afirmam que o Centro de Eventos do Ceará, junto aos projetos da matriz de responsabilidade da Copa, e demais obras de mobilidade realizadas pelos governos estadual e municipal⁴⁷, consolidaram a “centralidade” do eixo sudeste ao longo da Avenida Washington Soares, cuja extensão é a rodovia Sol Nascente (CE-010), que dá acesso às praias do litoral leste. Os autores salientam que até aquele momento, “[...] as obras públicas destinaram-se a intervenções viárias sem contemplar o transporte coletivo, reforçando, portanto o ideário do modelo rodoviarista em dissonância com a política de Mobilidade Urbana do governo federal⁴⁸.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 76). Além disto, as intervenções na região foram decisivas para atrair investimentos privados para o eixo de expansão ao sudeste de Fortaleza, como a construção do Hotel IBIS e de novos shoppings e centros empresariais, alguns dispendo de heliporto, além da ampliação do shopping Iguatemi; instalação da megaloja de departamentos Leroy Merlin e de inúmeras concessionárias de automóveis de luxo; e a construção de condomínios verticais multifamiliares.

Uma intervenção que os autores dão destaque é o alargamento da Avenida Maestro Lisboa, cujo objetivo era facilitar a saída para as praias ao leste, com forte concentração de condomínios de luxo e casas de veraneio, e também o acesso ao Beach Park, megaequipamento de turismo e lazer famoso, localizado na praia do Porto das Dunas, no município de Aquiraz, contando com *Resort*, restaurantes e um gigantesco parque de piscinas e toboáguas. A avenida Maestro Lisboa também faz articulação com o 4º Anel Viário, ainda em construção (CEARÁ, 04/10/2016), que estabelecerá ligação entre o Porto do Mucuripe e o Porto do Pecém. Essas obras já estavam previstas independentemente

⁴⁷ “No eixo viário Washington Soares, foram construídos quatro túneis (Deputado Edson Queiroz Filho, Pintor Antônio Bandeira, Sérgio Nogueira e Olga Barroso), via de acesso ao Centro de Eventos, à Unifor e ao Litoral leste, e um viaduto no cruzamento com a Avenida Antônio Sales (Celina Queiroz). O projeto deste viaduto foi objeto de manifestação pública, por invadir área de preservação do Rio Cocó. Na realidade, estas intervenções viárias embora não realizadas de acordo com as exigências da Lei de Mobilidade Urbana, quanto às passagens de pedestres (passarelas provisórias) e às calçadas para pessoas com necessidades especiais, melhoraram a fluidez dos veículos particulares e motos, entre as duas centralidades – Aldeota e Guararapes/Edson Queiroz.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 76-7).

⁴⁸ Os autores se referem às políticas do ciclo petista no governo federal (2003-2016), o artigo citado é de 2015, portanto, antes do impeachment da presidenta Dilma Rouseff.

Copa Fifa 2014, mas foram executadas no mesmo período, em meio a euforia pela sede dos jogos em Fortaleza. Assim como a reforma do antigo Centro de Convenções do Ceará, a reforma urbanística da Praia de Iracema, a Nova Beira-Mar, a requalificação da Praia do Futuro e, com destaque, o Acquário Ceará.



Figura 5: Maquete virtual do Acquário Ceará. Fonte: Governo do CEARÁ, 2011



Figura 6: Maquete virtual do Acquário Ceará (2). Fonte: Governo do CEARÁ, 2011.

O Acquário Ceará, que não era uma “obra da Copa”, reitera-se, consiste num empreendimento do governo estadual sob responsabilidade da Secretaria de Turismo

(Setur), e deverá ser o maior do tipo na América Latina, tendo como objetivo atrair 1,2 milhão de novos visitantes por ano ao Ceará, representando um incremento de 48% no atual fluxo de turistas. Segundo estimativas iniciais, a obra custaria aproximadamente R\$ 250 milhões. Conforme afirmou à imprensa o então titular da Secretaria de Turismo do Ceará, Bismarck Maia, no total, o projeto custaria US\$ 150 milhões, sendo que US\$ 105 milhões vieram de um empréstimo obtido do Export-Import Bank dos Estados Unidos. US\$ 45 milhões saíam dos cofres do governo.⁴⁹

No projeto do Acquário Ceará está prevista uma área total construída de 21.500 metros quadrados, onde serão instalados 38 tanques recinto de exibição, com capacidade de 15 milhões de litros. Serão quatro pavimentos para áreas de lazer, com dois cinemas 4D, simuladores de submarino. Além disto, serão construídos túneis submersos para levarem os visitantes ao interior do tanque de animais marinhos. Em área anexa, também está prevista a construção da Praça da Águas, com instalação de um posto de informações turísticas, quiosques de alimentação, esculturas e uma fonte temática. O governo afirma que o novo equipamento renderá por ano R\$ 21,5 milhões e gerará 150 empregos diretos, 1.600 indiretos e 18 mil na cadeia produtiva do turismo.

O Acquário Ceará e a Praça das Águas estão projetados para serem construídos num terreno antes pertencente ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), localizado na Praia de Iracema, entre a Ponte dos Ingleses e a Ponte Metálica, onde ficava o primeiro porto da cidade. A região da instalação do empreendimento já é de forte visitação turística, e vizinha ao Centro Cultural Dragão do Mar. A suntuosidade da obra, expressa nas maquetes virtuais produzidas pelo Governo do Estado, e os possíveis benefícios acima descritos não foram suficientes para convencer a todos da necessidade do equipamento. Vários movimentos sociais, ambientalistas, pesquisadores acadêmicos e alguns parlamentares resistiram à proposta. Além dos moradores da favela Poço da Draga, uma área ocupada informalmente há décadas na Praia de Iracema, e localizada a metros do empreendimento⁵⁰.

⁴⁹ ADERALDO, Daniel, IG Ceará, 5/06/2011.

⁵⁰ Embora o volume de gastos seja a principal crítica difundida, foram os impactos ao patrimônio histórico e ambiental que fizeram a obra ser embargada pela primeira vez em 26 de março de 2012, por recomendação do Ministério Público Federal e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que alegou ser necessário realizar um estudo arqueológico no local do empreendimento antes da construção²¹. Contudo, o embargo que suspendia as obras foi anulado pela Justiça no dia 15 de junho de 2012. Na decisão acatada pela juíza Débora Aguiar da Silva Santos, o

O EIA-RIMA do Acquário Ceará afirma que o projeto revigorará a Praia de Iracema e o Centro da cidade, devolvendo espaços tradicionais à população da capital. (ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 107). O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) elaborou um estudo sobre os impactos econômicos do projeto que assinalava que o apelo turístico do Estado seria fortalecido pela edificação de três novos equipamentos, “vinculados de forma complementar”. O Acquário Ceará, o novo Centro de Eventos e o Terminal de Passageiros do Mucuripe “[...] na medida em que adotarem estratégias de atuação integrada, se constituirão em novos eixos de atração turística na região metropolitana de Fortaleza.” (IPECE, 2012, p. 4 apud ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 107).

O Terminal Marítimo de Passageiros do Porto do Mucuripe, citado acima, é um empreendimento que visa responder à demanda de cruzeiros internacionais na capital do Ceará. Construído na chamada Praia Mansa, numa extensão do terminal marítimo de cargas. A obra foi concluída em janeiro de 2015, mas o terminal foi utilizado ainda inacabado durante a Copa de 2014, onde milhares de torcedores ficaram hospedados em navios transatlânticos. No primeiro semestre de 2015, logo após sua conclusão efetiva, o Terminal recebeu dois grandes eventos, a 9ª Feira Internacional de Energias Renováveis – *All About Energy 2015*; e a Dragão Fashion Brasil (DFB) 2015, “maior evento de moda autoral do País”. (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA; 2015, p. 75). Na altura do terminal, está prevista a instalação da última estação do VLT Parangaba – Mucuripe. Costa, Accioly e Nogueira (2015, p. 75) assinalam que dada a localização do equipamento, que contará com a liberação das áreas industriais⁵¹ do entorno para projetos de reurbanização e outros fins, e com a restauração do Farol Velho do Mucuripe pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “[...] poderá promover a gentrificação dos bairros da área, propiciando a criação de uma nova centralidade ao longo da orla marítima, atraindo equipamentos turísticos e atividades correlatas.”

Governo do Estado alegou que um estudo arqueológico é desnecessário, pois a área ocupada pelo Acquário é “insignificante”. As obras seguem paralisadas.

⁵¹ “As instalações do Porto do Mucuripe estão numa área de 35.072 m². No seu entorno, encontram-se: três moinhos de trigo – Moinho Dias Branco, Moinho Fortaleza e Moinho Cearense; nove distribuidoras de combustíveis; a refinaria Lubnor; o parque de triagem da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN; uma fábrica de margarina e gordura vegetal hidrogenada (BATISTA, 2005).” (BARBOSA, 2015, p. 241).

As únicas obras da matriz de responsabilidades da Copa de 2014 localizadas fora do eixo centro-sudeste foram as duas estações do Metrofor da linha sul: Padre Cícero, no bairro Porangabussu; e Juscelino Kubitschek, no bairro Montese. As duas estações devem fazer integração com outros modais, ônibus e VLT, “[...] e possivelmente reforçarão as centralidades em áreas de elevadas densidades populacional, como o Montese, localizado nas adjacências do Aeroporto Pinto Martins.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA; 2015, p. 73).

Freitas (2015) observa que de fato grande parte dos investimentos e intervenções urbanas relacionadas à Copa 2014 em Fortaleza, estão localizados em regiões que já possuem significativa valorização imobiliária, nas áreas turísticas tradicionais da cidade e de forte verticalização residencial. Mas ressalta que outra parte das intervenções situa-se nas novas áreas de interesse do mercado imobiliário, o entorno do aeroporto e do estádio castelão. Esses bairros “emergentes” ou “semiperiféricos”, por serem via de regra produtos da “autoconstrução” dos moradores, detém condições precárias de esgoto e saneamento, além de consideráveis deficiências no acesso a outros serviços básicos. Algo que representaria um obstáculo para o processo de elitização da área através da ação do mercado imobiliário da cidade. Contudo, na opinião de Freitas, “[...] a escolha de Fortaleza para sediar o megaevento amplia a disponibilidade de recursos para investimentos urbanos, que passam a ser direcionados para sanar as deficiências de infraestrutura da nova frente de atuação do mercado imobiliário formal” (FREITAS, 2015, p. 197).

Desde o anúncio das obras do Castelão e do seu entorno, em 2010, o valor da terra nessas áreas sofreu um considerável aumento. O preço do metro quadrado no bairro Castelão era da ordem de 950 reais em 2005. Em 2014 esse valor chegara a 3600 reais. Os novos empreendimentos imobiliários que vêm surgindo na região, pequenos condomínios verticais e loteamentos fechados, destinam-se notoriamente a segmentos de faixa de renda superior àquela previamente existente. (FREITAS 2015, p. 199). Freitas (2015) destaca que o processo de urbanização nas áreas do entorno do estádio iniciou-se entre as décadas de 1950 e 80, e que tratava-se de uma região muito distante da mancha urbana principal da cidade. “Sem muitos moradores, essa região permanece sem rede de drenagem, sem pavimentação ou calçadas e com iluminação deficiente até a década de 2000.” (FREITAS

2015, p. 199). Alguns loteamentos antigos continuaram com baixo estado de consolidação por várias décadas, “[...] devido principalmente a práticas especulativas de retenção de lotes vazios e à grande dimensão dos lotes aprovados, que não atendem aos padrões da demanda habitacional efetivamente existente, concentrada na faixa de baixa renda.” (FREITAS 2015, p. 199). A autora também salienta a ocupação de espaços residuais por moradores de baixa renda, sobretudo na várzea do rio Cocó.

Sob o comando da Prefeitura de Fortaleza, estão sendo implantados três BRTs (*Bus Rapid Transit*) no entorno da Arena Castelão e do Centro de Formação Olímpica (CFO): BRT Alberto Craveiro, o BRT Dedé Brasil (atual Silas Munguba) e o BRT Paulino Rocha; e também a via expressa Corredor Norte-Sul, incluindo a Avenida Raul Barbosa. “Portanto, foram priorizadas as obras viárias, reforçando a tendência histórica das políticas de mobilidade no Brasil, o modelo rodoviarista.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 70-1). Góis (2015, p. 190) assinala que os “[...] terrenos adjacentes à Av. Dr. Silas Munguba tendem à valorização devido às obras de ampliação da via. Enquanto isso, os pobres que moram perto foram [...] afetados negativamente, uma vez que se tornam alvo de remoções de projetos de melhorias urbanas.” O autor ressalta que os novos valores dos aluguéis estabelecidos em razão da valorização advinda com as intervenções urbanas, geram uma “expulsão branca” (GÓIS, 2015; SOUZA, 2008). “A ironia é que as melhorias urbanas, que, em tese, beneficiariam a população, acabam por excluir os mais necessitados das eventuais benesses das obras realizadas na cidade.” (GÓIS, 2015, p. 190).

Costa, Accioly e Nogueira (2015, p. 70) registram que a implantação do complexo esportivo e de entretenimento causou forte impacto na valorização imobiliária dos bairros adjacentes ao Castelão; e ressaltam a aceleração da dinâmica imobiliária em bairros como Messejana e Passaré, com forte crescimento na produção de imóveis destinados para segmentos de média renda, processo que poderá mudar o perfil socioeconômico dos moradores. Pequeno (2015) observa que pela convergência entre as vias urbanas que foram reestruturadas, o bairro Castelão tende a adquirir uma posição de “centralidade” na configuração da capital cearense, “[...] se considerarmos os investimentos realizados em mobilidade urbana, aproximando esse setor das centralidades, dos eixos terciários mais significativos e das principais vias da cidade.” (PEQUENO, 2015, p. 36). Visto que a Arena Castelão tem uso episódico, em dias jogos ou outros eventos, o autor conclui que

“[...] diante da presença de amplos terrenos e glebas vazias nos bairros adjacentes, denota-se muito mais a tendência de abertura de nova frente de expansão para o setor imobiliário.”⁵² (PEQUENO, 2015, p. 36).

Destaca-se também na região o projeto Parque Rio Cocó. Abrangendo os bairros Boa Vista, Barroso, Passaré e Dias Macedo, o programa pretende melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda de seis comunidades residentes às margens do Rio Cocó⁵³, através da construção de moradias e da instalação de infraestrutura urbana e de serviços públicos. Contudo, boa parte dos moradores dessas áreas não serão beneficiados com a construção do equipamento público, pois suas moradias estão sendo removidas. Cerca de 2.479 imóveis serão atingidos pelo projeto. (GÓIS, 2015, p. 177), e os locais em que serão reassentados são bem distantes: “[...] os conjuntos habitacionais foram construídos a 3 km das atuais residências – não é de fácil acesso e longe das linhas de ônibus. Em contrapartida o Projeto Parque Rio Cocó afirma que o local do reassentamento está próximo a vários pontos de ônibus”.

Tal expansão do setor imobiliário teria se intensificado nos bairros intermediários entre o Castelão e o bairro Parangaba, esse último sendo beneficiado por diferentes obras de mobilidade. Além de metrô e BRT, na região também será instalada a primeira estação do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe, obra de maior abrangência territorial. Pequeno (2015) destaca a construção recente de dois grandes *shopping centers* nas imediações da Estação da Parangaba, que será articulada com o metrô e com o terminal de ônibus, além de outros centros comerciais e de serviços, e a progressiva verticalização residencial nos

⁵² “Situado na ZRU 2, considerada zona precária em termos de acesso às redes de infraestrutura urbana e serviços, o setor que abrange a Arena Castelão e seu entorno revela a dinamicidade do crescimento/desenvolvimento da cidade, aproximando-se das características e dos objetivos previstos para as zonas de maior interesse do setor imobiliário. Pela presença de grandes vazios urbanos no entorno e ao longo das vias de acesso, percebe-se que esse setor, que compreende os bairros da envoltória do estádio, tendem a se converter em ZOP, especialmente se levarmos em consideração a valorização imobiliária.” (PEQUENO, 2015, p. 36).

⁵³ As comunidades envolvidas no projeto são Boa Vista, São Sebastião, Gavião, Comunidade do Cal, João Paulo II e Jangurussu. “O projeto Parque Rio Cocó prevê: sede administrativa; anfiteatro; equipamento de ginástica; cafeteria; campos de futebol; playgrounds; pista de skate; pista de bicicross; praças de convivência; quadras de vôlei; quadras poliesportivas; quiosques de segurança; salas de eventos; unidade de comércio; ciclovia de 5,6 km; estacionamento; passeio arborizado; creche; centro de convivência. O projeto atende os requisitos das zonas ZRU 2 e Zona de Ocupação Moderada 2 (ZOM 2) – espaços e de lazer e esporte –, entretanto a população humilde não será plenamente beneficiada por ele em virtude da remoção da localidade para a porção sudeste do Passaré, distante do novo equipamento urbano.” (GÓIS, 2015, p. 175).

bairros vizinhos, processo que está enriquecendo os grandes proprietários de imóveis naquelas regiões através de investimentos públicos.

O VLT cortará a cidade do sentido nordeste – sudoeste e terá ao seu destino final duas estações na zona litorânea, Estação Mucuripe e Estação Iate, essa última na altura do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), e se articulará em outras estações com o terminal de ônibus do Papicu. Costa, Accioly e Nogueira (2015) destacam a elevada demanda imobiliária nos bairros do Mucuripe, Vicente Pinzon e Cais do Porto, “[...] áreas antes ocupadas por moradias de pescadores, trabalhadores do porto e de atividades industriais e de serviços, por pequenos restaurantes, bares, frigoríficos, fábricas de gelo, comércio [...] cederam lugar a condomínios verticais de luxo e hotéis.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 73)⁵⁴. Nestas áreas, salientam os autores, os edifícios residenciais e hotéis de luxo convivem com favelas nas dunas, como o Castelo Encantado e o Morro do Teixeira, e também na orla marítima, como o Serviluz e Praia do Futuro. Na região, habitam cerca de 42 mil famílias. A Secretaria de Turismo do município elaborou o projeto de reurbanização e moradia, o Projeto Aldeia do Mar, “[...] que propõe remoções e abertura de vias, induzindo a mudança de uso e ocupação do solo e no perfil socioeconômico dos moradores.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 74).

Pequeno (2015) salienta que, desse modo, “[...] o município desperdiça a possibilidade de resgate da mais valia obtida por especuladores imobiliários que, há décadas, retêm terrenos vazios, ou passaram a adquirir residências em lotes unifamiliares” (PEQUENO, 2015, p. 47). Ele aponta que o protelamento do poder público em regulamentar os instrumentos urbanísticos que combatem a especulação imobiliária beneficiou o mercado imobiliário na expansão de uma nova frente de verticalização residencial, aumentando o lucro das empresas incorporadoras.

⁵⁴ “No Cais do Porto, onde se encontra o Porto do Mucuripe e foi construído o TMP, estão situados três grandes moinhos de trigo (J Macedo, Jereissati e Dias Branco), Fábrica de Asfalto Fortaleza (Asfôr), Fábrica de Margarina e grandes depósitos de combustíveis com locais para recebimento, armazenamento e expedição de produtos inflamáveis, como Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), gasolina, álcool e óleo. A transferência destes últimos estabelecimentos para o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, prevista para dezembro de 2014, foi estabelecida no Decreto nº 31.034/2012.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 73-4).

2.1.1 A “seleção social” da Copa: as remoções em Fortaleza

Ao longo da preparação da cidade para receber jogos da Copa do Mundo FIFA de 2014, muitas comunidades de Fortaleza foram parcialmente removidas, sendo que algumas ainda permanecem ameaçadas de remoções, mesmo após a realização do megaevento. Em dossiê produzido por movimentos sociais e pesquisadores/ativistas, publicado em 2014, a estimativa era de aproximadamente 15 mil pessoas diretamente atingidas por remoções na capital cearense. (ANCOP, 2014). Na data do evento, uma parte dessas famílias já havia sido reassentada em conjuntos habitacionais, construídos na periferia. Outra parte dessas pessoas ainda aguardava receber alguma indenização, sem qualquer previsão para seu reassentamento.

Fortaleza foi a primeira cidade a constituir um Comitê Popular da Copa. De início, sua composição era de representantes de entidades de assessoria jurídica popular, de defesa da criança e do adolescente, de questões habitacionais; associações ligadas à Igreja Católica, movimentos de luta por moradia⁵⁵, de catadores de resíduos sólidos e da população em situação de rua; além de militantes do movimento estudantil, de partidos de esquerda, como PSOL, PSTU e POR, e de coletivos autonomistas/anarquistas, como a ORL (Organização Resistência Libertária). Pinheiro (2015, p. 131) registra as dificuldades em definir a composição do comitê de Fortaleza, pois seria muito “fluida e bastante variável”. Nesse primeiro momento, foram realizados seminários de formação acerca da regularização fundiária e desapropriação nas comunidades. Conforme ressalta a advogada popular “P”, integrante do Comitê Popular da Copa de Fortaleza: “Teve uns dois seminários, de estudos e tal, pra entender o que era essa coisa dos impactos da Copa, o que é uma Copa do Mundo. Na cidade, como ela tava envolvida com essa história da reestruturação do capital, e tudo mais. E os impactos das remoções, né!”. Contudo, dado que as obras ainda não haviam se intensificado, era praticamente inexistente a presença das famílias que seriam diretamente atingidas nas reuniões do comitê.

A partir de 2011, acentuam-se as intervenções urbanas demandando consequentemente muitas ações de resistência. Os Ministérios Públicos Federal e Estadual

⁵⁵ Movimento dos Conselhos Populares (MCP); Central dos Movimentos Populares (CMP); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

e a Defensoria do Estado e da União passam a ser acionados com certa constância. A Associação Nacional dos Torcedores (ANT) passa também a ter contato com o comitê local. Vale destacar a presença de pessoas ligadas à produção audiovisual, com destaque ao Coletivo Nigéria⁵⁶, produzindo farto conteúdo sobre todo o processo de resistência às remoções e outras violações de direitos cometidas na preparação para o megaevento. Além de realizarem cineclubes/debates e oficinas de filmagem e fotografia nas comunidades atingidas pelas obras. Pinheiro (2015, p. 132) comenta que de início foram feitas tentativas de diálogo com os moradores das comunidades do entorno do Castelão, mas a autora assinala que havia certa “blindagem”, pois a região era historicamente vinculada às mobilizações da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), entidade com forte ligação com o PCdoB, partido que estava alinhado à base aliada do governo federal, à época, e também dos governos estadual e municipal.

Em meados de 2012, iniciou-se um tímido processo de negociação entre as famílias atingidas e o governo do estado, e passaram a ser oferecidas alternativas de reassentamento, inicialmente nos bairros Paupina e José Walter. (IACOVINI, 2015, p. 285). No caso do VLT, a pressão das comunidades atingidas conseguiu alterar partes do traçado original, tanto no curso do trilho como na alocação das estações de embarque e desembarque de passageiros. Conforme as obras avançavam, aumentavam o número de famílias atingidas em diferentes comunidades. A advogada popular “P” descreve a dinâmica dos impactos das obras:

[...] De obras de remoção, a principal foi o VLT. Até porque, em outras obras houve desistência, né, por parte da prefeitura ou do estado, de fazer... Algumas teve até a remoção, mas não com o mesmo impacto [...] No VLT eram várias comunidades. Aí, começou os pontos... os focos, que era principalmente ali na Trilha do Senhor, na Aldacir Barbosa... aí, foi se expandindo. Apareceu depois a Lauro Vieira Chaves. Aí, apareceu um pessoal mais ali na frente do trilho, no Mucuripe. Aí, já pro final, no final, apareceu o pessoal da Parangaba, na outra ponta do trilho. E logo no começo apareceu o pessoal do Castelão, que não era VLT, era obra ali da rotatória do Castelão, da duplicação... que foram 18 famílias, se não me engano [...] Aí, teve essa remoção que foi a prefeitura, essa parte das vias eram mais da prefeitura. E o VLT era uma obra do estado. [...] E naquela parte da Via Expressa, das comunidades do Trilho, ia ter um duplo impacto, né, que ia ser a duplicação da Via Expressa, e o VLT. Mas a prefeitura desistiu da duplicação da Via Expressa e ficou só o VLT. E do VLT, também

⁵⁶ Nigéria é um coletivo de realizadores de audiovisual “midialivristas” e uma produtora independente de cinema. A produção documental de manifestações e protestos é a principal característica da Nigéria, que realiza filmes com baixo orçamento.

diminuiu muito os atingidos a partir dessa mobilização das comunidades, né. Na Lauro Vieira Chaves era 200, aí foi pra 70. Na Aldaci também, eles entraram muito numa dinâmica de negociar, de negociar com o governo no sentido de ter um controle mesmo, assim, caso a caso do que acontece lá, e também conseguiu diminuir bastante o impacto. O que realmente... que foi mais devastador [o impacto das remoções], foi justamente onde teve os focos de resistência mais forte, que foi ali na Trilha, né. Na Trilha e do lado, Trilha, Oscar Romero e tal... Que eu acho que foi... tem a ver com o foco de resistência muito forte deles, eles tem uma coisa simbólica, assim, muito grande. Além do que, eles estavam... era uma comunidade que tava muito no meio da Aldeota, muito no meio! (Advogada P).

Divergências referentes ao perfil organizativo e ao próprio papel político do Comitê Popular da Copa, fizeram os setores autonomistas/anarquistas se retirarem da articulação, vindo a fundarem posteriormente, junto aos moradores da comunidade Trilha do Senhor e de outras comunidades, um movimento apartado do comitê, o Movimento Luta em Defesa da Moradia (MLDM). A advogada popular “P”, que participou do comitê popular desde o início, permanecendo até sua dissolução, meses após o término da Copa, narra essas diferenças internas que desembocaram numa cisão entre os grupos que resistiam às remoções e demais impactos do megaevento:

O comitê foi criado em 2009, E o comitê daqui foi um dos primeiros, e foi criado antes da... de ter atingidos, certo?! “concretos”! E foi criado nessa perspectiva no sentido justamente de ser uma preparação, entendeu? Pra que caso acontecesse alguma coisa, tá aqui o comitê como espaço organizado, e tal... Sendo que logo no início o comitê teve essas brigas, com esses rachas entre os grupos anarquistas, que participaram da formação. E existia uma diferença de concepção, assim, de que alguns grupos meio que queriam fazer um movimento de atingidos, entendeu? Outros queriam fazer uma frente de... [movimentos/entidades/ativistas] uma coisa “comitê”! Tanto que esse grupo anarquista, assim que a primeira comunidade teve uma mobilização mais massiva, eles colaram lá e criaram esse movimento de atingidos, que era o que eles queriam, descolar do comitê. Virou praticamente coisas antagônicas. (Advogada popular P).

Apesar de tais “rachas”, a resistência e a organização comunitária, articulada a outros movimentos sociais da cidade, e com decisiva interação de entidades e militantes de Direitos Humanos com setores do Judiciário, lograram diminuir as áreas e a quantidade de pessoas que seriam atingidas pelas obras da Copa. Muitos moradores permaneceram pressionando por uma melhor avaliação financeira das casas, considerada irrisória diante dos valores do mercado imobiliário. O documento dos comitês populares salienta que em todos os casos de remoção o poder público de fato oferece valores de indenizações muito

baixos, além do reassentamento ocorrer por meio de projetos habitacionais em áreas afastadas dos antigos locais de moradia e das áreas centrais da cidade. Em muitos casos, tais conjuntos sequer estariam prontos, restando como alternativa a oferta provisória de “aluguel social”. A situação dos moradores que permanecem nas comunidades ameaçadas é penosa, pois além de assistirem muitos vizinhos partindo em retirada, ainda são obrigados a conviver com o ruído do maquinário e com os entulhos das casas demolidas.

O governo ainda ameaçou fazer o depósito da indenização em juízo, para conseguir autorização da justiça para remover os moradores. Para quem aceitou sair, os pagamentos demoram, muitas pessoas só receberam metade do valor e ainda aguardam o restante. Já os que receberam tudo têm tido dificuldade de adquirir imóvel com o valor da indenização. Algumas casas já foram demolidas, e quem fica tem que conviver com o acúmulo de entulhos. Muitos que permanecem já aceitaram a indenização e estão à espera de outros moradores, pois como as casas possuem paredes geminadas, eles só podem começar a obra quando e se os vizinhos também aceitarem o acordo. (ANCOP, 2014).

De acordo com os dados divulgados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, 2.786 imóveis habitacionais e comerciais foram desapropriados em Fortaleza em função das obras para a Copa do Mundo. Entre as principais ações, destaque para o Programa de Urbanização com Inclusão social (PREURBIS) do Rio Cocó, Maranguapinho e Vertente Marítima, com orçamento estimado R\$ 118.800.000,00. A título de agenciar regularização fundiária e melhoria habitacional, o programa atingiu várias comunidades do Rio Cocó – Boa Vista, São Sebastião, Gavião, Do Cal, TBA – e do Rio Maranguapinho – Bairro Bom Sucesso, Lumes, Santa Edwiges, Pedreiras, Chuí, Bairro Granja Portugal, Belém, Parque Oliveira I, Parque Oliveira II, Menino Deus e Dr. Seixas. De acordo com dados levantados pela ANCOP (2014), 9.422 famílias seriam removidas no PREURBIS; no Projeto de Melhorias Urbana e Ambiental (PROMURB) do Rio Cocó metropolitano – Fortaleza e entorno mais 3.500 famílias; já no Projeto Vila do Mar – Pirambu, Cristo Redentor, Barra do Ceará, mais 1.434 famílias já foram removidas ou estão ameaçadas.

No documento da Secretaria-Geral da Presidência da República (BRASIL, 2014), o projeto que mais produziu impacto foi o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Parangaba/Mucuripe e Estações, com 2.185 desapropriações, sendo 1.940 residências e 245 imóveis comerciais e terrenos desapropriados, o que corresponde à 16,1% do total nacional de remoções (13.558 imóveis). O VLT Parangaba-Mucuripe ficou em segundo

lugar, sendo ultrapassado apenas pelo BRT Transcarioca em números oficiais de remoções de residências. Segundo a ANCOP, 2.700 famílias foram removidas ou permaneciam ameaçadas, embora seus representantes tenham, junto à Defensoria Pública, proposto mudanças no projeto e reclamado participação na definição da obra. Do mesmo modo que ocorrera em outras cidades, o processo de desalojamento foi marcado pela violação de direitos. Além da desinformação, os moradores foram coagidos a fornecer documentos, assinar cadastros e permitir a entrada de agentes terceirizados nas suas casas, sob a ameaça de serem expulsos sumariamente. Dezenas de casas foram, à revelia, marcadas com tinta verde, marcando o provável despejo. Apenas na comunidade do Lagamar, 1.500 famílias ainda estariam ameaçadas de remoção, de acordo com o Comitê Popular da Copa.

As comunidades atingidas, estabelecidas há mais de 70 anos, têm recebido visitas de equipes de empresas contratadas pelo governo para realizar cadastros, marcar e medir suas casas. Para realizar as tarefas para as quais foram contratados, os funcionários fizeram uso constante de ameaças e intimidações, tendo inúmeras casas sido marcadas sem o conhecimento e consentimento dos moradores. Ademais, documentos foram recolhidos sem a devida explicação. Moradores relatam que a abordagem é bastante truculenta e inclui ameaças às famílias. Um dos moradores [do bairro Mucuripe] se queixa: “Até agora, a gente não sabe de nada oficialmente. Uns dizem que nós vamos sair daqui no próximo ano, outros, que vai demorar ainda. Ninguém do governo veio me explicar nada”. Diante de tanta desinformação e especulação, uma moradora diz que os projetos da Copa vão virando uma verdadeira “caixa-preta”. O valor das indenizações varia de R\$ 4 mil a R\$ 10 mil, alcançando no caso de famílias que possuem documento de propriedade o montante de R\$ 30mil (ANCOP, 2014).

Além do VLT, outras obras que provocaram remoções em Fortaleza foram as da Via Expressa/Raul Barbosa – que no documento governamental afetou 272 imóveis, mas que segundo dados da ANCOP atingiriam 3.500 unidades habitacionais; e a implantação de BRT nas avenidas Dedé Brasil, Alberto Craveiro e Paulino Rocha, que desapropriou no total 192 imóveis.

Freitas (2015) ressalta que as intervenções urbanas relacionadas à Copa de 2014 juntam-se a uma série de outros projetos preexistentes na capital cearense, tratando-se de uma dinâmica de “periferização” em larga escala, atingindo mais de 20 mil famílias, conforme dados divulgados em 2013 pela Defensoria Pública Estadual. Freitas (2015) utiliza o caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, localizada entre os bairros Vila União e Montese, para exemplificar o descumprimento dos objetivos da política federal de

regularização fundiária e os custos sociais de determinadas intervenções em assentamentos informais: “uma comunidade de baixa renda que possui cerca de 450 edificações, ocupando uma área aproximada de 3,2 ha [...] Atualmente, é bem servida de transportes e serviços urbanos, particularmente no que se refere aos equipamentos sociais” (FREITAS, 2015, p. 195). Com efeito, “[...] os investimentos da Copa do Mundo em Fortaleza acentuaram o processo da segregação urbana na escala da Metrópole, impondo a transferência populacional de larga escala para bairros periféricos desprovidos de serviços urbanos” (FREITAS, 2015, p. 194).

Freitas (2015) também aponta a contradição com o Plano Diretor da cidade, pois os locais indicados para o reassentamento das famílias cujas moradias seriam desapropriadas são classificadas como “Zona de Ocupação Restrita”, tendo como diretriz o desestímulo ao adensamento em razão da ausência de serviços urbanos e de infraestrutura⁵⁷. (FREITAS, 2015, p. 200). Esse deslocamento populacional, segundo a autora, contradiz o interesse público, dado que acabaria por elevar os custos aos cofres governamentais ao ter que dotar uma nova área urbana com infraestrutura e serviços básicos.

Cumprе ressaltar a anuência do poder público perante a urbanização informal e descaso das autoridades com os moradores pelos impactos das intervenções urbanas. “A despeito dos avanços da política urbana nacional no sentido do reconhecimento dos direitos das famílias moradoras em assentamentos informais consolidados” (FREITAS, 2015, p. 200), Ademais, a condição jurídica de ilegalidade dos moradores consiste no principal argumento utilizado pelo poder público para justificar as remoções. Vale salientar que outras obras não necessariamente vinculadas à preparação para os jogos da Copa do Mundo, removeram ou ainda ameaçam as moradias de inúmeras famílias em Fortaleza. A advogada “P” assinala que ao longo das articulações do Comitê Popular da Copa, outras

⁵⁷ “O reassentamento da maioria dessas famílias deverá ocorrer em dois empreendimentos do PMCMV: no Residencial Cidade Jardim, no bairro José Walter e no Residencial Alto da Paz, no Vicente Pinzon. O primeiro terá 5.536 apartamentos e área de 245 mil m², previsto para abrigar 24.745 hab. (densidade demográfica equivalente a 979,5 hab./ha); o último, 1.472 apartamentos em 106 mil m² para 6.579 hab. (654 hab./ha) – (LEHAB, 2014). Os empreendimentos estão situados, de acordo com o Plano Diretor respectivamente nas Zonas de Ocupação Restrita (ZOR), que ‘(...) caracteriza-se pela ocupação esparsa, carência ou inexistência de infraestrutura e equipamentos públicos e incidência de glebas e terrenos não utilizados’ (FORTALEZA, 2009, p. 15) e Zona de Interesse Ambiental (ZIA) da Praia do Futuro, que (...) corresponde às áreas originalmente impróprias à ocupação do ponto de vista ambiental, áreas com incidência de atributos ambientais significativos em que a ocupação ocorreu de forma ambientalmente inadequada (FORTALEZA, 2009, p. 12).” (IACOVINI, 2015, p. 288-9).

comunidades afetadas por projetos urbanos não relacionados ao megaevento passaram a entrar em contato com o comitê em busca de ajuda na resistência às remoções. Algumas dessas intervenções foram suspensas ou proteladas:

Muitas comunidades apareceram, entendeu, nesse processo. Assim, fora essa galera [comunidades do trilho], muitas apareceram e... foram embora. Porque muitas tiveram ameaça inicial que não se concretizou. Então, eu lembro de um pessoal da Boa Vista, que é ali, também perto Castelão [...] Tinha duas obras lá. Tinha a do Rio Cocó, que também foi colocada em algum momento como obra da Copa, a do Cocó e do Maranguapinho. E assim, remoção, né! Aquelas remoções que tem que ser pro dia, é sempre assim o discurso: “temos que fazer essa obra!”. Pra comunidade eles não diziam que era obra da Copa, mas que tinha que ser até 2014. Pra sociedade era obra da Copa, pra ganhar o selo de legitimidade. E sempre era esse discurso: “tem que ser! É pra ontem! Pra ontem! Pra ontem!”, e nesse “pra ontem”, tem comunidade, por exemplo, a comunidade Waldemar Alcântara, que ali no Rio Cocó, até hoje não saiu. E pessoas que estão em área de risco, que querem sair e não saíram. Então assim, nesse vai e vem de comunidades, né, teve muitas, assim, o Poço da Draga... teve várias que tiveram juntas no comitê, entendeu? Mas, que acabou se dissipando. Porque... ou porque não aconteceu a remoção, ou ficou muito frágil... e aí, no final das contas, quem ficou mais foi o povo do VLT. (Advogada popular P.).

O Projeto Aldeia da Praia, por exemplo, que pretende deslocar centenas de pessoas das comunidades do Serviluz e do Titanzinho. O projeto tem como objetivo integrar a Beira-Mar à Praia do Futuro e incrementar o uso turístico da região, através da abertura de vias paisagísticas, alargamentos de vias e avenidas e construção de equipamentos de lazer, “[...] resultando na remoção de mais de 3.000 famílias, as quais seriam reassentadas no Conjunto Habitacional Alto da Paz, situado em gleba sobre as dunas, onde, em 2014, ocorreu o uso da força policial para remover famílias que haviam ocupado esse sítio.” (PEQUENO, 2015, p. 40). O evento citado ocorreu em fevereiro de 2014, numa ação extremamente violenta da Polícia Militar e da Guarda Municipal, 400 famílias foram despejadas da comunidade Alto da Paz, localizada exatamente no terreno de 116 m² destinado à construção conjunto (MEDEIROS, 2016). A remoção dessa comunidade, bem como as ocupações existentes na orla leste da capital virou um minidocumentário, “Areia loteada”⁵⁸, produzido pelo Coletivo Nigéria.

Existe também o Projeto Vila do Mar, cujo objetivo era a construção de uma via paisagística ao longo de 4 Km da orla oeste, abarcando os bairros Barra do Ceará, Cristo Redentor e Pirambu. Aproximadamente 1.700 famílias seriam atingidas (ANCOP, 2014).

⁵⁸ NIGÉRIA FILMES, 2014.

Ainda durante a gestão de Luizianne Lins (PT), 264 famílias já haviam sido deslocadas. Para os moradores do Poço da Draga, favela que existe há mais de cem anos e está localizada exatamente ao lado das obras do Acquário Ceará e do Parque das Águas, o clima é de temor pela remoção. Mesmo que não exista no projeto qualquer menção à retirada daquela comunidade, a incerteza é um sentimento que os moradores já vivenciam desde meados da década de 1990 com a construção do Centro Cultural Dragão do Mar (GONDIM, 2007, p. 215), que fica próximo à área. Chegou a ser realizada uma audiência pública na Câmara Municipal para tratar do tema, no dia 6 de dezembro de 2010. No primeiro semestre de 2012, foi proposto um plebiscito para consulta popular sobre a realização da obra, sem êxito.

Pinheiro (2015, p. 114) salienta “[...] a concentração de decisões de grande impacto na cidade nos altos escalões do executivo, por onde circulam com facilidade segmentos do capital imobiliário”, e que tal dinâmica de concentração de poder não está necessariamente relacionada às exigências da Fifa, haja vista a ocorrência desse processo nas cidades brasileiras há longo tempo. A autora destaca a fragilidade ou mesmo inexistência de mecanismos de controle e participação popular na gestão da cidade. “Fortaleza não dispõe de Conselho Municipal da Cidade (ConCidades), apesar de uma intensa pressão do fórum local de reforma urbana durante e um pouco após a longa revisão do Plano Diretor (2002-2009).” (PINHEIRO, 2015, p. 114). Embora exista um Conselho Municipal de Habitação Popular (Comhap) instituído, esse espaço sequer debateu e tampouco deliberou acerca dos casos de remoção que ocorreriam. Pinheiro (2015) assevera que o Comhap nunca tivera as obras de Copa entre as suas pautas. No início da gestão de Roberto Cláudio (ex PSB-PROS, atualmente no PDT), foi criada uma Coordenadoria de Participação Popular (após a extinção do Orçamento Participativo, programa vinculado à gestão anterior), que chegou a convidar movimentos populares para reuniões e debater a criação do ConCidades. “Numa dessas reuniões, foi apresentado um levantamento dos conselhos existentes no município, de cujos dados destacava-se que 54% dos conselhos estavam inativos, e, dos ativos, 86% não tinham um plano de trabalho.” (PINHEIRO, 2015, p. 114).

A Assembleia Legislativa do Ceará, em 2011, impulsionou a criação do Comitê de Acompanhamento das Ações Relativas à Copa de 2014 (CapCopa) (TRIBUNA DO CEARÁ, 17/08/2011). Presidido pelo deputado Danniell Oliveira (PMDB), o CapCopa

tinha como objetivo monitorar as ações relacionadas à preparação do evento, mobilizando entidades e movimentos da sociedade civil. Das 32 entidades integrantes, somente nove não eram do poder público, sendo quatro entidades empresariais: Associação Cearense de Imprensa (ACI), Centro de Dirigentes Lojistas (CDL), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Três entidades profissionais: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará (CREA), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE). E dois movimentos populares: Central Única das Favelas (CUFA) e Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF). (PINHEIRO, 2015, p. 115). Cumpre ressaltar a cooperação da CUFA no diálogo com as famílias sobre a desapropriação dos seus imóveis. Pinheiro (2015) ressalta, a partir das relatorias das reuniões, o pedido do então titular da Secretaria Especial da Copa (Secopa) e da Secretaria de Grandes Eventos do Estado, Ferrúcio Feitosa, à CUFA, para que esta realize uma “conversa harmônica” com as pessoas atingidas pelas intervenções. “Em alguns momentos de debates em comunidades, chegou a informação de que o trabalho da Cufa estava ocorrendo mais no sentido de convencer as pessoas a saírem de suas casas, dificultando o processo de resistência e melhoria das condições oferecidas.” (PINHEIRO, 2015, p. 120).

Cumpre ressaltar que alguns trechos das obras viárias para a Copa de 2014 que ocorreram dentro de ZEIS colocaram em xeque a efetividade Plano Diretor de Fortaleza (PDPFOR-2009). O caso mais emblemático é o da comunidade do Lagamar, instituída como ZEIS de favela desde 2010, em que a implantação de um complexo de viadutos na Via Expressa demandaria a remoção de aproximadamente 600 imóveis, sem falar no VLT Ramal Parangaba-Mucuripe, cujo traçado cruza a comunidade. Após muita resistência dos moradores do Lagamar, foi apresentada nova proposta pela Prefeitura em que reduzia para 198 o número de imóveis a serem removidos. De acordo com Pequeno (2015), a redução do impacto da obra da Via Expressa ocorreu devido à elaboração de um projeto alternativo que incluía uma rotatória⁵⁹ e um viaduto. Na opinião do autor, tal desenlace significou “[...] um exemplo positivo de resistência comunitária diante das imposições de projetos de engenharia urbana feitos em gabinete, os quais desconsideram aspectos sociais em seu

⁵⁹ Também conhecida em diferentes regiões do país como “balão”, “giradouro”, “rótula”. Trata-se de uma praça ou largo, em formato circular, onde se entrecruzam diferentes vias implicando num movimento giratório dos automóveis.

desenho [...]”, contudo, não deixa de registrar que ainda é um desafio a integração do processo de regularização fundiária e urbanística. (PEQUENO, 2015, p. 45).

A advogada “P”, integrante do Comitê Popular da Copa, comenta de forma breve o desenrolar dessas negociações, bem como as limitações jurídicas das conquistas dos moradores:

No final de 2013 começou uma série de audiência de conciliação na Justiça, a partir dessa ação da Defensoria. Acho que foi uma quatro audiências de mediação, assim, termina uma, marcava outra... porque foram muito ruins! Porque assim, não teve acordo. Não teve nenhum acordo formalizado. Eram audiências horríveis, assim, do ponto de vista da negociação, que era muito difícil. Mas, assim, foram vitórias, porque nessas audiências, o Estado finalmente indicou... e aceitou, na verdade, terrenos alternativos que as comunidades tinha desde o começo indicado, para serem terrenos para desapropriação e reassentamento. Porque a proposta inicial era só Cidade Jardim. E nesse processo das audiências o Estado finalmente concordou com os terrenos indicados. [...] Sendo que não saiu nenhum documento, uma ata, vamos dizer assim, um termo de acordo dizendo... porque as audiências foram ficando cada vez mais tensas, assim, e no final, nem conseguia negociar com a comunidade, fazer um diálogo [...] Mas foram importante essas audiências pra avançar na negociação, porque tava estancado. (Advogada P).

Os terrenos alternativos mencionados acima pela entrevistada, correspondem aos três imóveis localizados nos bairros Cidade 2000, Vila União e São João do Tauape, considerados de utilidade pública para fins de construção de unidades habitacionais especificamente às famílias afetadas pelo VLT Ramal Parangaba-Mucuripe pelo Governo do Estado do Ceará através do Decreto 31.285, de 23 de setembro de 2013. Posteriormente, outro terreno no Lagamar foi desapropriado para o mesmo fim. E o da Cidade 2000 foi suspenso por estar inserido na Área de Preservação Ambiental do Cocó. No entanto, até o fim das pesquisas para a redação desta tese⁶⁰, nenhuma unidade habitacional havia sido construída nesses terrenos.

Com efeito, as estimativas de remoções foram reduzindo ao longo do processo de negociação entre o poder público e as comunidades, intermediado pela Defensoria Pública do Estado do Ceará. Os números levantados pela Defensoria e pelo Comitê Popular da Copa estimavam entre 15 a 20 mil pessoas atingidas pelas remoções relacionadas às obras da Copa em Fortaleza. Os números oficiais apontaram 2.786 imóveis desapropriados

⁶⁰ A coleta de dados em Fortaleza foi encerrada em janeiro de 2017, qualquer atualização posterior a essa data não foram incorporadas à tese, cuja redação final foi concluída em julho de 2017.

(habitacionais e comerciais). De início, a estimativa oficial de remoções relacionadas especificamente ao VLT Paragaba-Mucuripe era de 3000 imóveis, na sequência foi reduzida para 2185 imóveis. A advogada “P” concorda que houve uma diminuição considerável nas remoções previstas, tanto pela resistência dos moradores, quanto pela própria inoperância do Estado, que desistiu de algumas intervenções; mas assinala que os números divulgados pelo governo federal não correspondiam ao real impacto do megaevento, pois determinadas obras simplesmente foram desassociadas da Copa de 2014, reduzindo o cálculo oficial de remoções:

Tinha essa previsão dos movimentos, dos grupos políticos, de que muita gente ia ser impactada. E isso... assim, essa previsão realmente se confirmou no sentido de muitas pessoas ficarem ameaçadas, mas as remoções, mesmo, foram bem menos do que se previa, né?! Mas se previa remover milhares e milhares de pessoas. Então, não é que foram poucas remoções, mas é que era muito maior o estrago do que se pensava. [...] Várias coisas apareceram como obra da Copa, sendo que depois o próprio Estado foi tirando, assim, essa “etiqueta”, né, das coisas. Porque teve aquele primeiro momento em que: “nossa, a Copa é fantástica, momento de oportunidades, tal...”. Então, tudo que ganhasse etiqueta de “obra da Copa” tinha legitimidade! Social, política, econômica, não importava os gastos e tudo mais. Sendo que aos poucos, esse próprio discurso foi se deteriorando, assim, né. Porque impossível dar conta da quantidade de coisas que eles tinham previsto. Impossível, assim, de tempo, de dinheiro, de um monte de coisas. E eles foram focando nas obras que eram mesmo estratégicas, né. Teve Castelão, aí o Castelão foi uma obra bem superfaturada e bem pouco questionada... (Advogada popular “P”).

Em documento, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa de 2014 (ANCOP) assinala que as obras para o megaevento, em geral, favoreceram “o aprofundamento da segregação” na cidade de Fortaleza, seja através da especulação imobiliária que gera aumento no preço de lotes habitacionais da cidade, agravando o déficit habitacional; ou mediante remoção arbitrária de comunidades, negando o direito dessas populações de habitar nas áreas mais centrais da cidade. (ANCOP, 2014).



Figura 7: Comunidade Trilha do Senhor. Foto: Ernesto Rodrigues (Jornal O Estado de São Paulo).

2.2 CONFLITOS TERRITORIAIS E EXPANSÃO IMOBILIÁRIA NA METRÓPOLE CEARENSE

Fortaleza tem atualmente uma população superior a 2,6 milhões de habitantes e está entre os dez municípios brasileiros com maior densidade demográfica, sendo a capital mais densa do país, com uma média equivalente a 7.786 hab./km² (IBGE, 2014). Sua região metropolitana, que atinge um contingente demográfico de aproximadamente 3,5 milhões de pessoas, é a quinta maior do país. Apenas a capital conta com mais de 2,5 milhões de pessoas vivendo em seu território. Sua área de influência, que abrange regiões de estados vizinhos, consiste numa população superior a 20 milhões. No decênio de 2000 a 2010, Fortaleza teve um acréscimo populacional de 310.783 habitantes. Em maior escala, entre

as décadas de 1950 e 2000, o crescimento demográfico da capital cearense foi de 58% em média por década. O aumento populacional, entretanto, não veio junto com ações públicas que dotassem a cidade de infraestrutura urbana e serviços para acolher de modo satisfatório tamanha demanda. Fazendo da capital cearense palco de muitos conflitos territoriais (GONDIM, 2007; PEQUENO, 2015; BOMTEMPO, 2015).

O processo de urbanização no Brasil se dinamizou, com efeito, a partir da década de 1930, momento em que a industrialização começou a tomar a dianteira na acumulação do capital, constituindo a principal atividade econômica na renda do país em meados da década de 50, gerando novos grupos e classes sociais. Entretanto, de acordo com Nunes e Veloso (2010), a velocidade que denota a passagem de uma população predominantemente rural para uma população urbana no Brasil é distinta da sucedida em outras experiências de industrialização, pois, tivemos no país, de um lado, “[...] o fenômeno em atraso quando comparado, por exemplo, com a Europa e mesmo os EUA e, por outro, uma dinâmica industrial cujos efeitos multiplicadores são relativamente reduzidos tendo em vista, sobretudo, a importação de tecnologias para essas atividades.” (NUNES; VELOSO, 2010, p. 11). Outra característica marcante do processo de urbanização brasileiro é o contingente de migrações internas, oriundas das zonas rurais, que formariam as grandes cidades. A geografia continental do território brasileiro somada a todo processo histórico que estabeleceu profundas desigualdades regionais gerou uma dinâmica de industrialização concentrada em poucas cidades, tais fatores “[...] levaram a um deslocamento de populações das áreas deprimidas para as áreas em crescimento, numa proporção superior à capacidade de gerar empregos no setor formal.” (NUNES; VELOSO, 2010, p. 12).

Paul Singer, em seu “Economia Política da Urbanização” (1998), publicado originalmente em 1973, utilizara Fortaleza como um exemplo de “cidade grande sem função industrial significativa”, caracterizada por uma baixa produção agrícola na sua circunvizinhança e com mercado para produtos industriais quase inexistente. Dessa forma, a ausência de indústrias seria tanto causa como consequência do baixo nível de desenvolvimento econômico (SINGER, 1998, p. 142-1). Contudo, cumpre ressaltar que diferente do Centro Sul do país, cuja intensa urbanização e proliferação de cidades é atribuída ao processo de industrialização, o Nordeste deve seu processo de organização do espaço e seu sistema de cidades à agricultura e à pecuária. (SILVA, 2007, p. 216).

Ademais, o caráter tardio da industrialização de Fortaleza também está relacionado com o próprio aspecto mais tenro da cidade, dado que só se tornara um centro urbano relevante apenas no século XIX, posteriormente a outras capitais nordestinas, sobretudo Salvador e Recife.

Por fatores históricos, o Ceará, comparado com outras províncias do Nordeste, não empregou um número considerável de negros africanos como mão de obra escrava. Tornando menor a percepção de traços afrodescendentes na variação fenotípica da sua população, tendo maior ascendência de traços indígenas. Esse fator alimenta uma crença comum de que “no Ceará não há negros”, numa evidente associação racista de negritude com a escravidão (FUNES, 2007). Esse comportamento tem sido desafiado recentemente com o ingresso de um contingente relativamente grande de africanos, principalmente da Guiné-Bissau e de Cabo Verde para trabalhar, sobretudo no setor de serviços, e para estudar em cursos universitários. Com destaque para a instalação, em 2011, em Redenção, município da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), cuja missão institucional é contribuir com a integração cultural, científica e educacional entre Brasil e demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (BOMTEMPO, 2015).

A maioria da população de Fortaleza se autodeclara de cor “parda” (57,85%), sendo a capital cearense o município da sua região metropolitana que mais concentra pessoas “brancas” (36,25%). Declaram-se de cor preta 4,41% da população; e apenas 1,47% como indígena. Na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), as pessoas que se declaram de cor preta estão mais concentradas nas periferias dos municípios Eusébio, Itaitinga, Maranguape, Pindoretama e Caucaia (IBGE, 2010). Também existe a presença de algumas tribos indígenas na RMF, como os Pitaguary, nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, os Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz e os índios Tapebas, em Caucaia. (PEREIRA; DANTAS, 2009; BOMTEMPO, 2015).

A capital cearense acompanhou o processo que atingiu o sistema urbano brasileiro, traduzido nas transformações aceleradas e substanciais de sua paisagem urbana, marcando “[...] a transição da cidade provinciana e acanhada para uma metrópole com ares de modernidade, que acolhe movimentos financeiros, sociais e culturais de grande envergadura no contexto nacional.” (BERNAL, 2004, p. 21). A intensidade da expansão

urbana da cidade nas últimas décadas está intrinsecamente vinculada à conjuntura nacional e internacional de reprodução das relações capitalistas. A capital do Ceará exerce o papel de intermediária entre as regiões produtoras do estado e os chamados “lugares globais”. Por outro lado, a cidade figura entre as vinte cidades mais desiguais do mundo; dentre as brasileiras, está em segundo lugar⁶¹.

Na última década, ocorreu um acréscimo considerável da violência em todo o país, principalmente nos meios urbanos. Em 2013, o Ceará registrou uma média de 8,5 homicídios por dia. Em 2014, foram contabilizados 3.118 homicídios no estado, sendo que 92,88% dos casos – 2.896 em números absolutos – ocorreram na Região Metropolitana de Fortaleza. Apenas na capital, 2.089 pessoas foram vitimadas letalmente em 2014, representando 77% de todo o estado naquele ano (CEPEVI, 2014 apud FREITAS; COSTA, 2015, p. 333).

Freitas e Costa (2015) asseveram que do mesmo modo que a renda e os equipamentos urbanos são desigualmente distribuídos na cidade, “os homicídios também não incidem homoganeamente sobre todas as áreas da cidade. Os homicídios atingem majoritariamente os bairros com população exposta a maior vulnerabilidade social” (FREITAS; COSTA, 2015, p. 334). Os autores listam alguns dados da “geografia da violência” de acordo com o número de assassinatos por bairro de Fortaleza apenas no ano de 2013:

[...] a maioria dos casos de homicídios na capital se concentrou nos bairros de Bom Jardim (104), Jangurussu (68), Barra do Ceará (66), Messejana (60), Vicente Pinzón (55), Prefeito José Walter (52) e Mondubim (49). Números bem inferiores foram encontrados nas áreas de ponderação (APs) com melhores indicadores sociais como Aldeota (10), Meireles (5) e Fátima (8). Já os bairros detentores dos menores números de homicídios foram Cocó (1), Parque Manibura (1) Dendê (2) e Salinas (1) (FREITAS; COSTA, 2015, p. 334-5).

A violência policial merece destaque, principalmente nos bairros listados acima. Entre os dias 11 e 12 de novembro de 2015, num espaço de tempo de aproximadamente

⁶¹ De acordo com dados apresentados o relatório sobre cidades latino-americanas, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). Estudo que se baseia no índice Gini constata a distribuição de recursos em áreas não prioritárias, devido às pressões exercidas por grupos de interesses na destinação dos recursos públicos, o que aponta como uma das causas da desigualdade, problemática evidente desde antes da escolha da cidade como uma das quatorze cidades-sede da Copa do Mundo 2014.

seis horas, onze pessoas foram assassinadas aleatoriamente por homens encapuzados nos bairros Messejana, Curió, São Miguel e Lagoa Redonda. Todas do sexo masculino com idades entre 16 e 41 anos. Sete eram adolescentes, sendo que dois “adultos” tinham 18 e 19 anos. Outras sete pessoas ficaram feridas por tiros. O episódio, que ficou conhecido como a “chacina da grande Messejana”, foi o maior, com essas características, registrado no Ceará. Investigações apontaram policiais militares como responsáveis pela matança, a maioria dos agentes estava de folga.

Os crimes seriam uma retaliação à morte de um PM no dia anterior, nas imediações da chacina. Os criminosos se distribuíram em sete veículos e assassinaram pessoas simplesmente por estarem naquele momento nas vias públicas e nas calçadas. “Algumas vítimas se ajoelharam para não morrer, mas ainda assim não foram poupadas”, declarou à imprensa o procurador-geral de Justiça do Ceará, Plácido Rios (G1/CE, 01/09/2016). 44 agentes foram indiciados e estão presos desde agosto de 2016.⁶²

Costa e Amora (2015) ressaltam que o processo de integração metropolitana ocorre de forma “fragmentária” em razão das desigualdades sociais. “Fortaleza é uma das cidades detentoras de uma das maiores concentrações de riqueza do país. Nela, habitam cinco bilionários e vários milionários, sendo sede de poderosos grupos econômicos de importância nacional.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 71). Contudo, afirmam as autoras, a maior parte da população padece em empregos informais e em habitações precárias, com carência de serviços e de infraestrutura, e também submetidas à “economia do medo” em razão da violência.

Na primeira década do século XXI, a Região Metropolitana de Fortaleza possuía um déficit habitacional total de 122.988 unidades, correspondendo a 17% do total de domicílios da RMF. Apenas o município de Fortaleza representava mais de 63% do total do déficit metropolitano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004 apud PEQUENO; ARAGÃO, 2009, p. 70-1)⁶³. Um dos principais motivos para o déficit apontado pela

⁶² Os policiais condenados receberam a solidária visita do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), que demonstrou sua indignação com a situação dos agentes, “presos por trabalhar” (JORNAL EXTRA, 22/09/2016).

⁶³ No período da pesquisa citada (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2004), eram treze os municípios que compunham a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF): Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante. Em 03 de julho de 2009, mais dois municípios passaram a integrar a RMF: Pindoretama e Cascavel. Em 2014 foram agregados os municípios Paracuru, Paraipaba, São Luís do Curu e Trairi.

pesquisa era a incapacidade de absorção dos imóveis pelo mercado de locação, pois o empobrecimento da população reduzia a demanda por imóveis de aluguel, decorrendo, conseqüentemente, na expansão da favelização e das moradias improvisadas em áreas de risco.

O Censo Demográfico de 2000⁶⁴ revelou que mais de 12% da população metropolitana afirmava ter construído sua moradia em terreno de propriedade alheia. Ademais, pouco mais de 5% do total da população da capital não possuía sanitário em sua residência, situação que atingia cerca de 40 mil famílias em toda a região metropolitana. Ainda de acordo com o IBGE, Fortaleza figurava como a terceira cidade brasileira em número de favelas, com 157 aglomerados que correspondiam a 82.771 domicílios, ficando atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro (IBGE, 2000 *apud* PEQUENO; ARAGÃO, 2009, p. 91). Silva (2007) pondera que os critérios do censo só consideram “favelas” aquelas concentrações de moradias pobres e carentes de serviços e de infraestrutura urbana. Com efeito, o autor atesta que “[s]e fossem levados em conta os loteamentos periféricos com o uso domiciliar caracterizado pela autoconstrução, pela ausência de infraestrutura básica, além de vários bairros da cidade extremamente pobres, esses números seriam mais elevados” (SILVA, 2007, p. 236). Utilizando-se de outra base de dados, Bernal (2004, p. 159) afirma que, em 2002, o número de favelas já ultrapassava 614, com mais de 82 áreas de risco. O déficit habitacional superava 160 mil unidades, sendo a sexta maior demanda do país. Cerca de 700 mil pessoas viviam em más condições de moradia.

Pequeno e Aragão (2009, p. 70) comentam que, simultâneo ao processo de multiplicação de favelas na capital, ocorrera a elevação do número de imóveis vazios em conjuntos habitacionais periféricos, o que traduzia, dessa forma, a ineficácia das políticas habitacionais aplicadas pelos últimos governos. Os autores listam os fatores fundamentais que levaram ao crescimento desordenado da região metropolitana fortalezense: o fluxo migratório campo – cidade; a redistribuição espacial da população realizada pelos programas habitacionais induzindo processos de conurbação na periferia da capital; o aumento das ocupações de terrenos irregulares decorrente do empobrecimento de parte da população; a comercialização de loteamentos clandestinos em detrimento das normas

⁶⁴ METRODATA, Censo Demográfico 2000, *apud* PEQUENO; ARAGÃO, 2009, p. 76.

urbanísticas; e a apropriação privada de investimentos públicos em infraestrutura urbana e no sistema de circulação de transportes, produzindo espaços de segregação social. (PEQUENO; ARAGÃO, 2009, p. 69).

Decorrente do fenômeno de industrialização e também associada à concentração de órgãos públicos na capital, Dantas e Silva (2009) apontam a formação de um “[...] importante segmento da classe média, cuja distribuição no espaço é mais dispersa do que a das classes mais abastadas e menos abastadas da sociedade local, a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro.” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 16). Os autores assinalam a implantação de uma “lógica de concentração de rendimentos”, sugerindo uma divisão espacial das classes sociais em Fortaleza da seguinte forma: as classes mais abastadas estão concentradas em Fortaleza – nos bairros da Aldeota, Meireles, Mucuripe, Varjota, Fátima e no eixo da Washington Soares; “dispersas no espaço” estão as classes médias, habitando tanto as áreas nobres, médias e populares; enquanto as classes mais pobres se concentram em antigas áreas industriais de Fortaleza e nas proximidades dos distritos industriais da Metrópole, em Maracanaú, Pacajus, Horizonte e Aquiraz.

2.3 MODERNIDADE E SEGREGAÇÃO: A METROPOLIZAÇÃO DE FORTALEZA

2.3.1 Explosão demográfica e favelização da capital cearense

Entre as décadas de 1940 e 1950, Fortaleza apresentou o maior crescimento populacional entre as capitais nordestinas, superando meio milhão de habitantes em 1960 (GONDIM, 2007, p. 105). Nesse período, a economia do Ceará atravessava uma grave crise econômica em razão dos efeitos das secas de 1952 e 1958, que atingira drasticamente a agricultura da região. Ademais, o comércio estava estagnado e a pequena atividade industrial sucumbia devido à carência de energia elétrica, não permitindo a concorrência com os produtos do centro-sul. Tal situação foi agravada pela contínua migração de

famílias que abandonavam a zona rural. A proliferação de favelas amplificou as já precárias condições habitacionais da capital cearense.

As camadas mais pobres, sobretudo os migrantes da seca, ocupavam principalmente as áreas não urbanizadas, carentes de infraestrutura e da atenção do poder público. Nesses locais, os terrenos eram adquiridos por valores irrisórios ou simplesmente ocupados clandestinamente. A urbanização espontânea e irregular multiplicou favelas e becos, carentes de água, saneamento e coleta de lixo. Os montes de lixo acumulados em terrenos baldios disseminavam doenças nessas áreas. “Convém lembrar que os anos 50 foram uma época de sucessivas migrações do campo para a cidade, o que acarretou a ocupação mais intensa de favelas como Pirambu, Lagamar e Verdes Mares” (FERNANDES; et al., 1991, p. 60), locais de grandes conflitos entre moradores e poder público devido a posse irregular da terra. Farias (2015) enumera as principais favelas existentes no período:

Além das favelas do Pirambu e do Mucuripe, havia o cercado do Zé Padre, o Lagamar, o Morro do Ouro, situado entre o açude João Lopes e o atual Monte Castelo, além da Varjota, Papoquinho e da estrada de Ferro. Também era ocupado pela população carente o Morro do Moinho, entre a estação ferroviária e o cemitério São João Batista, afora o bairro São João do Tauape, que se estendia à área mais baixa do Lagamar. À margem da BR-116 ficava o Alto da Balança e, antes de Messejana, havia a localidade denominada Cajazeiras (SILVA, 1992; SOUZA, 1995; COSTA, 2007) (FARIAS, 2015, p. 467).

Naquele momento, somente 12% dos prédios da cidade estavam servidos da rede de abastecimento de água. O “inchamento” da cidade impôs às autoridades a necessidade de organizar a expansão urbana, por isso, em 1963, o urbanista Hélio Modesto apresentou um Plano Diretor que dedicava um item ao problema das favelas (GONDIM, 2007, p. 106). A proposta apresentada por Hélio Modesto e sua equipe foi pioneira em empregar dados censitários, características socioeconômicas e uma perspectiva regional (IACOVINI, 2015, p. 257), ademais, “[...] foi incluída uma proposta de classificação viária – vias de penetração, ligação, locais e anéis de circulação. Dentre as vias propostas, estavam a futura Av. Beira-Mar e uma avenida paralela ao Ramal Ferroviário do Mucuripe, a atual Via Expressa.” (IACOVINI, 2015, p. 257). Contudo, o Plano Diretor não foi aprovado pela Câmara Municipal.

Com efeito, a partir dos anos 1960, “Fortaleza situa-se entre os principais centros urbanos do Brasil, ao desempenhar múltiplas funções para atender à sua vasta área de

influência à medida que se articulava com outros centros urbanos do território nacional” (COSTA; AMORA, 2015, p. 70). Na década seguinte, momento em que são instituídas as primeiras regiões metropolitanas do Brasil, “[...] as relações exercidas por Fortaleza na sua rede urbana se ampliam e se modificam como consequência das mutações no sistema produtivo, com maior integração nacional e internacionalização da economia brasileira.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 70).

Com a política de industrialização promovida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Nordeste adentrou em uma nova fase de industrialização, ancorada em incentivos fiscais e financeiros e com estratégias centralizadas de planejamento regional⁶⁵. No caso do Ceará, dinamizou-se consideravelmente o quadro econômico do estado, estabelecendo relações com outras regiões do país, “[...] a indústria sofreu importante avanço e aperfeiçoou seu sistema produtivo, ampliando a produtividade e a contratação de força de trabalho, o que atingiu os fluxos e a circulação de riquezas no Ceará.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 84). Dessa forma, a indústria passou de atividade residual para o papel de disciplinadora dos ritmos da economia do estado; e Fortaleza, que concentrava a maior parte do espaço industrial, foi a mais impactada com as transformações econômicas que redefiniram a fisionomia da cidade, tornando-se um polo de influência aos municípios do entorno. (AMORA, 1999; PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Em Fortaleza, a atuação da SUDENE buscou inicialmente o fortalecimento da Zona Industrial da Francisco Sá, que estava integrada ao Porto do Mucuripe. No entanto, na década de 1980, nos marcos característicos do planejamento territorial e econômico do período, foi instalado o Distrito Industrial de Fortaleza, numa área de Maracanaú, na época distrito de Maranguape. Vários hectares foram selecionados para a implantação de um parque fabril, mediante incentivos federais. Para lá se deslocou o antigo setor industrial da Francisco Sá, deixando a zona oeste da capital esvaziada e empobrecida. (SILVA, 2005; PEREIRA JÚNIOR, 2015).

Em 1972, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, (Plandirf), um “plano tecnocrata”, elaborado de forma vertical,

⁶⁵ Para Dantas e Silva (2009, p. 12), a concentração prioritária das estratégias de industrialização da SUDENE nos maiores núcleos urbanos da região – Salvador, Recife e Fortaleza – foi ineficaz para resolver os desequilíbrios regionais predominantes em escala nacional.

sem diálogo com a sociedade, nem mesmo com os servidores técnicos do município, característica comum dos planejamentos realizados durante o regime militar. (MARICATO, 2009). O Plandirf foi o primeiro plano a considerar a escala metropolitana dos problemas de Fortaleza, propondo zoneamento urbano funcional, sistema viário hierarquizado e a implantação de corredores de atividades (CAVALCANTE, 2009; IACOVINI, 2015, p. 257)⁶⁶. Iacovini (2015) ressalta que o plano dava excessiva ênfase ao desenvolvimento viário e que agregou propostas para o futuro Sistema de Transporte de Massa (STM). Cavalcante (2009) aponta que alguns aspectos do plano consistiriam numa inversão na ordem de produção da cidade, pois primeiro induzia à ocupação e ao adensamento do território, e só posteriormente se preocupava em equipar com a infraestrutura urbana: “[...] para os planejadores da época a intenção era ocupar, posicionar primeiro as atividades e depois resolver a fluidez e a circulação, que seria justificada ou justificativa para o zoneamento proposto.” (CAVALCANTE, 2009, p. 208 apud IACOVINI, 2015, p. 257). Na sequência, foi instituído o Plano Diretor Físico de Fortaleza 1975/79⁶⁷, esse Plano induziu a verticalização residencial e a concentração de Polos de Adensamento, que seriam interligados através de um futuro sistema de largos corredores de transporte⁶⁸. (MUNIZ, 2006; CAVALCANTE, 2009; IACOVINI, 2015).

No plano das políticas habitacionais, Silva (1992, p. 46) ressalta que a intervenção do Estado com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH) possibilitou o surgimento de “focos de concentração demográfica”. Contudo, a ação do Estado continha uma concepção segregadora, pois construía edifícios residenciais nas áreas centrais para as classes médias, em grande parte vinculadas ao funcionalismo público; e destinava às camadas de menor poder aquisitivo, conjuntos habitacionais nas periferias, configurando assim uma divisão espacial entre as classes sociais. No caso de Fortaleza, a extinção de

⁶⁶ “O zoneamento proposto dividiu a cidade em Zonas Residenciais e Comerciais (ZRs – 1, 2, e 3; ZCs – 1, 2 e 3). As ZCs 1 e 2 correspondem ao Centro. A ZC 3 relaciona-se aos corredores de atividade (e adensamento). [...] essa proposta foi efetivada, porém contribuiu para gerar policentralidades caracterizadas por densa ocupação comercial em pequenos espaços de circulação (já que as vias não foram implantadas com as dimensões propostas, mas subdimensionadas)”. (IACOVINI, 2015, p. 257). Cf. CAVALCANTE, 2009.

⁶⁷ Lei 4.486, de 1975, e Lei 5.122-A, de 1979. (IACOVINI, 2015).

⁶⁸ “As vias, de acordo com o PDF-For/79, deveriam ter a seguinte largura (caixa): de 35 a 50 metros (expressas e arteriais), de 18 a 24 metros (coletoras) e de 11 a 14 metros (locais). O que se observa atualmente é que a grande maioria das vias (ruas e avenidas), independentemente de sua classificação, possuem caixas entre 10 e 20 metros.” (IACOVINI, 2015, p. 258).

algumas favelas e a construção de conjuntos habitacionais na periferia da cidade – Conjunto Prefeito José Walter, Conjunto Ceará, Conjunto Jereissati, Conjunto Marechal Rondon e outros – contribuíram decisivamente para o processo de metropolização da cidade, ao passo que também reforçaram a segregação socioespacial. Além disso, o crescimento dos municípios de Caucaia e Maracanaú favoreceu esse processo. No caso do último, Gondim (2007, p. 110) assinala que a implantação do distrito industrial não explicava totalmente a causa do crescimento populacional, já que as indústrias instaladas não absorviam tamanha mão de obra. A expansão de Maracanaú se devia mais à função de “cidade-dormitório” para a população de baixa renda que trabalha em Fortaleza.

Desde a década de 1960, grande parte do comércio e dos serviços da região central da cidade foi progressivamente transferida para o bairro Aldeota. Deu-se também “[...] a consolidação da orla litorânea leste como centro de lazer, beneficiando-se da abertura da Avenida Beira-Mar, em 1964” (GONDIM, 2007, p. 111). O caso da Aldeota ilustra a dinâmica de “ex-periferias urbanas enobrecidas”, com um intenso processo de valorização fundiária sucedida no bairro a partir da migração de grande parte das elites locais para a nova área residencial. Corrêa (1999, p. 18) afirma que esse movimento foi bastante comum na orla de cidades litorâneas brasileiras, tais como Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Fortaleza, quando modificações na legislação urbanística das cidades faziam com que algumas áreas de antigas periferias urbanas adquirissem valorização fundiária, tornando-se “bairros de *status*”.

Na sequência, entre as décadas de 1970 e 1980, ocorrera uma acentuada valorização imobiliária na região sudeste da cidade, fomentada pela expansão “[...] de equipamentos públicos e privados na área, como um centro de convenções, a imprensa oficial, uma grande escola, uma universidade privada e o Shopping Center Iguatemi” (GONDIM, 2007, p. 111). De acordo com Barreira (1992), a relação estreita entre órgãos estatais e grupos empresariais do ramo imobiliário conduziu o processo de expansão e modernização urbana de Fortaleza, tanto em alterações no zoneamento da cidade, como no financiamento de obras públicas em determinadas áreas, em benefício de investimentos privados. (BARREIRA, 1992, p. 37). Com as mudanças na legislação urbanística⁶⁹, alterou-se a

⁶⁹ “A partir da aprovação da lei nº 5122-A, em 1979, e de suas complementações, bairros situados a leste e a sudeste (Aldeota, Meireles, Varjota, Papicu e parte do Cocó) transformaram-se nos mais valorizados de Fortaleza, em decorrência de sua inclusão em zonas residenciais de alta densidade (ZR-3), nas quais foi

renda fundiária urbana, valorizando-se determinadas áreas e dando início a um processo de verticalização baseado na construção de hotéis e prédios de luxo nos bairros localizados a leste e sudeste da cidade (GONDIM, 2007, p. 111). Tais reordenamentos foram consolidados na década de 1990, quando Fortaleza já contava com uma população de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes.

2.3.2 Remoções e resistência popular

O crescimento desordenado de Fortaleza trouxe consigo muitos conflitos, fazendo emergir alguns movimentos populares que expressavam diferentes faces das mudanças sucedidas nessa metrópole nordestina, e materializavam as transformações necessárias na esfera política, dada a visibilidade da moradia e da pobreza urbana como questões sociais. Esses movimentos conformavam uma “categoria símbolo do fenômeno das diferenciações sociais”, possuindo curta temporalidade – pois seguiam uma “lógica descontínua” –, e se referindo às demandas mais urgentes, tais como moradia, saneamento básico, transportes públicos, cestas básicas. (BARREIRA, 1992, p. 13). Desse modo, a maioria dessas mobilizações populares tinha um caráter local e episódico, e com objetivos bastante específicos.

O caso do Pirambu foi bastante emblemático, situado na orla oeste de Fortaleza, consistiu numa das primeiras favelas a ser ameaçada de remoção. Os moradores, sob a liderança do padre Hélio Campos, mobilizaram-se pela desapropriação e urbanização da área e chegaram a organizar uma passeata, reunindo cerca de 20 mil pessoas, partindo da favela até o centro da cidade, num episódio que ficou conhecido como “a marcha do Pirambu”, ocorrido em primeiro de janeiro de 1962. A organização dos moradores conseguiu, a partir de decreto do Ministério da Viação, em 25 de maio daquele ano, a desapropriação de duas glebas de terra na área para fins de interesse social. (FERNANDES et al., 1991, p. 61).⁷⁰

permitida a edificação de até 12 pavimentos (Costa, 1988: 101-4)” (apud GONDIM, 2007, p. 111).

⁷⁰ “Outros movimentos, em períodos distintos, eclodiram na periferia urbana [de Fortaleza]. No entanto, o medo generalizado imposto pela repressão do regime autoritário, instaurado em 1964, sufocou novas iniciativas. A Igreja assumiu um papel que proporcionou aos movimentos comunitários a conversão numa espécie de válvula de escape diante da ditadura militar: Com certa legitimidade diante do Estado e com um discurso aparentemente não politizado, ou sem vinculações a partidos, a Igreja penetrou nos

Farias (2015) destaca que justamente na zona oeste fora implantado a Zona Industrial da Francisco Sá. “Não por acaso, nessas áreas periféricas se instalariam várias fábricas, têxteis, de confecções e de beneficiamento de óleos vegetais, sobretudo, na área da Avenida Francisco Sá (que na verdade, corresponde ao conjunto de favelas do Pirambu)” (FARIAS, 2015, p. 467). O autor ressalta que no bojo do processo de industrialização que o Ceará vivera a partir da década de 1960, a burguesia cearense buscou adquirir a maioria dos terrenos disponíveis, a baixos preços, além de explorar a farta mão de obra do local. “As indústrias instaladas, por sua vez, atraíam mais pessoas humildes em busca de trabalho, as quais, em virtude dos baixos salários, desemprego e dificuldades de obter casa própria ou arcar com aluguel, deslocavam-se para favelas.” (FARIAS, 2015, p. 467).

Na década de 1970, os movimentos populares do meio urbano começaram a apresentar novas características, com as mobilizações deixando de ser tão localizadas e não se restringindo à resolução de problemas imediatos, pois passaram a vir acompanhadas de novas concepções e discursos acerca de direitos e cidadania. Ademais, o vínculo com instituições como a Igreja e os partidos políticos passou a ocorrer de forma mais aberta e organizada (BARREIRA, 1992; COSTA JUNIOR, 2010). Em Fortaleza, essa nova configuração dos movimentos sociais urbanos teve seu marco em 1978, quando a remoção da favela José Bastos para a abertura de uma nova avenida, de mesmo nome, criou certa comoção social dividindo opiniões. O movimento ganhou espaço nos meios de comunicação locais e adquiriu o apoio de entidades da sociedade civil, tais como o Instituto dos Arquitetos do Brasil – Secção Ceará (IAB-CE), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação dos Sociólogos, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará (DCE UFC), a Arquidiocese, além de políticos da oposição. “O movimento da José Bastos aconteceu no instante em que a sociedade civil iniciava os passos como a ‘oportunidade’ em que as várias forças sociais podiam aparecer no cenário político” (BARREIRA, 1992, p. 83). As demandas populares em geral, e, sobretudo, a questão da moradia, passaram a ter uma considerável visibilidade e maior atenção do poder público.

bairros naquele momento de profundo fechamento político (FERNANDES; et al., 1991; BARREIRA, 1992).” (apud COSTA JUNIOR, 2010, p. 80-1).

Não obstante a repercussão causada pela resistência dos moradores da favela José Bastos, o governo estadual foi inflexível e sequer negociou com o movimento, reprimiu-o com truculência, com a polícia empregando armas de fogo, bombas de gás lacrimogênio e cães para expulsar os moradores. De acordo com o relato de um dos moradores envolvidos no conflito, “[...] houve morador que ficou parálítico... pegaram as coisas do pessoal e quebraram tudo, passaram trator nas casas, jogavam bombas de gás dentro das casas e quando as pessoas saíam agarravam e jogavam dentro do caminhão.” (apud BARREIRA, 1991, p. 89).

Por fim, após a favela ter sido removida, os moradores foram reassentados numa área limítrofe ao município de Caucaia, com precárias condições de infraestrutura, além de distante dos locais de trabalho. Barreira (1992, p. 27) registra que apesar do desenlace do conflito ter sido desfavorável aos moradores da favela José Bastos, a visibilidade pública e a articulação de entidades e moradores de outros bairros e favelas, resultara numa rede permanente de comunicação entre estes atores. Ainda em 1978, foi criada a União das Comunidades, com a participação de representantes de tais localidades: “[...] Jardim Nova Esperança, Cajueiro Torto, Bela Vista, Conjunto Palmeiras, São Cura D'ars e Comissão de Moradores da Favela José Bastos.” (Boletim da União das Comunidades, 1978, p. 2 apud BARREIRA, 1992, p. 27).

Posteriormente, outros bairros e favelas ameaçadas de remoção se juntaram à União das Comunidades, dado que nesse período era uma estratégia de Estado erradicar as ocupações e favelas das regiões centrais e assentar seus moradores em conjuntos habitacionais nas periferias. O Programa de Remoção de Favelas, vinculado à Fundação do Serviço Social de Fortaleza, já havia construído ao longo da década de 1970 os conjuntos Alvorada, Marechal Rondon e Palmeiras em regiões a 12, 14 e 18 quilômetros de distância, respectivamente, do centro de Fortaleza. (BARREIRA, 1991, p. 90).

Outras ações governamentais buscaram soluções para a questão urbana. Durante o segundo mandato do coronel do exército Virgílio Távora no governo do Ceará (1979/84), foi criado o Programa de Assistência às Áreas Faveladas da Região Metropolitana de Fortaleza (PROAFA), pertinente à questão habitacional. No período, oito conjuntos habitacionais foram construídos através do programa: São Miguel, São Francisco, João Paulo II, Santa Terezinha, Jangurussu, Tancredo Neves, São Vicente de Paula, Goiabeiras.

(BARREIRA, 1991, p. 90). Entre as prioridades do Plano de Metas do governo de Távora estava a edificação do terceiro polo industrial do estado, que visava dinamizar a economia cearense. No entendimento dos planejadores governamentais, os problemas sociais eram consequência de um acelerado processo de urbanização sem que a oferta de emprego estivesse em níveis compatíveis. Para as camadas mais baixas da população, cuja mão de obra não seria absorvida pelos novos postos de trabalho, a política de assistência e promoção social era a alternativa para possibilitar o acesso aos bens gerados pelo crescimento econômico. Nesse sentido, foi criada a Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (FUNSESCE).

Presidida pela primeira-dama do estado, a FUNSESCE tinha a incumbência de melhorar as condições de vida dos estratos de mais baixa renda a partir de cursos de artesanato e outras atividades complementares. Essas instituições não conseguiram atingir seus objetivos, as carências básicas não foram sanadas e tampouco o acesso às benesses do crescimento econômico foi ampliado. Contudo, Barreira (1991, p. 87) assinala que elas cumpriram um papel decisivo no processo de “normatização dos conflitos” existentes. Tais programas também atenderam outros tipos de demandas, pois a divisão administrativa dos programas nacionais e locais refletia a repartição de poder entre os interesses econômicos e políticos.

Outro grande conflito territorial foi deflagrado em fevereiro de 1983, ganhando grande repercussão. Moradores do Lagamar “invadiram” casas desocupadas no recém-construído Conjunto Habitacional Tancredo Neves, sendo também reprimidos por significativo aparato policial. Porém, ao contrário do que ocorrera na favela da José Bastos, foi aberto um processo de negociação e os ocupantes conseguiram o direito a posse do imóvel, alguns no próprio Tancredo Neves e outros num terreno na própria região. (BARREIRA, 1991, p. 90). Nesse momento, já estava mais avançado o nível de articulação entre os movimentos populares, bem como as divisões e disputas políticas entre as organizações no interior desses movimentos. Em 1981 foi realizado o I Congresso de Entidades de Bairros e favelas, contando com 29 associações presentes. Já no ano seguinte, e contando com a participação de 52 entidades, o II Congresso, delibera pela fundação da

Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF). (FERNANDES; BARREIRA, 1991, p. 66)⁷¹.

Outras entidades destacaram-se no movimento popular da cidade, como a Jornada de Luta Contra a Fome, posteriormente União das Comunidades da Grande Fortaleza, ligada a setores do PT; e as entidades vinculadas à Igreja, a exemplo das CEBs urbanas, da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza e do Movimento de Defesa dos Favelados. (FERNANDES; BARREIRA, 1991, p. 69). Em 1986, numa eleição surpreendente, Maria Luíza Fontenele assumiu a Prefeitura de Fortaleza, sendo a primeira capital do país a ser governada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A “Administração Popular” trouxe algumas inovações: discurso estimulando a organização das camadas populares e sua participação em programas sociais; respaldo às pressões desses segmentos; apoio às ocupações de vazios urbanos de áreas destinadas a vias e praças (FERNANDES; BARREIRA, 1991, p. 112).

A Jornada de Lutas Contra a Fome constituiu-se, dentre as organizações populares existentes, como base de sustentação social da Administração Popular. A Jornada realizou seu 1º Congresso em 1987 e, como já mencionado, passou a denominar-se União das Comunidades da Grande Fortaleza. O seu plano de lutas conjugava-se com as diretrizes políticas da Administração Municipal. Já a Federação de Bairros e Favelas, vinculada ao PC do B, estava na oposição à gestão de Maria Luíza Fontenele.

2.4 FORTALEZA EM TEMPOS DE “MUDANÇAS”

A partir do final da década de 1980, dá-se início ao terceiro período de consolidação de Fortaleza como polo metropolitano, caracterizado pelo ingresso de novas indústrias no estado do Ceará e pelo forte desenvolvimento da atividade turística no litoral, apresentando altas taxas de crescimento, com destaque para o comércio e serviços (COSTA; AMORA, 2015, p. 70). Cumpre ressaltar a participação do Estado neste impulso econômico, que levou a cabo um projeto de mudança da imagem do Ceará. “Substituiu-se, então, a imagem negativa do clima semiárido, como sinônimo de fome, seca, miséria e

⁷¹ A primeira diretoria eleita da FBFF foi constituída, em sua maioria, por membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B). (FERNANDES; et al., 1991, p. 66).

emigração, por uma positiva, onde o sol é vendido como atrativo turístico e também ideal para a produção de frutas tropicais.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 48). Ademais, “[...] redefiniu o espaço metropolitano, engendrando novos fluxos e propiciando maior mobilidade cotidiana.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 48). As autoras também destacam a construção do Açude Castanhão e do Eixão das Águas, obras que viabilizaram a modernização da agricultura irrigada e outras atividades econômicas, além do suprimento de água na metrópole.

Com efeito, o ciclo aberto pelas políticas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) fez a Região Metropolitana de Fortaleza experimentar um vigoroso processo de industrialização tardia, com crescimento de ramos diversificados no setor de serviços, conferindo à capital cearense um dinamismo econômico que a coloca como uma destacada “metrópole periférica”, concorrendo para isso sua localização privilegiada diante dos fluxos comerciais e turísticos advindos dos Estados Unidos e da Europa, que se operam como resultantes de uma estratégia de atração de capitais promovida pelo Estado (BERNAL, 2004). Tais transformações estão diretamente relacionadas à ascensão de um grupo de jovens empresários industriais⁷², no final da década de 1970, ao comando do Centro Industrial do Ceará (CIC). Os jovens empresários incorporaram o papel de portadores “[...] da missão de conscientizar os industriais do Ceará sobre problemas locais, regionais e nacionais, de modo a habilitá-los para a atuação política” (LEMENHE, 1995, p. 191).

A postura dos novos dirigentes do CIC vinha na esteira do clima político do período, de intensas mobilizações pela redemocratização do país. Além disso, a defesa de um “choque de gestão” na administração pública e do combate à má utilização dos recursos públicos, ao clientelismo e ao fisiologismo, fazia a grupo caminhar de encontro à estrutura política nacional e principalmente estadual. Desde a década anterior, havia no Ceará um pacto entre lideranças políticas conhecido como o “acordo dos coronéis”, em razão da rotatividade de poder entre Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra, todos coronéis do exército (PARENTE, 2007, p. 402). O apoio do CIC à eleição de Gonzaga

⁷² Entre essas novas lideranças estavam Tasso Jereissati, Beni Veras, Sérgio Machado, Assis Machado, Byron Queiroz, Amálio Macedo e Edson Queiroz Filho, dentre outros jovens empresários que ganharam grande visibilidade na vida pública cearense. Assim, “Sob o comando dos novos líderes, o CIC transformou-se em importante fórum de debates, e nele foi gestada a candidatura de um jovem empresário ao governo do Ceará” (GONDIM, 2007, p. 414).

Mota, economista do Banco do Nordeste e secretário de planejamento de Virgílio Távora, ao governo do estado do Ceará em 1982, assinalou um enfraquecimento dos “coronéis” e o princípio de um movimento de transformações políticas e econômicas no estado. O CIC se transformara num importante fórum de debates que, na eleição estadual seguinte, em 1986, engendra a candidatura de um jovem empresário ao governo do Ceará: Tasso Jereissati, do PMDB (migrando para o PSDB em 1989)⁷³ (GONDIM, 2007, p. 414). De posse do executivo estadual, Tasso passou a executar um programa de saneamento da máquina pública, contenção de despesas, diminuição drástica na folha de pagamento e contenção dos salários dos servidores públicos (BERNAL, 2004, p. 57). Ademais, ocorreu um aumento na utilização de mão de obra sem vínculo empregatício, isso é, uma intensa “terceirização” no serviço público cearense (GONDIM, 2007, p. 421).

Vale registrar as eleições municipais anteriores (1985), quando ocorrera a surpreendente eleição da então deputada estadual Maria Luíza Fontenele (PT), primeira mulher a governar Fortaleza, derrotando políticos tradicionais como Paes de Andrade (PMDB) numa notória expressão de descontentamento com a estrutura política então vigente. De acordo com Parente (2007, p. 408), o cenário estabelecido durante o governo de Gonzaga Mota era propício à ascensão de novos atores na política local. “A eleição de Maria Luíza Fontenele para prefeitura de Fortaleza, em 1985, era mais um dado que indicava o vazio de poder deixado pela fragilização dos ‘coronéis’ advinda da democratização.” (PARENTE, 2007, p. 408). O autor afirma que as vitórias de Gonzaga Mota, em 1982, e de Maria Luíza, em 1985, completavam o quadro de transformações significativas na política no Estado, [...] Maria Luíza busca sua legitimação na soberania popular. Os movimentos sociais e o poder público passaram a ter uma relação muito específica no Ceará (PARENTE, 2000, p. 182). Entretanto, Maria Luíza Fontenele enfrentou grandes problemas administrativos em razão da ausência de recursos. A oposição aos governos federal e estadual, num período de extrema dependência orçamentária dos municípios, desestabilizou a primeira gestão petista numa capital. Isso sem falar na crise

⁷³ Eleito governador em 1986, Tasso ajudou a eleger Ciro Ferreira Gomes prefeito de Fortaleza nas eleições municipais seguintes (1988). Ciro viria a ser seu sucessor no governo estadual nas eleições de 1990. Tasso volta ao governo do Ceará em 1994 e se reelege em 1998. Nas eleições de 2002, elege seu sucessor, Lúcio Alcântara, também do PSDB, e se elege senador da república. Em 2010 foi derrotado na tentativa de reeleição ao senado, mas volta ser eleito para a casa nas eleições de 2014.

política, decorrente da falta de apoio na Câmara e da própria divisão das esquerdas, sobretudo do PT. (COSTA JUNIOR, 2010).

A principal entidade do movimento popular de Fortaleza, à época, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), sob a hegemonia do PC do B, já havia estabelecido apoio político ao ex-governador Gonzaga Mota (PMDB), justificado pelo rompimento de Mota com os “coronéis”, além de seu apoio ao movimento pelas eleições diretas para a presidência de República e posterior adesão à candidatura de Tancredo Neves nas eleições indiretas. (FERNANDES; et al., 1991, p. 67). A aliança gerou benefícios para a Federação e para sua base social: “Nesse contexto, a PROAFA substitui a estratégia de remoção de favelas pela experiência de reurbanização passando a reconhecer a Federação de Bairros e Favelas e as Associações de Moradores como interlocutores” (BARREIRA, 1991, p. 93).

O vínculo da FBFF com o governo estadual teve continuidade durante parte do governo de Tasso Jereissati (PMDB). O PC do B e, por extensão, a Federação de Bairros e Favelas apoiaram o sucessor de Gonzaga Mota, aliança que durou até as eleições municipais de 1988, quando o PC do B optou pela candidatura de Edson Silva, do PDT, para a prefeitura de Fortaleza, enquanto o governo estadual escolheu Ciro Gomes, do PMDB⁷⁴.

Pereira Júnior (2015) assinala que sob o comando político do governo do Ceará, foi realizado um programa desenvolvimentista de caráter conservador, mediante o financiamento público para atração de investimentos externos, além de profundo ajuste nas contas estaduais. O autor destaca que o modelo industrial apresentado “[...] tem a ver com uma proposta de flexibilização das ações estatais em sintonia com um planejamento compartilhado com o setor privado de fora do Ceará.” (PEREIRA JUNIOR, 2015, p. 86). Dessa forma, para o autor, “[...] o Ceará criou políticas de atração indiscriminada de investimentos, oferecendo benefícios fiscais e garantias de lucratividade para qualquer capital interessado em atender as exigências da nova competitividade internacional.”

⁷⁴ “O principal motivo do rompimento da Federação [FBFF] com o governo Tasso, entretanto, foi o não atendimento de várias reivindicações e a interferência direta que o governo exerceu nos bairros por meio da cooptação e do aliciamento de militantes, prática levada a cabo através da criação do programa ‘agentes da mudança’ (FERNANDES; et al., 1991, p. 68 e LEMENHE, 1995, p. 224). Idealizado e executado pela Secretaria de Governo, aquele programa selecionou pessoas com militância em movimentos populares, treinou-as e remunerou-as para desempenharem um canal de ligação entre a comunidade e os órgãos oficiais. Como consequência disso, “[...] ocorre um certo refluxo nos movimentos de bairros e uma certa perda de legitimidade e hegemonia da Federação de Bairros e Favelas (FERNANDES; et al., 1991, p. 68)” (COSTA JUNIOR, 2010, p. 85).

(PEREIRA JUNIOR, 2015, p. 86). Vale ressaltar que do ponto de vista econômico, o Ceará e o restante do Nordeste atravessavam um momento de profunda adversidade, pois o Estado brasileiro, que intervinha na região desde a década de 1950, apostando na modernização e redução das desigualdades por meio da industrialização, retrocedeu sua ação devido à crise fiscal na década de 1980, diminuindo notavelmente os subsídios e estímulos fiscais para a região. Além disso, a agenda de ajustes econômicos liberalizantes, que solapariam o caráter planejador da ação do Estado, começava a se consolidar globalmente. Nesse contexto, a chamada “guerra fiscal”⁷⁵ emerge como um instrumento fundamental da política econômica dos entes da Federação, que passam a disputar entre si capitais privados incessantemente.

Bernal (2004, p. 61) afirma que o governo do Ceará, diante da inexistência das políticas compensatórias para o Nordeste, entrou de forma agressiva na guerra fiscal com vistas à atração de capitais privados. Com o intuito de interiorizar o setor industrial, o governo estadual oferecia uma série de incentivos, tais como financiamento de terrenos, obras de infraestrutura, isenção de 50% a 100% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dependendo da localização dos projetos. Além de vasta mão de obra barata disponível para a instalação das indústrias, em grande parte oriundas de antigas áreas industriais do Sul e Sudeste que definhavam no forte processo de desindustrialização que marcou o período. Silva (2007, p. 218) explica que o processo de fragmentação metropolitana, vinculado à descentralização da indústria para cidades menores, buscava o afastamento da agitação sindical, a diminuição dos custos de produção e, evidentemente, uma maior lucratividade. Dantas e Silva (2009) afirmam que a política de descentralização industrial representava um redimensionamento da lógica da intervenção da SUDENE na região, além de assinalar a incorporação de uma “racionalidade da economia globalizada”. O novo impulso industrializante, embora descentralizado, destacava a integração com a metrópole através do seu sistema de rodovias (BR-116, BR-222, CE 040 e CE 060). “A importância do setor na composição do PIB, nos termos apresentados pelo IPLANCE, é crescente, passando de 18,57%, em 1970 para 27,39%, em 1997.” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 16). Os autores elencam os setores pujantes da indústria – com destaque para os mais tradicionais, como o de fiação,

⁷⁵ “Guerra fiscal” é a denominação da disputa entre Estados e Municípios, através de incentivos como a isenção de impostos e de infraestrutura, com o objetivo de atrair empresas e capitais para seus territórios.

tecelagem e calçadista –, e suas respectivas localidades na nova geografia econômica do Ceará:

Balanço realizado em 1999 pela Gazeta Mercantil, indica redimensionamento da indústria no espaço. Localizam-se indústrias do setor de: a) alimentos em Aracati, Aquiraz, Barbalha, Barreira, Cascavel, Caucaia, Crato, Eusébio, Forquilha, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Icapuí, Iguatu, Itarema, Itapipoca, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Morada Nova, Nova Russas, Pacajús, Pacatuba, Pentecoste, Quixeramobim, São Gonçalo do Amarante, Ubajara e Uruburetama; b) autopeças e material de transporte em Horizonte, Caucaia e Itapajé; c) bebidas e fumo em Aracati, Aquiraz e Pacatuba; d) construção em Caucaia; e) editorial e gráfico em Juazeiro do Norte; e) eletroeletrônico em Caucaia, Eusébio, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Maracanaú e Maranguape; f) energia em Aquiraz e Pacajús; g) extrativismo vegetal em Chorozinho; h) farmacêutico-higiene em Barbalha, Cariús, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Juazeiro do Norte, Maranguape e Pacatuba; i) informática e telecomunicações em Fortaleza, Horizonte e Maracanaú; j) madeira-móveis papel em Aquiraz, Caucaia, Crato, Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Maranguape, Pacajús e São Gonçalo do Amarante; k) mecânica em Eusébio, Fortaleza, Horizonte, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Missão Velha, Pacajús e São Gonçalo do Amarante; l) metalúrgica em Caucaia, Crato, Eusébio, Fortaleza, Iguatu e Santana do Acaraú; m) não-metálicos em Abajara, Aquiraz, Barbalha, Brejo Santo, Canindé, Caucaia, Cedro, Chorozinho, Crateús, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Nova Olinda e Pindoretama; n) químico e petroquímico em Aracati, Beberibe, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajús, Pacatuba, Quixeramobim, São Gonçalo do Amarante e Sobral; o) serviços gerais em Eusébio, Fortaleza e Maracanaú; p) siderúrgica em Eusébio, Fortaleza e Maracanaú; q) têxtil e couro em Acarape, Aracati, Aquiraz, Aracoiaba, Barbalha, Brejo Santo, Camocim, Caridade, Cascavel, Canindé, Caucaia, Chorozinho, Crateús, Crato, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Iguatu, Itaitinga, Itapajé, Jaguaruana, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Maracanaú, Maranguape, Ocara, Pacajús, Pacatuba, Paracuru, Paramoti, Pentecoste, Pindoretama, Russas, Santa Quitéria, Sobral, Tianguá e Umirim; r) turismo em Caucaia. (DANTAS; SILVA, 2009, p. 16-17).

Tal processo de industrialização tardia foi reforçado com a construção do Complexo Siderúrgico e Portuário do Pecém, inaugurado em 2002, e localizado no município de São Gonçalo do Amarante, em área limítrofe como município de Caucaia. Projetado no estilo *offshore*, o Complexo do Pecém é integrado pelo porto e por indústrias de base, e foi concebido para suprir limitações do Porto do Mucuripe. (BARBOSA, 2015, p. 242-3)

A assimilação da gestão empresarial na governança pública transformaria o Estado do Ceará numa “empresa competitiva” num cenário de guerra fiscal, também concebida como uma “guerra de lugares” (COSTA; AMORA, 2015). Em 1991, foi instituído o “Pacto

de Cooperação”, uma espécie de conselho que reunia representantes da sociedade civil, sobretudo do mercado, com representantes do Estado. O objetivo principal do Pacto era debater a reestruturação da economia do Ceará no contexto da nova ordem mundial. (GÓIS, 2013). Assim, a partir de uma série de ações, não necessariamente contínuas, “[a]ltera-se a imagem do Ceará problema (seca e miséria) para a de um lugar propício ao desenvolvimento de atividades voltadas ao turismo, lazer, agronegócio, tornando-se atrativo a investimentos de outras regiões.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 32).

Com efeito, outro *front* da política de desenvolvimento do governo do Ceará era a implantação de um vigoroso polo turístico em Fortaleza. Costa e Amora (2015, p. 32) destacam que tal política também está relacionada com a “outra racionalidade administrativa e política” que entrara em ação no governo estadual a partir da chegada dos empresários vinculados ao CIC. Em 1989, o governo do Ceará criou o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Ceará (Prodeturis)⁷⁶. Com financiamento advindo do próprio governo estadual, o Prodeturis conduzia os investimentos e as políticas de planejamento turístico nas áreas litorâneas. (GÓIS, 2013, p. 67).

O sucesso do Prodeturis serviu de parâmetro para a elaboração de outro projeto, em escala regional, o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste – Prodetur-NE, iniciado em 1994 com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tendo o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como órgão executor. O Prodetur-NE apresentava entre seus principais objetivos dotar e melhorar a infraestrutura turística (saneamento, transportes, urbanização e outros); desenvolver projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, além de capacitação profissional; fortalecer institucionalmente as administrações públicas da região (DANTAS; SILVA, 2009, p. 21). Esse programa foi elaborado a partir de estudos encomendados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja conclusão apontava o turismo como

⁷⁶ “Até 1980, o turismo não estava sob os holofotes das ações governamentais, visto que a industrialização era concebida como o meio mais viável ao desenvolvimento econômico. Os planos relacionados à atividade turística, até então, eram poucos expressivos: o Plano de Governo do Estado do Ceará de 1971 – Plagec, que apontou a falta de infraestrutura voltada para o turismo; o Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará – Plandece apontou, em 1975, as potencialidades que essa atividade tem a oferecer à economia; o II Plano de Metas Governamentais de 1979, o já citado Plameg, veio traçar alguns objetivos para a promoção do turismo; o Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará – PIDT-CE, de 1979, mais voltado para o turismo, realizou um inventário dos espaços propícios para o turismo no estado.” (GÓIS, 2013, p. 66).

a atividade econômica que permitiria maior vantagem competitiva para o Nordeste, pois a região apresentava “[...] recursos cênicos e culturais significativos, além de mão de obra em abundância e com custos relativamente baixos.” (BANCO DO NORDESTE, 2010).

O maior volume de investimentos do Prodetur-NE se concentrou na ampliação ou construção de oito aeroportos na região, entre eles o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza, que custou US\$ 73 milhões. As obras de ampliação do antigo aeroporto começaram em 1996 e foram entregues em 1998, possibilitando o atendimento de 2,5 milhões de passageiros por ano⁷⁷. No Ceará, Fortaleza foi a cidade mais privilegiada na alocação de recursos do programa. Cabe destacar que o Ceará foi um dos estados mais beneficiados pelas políticas de valorização turística durante a década de 1990, recebendo o segundo maior volume de investimentos⁷⁸ da primeira fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE). “Uma das metas do então governo Tasso Jereissati (gestão 1995-2002) era evidente: inserir Fortaleza no *hall* de cidades modernas e equipadas do país, concebendo o Projeto Fortaleza Atlântica (CEARÁ, 2000).” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 90). A pretensão dos gestores públicos era elevar Fortaleza à imagem de “cidade globalizada”, fazendo da capital um centro distribuidor de turistas, num planejamento turístico notadamente metropolitano.

Desta maneira, a capital cearense passa a figurar entre os mais importantes e conhecidos destinos turísticos do Brasil. De acordo com dados da Secretaria de Turismo (SETUR) - que fora criada no período, refletindo a prioridade do governo para o setor -, na segunda metade da década de 1990, o fluxo turístico internacional para o Ceará, via Fortaleza, subiu de 38 mil para 120 mil turistas; isso significa um aumento de 218,4%, com uma taxa de crescimento de 26,0% ao ano (CEARÁ, 1999 apud BERNAL, 2004, p. 77). Em 1995, 761.777 turistas, no geral, visitaram o Ceará (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 96). No turismo doméstico, em 1998, o Ceará ocupou a terceira posição no *ranking* nacional de destinos turísticos. (EMBRATUR, 1999 apud BERNAL, 2004, p. 78). Vale destacar que esse processo foi acompanhado de um incremento do setor de serviços,

⁷⁷ “O aeroporto consolidou-se como o 12º maior do Brasil, com fluxos de aproximadamente seis milhões de passageiros/ano (Infraero, 2015), dos quais três milhões são turistas (SETUR, 2014).” (PEREIRA; ARAÚJO; SILVEIRA, 2015, p. 90).

⁷⁸ O Ceará recebeu US\$ 141, 767 milhões, ficando atrás apenas Bahia, que recebeu US\$ 215, 011 milhões. O montante total da primeira fase do PRODETUR-NE, entre os anos de 1995 e 2003, foi de US\$ 625, 968 milhões (ver DANTAS; SILVA, 2009, p. 21).

principalmente, em Fortaleza. De acordo com Silva (2007), “O papel assumido pelo setor terciário justifica em parte seu crescimento e a influência que ela [Fortaleza] exerce sobre um vasto espaço que se estende além dos limites estaduais” (SILVA, 2007, p. 219).



Figura 8: Revista Veja e o reposicionamento econômico do estado do Ceará na década de 1990. Fonte: RUFINO (2012).

Dantas (2015, p.117) salienta que a edificação da imagem “litorânea-marítima” da metrópole cearense ocorrera mediante políticas de desenvolvimento empreendidas na região Nordeste com o objetivo de superar a visão negativa associada ao semiárido. Para o autor, o centro dessa operação seria uma mudança substancial no olhar sobre a região,

desvinculando-se do quadro de miséria, “[...] no cerne da produção desta imagem objetiva-se difundir a ideia da modernização do Nordeste e, por conseguinte, apagar a imagem trágica do imaginário social da seca, nada propício ao desenvolvimento do turismo.” (DANTAS, 2015, p.119). Dessa forma, passa-se a exaltar as vantagens climáticas das cidades nordestinas através de intensivas ações de publicidade. Dantas (2015) assinala que a premissa na construção do imaginário sociopolítico da região foi a *natureza* enquanto “fundamento geográfico da produção” e também como “recurso ideológico”, determinando assim uma organização socioespacial específica. Inicialmente, para favorecer a antiga elite algodoeira-pecuarista, e, na sequência, “[...] impondo-se às novas elites políticas regionais, a ascenderem ao poder no final do século XX, necessidade de elaboração de um discurso diferenciado e a possibilitar implementação de nova política de desenvolvimento pautada no agronegócio e no turismo.” (DANTAS, 2015, p. 118). Dessa forma, o caso do Ceará seria ilustrativo, na visão do autor, para exibir a convivência contemporânea de dois Nordeste, um do agronegócio e o outro do turismo.

Com efeito, a ação pública do governo cearense passa a ser orientada no sentido de satisfazer as demandas do desenvolvimento econômico pautado na modernização das zonas de praia, de maior apelo turístico, por óbvio. Em 1992, foi apresentado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU), o primeiro plano elaborado em sua maior parte por técnicos da própria prefeitura da cidade. (ACCIOLY, 2008; CAVALCANTE, 2009; IACOVINI, 2015). O PDDU direcionou para as áreas de maior adensamento os investimentos em infraestrutura urbana. “O transporte público (com a implantação do Sitfor, entre 1993 e 1995) cresce e melhora em termos de linhas e ofertas interbairros. Cria-se um bom momento de mobilidade nas vias de grande fluxo e centros comerciais.” (IACOVINI, 2015, p. 259).

O Sistema Integrado de Transportes de Fortaleza (SIT-FOR) foi implementado entre 1992 e 1995, “[...] o sistema é constituído por uma rede tronco-alimentadora integrada por sete terminais fechados e formada por um conjunto de linhas troncais, alimentadoras, circulares e complementares, complementadas por linhas convencionais, corujão e especiais (ETUFOR, 2005 apud IACOVINI, 2014, p. 87). Os Terminais de Ônibus criados no SIT-FOR foram nos seguintes bairros: Antônio Bezerra (inaugurado em 1992),

Messejana (1992), Papicu (1993), Lagoa (1993), Parangaba (1993), Conjunto Ceará (1993) e Siqueira (1995).

Em 1988, o governo estadual havia estabelecido contrato entre a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) e a Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) para a constituição do Consórcio do Trem Metropolitano de Fortaleza. Entre 1988 e 2001, a administração e operação do serviço de trens urbanos de passageiros na RMF, linhas Norte (Fortaleza-Caucaia) e Sul (Fortaleza-Maranguape) ficou sob responsabilidade da CBTU, que também teria a incumbência de implantar na capital um sistema de transporte de massa (metrô). (IACOVINI, 2014, p. 98).

Em 1995, a CBTU iniciou uma política de estadualização de todos os sistemas, assim como – para Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió e Salvador – a assinatura de um contrato com o Banco Mundial para a realização de estudos para a reestruturação dos sistemas de transporte urbano, (CBTU, 1996), embora a transferência efetiva dos recursos só tenha sido aprovada pela Câmara dos Deputados em 1997 e a transição fosse ocorrer até 2001/2002 (CBTU, 1998). Também houve a assinatura de um convênio entre a União e o Gov. do Estado para a transferência do sistema e assinatura de um empréstimo com o EXIMBANK (Japão) de US\$ 268 milhões para a execução da primeira etapa do Projeto do METROFOR, duplicação, eletrificação e alteração de traçado da Linha Sul (25 km) e segregação do trem de carga e de passageiros com a construção de outra via (33 km), (op. cit.). (IACOVINI, 2014, p. 100-1).

Iacovini (2014) assevera que o Consórcio estabelecido entre o Governo do Ceará, a RFFSA e a CBTU teve três aditivos (1993, 1994 e 1995), sendo extinto em 1997, ano em que foi criada a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (METROFOR). Em 1998 foram iniciadas as obras para a construção do Metrô de Fortaleza (Linha Sul).

Todo esse processo de transformações ocorridas na economia e na política local desde o final da década de 1980, que se consolida ao longo da década seguinte, impulsionou alterações substanciais na paisagem urbana de Fortaleza. Além de novas avenidas e dos terminais integrados de ônibus implantados nas principais centralidades da cidade, vários equipamentos foram reformados, como a Praça do Ferreira, o Mercado São Sebastião, a Ponte dos Ingleses; políticas de reurbanização na Praia de Iracema; e também foram construídos o novo Mercado Central e o pomposo Centro Cultural Dragão do Mar (GONDIM, 2007). Tais intervenções foram decisivas para consolidar um novo imaginário acerca da cidade, fortalecendo as elites locais perante o adverso quadro social, marcado pelo aumento das taxas de violência urbana, do tráfico de drogas e da prostituição infantil.

Conforme afirma Gondim (2007, p. 119): “[a]lém de serem associadas à política de incentivo ao turismo, as transformações do espaço urbano da capital tiveram um papel decisivo nas tentativas de conquista de corações e mentes dos eleitores.” A autora afirma também que “[a]inda que as obras mais visíveis da prefeitura e do governo estadual sejam localizadas em áreas afluentes, há evidências de que os pobres não rejeitam essas obras.” (GONDIM, 2007, p. 119).

A crescente verticalização residencial ocorrida no período foi concomitante ao intenso processo de “favelização” da cidade, aglomerando um grande contingente de famílias pauperizadas que resultou em baixos índices de desenvolvimento humano para a capital. O número de ocupações irregulares aumentou consideravelmente. Em 1991, de acordo com dados da Prefeitura de Fortaleza, cerca de um quarto da população da cidade residia em trezentas e treze favelas; enquanto 15,69% contava com o serviço da rede coletora de esgotos. A taxa de desemprego, por sua vez, atingia 12,64% e o setor informal era responsável por 49,82% da população economicamente ativa. Cerca de 78,13% dos chefes de famílias recebiam no máximo cinco salários-mínimos, e mais de um terço desses, 35,33%, sobreviviam com um salário igual ou inferior ao mínimo de então (FORTALEZA, 1991 apud GONDIM, 2007, p. 116). Gondim (2007, p. 116) destaca que não apenas a pobreza das camadas inferiores caracterizava a estrutura social da cidade, mas também a profunda desigualdade, evidenciada em 1996 quando Fortaleza teve o pior índice Gini dentre as regiões metropolitanas do Brasil.

Silva, Silva E. e Santos (2015), analisam a economia metropolitana de Fortaleza a partir da conceituação de Milton Santos acerca da convivência de dois “circuitos” econômicos. Os autores apresentam dados de pesquisa do Sine/CE-IDT, com base na Pesquisa Desemprego e Subemprego (PDS), que apresenta o quadro da ocupação informal no período entre 1984 e 2007, evidenciando a representatividade do “circuito inferior” na economia da cidade. Mais de 50% da população economicamente ativa da capital cearense estava na economia informal. Sendo que 49,82% dessa população estava inserida no setor de serviços; no comércio estava 21,43%; a indústria de transformação correspondia a 18,75%; e 8,89% na construção civil. “Ou seja, tais atividades tornaram-se uma estratégia de sobrevivência dos que não estão inseridos no circuito superior da economia.” (SILVA; SILVA, E; SANTOS, 2015, p. 220). Os autores ressaltam que as recentes dinâmicas no

mercado de trabalho brasileiro tem incrementado o circuito inferior da economia urbana dos grandes centros do país. “O fato de a maior parte das ocupações nas metrópoles brasileiras ser gerada atualmente em atividades de ‘baixa produtividade’ [...] aponta a capacidade do circuito inferior em se renovar e se expandir no período atual.” (SILVA; SILVA, E; SANTOS, 2015, p. 221).

Bernal (2009, p. 67) assinala a contradição existente entre a política industrial do governo do Ceará, que propunha a descentralização territorial das atividades, e a política de promoção do turismo, pois, no entendimento da autora, o objetivo da atração turística demandava a implantação de uma forte infraestrutura na Região Metropolitana de Fortaleza, estimulando, desse modo, a tendência à “metropolização” da capital, gerando maior adensamento populacional e concentração de renda, além do incremento do setor de serviços na composição setorial da renda da cidade. Apesar da ampliação da atividade industrial, Silva (2007, p. 221) destaca que ela não foi suficiente para reter a população no interior, tampouco foi criado em Fortaleza um setor econômico com capacidade de absorver a massa populacional que fluía constantemente em direção à capital. Dessa forma, o processo de “metropolização” de Fortaleza foi acompanhado de intensa precarização das condições de moradia e de grandes debilidades no seu sistema urbano. O autor conclui que, não obstante a importância da capital no cenário urbano brasileiro, a cidade ainda não possuía uma urbanização adequada ao seu contingente populacional.

2.4.1 A “Fortaleza Bela”

O Ceará sofreu inflexões com as mudanças na conjuntura política nacional, a ascensão de Lula à presidência da república teve enorme peso no desenho do poder local. As esquerdas já haviam chegado ao segundo turno do pleito de Fortaleza em 2000, com Inácio Arruda (PCdoB) sendo derrotado pela então prefeito, Juraci Magalhães (PMDB). Em 2002, no pleito estadual, José Airton (PT), impulsionado pela “onda Lula”, foi ao segundo turno e foi derrotado por pequena diferença de votos para o candidato da situação, Lúcio Alcântara (PSDB).

Em 2004, desbancando inclusive a própria direção (nacional e estadual) do seu partido⁷⁹, Luizianne Lins (PT) derrota Moroni Torgan (PFL, atual DEM) e se torna a segunda mulher a governar a capital do estado, sendo reeleita nas eleições seguintes. Em 2006, a controversa candidatura das “esquerdas”, Cid Gomes (PSB, atualmente no PDT)⁸⁰, ganha em primeiro turno as eleições para o governo do Ceará, sendo reeleito nas eleições seguintes e elegendo nas eleições de 2014 seu sucessor, Camilo Santana (PT), atual governador do Ceará. Além disso, em 2012, Cid Gomes derrotou sua antiga aliada Luizianne Lins nas eleições para a sucessão de seu mandato na prefeitura de Fortaleza. Roberto Cláudio (PSB, atualmente no PDT) derrotou em segundo turno Elmano de Freitas (PT), candidato da situação.

Ao longo da década de 2000, Fortaleza e a maioria das cidades brasileiras passaram por processos de planejamento urbano com vistas à inclusão de princípios e instrumentos presentes no Estatuto da Cidade. A maior virtude dessa Lei Federal seria o de tornar explícitas as condições desiguais da produção das cidades contemporâneas, realçando os conflitos existentes, os agentes envolvidos e seus interesses (RODRIGUES, 2004 apud PEQUENO, 2015, p. 18). Pequeno (2015) analisa a dinâmica de revisão do plano diretor da cidade durante a gestão de Luizianne Lins (PT). Segundo o autor, “[...] pela primeira vez na história do planejamento de Fortaleza, algumas constatações vieram a ser debatidas” (PEQUENO, 2015, p. 18), como a crescente ilegalidade fundiária, a demanda por terras urbanizadas para novos assentamentos, e “[...] a valorização exacerbada de setores da cidade melhor providos de infraestrutura em detrimento de outras partes onde remanesce a condição de assentamento precário.” (PEQUENO, 2015, p. 18).

Cumprido ressaltar que, comparada a gestões anteriores na prefeitura da capital, a administração de Luizianne Lins promoveu muitas políticas direcionadas aos interesses dos

⁷⁹ O PT nacional apoiou oficialmente duas candidaturas nas eleições de Fortaleza, em 2014. Luizianne Lins, que conseguira a indicação do partido para a candidatura ao pleito através de árdua disputa interna, decidida por poucos votos. E Inácio Arruda, do PC do B. Sendo que este último, mais alinhado, à época, ao governo federal e ao núcleo dirigente do PT nacional e estadual, obteve praticamente todos os recursos financeiros para a campanha. (COSTA JUNIOR, 2010).

⁸⁰ Cid Gomes, assim como seu irmão, o também ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes, ascenderam na política compondo o chamado bloco “mudancista”, liderado por Tasso Jereissati. Mantiveram-se alinhados ao governo estadual, mesmo quando saíram do PSDB e foram para o PPS para viabilizar a candidatura de Ciro à presidência da república nas eleições de 1998 e 2002. Outro fator que tornou controversa essa candidatura das “esquerdas”, foi o apoio informal de Tasso Jereissate, que rompera com o então governador Lúcio Alcântara, do seu partido, o PSDB.

mais pobres, e grandes obras de sua gestão foram na periferia da cidade e voltadas às populações menos favorecidas: os CUCAs (Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte)⁸¹, o Hospital da Mulher, bem como a melhoria em postos de saúde e escolas. Sua gestão também colocou em funcionamento coordenadorias congregando diferentes temas e segmentos, direcionando assim políticas específicas para cada setor: direitos humanos, juventude, mulheres, diversidade sexual, igualdade racial, pessoas com deficiência, idosos e crianças e adolescentes.

2.4.2 Lutas por Moradia

No governo de Luizianne também foram construídos novos conjuntos habitacionais, sendo alguns decorrentes de demandas do Orçamento Participativo (OP), como o Conjunto Maria Tomásia. Entretanto, os conjuntos continuaram a ser planejados seguindo as mesmas concepções segregacionistas que nortearam governos anteriores, transferindo populações pobres para áreas limítrofes da cidade e com péssimas condições de infraestrutura urbana. Além de ter conduzido processos de remoções de moradias, a exemplo das comunidades Lagoa da Zeza e Vila Cazumba, que foram reassentadas no Conjunto Maria Tomásia (DIAS, 2013), num processo que contou com a ação combinada de agentes da prefeitura e de lideranças comunitárias dos locais alinhadas ao governo, agindo no convencimento da população dos benefícios da transferência. Isto sem necessariamente dispensar a presença massiva da Guarda Municipal e da PM nos locais de remoção, alguns armados e sem identificação nas fardas. (COSTA JUNIOR, 2010, p. 129). Ao longo de sua gestão, Luizianne também concedeu licenças ambientais para setores da indústria da construção civil que geraram fortes críticas de movimentos populares e de ambientalistas. No geral, a relação do governo petista com os movimentos sociais urbanos foi ambígua, gravitando entre alianças e conflitos⁸².

⁸¹ O Centro Urbano de Cultura, Ciência, Arte e Esporte (Cuca) constitui uma política de juventude através de espaços de integração e formação para jovens de 15 a 29 anos construídos em cada Regional da cidade de Fortaleza. O primeiro a ser inaugurado foi o Cuca Che Guevara, localizado na Barra do Ceará. Os demais são na SER II – Praia do Futuro; SER III – Pici; SER IV – Serrinha; SER V – Vila Manoel Sátiro; SER VI – Jangurussu.

⁸² Os movimentos mais presentes na agenda de políticas urbanas, sobretudo moradia, são: Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), Central dos Movimentos Populares (CMP), Movimento Luta nos Bairros (MLB), Movimento dos Conselhos Populares (MCP). Com destaque para o último, pois foi

No período, vale registrar, também ocorreram alguns movimentos organizados de ocupação de terrenos para moradia popular, como a “Ocupação Che Guevara”, iniciada em 2004 num terreno à margem da rodovia BR-116. Em 2005, centenas de moradores ocuparam um terreno no Morro da Vitória, localizado no bairro Vicente Pinzón, zona leste de Fortaleza. Os ocupantes sofreram com a violência de homens armados que efetuaram disparos, atingindo alguns dos ocupantes; um pescador, que participava da ocupação, não resistiu e faleceu no local. Segundo relatos, os homens armados pertenciam à empresa Ceará Segurança, que negou sua participação no episódio (O POVO, 28/06/2005). O Judiciário ordenou o despejo da ocupação, o que, de acordo com a nota do movimento, foi executado por mais de 900 policiais. Em 2007, no bairro do Caça e Pesca, ocorreu outra ocupação, denominada “Beira Rio”, com o apoio do Movimento dos Conselhos Populares (MCP).

No dia 03 de julho de 2009, setenta e cinco famílias ocuparam um terreno baldio na Praia do Futuro, pertencente à família Otoch e abandonado há mais de vinte cinco anos. De acordo com a nota da ocupação “Raízes da Praia”, o espaço “[...] não cumpria função social e sobre o qual ninguém exercia posse.” (“Nota da Ocupação Raízes da Praia”, julho de 2009. Panfleto impresso). Grande parte das famílias que ocupavam o terreno havia participado da ocupação no Morro da Vitória, de onde foram despejadas. A nota da ocupação afirmava que os programas habitacionais, no geral, consistem em distribuir recursos para as construtoras construírem conjuntos habitacionais de péssima qualidade em terras consideradas de baixo valor. O texto prossegue fazendo uma dura crítica ao programa “Minha casa, minha vida”, lançado pelo Governo Lula, que, de acordo com o documento, não diferia dos programas dos governos anteriores, pois:

[...] ilude o povo ao insinuar que as pessoas realizarão seu sonho, enquanto na verdade menos de 15.000 (se a meta for cumprida) das mais de 150.000 famílias fortalezenses que compõem o triste déficit habitacional serão beneficiadas. Por isso, entendemos que para conquistar nossa terra e construir nossas casas não adianta esperar pelo governo, devemos partir para luta. (“Nota da Ocupação Raízes da Praia”, julho de 2009. Panfleto impresso).

organizado por militantes ligados ao PT durante a campanha eleitoral que elegeu Luizianne Lins para seu primeiro mandato na prefeitura, em 2004. Contudo, por conflitos ao longo da gestão, o MCP rompeu com a gestão da petista. (COSTA JUNIOR, 2010). Posteriormente, parte dos militantes do MCP saíram do movimento e fundaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Ceará.

Por fim, a nota assinala a disposição dos ocupantes em garantir seu direito à moradia: “Estamos organizados e prontos para o que der e vier.” E lança um alerta para que o episódio ocorrido na ocupação do morro da Vitória não se repita: “Largamos o aluguel, saímos da casa dos nossos parentes, abandonamos as áreas de risco, e agora somos a comunidade ‘Raízes da Praia’. Contamos com apoio da sociedade fortalezense para que nosso sonho não vire tragédia”. (“Nota da Ocupação Raízes da Praia”, julho de 2009. Panfleto impresso)

Meses depois, em abril de 2010, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), com o apoio do MCP, realizou a ocupação de um terreno no bairro Prefeito José Walter, na periferia da capital. Cerca de quinhentas famílias foram cadastradas na ocupação “Comuna da Terra 17 de abril”. O movimento permaneceu em negociação com os governos municipal e estadual, que propuseram a retirada das famílias do terreno, que pertencia a um comerciante da região, e o reassentamento destas em outro local. Os ocupantes rejeitaram a proposta e lá permaneceram até o poder público viabilizar moradias adequadas, que ocorreu em 2012, com a construção do Conjunto Residencial Cidade Jardim, em área próxima ao terreno ocupado.

2.4.3 O Plano Diretor Participativo (PDPFor-2009)

O governo de Luizianne Lins promoveu uma agenda de participação popular que englobou diferentes instâncias do processo orçamentário (Plano Plurianual Participativo-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias Participativa-LDO, Orçamento Participativo-OP), tornando parte da política do município permeável aos interesses populares e permitindo que pessoas de baixa renda pudessem adquirir dispositivos para intervenção na máquina estatal. (COSTA JUNIOR, 2010). O Orçamento Participativo de Fortaleza chegou a ser premiado pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP)⁸³ na primeira edição do prêmio “Boa Prática em Participação Cidadã”, no qual concorreram 39 experiências internacionais de gestão democrática (FORTALEZA, 24/11/2006). Todavia, não é possível afirmar que se consolidara na cidade uma “cultura de participação”,

⁸³ O OIDP é uma articulação de entidades, organizações e centros de investigação, baseada na troca e aplicação de experiências sobre democracia participativa, planificação, gestão urbana e políticas locais de desenvolvimento sustentável e coesão social nas cidades do planeta.

verificando-se baixíssima frequência da população nesses espaços, mesmo no principal deles, o Orçamento Participativo (OP). Além da participação aquém do que se esperava, o valor destinado anualmente para atender as demandas do programa não foi executado em sua totalidade ao longo da gestão petista. (COSTA JUNIOR, 2010).

A dinâmica da revisão do Plano Diretor da cidade engendrou dois campos antagônicos: de um lado os agentes do mercado imobiliário e da construção civil juntos aos representantes de órgãos governamentais; e do outro os representantes dos movimentos populares, de entidades, de ONGs, de grupos acadêmicos. (PEQUENO, 2015). O Plano que vigorava em Fortaleza, o PDDU, datava de 1992. Por lei, deveria ter sido revisado em 2002, contudo, apenas em 2004 o então prefeito Juraci Magalhães (PMDB) enviou o projeto de revisão do Plano Diretor para a Câmara de Vereadores. Quando Luizianne Lins (PT) assumiu a prefeitura, em 2005, o Projeto de Lei foi retirado de discussão devido à pressão exercida por setores da sociedade civil, que moveram uma Ação Civil Pública questionando a aplicação dos recursos para o processo, além da ausência de participação popular.

Em 2005, foi instituído um “núcleo gestor” pela prefeita, uma espécie de conselho com representantes do governo e da sociedade civil para organizar o processo, que consistiu em audiências públicas, reuniões deliberativas, finalizando com a realização do Congresso do Plano Diretor. Na prática, a composição do conselho assumiu uma feição tripartite (prefeitura, empresas e movimentos populares), algo que desagradou os empresários tanto quanto a metodologia do Congresso do Plano Diretor, que foi realizado em janeiro de 2007 e aprovou a proposta de texto do novo Plano Diretor, enviado posteriormente à Câmara Municipal para apreciação e aprovação dos vereadores:

Para participar do congresso, 534 delegados foram eleitos nas audiências públicas territoriais e no fórum “A Cidade que Queremos”. A realização do congresso sintetiza a participação como marca de todo processo, iniciado em fevereiro de 2006. Além das 14 audiências territoriais, o PDPFor realizou sete audiências temáticas na Câmara Municipal e mais de 40 capacitações, técnicas e comunitárias. O documento apresentado pelo Congresso, além da participação, é resultado de um trabalho técnico rigoroso envolvendo pesquisa e visitas a todas as áreas da cidade, apresentado nas 350 páginas do diagnóstico “A Cidade que Temos”, apresentado na Câmara Municipal (FORTALEZA, 2007).

Entre as reivindicações do chamado “campo popular”, articulação dos delegados do Congresso ligados a entidades e movimentos sociais, uma vitória importantíssima foi conquistada, no projeto estava previsto a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que regulariza e permite a introdução de serviços e infraestrutura em áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda. Foram determinadas ZEIS de três tipos: I – ZEIS de favela; II – ZEIS de conjuntos habitacionais precários; III – ZEIS de vazios urbanos.

A luta pelas ZEIS configurou um ponto de tensão entre o campo popular e o empresariado da Indústria da Construção civil, que possuía interesses nas áreas em questão. No texto aprovado no Congresso, também estavam demarcados os locais onde as ZEIS seriam implantadas, proposta que contou com a oposição do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon). Após longo processo de pressão do empresariado para que mudanças no texto fossem feitas – e também dos movimentos sociais para que não se mexesse no que havia sido aprovado –, o projeto foi enviado pela prefeita para a Câmara Municipal em 12 de março de 2008, um ano após o Congresso. O Projeto de Lei entrou em tramitação em agosto do mesmo ano, sendo necessária muita pressão popular para que os vereadores aprovassem sem modificações o novo Plano Diretor de Fortaleza.

Cerca de 400 pessoas ocuparam ontem o pátio da Câmara para reivindicar a votação imediata do Plano Diretor, assim como a manutenção, no texto original, dos artigos que preveem a criação das Zonas Especiais de Interesse Social. As faixas de pano fixadas nas grades da Câmara Municipal explicavam o motivo da ocupação realizada ontem no pátio em frente ao plenário. “Vereadores (as): o povo está de olho! Cumpram os seus compromissos com a cidade”; “Quem é contra a ZEIS é contra a moradia digna”. A sigla significa Zona Especial de Interesse Social, e sua instalação está prevista no texto original do projeto de lei do Plano Diretor de Fortaleza, que está em tramitação na Casa desde agosto. Essas zonas poderão ser destinadas para a construção de habitações populares, caso os vereadores a mantenham dentro do projeto elaborado com a participação de vários segmentos sociais. Outra reivindicação das cerca de 400 pessoas presentes é a aprovação do conjunto de normas e diretrizes até dezembro deste ano (O POVO, 24/10/2008).

Além de manifestações, audiências públicas foram realizadas para que o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) fosse votado pela Câmara de Vereadores. No dia 18 de dezembro de 2008, aproximadamente dois anos após a realização do Congresso, o PDPFor foi aprovado em primeira discussão e, no dia 23 do mesmo mês, aprovado em

redação final. No dia 13 de março de 2009, o novo Plano Diretor de Fortaleza foi lançado. No entanto, os movimentos sociais que participaram da elaboração da lei não participaram da solenidade, ocorrida no gabinete da então prefeita Luizianne Lins. Eles acusaram adulterações no texto que havia sido debatido com os vereadores, antes da aprovação.

As principais mudanças no texto eram sobre a criação de uma ZEIS nas proximidades da Praia de Iracema e da Praia do Futuro, que teria ficado condicionada a regras específicas a serem estabelecidas; o prazo mínimo para a transformação de uma comunidade em ZEIS, que, segundo o texto sancionado, era de 5 anos contados até a publicação do Plano Diretor. Além disso, protestaram contra a exclusão da região do Lagamar das áreas que se transformariam em ZEIS. O campo popular denunciou como possíveis responsáveis pelas adulterações, o presidente da Câmara à época, Tin Gomes (PHS), o presidente da Comissão Especial que avaliou o projeto, o vereador Carlos Mesquita (PMDB), e o vereador Salmito Filho (PDT), relator-geral do Plano. (O POVO, 17/03/2009). Após um mês de polêmicas e sem ninguém assumir a autoria das adulterações, no dia 14 de abril de 2009, o presidente da Câmara Municipal, Salmito Filho (PT), recebeu do Gabinete da Prefeita a lei complementar que corrigia os citados pontos do Novo Plano Diretor de Fortaleza. (COSTA JUNIOR, 2010).

Em entrevista à imprensa, o secretário de planejamento de Fortaleza na época, Meneleu Neto, afirmou que o Plano Diretor representava alterações importantes do ponto de vista ambiental e urbanístico para a capital, pois estava compatível com o processo de expansão urbana e com a sustentabilidade ambiental, na perspectiva de gerar justiça social na cidade. “[...] A criação das ZEIS garante a inclusão social e combate a segregação socioespacial, uma característica forte de Fortaleza” (DIÁRIO DO NORDESTE, 14/03/2009). A então presidente da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR⁸⁴), Olinda Marques, assinalava que o novo Plano Diretor contribuiria para acabar com grande parte das áreas de risco da cidade, pois definia áreas de regularização fundiária, permitindo melhorias habitacionais e a urbanização de locais já ocupados; nas áreas de preservação ambiental, as famílias seriam incluídas em programas habitacionais e os espaços degradados seriam recuperados (DIÁRIO DO NORDESTE, 14/03/2009). Já o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará

⁸⁴ Órgão responsável pelas políticas de habitação do município de Fortaleza.

(Sinduscon-CE), por sua vez, Roberto Sérgio Ferreira, admitiu que, “dentro das possibilidades”, o setor privado ficou satisfeito. “Sabemos que o plano tem falhas, mas foi o melhor possível. Esperamos que as leis subsequentes façam a correção dessas falhas” (DIÁRIO DO NORDESTE, 14/03/2009).

Com efeito, a proteção e a regulamentação do uso das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) podem fomentar uma política de habitação e regularização fundiária de áreas como o Pirambu, cuja população habita um terreno de orla pertencente à União. Nesse caso e em outros semelhantes, o PDPFor tornaria possível a titularidade das casas. Além disso, o processo de mobilização unificou as diferentes expressões e fortaleceu qualitativamente o atual movimento social urbano de Fortaleza, assinalando uma página importante na memória das lutas sociais da cidade. (COSTA JUNIOR, 2010).

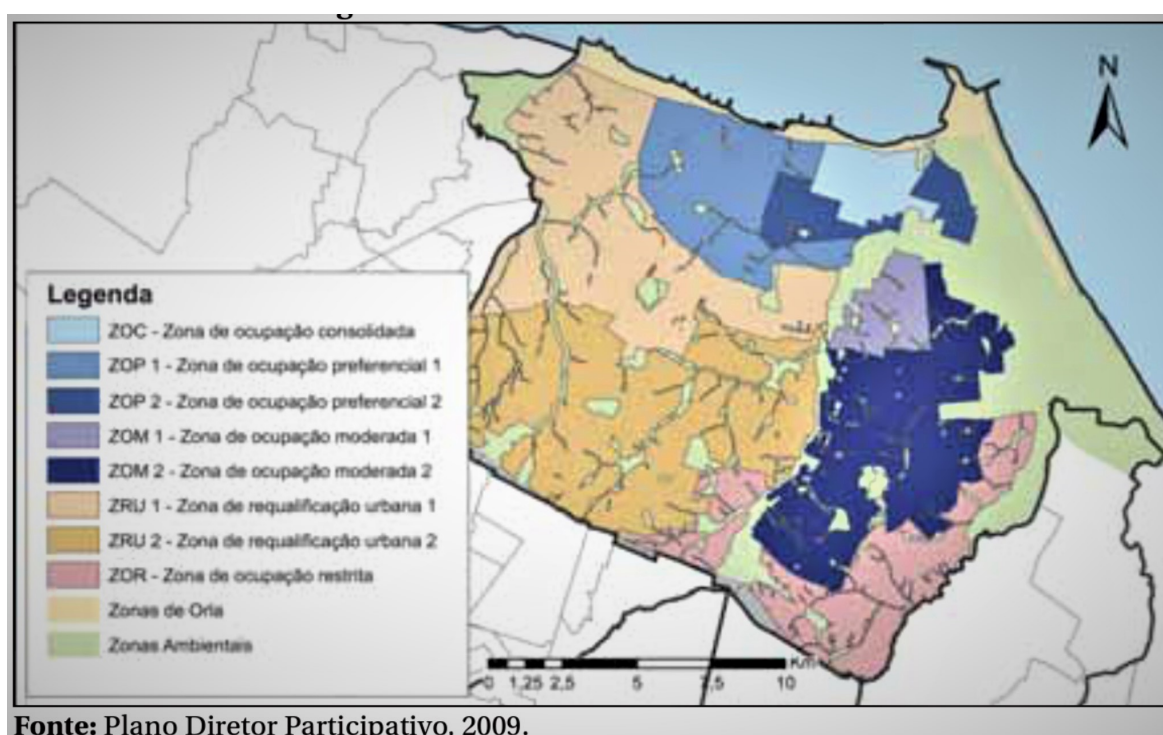
Pequeno (2015, p. 29) comenta que nesse processo “[...] ficou evidente a competição desleal em torno de disputas territoriais, quando as elites dominantes junto a seus representantes nos governos foram confrontadas por entidades e movimentos sociais [...]”, resultando num Plano Diretor bastante ambivalente, no qual os interesses do mercado imobiliários estavam expressos no próprio zoneamento urbano aprovado.

O zoneamento proposto no PDPFor faz uma divisão de Fortaleza em duas grandes zonas: ambiental e urbana. Na porção litorânea leste está a chamada macrozona ambiental, subdividida em zonas de preservação, de recuperação e Zona de Interesse Ambiental (ZIA). Nessas áreas está determinada a realização de políticas mais restritivas ao uso do solo. (PEQUENO, 2015, p. 29-30).

Na zona urbana, o PDPFor realiza uma subdivisão tendo como parâmetros a densidade demográfica da região, a infraestrutura e serviços urbanos disponíveis, o estágio de consolidação da urbanização e a intensidade da ocupação do solo. Na Zona de Ocupação Consolidada (ZOC) estão os principais serviços e áreas comerciais da cidade, no caso, são os bairros mais verticalizados, localizados ao leste do Centro da capital. No seu entorno, estão as Zonas de Ocupação Prioritária (ZOPs 1 e 2), nas quais é estimulado o maior aproveitamento do solo e a elevação de edifícios, dada a infraestrutura e os serviços disponíveis, além da proximidade das áreas mais centrais. No sudeste estão as Zonas de Ocupação Moderada (ZOMs 1 e 2), cujo padrão de ocupação são de lotes mínimos de 300 m², o que bloquearia “padrões populares de ocupação do solo”. No sudoeste da capital

localizam-se as Zonas de Requalificação Urbana (ZRUs 1 e 2) “[...] correspondendo àquelas onde a *urbanização sem cidade* é a regra, revelando o lugar onde os pobres predominam.” (PEQUENO, 2015, p. 29-30 [grifo nosso]). Trata-se de áreas carentes em infraestrutura urbana e de serviços.

Além desse zoneamento, o PDPFor propõe um conjunto de zonas especiais: zonas ambientais especiais (ZAE), zonas especiais do projeto orla (ZEPO), zonas especiais de dinamização urbanística e socioeconômica (Zedus), zonas especiais de preservação do patrimônio paisagístico, histórico, arqueológico e cultural (ZEPH), zonas especiais institucionais (ZEI) e zonas especiais de interesse social (ZEIS). (PEQUENO, 2015, p. 31).



Fonte: Plano Diretor Participativo, 2009.

Figura 9: Zoneamento do PDPFor 2009. Fonte: PEQUENO, 2015

Não obstante a participação e as conquistas populares, o PDPFor apresentou muitas fragilidades técnicas, sobretudo à mobilidade urbana, acerca do sistema viário e os transportes públicos. (CAVACANTE, 2009; IACOVINI, 2013; 2015). Iacovini (2013) ressalta que o novo Plano Diretor “[...] ao mesmo tempo em que reconhece as fragilidades da gestão institucional, só traz um vago conjunto de diretrizes e ações estratégicas para o

tema [...]” (IACOVINI, 2013, p. 70), além disso, não promove uma reclassificação viária e nem prevê as intervenções nas vias. Costa, Accioly e Nogueira (2015) chamam a atenção ao vertiginoso crescimento da frota motorizada em Fortaleza, que, somado à deficiência dos transportes públicos⁸⁵, acentuou os problemas de deslocamento diário da população. “Não por acaso, a ‘crise da mobilidade’ em Fortaleza tornou-se uma das principais pautas da campanha nas eleições para prefeito no ano de 2012, ocupando parte significativa da propaganda político-partidária.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 64).

Tal crise de mobilidade é atribuída pelos autores “[...] às ações governamentais pautadas no modelo rodoviarista e à baixa eficiência do planejamento urbano”. (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 64). Os autores também ressaltam que a concentração das mais precárias condições de deslocamento fica nas áreas periféricas do setor sudoeste e sul da capital cearense, com destaque para os bairros Siqueira, Grande Bom Jardim e José Walter. Apesar dos péssimos indicadores que apresentam, nenhuma dessas áreas recebeu intervenções prioritárias em mobilidade. “Por se tratar de setores com população de baixo poder aquisitivo, considera-se que estes trabalhadores recorram, sobretudo, ao transporte público coletivo ou a formas alternativas de transporte como a bicicleta.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 64). Os autores assinalam um processo de “dupla segregação” (VILLAÇA, 2011), pois é estendido das áreas residenciais às áreas de trabalho. A distância e as dificuldades de acesso às principais “centralidades” da capital cearense gerariam mais desvantagem econômica aos trabalhadores pobres, que já não tem disponível pleno acesso aos serviços básicos e à urbanização. “Nota-se uma ‘superposição’ das áreas residenciais e áreas de trabalho para famílias de alta renda, minimizando seu

⁸⁵ “A evolução da frota automotiva da cidade é alarmante: segundo o Detran-CE (2012), a frota da capital apresentou um crescimento de 102% entre 1980 e 1990; de 67,8% entre 1990 e 2000; de 100% entre 2000 e 2010. Segundo dados oficiais (FORTALEZA, 2011), a malha viária da cidade era de 3.887 km em 2010, e a frota, de 707.731 veículos, uma relação de 182 veículos/km. Se atualizarmos essa relação com dados da frota de 2013, de 908.074 veículos (TRIBUNA DO CEARÁ, 2014), têm-se 233,6 veículos/km. Um crescimento alarmante de 28,3% nos últimos três anos. Os dados disponibilizados (FORTALEZA 2002; 2011) apontam que na última década a frota de ônibus teve um crescimento de apenas 6,8% (com diminuição dos veículos semipesados, - 35% e aumento do número de micro-ônibus, + 345%). Embora o número total de passageiros transportados tenha crescido (8,9%) e a média de passageiros diária de 770.246 passou para 839.424 (961.937 em dias úteis). O Sistema Complementar, as ‘topics’, manteve a mesma frota, 320 veículos, embora a quantidade de passageiros transportados tenha aumentado. Diariamente, em média, mais de 1 milhão de passageiros transitaram pela cidade pelos 2.171 ônibus (1.851) e micro-ônibus (320) do Sitfor. O equivalente a mais de 40% da população se desloca por meio de 0,3% dos veículos micro-ônibus integrantes do sistema. Isso equivale a: um (1) micro-ônibus do Sitfor para cada 273 veículos, ou um (1) ônibus para cada 193,8 automóveis ou ainda um (1) para cada 71,4 motos (em 2010 – FORTALEZA, 2011).” (IACOVINI, 2015, p. 253).

tempo de deslocamento, enquanto nas áreas com população mais pobre verifica-se uma tendência oposta.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 65).

Vale ressaltar que em 15 de junho 2012, após longos anos de obras, a Linha Sul do Metrofor (trecho Pacatuba – Parangaba) foi finalmente inaugurada, ainda em caráter de testes. Em 28 de setembro do mesmo ano foi inaugurada a segunda etapa (Parangaba – Benfica). O terceiro trecho (Benfica – São Benedito) foi entregue em 24 de outubro. E, por fim, o quarto e último trecho da Linha Sul (Estação Central – Chico da Silva) foi entregue em 28 de julho de 2013. As operações comerciais da Linha Sul do Metrofor foram abertas em 1º de outubro de 2014, semanas após de iniciadas as obras da Linha Leste, na região do Colégio Militar, na Avenida Santos Dumont.

Iacovini (2014) atribui o avanço das obras às políticas de desenvolvimento em âmbito federal, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que injetou recursos e disponibilizou empréstimos ao governo estadual. O autor também salienta que na ascensão de Lula à presidência, a CBTU se desvinculou do Ministério dos transportes e passou a integrar o Ministério das Cidades, criado em 2003. Tal fator teria contribuído para destravar alguns projetos de mobilidade urbana. (IACOVINI, 2014, p. 101).



Figura 10: Projeção das Linhas do METROFOR. Fonte: Governo do Ceará, 2014

Freitas (2015) destaca a supremacia de Fortaleza em relação aos outros municípios da Região Metropolitana no que toca à distribuição populacional, 68% de 3.615.767 habitantes da RMF, de acordo com o censo 2010, moravam na capital. Apenas seis municípios (Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Euzébio Aquiraz e Fortaleza), dos dezoito que conformam a RMF, integram a principal mancha urbana existente. “Esse continuum

urbano apresenta-se segmentado entre a porção localizada a leste do Centro e no litoral [...]”, que segundo a autora, configuraria a zona nobre da capital, área de grande fluxo turístico; “[...] e o restante que constitui espaços com deficiente acesso a serviços urbanos e grande densidade populacional.” (FREITAS, 2015, p. 195). Conforme visto, a partir da década de 1980, ocorre o “extravasamento” do polo Fortaleza para municípios metropolitanos através da implantação da indústria, construção de conjuntos habitacionais na periferia e, com destaque, a expansão do turismo litorâneo. (COSTA; AMORA, 2015).

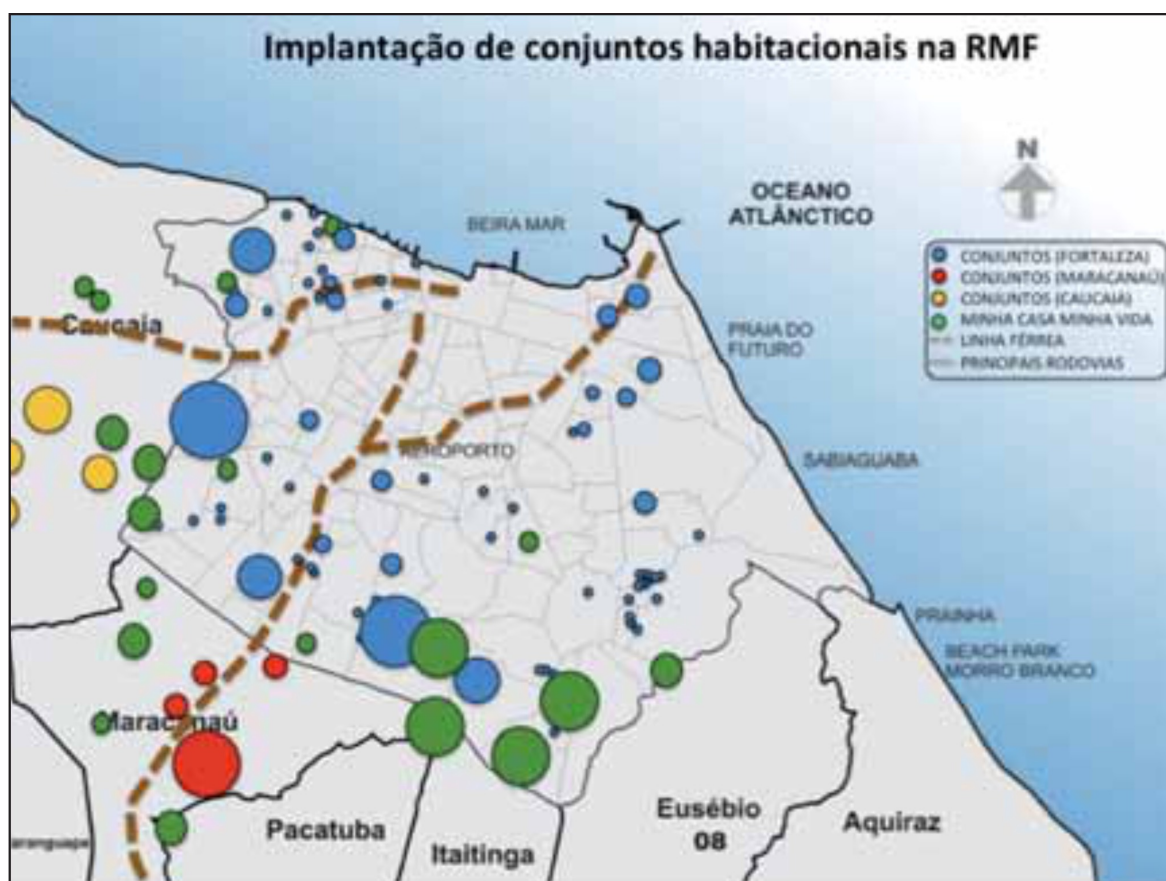


Figura 11: Conjuntos Habitacionais em Fortaleza. Fonte: PEQUENO (2015)

2.4.4 Expansão imobiliária e turismo

No decorrer das últimas décadas, no contexto de globalização econômica e reestruturação produtiva, as políticas governamentais aplicadas no estado do Ceará oscilaram entre orientações neoliberais e neodesenvolvimentistas, “[...] pautadas no velho discurso de que estas viessem a trazer no curto prazo o desenvolvimento socioeconômico pretendido” (PEQUENO, 2015, p. 16), confiando a criação de empregos aos investidores privados do agronegócio, da indústria, do turismo e dos serviços relacionados a tais atividades. “Para tanto, apostou-se num programa de desenvolvimento urbano com foco nas cidades chamadas estratégicas, estimulando-se a competitividade entre as cidades, em detrimento do desenvolvimento regional e da cooperação intermunicipal.” (PEQUENO, 2015, p. 16). Desse modo, as obras de infraestrutura e uma série de serviços são implementados na capital cearense e ao longo da faixa metropolitana de seu litoral.

Pequeno (2015) chama atenção para a intensidade do fluxo de Fortaleza aos “destinos do turismo de sol e mar”, e assinala que tal processo ganhou maior força “[...] em razão do histórico processo de implantação de loteamentos para segunda residência à beira-mar das famílias de classes mais abastadas desde os anos 1960.” (PEQUENO, 2015, p. 16). Em consequência disso, a região metropolitana de Fortaleza passou a ser estendida, cada vez mais, ao longo do litoral. Como é o caso dos municípios Paracuru, Paraipaba, São Luís do Curu e Trairi, os mais recentes a serem incorporados à RMF, em 2014. Entre outros aspectos, Pequeno salienta que “[...] estes processos corroboram a evidente especulação imobiliária que ameaça permanentemente comunidades tradicionais e suas práticas culturais.” (PEQUENO, 2015, p. 17), e descreve que nos municípios ao leste da capital, ocorre uma expansão dos chamados condomínios horizontais; já nas direções sul, sudoeste e oeste, o que predomina é a produção habitacional para a nova classe média e moradias de interesse social. (PEQUENO, 2015, p. 24).

Esse processo ocorre sem existirem instrumentos de planejamento eficazes, deixando grande parte da região metropolitana com enormes problemas com o crescimento urbano, como: “[...] o adensamento de áreas melhor providas de serviços, o abandono de áreas estagnadas, a expansão urbana em direção às franjas periurbanas, a presença de glebas vazias entre os bairros próximos ao Centro e às periferias.” (PEQUENO, 2015, p.

18). Dado o crescimento desordenado, mais conflitos referentes ao uso e ocupação do território sucedem, além disso, “[...] torna-se visível a forma diferenciada como se dá o acesso às redes de infraestrutura urbana e aos equipamentos sociais, além de diversos problemas no âmbito da mobilidade.” (PEQUENO, 2015, p. 18).

Embora o conceito de segregação venha sendo utilizado principalmente para abordar formas variadas de segmentação socioespacial que engendram dinâmicas de “periferização” dos mais pobres, processo comum à realidade urbana brasileira e latino-americana, desde a década de 1970 emergiu um fenômeno: a expansão dos “espaços residenciais fechados”, geralmente providos de sistemas de segurança privada. Conferindo assim uma espécie de “*autossegregação*” das camadas mais ricas. Para Sposito (2013), esses novos ambientes produziram outras modalidades de segregação socioespacial, tornando a estruturação do espaço urbano ainda mais complexa, pois, ao inverso da orientação dominante ao longo do século XX, quando práticas e representações sociais dos grupos dominantes empenhavam-se num movimento de isolar grupos de menor poder – quais sejam as conformações culturais nas quais os grupos estejam inseridos –, no caso específico dessa “segregação” dos mais ricos, são os próprios que optam pelo isolamento, produzindo espaços *exclusivos*. Por mais relativa que seja a demarcação de processos e de segmentos sociais contrastantes, os que são *segregados* e aqueles que optam por *se segregar*, ambos alinham uma mesma orientação mercadológica de produção do urbano.

Freitas (2015) chama atenção para o processo de intensa valorização imobiliária do espaço urbanizado de Fortaleza desde a década passada, resultante do cenário de prosperidade econômica e de maior disponibilidade de financiamentos habitacionais. Nesse processo, a área de atuação do mercado imobiliário formal, que segundo a autora restringia-se a partes da orla e a alguns bairros a leste do centro, expandiu-se para outras regiões, a exemplo dos bairros da Maraponga, Cambeba e Passaré, classificados como “bairros emergentes”, ou o que Rufino (2012) caracterizaria como a constituição de um “anel semiperiférico” e de uma “coroa imobiliária”, em que condomínios, horizontais ou verticalizados, são construídos para atender uma população com renda média superior aos antigos moradores daquelas localidades. “A existência de importantes eixos viários e equipamentos de mobilidade, além da disponibilidade de lotes de grande dimensão e

menores preços, são elementos que explicam a apropriação da área pelo mercado imobiliário.” (RUFINO, 2013, p. 269).

Góis (2015) destaca o caso do Passaré, que passa por forte incremento da produção imobiliária destinada às camadas mais abastadas, bem acima da renda média da população antes estabelecida no bairro. Em 2012, o Sinduscon-CE incluiu o bairro entre os mais nobres da capital, de acordo com o Índice de Velocidade de Vendas (IVV). Na região existe um complexo ecológico, com o Zoológico Municipal Sargento Prata, o Horto Municipal e o Espaço Verde. Em 2006, durante as comemorações dos 280 anos de Fortaleza, foi prometido pela então prefeita Luizianne Lins (PT), a construção do “Bioparque Passaré”. “O projeto previa: safári, museus, restaurantes e espaços para prática de arvorismo e tirolesa. Esse projeto visava à aproximação das pessoas com a natureza, e também era uma forma de manter o zoológico atual.” (GÓIS, 2015, p. 182). Não obstante as incertezas quanto à efetiva execução do projeto, “[...] a possibilidade de implementação desse equipamento beneficia os empreendimentos imobiliários próximos, que associam a imagem da natureza aos seus produtos”, conforme é o caso do empreendimento Horto Residence, localizado na rua do Horto municipal. (GÓIS, 2015, p. 182).

O espraiamento da produção imobiliária nesses bairros ditos “emergentes”, sem que os instrumentos de planejamento urbano no sentido de controlar a atividade especulativa sejam efetivados, acaba por induzir o aumento do valor da terra, bem como o custo de vida, estimulando a retirada “voluntária” da população mais pauperizada para áreas mais periféricas (FREITAS, 2015, p. 196). Desse modo, o processo de favelização em Fortaleza e região metropolitana se acentua. De acordo com Freitas (2015), “[...] é comum encontrarmos situações em que os empreendimentos imobiliários surgem concomitantemente com novos assentamentos em áreas inadequadas no seu entorno imediato, como leitos viários e espaços frágeis” (FREITAS, 2015, p. 196). Ademais, a “macrocefalia” de Fortaleza, que corresponde à concentração na capital da maior parte da população da RMF, assim como os capitais e os serviços, produziria deslocamentos de grupos sociais no interior da própria capital, bem como para os municípios da região metropolitana. “As discrepâncias entre Fortaleza e os demais municípios [da RMF] cada vez mais se aguçam; há uma clara transposição de seus grupos sociais para outros municípios, à proporção que a terra urbanizada se esgota.” (PEQUENO, 2015 p. 24).

Por fim, cumpre salientar que o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), e todo seu processo de preparação e aprovação, estabeleceu um instrumento que possibilita a inibição do avanço da indústria imobiliária sobre determinadas regiões da cidade. No entanto, a força desse segmento econômico tem colocado à prova a eficiência desse mecanismo. Fatos trouxeram à tona essa questão, como a proposta de construção do Estaleiro PROMAR, entre 2009 e 2010, na praia do Titanzinho, que constitui uma ZEIS no bairro do Serviluz, que após ampla repercussão e resistência, o projeto foi cancelado (DIÁRIO DO NORDESTE, 18/06/2010).

Na sequência, a escolha de Fortaleza como uma das cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 demandou a realização de um conjunto de obras visando preparar a estrutura urbana, sobretudo a malha viária, da cidade para receber o megaevento. Por isso, foram projetadas a abertura de vias e a construção de novos equipamentos públicos, como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Ramal Parangaba – Mucuripe, que se chocam com a presença de algumas comunidades de baixa renda nos locais das obras. Além disso, a Copa do Mundo na cidade atraiu grande volume de investimentos que beneficiou o setor imobiliário e acentuou a “produção do espaço urbano pelo capital”, desafiando as conquistas e a experiência acumulada pela rede de movimentos do chamado “campo popular”.

3 TRILHOS DA SEGREGAÇÃO: O VLT PARANGABA – MUCURIPE

3.1 DA CIDADE “OBRA” À CIDADE MERCADORIA

Henri Lefebvre (2008 [1968]) afirmara que a cidade seria uma *obra*, uma característica contrastante com a irreversível orientação ao dinheiro, ao comércio, às trocas, aos *produtos*. Com efeito, a cidade constituiria tanto um valor de uso como um valor de troca; e expressa em sua estrutura e movimento a dinâmica nacional e internacional em consonância com as transformações sociais, econômicas e políticas. “A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as *instituições* oriundas das relações de classe e propriedade.” (2008, p. 59). A atribuição elementar do espaço urbano, segundo Lefebvre (2008), seria a possibilidade de reunir todos “objetos” e “sujeitos”; excluir da cidade grupos, classes ou indivíduos, implicaria retirá-los da sociedade. “O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora”. (LEFEBVRE, 2008, p. 32).

O autor d’*O Direito à Cidade* apontara o urbanismo, enquanto ciência e técnica do espaço, consistindo em “ilusão” e “ideologia”, haja vista a representação da cidade feita pelos urbanistas não considerar as práticas urbanas, negando-as enquanto produto da totalidade social, disseminando a *ilusão* de que técnica pode controlar a urbe, sobretudo o que for considerado degradante em seu interior.

Sucedida posteriormente à crise econômica e política de 1848, a reforma urbana de Paris foi o marco para a modernização das cidades mundo afora, tendo na figura do Barão de Haussmann sua personificação, que inaugurou um novo estilo de estruturação da urbe. Ruas estreitas, edificações precárias e encortiçadas foram destruídas para dar lugar às largas avenidas e a grandes e luxuosos edifícios no meio de antigos bairros operários (FREITAG, 2012, p. 56). Contrastando com a *belle Paris*, Engels denunciava que “[...] os focos de epidemias, as mais infames cavernas e buracos em que o modo de produção capitalista encerra noite após noite os nossos operários não são eliminados mas apenas...

mudados de lugar!” (ENGELS, 1988 [1872]). Tais transformações ambicionavam não somente dificultar a luta nas barricadas, tão presente nos movimentos de trabalhadores da capital francesa do século XIX, “[...] mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar a cidade numa pura cidade de luxo.” (ENGELS, 1988 [1872]).

Lefebvre (2008) explica que os subúrbios foram criados como respostas ao impulso industrializante que deslocou os camponeses para os amontoados centros urbanos e dali empurrados para áreas limítrofes da cidade. Contudo, o autor assevera que esta resposta não foi meramente fortuita, tratava-se de uma estratégia de classe; não necessariamente uma estratégia com atos coordenados e planejados, mas que convergia para resultados concretos. Conforme Lefebvre (2008, p. 97), “[...] afastado da Cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado deixará se esfumar em sua consciência a capacidade criadora.” Desta forma, a “suburbanização” inicia um processo que descentraliza a Cidade fazendo com que a “consciência urbana” vá se dissipando, e, pouco a pouco, deixando de concernir à produção para se concentrar ao redor da “cotidianidade” do consumo.

Com efeito, “[...] há um semicolonialismo metropolitano que subordina a seus centros os elementos camponeses e de operários estrangeiros todos submetidos a uma exploração concentrada e que mantém a segregação” (LEFEBVRE, 1968 apud CASANOVA, 2006, p. 408). Ao agrupar os centros de decisão, a cidade capitalista ordena e acentua a exploração de toda a sociedade. Ademais, “[a] *segregação* deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: *espontâneo* (proveniente das rendas e das ideologias) – *voluntário* (estabelecendo espaços separados) – *programado* (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (LEFEBVRE, 2008, p. 97 [grifo do autor]).

Segregação é advinda do latim *segrego* (cercamento), servindo para designar o isolamento dos judeus numa pequena ilha cercada de muros – o *gueto* – em Veneza.

A ideia de segregar os judeus no Guetto Nuovo surgiu em 1515, quando esta possibilidade foi pela primeira vez aventada. O termo em italiano *gettare* – escorrer, despejar – significava, originalmente, “fundir”. Tanto o Guetto Vecchio, como o Nuovo, velhos distritos de fundição, situavam-se numa ilha ao norte da cidade, ligada à malha urbana por apenas duas pontes; suas atividades

manufatureiras foram transferidas para o Arsenal, por volta de 1500. O Nuovo ocupava um terreno [...] limitado por construções que formavam uma espécie de muro, em volta de um espaço central aberto. Fechadas as pontes, ele estaria selado. (SENNETT, 2005, p. 194-5).

Na América hispânica, entre os séculos XV e XVIII, foram constituídas cidades “amuralhadas” como forma de controle territorial, social e econômico por parte das elites coloniais. A edificação de cidades seria a representação maior da conquista do território, “*la construcción del espacio es la ciudad misma, impuesta como forma de dominación política, donde se delimitam con precisión los espacios del dominado y del dominador.*” (LOBO, 2009, p. 218).

Em sua forma contemporânea, a segregação se configura na concentração diferenciada das distintas frações das classes sociais em seus espaços de reprodução, com a existência de unidades espaciais de forte homogeneidade social, sendo mais frequentes nos extremos sociais do que nas classes médias; e pelo acesso diferenciado aos recursos e benefícios provenientes de investimentos públicos e privados, que tendem a se concentrar em áreas onde vivem populações de renda mais elevada e de maior poder político. A intensidade da fragmentação social torna mais complexa a segregação residencial, sobretudo em centros metropolitanos, gerando áreas com maior tendência à homogeneidade interna e à heterogeneidade entre elas (HARVEY, 1973; 1975, CASTELLS (1983) apud CORRÊA, 2013).

O conceito de *segregação*, um dos mais controversos nas Ciências Sociais, foi inicialmente empregado em trabalhos pioneiros da Escola de Chicago acerca de fenômenos urbanos, marcada então por um acentuado crescimento e pela volumosa presença de populações imigrantes, condições ainda nascentes em âmbito global. A integração dessas populações imigrantes à nova sociedade ocorria de maneira heterogênea, mas, em geral, havia forte propensão aos grupos étnicos/nacionais residirem numa mesma área da cidade, assinalada por vigorosa homogeneidade interna (FREITAG, 2012, p. 108).

De acordo com a perspectiva dos sociólogos da Escola de Chicago, a segregação ocorreria em função das estratégias individuais que culminariam num movimento de aproximação de moradores de acordo com suas condições, valores e interesses. Tal processo seria reflexo de uma espécie de “disputa” entre os diferentes grupos sociais que “competem” na cidade pelos melhores territórios para moradia. Harvey (1975) rejeita a

tese da chamada “Ecologia Humana” na qual a diferenciação residencial ocorreria em razão de indivíduos congêneres quanto à renda e ao padrão cultural serem propensos a residir em áreas próximas, resultando em áreas residenciais internamente homogêneas e heterogêneas entre si. Do mesmo modo que refuta a tese da economia neoclássica na qual a diferenciação residencial resultaria da soberania de escolha do consumidor num mercado idealmente competitivo; o geógrafo britânico assinala que a compreensão da diferenciação residencial é inverossímil desconsiderando a dinâmica de estruturação das classes sociais.

A segregação socioespacial consistiria num fenômeno inerente à constituição do espaço urbano orientado pela apropriação privada da terra como condição e meio de sua própria realização enquanto “capital”, fazendo com que o valor de uso da “cidade-mercadoria” esteja subordinado ao seu valor de troca. De acordo com David Harvey (2011, p. 137), “[...] a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital.”, haja vista parcela significativa da força de trabalho global estar empregada na construção e manutenção do “ambiente edificado”, a cidade como *obra* ou *mercadoria* está fixada como parte do processo geral de valorização do capital e da universalização da forma mercadoria.

Para Corrêa (2013), a segregação residencial das classes subalternas é resultado também de uma política de classe, pois é engendrada por aqueles que detêm poder e controlam diferentes meios de produção, incluindo a propriedade da terra urbana. A separação entre lugar de trabalho e/ou de moradia, e a criação de um mercado específico de habitação, através do qual as relações de classe da sociedade capitalista industrial se realizariam na produção do espaço urbano. Segundo o autor, empresas, bancos, seguradoras, proprietários de capitais especulativos exercem tal política de modo explícito, tornando improvável reverter os padrões espaciais das áreas segregadas. Entre as estratégias adotadas, a mais conhecida é a expulsão à força, bastante comum nas políticas de erradicação de favelas e habitações irregulares. Outro expediente se dá por meio da legislação urbanística e da tributação diferenciada no espaço urbano, bem como a distribuição desigual de equipamentos e serviços públicos para diferentes áreas e grupos sociais.

Corrêa (2013) distingue os processos de segregação *imposta* e segregação *induzida*. No primeiro caso, determinados grupos sociais não possuem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação; enquanto na segregação induzida, grupos ainda têm possibilidades de escolhas, porém com as restrições do valor da terra e dos imóveis. Todavia, o autor ressalta que são bastante tênues as fronteiras entre segregação imposta e induzida, ambas se diluindo, por vezes.

Favelas, cortiços, modestas ou precárias moradias construídas no sistema de autoconstrução e conjuntos habitacionais, muitos dos quais recentes e já deteriorados, localizados, sobretudo, na periferia ou em áreas de risco ou já caracterizadas pela obsolescência, com precária ou nenhuma infraestrutura urbana, sujas e inseguras, compõem a paisagem das áreas de segregação imposta. As áreas de segregação induzida, por outro lado, apresentam ampla variação no que diz respeito à qualidade da habitação e do ambiente. Nessas áreas o grau de homogeneidade social é menor do que aquele das áreas de autosegregação e de segregação imposta. (CORRÊA, 2013, p. 42-4).

Vasconcelos (2004; 2013) assinala que alguns conceitos e noções deveriam ficar circunscritos a contextos locais e históricos específicos. A inexactidão do uso de noções tais como “segregação”, ou “gueto” na realidade das cidades brasileiras seria comparável ao emprego da noção de “periferização” para compreender as cidades estadunidenses (VASCONCELOS, 2013, p. 17). O espaço urbano refletiria as desigualdades sociais existentes em cada formação específica, as estruturas espaciais das cidades estadunidenses, por exemplo, diferem consideravelmente das cidades europeias, e estas diferem das cidades latino-americanas. Portanto, lançar-se a transferir conceitos a realidades notoriamente destoantes sujeitar-se-ia ao risco de dissipar sua precisão analítica. Desse modo, os conceitos acabariam se tornando polissêmicos, atravancando a leitura e a análise dos fenômenos sociais.

Uma população ou uma área só poderiam ser consideradas segregadas, conforme Vasconcelos (2013), quando os moradores em razão de coações externas fossem forçados a residir num território delimitado. Além dos emblemáticos guetos judeus presentes nas cidades medievais e renascentistas, a exemplo das chamadas “judiarias” em cidades portuguesas, outros casos relevantes de segregação, de acordo com o autor, seriam os guetos estabelecidos em algumas cidades europeias ao longo da ocupação nazista, com destaque para Varsóvia; e também a restrição à população negra norte-americana de residir

somente em bairros autorizados, prática de segregação legal que perdurou até a promulgação do *Civil Rights Act* de 1964. O autor assinala quão profícua é a literatura sobre segregação residencial nos Estados Unidos, com destaque para Du Bois e seu clássico *The Philadelphia Negro*:

Já em 1899 o ativista negro Du Bois descreveu os judeus, os italianos e os negros como grupos não assimilados à sociedade norte-americana. Mas no caso dos negros “a segregação é mais conspícua, mais evidente aos olhos [...]” (Dubois, 1967: 15, tradução nossa). No clássico *An american dilemma* (1944), Gunnar Myrdal (2003: xc) destaca a disparidade entre os ideais americanos e suas atitudes relativas aos negros. Ele qualifica a segregação residencial como forçada, pois ao negro não era permitido sair do seu bairro (2003: 625). Em 1955 o sociólogo negro Franklin Frazier publicou na França o livro *Bourgeoisie noire*, no qual ele critica severamente a elite negra (formada sobretudo por mestiços), que teria explorado as massas negras tão sem piedade como faziam os brancos (1969: 213). No seu livro *Dark Ghetto*, de 1965, K. Clark afirmou que os muros invisíveis do gueto negro foram edificados pela sociedade branca (1966: 39), mas que esses muros também protegiam os negros (1966: 49). (VASCONCELOS, 2013, p. 23-4).

Entre outras ideias que, de acordo com o autor, seriam do mesmo modo empregadas equivocadamente, está a de *apartheid*, que seria específica à realidade da África do Sul, não cabendo em absoluto sua aplicação em circunstâncias distintas; e também a noção de *gentrificação* – um “barbarismo que não tem sentido nas línguas latinas” (VASCONCELOS, 2013, p. 29). Termo originário do Reino Unido, *gentrificação* (do inglês *gentry*: baixa nobreza), descreve o processo em que as classes médias passam a habitar massivamente antigos bairros operários londrinos, na década de 1960, desdobrando numa intensa valorização dos imóveis e na gradativa retirada dos antigos habitantes. O grande marco para essa política foi nos EUA, com o programa *urban renewal* (renovação urbana) implantado após a Segunda Guerra Mundial (SOUZA, 2013).

Vasconcelos (2013) reitera que processos ocorridos no Brasil não configurariam “segregação”, dado que “são o resultado da *ação* da população desfavorecida”, não necessariamente coagida a residir naquela região. Tanto é, que, via de regra, essas habitações estão localizadas em periferias longínquas ou em áreas de risco, como morros, regiões de declive ou inundáveis; ou em terrenos vizinhos às ferrovias.

Com efeito, o autor ressalta que tais fenômenos possuem notável complexidade e exigem elaborações correspondentes a cada contexto, revelando, em geral, as “lutas pela

vida e pelo espaço nas cidades” (VASCONCELOS, 2013, p. 33). Contudo, insistir na noção de segregação para a compreensão desses processos transparece uma espécie de denúncia das desigualdades sociais, mais uma “palavra de ordem” do que um esforço em examinar minuciosamente o fenômeno, incorrendo na “perda do rigor e da precisão necessária para ser um instrumental analítico que ajude no avanço do conhecimento da realidade urbana” (VASCONCELOS, 2013, p. 33).

Souza (2013) diverge profundamente da objeção ao uso do conceito de segregação com vistas à compreensão da realidade urbana brasileira, que sim, conforme o autor, é marcada por dinâmicas de separação e afastamento espacial. Afirma que tal relutância de alguns autores ao uso da categoria não se explica meramente por questões linguísticas, mas por um entendimento de que a realidade brasileira é menos “dura” e mais “plástica” do que contextos como os EUA ou a África do Sul, por exemplo. Seriam situações de “desassistência”, “abandono”, ou, numa típica interpretação liberal, efeitos de fracassos individuais.

O pretense caráter “democrático” de áreas de convivência entre ricos e pobres, a exemplo das praias, ou a suposta “ação” voluntária de camadas mais pobres quando decidem ocupar terrenos ou prédios abandonados, conforme apontado por outros autores, como Vasconcelos (2013), por exemplo, são duramente questionadas por Souza (2013). De forma tácita ou explícita, tais perspectivas que suavizam processos de “afastamentos” e “separações” socioespaciais seriam leituras que “[...] mantêm afinidade ideológica com o espírito de Gilberto Freyre, que, como sabemos, edulcorou (sem negar por completo) a violência envolvida nas relações entre casa-grande e a senzala neste ‘mundo que o português criou’ [...]”. (SOUZA, 2013, p. 128).

Com efeito, Souza (2013, p. 129) assinala que a aplicação da categoria segregação se justifica mediante a verificação de processos concretos na realidade das cidades brasileiras, onde, cotidianamente, “pessoas *se veem* como segregadas [grifo nosso]”, o que já exigiria uma investigação acurada. Ademais, “[...] comprova que não se está diante simplesmente de termos técnicos importados e empregados por acadêmicos supostamente mal informados, mas, sim, de uma representação espacial digna de nota” (SOUZA, 2013, p. 129). Do mesmo modo que se constituem os demais conceitos das ciências da sociedade, a ideia de segregação é densa de historicidade. A manifestação espacial das desigualdades e

assimetrias sociais, seja entre classes ou entre “raças”, é característica inescapável de qualquer sociedade heterônoma, não necessariamente se expressando de maneira padronizada e com a mesma proporção em distintas situações:

A escala, algumas vezes, pode turvar a nossa visão, como quando senhores e escravos moram fisicamente bem próximos uns dos outros, na mesma propriedade; ainda assim, isso não nos permite falar de uma completa e absoluta ausência de segregação, situação de que são herdeiros, nas cidades brasileiras de nosso tempo, o quarto de empregada e o elevador de serviço. Apesar disso, nada nos autoriza a postular que o conceito em questão seja “universal” ou inteiramente “transistórico”, como se a segregação fosse uma inevitabilidade quase que natural da realidade social em si mesma. Se assim fosse, teríamos que admitir que a heteronomia é inevitável e que uma sociedade livre e autônoma – na qual certamente existirão dissensos e conflitos, mas não assimetria estrutural de poder e, por consequência, segregação – é uma meta fantasiosa. O fato é que, mesmo onde existe, a segregação não existe e não precisa existir da mesma forma e com a mesma intensidade. (SOUZA, 2013, p. 130-1).

Sposito (2013) questiona a perspectiva em que conceitos assumam conteúdos distintos perante contextos e formações socioespaciais díspares. A autora diverge de Vasconcelos (2004; 2013) ao conceber a possibilidade de abordar aspectos da segregação conforme cada contexto socioespacial, mesmo que implique numa situação de “reconceitualização”. No entanto, aproxima-se do autor ao assinalar que o traslado conceitual, espacialmente e/ou temporalmente, não pode suscitar “[...] a negação dos princípios que fundamentaram, na origem, a proposição dele”, e nem significar “[...] descontinuidade profunda em relação à apreensão de processos e dinâmicas que o fundamentaram, no plano teórico” (SPOSITO, 2013, p. 62). A autora assevera que o caráter polissêmico do conceito de segregação comprometeria sua força explicativa, demandando então do pesquisador maior cautela teórica para extrair o máximo de precisão analítica, a começar pela imprescindível delimitação do conceito perante outras ideias ou noções – seja por estarem vinculados a perspectivas teóricas divergentes, ou mesmo por se tratar apenas de termos genéricos.

Ademais, a complexidade do conceito implicaria na interface, e, por vezes, numa confusão analítica com processos variados, tais como: “diferenciação espacial, produção de desigualdades espaciais, exclusão social e/ou espacial, discriminação social, marginalização, estigmatização territorial” (SPOSITO, 2013, p. 63). Da mesma forma que outros conceitos de derivação geográfica, a ideia de segregação deve estar sempre

associada a uma escala geográfica de análise. Sobretudo porque dentre os conceitos que abordam processos de divisão socioespacial nas cidades, é justamente o que possui grau mais elevado de determinação nesse campo, “[...] sem este ela não se constitui e somente nele pode se revelar” (SPOSITO, 2013, p. 63). O pressuposto fixado pela autora é de que a segregação concerne a uma relação entre um setor da cidade em face do seu conjunto, o que já distinguiria o conceito, por exemplo, de ferramentas metodológicas que se dispõem a apontar áreas de inclusão/exclusão social; ou mesmo de noções como “marginalização”, “discriminação”, “estigmatização”, “pobreza urbana”, que não obstante se manifestem no plano espacial, são conceitos cuja constituição figura em outros âmbitos, seja cultural, político, econômico. Sposito (2013) alerta que nem todas as manifestações de diferenciação e de desigualdades sociais se constituam forçosamente numa situação de segregação. A aplicação do conceito só se justificaria “[...] quando as formas de diferenciação levam à separação radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana.” (SPOSITO, 2013, p. 65).

Assinala-se o caráter processual da segregação, que atuaria como elemento a dificultar uma delimitação territorial, sobretudo uma tentativa de representação cartográfica, pois “[...] sua espacialidade só pode ser apreendida na perspectiva temporal” (SPOSITO, 2013, p. 66). Apesar de sua natureza espacial, a incidência de processos de segregação não seria inerente ou explicada pelas formas espaciais. E, como qualquer processo, “[...] tem forte relação com as ações que a constituem e que colocam em marcha (tanto quanto representam) visões de mundo e de sociedade.” (SPOSITO, 2013, p. 66). Além disso, a extrema manifestação da diferenciação no plano socioespacial mescla condicionantes objetivas e subjetivas:

A segmentação socioespacial, quando se radicaliza e se expressa como segregação socioespacial, não está dada pela linha férrea, não se estabelece por si e na lei, não se configura porque resulta de uma ocupação inadequada. Esses fatos só ganham significado no modo como a sociedade os lê, decodifica-os e os representa, usando-os para, em suas ações, em suas práticas e em suas visões, constituir e reproduzir a segregação. Neste movimento, há razões e emoções, normas e transgressões, explicações e crenças, o estrutural e o ideológico, há identidade e intolerância, há o concreto e o abstrato, e muito mais. (SPOSITO, 2013, p. 67).

Desse modo, a autora salienta a intrínseca vinculação dos processos de segregação com os sujeitos sociais. A dinâmica de uma cidade seria explicada pela eclosão de conflitos e alianças que se realizam e se aprofundam através de classes e frações de classes sociais, nos âmbitos político, econômico e ideológico. Tais relações remetem também à contradições mais profundas, do ponto de vista étnico, cultural, e religioso, apontando um enorme fosso “[...] entre diferentes civilizações num mundo que se orienta pela internacionalização da economia e dos valores, como mostram todas as formas de segregação, que têm como base a intolerância de uma sociedade em relação aos valores das outras” (SPOSITO, 2013, p. 66). Nesse sentido, para vislumbrar compreender processos de segregação socioespacial, faz-se necessário responder alguns questionamentos:

[...] quem segrega para realizar seus interesses; quem a possibilita ou a favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua superação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação (SPOSITO, 2013, p. 66-7).

Dentre os processos que descrevem a trajetória da vida urbana brasileira, sobretudo aos segmentos mais pobres, apresentam-se dinâmicas diversas de diferenciação socioespacial como afastamento, segmentação, separação, ou mesmo isolamento. A complexidade da reestruturação do espaço urbano em curso se dá em função da reorientação e diversificação das escolhas locacionais, e também “[...] porque a cidade do passado permanece e, sobre ela, as novas ações se estabelecem, como porque as novas ações se combinam com outras que reafirmam a estrutura espacial pretérita” (SPOSITO, 2013, p. 78). Nesse sentido, cabe questionar quais seriam as decorrências dessa reestruturação urbana sobre as dinâmicas de segregação. Haja vista que o convívio de novas áreas residenciais para camadas médias e altas em regiões periféricas, antes predominantemente destinadas aos mais pobres, tem engendrado novas problemáticas, como as distâncias e os deslocamentos que estão se ampliando, fazendo uma cidade “[a]gora mais espalhada, mais dispersa e menos densa, a cidade multi(poli)cêntrica se evade” (SPOSITO, 2013, p. 78).

No plano do cotidiano, a metrópole se apresenta como “exterioridade”, “[...] onde a privação dos direitos funda e orienta as relações sociais atualizando a alienação no mundo moderno, no qual a consciência espacial é o outro desta produção.” (CARLOS, 2015, p. 60). Assim, o acesso diferenciado ao espaço urbano e à vida em sociedade evidenciam a segregação contemporânea, que “surge e expressa-se na vida cotidiana diante do extenso processo de privação que acompanha a realização da vida”, assinala Fani Carlos (2015, p. 60). A segregação ganharia sentido através da insatisfação das necessidades nunca atendidas; na injusta distribuição da riqueza social; no preconceito de classe; nas políticas públicas que atualizariam as desigualdades sob o discurso da inclusão; na imposição do interesse particular sobre o interesse público; e no estreitamento de espaços públicos, ou “lugares da vida em comum”. “Desse modo, as contradições do mundo moderno se esclarecem como contradições do movimento do processo de reprodução do espaço urbano.” (CARLOS, 2015, p. 60). Ante o exposto, a segregação se manifestaria de diversas formas de resistências e confrontos que vêm ocorrendo na metrópole.

3.2 O PROJETO DO VLT

O Veículo Leve sobre Trilhos Ramal Parangaba-Mucuripe integra um programa maior de implantação de linhas metroferroviárias em Fortaleza, que projeta até o ano de 2025, possuir quatro sistemas: Linha Oeste, Linha Sul, Linha Leste e Ramal Parangaba-Mucuripe. O VLT atenderá diretamente a 22 bairros, que representam mais de 500 mil habitantes, cerca de 20% da população da capital cearense (METROFOR, 2014). O ramal teria uma demanda estimada em 90 mil passageiros por dia. De acordo com a cartilha oficial, a implantação do VLT significaria um benefício na mobilidade urbana da cidade, com a diminuição de carros nas ruas e com o tempo ganho nos deslocamentos sendo destinado à família, ao lazer e ao repouso. (CEARÁ, 2013, p. 8).



Figura 12: Publicidade oficial do VLT Parangaba-Mucuripe. Fonte: CEARÁ, 2013.

O texto oficial do projeto do VLT Parangaba-Mucuripe não deixa dúvidas de que “[a] escolha de Fortaleza como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 (Fifa), evento esportivo de caráter mundial, trouxe a oportunidade da obtenção de financiamento para a implantação imediata do ramal Parangaba-Mucuripe.” (que estava inserido tanto nas obras do eixo Copa do Mundo, como no eixo Cidade Melhor do PAC 2). O VLT já figurava em planos anteriores de mobilidade urbana, conforme assinala a cartilha lançada pelo Governo do Estado do Ceará: “A ideia de um projeto para a implantação de um sistema de transporte de passageiros sobre trilhos no ramal ferroviário de carga Parangaba-Mucuripe é antiga, remonta à última década do século passado” (CEARÁ, 2013), pois a prefeitura de Fortaleza tentara junto à Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) a implantação de um sistema de ônibus adaptados sobre os trilhos. A ideia não teria ido adiante em razão da inviabilidade operacional e ao conflito de competências entre os órgãos responsáveis. Contudo, a privatização da RFFSA e a estadualização da CBTU, somado à crescente demanda por mobilidade, permitiria ao Governo do Estado viabilizar a implantação de um sistema de transporte sobre trilhos, de média capacidade, no antigo ramal de carga existente entre Parangaba e Mucuripe. Em 2003, a empresa EPTISA foi contratada para realizar os estudos para a implantação de um Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT. “A

solução proposta foi a mais adequada a ser implantada nesse ramal, pela possibilidade de migrar, no futuro, para um sistema de alta capacidade, ou seja, um equipamento metroviário.” (CARTILHA, 2013, p. 10)⁸⁶.

Iacovini (2014; 2015) questiona alguns números apresentados pelo governo estadual acerca do VLT, com destaque para a estimativa que vem divulgando a demanda de 90 mil passageiros diários, o que representaria 10% da demanda total diária de passageiros Sistema de Transportes Públicos de Fortaleza. (Sitfor). De acordo com “Estudos de Viabilidade” que considerou 16 linhas de ônibus parcialmente coincidentes, não foi alcançada a demanda indicada pelos estudos oficiais acerca do VLT; “[...] das linhas selecionadas, apenas uma possui o traçado realmente coincidente com o Ramal – a 69 Via Expressa/Lagoa – cuja demanda diária média em 2010 foi de 4.789 passageiros (dias úteis), para o percurso de 36,6 km e headway de 13 minutos (CEARÁ, 2011).” (IACOVINI, 2015, p. 281).

⁸⁶ “Na França, até o ano de 2010, dezenove cidades possuíam pelo menos uma linha de VLT ou de metrô, destacando-se Paris, Lille, Lyon, Marseille, Toulouse, Strasburgo, Bordeaux, Nantes, Montpellier, Grenoble, Saint-Etienne, Valenciennes, Rouen, Orléans, Le Mans, Clermont-Ferrand, Mulhouse e Nice. No Brasil, esse tipo de transporte é uma realidade em algumas cidades. Em Santos, São Paulo, as obras do VLT que ligará Santos a São Vicente ainda estão em andamento, em razão da mudança no traçado do projeto; houve paralisação de um trecho da obra, o que atrasou ainda mais o seu término. Já em Cuiabá, o VLT é uma obra que seria legado da Copa do Mundo 2014, no entanto, conforme os meios de comunicação, a obra se encontra parada desde 2014 em razão do atraso no repasse de verbas por parte do governo do estado. Em João Pessoa, o sistema de VLT já funciona e liga as cidades de Santa Rita a Cabedelo, passando por Bayeux e João Pessoa. No Ceará, já existe um VLT na região do Cariri que liga as cidades de Crato a Juazeiro.” (BARBOSA, 2015, p. 245).



Figura 13: Linhas coincidentes e parcialmente coincidentes com o percurso do VLT. Fonte: IACOVINI, 2014.



Figura 14: Linhas coincidentes e parcialmente coincidentes com o percurso do VLT (2). Fonte: IACOVINI, 2014.

Conforme dito, o traçado do VLT foi idealizado para aproveitar o da Via Permanente, utilizada atualmente pela Transnordestina Logística S/A. Ao longo dos 12,7 km da rota, 11,3 Km serão em superfície, apenas 1,4 km serão de trechos elevados. Estando prevista a construção de dez estações de embarque e desembarque⁸⁷, com integração com outros modais de mobilidade. Além disso, é prevista a implantação de duas linhas ferroviárias e o reposicionamento da via de carga. (CEARÁ, 2013, p. 11). O projeto previa também a reforma do corredor viário da Via Expressa, com a implantação de quatro túneis nos cruzamentos com as avenidas Santos Dumont, Padre Antônio Thomaz e Alberto Sá. Costa, Accioly e Nogueira (2015) assinalam o VLT “[...] a obra mais controversa da matriz de responsabilidades, já que sua realização envolve a retirada de parte da população em desvantagem econômica, que reside nas proximidades do percurso onde passará o veículo, em bairros nobres do setor leste da cidade.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 72). As comunidades afetadas com a implantação do equipamento corresponderiam a uma estimativa de 34 mil habitantes, de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2012)⁸⁸. “Trata-se de uma série de assentamentos de baixa renda já bastante consolidados, que permaneceram ‘protegidos’ dos interesses do mercado imobiliário devido à sua proximidade com o ramal ferroviário de transporte de cargas, ainda em operação.” (FREITAS, 2015, p. 203).

⁸⁷ Estação Parangaba (elevada), situada ao lado do terminal de ônibus, em frente à Estação do Metrô; Estação Montese, próximo à Av. Carlos Jereissati; Estação Vila União, próximo ao Aeroporto antigo; Estação Rodoviária, próximo ao Terminal Rodoviário João Tomé; Estação São João do Tauape, próximo à Igreja; Estação Pontes Vieira, próximo à Assembleia Legislativa do Ceará; Estação Antônio Sales, próximo à loja Normatel; Estação Papicu, em frente ao terminal de ônibus do Papicu; Estação Mucuripe, próximo ao Riacho Maceió Estação Iate, situada em frente ao Iate Clube, aos pés do Morro Santa Terezinha.

⁸⁸ Iacovini (2015) apresenta números consideravelmente destoantes: “De acordo com dados do Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHIS-For), (FORTALEZA, 2013), os assentamentos precários (totalmente ou parcialmente) inseridos na Faixa de Domínio da Via Férrea Parangaba/Mucuripe21 são 18, ocupam uma área de 485.542 m², abrigam uma população de 18.874 habitantes – densidade demográfica equivalente a 38.872 hab./km² – 4.719 famílias e 4.256 imóveis – média de 4,47 hab./dom. (LEHAB, 2014). Com relação especificamente ao déficit habitacional, temos: Detalhadamente, o déficit habitacional dessas comunidades se dá por: necessidade de urbanização, 6.543 unidades (100%); inadequação, 4.005 unid. (61,2%); necessidade de regularização fundiária, 2.524 unid. (38,5%); necessidade de melhorias habitacionais, 558 unidades (8,5%), coabitação, 273 UHs (7,2%) e 321 UHs (4,9%) a serem removidas para obras de urbanização (LEHAB, 2014, s/p.)” (IACOVINI, 2015, p. 284).



Figura 15: Trajeto do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe. Fonte: CEARÁ, 2013.

O Governo do Estado do Ceará editou o Decreto nº 30.263/10, declarando de utilidade pública uma área total de 381.592,87 m² do Município de Fortaleza para fins de desapropriação com vistas à instalação do VLT. Tal área corresponde às margens do trilho da extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), atualmente operado pela Transnordestina S/A. De início, estimava-se a desapropriação de 3.500 imóveis, em 2011 foi reduzido para 2.700. Entre as comunidades mais afetadas pelo VLT estão a Trilha do Senhor, Aldaci Barbosa, Dom Oscar Romero, São Vicente, João XXIII, Pio XII, Jangadeiros, Rio Pardo, Canos, Lagamar, Mucuripe, Vila União, Lauro Vieira Chaves e Caminho das Flores. A condição de irregularidade de posse do terreno por parte dos moradores dessas comunidades é utilizada para justificar o traçado do projeto, pois seria a opção de menor custo econômico, visto que o preço das desapropriações seria mais barato.

O próprio EIA/RIMA, aprovado em 2011, constatava que caso fosse executado o alinhamento de menor distanciamento entre os dois pontos, Mucuripe e Parangaba,

reduzindo a extensão total para 10,99 km, as intervenções afetariam avenidas de grande fluxo, tais como a Dom Luís, Santos Dumont, Desembargador Moreira e Padre Antônio Tomás, o que significaria valores elevados de indenizações:

Os bairros Meireles, Joaquim Távora e Aldeota apresentam concentração de imóveis residenciais verticalizados, com valores muito elevados. Afetar estes domicílios representa encarecer o projeto com altas somas de indenizações. Assim, o traçado escolhido representa a menor carga de impactância do empreendimento, devendo-se considerar que mesmo o atual traçado demanda um número significativo de desapropriações, inclusive nos terrenos da União que constituem a faixa de domínio da via férrea existente. (GEOPLAN Projetos e Construções LTDA, 2011a, v.1, tomo A, p. 3.2 apud SOUZA, L. 2013, p. 58).

Iacovini (2015) assinala que no EIA-Rima existe um reconhecimento das comunidades que habitam aquelas áreas como: “[...] apropriações indevidas da faixa de domínio da ferrovia, imagem de semiabandono e marginalidade” (CEARÁ, 2011, p. 2.3 apud IACOVINI, 2015, p. 284), e que as remoções dessas comunidades consistem no principal impacto ambiental do projeto, “[...] mas a justifica devido ao fato de elas estarem em área de “alto risco” e que, mesmo se não fossem removidas por esse projeto, teriam que ser removidas de alguma outra forma” (IACOVINI, 2015, p. 284).

Oliveira (2014, p. 124) salienta a pressão exercida pelos empreendedores imobiliários sobre os gestores públicos para que esses atuem na retirada das habitações de pessoas de baixa renda localizadas em áreas consideradas de alta especulação imobiliária, visando facilitar a valorização de imóveis dessas regiões. Romeiro e Frota (2015) apontam que além dos impactos negativos advindos da quebra de vínculos sociais dos moradores, tal procedimento adotado pelo Governo do Ceará vai de encontro às diretrizes da Política Urbana no que tange o direito à regularização fundiária e urbanização dos assentamentos irregulares de baixa renda, e ao que está previsto na Lei Orgânica do Município de Fortaleza:

[...] Art. 149 – A política de desenvolvimento urbano, a ser executada pelo Município, assegurará:
I – a urbanização e a regularização fundiária das áreas, onde esteja situada a população favelada e de baixa renda, sem remoção dos moradores salvo:
a) em área de risco, tende neste caso o Governo Municipal a obrigação de assentar a respectiva população no próprio bairro ou nas adjacências, em condições de moradia digna, sem ônus para os removidos e com prazos acordados entre a população e a administração municipal;

b) nos casos em que a remoção seja imprescindível para a reurbanização, mediante consulta obrigatória e acordo de pelo menos dois terços da população atingida, assegurando o reassentamento no mesmo bairro; [...]

A transposição dessa linha “[...] é bastante interessante à agenda do mercado imobiliário, assim como aos atuais moradores da zona leste, com perfil de renda mais alto que a média da cidade” (FREITAS, 2015, p. 198). Freitas (2015) reconhece a pertinência do objetivo de interligar a zona turística ao aeroporto e ao estádio em função da dinâmica do megaevento, mas indaga tamanho investimento público perante outras necessidades em termos de mobilidade urbana da maior parte dos moradores da capital cearense. Além disso, reitera que os investimentos beneficiaram áreas historicamente privilegiadas e consolidaram novas frentes do capital imobiliário, ameaçando a permanência de moradores de baixa renda nessas regiões, sobretudo os de posse irregular da terra e as famílias moradoras de aluguel.

3.3 AS COMUNIDADES DO TRILHO

A ocupação das áreas que hoje correspondem às comunidades do trilho remete às décadas de 1950 e 60, período de crescimento vertiginoso da população fortalezense em função das migrações causadas pela seca. A construção, em 1941, da linha férrea que interligava o Farol do Mucuripe ao distrito de Parangaba (atualmente bairro de Fortaleza), atraiu a população pauperizada a ocupar, com habitações feitas de taipa e cobertas com lonas, as margens do trilho, áreas desprovidas de infraestrutura urbana e serviços públicos (IMPRESSÕES, 2012, p. 16). De acordo com o estudo sociológico realizado pela Defensoria Pública da União, “[...] é possível estimar, então, que o adensamento populacional nas áreas tenha começado em 1957, apesar de alguns moradores terem chegado em 1946 e 1948, segundo relatos.” (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013, p. 14 apud OLIVEIRA, 2014, p. 177). As comunidades apresentam características semelhantes, surgiram há mais de cinco décadas através da ocupação do local por imigrantes de diferentes regiões do interior do Ceará. As áreas esquecidas pelo Poder Público e pelo capital imobiliário no “final da cidade”, conforme assinalam os antigos

moradores, constituiu-se como alternativa de habitação para um vasto segmento de famílias pobres:

Minha mãe chegou aqui em [19]62, quando ela chegou aqui na comunidade, em 62, era uma casa dela aqui, que era um barracozinho feito de vara mesmo, com barro, né! Bem rústico mesmo. E tinha outras casinhas lá na frente, outras mais lá na frente. A maioria que começou era só terreno baldio, e o pessoal fazia... era só mato e o pessoal derrubava o mato e fazia campo de futebol. Então eram vários campos de futebol que tinha, né! Então o pessoal foi chegando e foi se alocando por detrás das traves dos campos [...] e foi fazendo 'nas lateral', e depois tava fazendo dentro dos campos e acabou tomando tudo. (Morador I., 47 anos, comunidade Lauro Vieira Chaves).

A omissão do Poder Público perante a ocupação irregular nas margens dos trilhos da RFFSA propiciou um considerável adensamento nessas áreas. E no caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, além dos trilhos, convive também com o aeroporto nos arredores. Um morador dessa comunidade que teve sua casa removida, destaca um problema generalizado nesses assentamentos precários, a insegurança jurídica dos moradores em relação à posse dos seus imóveis diante das ameaças de desapropriação:

Fizeram o aeroporto aqui mesmo e delimitaram uma cerca, aí: “daqui pra dentro, ninguém pode passar porque é área militar [...]” Antes era uma cerca, depois foram tirando essa cerca e fizeram um muro, que ainda tem um muro com os arames, igual como é no exército, né! Aí eles diziam que não podia passar pra lá, mas que pro lado de cá não tinha nada, o bloco de cá não tinha dono. Daí porque as pessoas foram ocupando e fazendo suas casas encostadas, ‘tudim’ encostada. Aí, hoje o Estado diz que é da União. Se a terra é da União porque que não cercou? Se era da União, por que que o aeroporto não veio até aqui e fez? [...] E só fez até ali e disse que daquele ponto, daí pra dentro, ninguém podia passar. Mas que pra fora, nunca ligaram pra cá. Daí as casas foram sendo feitas, foram sendo construídas e nunca houve problema com prefeitura, com governo, com Infraero, com ninguém. E hoje diz que não pode ficar as casas por causa da segurança aeroportuária. (MORADOR I. COMUNIDADE LAURO VIEIRA CHAVES).

No Mucuriipe, comunidade atingida mais próxima à orla marítima, localizada exatamente na região portuária, uma das moradoras atingidas com remoção parcial da sua casa, salienta o longo período que a comunidade está assentada na beira do trilho: “aqui o pessoal tá... há mais de 70 anos, desde que o cais se instalou aí, que o pessoal começaram... pescador, estivador, quer dizer, muita gente... eu mesma já tô aqui há mais de 60 anos” (Moradora “G”, comunidade do Mucuriipe). Ela também ressalta que muitas

famílias detém a posse regularizada de seus imóveis, “muita gente tem o papel das suas casas, né! Eu dei entrada por usucapião há uns anos atrás, já tá se resolvendo”. Entretanto, os moradores convivem há tempos com a indefinição do Poder Público em relação à extensão da área exclusiva do trilho. Ela relata alguns episódios em que o espaço da via-férrea foi alterado:

Aqui, em 1982, era RFFSA, que a RFFSA mudou pra Transnordestina, hoje, né! Então, eles vieram e vedaram o que era da RFFSA, certo! Então eles pegaram esses que eram os 14 metros deles, né! É porque... tinha esse muro que acompanha nossas casas e tinha o muro lá... acompanhando a Via Expressa aqui atrás. Quer dizer, aquela área ali foi vedada. Era deles, entendeu? Aí, vem o governo do estado dizer que era 22 metros, aí ele não viu que já tava entrando em área particular [...] Isso aqui tinha uma vedação, e esse lado aqui, depois do muro deles, não era deles, tá entendendo? Não era área de RFFSA – eu fui atrás! [da informação], não era área de prefeitura, não pertence à prefeitura, não pertence ao estado, não pertence à União. Pertence aos seus moradores (Moradora G. – Comunidade do Mucuripe).

O VLT não foi a primeira intervenção que pressionou a retirada dessas comunidades. Ao longo das últimas décadas, essas regiões ficaram mais adensadas e valorizadas, tornando-se alvo de intervenções públicas e conseqüentemente da cobiça do mercado imobiliário. “Onde meus pais moravam, há 23 anos, aconteceu a primeira desapropriação que era pra construção da Avenida Jangadeiro [...] Há 15 anos teve pra Via Expressa, também teve gente [atingida por remoção], né! Foi forçado. Teve resistência, mas, mesmo assim, acabaram saindo” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor). Um morador da comunidade Lauro Vieira Chaves relata algumas diferenças entre processos de remoções ocorridos no passado com o do VLT:

Eu era pequeno ainda e já havia esse processo de remoção. O pessoal chegava na casa da gente, eu ainda me lembro eu deitado lá na rede, lá na sala, e quando o pessoal chegava, ‘tudim’ com a prancheta, dizendo que ia ter a remoção pra ser feito uma avenida, e que nessa remoção as casas iam ter que ser retiradas, e daí anotava tudo. Naquele tempo, não tinha como tirar foto, então era tudo anotado na prancheta, o tipo de caibro, o tipo de ripa, o tipo de telha, o piso, as paredes. Tudo era anotado, só que assim, levavam o projeto, levavam isso tudo anotado e não voltavam mais. E houve umas três vezes nesse modo, nesse modelo, né! Desse jeito aí, com intercalação de anos. E quando voltaram agora, depois de anos também, voltaram e quando voltaram tudo modernizado, já vinha com impressora dentro do carro, ligado na bateria... e já com máquina tirando foto das casas tudinho de piso, do telhado, de tudo (MORADOR I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

Romeiro e Frota (2015, p. 95) ressaltam que, embora a maioria dos domicílios seja habitada pelo proprietário ou “posseiro”, a presença de moradores locatários nessas comunidades é bastante significativa, com muitos residindo na mesma casa alugada há bastante tempo. Conforme mostra o depoimento da Moradora L., da comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII: “Aqui era uma comunidade de gente que já tá... mais de 70, 50 anos... eu já tô há mais de 30 aqui, morando de aluguel, e tem muita gente que tem suas casas aqui, e tem outras partes que é de político, que foi alugada.”⁸⁹ Ela afirma que quando foi morar na comunidade, na década de 1980, a maioria dos imóveis da região pertenciam a um político, o que não significava necessariamente a presença de serviços públicos básicos:

Eu vivo aqui desde 83... desde 1983. Quando eu cheguei aqui, era uma ‘comunidadezinha’. Já tinha gente há muitos anos, né? Que quando foram chegando era tipo assim... um terreno. Talvez político tomou de conta, não sei, né? Eles dizem que é deles, né! Político da família de Jorge Vieira. E as pessoas mais antigas, de antes de eu chegar aqui, contam que foi chegando, que foi comprando seu pedacinho de terra, e foi levantando, plantando suas casas, né! Comprando de Jorge Vieira. Ele disse que isso aqui era um sítio grande, até não sei aonde, até a altura da [Avenida] Antônio Sales, era dele. É porque esses políticos e esses grandes empresários conseguem muitas terras, né, do nada! Aí, foram formando a comunidade... aqui nunca teve ajuda de Poder Público, nunca teve ajuda nem prefeitura, nem de estado. A única coisa próxima que foi feita por eles foi essa escolinha que você viu [do outro lado do trilho], eu não lembro quantos anos faz, mas foi depois que abriram a avenida [expressa] [...] Tem tudo, não que foi dado, beneficiado pelo poder público. Tem a creche, que foi ‘plantada’ pelos próprios moradores, com ajuda da pastoral da Igreja. A gente tinha... tinha porque agora não tem mais, tá fechado, a casa da pastoral, que a gente fazia reunião. Muitas vezes eu cheguei a fazer reunião lá. Tem a capelinha também que foi feita pelos próprios moradores. Água, saneamento básico, só tem até essa rua mais larga, essas pra cá não tinha. A gente que foi atrás, os próprios moradores que foram atrás de fazer abaixo assinado, de ir atrás de Cagece, porque não tinha Cagece. (Moradora “L”, comunidade Pau Pelado).

Caso semelhante ocorrera na comunidade Trilha do Senhor, duas entrevistadas relataram os conflitos entre os antigos moradores com pessoas que se reivindicavam proprietárias dos terrenos da região. “Essa não é minha primeira resistência, não! Hoje, essa pra mim é ‘nenê’, porque se minha casa ainda fosse de taipa, vocês iam ver marca de bala do Patriolino Ribeiro. E eu aguentei, permaneci e continuo.” (Moradora MC, da comunidade Trilha do Senhor). Outra moradora faz menção à luta pela construção da Capela na comunidade, local onde até hoje ocorrem reuniões da comunidade:

⁸⁹ Entrevista realizada em 1/07/2016.

As comunidades aqui já eram organizadas há mais de 30 anos, porque a gente já se conhece, né! Essa capela [onde ocorria a reunião], é um grande exemplo [...] Aqui foi uma luta grande, porque o pessoal do Patrolino Ribeiro, eles se sentem dono de um bocado de espaço por aqui, né! Aí esse espaço onde é a capela, era um terreno. O pessoal já vinha se preparando pra erguer a capela, aí eles queriam tomar. Já faz 28 anos isso. Então o pessoal já vem esperto já um bom tempo. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Conforme mencionado acima pela entrevistada, os conflitos acabaram por gerar maior proximidade entre os moradores e valorização de sua moradia. Algumas comunidades possuíam forte presença de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), permanecendo certo laço de trabalho comunitário entre os moradores mais antigos. A moradora da comunidade do Lagamar ressalta a história dessa comunidade, que sofrera inúmeras tentativas de remoção ao longo das últimas décadas, como um dos principais elementos de resistência dos moradores. “Foi uma comunidade que conseguiu o direito de ter aquela terra com muito sangue, tipo... muita gente morreu pra garantir que hoje eu tivesse uma casa no Lagamar. Então as pessoas não abrem mão dessa história” (moradora A, comunidade do Lagamar). Ela também comenta que muitos moradores sofreram remoção parcial dos seus imóveis com as recentes obras, seja do VLT ou do BRT, optaram por permanecer na comunidade se adaptando com o remanescente de terreno não desapropriado: “eles não abriram mão, estão reconstruindo o seu quitinetezinho, mas eles querem ficar, porque eles tem apego aquilo, né!” (moradora A, comunidade do Lagamar).

Vale destacar a participação da “ala progressista” da Igreja Católica, desde meados da década de 1960, na organização de movimentos populares através das CEBs, que passaram a atuar de forma cada vez mais política, influenciando decisivamente os setores populares (MACHADO, 1995). Ana Maria Doimo (1995) ressalta que a Igreja, junto a setores da intelectualidade e da esquerda, teve um papel importantíssimo na construção da ideia de “povo como sujeito de sua própria história”:

[...] o ecumenismo, particularmente aquele perfil secular ligado à ética do compromisso social; segmentos da intelectualidade acadêmica, principalmente os que fundaram centros independentes de pesquisa em resposta ao expurgo das universidades, impetrado pelo regime militar; e agrupamentos de esquerda, então dilacerados pela ditadura e tão logo desencantados com as fórmulas violentas de ação transformadora (DOIMO, 1995, p. 75).

A autora destaca a emergência do interesse de muitos pesquisadores, entre as décadas de 1970 e 1980, pelos chamados “movimentos sociais populares”. A maioria das análises destacava o surgimento de novos sujeitos coletivos, “[...] com decidida autonomia e independência, para varrer a cultura política autoritária, inclusive o Estado, e para transformar as relações de produção e de espoliação urbana” (DOIMO 1995, p. 29). Cumpre também ressaltar a apropriação do termo “comunidade” pelos programas oficiais desde então. Esta operação está inserida numa estratégia para identificar tais programas com o simbolismo conferido ao termo entre as classes populares, significando uma forma de solidariedade agregadora de interesses comuns. Para Gohn (1991, p. 14), a força desta ideia está assentada na atuação das CEB’s. Os movimentos articulados pela própria sociedade civil utilizavam o termo comunidade para imprimir sentido a uma nova cultura política, fundamentada em um novo tipo de cidadania, centrada na conquista de *direitos*. Apesar das diferenças entre essas entidades “comunitárias” e os movimentos populares críticos, alguns daqueles programas vieram a gerar mobilizações populares, a depender da área em que se inseriam e do grau de politização de lideranças e entidades presentes na sua dinâmica (GOHN, 1991, p. 14).

Destaca-se também a forte presença das igrejas evangélicas no interior das comunidades, crescimento registrado nas últimas décadas. No caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, as primeiras reuniões dos moradores ameaçados de remoção ocorreram dentro do salão de uma igreja Assembleia de Deus.

O VLT, no seu projeto original, em determinados trechos, previa desvios controversos aos critérios técnicos, pois causavam maiores impactos e desapropriações. Na Ação Civil Pública movida pela Defensoria Pública⁹⁰ são apontados tais aspectos⁹¹. Entre os pontos questionados no projeto, estavam a largura da Faixa de Domínio – de 16 a 23

⁹⁰ MEDEIROS, Rodrigo; PACHECO, Tânia. “CEARÁ – Defensores Públicos defendem 5.000 famílias do VLT e da especulação imobiliária”. TERRA DE DIREITOS. 02/12/11. (Sítio Eletrônico).

⁹¹ “Na ACP, a Defensoria Pública manifesta sua estranheza quanto ao trajeto previsto para o VLT no EIA/RIMA, pois em vários trechos a linha que o governo pretende construir desvia de grandes empresas privadas e/ou de terrenos vazios, mas atinge comunidades inteiras. São citadas como exemplos a Comunidade Lauro Vieira Chaves, localizada no Bairro Montese, com 203 famílias (mais de 800 pessoas), e a Comunidade Aldacir Barbosa. No caso da Comunidade Lauro Vieira Chaves, o trajeto do VLT desvia do traçado da linha férrea RFFSA, que vem sendo seu parâmetro, e faz uma curva acentuada para atingir toda a comunidade. Como se a curva desnecessária não bastasse, é notória a existência de um extenso terreno descampado, por onde a obra deveria passar se seguisse seu traçado normal da obra. E isso preservaria os moradores, como determina a Constituição do Município.” (apud OLIVEIRA, 2014, p. 128).

metros –, e a localização das estações e dos trilhos. A comunidade Aldaci Barbosa, localizada no bairro de Fátima, cujo m² do solo figura entre os mais caros da cidade, seria uma das mais atingidas, pois tanto os trilhos, como a Estação Rodoviária estavam projetados para serem construídos justamente no local da comunidade, apesar da existência de terrenos vazios na região, além de uma extensa área ocupada pela empresa Dafonte Veículos, concessionária da empresa Chevrolet. Caso semelhante ao da comunidade Lauro Vieira Chaves, localizada entre os bairros Montese e Vila União, ocupando uma área de 3,2 ha com aproximadamente 450 edificações, dessas, 203 estavam previstas de serem demolidas para dar lugar ao VLT.

Entre os moradores entrevistados, é generalizada a opinião de que desde o início, o processo de implantação do VLT não contou com a participação da população diretamente afetada.

Foi um projeto que foi elaborado sem a participação das comunidades, dos movimentos, né?! E até lá a gente não sabia nem o que ‘tava’ se passando, quando a gente recebeu a notícia em 2010. [...] Porque todo o processo era pra ter tido uma reunião com a comunidade, com o pessoal, com ‘os morador’ pra dizer o que era, pra gente ter as nossas opiniões. E aí depois ser elaborado o projeto, ter feito as unidades habitacionais, né? E as pessoas ter ido ‘pras’ suas unidades habitacionais, e aí derrubar! Não fazer o que eles fizeram. [...] Eles fizeram ao contrário, primeiro vieram fazer medição, tirar foto, dar valor, pra depois dizer o que era que ia fazer. (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Os moradores se queixavam da ausência de reuniões do Governo com as comunidades para orientar sobre o projeto e os imóveis afetados, a maioria tomou conhecimento da possível desapropriação e remoção de seu imóvel através da imprensa ou quando funcionários das empresas terceirizadas faziam marcações nas suas casas, sem fornecerem qualquer informação precisa aos moradores.

A visita de uma empresa [...] que veio de casa em casa fazendo levantamento, tirando foto e pedindo documentação. E a gente ficou assim meio atônito porque não sabia o que era. A gente perguntou qual era o procedimento que ‘tava’ sendo feito, e eles disseram que era uma obra de mobilidade urbana que ia acontecer na cidade, e que depois a gente ia saber porque ia ter uma reunião posterior pra dizer tudo isso aí, né! (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

No caso da comunidade Lauro Vieira Chaves foram relatados alguns estratagemas para coletar as informações dos moradores. De início, agentes visitaram alguns domicílios informando que era um cadastro da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) referente a uma obra de mobilidade urbana, sem maiores detalhes acerca da finalidade daquele cadastro. Essas visitas geraram temor entre os moradores em razão da possibilidade de retirada de suas casas. Qualquer tipo de presença estranha na localidade era vista com desconfiança, “a gente ficou com medo de todo esse tipo de pesquisa, porque a gente sempre achou que era o governo”. O entrevistado relata que foram utilizados vários artifícios para realizar o cadastro social da comunidade:

Gente infiltrada que tava fazendo pesquisa de bujão de gás, pesquisa de ibope, de pesquisa de ‘não sei o quê’, mas tudo pra poder colher ‘as informação’. Porque teve uma época aqui que um pessoal chegou aqui pra fazer pesquisa de mangueira de gás, na época tava vendendo umas mangueiras de gás e tal... [...] e aí nessa pesquisa perguntava quantas pessoas tinha na casa, se tinha criança, se tinha deficiente, se tinha idoso. Se estudava perto, se trabalhava perto. Então pra quê uma pesquisa de gás ter esse tipo de coisa?

De acordo com o morador, as famílias só foram informadas acerca da desapropriação e remoção de seus imóveis quando foi convocada uma reunião na sede da própria CAGECE, ainda assim, não se tratara de uma comunicação oficial:

Quando a gente soube, isso em julho.... 16 de julho de 2010, quando houve uma convocação no auditório de um órgão público daqui chamado CAGECE, que é companhia de água e esgoto, é... a gente foi convocado. [...] Foi convocado todas as famílias – uma turma de manhã, uma turma de tarde –, aí quando a gente veio descobrir que todo aquele processo que tava sendo feito de entrega de documentação, e foto que tava sendo tirado era pra ser removido pela obra do VLT. [...] Antes, eles [supostos agentes da CAGECE] pediram os documentos e nessa data é que veio dizer que aquela documentação que foi pedida, era pra ser feito um cadastro das residências que ia ser retirado, né! [...]

O caso da comunidade do Lagamar vale a pena ser destacado. Em 18 de março de 2010, essa comunidade foi incluída como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) de favela⁹², cabendo ao Poder Público assegurar o direito à moradia adequada, através de regularização fundiária e urbanística.

No começo de 2010, em fevereiro ou março, a gente conseguiu entrar como uma ZEIS, mas até aí não tinha nada garantido, porque é um processo novo em Fortaleza, existiam outras comunidades querendo se tornar ZEIS, mas não tinha um roteiro... não tinha, assim, um espelho... a quem recorrer, como ver, quais

⁹² Lei Complementar 076.

eram os passos [...] Mas, como já tínhamos nos tornado ZEIS, com decreto publicado, e tal... era o único instrumento que a gente podia dizer: olha, aqui vocês não podem fazer de qualquer jeito, vocês tem que consultar o povo, tem que negociar com o povo direito. (Moradora A, comunidade Lagamar).

O Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR)⁹³ aprovado em 2009, estabeleceu a constituição de Conselhos Gestores nas ZEIS, formado por representantes dos moradores e da Administração Municipal. O Lagamar foi a primeira ZEIS a instituir seu conselho gestor, em 2011. Contudo, os moradores não garantiram totalmente a segurança jurídica de posse do terreno, pois o 5º artigo da lei que instituiu a ZEIS do Lagamar deixava sua regulamentação subordinada à possíveis projetos de infraestrutura referentes a Copa 2014 (PEQUENO, 2015, p. 44). Desse modo, tais instrumentos não refrearam prontamente as remoções relativas ao VLT, e os moradores do Lagamar sofreram as mesmas ameaças vivenciadas pelos moradores de comunidades que não eram ZEIS. Além disso, a proposta de indenizar apenas as “benfeitorias” nos imóveis, sem considerar o valor do terreno, revoltou os moradores.

No Lagamar... como terreno de ocupação, como a maioria da Parangaba ao Mucuripe, eles queriam nos indenizar só pelas paredes, não queriam dar o dinheiro do chão, né. E, aí, nós estamos ali num local central de Fortaleza, que tem livre acesso pra qualquer lugar da cidade, é um lugar muito centralizado, onde a gente tem acesso, mesmo que precariamente, tem acesso aos serviços públicos. Posto de saúde, escola, tudo tem ali ao redor, não precisa que a gente caminhe mais de 1 Km pra chegar, a gente caminha poucas quadras e chega em tudo isso. [...] (Moradora A, comunidade Lagamar).

3.4 AS VIOLAÇÕES NA APROVAÇÃO DO EIA-RIMA DO VLT.

Após firmada a matriz de responsabilidades⁹⁴, em 13 de janeiro de 2010, foi dado início às intervenções urbanísticas referentes à Copa do Mundo Fifa 2014, entre elas, o Veículo Leve sobre Trilhos Ramal Parangaba-Mucuripe. O Estado do Ceará solicitou a concessão de licença prévia para as obras do VLT junto à Superintendência Estadual do

⁹³ Lei Complementar nº62/2009.

⁹⁴ Na matriz de responsabilidades ficou determinado que ao Governo Federal caberia custear e executar as intervenções nos aeroportos, incluindo terminais de passageiros, pista, pátios; e nos portos, construindo terminais para turistas. Ao Estado do Ceará e ao Município de Fortaleza caberiam o custeio e a execução das intervenções urbanas referentes a mobilidade urbana, estádios e ao entorno de aeroportos e portos.

Meio Ambiente (SEMACE), que expediu o termo de referência (nº 681/2010), em 02 de agosto de 2010, para a produção do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA) da obra. A versão inicial do EIA-RIMA, que ficou sob a responsabilidade da empresa GEOPLAN Projetos e Construções Ltda, foi concluída e entregue à SEMACE em maio de 2011. Ministério Público Federal – MPF, Defensoria Pública da União – DPU e Defensoria Pública do Estado – DPE solicitaram o documento, mas não obtiveram acesso de imediato. O documento contendo mais de seiscentas páginas de informações técnicas foi enviado à DPU com apenas uma semana de antecedência da realização da audiência pública, ocorrida em 20 de julho de 2011, para a apresentação do projeto às comunidades⁹⁵ (SOUZA, L., 2013, p. 74).

Conforme o Relatório (GEOPLAN, 2011. 10.3), a implantação do VLT no ramal Parangaba-Mucuripe beneficiaria a todos, sobretudo à camada mais carente da população, pois asseguraria ao usuário de transporte público o acesso a serviços básicos, tais como educação, lazer, saúde e emprego, com uma tarifa de baixo custo, garantindo a mobilidade urbana. Contudo, “os efeitos adversos do empreendimento recairão principalmente sobre a população a ser desapropriada, cerca de 3.500 famílias” (GEOPLAN, 2011. 10.3). O documento ressalta que tal estimativa foi realizada antes da conclusão do “cadastramento socioeconômico”. Souza (2013, p. 68) assinala que para o estudo foram cadastrados moradores de apenas 11 (onze) bairros atingidos pelo VLT: Aldeota, Aeroporto, Dionísio Torres, Montese, Mucuripe, Papicu, Parangaba, São João do Tauape, Varjota, Vicente Pinzón, Vila União. Deixando de fora os bairros Itaoca, Cocó, Parque Parreão, Aerolândia, Fátima e Alto da Balança. De acordo com os dados levantados pelo relatório,

[...] destaca-se como se mostra a relação desses moradores com o local e com o seu imóvel. Sobressai-se as pessoas que residem no bairro há mais de trinta anos que representou índice de 32,92%. Dentre o principal motivo para residirem nesse local foi o de ficar mais próximo a seus familiares (27,18%) e em seguida relatou-se que esse lugar está próximo de tudo (20,95%). Essas foram as duas principais respostas, como também obtiveram os maiores índices e pode-se destacar ainda que 89,03% responderam que gostam do local, enquanto 10,97% responderam não gostar da moradia nesse lugar (...).

Quanto a infraestrutura, 89,89% dispõem de energia elétrica fornecida pela COELCE e 9,88% têm energia retirada por gambiarras da mesma rede. Quanto ao abastecimento de água, 87,79% dos domicílios dispõem de água fornecida

⁹⁵ De acordo com o art. 2º, §1º, da Resolução nº 009/87, do CONAMA, o prazo considerado razoável para que o estudo esteja acessível, e que a sociedade possa participar efetivamente é de no mínimo 45 dias.

pela concessionária, sendo o percentual de ligações clandestinas de 8,43%. A maioria dos imóveis têm ligação de esgotos com a rede pública (64,83%), mas 26,45% ainda eliminam dejetos através do sistema de fossa.

Os resíduos sólidos são eliminados através do carro de coleta, 62,75%, enquanto 30,06% é jogado no colete (...).

Cerca de 71,6% da população entrevistada relatou que as pessoas da comunidade se conhecem e convivem bem umas com as outras (...).

No tocante ao tratamento de saúde disponibilizado nesses bairros verificou-se (...) que o atendimento prioritário é na rede pública (78,8%), vindo logo em seguida o atendimento pela rede particular (10,2%), e em terceiro lugar o atendimento pela agente de saúde com uma visita quinzenal (8,0%) (...).

Esses atendimentos acontecem regularmente segundo os moradores na própria comunidade/bairro, sendo esta a resposta que atingiu o maior índice que foi de 66,3%, as outras duas são as seguintes: em bairro próximo (20,2%) e em bairro distante (13,5%). (GEOPLAN PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, 2011b, apud SOUZA, L. 2013, p. 69).

Na Audiência Pública para apresentação e discussão do EIA/RIMA, realizada em 20 de julho de 2011 no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, moradores de diversas comunidades atingidas pelo VLT estiveram presentes, além de membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, e representantes da Secretaria de Infraestrutura do Estado, do Metrô de Fortaleza (Metrofor), da Secretaria Especial da Copa e da Procuradoria-Geral do Estado (ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 80). As principais críticas e questionamentos giravam em torno das desapropriações e dos valores atribuídos aos imóveis, além da desinformação e ausência de diálogo prévio. Os moradores, por meio de abaixo-assinado com mais de 50 assinaturas, solicitaram a realização de uma nova audiência.

No mesmo dia da audiência, o Ministério Público Federal do Ceará ajuizou ação civil pública solicitando ao Governo do Estado “[...] a imediata suspensão de qualquer ato de desapropriação, com isso, incluem a avaliação de imóveis, o levantamento de valores de indenizações, realização de acordos administrativos, além de pagamentos agendados”, até a conclusão do licenciamento ambiental, dado que este consiste em um procedimento administrativo complexo, que comporta a realização de estudos de impacto ambiental, estudos de alternativas e avaliação de impactos. No texto, o MP também apontou irregularidades, como a oferta de indenizações consideradas irrisórias para as comunidades⁹⁶. Ademais, o Ministério Público Federal notificou a SEMACE para que

⁹⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. “Ação aponta irregularidades na execução da obra do VLT para a Copa do Mundo 2014”. 2011.

exigisse do Estado do Ceará, através da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), a complementação do EIA/RIMA em seis itens:

- I – alternativas locais de traçado e de definição das estações;
- II – alternativas tecnológicas existentes, confrontando o projeto VLT com outros projetos (VLT, VLP etc);
- III – complementação do cadastro socioeconômico realizado, avaliando todas as comunidades impactadas, com a especificação da quantidade de pessoas que atualmente trabalham na área de intervenção do projeto, do número de crianças que estudam em escolas localizadas na área de intervenção e as despesas que as famílias realizam, por mês, com o transporte para trabalho e lazer;
- IV – **medidas mitigadoras dos impactos sociais, considerado que somente a indenização é mencionada como medida mitigadora para as comunidades afetadas;**
- V – apresentação do projeto habitacional para reassentamento das famílias impactadas, conforme determina o Plano Diretor Participativo de Fortaleza;
- VI – apresentação da Análise de Orientação Prévia (AOP), pelo Município de Fortaleza, para validar a anuência já concedida. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2011 apud ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 81 [grifo nosso]).

A SEMACE requisitou os estudos complementares à SEINFRA⁹⁷, contudo, recusou-se a divulgar a nova versão do estudo, o órgão ambiental também negou o pedido dos moradores atingidos de realizar nova audiência antes da concessão da Licença Prévia. Desse modo, sem que as comunidades e as autoridades competentes conhecessem sua última versão, o EIA/RIMA VLT Ramal Parangaba Mucuripe seguiu para o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA (SOUZA, L., 2013, p. 75).

O Comitê Popular da Copa de Fortaleza elaborou um parecer técnico e apresentou aos conselheiros do COEMA, apontando as seguintes irregularidades no projeto: desrespeito com as normas de proteção ao direito à moradia; ausência de alternativas locais para a linha férrea e estações; ausência de alternativas tecnológicas; abusos contra moradores no processo de cadastramento socioeconômico; baixos valores das indenizações; ausência de participação da população atingida; ausência de alternativa para reassentamento da população. O parecer do Comitê Popular indicava a deficiência de informações relevantes acerca do perfil das famílias atingidas, dificultando uma averiguação mais precisa dos impactos da obra, também destacava que os critérios utilizados na definição do traçado e da localização das estações eram discriminatórios e excludentes, pois visavam principalmente o menor custo com as indenizações. O Núcleo

⁹⁷ Conforme o Ofício nº 6306/2011/GS/DICOP – GECON (anexo nº 4).

de Assessoria Jurídica Comunitária da UFC (NAJUC) também lançou nota apontando tais irregularidades no conteúdo do EIA/RIMA do VLT⁹⁸.

Cumprе ressaltar que o Tribunal de Contas da União – TCU produziu um relatório de fiscalização apontando vários problemas no projeto:

- Falta de Alternativas Locacionais e Tecnológicas para o Projeto;
- Indefinição do número de linhas de ônibus a serem desativadas na fase de operação do VLT, acarretando em impossibilidade de determinação dos Impactos Ambientais;
- Falta de elementos comprobatórios da Redução de Ruídos no Ambiente após o início da operação do VLT;
- Falta de elementos comprobatórios da Diminuição do Tempo de Viagem após o início da operação do VLT;
- Falta de elementos comprobatórios da Redução da Emissão de Gases após o início da operação do VLT;
- Falta de elementos comprobatórios da Diminuição do Número de Passageiros de Ônibus após o início da operação do VLT;
- Erro na definição dos limites de Faixa Marginal em Área de Preservação Permanente – APP's;
- Falta de análise dos impactos ambientais em Macrozonas de Proteção Ambiental;
- Falta de análise dos impactos ambientais em Macrozonas de Ocupação Urbana;
- Falta de análise dos impactos ambientais em Zonas Especiais;
- Ausência de Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV;
- Ausência de Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC;
- Erro na Avaliação de Riscos e no enquadramento na Tabela de Frequência de Risco;
- Erro no enquadramento da Tabela de Severidade do Risco [...] (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2011).

Na mesma semana em que rejeitaram a ação do MPF, foi anunciada a reunião do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) que teria como pauta o licenciamento ambiental do VLT. Muitos moradores das comunidades atingidas tentaram denunciar as

⁹⁸ “Ausência de estudos de alternativas de traçado da obra; Ausência de análise comparativa entre alternativas técnicas e locacionais; Mudança do trajeto no entorno do Aeroporto Pinto Martins, atingindo famílias que não seriam impactadas pela obra no traçado original (o EIA/RIMA não apresenta justificativa para a escolha de mudança de traçado); Localização da Estação do Mucuripe e da Estação Rodoviária – Borges de Melo em áreas atualmente ocupadas por moradias populares: essas localizações, porém, não são confrontadas com as alternativas de construir as estações sobre terrenos vazios próximos; Ausência do estudo de alternativas tecnológicas, como o VLT elétrico com faixa parcialmente exclusiva; o BRT (Bus Rapid Transit – Corredor de linha exclusiva rápida para Ônibus) e o VLP (Veículo Leve sobre Pneus); Ausência de legislação sobre moradia, bem sobre o qual recai o maior impacto da obra; Ausência de informações como: quantidade de pessoas que atualmente trabalham na área de intervenção do projeto, quantidade de crianças que estudam em escolas localizadas na área de intervenção do projeto, despesa familiar mensal com transporte; Ausência de projeto habitacional para as famílias que podem ser removidas” (NAJUC, 2011 apud JUSTA, 2012).

irregularidades do projeto e evitar a votação da Licença Prévia. Todavia, poucos conseguiram entrar no local da reunião do COEMA, restando protestar ao lado de fora. Defensores Públicos da União e do Estado do Ceará e alguns moradores solicitaram que a votação da Licença Prévia do VLT fosse retirada da pauta, sem sucesso (SOUZA, L., 2013, p. 75).

O EIA/RIMA foi apreciado pelo COEMA sem adequada avaliação e aperfeiçoamento advindos do debate público. Embora as objeções levantadas por entidades e autoridades públicas, o COEMA aprovou, no dia 01 de setembro de 2011, os estudos sobre os impactos da implantação do VLT Ramal Parangaba-Mucuripe, conforme registrado em matéria do site oficial da Superintendência Estadual do Meio Ambiente de Fortaleza (SEMACE, 2011):

Com 17 votos favoráveis e seis abstenções o Conselho Estadual do Meio Ambiente – Coema – aprovou, nesta manhã, em concorrida sessão que deu voz à comunidade presente, no auditório da Procuradoria-Geral do Estado, o parecer técnico da Semace referente ao projeto Veículo Leve sobre Trilhos – VLT trecho de Parangaba ao Mucuripe.

O presidente do Conpam [Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente], Paulo Henrique Lustosa, que presidiu a sessão, explicou que com esse resultado, a Semace concede a Licença Prévia para o empreendimento. Ou seja, agora, é que vai começar a etapa de avaliação das condicionantes para a implantação do projeto. “Dará início a fase do detalhamento. A comunidade deve ser buscada para definir a questão da nova localização, o valor da indenização entre outras questões que serão tratadas com transparência”, assegura o presidente do Conpam. Foi inclusive criada uma comissão técnica para acompanhar a elaboração e implementação do Plano de Remoção, auxiliando tanto o empreendedor quanto à comunidade.

Ao ser questionado sobre a legalidade jurídica da Semace, pelo defensor público da União, Dinarte da Páscoa, ao conceder licença numa obra que é em Fortaleza e que deveria ser atribuição do município, Paulo Henrique Lustosa justificou que foi firmado um termo de cooperação técnica entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal, no qual existe a definição dessa competência, sendo portanto, legal. (CEARÁ, 2011).

A Licença Prévia para a obra foi emitida em 13 de setembro de 2011. A licitação⁹⁹ da obra do VLT foi concluída e o Consórcio CPE-VLT Fortaleza¹⁰⁰ assinou o contrato em 24 de fevereiro de 2012. Romeiro e Frota (2015) assinalam que tanto o edital da licitação como a minuta do contrato traziam apenas uma cláusula genérica que obrigava o consórcio

⁹⁹ Edital de Concorrência Pública Nº 20110009. CEARÁ. 2011.

¹⁰⁰ Composto pelas empresas Consbem Construções e Comércio Ltda, Construtora Passarelli Ltda e Engexata Engenharia Ltda.

a tomar “precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros”, sem nenhuma diretriz específica ao tratamento dos moradores das áreas impactadas.

A empresa MOSAICO ficou responsável pelo cadastro das famílias; e a Construções e Consultoria Moreira Lima LTDA (COMOL) pela avaliação dos imóveis. Os contratos estabelecidos pelo Governo do Estado com as duas empresas não foram divulgados (ROMEIRO; FROTA, 2015, p.84). Os autores assinalam que “as licitações e contratações públicas são encaradas como meras etapas formais para viabilizar a terceirização dos serviços, desprezando a possibilidade de estabelecer obrigações quanto aos direitos da população afetada pela obra”.

3.5 CADASTRO SOCIAL E DESAPROPRIAÇÕES: O INÍCIO DA RESISTÊNCIA

Com a licença ambiental de instalação concedida, as ações para acelerar as obras foram intensificadas. A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a Lei 15.056/2011 (alterada pela Lei 15.194/2012), autorizando a Secretaria da Infraestrutura a realizar o trabalho de desapropriação, indenização e remoção das famílias afetadas pelo Projeto VLT Parangaba-Mucuripe. De acordo com essa Lei Estadual – de iniciativa do Poder Executivo e aprovada em regime de urgência –, apenas os proprietários regularizados, detentores do título de propriedade devidamente registrado, receberiam a indenização correspondente ao terreno e às benfeitorias no imóvel (estrutura física da habitação: paredes, telhado, piso). Já os ocupantes que não possuísem o título de propriedade, o cálculo da indenização consideraria apenas as benfeitorias. O valor das indenizações devendo ser determinado pela avaliação do imóvel elaborada por equipe técnica contratada junto à Secretaria de Infraestrutura do Estado.

A primeira fase do processo de desapropriação foi o cadastro social das famílias afetadas, com vistas à produção de um diagnóstico social do impacto da obra. Conforme mencionado acima, tal cadastro ficou sob a incumbência da empresa terceirizada MOSAICO, que coletou dados nos domicílios indicados para a desapropriação. Posteriormente, sob encargo de outra empresa terceirizada: Construções e Consultoria

Moreira Lima LTDA (COMOL), foram realizadas as medições e os laudos que estipularam a área atingida e o valor da indenização.

Na sequência, a equipe do METROFOR conferiu os laudos e cadastros produzidos pelas empresas e determinou especificamente cada situação para ações de desapropriação do VLT ramal Parangaba-Mucuripe. Daí, visitas domiciliares foram realizadas entregando a convocação para cada família ir negociar a desapropriação do seu imóvel na sede da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra). Na ocasião, os moradores obtiveram acesso aos laudos e aos valores estipulados. Na negociação, estava colocado que os moradores deveriam deixar os imóveis em até 15 dias após o depósito do valor da indenização.

Boa parte dos moradores reclamavam das poucas informações fornecidas sobre o projeto e principalmente dos baixos valores de indenizações. Os primeiros “posseiros” que aceitaram o acordo receberam valores entre R\$ 4.000,00 e R\$ 16.000,00 (IACOVINI, 2013, p.177). Romeiro e Frota (2015, p.88) asseveram que as propostas de indenização ignoravam a localização das habitações em regiões valorizadas da cidade, e ademais, “[o] fato de muitas famílias residirem em seus imóveis há mais de cinquenta anos e, eventualmente, terem direito ao usucapião ou à concessão de uso especial para fins de moradia não é considerado em nenhuma hipótese na avaliação realizada pelos peritos”. De acordo com Oliveira (2014, p. 114), considerar somente as benfeitorias das habitações para estipular o valor das indenizações “[...] é ir de encontro à concretização do direito à moradia. É ainda mais: retira-se um direito que estava, de certa forma, efetivado para aquelas pessoas, ainda que de forma precária”.

Em todas as comunidades atingidas foram generalizadas as reclamações acerca do tratamento dispensado pelas equipes de agentes terceirizados responsáveis pelas medições e avaliações dos imóveis, com muitos depoimentos acusando os funcionários dessas empresas de cometerem abusos e ações intimidatórias contra os moradores, como ameaças de demolição sumária da casa, sem direito a indenização caso recusassem negociar: “é o terror, né! Porque eles chegam e: ‘olha, ou você sai ou a gente vai chamar a polícia, ou você sai agora ou a gente vai botar todas as suas coisas pra fora’” (Moradora A, comunidade do Lagamar); há relatos de até mesmo de induzirem crianças ou idosos a

fornecerem informações e documentos (SOUZA, L., 2013). Os depoimentos abaixo descrevem o procedimento comum das empresas no contato com os moradores:

Moradora C., comunidade Trilha do Senhor:

Mosaico e a Comol, são duas terceirizadas contratadas pelo governo do Estado, um pessoal ‘totalmente despreparado’. Aí, o pessoal ficava cismado, não abria as portas. E chegou de surpresa, sem aviso nenhum. Aí, a pessoa dizia: “Ah, não vai abrir a porta não? Então quando o trator vier pra passar por cima...” Muita gente relatou isso, né! Aí chegaram na nossa porta e marcaram, e nem avisaram nada. Marcaram e nem pediram licença. Aí, perguntamos o que era, e: “Ah, porque vai ter um projeto por causa da Copa, vai ter esse VLT, e vai ser no lugar da casa de vocês, e vocês tem que se conformar e sair...” Aí eu sei que a gente começou a se juntar e se organizar. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Moradora L., comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII:

Eles já chegaram aqui medindo, a empresa COMOL entrando e medindo [...] a gente já foi atropelada primeiro pela empresa terceirizada. Não avisou nada, dizendo que tinha que sair, que ia ter melhoria, né, dizendo que aqui era área de risco, só que aqui não é área de risco. É agora, antes não era. E que a gente tinha que sair pra poder dar vaga ao VLT, né. [...] eles não chegaram prometendo nada, já chegaram foi logo atropelando, dizendo que a pessoa tinha que sair pra dar direito ao VLT [...] porque ia ter a Copa, né, a gente sem saber muito, sem saber de informação nenhuma. [...] Ele [governo/autoridades] mesmo chegar aqui e perguntar ‘olha vai acontecer isso, vocês estão sabendo? Querem sair? Eles não chegaram! Já chegaram atropelando, já entrando nas casas das pessoas sem nem pedir licença direito. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Moradora G., do bairro Mucuripe:

Nós não ‘tava’ sabendo de nada... [...] Nós só vimos o pessoal entrando nas nossas casas, sem ver o quê que era, e eles vinham, perguntando e perguntando, aí... vieram aqui, mediram todas as casas. Aí, depois que nós fomos saber pra quê que era. [...] Ele começou a falar que era uma obra pra Copa e não sei o quê... tá aí a obra! (Moradora G., do bairro Mucuripe).

Os relatos evidenciam um padrão de violência exercida contra os moradores atingidos pelas obras, que se demonstrara também nas outras cidades-sede dos jogos da Copa, um misto de desinformação e intimidação por parte de agentes privados em nome de “interesses públicos”. Ademais, os procedimentos dispensados para o cadastro e desapropriações eram distintos de acordo com a localização do imóvel ou a posição social dos proprietários atingidos, ou seja, quanto mais pobre, menor o respeito aos seus direitos.

A autora indiana, Gayatri Spivak (2010 [1985]), em sua obra “Pode o subalterno falar?”, aponta o termo “subalterno” não apenas como uma ideia clássica para designar o oprimido, mas como forma de “representação” aos que não conseguem ser acolhidos no cenário excludente do capitalista global, no qual o “subalterno” seria aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já deixaria de sê-lo. A condição de silêncio é ponto chave para a ideia de subalternidade, com o subalterno necessitando constantemente de um “porta-voz” em razão de sua inerente condição de silenciado.

Entre os moradores atingidos pelas obras, grande parte é composta por idosos e de baixa escolaridade, situação vulnerável aos diversos estratagemas lançados pelos agentes “público-privados” em busca dos dados para a desapropriação dos imóveis. A moradora P, do Bairro Pio XII, conta que enquanto alguns moradores estavam lutando para não serem retirados do bairro, um funcionário da prefeitura de Fortaleza que residia na região, atuava informalmente no sentido de convencer os moradores a negociarem suas casas:

No início, chamaram os moradores e estava em negociação [...] Lá tem um povo que é envolvido com prefeitura, que trabalha e tudo... que ‘tava’ levando os moradores. Enquanto nós ‘tava’ aqui em reunião, e tudo, pra melhorar, pra pedir as coisas pros moradores; ‘tava’ esse pessoal lá, que eu não quero nem citar o nome pra não me complicar depois, ‘tava’ levando os moradores, incentivando os moradores a negociar. E os moradores estavam indo! Em época de eleição também, né! Pegava um bocado e levava. Junto com essa ‘equipezinha’ da Mosaico. (moradora P, do Bairro Pio XII).

A prática de cooptação é um elemento presente quase que permanentemente dentro dos movimentos sociais urbanos, dada a própria relação de demanda e negociação constante com agentes do Estado, o que torna essa dinâmica mais suscetível. Vale a menção às “políticas participativas” empreendidas pelo primeiro governo liderado por Tasso Jereissati no Ceará (1987-1990), com a prática dos “agentes da mudança”, militantes que atuavam em associações de moradores e mobilizações de bairros, treinados e remunerados para auxiliarem o governo na obtenção de “consenso” naqueles espaços, em prol do governo, evidentemente (FERNANDES; et. al., 1991, p. 68; LEMENHE, 1995, p. 224). Já nos governos recentes, sobretudo os petistas, essa interlocução ocorre com certa fluidez, pois o PT, e os partidos mais localizados à esquerda, em geral, compunham a mesma “matéria-prima” dos militantes dos movimentos populares. Isto não quer dizer que

os governos petistas também não possuem seus “assessores militantes” ao estilo mais tradicional relatado acima.

Diante da necessidade de obter maiores informações e pensar alguma forma de resistir às remoções, os moradores começaram a realizar reuniões nas comunidades. De acordo com o morador entrevistado da comunidade Lauro Vieira Chaves, quando revelaram o valor das indenizações, durante a reunião convocada para a sede da CAGECE, foi que as pessoas se deram conta da gravidade do que estava acontecendo. Ele relata que muitos se desesperaram ao confirmar a remoção de sua residência e sobretudo pelos baixíssimos valores oferecidos:

Na CAGECE foi que deram o valor, que já fizeram os cálculos tudinho de quanto ia valer minha casa, a casa de casa pessoa. “Sua casa vale hoje dezesseis mil reais...”, mas como a gente não tem a posse da terra, não tem o documento do chão, então era descontado um valor x do chão e você ia receber outro valor, então no caso o meu, que era dezesseis mil reais, se eu aceitasse naquele momento, ia descontar sete mil e alguma coisa do chão, da terra. E aí eu só ia receber oito mil e novecentos. E aonde a gente ia morar com oito mil e novecentos? Então foi a partir daí, imediatamente depois que a gente saiu da sala, lá... que aí eu fui conversar com as pessoas que ainda ia entrar, **porque até lá só entrava de uma e uma pessoa, e eles não diziam o que era, né?!** Então na hora que as pessoas vinham saindo da sala, tinha alguns senhores, umas senhoras de idade que já vinham chorando, né! Sabendo que sua casa ia ser retirada e que valor era muito abaixo do que valia. (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Conforme citado acima, o atendimento era individualizado com cada família, um tipo de procedimento que se repetiu no decorrer do processo, inclusive em outras etapas, como na negociação final, verificando assim uma estratégia divisionista, que gerava desconfiança entre os moradores, com muitos se negando a revelar o valor estipulado para seus imóveis.

No mesmo dia em que foram informados que seus imóveis seriam removidos devido às obras do VLT, e que ainda por cima receberiam um valor de indenização que não garantiria a compra de uma moradia adequada, os moradores articularam uma reunião na própria comunidade:

Nesse momento que **eu entrei e vi meu valor, foi que eu espalhei pra todo mundo na antessala lá, na espera, que o que tava acontecendo era uma remoção**, e que a gente não foi comunicado dessa remoção. Que a gente não foi chamado pra nenhuma audiência pública pra discutir essa remoção. E que

ninguém ia aceitar não porque o valor era muito pequeno e que a gente tinha que se mobilizar, porque a gente tinha que resistir pra poder não sair, porque senão a gente ia ficar sem nada. Sem casa, sem dinheiro, sem nada! [...] E na mesma noite, do dia 16, quando terminou a reunião lá, as últimas pessoas que entraram, e todo mundo que tava entrando depois que a gente conversou, já não tava mais aceitando mais de jeito nenhum, porque viu que o que a gente tava falando era verdade e o que ia acontecer com eles era o que a gente tava falando também, era verdadeiro. E aí, quando 4:30 h pra 5 h da tarde, que entrou a última pessoa, lá do lado de fora mesmo a gente se reuniu, e imediatamente nós ‘liguemos’ pra uma [igreja] Assembleia de Deus de dentro da comunidade, que lá tem toda a estrutura de ar condicionado, de banco, de microfone, de toda estrutura. Aí, a gente conversou com o pastor e falou a ele que também a mãe dele era uma das que iam ser atingida, que a casa dele é ‘de frente’ à igreja. Aí conversou com ele pra liberar a igreja pra fazer uma reunião. E aí a gente foi, todo mundo compareceu, a reunião encheu mesmo, do lado de dentro da igreja como do lado de fora. (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Na reunião, todos os presentes concordaram em se unir e resistir às remoções, e isto começaria com a recusa coletiva em fornecer dados para o cadastro social. Foi escolhida uma comissão de nove moradores para ficar responsável, entre outras tarefas, por uma espécie de “patrulha comunitária” para vigiar a presença de pessoas do governo ou das empresas terceirizadas, desse modo, os membros da comissão ficavam se alternando em pontos distintos da comunidade numa vigilância quase permanente.

Então, a gente combinou o seguinte: que ninguém mais, a partir daquele momento, ninguém do governo, de pesquisa, de nada, entrava na comunidade sem autorização. **Aí, foi quando a gente sentiu que o povo tava mesmo aguerrido pra se unir e ir pra luta.** Então era assim, a gente ficava fiscalizando direto. Quando vinha alguém, de fazer uma pesquisa dentro da comunidade, que chegava numa ponta pra fazer uma pesquisa, o pessoal já ligava pra gente daqui, que já ligava pra outro canto (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Esse movimento foi se repetindo na maioria das comunidades ameaçadas de remoção. Conforme iam ocorrendo as visitas dos agentes, mais moradores eram colocados em movimento. “Eles [agentes terceirizados] começaram simultaneamente, no mês que eles vieram pra cá foram também pra outras comunidades. [...] Aí quando eles começaram o processo aqui, automaticamente começaram em todas as comunidades” (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor). A pressão para os moradores abrirem as portas era grande, segundo relatos, os agentes utilizavam todo tipo de pressão psicológica para persuadi-los. “Só que aqui ninguém aceitou, como na Oscar [Romero], no Pio XII, ninguém aceitou [receber os agentes terceirizados]...” Contudo, no Bairro da Parangaba, os agentes

rapidamente obtiveram sucesso na avaliação e desapropriação dos imóveis, com valores baixíssimos de indenizações, assustando os moradores das demais comunidades. “Eu acho que eles [moradores] pensavam que não seria tão prejudicial né! Eles abriram as portas, vamos dizer assim, inocentemente, né! Aí, lá eles começaram o processo, aí, foi que assustou mesmo, quando apresentaram os valores. Tinha casa avaliada em 7 mil reais...” (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Uma moradora do Lagamar assinala que a resistência na sua comunidade foi muito grande no início, porque os moradores já estavam organizados previamente em razão da luta para serem incluídos como ZEIS no PDPFor. Ela relata que por vezes foi necessária a presença policial para permitir a ação das empresas terceirizadas: “as famílias resistiam muito, de ter polícia na casa pra assistente social conseguir entrar pra fazer cadastro, quando eles conseguiam entrar, né!” (Moradora A, comunidade do Lagamar).

Os vínculos sociais e os serviços públicos disponíveis são os principais elementos elencados pelos moradores entrevistados para justificar a resistência à remoção de suas casas. Uma moradora lembra que antes de toda infraestrutura urbana e dos grandes edifícios residenciais existentes no seu bairro, a comunidade já estava ali. Eles haviam sido os “pioneiros” em habitar a região e agora estavam sendo forçados a se retirar.

Aqui a gente tem tudo, dá uns passos ali, tem colégio, [...] tem banco, tem prédio, e até mesmo antes desses prédio a comunidade já existia. [...] A gente tem posto de saúde, tem aqui e tem o próprio posto da Assembleia [Legislativa do Ceará], que atende [...] A gente tem mobilidade aqui, tem ônibus. Tem ônibus que você vai pro terminal, vai pro Centro... quer dizer, aqui, pra gente que já reside aqui há bastante tempo, pra eu, pelo menos, que já fiz vida aqui, eu vim pra cá eu tinha 18 anos, né, já fiz vida aqui, tive filho, já criei, hoje já estão nas suas casas, pra mim, eu não queria sair daqui. Eu vou sair porque eu tô sendo obrigada, como a maioria, né! (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

A dissolução de parte das comunidades com a remoção de algumas casas afetou bastante os moradores que permaneceram. Os mais idosos, via de regra, são os mais resistentes à remoção de suas habitações. O costume e o envolvimento com a antiga vizinhança são sempre lembrados nos relatos.

Moradora JC, da comunidade Pau Pelado, mais de 80 anos de idade:

Sou do interior, mas eu vim pra cá eu tinha 11 anos de idade. Sou do município de Itapipoca, da praia da Baleia. [...] Aqui é muito esquisito [atualmente]... Era bom! Mas agora o pessoal saíram, aí o bairro ficou pequeno... Mas é bom! Eu gosto daqui porque é calmo! Não quero sair daqui não! Eu gosto! É calminho, de noite ninguém vê zoadas e confusão, essas coisas. Eu gosto muito daqui! (Moradora JC, da comunidade Pau Pelado).

Moradora M, da comunidade Trilho do Senhor, na Aldeota, também com mais de 80 anos de idade:

Setenta anos morando aqui no trilho, né! Essa minha casa, essa é a quinta casa, né, que eu tô morando aqui no trilho, né! [...] Essa Aldeota era uma calma tamanha. E assim, muitos anos morando dentro da comunidade, muito trabalho dentro da comunidade. Hoje eu sou apenas... venho pra Igreja, venho pra missa. Mas continuo sendo moradora, e continuo na luta, né, pela questão da moradia. (Moradora M, da comunidade Trilha do Senhor).

Em cartilha explicativa lançada em parceria estabelecida entre a Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará – SEINFRA, o METROFOR e a Procuradoria-Geral do Estado – PGE (CEARÁ, 2013), foram apresentadas informações sobre o projeto de implantação do VLT Ramal Parangaba – Mucuripe e orientações acerca do processo de desapropriação resultante da obra. O texto ressalta que “o conteúdo dá transparência ao ato”, além de explicar porque a desapropriação e remoção de imóveis são procedimentos necessários para viabilizar o “interesse público”.

Considera, ainda, que a desapropriação, não consiste apenas na remoção de famílias. É um processo longo, composto por etapas que envolvem aspectos jurídicos, administrativos e sociais. Mostra que existe todo um planejamento da equipe do Governo, indo da escolha do imóvel novo à manutenção dos laços de vizinhança para minimizar seu efeito nas famílias atingidas. (CEARÁ, 2013, p.5).

Entretanto, o tal “planejamento da equipe do Governo” mencionado na cartilha ia de encontro aos relatos dos moradores que estavam ameaçados de remoção. A truculência por parte dos funcionários das empresas terceirizadas no trato com os moradores revelava não somente certa indiferença com as histórias de vida daquelas famílias, mas, via de regra, um desprezo característico dos setores dominantes com os socialmente inferiores. De acordo com os relatos coletados, eram justamente os agentes que se apresentavam como “assistentes sociais” os que tinham a postura mais rude com os moradores, “Muita

truculência, assim... a MOSAICO... tem assistente social, mas a gente chama de assistente empresarial, porque elas iam pra lá pra dizer que as famílias tinha que sair! [...] E pra arrumar uma casa em 5 dias pra alugar... foi tudo muito horrível.” (Moradora A, comunidade do Lagamar). Ademais, a informalidade com que tratavam a desapropriação dos imóveis demonstrava descaso com a condição social daquelas famílias.

Era um pedaço de papel, num caderno, chegava e dava o valor, “olha, o seu valor é esse aqui”. A pessoa achava pouco e [os funcionários da empresa terceirizada] diziam assim: “o que o governo ofereceu é isso aí, o governo vai precisar do local”, e a pessoa dizia, “não, mas eu não vou querer não porque isso não dá pra mim comprar nada”. Aí diziam assim, “bom, eu vou levar de volta, mas se você não assinar, você vai pra justiça, ou o trator vem e derruba sua casa, e você vai terminar perdendo”. Quer dizer, desse jeito aí, isso é informação que um assistente social dá pra uma pessoa, desse jeito? (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

Uma das entrevistadas, que teve sua casa removida da comunidade Trilha do Senhor, relata uma reunião convocada a partir da pressão dos moradores, porque “eles só queriam indenizar pela construção, pelas benfeitorias. A gente não tinha direito nem a terreno nem a nada” (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor). A reunião contou com a presença de representantes das equipes terceirizadas, do governo estadual, e das comunidades ameaçadas pelo VLT. A moradora assinala que este episódio foi importante sobretudo pelo contato estabelecido entre os moradores das distintas localidades atingidas, o que permitiu uma articulação posterior.

Eu lembro que a gente provocou uma primeira reunião, porque a gente ficou cheio de interrogações. Aí a gente convocou aquela reunião pra eles explicarem, foi lá no CEU¹⁰¹, na Alberto Craveiro. Aí, na ocasião tinha essas duas equipes terceirizadas [Mosaico e Comol], o pessoal da SEINFRA, Secretaria das Cidades. Aí começaram a se explicar. Aí a gente viu que tinham outras comunidades, nessa época né! Porque aqui a gente só se organizava com a [comunidade] Oscar Romero, com a [comunidade] São Vicente de Paula, que é lá perto da [Avenida] Antônio Salles. Aqui a [comunidade da] Trilha. Aí a gente conheceu o pessoal da [comunidade] Jangadeiros, o pessoal do Pio XII, do Lagamar, João XXIII, a Aldaci Barbosa, a Lauro Vieira Chaves. Que estavam na mesma situação, e a gente acabou se conhecendo lá. E foi, de certa forma, foi bom pra gente se informar e se fortalecer. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

¹⁰¹ Sigla de “Condomínio Espiritual Uirapuru”, trata-se de um equipamento para reuniões, conferências e retiros, vinculado à organização religiosa filantrópica, localizado na avenida Alberto Craveiro, no bairro Castelo.

Na mesma reunião, os representantes das empresas e do governo apresentaram uma maquete virtual do projeto do VLT: “a coisa mais linda do mundo”, afirmou em tom irônico a moradora entrevistada em relação às fantasiosas imagens apresentadas. No entanto, quando os moradores indagaram acerca da situação das suas moradias, as respostas estavam bem distantes daquele ilusório cenário projetado pelos técnicos:

Aí, no final, a gente perguntou pelo projeto habitacional, e eles simplesmente disseram que não, que no momento não tinha nada pra apresentar pra gente, não tinha nada. E o que eles tinha pra dizer era que “o projeto do VLT ia acontecer, e a gente tinha que se conformar”. Isso a gente ouviu de uma assistente social lá, uma pessoa que veio justamente pra dizer isso. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

A partir daí, as comunidades passaram a manter comunicação e a procurar instituições públicas e entidades não governamentais para que pudessem prestar o auxílio necessário. Órgãos de defesa como a Defensoria Pública Estadual, a Defensoria Pública da União e os Ministérios Públicos Federal e Estadual foram acionados no sentido de obter documentos acerca da situação das comunidades e garantir os direitos dos moradores envolvidos (OLIVEIRA, 2014, p. 135).

Nesse período, já estava se reunindo o Comitê Popular da Copa, articulação nacional de entidades e movimentos sociais cujo primeiro comitê local foi fundado justamente em Fortaleza. Conforme visto em páginas anteriores, no primeiro momento, o Comitê funcionava como uma espécie de observatório dos projetos e ações relacionadas com a Copa, contribuindo consideravelmente na elucidação de questões jurídicas e urbanísticas (e políticas) para o conjunto dos moradores, bem como aproximar outros setores da sociedade civil para a causa dos moradores ameaçados. A advogada popular “P”, integrante do Comitê Popular, descreve o desenrolar dos movimentos de resistência, bem como o perfil das pessoas que tomavam a frente das articulações. As mobilizações não ocorreram de forma linear e nem contou com uma participação contínua e unificada dos segmentos atingidos, até porque essa dinâmica estava submetida ao cronograma das obras, que priorizou áreas em períodos distintos.

A obra chega de diferentes formas, por exemplo, lá nessa parte da Via Expressa foi marcando “x”, aí... lá na Parangaba já chegou assim quase tava meio que quase consumado porque já tinha um monte de remoção... Lá na Lauro Vieira

foi quando eles receberam o valor da indenização, das avaliações, não foi nem com “x”, ou seja, aconteceu um monte de coisa, avaliaram, entraram nas casas, coisas que em outras comunidades deu muito conflito... aí, aconteceu que quando recebeu a tabela com o valor das indenizações é que foi o boom. Na Vila União, que quase ninguém lembra, também, teve muita remoção. Mas lá eles não conseguiram se organizar a tempo, foi muito rápido. Já saíram dizendo valor, ameaçando [...] (Advogada popular “P”).

Além do que, não obstante as semelhanças no perfil socioeconômico dos moradores atingidos e nos procedimentos de cadastramento e avaliação dos imóveis por parte dos agentes terceirizados, as comunidades reagiram às ameaças de remoção de diferentes formas, muito em razão da memória de outras resistências de cada localidade; e da presença de organizações, principalmente religiosas, entre os moradores.

As coisas nas comunidades foram acontecendo em tempos diferentes, então as comunidades foram se agregando de diferentes formas. Então, a Trilha ali, na região, na Trilha, na Oscar Romero, na São Vicente, que tudo é ali no trilho, na Via Expressa, elas tinham uma história de organização já bem antiga, né, o povo mais ligado à Igreja, o pessoal da São Vicente, ligado não só à Igreja, mas à CUFA e tal. Aí, depois ali no Mucuripe. Mas no Mucuripe a ter também uma atuação do MCP, mas de outro núcleo do MCP, o pessoal da praia, né. Tinha uma parceria, tinha uma atuação bem legal lá. A Lauro Vieira já era outra história, que é no Montese, né, que foram os moradores mesmo de lá que assumiram realmente a liderança, assim, já a vinculação, assim... as lideranças principais, e acho que despontaram. Por exemplo, “Z” é pastor, O “C”, é um cara assim que se organiza, é de um partido, e tudo... O “I” eu acho que não era de nada não, mas hoje em dia é bem engajado, é candidato... Enfim, é diferente da Trilha, que já tinha todas as pessoas que eram dali, que eram das pastorais, das CEB’s, e meio que tinha uma história de organização de comunidade. Lá [na Lauro Vieira Chaves] eu não sei... tinha pessoas que tinha algum tipo de organização, mas não necessariamente assim... nessa linha histórica de organização de bairro, política, e tal. Na Parangaba, quem ficou era o menino, o “T” [...] Tinha as lideranças que já eram mais atuantes, e muitas que surgiram no processo, né. [...] (Advogada popular “P”).

Assim, conforme iam se expandindo as ações dos governos e das empresas terceirizadas, mais focos de conflitos iam surgindo, ampliando ainda mais a rede de pessoas atingidas pelas obras da Copa, sobretudo a do VLT. Uma das moradoras entrevistadas relata o início das articulações, destacando a forte presença do “pessoal da universidade”:

Aí a gente começou a se reunir. A primeira assembleia foi aqui, na Capela. A gente convocou todas as comunidades que tavam lá, a gente combinou e marcou aqui. Foi muita gente. Aí a gente começou a pensar junto. Aí, começou a

aparecer os apoiadores, porque até então a gente não entendia o que era EIA-RIMA, o que era Direito à Cidade. A gente sabia que a gente não queria sair da nossa casa, né! [...] Aí, eu lembro que o pessoal da Universidade também apoiou. Eu sei que muita gente de fora que veio apoiar, fortaleceu bastante, né! Universidade, Comitê Popular da Copa, ORL, as assessorias jurídicas, que é o NAJUC, SAJU... pessoal da arquitetura, LEHAB. Era muita gente, Pessoal que até hoje ainda dão muita força. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Dessa forma, os moradores passaram a ter uma dinâmica de reuniões periódicas e de manifestações, com ocupação de avenidas e órgãos públicos exigindo seus direitos. “A gente reuniu com os outros movimentos [...] e aí que a gente foi atrás dos nossos direitos, aí fomos ter mais informações, fomos à luta, fizemos atos e mais atos” (Moradora I, comunidade Pau Pelado). Ainda assim o governo permanecia inflexível com as desapropriações e com os valores destinados às indenizações.

Fomos falar com o governo, que chegou lá e fomos recebidos lá com aquela recepção bonita, né! [riso irônico] Com os policiais armados... E conseguimos entrar uma equipe de cinco [pessoas], e o governo... a gestão passada que era o Cid Gomes, simplesmente disse que não era para a Copa, ele tava aproveitando a Copa pra poder jogar esse projeto, e que a gente tinha que sair [...] Não prometiam nada, era só indenização da benfeitoria, terra ninguém tinha direito **porque eles chamavam a gente aqui de invasores**, e não ia ter direito à terra... (Moradora I, comunidade Pau Pelado).

Com efeito, a resistência ao cadastro social e as mobilizações de rua deram maior visibilidade para os impactos da implantação do VLT. Entretanto, uma moradora ressalta que o clima de euforia referente ao sediamento dos jogos da Copa 2014 na cidade colocava as comunidades ameaçadas numa posição muito ruim, pois atrasariam o andamento do projeto. O governo se aproveitava do “consenso” em torno da Copa para constranger os moradores que resistiam a sair.

Eu lembro que a gente começou a ir pra rua, começou ir pra mídia. E eles [governo estadual] começaram a botar na mídia que a gente tava atrapalhando o progresso, o desenvolvimento da cidade. Aí, o pessoal escutava e pensava: “porque que esse povo não deixa?”. Aí, a gente começou a desconstruir isso aí, porque eles tavam botando a população contra [os moradores], que **a gente tava atrapalhando o desenvolvimento, né!** Que o VLT seria uma maravilha, que ia desafogar o trânsito, que isso, que aquilo. Aí, a gente começou mostrar que não era isso, a todo espaço que convidavam a gente, a gente ia. A gente ia pra roda de conversa, a gente ia pra seminário, a gente provocou uma... aí começou Audiência Pública, tanto na Assembleia como na Câmara. Em todos os espaços que a gente pudesse estar, a gente tava, pra gente poder dar visibilidade da verdade, porque o que tanto o poder público e a mídia mostrava era outra coisa,

não era a realidade do que a gente tava sofrendo. E com o passar do tempo, o governo começou a mudar, porque assim, a gente foi batendo de frente. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Vale lembrar o episódio em que o então governador do Ceará, Cid Gomes, realizou, na noite de 02 de agosto de 2011, uma visita sem agendamento prévio a uma das comunidades que seriam parcialmente removidas para dar lugar ao VLT, a Aldaci Barbosa. O governador, acompanhado de assessores, buscava convencer as famílias do projeto. Contudo, foi surpreendido por um grupo de moradores que foram protestar contra a remoção de suas casas. O governador foi intimidador ao responder os manifestantes, afirmando que as obras ocorreriam de qualquer modo e que ele estava sendo benevolente em se dispor a negociar as desapropriações: “[...] isso aí, se eu quisesse, se eu fosse um cara escroto, que eu não sou, eu mandava desapropriar na Justiça, não pagava um tostão e tirava as pessoas daqui!”¹⁰². O episódio foi filmado por moradores e repercutiu na imprensa local.

De acordo com relatos dos que receberam a visita do governador, foi ofertada a possibilidade de entrega de parte da casa em troca de indenização ou o deslocamento para um conjunto habitacional a ser construído no Bairro Prefeito José Walter¹⁰³, localizado na periferia geográfica da cidade. A ação foi considerada pela Procuradora da República, Nilce Cunha, uma “atitude infeliz”, que causou “constrangimento absurdo” às pessoas humildes¹⁰⁴. Cumpre registrar que a “visita” do governador ocorrera após as 21 h.

As articulações entre os moradores das diferentes comunidades propiciaram maior solidez à resistência, além disso, a presença de apoiadores da universidade, de entidades não-governamentais e de ativistas em geral, permitiu se debruçar sobre o projeto e propor alternativas que diminuíssem o impacto das obras.

A gente começou a ver as questões, como é que a gente ia preparar um projeto alternativo, já que eles não apresentavam, aí o pessoal começava a pensar como é que seria. E a gente ia estudando e tudo, aí levava pra outra comunidade. Tudo que era pensado aqui a gente ia levando pra outras comunidades, aquele trabalho de formiguinha (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

¹⁰² REDE ANOTE. “Veículo pesado para as comunidades dos trilhos”. Youtube. Publicado em 28/11/2013.

¹⁰³ BRUNO, Elias. G1 CE. Fortaleza 03/08/2011.

¹⁰⁴ DINIZ, Késya. “Procuradora da República: Visita de Cid Gomes à comunidade foi ‘constrangimento absurdo’”. DIÁRIO DO NORDESTE, 2011.

A luta dos moradores contra as condições impostas pelo governo estadual para a desapropriação e remoção de suas casas estava surtindo efeito: “Até pro governo depois vir entrar na comunidade teve que ter várias audiências públicas [...] tanto na assembleia como na câmara dos vereadores” (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves). Cumpre ressaltar a importância dos núcleos de advogados populares, que atuaram de forma obstinada no sentido de acionar as instituições que pudessem assegurar os direitos das famílias ameaçadas pelas remoções. “Teve audiência lá com a Defensoria, que aí o núcleo de moradia da Defensoria Pública se uniu à gente. O Ministério Público se uniu à luta. Daí, a gente ganhou mais força com isso, né?!” (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves). As mobilizações de rua, as ações através da Defensoria Pública e outros órgãos, além do apelo midiático provocado devido ao conflito ser relacionado a uma obra da Copa 2014, amplificavam a repercussão. Pressionado, o governo do Ceará foi obrigado a recuar e rever a política de apenas indenizar as benfeitorias dos moradores que não possuíam o título de propriedade do terreno. Bem como oferecer alternativas habitacionais para as famílias afetadas.

Eu sei que o governo foi obrigado a criar esse projeto habitacional, que aí é que teve a história dos 40 mil, que aí que eles construíram esses apartamentos na Cidade Jardim, que aí a gente passou a ter direito ao valor do terreno, apesar que muitos não chegou nem a um terço do real valor. O valor do m² aqui na Aldeota é altíssimo, aí botaram um valor lá embaixo, né! (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Na citação acima, a moradora faz menção à Lei Estadual nº 15.056, de 06 de dezembro de 2011, que regulamentou as ações de desapropriação do VLT ramal Parangaba-Mucuripe. De acordo com essa lei, os moradores que tivessem os imóveis avaliados em até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) receberiam a indenização e uma unidade residencial do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), da Caixa Econômica Federal, ou de outro programa de financiamento. Os que possuísem imóveis avaliados num valor superior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), também receberiam a indenização correspondente e uma unidade habitacional, mas ficavam responsáveis pela inteira quitação da unidade residencial.

Aqueles que optassem por não receber a unidade residencial, receberiam, além do valor da indenização do imóvel, o “auxílio social” de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Caso o

detentor do título de propriedade não morasse no imóvel, receberia somente a indenização correspondente a avaliação do terreno e das benfeitorias no imóvel. No caso de imóveis de uso comercial, a indenização também consistirá apenas no valor da terra e das benfeitorias. Os moradores que fossem enquadrados como locatários ou ocupantes que residissem há pelo menos 12 (doze) meses contínuos, anteriores à publicação da Lei, no imóvel ou em local considerado “parte autônoma” do imóvel, receberiam do Governo Estadual, em caráter exclusivo, uma unidade residencial do PMCMV ou de outra linha de financiamento, em local definido pela Secretaria de Infraestrutura. O pagamento das prestações da unidade residencial competiriam ao locatário ou ocupante beneficiário.

A proposta apresentada pelo Governo do Ceará para o reassentamento das famílias foi a construção, através do Programa Minha Casa Minha Vida, do conjunto habitacional Residencial Cidade Jardim¹⁰⁵, no Bairro Prefeito José Walter, localizado aproximadamente entre 10 km e 20 km de distância dos locais em processo de desapropriação. O então governador Cid Gomes já havia anunciado informalmente a proposta do Cidade Jardim durante sua “visita” à comunidade Aldaci Barbosa, referida há alguns parágrafos.

No dia 11 de fevereiro de 2012, foi realizado o “Encontro contra as Remoções”, organizado pelo Comitê Popular da Copa para debater estratégias de ação para resistir às remoções resultantes de obras em Fortaleza para a Copa do Mundo 2014. Compareceram ao encontro cerca de 80 pessoas, entre ativistas, pesquisadores e moradores atingidos pelas obras. Um dos moradores presentes, da comunidade Lauro Vieira Chaves, reclamou que em muitos trechos do projeto não haveria a necessidade de remoções, e que estava notório que o objetivo era expulsar as comunidades pobres de áreas valorizadas, sobretudo porque boa parte das famílias não detém a posse regularizada do imóvel. “Eles dizem que pessoas que moram no mesmo lugar há mais de 60 anos são invasores. Eu moro na casa do meu pai, onde ele criou a mim e meus quatro irmãos, *não sou invasor*”¹⁰⁶. No geral, muitas queixas apresentadas também em relação à proposta de moradias a serem construídas em uma área no bairro José Walter. “Querem colocar as comunidades em um local muito

¹⁰⁵ De acordo com o Governo do Estado, haverá um total de 5.536 moradias, com 42 salões de festas, 125 pérgulas em madeira, quatro campos de futebol society, um campo de futebol oficial, 13 quadras poliesportivas, três pistas de skate, 115 playgrounds, 1.851 vagas para carros e 1.106 para motos e previsão de instalação de 3 creches e 1 Unidade de Pronto Atendimento (UPA). (CARTILHA, 2013, p. 31).

¹⁰⁶ SOARES, Nicolau. “Encontro organiza luta contra remoções da Copa 2014 em Fortaleza”. REDE BRASIL ATUAL, 8/02/2012 [grifo nosso].

distante de onde as famílias já criaram vínculos sociais e culturais, assim desrespeitando a Lei Orgânica do Município de Fortaleza” (SOARES, 2012).



Figura 16: Cartaz do “Encontro contra as remoções”.
Acervo do autor

3.6 O CONJUNTO RESIDENCIAL CIDADE JARDIM

Em 10 de dezembro de 2012, em evento que contou com a presença do então Ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, entre outras autoridades, foi assinada a ordem de serviço para o início das obras de construção, através do Programa Minha Casa Minha Vida II (PMCMV), do Residencial Cidade Jardim, “o maior conjunto habitacional do Nordeste”, tendo sua conclusão estimada para 2015. Seriam construídas 5.536 unidades, beneficiando cerca de 24 mil pessoas. Cada unidade residencial consistiria em um apartamento com dois quartos, sala e cozinha, com uma área total de 43,29 m².



Figura 17: Publicidade oficial do Residencial Cidade Jardim. Fonte: Governo do CEARÁ, 2013

Localizado na Avenida Perimetral, o conjunto habitacional não atenderia somente a população atingida pelo VLT, mas também famílias beneficiadas pelos programas habitacionais do Governo do Ceará, além de centenas de famílias advindas de outras remoções na cidade ou de ocupações irregulares, principalmente da “Comuna 17 de abril”, ocupação vizinha ao terreno em que foi construído o Cidade Jardim e vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



Figura 18: Publicidade oficial do Residencial Cidade Jardim (2). Fonte: Governo do CEARÁ, 2013

O então governador Cid Gomes, em discurso, assinalou que “hoje é um dia que vai ficar na história, as pessoas que estão aqui conquistam hoje um direito sagrado, que é morar com sua família em um ambiente estruturado e com condições de melhorar a vida de seus filhos” (CEARÁ, 2012). Camilo Santana, secretário das Cidades, à época, destacou que o projeto do conjunto habitacional Cidade Jardim foi concebido a partir o conceito de “bairro planejado”, permitindo acessibilidade para pessoas com deficiência, além de previstas 2,5 mil vagas para carros e motos e o pleno atendimento pelos serviços de transporte público. “Com toda a estrutura, com a urbanização de duas lagoas que estão localizadas nesse espaço. Nós do Governo queremos garantir moradia digna e de qualidade para os cearenses”, salientou o secretário. O ministro das cidades Aguinaldo Ribeiro também ressaltou a “habitabilidade” do conjunto:

Temos com o Governo do Estado uma parceria muito extensa em diversas áreas. Mais do que construindo casas, hoje estamos apoiando, dando dignidade as pessoas, cuidando de vidas, reestruturando e regenerando famílias. Essa é a maior importância do Minha Casa Minha Vida. E aqui em Fortaleza vamos entregar uma obra que é maior que muitas cidades. É um condomínio que tem asfalto, ruas, creches. Não estamos pegando famílias e colocando em locais longe, mas em um local com habitabilidade. (CEARÁ, 2012).

Na ocasião, o Governo do Ceará se comprometeu em atender a região em diversos setores como saúde, educação e segurança; e anunciou a construção de uma Escola Estadual de Ensino Profissionalizante, uma Escola Estadual de Ensino Médio e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas nas proximidades. Também presente ao evento de assinatura da ordem de serviço para a construção do Cidade Jardim, o então presidente da Assembleia Legislativa do Ceará e prefeito eleito de Fortaleza, Roberto Cláudio, elogiou a “demonstração do compromisso e sensibilidade com a nossa gente” por parte do governador, pois, “junto com a Presidente Dilma Rousseff, Cid Gomes vai dar oportunidade para mais de 24 mil pessoas. Oportunidade de moradia, saúde, educação e lazer”. (CEARÁ, 2012). O deputado federal José Guimarães (PT-CE) salientou que “o Governador Cid Gomes entrega a obra mais importante da história de Fortaleza, porque demonstra um cuidado com as pessoas. Elas estão hoje realizando o sonho da casa própria e com qualidade de vida. Esse momento tem que ser comemorado” (CEARÁ, 2012).

Representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cujas famílias ligadas ao movimento que ocupavam um terreno vizinho seriam as primeiras contempladas no recebimento das unidades residenciais no Cidade Jardim, o dirigente estadual Toninho também agradeceu a iniciativa do governador: “Quando decidimos acampar aqui, decidimos que esse era o local da nossa moradia. O dia hoje é de agradecimento, é o momento de um sonho. O sonho que era da nossa casa e que agora começa a se realizar” (CEARÁ, 2012).



Figura 19: O então Governador Cid Gomes em solenidade de início da construção do Residencial Cidade Jardim. Foto: Governo do CEARÁ, 2012.

As famílias atingidas pelas obras do VLT seriam contempladas na segunda etapa da construção do conjunto. Por fim, seriam beneficiadas as famílias cadastradas em programas habitacionais do Estado. Romeiro e Frota (2015, p. 91) assinalam “[...] um descompasso entre a realização das obras do VLT e a construção do conjunto habitacional. De acordo com o cronograma das obras, as famílias deveriam sair de suas casas até junho de 2013, dois anos antes da conclusão do conjunto habitacional”. Para reparar o hiato entre a desapropriação do imóvel e a entrega da nova unidade residencial, a Lei Estadual nº 15.056/2011 determinou como alternativa a concessão de um aluguel social no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mas apenas para as famílias que recebessem indenizações pelos imóveis num valor inferior à R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Muitos moradores rejeitaram a mudança para o conjunto habitacional em razão da enorme distância e também pela ausência da rede de serviços e de infraestrutura disponível nos locais que residiam: escolas, creches, postos de saúde, farmácias, bancos. A maioria dos moradores trabalhava no bairro ou nas proximidades, e os estudantes estavam matriculados em escolas da região. O reassentamento dessa população no bairro José Walter significaria um considerável tempo diário destinado aos deslocamentos. Conforme

ressaltam alguns depoimentos, como o da moradora C., da comunidade Trilha do Senhor, na Aldeota:

A Cidade Jardim foi uma coisa que eles queria impor, ninguém optou por lá. Na verdade é... eles fizeram, e foi uma coisa que o pessoal bateu muito de frente. A gente não queria. Quem fosse mudar pra lá, não queria ir pra uma distância tão grande, por que ia mudar muita coisa, né? Pra sair daqui... o pessoal fez a pesquisa, e são quase 18 km de distância daqui pro José Walter. E aqui o pessoal ainda tem os empregos, tem as escolas. Enfim, era muita coisa... o impacto já ia ser grande, ser forçado a sair, e quanto mais ir pra um lugar bem longe! (moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

Moradora A., comunidade Lagamar:

Na época, eles iam nos levar pro José Walter, pro Cidade Jardim. Era o único lugar que eles tinham como destino pra reassentamento das famílias. E no Lagamar são muitas famílias que vão sair, né. Porque vai cortar o Lagamar inteiro, de uma banda à outra, começando ali na Cidade de Deus, até o Pio XII, até quando começa já uma outra comunidade, então é um rastro enorme, e todas essas famílias, que trabalham, a maioria, ou no bairro ou na Aldeota, ou ali nos bairros vizinhos, né, aqui, Benfica¹⁰⁷... que é tudo muito próximo, aí vão ter que sair pro José Walter, perder todos os seus vínculos. No Lagamar, por ser uma comunidade muito antiga, né, todo mundo mora perto dos seus pais, de seus familiares, seus vizinhos são seus vizinhos há anos, foram os vizinhos dos pais, e agora já são da nova geração, então todo mundo é ali pertinho. (Moradora A., comunidade Lagamar).

De acordo com Souza (2013, p. 70), a realocação dos moradores das comunidades do trilho representaria o aumento de demanda para um local (bairro Prefeito José Walter) de infraestrutura precária e com inadequada oferta de serviços públicos essenciais, a autora assinala que o percentual de domicílios atendidos por rede de esgoto é de 0 a 20%, e a ligação de esgotos dos domicílios do bairro com a rede pública é na média de 64,83%. Além disso, enquanto que nos 11 bairros cadastrados existem 57 unidades educacionais, no bairro Prefeito José Walter são apenas 12. De acordo com o texto da cartilha oficial, a Cidade Jardim terá disponíveis escolas e creches nas proximidades. “Num raio de dois quilômetros você encontra seis escolas estaduais e 19 escolas municipais, além de creches conveniadas.” (CEARÁ, 2013, p. 31).

¹⁰⁷ A entrevista foi realizada no campus do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, localizado no bairro Benfica, por isso a referência ao bairro.

Freitas (2015, p. 201) ressalta que o deslocamento dessas famílias contraria o interesse público, pois impõe aos cofres do Estado um elevado custo para equipar uma nova área com uma rede serviços básicos e condições de mobilidade para atender uma população que já possuía acesso a tais serviços. Além do que, “os recursos disponíveis pelos programas habitacionais destinados a reduzir o déficit habitacional deixam de ser utilizados para essa finalidade e passam a atender a um déficit induzido pelas intervenções urbanas” (FREITAS, 2015, p. 201).

O governo passou a adotar alguns procedimentos no sentido de convencer os moradores a aceitarem o novo local para residir, como visitas guiadas ao conjunto para conhecerem os apartamentos, ainda assim muitos resistiam à proposta:

Na época, o governo mandou 2 ônibus pra cá pra comunidade pra levar os morador ‘tudim’ pra lá pro ‘Zé Walter’, pra mostrar os apartamentos lá, como era. Aí muita gente foi e viu os apartamentos e achou bonito. Porque realmente os apartamento é bonito, mas só que pra gente não era interessante porque é a 14 km de distância, [...] o Cidade Jardim, lá no Zé Walter, lá no outro lado, há 14 km de distância. Aí, não era interesse da gente, das comunidades, porque queria ficar próximo por causa dos laços de família. (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

O mesmo morador também reclama da própria concepção do conjunto, dividido em blocos de apartamentos, o que contribuiria, na sua opinião, com a desagregação dos antigos laços de vizinhança: “aí na sua comunidade você tem todas as pessoas que você conhece, os vínculos familiares, essas coisas ‘tudim’. Você vai lá pra um lugar desse onde todo mundo vai ficar espalhado, um vai ficar aqui, outro acolá” (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves). Outra moradora reclamou dessa postura do governo de utilizar o embelezamento do projeto habitacional como ferramenta de convencimento das pessoas, ela indaga por que não foi feito esse investimento em melhorias nas comunidades já existentes:

“Ah, porque é pobre, porque tem as casas feias...”, queriam mostrar coisa bonita... porque que ele [Governo estadual] não veio, não ajeitou as casas dos pobres? Disse “não, vamos fazer um reassentamento, vamos derrubar e fazer de novo”. Não! O negócio deles é só enganar, enganar! Quer jogar lá no fim do mundo, uma casa sem ser uma moradia adequada, só porque a casa é bonitinha. (Moradora L., comunidade Pau Pelado).

Outro elemento que gerou insatisfação entre os moradores foi o fato de ter que trocar uma casa por um apartamento. Conforme o projeto do Conjunto Residencial Cidade Jardim, cada apartamento teria uma área de 43,29 m², com dois quartos, sala e cozinha. Os blocos possuindo três pavimentos e distribuídos numa área de mais de 245 mil m² (CEARÁ, 2013, p. 31). Na opinião de uma moradora, é ““um poleiro de pombo’ esse Minha Casa, Minha Vida. Eu não concordo com a maneira que eles estão fazendo o Minha Casa, Minha Vida, que é aquele prédio de 4 andares pra juntar um bocado de comunidades, favelas...” (Moradora “L”, comunidade Pau Pelado). Entre os problemas está a impossibilidade de ampliação do imóvel, visto que é prática comum, conforme o crescimento da família, a verticalização dos imóveis com a construção de novos compartimentos no piso superior. No popular, o chamado “puxadinho”. “Nossas casas não são tão grande, mas também não são tão pequena. Mas também tem coabitação. Tem casa que você pode aumentar, pra cima, ou de lado, ou pra trás...” (Moradora “L”, comunidade Pau Pelado). A moradora salienta o desdém dispensado pelas “assistentes sociais” contratadas pela empresa Mosaico:

Quando a gente reclamava que o apartamento era pequeno, e era distante, elas [“assistentes sociais” da empresa Mosaico] diziam assim: “Qual a metragem da sua casa?”, entendeu? “Como é que é sua casa lá? Sua casa é velhinha, paredes rachadas, paredes caindo devido ao trem cargueiro, né!” Aí elas jogavam logo na cara do povo isso, que aqui era moradia de risco e lá era apartamento bonitinho, todo na cerâmica, todo bem feitinho, mas assim, uma caixa de fósforo. (Moradora L).

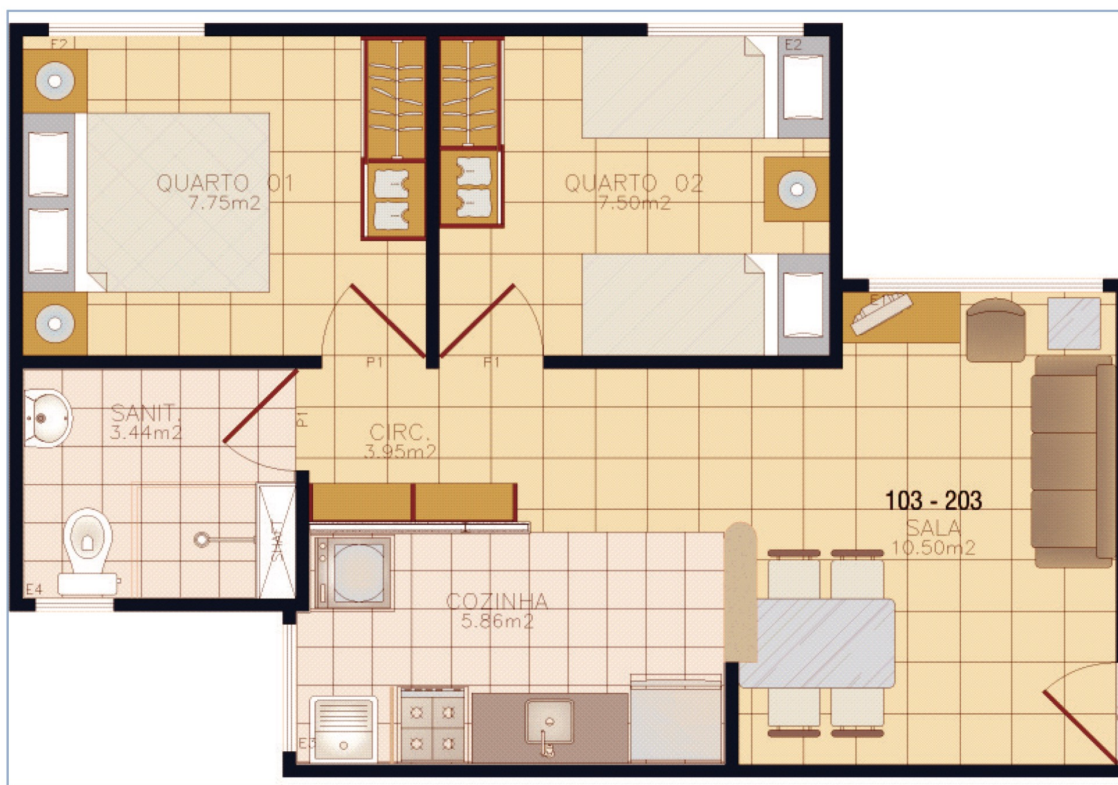


Figura 20: Planta das unidades habitacionais do Residencial Cidade Jardim. Fonte: Governo do CEARÁ, 2013.

O fato do conjunto habitacional ser destinado ao alojamento de famílias oriundas de diferentes localidades incomodava bastante os moradores ouvidos na pesquisa, visto que a perspectiva de proximidade com pessoas advindas de comunidades estigmatizadas pela criminalidade assustava: “vai vir gente de todo tipo e de toda qualidade”, relata o morador “I”, da comunidade Lauro Vieira Chaves. A moradora do Mucuripe se diz temerosa com a probabilidade de conflitos em razão da concentração de tantas comunidades no mesmo conjunto. Na visão dela, tais conflitos podem ser intensificados devido à ausência de serviços públicos.

Eles [Governo do Estado] estão pegando e jogando o povo de várias comunidades, muitas comunidades. Quer dizer, que várias comunidades juntas, me diz o que é que vai acontecer? Na realidade estão jogando o povo pra lá, porque? Porque o pessoal não tem muito entendimento e tá aceitando ir, e não é só do VLT não, tem outras comunidades que não tem nada a ver com o VLT, certo!

Mas lá não tem os aparelhos públicos, não tem escola, não tem posto policial, sabe! Não tem nada! Sabe, não tem nada! Pegou o povo e jogou lá, ao deus-dará, não sei quando eles vão fazer esses equipamentos... não sei! (Moradora G. Comunidade do Mucuripe).

O aspecto ressaltado acima está diretamente relacionado com uma das maiores inquietações dos moradores que resistem à mudança para o Residencial Cidade Jardim, a violência e a criminalidade. Praticamente todos os entrevistados realçaram de algum modo tal questão: “eu sei que tem cidadão, mas também tem muito vagabundo, tem traficante... já pensou tudo junto num lugar só, como é que vai ser?! Vai virar uma verdadeira guerra! [...] Tem gente lá da Cidade Jardim já reclamando que tem o tráfico comandando lá” (Moradora “L”, comunidade Pau Pelado). Além de chamarem atenção ao fato de que muitos moradores estão arrependidos por terem aceito a proposta de moradia no conjunto:

Hoje, o Cidade Jardim não é um lugar bom de ser morar, hoje a gente, nas reuniões que a gente participa, tem muito depoimento de moradores que estão lá que são doído pra vim “s’embora”, porque o risco de criminalidade lá ‘tá’ muito grande. De droga, de tráfico, de tudo. Porque como vem gente de tudo quanto é canto, porque lá é pra todos os removidos de toda cidade de Fortaleza. Onde tiver remoção é jogado pra lá. Então, tem pessoa lá que como não pode vender o apartamento, quem recebeu – porque tem aquele negócio da Caixa Econômica que se fica com 10 anos –, então, tem gente lá que tá trocando o apartamento, vendendo sem botar placa nem nada, fazendo de boca em boca. Porque que não aguenta mais morar lá. (Morador “I”, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Uma moradora entrevistada, “J”, que teve seu imóvel removido na comunidade Pau Pelado e optou pelo apartamento no Residencial Cidade Jardim, assinala que “até agora eu não vi [violência]”. Sua opinião positiva ao conjunto destoa consideravelmente dos demais moradores ouvidos: “Lá [no conjunto Cidade Jardim] é uma maravilha! Só de não pagar aluguel... mas eu vou ser sincera, eu gostava daqui, mas lá é melhor [...] Lá tem UPA perto, lá atende super bem! Tem escola... [...] No começo eu achei esquisito, porque eu já tinha costume daqui” (Moradora J, comunidade Pau Pelado/Cidade Jardim). Outra moradora (L.), da mesma comunidade, mas que optou por resistir a transferência para o Cidade Jardim, enfatiza que o conjunto no Bairro José Walter seria vantajoso apenas para os mais jovens, sem tantos vínculos e mais dispostos: “Pra ela [moradora J.] é bom, como eu lhe disse são um casal novo, não tem filho, estão começando a vida agora. Pra ela é bom, trabalha, não passa muito tempo em casa [...] Acho que pra pessoa assim que nem

ela, que tá começando agora é bom, não sente o impacto”. Na sequência da conversa outro morador (T.) intervém:

Deixa eu lhe falar uma coisa, antes dela [moradora J.] se mudar pra esse canto aí [Cidade Jardim], uma amiga minha ganhou um... ela foi sorteada, porque tanto ganha como é sorteado, pela Caixa. Eu fui botar ar-condicionado lá, ela disse que no dia chegou lá e roubaram as luzinhas [lâmpadas] ‘tudim’ da escada. No outro dia que ela foi lá pra entrar no apartamento já não tinha mais nada, levaram tudo. (Morador T., comunidade Pau Pelado).

Em seguida, a moradora “J” complementa com uma informação que contradiz seu depoimento inicial: “os bancos já estão tudo quebrados... [...] já estão roubando tudo lá, disseram que quebram as grades, roubam botijão...” (moradora J, comunidade Pau Pelado/Cidade Jardim).



Figura 21: Um dos primeiros blocos concluídos no Residência Cidade jardim. Fonte: acervo do autor.

Vale ressaltar que o Governo do Estado do Ceará prometia no projeto do Cidade Jardim um “Trabalho Técnico Social – TTS”, a ser executado pela Secretaria das Cidades com os seguintes objetivos: 1. Garantir condições para o exercício da participação comunitária; 2. Promover atividades para a elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias para que se expressem e se desenvolvam através de um conjunto de intervenções sociais; 3. Valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos; 4. Fortalecer os vínculos familiares/comunitários; 5. Viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, a fim de adequá-los às necessidades e à realidade local; 6. Promover a gestão participativa, com vistas a garantir a sustentabilidade do empreendimento. (CEARÁ, 2013, p. 32). Tal Trabalho Técnico Social consistia numa das principais respostas dos agentes diretamente envolvidos no processo do VLT para as questões levantadas acerca do Cidade Jardim:

No começo, no dia que eu fui olhar o apartamento modelo, a Assistente Social, a Ana Cristina, quando a gente reclamou sobre isso [sobre a ausência de serviços públicos no Cidade Jardim, sobretudo segurança], ela disse: “não Dona L., vai ter... vai ter assistente social, vai ter esse trabalho do assistente social pra poder ajudar aí na convivência do povo, né. Pra falar sobre o lixo, de como é a água...” (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

Uma das entrevistadas (moradora A.), ameaçada de remoção na comunidade Lagamar, trabalhou numa pesquisa realizada pelo LEHAB no Residencial Cidade Jardim, expôs suas impressões gerais a partir da sua experiência durante a pesquisa, e destacou as deficiências desse Trabalho Técnico Social, sobretudo no condomínio 6 (seis), em que foram acomodadas muitas famílias advindas das remoções do VLT, e onde existem dois blocos destinados aos ex-moradores da comunidade Lagamar, cerca de quinze famílias. A moradora “A” menciona que reconheceu nesses dois blocos o “barulho do Lagamar”, pois é comum a vizinhança da sua comunidade passar o dia ouvindo músicas no mais alto volume. Ela descreve alguns dos problemas encontrados especificamente nesse condomínio:

Eles não passaram por nenhum trabalho social, lá [no Cidade Jardim]. Não houve. O trabalho social foi negado no Cidade Jardim, então é briga de vizinho... Tinham pressa pra eles se mudarem logo pro Cidade Jardim, e os

apartamentos todos do conjunto 6 [seis] são sem acabamento, com problemas de rachadura, sem as janelas de vidro, foi o que a gente encontrou só no condomínio 6, a gente andou por todos os condomínios fazendo aplicação de questionário, e só no 6 que a gente encontrou esse problema. No 6 também é o único que não tem as áreas de lazer que tem nos outros. Nos outros tem pista de skate, tem parquinho, tem salão de festas, né! [...] No 6 não tem nada! Só tem o estacionamento em frente aos apartamentos e nada mais. Então, eles foram excluídos da sua comunidade, e foram excluídos de novo quando chegaram no Cidade Jardim. E quando você vai nos condomínios 1, 2, 3 e 4, onde tem gente de outras demandas, né, eles sempre dizem que o problema da violência começou quando o pessoal do condomínio 6 chegou [...] **então foi uma nova segregação que eles ganharam quando foram pra lá, né!** (Moradora A., comunidade Lagamar).

Os relatos coletados apontam as pressões do governo perante a vulnerabilidade de muitas famílias, o que acabava por fazê-las aceitar a negociação de suas casas. A perspectiva de ter a posse de um apartamento, não obstante a localização, ou de receber o montante da indenização, ainda que nos baixos valores estabelecidos, persuadia muitos moradores. A negociação de forma “individual” com cada imóvel atuava no sentido de dividir as comunidades.

Nunca viram muito dinheiro, e diziam 40 mil, parecia ser uma coisa grande, né! [...] **Muita gente vulnerável eles gostam de pegar... é bem vulnerável mesmo, pobrezinho que não entende muita coisa**, aí ele [morador] diz assim, “ah, eu vou receber meu apartamento, é tão lindo!”, mas coitado, mal sabe depois que tiver lá, como é que vai ser. Como é que vai ser pra ir trabalhar longe, porque perto não tem. Como é que vai ser pra levar um filho pro médico, porque o posto de lá é o posto do Zé Walter. (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

3.6.1 Resistência às remoções e ao Conjunto Cidade Jardim

Muitas famílias permaneciam insatisfeitas com todo o processo, tanto pelos valores baixíssimos das indenizações, quanto pela oferta de moradia num local tão distante. Os moradores alegavam a existência de imóveis vazios no próprio bairro ou na região. Além disto, o aluguel social oferecido não era suficiente para custear uma moradia digna nas redondezas. Nesse ínterim, moradores das comunidades Trilha do Senhor, Dom Oscar Romero e São Vicente de Paula resolveram criar um movimento próprio, o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), e se organizarem em separado ao Comitê Popular

da Copa. Eles conseguiram atrair outras comunidades para o movimento a partir de visitas aos moradores explicando o que estava ocorrendo.

Eu lembro que a gente viu que só tratando de comunidade em comunidade, a gente não seria tão forte, aí a gente pensou se a gente se tornasse um movimento, se fortaleceria mais, né! Teria mais autonomia. Aí, a gente se tornou um movimento, aí escolhemos e ficou o MLDM, escolhido também em assembleia. Eu lembro que eram 9 comunidades envolvidas na época. Depois veio o pessoal da Parangaba, que também veio participar com a gente [...] Aí, que a gente ia de comunidade em comunidade que fazia as reuniões, e o projeto do governo era explicado por nós. O governo nunca veio explicar pras comunidades o que ia acontecer. Então a gente pegou através dos meninos que pesquisavam, né! E traziam pra gente, e às vezes passava o dia todinho estudando aquele projeto, para poder nas assembleias, nas comunidades, poder explicar pro povo o quê que ia acontecer. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

O MLDM, no dia 27 de fevereiro de 2012, lançou um documento público, “Carta aberta à sociedade cearense, ao Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes e à Presidenta do Brasil, Dilma Roussef em ocasião da assinatura da ordem de serviço do VLT, obra de remoção de nosso povo trabalhador”, em que denunciava as violações ocorridas para a realização daquela obra de mobilidade urbana:

É com profundo e revoltante pesar que nós, moradores das Comunidades dos Trilhos, organizadas no Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), lançamos esta nota pública ao conhecimento da ampla sociedade brasileira e cearense que acompanha solidariamente nossos anos de luta para a permanência de nossas famílias, avós, netos, pais e filhos em nosso lugar de moradia. Hoje, dia 27 de fevereiro de 2012, manifestamos o nosso pleno e total desacordo com o ato da Presidenta Dilma Roussef no que se refere à assinatura da ordem de serviço para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), metrô de superfície que será construído ao longo de 12,7 km dentro Fortaleza, passando por 22 bairros e dezenas de comunidades em Fortaleza-CE, atingindo quatro mil (4.000) de nossas famílias. Durante estes longos dois anos de pressão por parte do Governo, sofremos com a ação de várias empresas terceirizadas que, a serviço do Estado, percorreram as comunidades para realizar cadastros, marcar e medir nossas casas. Para tanto, fizeram uso constante dos mais inescrupulosos recursos: moradores, incluindo idosos, foram ameaçados e intimidados; inúmeras casas foram marcadas sem o conhecimento e consentimento dos moradores; nossos domicílios e nossa intimidade foram violados; documentos foram recolhidos sem explicação. Desde que Fortaleza fora escolhida como sede da Copa do Mundo de 2014 nossa vida mudou. [...]. Desta maneira, mantivemos por dois anos exigências claras direcionadas ao Poder Público e estamos plenamente convictos de que ele as tinha sobre seu o conhecimento: exigimos que o VLT fosse construído em outro lugar, valorando alternativas ou passando pelas próprias avenidas; exigimos que o Governo parasse as marcações, os cadastros, as avaliações das nossas casas e a pressão psicológica que fez com que nossos parentes adoecessem e alguns deles, inclusive, falecessem; exigimos que se

reconhecesse o direito de podermos autodeterminar o nosso local de moradia e permanecermos no local de sempre, pois é aqui que construímos nossas vidas, nossos empregos, nossas escolas e criamos nossos filhos e filhas. (MLDM, 2012 apud ARAÚJO, 2013, p. 98).

A Defensoria Pública do Estado do Ceará obteve medida liminar, em 25 de janeiro de 2012, proibindo a remoção de moradores antes de ter garantido o pagamento de aluguel social, além da indenização ou recebimento da nova unidade residencial. No dia 13 de julho de 2012, na Procuradoria da República no Ceará, o Ministério Público Federal fez uma reunião com representantes do Governo do Estado do Ceará, da Transnordestina, do Metrô de Fortaleza (Metrofor) e de dez comunidades atingidas pelas obras do Veículo Leve sobre Trilho (VLT). A procuradora da República, Nilce Cunha Rodrigues, e o procurador, Alessandro Sales, mediarão a reunião e solicitaram informações e esclarecimentos. Eles demandaram ao representante do governo cearense um projeto definitivo das instalações do VLT, com as mudanças que já haviam sido anunciadas anteriormente. “É preciso dimensionar as famílias que serão impactadas com o projeto. Enquanto não existir o projeto definitivo, não é possível pensar nas medidas para mitigar os impactos” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012).

O representante do governo do Ceará apresentou o projeto e o andamento das obras, e também defendeu a política adotada pela gestão estadual para a desocupação das áreas afetadas. De acordo com o próprio, os valores de indenização eram condizentes aos imóveis desapropriados, e, além de que, as famílias que habitavam irregularmente em terrenos públicos estavam recebendo por algo que não lhes pertencia. Lembrou também da opção pela unidade residencial do Programa Minha Casa Minha Vida.

Os moradores presentes na reunião reafirmaram o desejo de permanecer residindo nos mesmos locais, pois além de morarem há muitos anos nas margens do trilho, com relações de amizade e de vizinhança estabelecidas, a proximidade dos postos de trabalho e dos serviços públicos teria um peso considerável. O deslocamento para regiões distantes acarretaria um enorme prejuízo. Uma moradora salientou a determinação da Lei Orgânica do Município de Fortaleza acerca da desapropriação de imóveis e reassentamento das famílias atingidas.

A resistência de muitos moradores em fornecer os dados para o cadastro social atrasou o cronograma das obras, bem como na segunda fase do processo de

desapropriação, com a recusa à visita dos técnicos nas suas casas para realizar a avaliação do imóvel. No 4º Balanço de Ações para a Copa, relatório apresentado em dezembro de 2012, o Estado do Ceará declarou que 1.970 famílias já estavam Cadastradas e 1.340 já possuíam os Laudos de Avaliação, no entanto, de um total de 2.185 imóveis, apenas 19 estavam efetivamente desapropriados.

A pressão das comunidades, aliada a outros movimentos sociais da cidade, também conseguiu alterar partes do traçado original, diminuindo a quantidade de pessoas que seriam removidas para a implantação do VLT em praticamente um terço, de 3 mil previstas inicialmente, caiu para 2.185, de acordo com dados da Seinfra (DIÁRIO DO NORDESTE, 1/02/2014). No caso da comunidade Aldaci Barbosa, os trilhos que atravessavam a comunidade foram deslocados mais a leste e a Estação Rodoviária foi realocada, diminuindo o número de imóveis a serem removidos, de 250 para 50 (CEARÁ, 2012 apud IACOVINI, 2014, p. 282). No Mucuripe, onde havia previsão de remoção de famílias numa faixa de 14 a 20 metros a partir da linha do trem, foi reduzida para 7 metros por causa da pressão dos moradores.

Outro caso que vale ser destacado é o da comunidade Lauro Vieira Chaves, que conseguiu a mudança do plano original do traçado do VLT, que também atravessaria as residências dessa comunidade, mas foi remanejado para uma área vizinha, pertencente ao Aeroporto. A previsão inicial eram de 203 casas para remoção, dessas, 66 foram retiradas, sendo que 13 famílias fizeram acordo para permanecer numa área próxima. Um dos moradores que realizou o acordo descreve sucintamente o processo:

Foi uma conquista muito grande pra gente. E ainda mais porque a gente ainda conseguiu mudar o traçado do trilho. Porque até lá ia ser tirado todo mundo [...] Aí na resistência a gente conseguiu mudar o traçado, fazer com que o governo debatesse o projeto de novo. Tirar o projeto de cima das casa e botar pra trás. E no lugar de 203 casas, só saíram 66. Dessas 66, 13 tinham área remanescente e 'tão' recebendo agora. [...] Já foi pago já, valores variados, dependendo das casas, casas melhores, casas piores. Teve casa no valor de 12, 14, 16 mil reais, que era casa pequena, lá na ponta, que era só quartinho. Como chegou nessa casa aqui [apontando para escombros], pode ver que ela é toda na cerâmica, toda no azulejo e tudo. Aí, essa casa aqui foi avaliada na época em 68 mil. E teve casa lá na frente, que era casa boa, com piscina, era duplex e tudo, era 80, 85 mil reais. Teve casa de 105 mil. Então, assim, as pessoas acharam bom, porque tinha casa que o cara achava que ia receber 40 mil, 50 mil na casa, a casa dele valeu 80 mil, então ficou muito fácil pra ele. Então a gente conseguiu aqui que pagasse o chão, pagasse a casa, a edificação (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Para Oliveira (2014, p. 122), se o Poder Público tivesse estabelecido desde o início o diálogo com as comunidades, os impactos da obra poderiam ter sido minimizados, garantindo talvez maior legitimidade e adesão ao projeto. Romero e Frota (2015) destacam que uma das principais diretrizes da Política Urbana consiste na “[...] gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (art. 2º, II, Lei 10.257/2001 apud ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 96), e que a participação deveria ocorrer mesmo no período de concepção do projeto. No entanto, os autores assinalam que a atuação dos agentes públicos envolvidos com a implantação do VLT revela “[...] uma postura baseada em tecnocracia o que acaba se refletindo em práticas autoritárias e negligentes quanto aos direitos da população impactada” (ROMEIRO; FROTA, 2015, p. 96). E que as alterações no projeto ocorreram mais em função da própria articulação dos moradores – que impôs ao Governo Estadual as necessárias mudanças –, do que uma abertura da gestão à participação popular. Até mesmo o acesso às informações sobre o projeto, na internet ou nas sedes dos órgãos envolvidos, não era adequado. No 5º Balanço de Ações para a Copa (1º ciclo), apresentado em setembro de 2013, 988 laudos de desapropriação, sendo que 482 já estavam executados.

No dia 4 de setembro de 2013, o Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) ajuizou uma ação civil pública contra a União, o estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal (agente financiador das obras do VLT ramal Parangaba-Mucuripe) (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 5/09/2013). Na ação, é requisitado a suspensão imediata dos efeitos do contrato firmado entre tais entes, interrompendo os repasses de recursos federais para implantação do VLT, e paralisando os procedimentos de desapropriação, remoção e reassentamento das famílias atingidas pelas obras. A ação do MPF solicitava que a Caixa Econômica Federal requisitasse do estado do Ceará, no prazo de 90 dias, um “Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias” referente à obra, produzido com a participação das comunidades atingidas, aprovado pela Caixa e apreciado pela Justiça Federal. Fundamentada no Estatuto das Cidades, a ação apontava que o Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias deveria apresentar estudos que contivessem:

- uma síntese do projeto de intervenção, com a especificação de sua área de abrangência, demonstrando corresponder a melhor proposta para minimizar os impactos decorrentes de remoções involuntárias;
 - cadastro censitário e diagnóstico socioeconômico das famílias afetadas;
 - quantificação e caracterização dos imóveis que serão atingidos;
 - mapeamento dos riscos e impactos negativos decorrentes da intervenção.
- (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013).

De acordo com a ação civil pública movida pelo MPF/CE, a proposta para reassentamento apresentada até então pelo estado do Ceará violaria o direito à moradia adequada, dado que não demonstrava a impossibilidade de reassentamento nas proximidades e sequer avaliava os imóveis vazios apontados pelas comunidades, desrespeitando o Estatuto das Cidades que recomenda o reassentamento no mesmo bairro habitado pelas famílias atingidas ou em bairros vizinhos. Em vista disso, a ação pedia também que a Caixa exigisse do governo cearense a elaboração de um estudo, também no prazo de 90 dias, que comprovasse a impossibilidade de reassentamento das famílias atingidas pelo VLT na mesma região onde já residiam.

Por fim, a ação da MPF/CE pedia para que a União, representada pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo (Gecopa), vinculado ao Ministério dos Esportes, analisasse num prazo de 60 dias os documentos técnicos elaborados pelo Ministério das Cidades e pelo próprio MPF acerca do estágio em que se encontravam as obras, e que se pronunciasse acerca da permanência ou não do VLT Parangaba – Mucuripe dentro da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo FIFA 2014.

Após intenso processo de articulação e mobilização dos moradores das comunidades afetadas, bem como a manifestação de entidades e movimentos, em 23 de setembro de 2013 o Governo do Estado do Ceará publicou o Decreto 31.285, determinando três imóveis localizados nos bairros Cidade 2000, Vila União e São João do Tauape de utilidade pública para fins de construção de unidades habitacionais às famílias afetadas pelo VLT. Novamente a ação junto a instituições da Justiça permitiu uma importante vitória ao conjunto de famílias resistente à remoção de seus imóveis.

Teve 3 audiências na 9ª vara cívica, com a Drª Joriza. Foi nessas 3 reuniões que tivemos com ela que a gente conseguiu terreno próximo, porque até lá não tinha proposta de terreno. Era só sair da casa mesmo e ir “s’embora”. E a gente sempre falou que precisava ser obedecida a Lei Orgânica do Município, que tinha que ser realocado próximo, essas coisas. [...] A juíza pediu pra gente fazer um

levantamento dentro da comunidade onde tinha um terreno próximo que podia ser realocado as pessoas. A gente fez essa trabalho todinho que era pra ser um trabalho do governo e quem fez foi a gente. [...] A medição das casas foi a gente que fez, pra saber quais iam ter que sair ou não, e nas audiências a gente ia mostrando pro governo que era ‘assim, assim...’ (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

Isto significou uma grande conquista para os moradores, pois asseguraria o reassentamento em terrenos próximos às suas antigas moradias, e sobretudo porque a própria ação organizada das comunidades atingidas foi capaz de demonstrar as alternativas habitacionais que garantissem tanto o andamento da obra como o direito dos moradores. “Eles alegaram que não ia... que fizeram na Cidade Jardim porque não tinha terreno próximo, então tinha que ser lá. Aí o pessoal fez a pesquisa e tinha mais de 200 terrenos aqui no entorno, né! Eu sei que depois de muita luta a gente conseguiu”. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor). Um dos moradores da comunidade Lauro Vieira Chaves, que ainda aguarda receber sua unidade habitacional a ser construída no terreno da Vila União, comenta as conquistas comparando com o cenário inicial deparado pelas famílias ameaçadas de remoção:

Desde julho de 2010, a gente vem nessa luta, nessa peleja já são 5 anos já. A gente vê que custou muita coisa essa luta, porque até lá, todo mundo ia sair sem direito a nada. Sem apartamento, sem unidade habitacional. Era só pegar o dinheiro e ir morar em outro canto, se virasse. E na resistência, a gente conseguiu que o governo pagasse a indenização acima do valor [anunciado inicialmente], que pagasse o chão. [...] Hoje o terreno já foi negociado, o governo já comprou por 482 mil reais. O terreno é 3.323 metros², onde vão ser construídos 5 blocos com 16 apartamentos. Que vai dar 80 unidades. (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

O morador ressalta também a luta por aumento no valor do aluguel social para as famílias que aguardam a entrega da nova unidade residencial. Eles rejeitaram a proposta inicial do governo estadual de 200 reais mensais. O valor acabou ficando em 400 reais, ainda muito baixo, diga-se.

O recuo do governo nos termos para desapropriação dos imóveis das comunidades do trilha não necessariamente alterou os procedimentos dos agentes terceirizados, que continuavam pressionando os moradores a negociarem suas casas. Ademais, o prazo de entrega da obra estava expirando. Diante disso, o Governo do Estado do Ceará moveu uma ação cautelar, julgada procedente em 28 de outubro de 2013 pela juíza da 9ª Vara da

Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, ordenando os moradores das comunidades Trilha do Senhor e São Vicente de Paula, focos de maior resistência naquele momento, a liberar o acesso dos agentes públicos aos imóveis considerados de utilidade pública. Tal decisão amedrontou até os moradores mais resistentes. “Até antes de chegar [a ação cautelar], ninguém tinha deixado entrar aqui. Aí quando o pessoal receberam isso aí, viram, aí: ‘não gente, agora a gente vai ter que abrir a porta’” (Moradora E, comunidade São Vicente de Paula). A medida cautelar veio a contento do propósito de acelerar o processo das obras.

Eles viram que não tinha saída, que tinha que acelerar o processo. Aí eles fizeram uma medida cautelar, na qual dizia que se o morador não abrisse as portas poderia responder um processo, e ser preso e tudo. Eles chegaram aqui com uma equipe com mais de 30 pessoas. Eu acho que chegaram aqui principalmente, mas chegaram em outras comunidades também. Aí eles vieram aqui com uma pilha de cópias dessa medida cautelar, aí foi de porta em porta avisando. Ainda vieram com reforço policial. Mas aí a pessoa se sentiu coagido, né! Uma pressão psicológica terrível. E muita gente abriu as portas e acabou cedendo. Porque até então ninguém tava. A gente vivia mudando de estratégia pra não deixar medir e nem deixar começar esse processo. Porque o processo era medir e começar pegar os dados dos moradores, pra começar o início do processo de desapropriação, que aí a gente veio enrolando de todo jeito. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Com efeito, a ação cautelar foi mais um duro golpe na resistência dos moradores das comunidades do Trilho. O processo de desapropriação avançou consideravelmente. “Foi por causa dessa liminar [ação cautelar], mas se não fosse essa liminar ter chegado aqui, eu acho que os moradores ainda tavam tudinho aqui. Porque eles se amedrontaram, ficaram com medo!” (Moradora E, comunidade São Vicente de Paula). Com efeito, as desapropriações atingiram justamente as principais lideranças do MLDM, causando um revés significativo na dinâmica do movimento. Uma dessas moradoras fez um desabafo emocionado sobre o forçoso distanciamento do movimento devido à remoção de sua casa:

Eu vou falar do meu sentimento, porque fomos as únicas removidas¹⁰⁸, até agora, né! E a gente tá na luta desde o começo, e quem tá aqui sabe o quanto a gente lutou pra não sair daqui, como a gente lutou! Aí, assim, quando a gente foi obrigada a sair daqui, foi como a gente tivesse sofrendo um luto, e foi uma sensação de fracasso mesmo, quando eu falo, eu até me emociono, porque não foi fácil, não foi fácil mesmo. Aí automaticamente, assim... emocionalmente a gente teve que se afastar, né! Quando a gente sai de um ‘canto’ pra outro, é... por

¹⁰⁸ As únicas pessoas “removidas” presentes na reunião em que foi coletado o depoimento.

vontade própria, ainda tem aquele sentimento, né! Ainda tem aquele negócio, assim, da saudade. Ainda mais você ser obrigado a sair do local que você viveu a vida toda [...] E assim, como a gente tava muito à frente, a tristeza bateu muito na gente, e emocionalmente, assim, abalou o movimento realmente. Abalou o movimento porque a gente lutou tanto, batalhou tanto, foi pra tanto ‘canto’, tantos espaços, e acabou tendo que sair! Foi realmente uma sensação de fracasso. Foi realmente como a gente tivesse vivendo uma tragédia, um luto mesmo. A gente foi arrancado de um grupo, e a gente não queria. E que pra mim foi realmente muito tempo pra gente retomar. Eu me afastei de muitas coisas, eu nem queria aparecer aqui, porque realmente... não era legal! Emocionalmente, eu não tinha como tá nos espaços. [...] (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

O caso dessa moradora ilustra algumas singularidades não previstas pelo *modus operandi* adotado pelas autoridades nas desapropriações. Ela e sua família moravam na parte superior de um imóvel “duplex”, comprado há mais de duas décadas: “a gente comprou com a mãe dele [do marido], né! E aí, ela ficou com a parte de baixo, e a gente com a parte de cima, aí foi meio a meio. Então por direito, a gente tinha direito a metade do valor do terreno, né!”. No entanto, pelo entendimento do governo estadual, apenas uma família teria direito à indenização do imóvel, e, nesse caso, seria a família que habitasse no térreo do imóvel, que estava na propriedade de um parente da moradora entrevistada, seu cunhado: “ele nem morava mais aí [na comunidade], ele alugava a casa. Ele não queria, então ele pegou e foi e vendeu a casa. Ele foi na Procuradoria, na PGE, né, oferecer a casa dele. Aí vendeu, negociou a parte dele.” (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

A moradora e sua família ficaram atordoados, além de terem de sair da sua casa, estavam sob o risco de não receberem absolutamente nada da quantia indenizatória. “A gente acabou tendo que... além de bater de frente com o governo, a gente ainda tinha essa luta particular”. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor). Eles procuraram a Procuradoria-Geral do Estado, que garantiu o desmembramento do processo de desapropriação do imóvel em três partes: para as duas residências, no térreo e no piso superior; e outra específica para o terreno, resguardando os direitos da família da entrevistada. “Nesse processo foi tudo, né, documentado que a gente ia receber a metade o valor. Mas a gente só fez isso, né, porque não tinha como... Ele [o cunhado] já tinha negociado. [...] Enfim... porque senão a gente ainda tava aqui.” Ela e sua família se mudaram para o bairro Passaré, a mais de 10 km de distância de sua antiga residência. “A gente tentou morar aqui por perto, mas aí não deu. [...] No nosso caso, a gente não optou

pelo aluguel social. Ao invés do aluguel social a gente optou pelo bônus. Porque podia escolher um bônus, de 6 mil, ou então um aluguel social”. (Moradora C., comunidade Trilha do Senhor).

A advogada popular “P”, comenta que especificamente as comunidades atingidas pela Ação Cautelar que acelerou as remoções, estiveram entre as mais ativas ao longo do processo de resistência, sendo assim, responsáveis grande parte das conquistas obtidas, sem, entretanto, usufruí-las: “foi a [comunidade] que adotou postura mais ‘rígida’, vamos dizer assim, em relação com o governo, de não aceitar proposta, e tal. E acabou que foi a que mais sofreu impactos maiores.” E continua:

Praticamente todas comunidades tiveram vitórias. Ou de reduzir o impacto, ou de conseguir indenização mais justa... várias coisas assim. E lá na Trilha, [...] ao que parece, foi o mais devastador mesmo, não teve avanço. Engraçado, eles conseguiram... eles foram muito na luta, e conseguiram avanços muito coletivos. Teve a Lei, que foi publicada aqui na Assembleia, que garantiu um “regramento”, assim, que ia ter o Programa Minha Casa, Minha Vida, ou um valor do aluguel social, tipo assim, mesmo ainda sendo insuficiente, mas avançou, foi uma Lei que meio que regulamentou como ia ser, né! E depois a Lei melhorou, aumentou o valor do aluguel social e tal... Muito se deveu, assim, o pessoal da Trilha, daquela região dos trilhos, né, eles foram muito protagonistas, assim, na luta, contra as remoções da Copa, do VLT. Mas no final das contas, as conquistas pra eles não chegaram da forma que chegou ‘pros’ outros, é uma avaliação minha. (Advogada Popular “P”).

A advogada avalia que a intensidade dos impactos nessas comunidades está relacionada à localização delas, no meio da Aldeota, próximas a grandes corredores de ônibus e muito “visíveis” aos olhos da vizinhança de renda bem mais elevada: “As outras comunidades, assim, são mais ‘internas’... eles não estão ‘estragando’ nenhuma paisagem, vamos dizer assim.” (Advogada popular “P”).

Muitas famílias optaram por esperar a unidade residencial a ser construída nos terrenos que o governo estadual havia desapropriado, nas proximidades das áreas atingidas pelo VLT. “Hoje eu tô morando com aluguel social, recebo 400 [reais] de aluguel social todo mês, e tô esperando pela unidade habitacional que quando sair eu vou morar sem pagar nada. Ainda vou receber a dinheiro do terreno, a sobra do terreno que eu não vou poder mais usar” (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

A demora no pagamento dos valores das indenizações gerou ainda mais prejuízos às famílias que aceitaram negociar suas casas, pois impedia a aquisição de uma nova

residência. “O pessoal tinha casa que dava pra comprar com aquele dinheiro, quando eles foram receber o dinheiro já não dava mais [...] porque o dinheiro não deu pra comprar, e gastou... *E dinheiro na mão de pobre não segura...*” (Moradora L, comunidade Pau Pelado). Um caso frequentemente relatado pelos moradores foi de um senhor, na comunidade da Trilha, que resistiu durante muito tempo. Sua casa era num terreno de esquina com um dos principais corredores da cidade, a Avenida Padre Antônio Tomás. No caso, seu imóvel não estava dentro das desapropriações relativas ao VLT, mas da construção de um viaduto, que também estava no pacote de obras de mobilidade urbana para a Copa, mas sob competência da Prefeitura de Fortaleza. De acordo com os moradores, as condições estabelecidas pela administração municipal nos processos de remoção eram tão drásticas quanto as do governo estadual. Foi necessário, além de muita resistência, o acionamento da Defensoria Pública para garantir valores mais justos de indenização.

A casa dele ia ser retirada por causa do viaduto, e, no começo, se o governo paga mal, a prefeitura paga pior ainda, aí ofereceram pra casa dele, um terreno num total que era quase 200 metros de área total, e estavam oferecendo só 48 mil reais. E a gente conseguiu com a Defensora que reavaliassem [...] eu sei que foi avaliado em quase 400 mil reais a casa [...] e eu sei que depois de muita luta conseguiu ser indenizado em 300...339 [mil reais]. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Contudo, os problemas desse morador não haviam terminado, pois logo após fechar acordo com um valor mais condizente às condições do imóvel, a prefeitura exigiu a desocupação imediata sem ter disponibilizado qualquer parcela referente à indenização.

Aí chegou o tempo que a prefeitura tava querendo o local pra querer fazer [a obra], enfim... E ele resistiu, resistiu, aí veio o tempo que... veio o trator e passou por cima. Veio Batalhão de Choque, veio Polícia Militar, e eles não se preocuparam, eles queriam o local, então eles não se preocuparam em colocar ele num local, porque até então não tinha recebido o valor ainda [...] porque ele, no papel, tava que ele recebeu os 338 mil, mas não foi depositado nada. Foi depositado em juízo. [...] Ele não tinha onde morar, não tinha recebido o dinheiro, não tinha onde morar e a casa foi derrubada. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Muitos vizinhos tentaram, sem sucesso, impedir a ação de despejo: “eu recebi ordem de prisão lá dentro [da casa do vizinho despejado], fui empurrada, arrastada lá de

dentro!” (Moradora E, comunidade Trilha do Senhor). Outra moradora, que está entre as mais idosas da comunidade – o que não a poupou de também ser agredida pela polícia durante a ação de despejo, afirma que aquele episódio serviu para alertar outros moradores sobre a gravidade do que vinha acontecendo: “E quantas vezes eu ouvi aqui as pessoas dizerem: ‘não! Não faz isso não. Isso não existe mais... polícia na porta...’ Eu fui empurrada!” (Moradora M, comunidade Trilha do Senhor). A violência policial durante as remoções ou atos de rua é uma constante entre os relatos, a moradora “A”, da comunidade do Lagamar, conta que a despeito de sua condição de gestante, foi arrastada por um policial durante uma manifestação: “a gente foi fazer um movimento [...] pelas ZEIS. E o policial, mesmo eu grávida, ele me agrediu, me arregaçou pro meio da pista, tá entendendo? Então, é um governo totalmente desumano”.

A moradora L, da comunidade Pau Pelado, disse que depois de participar de atos pacíficos e ser duramente reprimida, não importando sua idade e suas condições, passou a compreender a radicalidade presente em algumas manifestações públicas.

É por isso que quando aparece fazendo quebradeira, muita gente julga, eu já não julgo porque eu conheço e eu digo, isso aí é a linguagem que eles entendem, a linguagem que eles entendem é essa, eles só recebem a gente quando a gente chega lá fazendo quebradeira, aí dizem: “ah, mas estão infringindo a Lei, o poder público e não sei o que mais...”, mas a linguagem que eles entendem é essa, é a forma como recebem a gente. (moradora L, da comunidade Pau Pelado).

Os moradores queixam-se também da oferta de indenização aos proprietários que alugam os imóveis irregulares, pois estimula nas comunidades a prática de dupla indenização, com a expulsão dos antigos inquilinos e sua substituição por pessoas de confiança do proprietário. Na comunidade do Pau Pelado, no Bairro João XXIII, também foi relatado que o avanço das desapropriações se deveu muito em função de boa parte dos moradores morarem de aluguel. Não raro, com o mesmo proprietário detendo algumas dezenas de casas na comunidade. Foi relatado o caso de uma costureira que morava numa casa na comunidade Trilha do Senhor, de propriedade da família que a empregava. De acordo com o depoimento, a costureira, durante anos, teve descontado diretamente do seu salário uma quantia mensal, que no seu entendimento seriam prestações para a quitação da posse da casa. Justamente no período que iniciaram as desapropriações para as obras da Copa, ela foi demitida e despejada:

Ela tava há dezesseis anos [morando na casa], e ela pensava que ia ser dela. Mas aí, quando ela deixou de ser costureira exclusiva da família, eles quiseram despejar ela. “Aí, mas senhora, eu não tava pagando a casa?” Aí, ela [patroa] disse: “não, aqui era só um aluguel”. Aí ela foi despejada de lá. Aí o dono da casa, era o Bancesa. Aí ela pegou, foi despejada, deram só um mês pra ela sair. Aí ela saiu... Por isso ela foi morar na [Cidade] 2000, de casa alugada. A casa era do banco mas alugava para as pessoas. (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

A entrevistada ressalta também que em razão do imóvel ser de propriedade do extinto banco, Bancesa¹⁰⁹, por sua vez de propriedade de famílias que já possuíram relativa influência no cenário econômico local, o tratamento da desapropriação foi diferenciado em vários aspectos, sobretudo no valor indenizatório, superior à de outros imóveis em melhores condições. “Qual foi a casa aqui que ganhou 210 mil, na época? Ganharam 210 mil! E aquela da dona Paizinha! Aqui, que tinha a escolinha, ela chegou a 102 mil, com terreno e com tudo. Dependendo do morador, do dono, assim, o tratamento é diferente” (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Na comunidade do Mucuripe, o tratamento diferenciado é apontado em relação a um edifício residencial, que ocupa um raio semelhante ao da comunidade perante as margens do trilho, no entanto, os engenheiros foram mais cuidadosos com aquele espaço residencial de forma a não danificá-lo. “Eles tem coragem de dizer que nós estamos em área da RFFSA... da Transnordestina, mas o prédio não tá. Se o prédio tá na mesma coisa da gente, tá entendendo? Mas ele não tá na área da Transnordestina, é diferente, sabe?! [tom irônico]” (Moradora G, comunidade do Mucuripe).

¹⁰⁹ O Bancesa foi um banco fundado por Manoel Machado de Araújo, na cidade de Sobral (CE) com o nome de Banco de Sobral S/A, posteriormente mudou para Banco do Ceará S.A - BANCESA e por fim para Banco Comercial Bancesa S/A. Sofreu intervenção do Banco Central do Brasil em fevereiro de 1995 e sua falência foi decretada em 2004.



Figura 22: Edifícios vizinhos à comunidade do Mucuripe. Fonte: Acervo do autor.

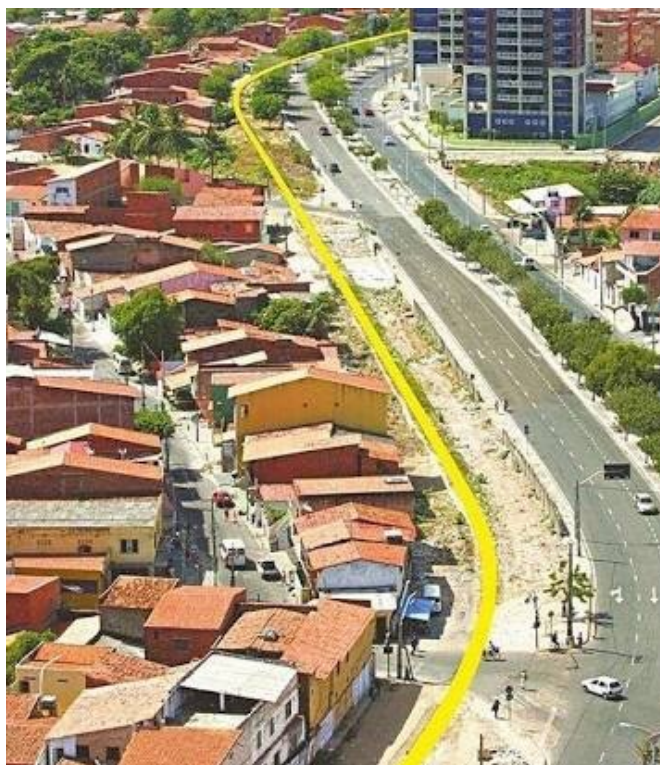


Figura 23: Imagem aérea da comunidade do Mucuripe (a linha amarela indica o traçado do VLT). Fonte: autor desconhecido

Conforme descrito ao longo das últimas páginas, a ausência de diálogo por parte do Governo do Estado e da Prefeitura desde o anúncio das obras do Veículo Leve sobre Trilhos e demais intervenções, trouxe temor e insegurança aos moradores das comunidades à margem do trilho. Para além dos aspectos materiais apresentados, como os baixos valores das indenizações e do aluguel social, e a controversa alternativa de moradia no Conjunto Cidade Jardim, a perspectiva de sair de sua casa e conseqüentemente romper vínculos afetivos fincados há décadas, causaram impactos psicológicos na população afetada pela obra, conforme assinalam autores acerca do tema¹¹⁰. “Muita gente, idosos, que já tinha sua

¹¹⁰ Cf. SOUZA, L., 2013; OLIVEIRA, 2014; ROMERO; FROTA, 2015.

raiz aqui, que já tinha muito tempo, foi ficando com depressão, foi adoecendo, outros faleceram, tudo por conta dessa pressão toda” (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

Um estudo sociológico elaborado pela Defensoria Pública da União (DPU) também salienta esse aspecto, “dada a grande incerteza sobre o destino de habitação, desenvolveram ou tiveram piora em quadros de hipertensão, doenças cardíacas e depressão; isto quando não foram idosos que vieram a óbito” (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013, p. 14 apud OLIVEIRA, 2014, p. 118). Com efeito, os idosos são os que geralmente mais padecem a remoção de seus imóveis. Conforme depoimento citado no mesmo relatório, de uma moradora residente há 65 anos de uma das comunidades do trilha, casos de depressão viraram frequentes na vizinhança. Ela demonstra indignação por desconsiderarem as condições das pessoas mais velhas ao longo do processo de remoções:

[...] nossas leis não nos respeita. Porque nós, cidadão brasileiro, de terceira idade, não temos lei. Qual a lei que nos ampara? Da Padre Antonio Tomás à Antonio Sales os moradores todos são terceira idade. Os que moram perto é filho, é neto. E pra onde a sociedade quer nos jogar? Por causa disso tem deixado muita gente depressiva. Eu não tinha problema de pressão alta, hoje eu tomo três medicamentos controlados. Meu marido da mesma forma. Quer dizer que tá nos deixando assim... que país é esse, meu Deus, que não olha pelo idoso? (DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, 2013, p. 14 apud OLIVEIRA, 2014, p. 118).

Entre os dias 1 e 3 de maio de 2014, alguns moradores atingidos pelas obras do VLT participaram do “Encontro dos Atingidos – quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos”, organizado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) e realizado em Belo Horizonte (MG). No evento estiveram presentes cerca de 400 representantes de comunidades atingidas pelas obras da Copa, trabalhadores da construção civil, ambulantes, moradores de rua¹¹¹. Foram compartilhados muitos depoimentos acerca do que vinha acontecendo nas 12 capitais sedes da Copa. Além das remoções habitacionais e outras violações de direitos cometidas na preparação do evento, foi tratada também a questão dos gastos públicos exorbitantes e o possível comprometimento da execução de políticas públicas dado o endividamento causado pelo megaevento esportivo. Ao final, o Encontro convocou para o dia 15 de maio o Dia Internacional de Luta contra a Copa.

¹¹¹ MARTINS, Helena. AGÊNCIA BRASIL, 01/05/2014.

3.7 A PARALISAÇÃO DAS OBRAS DO VLT E SEUS IMPACTOS.

A meta de ter o VLT Parangaba - Mucuripe em operação durante a Copa do Mundo FIFA 2014 ficava cada vez mais distante com a proximidade da data do evento, cuja abertura estava marcada para 12 de junho de 2014¹¹². Em fevereiro daquele ano, somente 47% das obras estavam concluídas e apenas 40% das desapropriações previstas haviam sido feitas, dessa forma, faltando quatro meses para o início dos jogos, o governo do Ceará precisava finalizar a desapropriação de mais de 1.200 imóveis. Ainda assim, a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra) garantia que o VLT seria entregue no prazo firmado (DIÁRIO DO NORDESTE, 1/02/2014). O coordenador de obras da Seinfra, André Pierre, afirmou em matéria ao jornal Diário do Nordeste, de 1º de fevereiro de 2014, que o restante das desapropriações não geraria impasse, pois muitas negociações já estariam em andamento. Na mesma reportagem foi apresentado um quadro geral de remoções de cada trecho do percurso do VLT: da Parangaba até a Av. Senador Carlos Jereissati: 175 imóveis; da Av. Senador Carlos Jereissati até a Av. Borges de Melo: 455 imóveis; da Avenida Borges de Melo até a Av. Antônio Sales: 450 imóveis; da Av. Antônio Sales até a Av. Santos Dumont: 300 imóveis; da Av. Santos Dumont até a Av. Abolição: 450 imóveis; remoção para possibilitar o acesso aos imóveis remanescentes: 150 imóveis. (DIÁRIO DO NORDESTE, 1/02/2014).

Entretanto, após ter sido notificado pela Secretaria de Infraestrutura de que a obra não estaria pronta até o início dos jogos, o governo do Ceará, em decisão publicada em 27 de maio de 2014, rescindiu o contrato com o consórcio responsável pela execução da obra, CPE-VLT Fortaleza. No momento da rescisão do contrato, há poucos dias do prazo de entrega acordado, apenas 51% das obras haviam sido feitas. O então governador Cid Gomes acusou o “despreparo” das empresas integrantes do consórcio, as construtoras Consbem, Passareli e Engexata, como o principal motivo pela suspensão do contrato (O POVO, 02/03/2016).

¹¹² A cerimônia de abertura ocorreu na Arena Corinthians, em São Paulo, duas horas antes da partida inicial entre Brasil e Croácia. O primeiro jogo em Fortaleza, na Arena Castelão, entre Uruguai e Costa Rica, ocorreu no dia 14 de junho.

A paralisação das obras não necessariamente significou alento às comunidades atingidas, pois, além de ter deixado um cenário de destruição e abandono ao longo dos trilhos, o fato de não consistir mais num equipamento para ser utilizado durante a Copa 2014 alterou substancialmente os termos em que vinham se estabelecendo as negociações para a desapropriação dos imóveis.

No começo, o metro quadrado... o valor era baixíssimo, mas eles pagavam, né! Eles pagaram numa faixa, dependendo da casa, eles pagaram numa de 700, 750 [reais]. Varia de casa para casa, de situação pra situação. E agora, acho que nem isso, não chega nem isso. [...] Lá na minha comunidade, eles estão pagando só a estrutura mesmo, e pronto. Porque se estão pagando metro quadrado, não chega a 200, 250, se chegar a 300 [reais], chega é muito! Então, eles não estão pagando o terreno (Moradora P, bairro Pio XII).

E mesmo em alguns casos que a negociação já estava finalizada, havia alteração nos valores quando depositavam o dinheiro: “Teve gente que negociou há mais de 2 anos, e chegou lá tinha era reduzido o valor. Aí, é aquela mesma história, aquele tratamento... é... chama na salinha, é individual. E dependendo do perfil da pessoa eles tem um tratamento.” (moradora C, comunidade Trilha do Senhor). Uma das entrevistadas, a moradora “E”, da comunidade Trilha do Senhor, acompanhou um casal de idosos, ambos analfabetos, durante a negociação do imóvel, ocorrida na Procuradoria Geral do Estado. Ela descreve os procedimentos que, segundo sua opinião, eram abusivos perante as condições subalternas do casal.

Quando ela [a moradora idosa] chegou... fez a negociação, ela não assinou. Aí ficou em um valor, que era até 78 mil. Quando nós chegamos lá, tava 72 mil. Aí ela... ainda mais um casal, que nenhum dos dois sabia ler, aí puxaram eles dois, aí eu ia entrar com ele, aí ela disse: “não, é só o casal. Você é da família?”, aí eu digo: “não, a gente tá acompanhando eles”. Aí ela disse: “não, vai entrar o casal”, aí entrou os dois. Aí passou muito tempo! Muito tempo! E eles nada, e a outra lá já tinha feito duas negociações e o casal lá dentro. Aí eu bati na porta e ela: “o que era?”, eu digo: “não, eu vou entrar, eu vou ficar com eles, porque nem ele sabe ler, e nem ela sabe”. Aí ela disse: “não, dona ‘E’, não se preocupe não, porque eu vou ler aqui o processo pra ela, e ela vai só assinar”. Aí eu digo: “não, ela não vai assinar! Ela não vai assinar porque a filha dela não tá aqui. E nós chegamos aqui e ela me disse que era 78, e aqui tá 72. Aí ela disse: ‘não, mas não se preocupe não!’”. Aí pegou a papelada toda e levou lá noutra sala, aí quando veio: “não, tá aqui. Ela agora vai assinar porque a gente fechou em 80”, aí eu digo: “olha, ela não vai assinar, porque a filha dela não tá aqui, ela vai vir aqui com ele, com o casal, aí você vê aí”. Aí pronto, a gente saiu, mas ela queria porque queria que ela assinasse, ela não assinou porque eu insisti: “não, mulher, ela não vai assinar porque... aliás, eles nem assinam.” (Moradora E, comunidade Trilha do Senhor).

A moradora “JC”, da comunidade Pau Pelado, que além de idosa, possui uma deficiência na visão, relata seu temor com o processo de remoções. Ela conta que necessita recorrer aos vizinhos para não correr o risco de ser enganada pelos agentes que negociam a desapropriação.

Olha, essa casa aqui é minha, né. Eu tô com medo que quando for... de repente me tirarem daqui. E do jeito que eu sou, ‘abestadinha’, a pessoa faz de mim tudo que... fale... eu já caio na onda deles. Eu vou pra onde? Lá pro lado da ponte? Porque eu não quero vender minha casa por pouco dinheiro, e eles não querem me dar o dinheiro que eu pedir, né! E tem que ter uma pessoa ali do meu lado pra me dar aquela força, porque eu sozinha eu não resolvo não. Aí eles fazem de mim o que eles querem, levem a casa assim, oh! Porque antigamente eu podia, eu tinha força, de falar de resolver qualquer problema meu, mas hoje eu não tenho mais aquela força, aquele jeito, hoje eu não tenho mais. [...] aí eu não quero, mas tô com medo, não vou mentir, tô com medo que me tirem daqui. Aí eu vou dizer como os outros, eles tem força e tem dinheiro pra resolverem, já eu não tenho, não tenho nada disso, nem aposentada eu sou. E foram eles mesmo que tiraram. Os anos ‘tudim’ que eu trabalhei e paguei, eles não me deram nada. (Moradora “JC”, comunidade Pau Pelado).

Os moradores denunciam também que a empresa responsável pelos laudos e avaliações está utilizando medições realizadas antes da aprovação do EIA-RIMA, e que haviam sido anuladas pela justiça, dessa forma, estavam impondo às famílias valores menores de indenizações. Uma moradora também relata certa malícia por parte dos agentes em jogar com a desinformação dos moradores, tanto em negociar o valor das casas quanto em persuadi-los a aceitarem a proposta do Conjunto Cidade Jardim.

A primeira vez que o Cid Gomes entrou nas casas daqui pra medir, com aquele negócio, e bater foto, tudo malfeito! Pois eu tenho certeza absoluta de que os valores de agora, que os moradores estão vindo me dizer, é com essa medição que estão chamando os moradores lá e negociando as suas casas. Essa medição não tá valendo! [...] Enquanto isso, a Comol continua chamando o morador lá, com aquela medição. E os moradores, tudinho, foram. Menos eu. Eu e mais três famílias [...] Todos já foram chamados, e nessa condição aí, os valores baixíssimos. Não tem comparação com os valores há dois anos atrás. Eu não tenho certeza porque eles não botam no papel o valor do metro quadrado do São João do Tauape.[...] Eu acho que é incorreto isso, que eles tem que colocar no papel o valor do metro quadrado, o valor total da casa, de parede, de terreno, tudo muito bem explicadinho. Que é pro morador, quando chegar e ler, e entender! E isso, quando eles chegam lá dentro, eles não estão entendendo nada. Com mais a pressão que eles botam em cima, pro morador assinar logo na primeira vez, e pressiona mesmo. Aí fica se sentindo humilhado, uma formiguinha em cima de um elefante. De uns gigantes, porque é assim. Enquanto

isso, na reunião, desmentem a gente, diz que: “não! Nada disso acontece lá. Porque lá deixa os moradores ‘super’ à vontade. Os moradores é que pedem pra ir pra Cidade Jardim, ou pra algum ‘canto’ que queira morar”. E se os moradores que não estão a gente, e estão realmente indo lá. Aí, a gente fica como? Nós que estamos na frente, fica como? (Moradora “P”, comunidade do Pio XII).

Conforme citado no trecho final da fala acima, é procedimento comum os agentes do governo, terceirizados ou não, criarem contradições e conflitos entre os moradores. O tratamento individualizado acaba por alimentar desconfianças entre as famílias. Uma das moradoras entrevistadas menciona que muitos que negociam suas casas costumam não falar do valor da indenização, talvez com receio no interesse que possa vir a despertar entre os vizinhos, o que é algo contestado pela própria moradora, pois tal informação seria extremamente relevante para o restante das famílias terem como referências no momento de realizar sua negociação. A moradora lamenta essa situação. “E o que o governo quer, é o que tá acontecendo, a gente no começo se unia, muitas comunidades. Aí eles [o governo] fazem com que o pessoal entre em atrito, em conflito um com outro, da própria comunidade, que é o que eles querem, que é o que tá acontecendo” [Moradora M, comunidade Trilha do Senhor].

Uma moradora de outra comunidade ressalta mais uma consequência das obras do VLT que tem afetado bastante as pessoas mais vulneráveis, a poeira que é lançada pelo maquinário. A entrevistada destaca a atitude negligente das empresas responsáveis pela obra, que tratam com desdém as reclamações dos moradores acerca dos impactos na vizinhança.

A empresa que vem... que tá fazendo a obra, não tem respeito pelo morador, quando vem trabalhar... quando é em área nobre, que tem lojas... quando eles vão trabalhar lá tem um ‘carrinho pipa’ que é pra molhar e não deixar subir a poeira. E aqui, que é área bem humilde, o trator tava aí trabalhando e as pessoas, coitadas, e fica tão vulnerável, com medo de falar, e se fala eles não fazem nada, e fica aí engolindo poeira, adoecendo, sem ter remédio nos postos, sem ter consulta. (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

Além da sujeira, muitas casas que não estavam marcadas para serem removidas ficaram comprometidas em virtude da demolição de casas vizinhas ou pela própria intervenção dos tratores na via pública. No Lagamar, a moradora “A” ressalta que “muitas casas ficaram com a estrutura abalada”, colocando os moradores sob risco, “... e até agora

a gente recorre ao governo pra... pagar a reforma dessas casas, porque eles [moradores] não tem culpa de nada, né!”. A paralisação das obras acabou por protelar a resolução desse problema, tornando arriscadas as condições de habitação de famílias que a princípio não seriam afetadas com os impactos do VLT. “E o governo tá até agora de braços atados, é tipo, a casa vai já cair, e eles vão ter que gastar um valor muito alto em indenização pra família, e não resolvem o problema, né!”. A moradora “M”, uma das mais idosas da comunidade Trilha da Senhor e também uma das mais resistentes à remoção, teve boa parte de sua casa comprometida. Além de terem elevado o solo da avenida, e conseqüentemente rebaixando a altura da casa, um desvio fez com que a pista passe muito próxima à parede da sala, haja vista praticamente não existir calçada. Ela conta que diariamente os funcionários da obra indagam: “a casa da senhora ainda permanece aqui?”, pois o risco de colisão passou a ser elevadíssimo:

De noite, nós não estamos dormindo, com aquelas placas caindo, fazendo a maior zoada! O vento jogando... Você não dorme! Isso sem contar nos carros, e você não fica mais na sala. Passa o dia com a porta fechada. Eu tinha uma venda de banana, passo praticamente fechado. Eu não deixo meu filho nem ninguém ficar lá. Eu vejo a hora dos carros entrar em casa. Porque se um ônibus daquele... essa semana não faltou nada pra uma carreta levar a casa da dona Zefinha. (Moradora M, comunidade Trilha do Senhor).

Sem falar na sensação de insegurança em ter o imóvel invadido, pois o telhado ficara mais acessível ao nível da rua:

[...] Se um bandido chegar, ele tira o telhado da minha casa todinho com a mão, porque ficou baixo, ficou enterrada. [...] Eu estou sendo prejudicada. [...] Meus filhos chegam, toda hora ligam: “mãe! O que a senhora tá fazendo aí? Vamos embora alugar uma casa!” Tô vendo a hora meu filho... Um dia desses o médico patrão dele, veio trazê-lo e disse: “Você tá deixando seus pais aqui? Um casal de velhos, desses! Se um carro entrar aqui esse pessoal não escapa!” Isso eu ouço diariamente. [...] (Moradora M, comunidade Trilha do Senhor).

A moradora da comunidade Pau Pelado, que recebe aluguel social enquanto aguarda receber a nova unidade residencial, a ser construída, acrescenta que outros danos materiais causados pelos impactos das obras, como as rachaduras nas paredes e no telhado de sua antiga moradia, causaram prejuízos também no seu meio de trabalho:

Eu sou costureira, eu tô sem renda por causa da obra. A obra inutilizou... a casa já não tem estrutura, já é antiga, aí começou a rachar as paredes com o trator. Eu reclamo pro André Pierre [funcionário Seinfra] e ele diz assim, “mas não já passava o trem?”, sim, mas não é... o trem passava assim, uma vez no dia, uma vez de madrugada, não é como ele tá trabalhando aí que é o trator direto, a casa tremia que você tinha que vir pra fora. Aí tem casas rachadas, e com aquela poeira, a minha máquina que é industrial entrou poeira. E na primeira chuvalhada entrou água, porque essas casas, você vê [aponta para o telhado], qualquer coisinha as telhas afastam. Aí entrou água... aí eu fiquei sem renda! Eu tô sem trabalho por conta da obra, minhas máquinas, são três máquinas, tem uma que tem que trocar o óleo, porque molhou e talvez tenha até que trocar algumas peças, então, estão todas as 3 paradas. O conserto de uma é no mínimo trezentos [reais], pra trocar o móvel, tudo... é 500 reais, eu não tenho condição... (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

Entre os danos causados pelas obras está a desativação de alguns projetos sociais e a extinção de áreas de esporte e lazer. “A creche, que foi ‘plantada’ pelos próprios moradores, com ajuda da pastoral da Igreja. A gente tinha... tinha porque agora não tem mais, tá fechado, a casa da pastoral, que a gente fazia reunião [...] Tem a capelinha também que foi feita pelos próprios moradores...” (Moradora L, comunidade Pau Pelado).



Figura 24: Comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII. Fonte: acervo do autor

Além disso, a paralisação das obras, muitas das casas demolidas ficaram abandonadas, com entulhos e lixo, e proliferando ratos e escorpiões, deixando os moradores da vizinhança mais suscetíveis à contração de doenças. “Aqui, a situação aqui tá crítica! [...] Tá horrível! A maioria da comunidade aqui teve dengue, é... essa [gripe] ‘chicungunha’, por conta da ‘lixarada’. O pessoal aqui tá vivendo no meio do lixo. Aqui é rato, é escorpião, é barata” (Moradora “E”, comunidade Trilha do Senhor). De acordo com os relatos dos moradores, alguns desses locais também passaram a ser ponto de uso e tráfico de drogas.

Na Trilha do Senhor [...] que é uma das comunidades mais sofrida, o que tá acontecendo lá, é que tem mais é idosos, é os que estão mais sofrendo... com a sujeira, é rato, é porque é assim, aqui é uma casinha, mora um velhinho, aí duas, três casas derrubaram mas ficou o entulho, porque eles não foram limpar. Aí é rato. Sem falar que ainda tem os ‘flanelinhas’ que vão usar droga, essas coisas assim. Aí, quer dizer, vivem no perigo agora! (Moradora L, comunidade do Pau Pelado).

Situação semelhante ocorre na comunidade do Lagamar, em que a moradora descreve que dois trechos enormes já haviam sido derrubados, e que “faziam [as demolições] na boca da noite, né! Tinha resolvido o papel da família, eles [funcionários terceirizados] chegavam à noite derrubavam a casa e no outro dia a gente passava e não tinha mais casa, tava tudo derrubado.” E além dos problemas já descritos em relação ao entulho e ao lixo acumulado, surtos de doenças e a pontos de uso de drogas nas áreas demolidas, as obras também deixaram parte da comunidade sem acesso à água e saneamento durante meses; além de no mesmo período ter tido forte incidência na comunidade de recém-nascidos com microcefalia.

E acumulou muito lixo, porque eles derrubavam a casa e deixavam o entulho lá. Eles não vinham pra limpar o terreno. Isso ficou... se arrastou por dois anos, com entulho – e no Lagamar a gente não é bem assistido pela coleta do lixo, não é que nem nos bairros grandes daqui, que o caminhão passa de dois em dois dias. Lá, tem alguns *containers* distribuídos, mas tipo, você tem que andar meio quilômetro pra achar um *container*. [...] Então a pessoa tem do lado da casa uma ‘rampa’ de entulho. O que foi que as pessoas acharam mais fácil? Jogar o lixo lá no entulho, né! Então, todo esse entulho, virou assim, várias... se criou várias rampas de lixo em todo trecho ali do trilho porque as pessoas não tem onde jogar o seu lixo, e eles não vem recolher o lixo, vem assim, uma vez em 20 dias, ou uma vez no mês todo, depois que já um montante de lixo. O trem, quando vai passar – pra tu ter noção –, tem que parar, uma pessoa do trem desce pra tirar o

lixo com a pá pra poder passar. [...] Uma marginalidade que aumentou nessas regiões, porque eles derrubam a casa, eles tiram a luz daquele trecho, tiram água, tiram saneamento [...] São buracos enormes, cheios de água, e com muito foco de dengue, a gente tem casos de crianças que nasceram no Lagamar, nasceram com microcefalia, e a gente não tem outra culpa, ah não ser essa, os grandes focos que eles deixaram na comunidade, e não adianta a gente, enquanto morador, ir aterrando, porque são tantos e tão grandes, que água empossam lá. Famílias que ficaram 3, 4 meses sem água, porque eles vieram e tiraram os canos, e as famílias que não iam sair ficaram sem a água porque tiraram o cano da Cagece da frente, né! Então a gente só conseguiu resolver esse problema da falta de água pra alguns moradores quando a gente fez uma denúncia pra Defensoria pública, e o Defensor foi lá. Com dois dias, a Cagece apareceu lá botando cano em tudo, por conta da denúncia, né! Então eles super negligenciaram as comunidades, e o Lagamar foi só mais uma comunidade aí com grande perda de direitos. (Moradora A, comunidade do Lagamar).

A entrevistada completa comparando a situação da sua comunidade com um cenário de guerra, “você passar e ver uma comunidade que era tão ‘massa’, que tá igual à ‘Faixa de Gaza’. As casas todas destruídas, parece que uma bomba caiu e... tá tudo destruído. Entulho e lixo por onde você passa”. Ela recorda que só ocorreu alguma limpeza após reportagens denunciarem as condições vividas pelos moradores, e que tal situação perdura mesmo com mudanças no governo. “Então tá um descaso mesmo, tanto do governo passado, como desse, agora, né! Que se diz de esquerda, mas que não melhorou em nada. Nada andou” (Moradora A, comunidade do Lagamar). Tal situação de abandono tem feito muitas famílias optarem por negociar suas casas.

Hoje, depois de tantos anos, e de tanto sofrimento na beira do trilho, essa questão da falta de saneamento, das doenças, do lixo, da dificuldade de vida. As pessoas tinham uma qualidade de vida, e hoje não tem mais por causa da obra lá, inacabada. Você passar 3 anos de frente pra um entulho, sua casa pra cair, né! [...] O povo hoje tá nisso, tá doído pra sair, porque não aguenta mais viver nessa dificuldade. É muito ruim! Você anda ali no trecho do trilho e se sente mal, e é porque você tá só passando, imagina ali quem tá morando, né! [Moradora A, comunidade do Lagamar).

A moradora “G”, da comunidade do Mucuripe sugere que as condições insalubres a que foram submetidas centenas de famílias atingidas pelas obras do VLT não são aleatórias, resultantes apenas da paralisação das obras, mas funcionam como um poderoso mecanismo de pressão sobre os moradores, de modo que o estado praticamente insuportável de suas moradias faça com que consintam o mais rapidamente com os termos injustos da negociação:

Eles acharam que, parando a obra, não deveria continuar com as indenizações, nisso, as comunidades já estavam toda no meio dos entulhos. Nisso, exatamente... ele [governo] botou as comunidades no entulho, pra comunidade... você sabe, né! Entulho gera lixo, e aí vem doenças, como a gente está vendo agora... doenças! E essa *zyca* [vírus], essa dengue, “chicungunha”, né?! Então isso, a gente entende, que é uma forma de pressão deles, de fazer que a comunidade realmente faça o acordo. Porque, se... todas as casas não tivesse sido demolidas, estava difícil pra eles. Mas foi um aqui cedendo, outro lá cedendo. Pagando por um metro quadrado que não faz jus, porque ele estão trabalhando em áreas nobres. Uma área nobre é 10 mil [reais] o metro quadrado, aqui, a Beira mar, é 10 mil. Pra cá, digamos, seja uns 5 [mil reais]. (Moradora G, comunidade do Mucuripe).

A moradora “G” expõe que mais famílias estão sendo induzidas a fazerem a negociação, e que a pressão dos agentes terceirizados foi retomada após a paralisação das obras: “Eles ficam perturbando a cabeça das pessoas dizendo que vai pra justiça, sabe? E com a juíza, ela falou pra eles não fazerem mais isso”.



Figura 25: Entulhos na comunidade do Mucuripe. Fonte: acervo do autor.



Figura 26: Entulhos na comunidade do Mucuripe (2). Fonte: acervo do autor.

3.7.1 Retomada das obras e outras resistências

Em agosto de 2014, o governo do Ceará abriu nova licitação para a conclusão das obras do VLT. Na ocasião, o único proponente foi o consórcio VLT-Fortaleza, composto pelas empresas de engenharia Marquise e Engesol. Contudo, a proposta¹¹³ não foi aceita após análise feita por técnicos da Secretaria Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra). Em dezembro do mesmo ano, nova tentativa de licitação foi realizada, sem sucesso.

¹¹³ A proposta do consórcio VLT-Fortaleza encaminhada à Comissão Central de Concorrências da Procuradoria Geral do Estado do Ceará, sob o Regime Diferenciado de Contratação (Lei 12.462), foi no valor de R\$ 162.009.997,19 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014).

Apenas uma empresa apresentou proposta, a Sultepa Construções e Comércio Limitada, que foi de R\$145,249.800,70 milhões. Apesar de aprovada a proposta, a empresa desistiu do projeto alegando falta de condições financeiras (DIÁRIO DO NORDESTE, 04/01/2015). As obras permaneceriam paralisadas por mais alguns meses.

Em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Ceará, no dia 1º de abril de 2015, foram debatidos os impactos das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a situação dos moradores das comunidades atingidas. Durante a audiência, a defasagem dos valores das indenizações e do aluguel social foi a principal questão levantada pelos moradores das comunidades afetadas, que compareceram em número considerável, sendo necessária a abertura de outro auditório para os que não conseguiram lugar na audiência assistirem através de um telão. “Que hoje não seja fruto de um 1º de abril”¹¹⁴, observou um morador da comunidade Caminho das Flores no bairro Parangaba, em menção à data da audiência ser também o “Dia da Mentira”, e no sentido de assegurar que as reivindicações feitas naquele plenário fossem realmente atendidas. Os moradores presentes também exigiram o cumprimento do decreto¹¹⁵ que tornava de utilidade pública para fins de desapropriação os terrenos nos bairros Cidade 2000, Vila União e São João do Tauape, para reassentar as famílias atingidas pelas remoções do VLT.

O Governo do Estado do Ceará esteve representado pelo coordenador de Transporte e Obra da Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra), André Pierre, que se comprometeu na audiência e tomar providências em relação à atualização dos valores¹¹⁶. O representante da Seinfra também assegurou a construção de 96 unidades habitacionais na Vila União para os moradores que tiveram os imóveis removidos na região; também 96

¹¹⁴ VEÍCULO Leve sobre Trilhos: defasagem nos valores de indenizações por desapropriações e aluguel social. MANDATO É TEMPO DE RESISTÊNCIA – DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO. 02/04/15. (Site Eletrônico).

¹¹⁵ Decreto nº 31.285, de 23 de setembro de 2013.

¹¹⁶ O deputado estadual Renato Roseno (PSOL-CE) apresentou como contributo das discussões realizadas na audiência pública, um projeto que atualizaria os valores das indenizações: “A proposta prevê obrigação do Estado de atualizar os valores das indenizações oferecidas de acordo com o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), o principal indicador de custo da construção civil no Brasil, e pagamento de juros compensatórios em 12% para casos de perda provisória da posse. O projeto de indicação também atualiza o valor do auxílio social e o valor-base para concessão de unidade habitacional de acordo também com o INCC, que vai de R\$ 40.000,00 para 50.000,00, o que ficaria coerente com a proposta de atualização do valor de indenização.”

unidades na comunidade Aldaci Barbosa; 448 na comunidade Alto da Paz e 1.360 na Cidade 2000.

Além da defasagem dos valores, outro fato muito reclamado foi a demora no pagamento das indenizações. Embora o acordo de desapropriação assinado com o Governo do Estado firmasse um prazo de 40 dias para o pagamento, alguns casos demoravam mais de um ano. Na ocasião, a representante da Promotoria de Conflitos Fundiários da Procuradoria Geral de Justiça, Geovana Araújo, salientou que em muitos casos, as negociações com a SEINFRA ocorriam na base da pressão sobre os moradores. Ademais, a promotora também questionou por que o reassentamento das famílias – retiradas de locais em que residiam há décadas – não foi planejado para ser realizado nos bairros próximos. Além disto, ela recomendou o cumprimento de decisão judicial que determina a correção de forma prévia e justa dos valores das indenizações e do aluguel social, haja vista tais valores terem sido definidos em 2012. O defensor público do Estado do Ceará, José Lino Fonteles, também asseverou a necessidade da atualização dos valores, pois os aluguéis haviam praticamente dobrado durante o período. Acerca do reassentamento, Fonteles reiterou o prejuízo para os moradores que já possuíam serviços básicos e gratuitos como educação, saúde e lazer próximos a suas residências.

Também presente na audiência, o procurador do Ministério Público Federal Alessandro Sales, corroborou as reclamações levantadas pelos moradores: “O Estado não pode deixar as pessoas em situação pior. O ideal é que melhorasse a vida das pessoas; se não, pelo menos, que deixe em situação equivalente; mas fez foi piorar”¹¹⁷. O procurador também interpelou os representantes do Governo acerca da desapropriação de uma área de preservação ambiental no Parque do Cocó para a construção de moradias. Mesmo reconhecendo o interesse social, assinalou que haveriam alternativas que não afetassem a questão ambiental. Por fim, relatou que em muitos casos, as obras geraram impactos em casas que não seriam removidas, como rachaduras ou mesmo o comprometimento da estrutura física do imóvel.

Na audiência também foram debatidas as obras, paralisadas desde junho de 2014, quando o Governo do Estado do Ceará interrompeu o contrato com o consórcio

¹¹⁷ VEÍCULO Leve sobre Trilhos: defasagem nos valores de indenizações por desapropriações e aluguel social. MANDATO É TEMPO DE RESISTÊNCIA – DEPUTADO ESTADUAL RENATO ROSENO. 02/04/15. (Sítio Eletrônico)

encarregado das obras, sob a justificativa do descumprimento de prazos por parte do consórcio. Na data da audiência, quase um ano após a realização da Copa 2014, apenas 51% do projeto estava concluído. Das dez estações previstas, somente uma estava finalizada¹¹⁸.

O procurador Alessandro Sales também questionou os motivos da rescisão contratual com o consórcio CPE-VLT, pois diferentemente da versão do Governo do Estado acerca do “contrato infeliz” com empresas inoperantes, o consórcio afirmou ao Ministério Público Federal que a não continuidade das obras ocorrera em razão do atraso nas desapropriações dos imóveis. Ademais, o procurador estimou os prejuízos ocasionados com a paralisação da obra, que de acordo com dados levantados pelo próprio, os 49% das obras a serem finalizadas superariam o valor total inicialmente previsto pelo projeto.

O representante da Seinfra lembrou que após a paralisação das obras, duas tentativas de licitação haviam sido feitas, sem, no entanto, atrair o interesse de muitas empresas. Em virtude disso, visando ser mais atrativo para as empresas, o restante das obras seria dividido em três lotes, numa terceira tentativa de licitação. Tal medida foi ponderada pelo procurador Alessandro Sales, pois o fracionamento do projeto em três partes poderia encarecer ainda mais o valor total.

Em novembro de 2016, Ministério Público Federal no Ceará (MPF/CE) expediu uma recomendação à Secretaria da Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra) para esta adotar medidas com o objetivo de ressarcir os prejuízos causados pela paralisação das obras para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) ramal Parangaba-Mucuripe, entre elas exigir que o Consórcio CPE – VLT Fortaleza devolvesse aos cofres públicos cerca de R\$ 8,5 milhões, valor estimado do rombo. O procurador da República Alessandro Sales assinalou que “a paralisação acarretou ao erário danos decorrentes de custos adicionais para retrabalho na obra, furtos de materiais de construção, e ausência no pagamento de multas contratuais” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 21/11/2016).

Alguns dias após a audiência, o secretário da Infraestrutura do Estado do Ceará, André Facó, reuniu a imprensa local para a apresentar o novo plano de ações para conclusão das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) Ramal Parangaba-Mucuripe. Na reunião foi detalhado o panorama das obras e lançadas novas licitações, através do Regime

¹¹⁸ Estação Rodoviária, próxima ao Terminal Rodoviário Engenheiro João Tomé, na comunidade Aldaci Barbosa, no Bairro de Fátima.

Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), para a conclusão do VLT. Conforme anunciado na audiência pública, citada há pouco, a obra foi dividida em três trechos: da passagem inferior da avenida Borges de Melo, no bairro Vila União; da Estação Borges de Melo à Estação Parangaba e o Centro de manutenção; e da Estação Iate à Estação Borges de Melo¹¹⁹. Segundo o secretário de Infraestrutura, “[...] tivemos uma preocupação em fazer este novo processo licitatório, pensando na ampliação de competitividade das empresas, além de suas capacidades em executar as obras com celeridade e total plenitude” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 21/11/2016). Por fim, o consórcio VLT-Fortaleza, formado pelas empresas AZVI do Brasil e Construtora e Incorporadora Squadro assumiu o encargo dos três trechos das obras. O secretário fez questão de salientar os benefícios da implantação do projeto.

Normalmente, em todos os locais onde se receberam um veículo do porte do VLT, os moradores são impactados com a melhoria de infraestrutura e urbanística de sua localidade. Com isso, estão incluídos mais serviços públicos básicos como o acesso à água, esgoto e drenagem de forma mais adequada. Assim, esta obra vai propiciar com que essas famílias possam, além de se movimentarem melhor e mais rápido, ter vias de serviços que possam melhorar suas condições de vida e moradia (CEARÁ, 09/04/2015).

A projeção era que até dezembro de 2016, o VLT já estivesse operando em caráter experimental. E que no segundo semestre de 2017 já esteja operando em modo comercial, cobrando tarifas dos passageiros¹²⁰. A estimativa é que o tempo de viagem entre a Estação Parangaba e a Estação Iate, pontos extremos do percurso, dure entre 25 a 30 minutos (G1, 03/03/2016).

¹¹⁹ “O primeiro edital terá as propostas de preços entregues no dia 22 de abril [de 2015], em reunião na Comissão Central de Licitações, da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Os serviços estão orçados em 26.822.675,34 milhões. O segundo trecho será licitado no dia 23 de abril [de 2015], estando orçado em R\$ 48.392.895,00 milhões. Já a terceira licitação recebe as propostas no dia 24 de abril [de 2015] com o orçamento total de R\$ 100.212.176,44 milhões.” (CEARÁ, 2015).

¹²⁰ Até a conclusão da pesquisa e redação final da tese (junho de 2017), o VLT Ramal Parangaba-Mucuripe ainda não havia iniciado suas operações.

3.8 “VEÍCULO LEVANDO TEUS SONHOS”

Em nome de um modelo de desenvolvimento, o Poder Público lançou sobre camadas já bastante vulneráveis, através da violação de diversos direitos fundamentais, os mais elevados custos do megaprojeto VLT ramal Parangaba-Mucuripe. É notório que os critérios adotados para escolha do traçado e das estações foram orientados por uma lógica de “custo-benefício”, deixando de lado os custos socioambientais (SOUZA, L., 2013, p. 85).

Para a moradora A, do Lagamar, não existem muitos benefícios para sua comunidade com o VLT, “acho que tá só fortalecendo mais a nossa segregação, assim, da cidade, dos nossos acessos que sempre foram garantidos”. Além do que, completa a moradora entrevistada: “o transporte do VLT também não nos beneficia em nada, porque o nosso trabalho não está nem na Parangaba e não está nem no Mucuripe, né! São trechos, assim, em que as pessoas não trabalham muito, eles trabalham mais ali nas redondezas”. Ela reclama dos problemas gerados na comunidade, relatados anteriormente, como o entulho e o lixo acumulado. Ademais, o projeto cercou várias partes que serviam de passagem dos moradores do Lagamar para localidades vizinhas, significando longos desvios para áreas que antes eram de fácil circulação. “Com essa cerca sem acesso pra o Tauape, a gente ia perder acesso à escola, acesso a posto de saúde, acesso à creche, tudo é no Tauape [...] a gente ia ficar ilhado, sem nenhum acesso a nada, né!”, ressalta a moradora “A”. Através da pressão dos moradores do Lagamar foram inseridas duas passagens de nível para acesso dos pedestres ao bairro São João do Tauape, “que não é suficiente pra uma comunidade de 14 mil habitantes, mas é o que a gente conseguiu até agora”. A moradora revela temor com possíveis acidentes quando o VLT estiver em operação: “a gente não duvida que os moradores abram aquelas cercas pra passar e isso cause morte, isso cause acidentes”, e culpabiliza o governo tanto pelos problemas gerados quanto pela desinformação: “o estado, ele não tem nenhum trabalho de sensibilização, ou de conscientização do povo pra se adequar ao VLT, né”. Ela ressalta que, embora já habitassem em condições precárias, as intervenções urbanas realizadas na região para a Copa 2014 trouxeram uma piora significativa na qualidade da moradia:

A gente sempre morou numa favela, mas a gente nunca teve esses problemas. A gente ganhou problemas, e não pediu nenhum deles, a gente não pediu VLT, não foi nem consultado, pra saber qual era nossa opinião. Então veio de cima pra baixo, e a gente teve que receber. E junto com ele veio essa catástrofe, a gente costuma dizer que o legado da Copa foi o legado da destruição das comunidades, porque destruiu tudo. (Moradora A, comunidade do Lagamar).

Diante de tantos transtornos causados pela implantação do VLT, a moradora admite ser infrutífero ainda resistir contra sua construção, dado o avanço das obras, ademais, ressalta: “e o nosso desejo é que a obra continue mesmo, já que tá consolidada. E que resolva esses novos problemas que foram criados, porque ninguém tinha isso”. Mesmo que sem muitas expectativas, a moradora “A” espera que ao término das obras, e principalmente pelo fato do Lagamar ser uma ZEIS, alguma infraestrutura urbana e outros benefícios sejam instalados na região, historicamente esquecida pelo Poder Público.

De bom, o VLT não trouxe até agora nada! Pode ser que a gente consiga visualizar um novo modelo de Lagamar depois desse processo de primeira ‘urbanizaçõzinha’ na área do trilho, quando eles forem colocar uma ruazinha e uma calçada em frente as casas, porque por ser ZEIS, a gente tem essa garantia de urbanizar toda a área, garantir a regularização fundiária e urbanística, e pode ser que... [...] daqui a dois anos [2018], que é o prazo que eles nos deram mais recentemente pra concluir, né, esse trecho do Lagamar e concluir toda a obra [...] a gente consiga ter outra qualidade de vida no trilho, que sempre foi precário, que sempre foi uma região abandonada por conta do trilho, né! (Moradora A, comunidade do Lagamar).

A pressão dos moradores também fez com um terreno dentro do próprio Lagamar fosse desapropriado para o reassentamento das famílias atingidas pelas obras. Contudo, a construção das unidades residenciais ainda não foi iniciada. “Com essa crise [...] teve dinheiro pra comprar, mas não teve pra construir, daí não adianta de nada, né”, destaca a moradora.

Ao passo que o processo de implantação do VLT avançava, alternavam-se momentos de intensa mobilização dos moradores atingidos, com momentos de dispersão. Conforme se desenrolavam as desapropriações e as obras, muitas pessoas deixavam de comparecer às reuniões e atos. No caso da comunidade Lauro Vieira Chaves, segundo o morador “I”, é uma comunidade serve de referência para as outras: “porque a gente conseguiu resistir, conseguiu mudar o traçado do trilho, e ainda conseguimos um bocado de benfeitorias”. Contudo, as próprias vitórias fizeram com que a maior parte dos

moradores que estavam resistindo se afastassem das movimentações, dada que a situação particular desses já estaria resolvida:

Enfraqueceu um pouco a luta porque muita gente que foi na reunião com o governo, quando o governo chegou aqui, que disse que a comunidade toda não vai precisar ser retirada, só uma parte. Então, aquela parte que não vai ser mais retirada, o pessoal comemorou bastante... e também se afastaram da luta, e abandonou a luta. Então, pronto, agora ficou só, tipo assim, hoje quem tá lutando, brigando mais aqui mesmo são as 13 pessoas pelo seu dinheiro, pela sua sobra de terreno. (Morador I., comunidade Lauro Vieira Chaves).

É importante salientar que o poder público não assegurou oficialmente o cumprimento do acordo. Além do mais, estava previsto o alargamento de uma avenida na região para a implantação de um BRT, podendo conter mais uma ameaça aos moradores da Lauro Vieira Chaves. “E onde seria esse BRT? Em cima da comunidade, tá entendendo?! Então, porque como ‘tão’ fazendo o trilho, e ao lado do trilho ser uma avenida, uma avenida com uma ciclovia, com uma faixa exclusiva de ônibus e duas de carro, né?!”, assinala o morador “I”. Entretanto, a experiência com a resistência ao VLT forçou os moradores a conhecerem mais os seus direitos e, conseqüentemente, ficarem atentos às possíveis violações cometidas pelo Poder Público ou pelas empresas.

E a gente se mobilizou de novo, e a prefeitura veio aqui, fazer levantamento com a comunidade, conversar com as pessoas, pra entrar, pra fazer a visita. A gente barrou logo a prefeitura, fizemos uma reunião na Igreja, chamamos o pessoal da prefeitura, o técnico lá, veio pra reunião. Aí a gente falou ‘*tudim*’, e nós mostramos porque que eles não podiam entrar na comunidade, que a gente não ia abrir a porta pra eles entrarem até ter um projeto. Nós exigimos que a prefeitura só entra na comunidade se fizer o que o VLT fez, mas com melhoria. Qual é a melhoria? Primeiro, pra poder entrar pra dizer que vai tirar a comunidade, ela já tem que ter um terreno já pronto, com os apartamentos já pros removidos. Pra não acontecer o que tá acontecendo com o VLT, porque a gente tá até hoje esperando pelos apartamentos. [...] Então tá desse jeito, com a luta do VLT a gente aprendeu muita coisa, então hoje a gente tá escaldado com esse negócio do VLT, então a gente exigiu com a prefeitura e qualquer outro que venha pra cá que tem que ser desse jeito, porque a gente não pode cometer o mesmo erro que cometeu no VLT. ‘Conquistemo’, mas dentro das conquistas houve algumas falhas, alguns erros. E aí hoje, com essa do BRT que é com a prefeitura, a gente não tá cometendo mais o mesmo erro, a gente já tá exigindo primeiro o que não foi feito aqui. (Morador I).

Na comunidade do Mucuripe, o processo de avaliação e desapropriação também avançou, sendo que em grande parte da comunidade ocorrera remoção parcial dos imóveis, o que gerou uma mudança morfológica nas habitações devido a diminuição do terreno.

Algumas pessoas já receberam as indenizações, eu também fiz [o acordo], né! Porque eu queria que a gente... construísse logo, né! Como tem agora já vários 'prediozinhos' [construção de andar superior sobre o que sobrou do imóvel] já construídos, que muita gente pegou e já construiu logo, mas ele custou a pagar. Como eu te falei, quando parou a obra, que já tinha feito o acordo, ele nem se interessou de pagar, sabe! Ai eu fiz o acordo em 2013... não, em 2014. Recebi agora em 2016, em janeiro. Então nós estamos na luta pela construção dos conjuntos habitacionais, o aumento do aluguel social [...] e também a correção monetária... sobre os valores acordados, que não foram pagos, só depois mas com muito atraso. (Moradora G, comunidade do Mucuripe).

No entanto, após tudo negociado e com muitos moradores já tendo reconstruído suas casas, os engenheiros refizeram os cálculos das medições e exigiram mais alguns metros dos imóveis, o que gerou indignação:

É isso que o governo faz, não estão nem aí pras comunidades, tá entendendo? Só querem fazer aquilo que eles querem. Eles fizeram um acordo, eles não obedecem um acordo. Um prediozinho já construído, com a própria indenização, eles vão derrubar de novo, porque querem mais um metro. Que história é essa?! [...] Isso não é lógico, o pessoal já fizeram os apartamentos aqui, os duplex, como é que vai derrubar de novo? Pra pagar 850 reais o metro quadrado, de novo? [...] Quer dizer que ele vai derrubar também a casa daquele pessoal que já fizeram tudinho de novo? Tá vendo como ele trata as pessoa? As comunidades, os seres humanos que estão nessas comunidades, os nativos que moram nas comunidades... (Moradora G., comunidade Mucuripe).



Figura 27: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe. Fonte: acervo do autor.



Figura 28: Habitações reconstruídas e com marcações para desapropriação de mais alguns metros, no Mucuripe (2). Fonte: acervo do autor.

Embora tenham ocorrido algumas mudanças que diminuiram os impactos da obra na comunidade do Mucuripe, a moradora “G” acredita que o projeto do VLT tem entre seus objetivos a retirada completa das comunidades do trilho. Ela aponta a Estação Mucuripe, projetada sobre parte da comunidade, como uma obra totalmente dispensável, haja vista que a Estação Iate, ponto final do VLT, ficará localizada numa curta distância.

Nós não queremos essa estação aqui atrás [...], nós queríamos que eles recuassem um pouco mais, porque tem uma estação bem ali, em frente ao Iate [club], e ele quer fazer outra aqui, bem pertinho! Olha a diferença [de distância] pro Iate! Quem descer ali, tá aqui dentro! A gente acha que essa estação aí não tem validade nenhuma. Ele pode até fazer, mas não aqui atrás das nossas casas. Então [...] desde o começo nós achamos que é o quê? As construtoras pressionando porque elas querem as áreas nobres, não querem os pobres perto, né! Uma “*higienização social*”, tá entendendo? Tirar esse povo do trilho. (Moradora G, Mucuripe).

A demora na construção das unidades residenciais nos terrenos desapropriados em áreas vizinhas às comunidades do trilho tem incentivado famílias a aceitarem a proposta do Conjunto Cidade Jardim. Na visão dos moradores, isso consiste em mais uma estratégia para deslocarem as famílias para o Bairro Prefeito José Walter, “eles fazem isso é ‘*pras*’ pessoas... pra ficar mais fácil se sentir pressionada e não precisar eles chamarem, a pessoa já vai lá e diz assim ‘não, eu tô cansada. Então eu quero ir mesmo pro Cidade Jardim’” (Moradora L, comunidade Pau Pelado). “Então, o governo fica querendo empurrar as comunidades pra lá como se lá só fosse essa opção. Aí fica castigando a gente, castigando, castigando, e as pessoas ir desistindo pra gente poder ir pro Zé Walter”, ressalta o morador “I”, da comunidade Lauro Vieira Chaves. Ele critica a demora na construção dos apartamentos mas assegura que as pessoas de sua comunidade não aceitarão a alternativa do conjunto Cidade Jardim. “Hoje nós batemos no pé que a gente não vai, como foi aprovado pela juíza os terrenos, os terrenos tão sendo conquistado. Então a gente vai esperar pelo terreno e não vai pro Zé Walter nunca.” Tal situação deixou muitos moradores frustrados, pois justamente a desapropriação dos terrenos nos bairros próximos havia sido a principal vitória da luta contra as remoções.

E teve terreno, por exemplo o da Aldaci Barbosa, eles disseram: “não, não vai ter trabalho porque é terreno da prefeitura, vai ser mais fácil...” Tá lá abandonado! Abandonado! Tem local que o mato tá altíssimo assim [gesticula o tamanho da vegetação]. É porque realmente eles não tem intenção de entregar nesses locais que foram prometidos, né! Que a gente achou que tinha sido uma conquista pra gente... (Moradora C, comunidade Trilha do Senhor).

Outra moradora, da comunidade Dom Oscar Romero, afirma não acreditar que a promessa das unidades residenciais nos terrenos desapropriados será executada. Ela relata casos de vizinhos que já desistiram de esperar e aceitaram o apartamento no conjunto Cidade Jardim, mesmo a contragosto.

Então essas pessoas que optam pelo apartamento, acabam indo pra Cidade Jardim, porque é uma espera tão grande, né! E eu acho que o intuito deles é esse. [...] Eles vão enrolar o povo, até conseguir colocar tudinho lá [no Cidade Jardim]. Porque esse era o projeto do governo desde o início, colocar todo mundo lá! [...] Tanto é que na hora de você negociar eles perguntam: “E aí, você vai querer o apartamento? Se você quiser logo o seu apartamento já tem pronto,

lá na Cidade Jardim”. É a opção que eles dão. Por isso que eu não acredito nesses apartamentos. (Moradora “N”, comunidade Dom Oscar Romero).

Uma moradora que aguarda a unidade em terreno próximo, admite que se não houver saída num prazo curto, provavelmente aceitará o apartamento do Cidade Jardim. A situação é bastante delicada, pois sua casa, que é alugada, ficou profundamente abalada pelos impactos das obras, com risco de desabamento, conforme já descrito anteriormente. Contudo, ela não pestaneja em dizer que, não obstante a proibição, poderá vender a nova unidade residencial caso não se adapte.

Eles dizem, “o único lugar que a gente tem a lhe oferecer é no Cidade Jardim”, aí eu falei pra eles: eu não quero, mas se tô numa enchente e o único galho que eu tenho pra me salvar é esse, é o jeito eu aceitar, porque a casa tá pra cair por cima de mim. [...] Isso tá com dois anos que esse processo tá lá e nada, a última vez que eu fui atrás, disseram: “você tá no módulo 4, ainda não chamada porque a obra tá parada, porque tem um bocado de apartamento lá ainda pra terminar.” [...] Eu não tô querendo aceitar, mas se sair agora, eu vou! Mas eu digo uma coisa, eu sei que não pode vender, mas se eu compro lá e acho ruim eu vendo é mesmo, porque assim, por isso que eu não julgo, porque muita gente não se adapta lá e vende! Aí diz assim: “ah, é culpa da pessoa, porque não agradece...” Não senhora, não é um favor não, você tá indo pra lá do jeito que ele quiser? Não! Se eu tô comprando, então é direito meu exigir aonde eu quero morar. (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

A moradora também argumenta que o valor do aluguel social destinado pelo governo não é compatível com o valor real, e que a diferença entre os valores têm que ser paga pelos próprios moradores, tornando em alguns casos a permanência na própria comunidade inviável.

A gente já tá tirando do próprio bolso, né! [...] a gente já tá terminando o ano e já vão dobrar de novo, e a gente tá atrás, na luta, pra vê se eles aumentam esse aluguel social, que eles choram: “não, por causa da crise...”, e ninguém tem culpa dessa crise deles [...] por causa da crise não tem dinheiro, se não tem dinheiro não quer aumentar o aluguel social, pois construam os apartamentos e passe logo pro povo, né! [...] pessoas que moram de aluguel, que o aluguel cada vez mais tá em cima, o aluguel dentro da favela tá custando 600 reais o quitinete. Aí a pessoa se sujeita a ir morar no fim do mundo porque não pode pagar esse aluguel, e nisso eles aproveitam. (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

No Lagamar, a situação se repete, com risco de moradores serem despejados pelos proprietários dos imóveis por não conseguirem arcar com o pagamento do aluguel, que vêm aumentando desde que foi sancionado a disponibilização do aluguel social às famílias

atingidas pelas obras da Copa 2014. Ademais, com o crescimento do desemprego, tal “benefício” acabou se tornando a única fonte de renda de muitas famílias.

A pessoa tá pra ser despejada porque não tem mais de onde tirar, né! Nessa grande falta de emprego, também. O pessoal tá sem emprego, dependendo só desse aluguel social pra comer e pra pagar a casa, e depois que o aluguel social foi pra 400 reais, todo mundo no Lagamar subiu seu aluguel pra 400 reais, e aí já passaram-se 3 anos de reajuste [...] eles estão pagando os 400 desde o primeiro ano. (Moradora A, Lagamar).

Outro morador também vai na mesma linha, e realça que os valores dos aluguéis continuavam subindo, a despeito da estagnação do valor do aluguel social, em apenas 400 reais. E em relação aos apartamentos prometidos nas imediações da comunidade, embora o prazo de entrega tenha expirado há meses, sequer haviam começado as obras de construção dos blocos residenciais.

Tô recebendo aluguel social [...] o aluguel tá de 400, mas você sabe que todo ano sobe, né?! E quando não tem? Lasca com a gente se esse dinheiro [referente ao valor do aluguel do imóvel] dobrar, do jeito que tá essa crise que tá aí agora... [...] Eu mesmo já cheguei a falar... a gente não tá aguentando, o aluguel vai subir, e aí? [...] E como a gente optou pela Cidade 2000 e disseram que ia ficar em 2015 [prazo de entrega dos apartamentos], e até agora como a gente te falou no início, não saiu nada, não aconteceu nada. E pelo menos aqui na Horta, estando aqui, é mais próximo da gente, né. É mais próximo. Agora querer tacar a gente pra Cidade Jardim, tem uns que já fizeram foi trocar. [Morador R, comunidade do Pau Pelado].

Os moradores, organizados em torno da Frente de Luta por Moradia¹²¹, se mobilizaram para pedir o aumento do aluguel social, “a gente foi na Assembleia, entramos de sala em sala, conversando com os deputados, com o relator, da relatoria lá... pra ver se eles votam a favor da gente.”, relata a moradora “L”, da comunidade Pau Pelado, Os moradores pediram que o valor do benefício subisse de 400 para 800 reais. “Mas o governo já sinalizou que esses 800 reais não será possível, e o mínimo que era 600 [reais] ele também disse que não há a possibilidade de ter esse aumento”, observa o morador “I”, da Lauro Vieira Chaves. Em reunião na Procuradoria-Geral do Estado, o governo apresentou a

¹²¹ A Frente de Luta por Moradia consiste numa articulação de movimentos sociais, entidades, pesquisadores-ativistas. Grosso modo, representa certa continuidade das experiências do Comitê Popular da Copa e do MLDM, estendendo um pouco mais, ao próprio “campo popular”, constituído durante a elaboração do atual Plano Diretor (PDPFor-2009).

proposta de aumento no valor do aluguel social para 520 reais. Os moradores, reticentes, acabaram aceitando o valor, mas exigiram que houvesse um aumento anual de forma regular¹²².

A gente ficou assim, meio em dúvida, mas aí a juíza lá disse pra que a gente aceitasse, porque como já é o governo que tá se prontificando a dar esse aumento de 120 reais, então a gente aceitasse antes que ele desista. Então a gente aceita que aluguel social passe pra 520, mas com um dispositivo dentro da lei que vai aumentar, pra ter reajuste todo ano, reajuste anual sem a gente precisar tá mais brigando, tá entendendo?! Porque senão o ano que vem, quando tiver aumento de aluguel de novo, a gente vai ter que brigar novamente, passar por tudo que a gente tá passando pra poder ir atrás de aumento. (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

No dia 5 de julho de 2016, ocorreu uma reunião na Capela da comunidade Trilha do Senhor. Das dezesseis pessoas presentes, oito, em razão das alterações no traçado do projeto, tiveram seus imóveis excluídos da lista de desapropriações. Cinco já haviam finalizado a negociação de seus imóveis, dentre essas, uma necessitou desapropriar apenas uma parte do seu imóvel e pretendia usar a indenização para reconstruir a casa no terreno remanescente; duas optaram pela indenização e já estavam morando em outros bairros; e outras duas pessoas optaram por esperar a unidade residencial a ser construída nos terrenos desapropriados pelo governo. Apenas uma pessoa presente na reunião ainda resistia à remoção de sua casa, na comunidade Trilha do Senhor (Moradora M). Algo que, de acordo com os relatos, deveria ocorrer em pouco tempo. Também estavam presentes dois pesquisadores, incluso o autor desta tese. Excetuando os dois pesquisadores e um morador (“S”, da comunidade Trilha do senhor), a reunião era composta por mulheres. Aliás, cumpre o registro que a maioria das pessoas entrevistadas na pesquisa foram mulheres¹²³, fato resultante do próprio protagonismo feminino no conjunto dos movimentos populares.

Vale dizer que, entre os 14 participantes da reunião que foram diretamente atingidos ou ameaçados de remoção, oito eram da própria comunidade Trilha do Senhor, contando com a moradora que necessitou se mudar para o bairro Passaré, pois seu imóvel, a parte superior de um *duplex*, havia sido removido. Ela fez questão de frisar que ainda pertencia àquela comunidade: “fui moradora aqui por 42 anos, fez dois anos que a gente mudou

¹²² Até a conclusão desta Tese, a proposta de aumento do aluguel social ainda estava em trâmite.

¹²³ Assim como a maior parte dos trabalhos acadêmicos substantivos ao tema que foram utilizados para a elaboração desta tese são de autoria de pesquisadoras.

daqui. Não sou moradora mas me sinto pertencente à comunidade ainda, porque a gente vive por aqui, a gente ainda tem as atividades do grupo de jovens, da capela...” (moradora C). Outras três pessoas eram da comunidade vizinha, Dom Oscar Romero. As outras três presentes eram, respectivamente, do Mucuripe, do Pio XII e da comunidade Pau Pelado, no bairro João XXIII.



*Figura 29: Reunião na Capela da comunidade Trilha do Senhor. (5/07/2016).
Fonte: acervo do autor.*

A reunião, convocada pelas moradoras “C”, da Trilha do Senhor, e “L”, do Pau Pelado (bairro João XXIII), teve como objetivo retomar as articulações entre as comunidades do trilho dado que ainda haviam muitos conflitos e questões pendentes relativas às desapropriações. “a maioria já resolveu suas coisas, mas ainda tem muito o que resolver, muita gente ainda no sofrimento, não só aqui e nem na minha comunidade, mas

digo da Parangaba ao Mucuripe”, ressaltou a moradora L. Já a moradora C destacou o retrocesso nos métodos de desapropriação desde o fim da Copa 2014:

Tem muita gente na situação difícil, né! Porque a gente viu que o governo, depois que passou a Copa, depois que eles retomaram, agora eles estão querendo... como se eles quisessem fazer tudo do começo, né, fazer um retrocesso, né! Diminui o valor da indenização, Coagir, enfim. Tudo do começo, tá acontecendo de novo. E não pode ser assim, tem muita gente no olho do furacão. (Moradora C).

Embora a reunião não fosse do MLDM, que se desorganizara durante o período de paralisação das obras, após a Copa, mas a maioria das pessoas presentes participaram da organização do movimento. Desse modo, muitas falas se centraram em discorrer sobre sua situação. “O MLDM foi um movimento bastante forte, foi quem reuniu muitas comunidades e foi uma luta... com esse movimento junto com os outros, a gente teve muitas conquistas. Que foi a diminuição do impacto, né!”, relata a moradora “L” (comunidade Pau Pelado). Ela diz que ter dificuldades nas reuniões de negociação, pois poucas pessoas do movimento costumam estar presentes, fazendo com que acabe se articulando com a Frente de Luta por Moradia. A moradora cobrou uma postura mais comprometida dos presentes e disse ser necessário trazer de volta os que se afastaram:

A gente vai pras reuniões e não sabe se assina como MLDM, a gente tá assinando mais como Frente de Luta por Moradia. E sempre tá tendo reunião, nunca deixou de ter, e a gente sempre vai. E é que, como só eu, a “G” e a “S”, que acompanha a reunião, a gente não vai assinar MLDM só nós três. [...] Um bocado de comunidades e a gente não sabe nem o que eles querem, a gente não tendo conhecimento nenhum. Como é que vai ser? Se eles estão querendo ficar, se estão querendo sair. [...] Por isso eu pedi à “C” pra poder retomar essa reunião, pra ver se a gente segue adiante. [...] Quando o movimento, que é o MLDM, que diz que o movimento de luta em defesa da moradia, que seja realmente em defesa da moradia e que continue, porque do jeito que tá caindo, do jeito que tá acontecendo as coisas, a tendência é piorar, ainda mais com essa gestão que a gente tá tendo aí... Se não for à luta, se não for atrás das pessoas que estão no esquecimento, fazer uma visita, chamar essas pessoas pra vir à luta. Porque se não procurar ir atrás desse pessoal, pra poder somar com a gente, o “dragão” tá engolindo cada vez mais, cada vez que eles vem nas comunidades é pra engolir, do jeito que tá acontecendo. (Moradora L, comunidade Pau Pelado).

A moradora “L” completa dizendo que as remoções ocorridas na Trilha do Senhor foram a principal causa do movimento, dado que era justamente naquela comunidade que estava o polo mais importante de resistência às remoções. “Nós, do MLDM, se afastamos,

uns dos outros. E foi por aqui, pela Trilha. Porque a partir do momento que vocês se deslocaram daqui, o movimento, MLDM, perdeu a graça, perdeu a força...”, desabafa. A moradora “P”, da comunidade Pio XII, também diz-se frustrada com o MLDM, pois o movimento, a despeito das conquistas, não havia conseguido impedir as remoções. Ela também se queixa da indiferença de grande parte dos moradores atingidos, ausentes nos principais momentos de enfrentamento:

Parei um pouco de vir [às reuniões] há dois anos atrás, como a obra também, né. Ainda participei de algumas reuniões aqui com o grupo, com o MLDM, mas depois que houve as primeiras remoções aqui da Trilha, o movimento MLDM, ele fracassou! Fracassou muito! Aí, eu resolvi ficar lá na minha, porque não era justo eu vir, me sacrificando, pagando ônibus, indo e voltando, me arriscando passando por terminal 9:30 h, 10:00 h, eu voltando sozinha, nas paradas de ônibus, pra gente chegar aqui e... conversava alguma coisa e no final não saía aquilo que a gente estava esperando. Fiquei doente, continuo ainda, um problema de saúde sério [...] Alguns apoiavam, apoiavam... Mas na hora da reunião, a gente olhava pro lado, tinha dois, três moradores da comunidade na reunião. A gente ficava até... meio ‘assim’... porque o morador se prontificava, e na hora não tinha compromisso, não tinha compromisso com a gente! [...] É por essas coisas que o movimento se esfriou, porque o movimento cansou de falar todo tempo da luta. Lutando, dando a cara a tapa. E o morador lá na sua casa, de bracinho cruzado, esperando que a gente desse a cara a tapa, né, apanhasse do governo, fizesse isso ou aquilo, por ele [o “morador”] sentadinho lá. Então... eu acho que na maioria das comunidades continua acontecendo isso, né. De as pessoas ficar em casa e não ir atrás de ir defender a sua moradia. Então, eu me afastei muito por causa disso. Porque chega um tempo que... porque foram quatro anos! Quatro anos! A gente faltava trabalho. Tinha semana que eu pagava gente pra ficar no meu lugar. Pra poder estar nas reuniões, pra poder falar pelos moradores. “C” também do mesmo jeito. E a gente tava cansada, tem hora que cansa. Você tá lutando por aquelas pessoas, e a pessoa em casa, achando que o movimento tava atrapalhando. (Moradora P, Pio XII).

A moradora “M”, a única presente que ainda resiste à remoção de sua casa, afirmou que mesmo que não estivesse ameaçada, “também estaria na luta pelos meus amigos, né, pelos meus... pelas pessoas que ainda restam aqui na comunidade...” Ela lamentou o desinteresse da maioria dos vizinhos: “seria bom se essa Igreja estivesse cheia de moradores, né! [...] Porque hoje, uma moradia é sagrada, e muita gente não valoriza, né! Eu estou aqui porque valorizo a minha casa e a da minha filha, porque daqui eu não saio, né!” (Moradora M, comunidade Trilha do Senhor).

A moradora “D”, da Dom Oscar Romero, informou que a maioria das casas localizadas na Via Expressa, estavam uma “tristeza” devido aos entulhos das demolições, e ressaltou que a maioria dos moradores de lá são idosos. Ela disse que ficou muito feliz com

a convocação daquela reunião, “porque é importante essa roda de conversa, a gente retomar esse movimento, né! Porque aqui a gente coloca, a gente escuta, colhe informações, trabalha junto. [...] Não pude fazer muito. Mas o que a gente puder fazer por essas pessoas que estão aqui...” Nesse momento, a moradora “D” é interrompida pelo morador “S”, da Trilha do Senhor, único homem entre as moradoras presentes na reunião, “– Pelas pessoas que querem lutar, né, ‘D’?!” Ele cria certo embaraço aos presentes ao fazer duras críticas aos vizinhos que se opunham à resistência às remoções, e mencionou casos, como de um vizinho que rasgava todas convocatórias ou informativos distribuídos pelo movimento, pois queria negociar sua casa: “e muitos desses que foram lá negociar a casa, hoje em dia tá arrependido”. O morador “S” reitera que só aceita continuar o movimento para beneficiar os que realmente estão interessados. Ele repete o que muitos moradores relataram, grande parte dos beneficiados pelas conquistas foram pessoas que não se esforçaram em resistir, gerando uma sensação de injustiça dado que muitos dos que lideraram o movimento sofreram os piores impactos das obras.

Porque tem gente que tá com braços cruzados, lá. E falando mal da gente. Como na última reunião do MLDM aqui. O seu sobrinho lá [da moradora D.], ‘meteu o pau’ na gente aqui. E que tá se beneficiando, ganhou apartamento, tá com o “aluguel *socialzinho*” dele lá, tá entendendo? Então, é lutar pelas pessoas que estão aqui... (Morador S, comunidade Trilha do Senhor).

A moradora “D” concorda em parte com o comentário do morador “S”: “são essas pessoas que quebram a força. Por conta dessas pessoas que a gente deixa de ajudar a outras pessoas que precisa realmente.” (Moradora D). Mas pondera que o movimento não deve se pautar por esse tipo de comportamento, pois, “se a gente for olhar por esse lado aí, a gente realmente se chateia, a gente fica angustiada mesmo”. Com efeito, embora o contentamento por estarem se reencontrando após longo período de desmobilização, o clima geral da reunião era de insatisfação com os rumos das obras do VLT e com a baixa adesão do restante dos moradores atingidos, tema que ocupou grande parte das falas.

Eu sou a favor que a gente continue na luta. Continue lutando. Mas, que o morador, que vem procurar a gente, que esteja ali, lado a lado conosco. Não adianta nós se reunir, debater sobre os problemas da comunidade, dos moradores, dos acontecimentos. [...] A gente tá cansada, e a gente não tá tendo força. Os moradores têm que tá ali, lado a lado com a gente ali, pra gente batalhar e lutar

com ele. Se não, eu não saio da minha casa. E saio pra mim lutar pelo que é dos meus filhos e que é o meu. É por isso que eu continuo indo às reuniões, onde tem, onde dá pra eu ir, eu tô indo. [...] Eu, sozinha, como nós aqui, nós está na frente, dando a cara a tapa, se arriscando e tudo, pelos moradores, e os moradores assistindo televisão. Recebe sua indenização, compra sua casinha, passa pela gente e finge que nem conhece. (Moradora P, bairro Pio XII).

No período em que a maior parte das entrevistas foram realizadas, entre junho e julho de 2016, a conjuntura política brasileira estava em ebulição, havia pouco tempo em que a então presidenta Dilma Rousseff (PT) sofrera impeachment no Congresso Nacional e o país estava governado interinamente pelo vice-presidente da república Michel Temer (PMDB), que na sequência se efetivaria no cargo. Embora não se tratasse do objeto desta pesquisa, foi indagado aos moradores entrevistados o que eles estavam pensando acerca do processo em curso, e se isso gerava algum impacto na resistência e nas negociações referentes às desapropriações. No geral, as falas apontavam certa indiferença do processo político geral com a situação particular de cada um e principalmente com as comunidades em que estavam inseridos.

Por incrível que pareça, ainda existe muito analfabeto político, muito, né! E aqui as pessoas não ligam muito pra isso, o que as pessoas fazem e falam aí é que a mulher [Dilma Rousseff] tem que sair, e o homem [Michel Temer] tá aí esculhambou tudo e tem que sair também, e que aumentou as ‘coisa *tudim*’ [os preços], e que não tem dinheiro, só sabe reclamar disso, mas não vão atrás de saber das coisas direito, assim, do processo ‘*tudim*’, não participa. Às vezes, a gente tentou fazer algum debate dentro da comunidade pra discutir esse tipo de política, o que tá se passando, né! Como a gente tem que fazer pra ensinar o povo que tem que lutar, essas coisa ‘*tudim*’, mas o povo não comparece, só quer saber de beber cachaça e assistir novela. (morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves).

A moradora “A” relata que no Lagamar não seria muito diferente: “pro povo, é aquilo, eles assistem muito a TV. Aí na TV o que é que eles veem? Que a Dilma é bandida, que o Lula é bandido, né?! É o que eles reproduzem!”, mas ela aponta que ao mesmo tempo em que assimilavam o discurso dos principais grupos midiáticos, os moradores estariam muito preocupados com o futuro de algumas políticas sociais: “rezando a Deus pra não perder o bolsa-família, rezando a Deus pra que o CRAS não feche, rezando a Deus pra que essas políticas que hoje eles tem, que antes não tinha, que são muito novas pra eles, pra que não se perca, né!”. Ela remete à política local para explicar que “os governos aqui,

pra quem é pobre, a luta continua sempre a mesma, na esquerda ou na direita”, pois, “eu não sei quando foi que a gente lutou mais, se era na época da Luizianne, do PT, que era prefeita, ou se é agora que é o Roberto Cláudio [PDT], que recebe a gente com a mesma polícia, com a mesma força armada”. Do mesmo modo ocorrendo com o governo estadual: “antes era o Cid [Gomes, ex governador – PDT], que não era de esquerda, e agora é o Camilo [Santana, atual governador – PT] que a gente não vê diferença nenhuma”.

A moradora “L” também é taxativa no seu comentário: “Estão tirando o nosso direito de ser cidadão! O país tá entregue na mão da vagabundagem, dos bandidos”. Ela avalia que a própria resistência ao VLT deveu-se muito às pessoas das comunidades terem tido mais acesso à educação nos últimos anos, “muita gente tá acordando, depois que veio o SISU, que foi muito benefício pra nós... eu não sei... foi benefício pelo PT, pelo Lula, eu não sei... mas muita coisa boa aconteceu.” (Moradora L, Pau Pelado). E o que estava ocorrendo no país politicamente, ameaçava esse direito conquistado. “Esse negócio pra pessoa fazer faculdade, né, dos ricos, é... as pessoas estão tendo mais informações, no meu ver. Então isso estão querendo tirar” (Moradora L, Pau Pelado).

A moradora ressalta o próprio exemplo, que através do processo de resistência, tivera um aprendizado enorme acerca dos seus direitos: “Eu, pelo menos depois que eu entrei nessa, pelo direito que a gente tem, cada vez que você anda descobre um direito dali, um direito daqui que você não sabia, e a gente entende que pode resolver isso se unindo.” (Moradora L, Pau Pelado). A moradora conta que compreendeu que o processo da Copa e do VLT revelava que “o descaso que tá acontecendo não é só aqui, eu sei que é no país inteiro”; e que utilizava todo esse conhecimento adquirido na luta para convencer outros moradores que eles precisam resistir, pois também são proprietários da cidade: “Você tem todos os direitos, tem o direito à vida, tem direito à moradia adequada, você tem o direito à cidade. A cidade é nossa, não é deles.” (Moradora L, Pau Pelado).

4 URBANISMO DE ESPETÁCULO

4.1 A CIDADE NEGÓCIO

A dinâmica das grandes cidades contemporâneas confirma o “grande negócio” que confere às transformações do espaço urbano, um novo discurso e uma nova prática sobre o espaço foram impostos. Entre os novos mecanismos e estratégias do capital para sua valorização estão a flexibilização da imobilidade e fixidez da propriedade privada do solo, desembocando num processo de “raridade do espaço”. O “novo urbanismo” baseado em megaprojetos arquitetônicos, culturais, esportivos, evidencia uma orientação pela seletividade dos investimentos e dos segmentos que aspiram atrair para as áreas escolhidas. Preconizam maior integração entre o capital financeiro e o imobiliário, e a transferência de responsabilidades à iniciativa privada na condução dos processos de intervenção urbana, com vistas à produção de uma nova cidade, ou uma “cidade de eventos”. (MARICATO, 1999; VAINER, 1999; VOLOCHKO, 2015).

A reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo implicou decisivamente nas dinâmicas espaciais. No cenário de mundialização financeira foram estabelecidas mudanças qualitativas na economia, no trabalho e também na urbanização. As ações do poder público sobre as cidades no último período foram, no geral, guiadas por uma lógica global e homogeneizante (NUNES; VELOSO, 2010)¹²⁴. Nesse contexto, as metrópoles se firmaram como mediadoras da acumulação capitalista, cuja concentração de infraestruturas, força de trabalho, mercado consumidor, enfim, de todas bases técnicas necessárias à produção, tais como: marketing, design, consultoria jurídica, são colocadas a serviço da circulação financeira e da valorização do capital. A velocidade do ritmo do “espaço-tempo” das metrópoles permite intensificar a realização das mais-valias globais em todos os âmbitos, entre eles, “[...] na produção, destruição e reprodução constante de espaços”, processo que garantiria em determinadas circunstâncias “[...] a superação das

¹²⁴ A exemplo das políticas de organismos internacionais, como o BID e o Banco Mundial, que aplicam os mesmos padrões urbanísticos a diferentes situações sociais (NUNES; VELOSO, 2010).

crises de acumulação e desvalorização dos capitais em outros espaços, cidades, países e regiões.” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 9).

O novo urbanismo se desvela em seu sentido político e estratégico quando se converte em estratégia para assegurar a dinâmica de reprodução do capital, “[...] num movimento que vai da expropriação à revalorização imobiliária, sendo, portanto, um dos fundamentos da segregação” (ALVAREZ, 2013, p. 115). A produção da “mercadoria espaço” ocorre de duas formas: na realização da moradia através da produção da habitação; e pela própria produção da cidade, com o “trabalho vivo” e o “trabalho morto” acumulados na urbe. Com efeito, o desenvolvimento da mercadoria espaço, com seu “valor de uso” e “valor de troca” determinados pelas apropriações dos territórios, classifica indivíduos e grupos no interior do espaço urbano conforme a distinção entre as classes. (CARLOS, 2015, p. 50).

As estratégias de modernização e embelezamento das cidades seguem um padrão que concentra os investimentos em infraestrutura nas áreas mais ricas, ou mesmo “enobrecendo” antigos bairros pobres. Trata-se, nas palavras de Henri Lefebvre (2008 [1968], p.20), de robustecer o “lugar de consumo” e o “consumo do lugar”.

[...] O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: **lugar de consumo e consumo do lugar**. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do centro comercial dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo). (LEFEBVRE, 2008 p. 20 [grifo nosso]).

Os postulados da matriz de planejamento urbano modernista/funcionalista conduziram o desenvolvimento das principais cidades do mundo capitalista ao longo de um século e meio, antes de serem relegados perante novas propostas que se ajustavam ao novo contexto geoeconômico (MARICATO, 2009; FERREIRA, 2010). Desde meados da década de 1970, num contexto de desconcentração industrial e alto desemprego, prefeitos de inúmeras cidades europeias e estadunidenses, diante de grave crise de governabilidade,

encontraram uma “via de salvação” através de parcerias com o setor privado visando a implantação de polos urbanos que atraíssem empresas e investimentos financeiros.

Harvey (2012 [1989]) aponta uma tendência baseada em concepções “pós-modernistas” que começara a ser disseminada na arquitetura e urbanismo ao final da década de 1960, um tipo de visão que valorizava o *image making*, uma espécie de “urbanismo de espetáculo” que reorientou as intervenções urbanas em diante: “[...] as cidades e lugares hoje [1989] tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade.” (HARVEY, 2012, p. 91). Assim, nesse cenário, elaborou-se um receituário envolvendo investimentos culturais e esportivos visando prover as cidades de infraestruturas consideradas indispensáveis para converter regiões consideradas falidas ou abandonadas em centros de atração de capitais globais.

As cidades italianas foram exemplos pioneiros de introdução de conceitos de restauração urbana e conservação integrada, com destaque para Bolonha, sob governos liderados pelos “eurocomunistas”, que recuperou seu centro histórico entre 1969 e 1972 (CERVELLATI; SCANNAVINI, 1979). Aliás, conforme assinala Otilia Arantes (2009 [2000]), governos de esquerda tiveram papéis decisivos em processos de renovação urbana. Um exemplo representativo dessa receita teria sido a construção, em 1977, do Centro Cultural Georges Pompidou, em Paris. Desde então, disseminou-se pelos países centrais da Europa um processo de “revitalização” de seus centros urbanos, e da construção de grandes equipamentos, tais como museus, centros de convenções, arenas esportivas e de espetáculos, modernos aeroportos, tudo isso com vistas a promover a ascensão de “cidades globais”. Nova York, Londres, Barcelona, Baltimore, Bilbao, além da própria Paris e muitas outras, aplicaram tais projetos de “revitalização urbana”. Grosso modo, os interesses corporativos acabaram prevalecendo perante os investimentos públicos. Na revitalização das docas londrinas ao final da década de 1990, foram investidos cerca de 1,3 bilhão de dólares oriundos de fundos públicos, ocasionando uma grave crise imobiliária posteriormente. Na preparação das Olimpíadas de 1992, a cidade de Barcelona, que acabara se tornando o protótipo de um urbanismo baseado em megaeventos, investiu de recursos públicos na ordem de 5,5 bilhões de dólares. (FERREIRA, 2010, p. 187-8).

Na realidade, Barcelona, imbuída de um sentimento identitário catalão após a dissolução do regime franquista, vinha, desde 1979, desenvolvendo sua estratégia de renovação urbana. A partir de 1986, muitos equipamentos culturais e centros cívicos foram reformados e ampliados, como o Museu de Arte da Cataluña, o Palácio Nacional Montjuic, o Museu Picasso e o Palácio da Música. E foram inaugurados o Museu de Arte Contemporânea, o novo Auditório de Música, o Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona, o Mercado das Flores e a Cidade do teatro. (SUBIRÓS, 2005, p. 134). Governos locais de centro-esquerda, como o de Narcís Serra (1979-1982) e, principalmente, o de Pasqual Maragall (1982-1997), foram responsáveis pela “reinvenção da cidade”, modernizada sobre a riqueza patrimonial e cultural do medievo catalão. Uma exuberante transformação urbana mostrada ao mundo durante os Jogos Olímpicos de 1992.

Os governos locais, daí em diante, foram paulatinamente se esvaindo em modelos de gestão urbana que expressassem uma “ideologia da cidade competitiva”, exaltando a assimilação da administração empresarial pela governança pública. Uma das ideias mais populares entre os gestores públicos e os *neo*-planejadores urbanos, com destaque à escola catalã¹²⁵, é a comercialização da cidade no mercado global do “turismo de negócios”, configurando o espaço público/privado numa mercadoria de luxo. A partir dos pressupostos do chamado *city marketing*, orientação cada vez mais determinante na gestão de cidades ao redor do mundo, cumpriria aos governos locais realizarem megaprojetos de modernização urbana e outras ações que enfatizassem atributos específicos valorizados pelo capital transnacional, a exemplo dos espaços de convenções e feiras de negócios; parques industriais e tecnológicos; torres de comunicação e comércio; ofertas turísticas integradas; megaeventos culturais e esportivos. Essas ações suscitam a venda de uma imagem de cidade segura e atrativa. À vista disso, os governos lançam mão de estratégias de remodelação urbana no intuito de criar territórios exclusivos, tornando as cidades mais sedutoras aos investidores, elevando assim a sua capacidade competitiva diante de outras cidades, também à venda (VAINER, 2009).

Uma das resultantes dessa dinâmica é uma certa *homogeneização* das formas urbanas. Harvey (2012, p. 92), analisando o caso emblemático do “impulso pós-moderno” da renovação urbana do Inner Harbor, em Baltimore, Estados Unidos, afirma ser

¹²⁵ Jordi Borja, Manuel de Forn, Manuel Castells, por exemplo (Cf. VAINER, 2009).

compreensível essa “repetição em série” do modelo de cidades que foram bem-sucedidas em suas metas de “reposicionamento de mercado”:

[...] dada a sombria história da desindustrialização e da reestruturação, que deixaram a maioria das cidades grandes do mundo capitalista avançado com poucas opções além da competição entre si, em especial como centros financeiros, de consumo e de entretenimento. (HARVEY, 2012, p. 92).

Entre as diversas dinâmicas de valorização imobiliária, tornou-se frequente os processos de “*gentrificação*”, neologismo aportuguesado de “*gentrification*”, conceito que aponta a conversão de bairros considerados abandonados ou habitado por camadas mais pobres, em novos territórios para as classes médias, fenômeno bastante associado às políticas de crédito imobiliário. Além de processos de “turistificação”, relacionado à espetacularização e mercantilização de determinadas áreas destinadas ao desfrute de visitantes, sobretudo aos estrangeiros. Ademais, a cidade como produto turístico consiste numa “ponta de lança” à reprodução capitalista, “[...] sendo álibi para os processos de renovação/revitalização urbana que inauguram novas possibilidades de acumulação por meio da destruição/reconstrução dos espaços urbanos” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 10).

De acordo com Harvey (2011), a transformação urbana guarda em si um “lado sombrio”, pois implica repetidos episódios de reestruturação com “destruição criadora”. Ademais, tais processos possuem uma dimensão de classe, “pois são geralmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem especialmente esse processo. A violência é muitas vezes necessária para a *nova geografia urbana* surgir dos destroços da antiga” (HARVEY, 2011, p. 144 [grifo nosso]). Convém estender tal ideia de violência também às dimensões mais simbólicas. Observa-se uma tendência global a tal visão de cidade baseada em megaprojetos de embelezamento, com forte destaque para países periféricos, sobretudo na América Latina e na Ásia, e em diferentes regimes políticos, conforme assinala Mike Davis (2006):

[...] o programa mais orwelliano de “embelezamento urbano” da Ásia em tempos recentes foi, sem dúvida, a preparação de “1996, Ano de visita a Mianmá”, realizada em Yangon e Mandalay pela ditadura militar em Birmânia [Mianmá], sustentada pela heroína. Um milhão e meio de moradores – inacreditáveis 16% do total da população urbana – foram removidos dos seus

lares (frequentemente, por incêndios provocados pelo Estado) entre 1989 e 1994 e enviados para cabanas de bambu e palha construídas a toda a pressa na periferia urbana, agora rebatizada com o horripilante nome de “Novos Campos”. Ninguém tinha ideia de quando chegaria sua vez, e até mesmo os mortos foram removidos dos cemitérios. (DAVIS, 2006, p. 113-114).

A dinâmica da globalização imposta nas últimas décadas, está gerando uma série de transformações no funcionamento, na morfologia e na paisagem das cidades contemporâneas, de acordo com a lógica de reprodução do capital imobiliário. (DE MATTOS, 2008). Carlos, Volochko e Alvarez (2015) asseveram que, atualmente, a extração de mais-valia passara a se articular em diferentes escalas, do local ao global, “[...] ganhando novos circuitos de produção e realização e canalizando vultosos investimentos financeiros para a produção constante do espaço [...]” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 8). De acordo com os autores, esse processo está assentada na atuação do Estado para sua realização, pois “[...] a valorização do espaço requer como condição *sine qua non* a ação estatista para a garantia e a legitimação dos pretensos ‘direitos do capital’” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 9).

O pacto estabelecido entre Estado com as grandes incorporadoras dotadas de capital internacional e os fundos imobiliários expressam o papel da financeirização na produção do espaço urbano. Os autores pontuam que tais “direitos do capital” referem-se ao processo de estabelecimento de uma outra legalidade em detrimento das leis constituídas, a exemplo da transformação de patrimônios arquitetônicos, históricos, artísticos e culturais em mercadorias com um “valor de troca” incorporado. “Se o uso popular produz o patrimônio na contramão dos interesses corporativos em torno da valorização do espaço, o Estado cria mecanismos para reduzir os conteúdos desse lugar à lógica do homogêneo [...]”, destacam. Dessa forma, são empreendidas políticas de patrimônio “[...] que reinserem tais espaços ‘desajustados’ no processo de valorização das áreas de maior centralidade econômica da metrópole.” (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 10-11).

No processo de desenvolvimento urbano, grandes volumes de capitais são postos em movimento sob a forma de empréstimos a longo prazo. Para David Harvey (2011, p. 137), “Esses investimentos, muitas vezes alimentados pelo endividamento, tornaram-se o epicentro na formação de crises”. O geógrafo marxista associa as crises financeiras ocorridas ao longo do tempo com grandes obras operadas no cenário urbano. Desde as

reformas de Paris do século XIX, até a última crise econômica global, detonada em 2008 nos Estados Unidos, a partir da chamada crise dos “*subprimes*”¹²⁶. A desvalorização dos imóveis com o aumento dos juros acabou por gerar inadimplência generalizada. Em 2008, ocorreram cerca de dez mil despejos semanais nos EUA em razão de execuções hipotecárias. (ESPINOSA, 2009, p. 13).

A queda tendencial da taxa de lucro ocorrida nas últimas décadas refreou as possibilidades da reprodução ampliada, resultando na construção de novas estratégias de superação de obstáculos à acumulação, principalmente na associação do poder econômico com os Estados (HARVEY, 2011). Nos países centrais, a necessidade de acumulação acelerada imposta pelos enormes investimentos em tecnologias sofisticadas para responder às exigências do capital financeiro convertido em capital especulativo desde a flutuação do dólar no início da década de 1970, demandou uma dupla ofensiva: contra o trabalho, diminuindo os empregos, os salários e desregulamentando as legislações trabalhistas; e contra o Estado provedor de direitos sociais. Iniciou-se uma busca de novas fronteiras de acumulação, fazendo com que a agricultura camponesa fosse forçosamente substituída por uma agricultura produtivista (ou agronegócio), os serviços públicos essenciais passassem para o setor privado, assim como a biodiversidade se tornando base de matéria prima e de novas fontes de energia e, sobretudo, de lucros.

Assim, “[...] todos os grupos humanos sem exceção estão submetidos à lei do valor, não somente a classe operária assalariada (subsunção real), mas também os povos nativos, as mulheres, os setores informais, os pequenos camponeses [...]” (HOUTART, 2006, p. 423). Dessa forma, foram fomentadas políticas de desregulamentação, privatizações, corte de verbas às políticas e direitos sociais. Além de investimentos imobiliários e megaprojetos de reestruturação urbana, aumentando a exploração e a expropriação de territórios; processos que têm como pano de fundo a chamada reestruturação produtiva e o fortalecimento do capital fictício (HARVEY, 2004; 2011).

Harvey (2004) assinala a necessidade analítica de explicar a longa sobrevivência do capitalismo, apesar de suas múltiplas crises e presságios de sua derrocada, tanto pela esquerda como pela direita, ressalta o autor. E salienta algumas contribuições no campo do marxismo para compreender essa questão. Lênin e Rosa Luxemburgo, embora de maneiras

¹²⁶ Consistiu na expansão de empréstimos hipotecários com taxas de juros pós-fixadas para clientes sem comprovação de renda, uma espécie de “crédito de risco”.

distintas, apontavam para o imperialismo, “uma forma determinada de produção do espaço”, como chave explicativa para tal sobrevivência do capitalismo. Henri Lefebvre, por sua vez, “[...] pensava que havia encontrado a chave do mesmo, em sua famosa ideia de que o capitalismo sobrevive através da produção do espaço” (HARVEY, 2004, p. 95). Com efeito, o autor francês apontara que a produção do espaço provavelmente acomodaria a atribuição fundamental de conter o declínio da taxa de lucro, tendo em vista a composição orgânica do setor imobiliário (LEFEBVRE, 2008). Contudo, na visão de Harvey (2004, p. 95), Lefebvre não teria explicado exatamente como sucederia tal processo.

Vale destacar os próprios trabalhos de Harvey, há décadas, que se colocam a analisar, entre outras questões, os chamados “ajustes espaço-temporais”, ocorridos em razão da tendência do próprio modo de produção capitalista em gerar crises de “sobrecumulação”. A sobrecumulação consistiria numa situação em que, em determinado sistema territorial existiria tanto um largo “excedente de trabalho” devido a um elevado desemprego, e também um “excedente de capital”, que se expressaria como uma “[...] superabundância de mercadorias no mercado que não pode se vender sem perdas, como capacidade produtiva inutilizada, e/ou excedentes de capital, dinheiro que carece de oportunidades de investimento produtivo e rentável” (HARVEY, 2004, p. 96).

Amparado em análises econômicas de autores como Robert Brenner e Peter Gowan, Harvey assevera que desde a década de 1970 o capitalismo global vem experimentando um crônico e duradouro problema de sobrecumulação. “Estas crises se expressam como excedentes de capital e de força de trabalho que coexistem sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis.” (HARVEY, 2004, p. 95). Seguindo o pressuposto da teoria marxiana, Harvey reitera que para conseguir escapar de sua própria contradição, o capitalismo necessitaria de uma permanente expansão, criando espaços novos para a acumulação. “A expansão é, simultaneamente, *intensificação* (de desejos e necessidades sociais, de populações totais, e assim por diante) e *expansão geográfica*.” (HARVEY, 2006, p. 64). Desse modo, entre as possibilidades de reinvestimento está a expansão e a reprodução do espaço urbano, como mecanismo de absorção de excedente de capital – o que explicaria, por exemplo, a famosa reforma parisiense ocorrida no século XIX, durante o governo de Napoleão III. (HARVEY, 2011, p. 144).

Dessa forma, caso não sejam produzidas formas de desvalorizar ou mesmo de destruir capitais e força de trabalho, a expansão geográfica e a reorganização espacial, responde Harvey, podem se configurar em alternativas para a absorção desses excedentes, mas desde que conjugadas com “ajustes temporais”, dado que a expansão geográfica implicaria em investimentos de longo prazo em infraestruturas físicas e sociais, ilustrada pelas redes de transporte e comunicações, e com financiamentos em educação e pesquisa, investimentos que levam muitos anos para a realização do valor implicado.

Estes excedentes podem ser absorvidos por: (a) o deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais (tais como educação e pesquisa), os quais jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual; (b) deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). A combinação de (a) e (b) é particularmente importante quando analisamos o capital fixo independente imobilizado no ambiente construído. Este oferece as infraestruturas físicas necessárias para que a produção e o consumo se realizem no espaço e no tempo (dos parques industriais, portos e aeroportos, sistemas de transporte e comunicações, até o fornecimento de água e esgotos, habitação, hospitais e escolas). Claramente, este não é um setor menor da economia, e é capaz de absorver enormes quantidades de capital e trabalho, particularmente em condições de rápida expansão e intensificação geográfica. (HARVEY, 2004, p. 96-7).

Harvey assinala que, para realocar esses excedentes de capital e trabalho em tais investimentos “espaço-temporais”, torna-se necessária a mediação de instituições financeiras e estatais com capacidade de geração de crédito, resultando na criação de um grande volume do chamado “capital fictício”, baseado em compensações futuras. Caso os gastos empregados sejam produtivos, esses valores fictícios são resgatados; do contrário, “[...] pode se manifestar nas desvalorizações destes ativos (habitações, escritórios, parques industriais, aeroportos, etc.) ou em dificuldades para o pagamento da dívida estatal originada na infraestrutura física ou social (crise fiscal do estado).” (HARVEY, 2004, p. 97). O geógrafo marxista enfatiza o significativo papel que este tipo de investimento cumpriu nas dinâmicas de estabilização e desestabilização do capitalismo contemporâneo, como o colapso mundial dos mercados imobiliários em 1973; a bancarrota da cidade de Nova Iorque em 1975; o colapso da bolha especulativa japonesa sobre terras e outros ativos no início da década de 1990; o colapso asiático de 1997, devido à explosão da bolha de propriedade na Indonésia e na Tailândia. Harvey (2004) também destaca que desde o

final do século passado, os chineses mantiveram os altos índices de crescimento de sua economia através da absorção do excedente de trabalho em megaprojetos, como represas, novas vias férreas, aeroportos, estradas e grandiosos projetos urbanísticos, todos financiados através do endividamento público.

Outro aspecto sublinhado é que a abertura para novos espaços de acumulação e capital mediante tais ajustes espaço-temporais implicam também em novas divisões territoriais de trabalho, “[...] estas expansões, reorganizações e reconstruções geográficas frequentemente ameaçam os valores fixados em um local em que ainda não foram realizados.” (HARVEY, 2004, p. 98). Dentre as contradições do processo de reprodução do capital, Harvey reporta-se aos momentos de desvalorização e de “destruição”, nos quais o capital em busca de possibilidades de reinvestimento para garantir a absorção de mais capital, acentua a expropriação e a exploração, aprofundando a penúria dos mais pobres.

Os processos de “desindustrialização” ocorridos em centros econômicos ao longo dos anos 1970 e 80, como Pittsburgh, Sheffield e Bombaim, ilustrariam que, conforme o capital se move, vai deixando para trás um grande rastro de devastação. Harvey resume dessa forma tal processo de “destruição criativa” do capitalismo:

[...] o capital, em seu processo de expansão geográfica e deslocamento temporal que resolve as crises de sobreacumulação às quais está inclinado, cria necessariamente uma paisagem física à sua própria imagem e semelhança em um momento, para depois destruí-lo. Esta é a história da *destruição criativa* (com todas as suas consequências sociais e ambientais negativas) inscrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo. (HARVEY, 2004, p. 99 [grifo nosso]).

4.1.1 Cidades globais

A economia do planeta é gerida e reproduzida através uma rede de “cidades globais”. A reprodução do capitalismo é complexa e incide em demandas materiais e locais dentro de uma “geografia estratégica”, específica da globalização. Essa geografia abrange o globo de maneira diversificada e hierarquizante, e vem sendo transformada nos últimos séculos, e, com maior rapidez, nas últimas décadas: “Entre esses locais, estão as zonas de processamento de exportação, centros bancários *offshore* e, em um nível muito mais

complexo, as cidades globais.” (SASSEN, 2010, p. 92). As empresas transnacionais expandem sua produção de acordo com as vantagens oferecidas pelas localidades, seja em matéria de salários, subsídios ou disponibilidade de recursos. Tal extensão geográfica da produção teria conduzido a uma duplicação da força de trabalho empregada na produção global nas últimas três décadas, configurando “cadeias globais de valor”. A revolução digital é o alicerce tecnológico desta “globalização produtiva”, ilustrada na produção do “Ipod”, famoso *gadget* da megacorporação Apple, cujos microcircuitos são fabricados no Japão, o design é estadunidense, as telas planas são coreanas e a montagem é chinesa. (KATZ, 2016).

De acordo com Carlos, Volochko e Alvarez (2005, p. 9): “a mundialidade perpassa o lugar, trazendo um desencontro e muitos conflitos entre a escala da vida cotidiana contraposta à escala da acumulação econômica mundializada que move os negócios urbanos.” As transformações promovidas através do Estado com investimentos em infraestrutura, elaboração de planos e alterações das legislações urbanísticas, visam dotar as cidades de condições para a integração ao progressivo movimento de mundialização do capital. Assim, a combinação entre modernização e segregação deu o tom da maioria das remodelações urbanas contemporâneas. Saskia Sassen (2010) destaca os “devastadores efeitos” de processos globais sobre a dinâmica urbana:

A implantação de processos globais em grandes cidades significou que o setor internacionalizado da economia urbana expandiu-se intensamente e impôs um novo conjunto de critérios para a valoração ou precificação de atividades ou resultados econômicos. Essa tendência teve efeitos devastadores em grandes setores da economia urbana. Não foi apenas uma transformação quantitativa; vemos aqui os elementos de um novo regime econômico e suas expressões socioespaciais. Esse regime assume formas distintas na organização espacial da economia urbana, nas estruturas de reprodução social e na organização do processo de trabalho. Nessas tendências para formas múltiplas de polarização repousam as condições para a criação da pobreza e marginalidade urbanas centradas no emprego e para a formação de novas classes. (SASSEN, 2010, p. 97).

O capitalismo subverte as necessidades sociais na medida em que se desenvolvem as forças produtivas globais e a partir da modificação da correlação de forças entre as classes. E a cidade contemporânea não pode estar alheia a esse processo, assinalava Manuel Castells (1980), ainda em sua fase marxista. O sociólogo espanhol exemplificava

como a cidade era modelada conforme as necessidades do capitalismo avançado: “[...] a venda de automóveis depende inteiramente da organização de uma rede eficaz de vias rápidas interurbanas que configuram um certo tipo de cidade, destruindo, ao mesmo tempo, a cidade preexistente” (CASTELLS, 1980, p.22).

Conforme ocorrera na Europa, as políticas de “revitalização urbana” ocuparam as agendas locais na América latina. Nas últimas décadas, várias cidades da região iniciaram processos de intervenção em seus centros urbanos e patrimônios históricos, restaurando monumentos e imóveis em geral. Em 1992, o Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, Bahia, foi retomado. E, em 1996, em Lima, foi iniciado o *Plan de Recuperación de la Plaza de Armas y Otros Espacios Públicos de Lima Metropolitana*, que gerou muitos conflitos em razão da retirada de comerciantes ambulantes do centro da capital peruana. (AZEVEDO, 2005, p. 202).

Em 1996, em Rosario, capital da província de Santa Fe, na Argentina, foi elaborado o *Plan Estratégico Rosario* que modernizou a cidade, com destaque ao passeio na orla do rio Paraná, contando com forte participação cidadã. No mesmo ano, também foi estabelecido o *Plan Estratégico de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires* (CARMONA, 2008, p. 136). Silvia Fajre (2005; 2009) aponta o reposicionamento de valor imobiliário em bairros localizados no *casco histórico* de Buenos Aires através do *Plan de Manejo y Revitalización de San Telmo y Montserrat*, além de todas as potencialidades econômicas conjugadas da região com o eixo cívico, sobretudo a imponente Avenida de Mayo e o “gentrificado” bairro de Puerto Madero. Foi também criada uma política cultural de subsídios a estabelecimentos considerados identitários entre os portenhos, através do *Programa de Protección y Promoción de los Cafés, Bares, Billares y Confiterías Notables de la Ciudad de Buenos Aires* (FAJRE, 2005, p. 172).

Delavaud (2009, p. 69), ao tratar da recuperação do Centro Histórico de Xochimilco, na Cidade do México, ressalta a degradação ambiental em razão do aumento da demanda turística. Arroyo e Romero (2008) expõem a inserção da cidade de Lima, capital do Peru, no circuito econômico global, no bojo dos recentes investimentos imobiliários e da atração turística aos seus sítios históricos. Os autores destacam as desigualdades socioterritoriais e processos de exclusão e marginalização na área metropolitana de Lima-Callao. Os processos de globalização econômica encontraram o

Peru economicamente atravessado pela hiperinflação e por uma guerra interna desatada pelos movimentos revolucionários “Sendero Luminoso” e “Tupac Amaru”. A resposta política a tais processos foi uma “modernização” da economia baseada na liberalização e investimentos em renovação urbana, com destaque para a expansão de shoppings e outros centros comerciais, como o Mega Plaza Norte, que custou US\$ 50 milhões; e ao Centro Comercial Plaza Atocongo, cujo investimento ficou na ordem de US\$ 13 milhões. Assim, “*se globalizan territorios y espacios (ciudades y áreas urbanas) en términos de mercados de masas que son asociados con el consumo de ‘productos de marca’*” (ARROYO; ROMERO, 2008, p. 110).

*La globalización y la transición demográfica conducen a la existencia de un doble movimiento interrelacionado en la ciudad; el regreso a la ciudad construida en un contexto de internacionalización, que lleva a la necesidad de introducir el concepto de **introspección cosmopolita**, como rasgo distintivo de la actual urbanización en América Latina, diferente al del período anterior caracterizado por la periferización y la formación de áreas metropolitanas* (CARRIÓN, 2005, p. 37 [grifo nosso]).

Fernando Carrión (2005) ressalta a promoção e construção de “grandes projetos urbanos” no último período na região. O padrão de urbanização havia entrado num franco processo de transformações. Na década de 1940, ressalta o autor, a urbanização na América Latina realizou uma expansão periférica. Atualmente, realiza uma expansão na cidade já existente: “*se pasa de una tendencia exógena y centrífuga del desarrollo urbano, hacia una endógena y centrípeta. Es una urbanización que transita del tradicional concepto de ciudad frontera a otro de ciudad en red*” (CARRIÓN, 2005, p. 38).

Un siglo después de la Revolución Industrial tenemos una nueva oleada de grandes proyectos urbanos que se sustentan en los cambios tecnológicos, en la nueva lógica de acumulación global (la globalización), en la conversión de la ciudad en un actor político relevante y en un lugar estratégico para la acumulación neoliberal, propios de la segunda modernidad (Beck, 1998). En América Latina estamos viviendo estos procesos, a los que se suman las particularidades propias de la región, donde se destacan las transformaciones demográficas, los cambios en los marcos institucionales de gobierno de la ciudad y las nuevas formas de emigración de la población. De esta manera la ciudad transita de su consideración como espacio de los lugares a uno de flujos y el desarrollo urbano se lo concibe como incremento de la productividad de la ciudad, a través de la competitividad, conectividad y posicionamiento. (CARRIÓN, 2005, p. 51).

O autor comenta que os centros históricos perdem centralidade quando se *homogenizam* em razão da prioridade dada a atividade turística, que “revitaliza” as atividades locais sem reduzir a pobreza, apenas a “expulsa”. Carrión (2005, p. 41) ressalta alguns exemplos na América Latina desses processos de “gentrificação” com perda acelerada da antiga população residente dos centros históricos, como San Telmo, Buenos Aires; La Candelaria, Bogotá; Santo Domingo, República Dominicana; e Cartagena, Colômbia. No subcontinente também ocorre nos últimos anos uma proliferação dos “não-lugares” (AUGÉ, 1998), espaços exclusivos e voltados aos negócios e ao consumo, geralmente construídos nas periferias das grandes cidades, constituindo “artefatos da globalização”. Nessa lista, estariam o Centro Corporativo Santa Fe e o Parque Temático, ambos na Cidade do México; Centro Berrini, em São Paulo; World Trade Center, em Bogotá; Centro de Negócios, em Santiago, entre outros (CARRIÓN, 2005, p. 43-4).

Os centros históricos na América Latina não sentiram os impactos da Segunda Guerra Mundial como os europeus, onde alguns chegaram ser reconstruídos. Contudo, os grandes centros urbanos latino-americanos sofreram uma degradação mais tardia, um “vandalismo urbanístico” travestido de progresso urbano, que impôs às cidades uma imagem anônima de “estilo internacional”, causando perdas patrimoniais consideráveis. A autora cubana Patricia Alomá (2009) assinala que nas décadas de 1960 e 70 ocorreu uma “marginalização” dos centros históricos, em alguns casos sua própria desapareição, “[...] *provocado por las masivas olas migratorias del campo a la ciudad con la concentración de grandes bolsones de pobreza en la periferia distante o en los centros históricos previamente abandonados.*” (ALOMÁ, 2009, p. 34). Ao longo desse período, as classes abastadas, via de regra, buscaram áreas mais exclusivas e distantes do inchaço populacional e de vizinhos indesejados.

Até mesmo Havana, capital cubana, realizou uma “revitalização” do seu centro histórico ao longo da década de 1990, através do *Plan Maestro para la Revitalización Integral de La Habana Vieja*, cujo objetivo era a melhoria do patrimônio, o “*Sistema de Fortificaciones Coloniales*” e também da oferta turística da cidade¹²⁷. Contudo, “*siguiendo*

¹²⁷ “Se creó un sistema empresarial propio a partir de la creación de una compañía para la explotación de la actividad turística, hotelera y extrahotelera en general, Habaguanex S.A., que opera bajo un esquema de sociedad anónima, donde la OHCH es el accionista principal, lo cual le permite recaudar la mayoría de las ganancias. Más tarde se creó la inmobiliaria Fénix S. A., que bajo el mismo criterio, aporta también sus ganancias a la obra rehabilitadora.” (ALOMÁ, 2009, p. 44).

la política de mantener la función residencial del centro histórico bajo las premisas de ‘no expulsión, no redensificación, no gentrificación’.” (ALOMÁ, 2009, p. 47).

Alomá (2009) ressalta que na década de 1990 há uma mudança qualitativa na questão urbana nas cidades latino-americanas com a perda drástica de uma série de responsabilidades por parte da Administração pública, resultando na exacerbação de conflitos e tornando os centros urbanos territórios cada vez mais caóticos.

Tras un largo período de dictaduras militares, el retorno a la democracia vino acompañado de políticas neoliberales que profundizaron aun más el panorama de pobreza general de nuestros países. La brecha entre las áreas ricas de la ciudad y los bolsones de pobreza se acentuó y esto tuvo su repercusión en los centros históricos. Sencillamente los conflictos lejos de resolverse se agravaron, volviéndose cada vez más complejos con el incremento exponencial de alarmantes signos de violencia y marginalidad. (ALOMÁ, 2009, p. 36-7).

Em razão do terremoto de 1987, o governo equatoriano necessitou aplicar o *Programa de Rehabilitación del Centro Histórico de Quito* para recuperá-lo. Posteriormente, entre 2000 e 2004, foram investidos cerca de 125 milhões de dólares para renovação do antigo centro colonial, melhorando significativamente a oferta turística, sobretudo internacional, da capital equatoriana (MENA, 2005; ESPINOSA, 2009). Essa renovação gerou fortes conflitos, pois tinha entre seus objetivos a erradicação do comércio informal no centro histórico da capital equatoriana (HANLEY; RUTHENBURG, 2005; MOREIRA, 2005).

Desde a virada de século, ocorre um processo de “regeneração urbana” de Guayaquil, maior cidade do Equador. As intervenções urbanas realizadas pelo “*Más Ciudad*” buscaram reativar o setor turístico, haja vista a cidade equatoriana ser conexão praticamente obrigatória para as famosas Ilhas Galápagos. Xavier Andrade (2005) assinala que a despeito de um dos mais elementares princípios da indústria turística, que consiste em produzir uma “diferença” propriamente do local, em Guayaquil foi criada uma paisagem genérica. O Malecón 2000, que é o principal símbolo dessa “regeneração”, foi concebido sob inspiração dos parques temáticos de Miami. Assim, foi realizada uma ampla reforma do antigo Malecón Simón Bolívar, um passeio de 2,5Km de extensão ao longo da orla do rio Guayas. A modernização incluiu a construção de um centro comercial, museus, restaurantes e bares. Um dos principais pontos para fotografias é a escultura de Ronald

McDonald, símbolo da maior rede de *fast food* global. Outras empresas transnacionais também estão bastante presentes nos principais pontos de fluxo turístico de Guayaquil (ANDRADE, 2005, p. 149).

Kingman e Goetschel (2005) comentam que a implantação do projeto “Malecón 2000” não estaria distante de uma proposta de construção de cidadania sobre bases autoritárias, “*concebido como espacio vigilado, de acceso restringido, pero al mismo tiempo civilizado y civilizatorio*” (KINGMAN; GOETSCHER, 2005, p. 108). É comum que vendedores ambulantes, mendigos e travestis sejam excluídos desses espaços turísticos, sobretudo pela guarda privada. O programa “*Más Seguridad*”, do governo municipal, consistiu na contratação de empresas privadas de segurança para controle do espaço público, tendo registro de muitos casos de abusos por parte dos agentes terceirizados, frequentemente maus tratos contra vendedores infantis. “*El control, la vigilancia y la privatización del espacio público, acompañan la creación de simulacros de modernidad para el mero placer consumista, un placer que nunca ha sido muy democrático.*” (ANDRADE, 2005, p. 167).

A maioria desses programas de renovação urbana na região está associada a facilidade de financiamento de organismos internacionais, sobretudo o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que a partir de 1994, passou a investir fartamente em políticas de turismo e patrimônio. Nesse período, o BID investiu US\$ 18 milhões na Argentina; US\$ 28 milhões no Uruguai; US\$ 41 milhões no Equador; E no Brasil, US\$ 50 milhões no Programa Monumenta, e US\$ 80 milhões no PRODETUR. (AZEVEDO, 2005, p. 203).

4.1.2 Os megaeventos globais

A relação entre megaeventos e a produção contemporânea do espaço urbano é intrínseca ao lugar assumido pelas cidades no processo de acumulação no capitalismo, sobretudo nas últimas três décadas. O encolhimento do papel do Estado em reparar demandas urbanísticas e a ascensão de um urbanismo ligado a grandes projetos urbanos, fabricados para captar frações do excedente financeiro global para a sua expansão e

reprodução em novos territórios, são dois fenômenos marcantes nas políticas urbanas do último período. Desse modo, o processo de modificação das normativas urbanísticas para facilitar remodelações urbanas e grandes obras, ao custo da dilapidação das economias locais e nacionais, não ocorre exclusivamente com a organização de megaeventos, constitui apenas mais um entre os artificios regulares da chamada “globalização neoliberal”, todavia, cumpre ressaltar que tal tendência se potencializa nessas ocasiões, pois os projetos de infraestrutura e as edificações figuram como peças essenciais desses “meganegócios” (MARICATO, 2014; ROLNIK, 2014)

Esse processo marca também a escalada crescente das corporações privadas na promoção dos megaeventos. Os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, representam um marco da transformação dos megaeventos esportivos num negócio extremamente lucrativo, pois gerou aos seus promotores um lucro superior a US\$ 200 milhões. (ROLNIK, 2014, p. 67). As Copas do Mundo de Futebol acompanharam a mesma tendência. De acordo com dados da própria Fifa, o lucro da Copa na Alemanha, em 2006, foi na ordem de US\$ 3,9 bilhões. Na Copa seguinte, na África do Sul, foi de US\$ 4,2 bilhões. No Brasil, em 2014, foi estimado inicialmente um lucro de US\$ 5,4 bilhões (MARINHO, CAMPAGNANI, COSENTINO, 2014, p. 10).

Os grandes eventos esportivos, via de regra, são acompanhados de intensas transformações urbanas, que, além da infraestrutura esportiva, reformam as zonas centrais das cidades favorecendo a atração turística. Conforme visto, os Jogos Olímpicos de Barcelona, em 1992, consolidaram o movimento em que os megaeventos esportivos passam a figurar como um dos itens do chamado “planejamento urbano estratégico” – uma série de medidas que visam beneficiar a posição das cidades como pontos de atração de investimentos internacionais.

A experiência da renovação urbana de Barcelona associou um viés supostamente democrático e participativo aos chamados planos estratégicos, que se adequaram nitidamente aos ajustes econômicos da reestruturação produtiva global, pois as “parcerias público-privadas” delegam ao mercado o gerenciamento da cidade e de intervenções urbanísticas que geralmente privatizam espaços públicos. Os planos reforçaram a ideia da gestão da “cidade empresa”, devendo reduzir os conflitos internos para vencer a competição por investimentos com outras cidades. Desse modo, torna-se forçoso o

“consenso” de todos em torno deste novo projeto de cidade, que deverá apresentar serviços que cumpram exigências das cidades globais, como rede hoteleira e turística para segmentos de alto consumo, aeroportos internacionais, centros de convenções, polos de pesquisa tecnológica, entre outras. (VAINER, 2009).

Mike Davis (2006) assinala que os modernos Jogos Olímpicos possuem uma “história especialmente sinistra”, porém pouco conhecida, acerca das remoções e despejos forçados nas cidades que sediaram o evento:

Durante os preparativos para os Jogos de 1936, os nazistas expurgaram impiedosamente os sem-teto e favelados de áreas de Berlim que talvez pudessem ser avistadas pelos visitantes internacionais. Embora os Jogos subsequentes, inclusive os da Cidade do México, de Atenas e Barcelona, tenham sido acompanhados por renovação urbana e despejos, os jogos de Seul, em 1988, foram realmente sem precedentes na escala de perseguição oficial aos pobres, quer fossem donos de sua própria casa, invasores ou locatários: cerca de 720 mil pessoas foram removidas em Seul e Incheon, levando uma ONG católica a afirmar que a Coreia do Sul rivalizava com a África do Sul como “o país no qual o despejo à força é mais violento e desumano” (DAVIS, 2006: 112-113).

Na África do Sul, a Copa do Mundo de Futebol de 2010, a primeira no continente africano, cumpriu o papel de mostrar ao mundo um novo país, coeso e com orgulho nacional, reconstruído após longo período de profunda discriminação racial dentro de um regime oficialmente segregacionista. Durante o governo do Congresso Nacional Africano (ANC), sob liderança de Nelson Mandela, foi implementado um conjunto de políticas com o objetivo de solucionar os gigantescos problemas socioeconômicos e índices de desigualdade motivados pelo regime do *apartheid*, reunidas no Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (*Reconstruction and Development Programme*) – RDP, que consistiu, entre outras iniciativas, no mais relevante programa de habitação social do governo do país. Dos 12,5 milhões de sul-africanos sem habitação adequada, cinco milhões foram beneficiados com a construção de cerca de 1,1 milhão de casas de baixo custo, entre 1994 e 2001. Contudo, a localização dos terrenos era distante e sem acesso a serviços básicos, trabalho e transporte. (BUROCCO, 2014, p. 69).

Durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2010, milhares de pessoas foram violentamente expulsas de “moradias ilegais” localizadas ao longo do percurso entre o aeroporto e o Centro da Cidade do Cabo, e transferidas para uma *temporary relocation*

area (TRA), “a fim de criar a imagem ilusória de cidades sul-africanas sem pobreza para os fãs do futebol que chegavam de todo o mundo.” (BUROCCO, 2014, p. 70). Em 2008, em Delft, foi construída a Symphony Way TRA, ou Blikkiesdorp, como é mais conhecida, um “campo de realocação” para aproximadamente 650 pessoas despejadas em razão do evento. Constituído de barracos de zinco, por um custo de 32 milhões de *randes* (quase US\$ 3 milhões) para a Prefeitura da Cidade do Cabo. O que era para ser apenas uma habitação de emergência acabou se tornando moradia definitiva para aquelas pessoas. Após o fim dos jogos, a Prefeitura construiu novos barracos e trouxe mais pessoas. As condições sanitárias de Blikkiesdorp são extremamente precárias, o deficiente sistema de esgotos provoca inundações e vazamentos pelas ruas durante as chuvas, deixando os moradores, sobretudo as crianças, vulneráveis.

A aglomeração também tem gerado conflitos entre gangues pelo controle do território, que conta com forte comércio de drogas e muitos assaltos: “[...] o elevado número de mulheres solteiras com filhos que vivem em Blikkiesdorp, o alvo preferido desses criminosos: suas casas são frequentemente arrombadas e assaltadas.” (BUROCCO, 2014, p. 72). No local, existe apenas atuação da segurança privada, que não garante a segurança dos moradores, se reservando a evitar que os materiais de construção sejam furtados.

Em 2014, após seis anos, essas pessoas ainda vivem no campo de Blikkiesdorp, local que seus moradores dizem ser ainda “pior do que os distritos – ou *townships*, guetos suburbanos criados pelo governo durante o *apartheid*, destinados a não-brancos – principalmente negros e indianos – nas periferias das cidades sul-africanas”. Em alguns casos, famílias de sete pessoas vivem amontoadas em espaços de três por seis metros. Eles se queixam de que as paredes de zinco tornam o interior das moradias sufocantes nos 40°C do verão, e oferecem pouca proteção contra o frio no inverno. A tuberculose e o HIV são frequentes e os bebês que nasceram em Blikkiesdorp oficialmente não existem, porque não foram registrados em nenhum censo. Os barracos são rigidamente alinhados, com pouco espaço para melhoria individual das casas, embora alguns moradores tenham tentado aumentá-las, criando jardins e abrindo, no local, lojas de conveniência informais (as chamadas *spaza shops*). Há iluminação pública e energia elétrica nas casas, mas faltam calçamento e pavimentação nas ruas — os caminhos são cobertos de areia, que o vento leva em redemoinhos. Não há chuveiros ou pias; a água dos canos e das torneiras cai diretamente no chão, infiltrando-se sob as casas. As privadas encontram-se dentro de pequenos e sombrios cubículos de concreto, muitos com goteiras nos tetos quebrados, apesar das repetidas promessas para repará-los (BUROCCO, 2014, p. 70)

As obras de ampliação do Estádio Umlazi, em Durban, para a Copa do Mundo de 2010 exigiram a demolição de casas e a retirada de aproximadamente cem moradores de Seção Umlazi D, localidade nos arredores do equipamento. O governo local se comprometeu em entregar num prazo de seis meses as novas casas para os moradores removidos. Desde 2009, entretanto, essas pessoas estão vivendo em barracos temporários, em condições precárias semelhantes à de Blikkiesdorp, sendo que com o agravante de serem construídos num terreno utilizado por várias empresas como aterro de resíduos químicos e hospitalares¹²⁸.

No Centro da cidade de Johannesburgo, aproximadamente 25 mil pessoas habitam 235 “edifícios condenados”, prédios abandonados pelos proprietários que foram ocupados ilegalmente. Em setembro do 2008, cerca de 400 pessoas foram expulsas do “edifício condenado” em que viviam, o San Jose, localizado em Hillbrow, bairro de alta densidade demográfica. A remoção desses moradores está dentro do plano de “revitalização” do centro de Johannesburgo, seguindo a Estratégia 2030 Joburg¹²⁹, um projeto que pretende consolidar a imagem da metrópole como uma “Cidade Africana de Classe Mundial” (“*World Class African City*”). (BUROCCO, 2014, p. 76).

A ex-relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, a urbanista brasileira Raquel Rolnik, sugere a consolidação de um padrão global dos megaeventos, pois enquanto esteve à frente da relatoria recebera inúmeras denúncias de remoções de comunidades pobres para dar lugar a estádios, aeroportos ou outras obras de infraestrutura, sem que os padrões internacionais de direitos humanos tenham sido respeitados. Esses conflitos ocorreram em Pequim, China, anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2008; em Nova

¹²⁸ “O sul de Durban é o maior centro químico africano e muitas empresas (internacionais e locais) são responsáveis por desastres ambientais e de saúde na área, com a complacência do governo. Entre as empresas que usam o aterro estão a Anglo American, Mondi Paper Mill, Petronas Engen Refinery, Shell & BP Refinery The Dutch Chemical Company, Vopak e a companhia química britânica Island View Storage. A empresa de resíduos EnviroServe administrava o aterro sanitário até ele ser fechado, em 2007.” (BUROCCO, 2014, p. 75).

¹²⁹ “A Estratégia de Johannesburgo para a Revitalização do Centro da Cidade (*The City of Johannesburg’s (CoJ’s) Inner City Regeneration Strategy*) foi lançada no ano 2000 para aumentar e sustentar o investimento privado na cidade. Os componentes da estratégia são: a) gestão urbana intensiva; b) atualização e manutenção de infraestrutura para criar um ambiente atraente para moradores e empresas; c) apoio para os setores econômicos com potencial para prosperar no centro da cidade e incentivo ao crescimento desses setores; d) desestimular o uso de propriedades que estão abandonadas, superlotadas ou mal conservadas e que, por sua vez, desvalorizam quarteirões inteiros desencorajando investimentos; e) incentivar investimentos de ‘efeito cascata’ que podem levantar toda uma área.” (BUROCCO, 2014, p. 76).

Délhi, Índia, sede dos Jogos da Comunidade Britânica de 2010; e na própria África do Sul. Em todos esses processos, os efeitos comuns foram a alta valorização imobiliária, incompatível com a renda de grande parte dos moradores, e também a *gentrificação* de áreas da cidade.

Em países periféricos, ainda que com a insígnia de “emergentes”, tais como Brasil, Índia e África do Sul, os impactos dos megaeventos seriam ainda mais dramáticos aos setores vulneráveis economicamente, dado que persiste nesses países um número considerável de assentamentos informais de baixa renda, como favelas, loteamentos irregulares e ocupações. Rolnik (2014) chama atenção para a ambiguidade na condição de inserção dos cidadãos na vida urbana, ou uma “dualidade da condição urbana”, pois uma parcela da cidade está edificada e plenamente amparada na regulação urbanística e jurídica; e outra é autoproduzida e habitada por populações de baixa renda, num território marcado pela precariedade. A autora afirma que nessas áreas mais precárias, a efetividade dos direitos humanos e a cidadania é ambígua, dado que “[...] são esses assentamentos que garantem que uma mão de obra abundante se encontre disponível para operar a máquina cidade, em situações de baixíssima remuneração”, todavia, “[...] sua permanência bem como a possibilidade da consolidação definitiva dos assentamentos na cidade jamais estão plenamente garantidas” (ROLNIK, 2014, p. 69).

A condição de “ilegalidade” dessas áreas favorece a remoção das comunidades para dar lugar a grandes projetos urbanos, pois o custo é bem menor, haja vista a dispensa de pagamento de altos valores para indenizações. No Brasil, vale ressaltar, ofereceu-se também um auxílio aluguel, de valor limitado diante do encarecimento das cidades. Para Santos Junior e Gaffney (2015), os assentamentos de pessoas de baixa renda, situados em áreas de interesse do setor imobiliário, representam entraves ao processo de apropriação dessas áreas aos circuitos de valorização do capital relacionados à produção e a gestão da cidade. Com efeito, o poder público tem encarado tal entrave através de remoções e despejos, e, por vezes, reassentando famílias em regiões distantes das antigas moradias. “Na prática, a tendência é que esse processo se constitua numa espécie de transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital.” (SANTOS JUNIOR; GAFFNEY, 2015, p. 10). Os autores salientam o comando do Estado nesse processo de violações às normas urbanísticas, além do que, as intervenções para a Copa de

2014 no Brasil revelaram “novas velhas dinâmicas socioespaciais”, como as parceiras de agentes públicos com o setor imobiliário, as pressões efetuadas junto aos grupos socialmente vulneráveis, a fragilidade dos instrumentos de planejamento, e também “[...] a eclosão de reações e práticas de resistência promovendo alterações nos movimentos sociais urbanos.” (SANTOS JUNIOR; GAFFNEY, 2015, p. 12).

4.2 O OUTRO LADO DA “GLOBALIZAÇÃO”

O termo “globalização” passou a habitar diferentes esferas sociais como explicação para os mais variados processos. No geral, o termo explicava um movimento em que a população mundial estaria se tornando cada vez mais interdependente, uma “única” sociedade, dando conta de dinâmicas que envolviam relações macropolíticas entre estados-nações, bem como uma nova configuração das interações sociais em escala global. Alinhada à conjectura de uma “sociedade pós-industrial” emergente, a ideia de globalização foi introduzida em diversas áreas do conhecimento. Cumpre destacar sua interação com diferentes categorias, tais como modernidade, pós-modernidade, desenvolvimento, subdesenvolvimento, ocidentalização, identidade, cultura local, ou mesmo a antiga problemática da *Gemeinschaft* [comunidade]/ *Gesellschaft* [sociedade] (ROBERTSON, 1999). A noção firmara-se em áreas do conhecimento das mais diversas, como economia, geografia, marketing e a própria sociologia. O uso generalizado do termo indica a superação da possibilidade de tratar-se de “moda” passageira (ALBROW, M. apud OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

Muitos críticos reticentes da ideia de “globalização” afirmam que os fenômenos sociais que tal termo busca firmar não seriam uma novidade, os processos de integração do comércio, difusão de religiões, culturas, interação de pessoas e grupos de localidades distantes ocorreriam há séculos. É patente que há tempos a maior parte da população do mundo compartilha um sistema econômico comum. E o que consistiria efetivamente num diferencial histórico do último período seria a emergência de uma economia cada vez mais “mundializada”, sob hegemonia do capital financeiro (CHESNAIS, 1996; WALLERSTEIN, 1999; KHONDKER, 2004; ARRIGHI, 2012).

No início da década de 1970, as teorias da modernização “estritamente

concebidas” – que avaliavam as sociedades exclusivamente de forma comparativa, tendo como modelos de referência as sociedades ocidentais – sofreram um forte desafio com a “análise dos sistemas mundiais”, do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, que sustentava a existência de um *padrão sistemático* de relações entre sociedades, com ênfase à expansão do mundo como decorrência do sistema capitalista. De acordo com a perspectiva *wallersteiniana*, o capitalismo se fortalece conforme as sociedades vão tomando parte no desenvolvimento do “sistema-mundo, de acordo com suas posições no interior da sistêmica divisão global do trabalho.

Para Mignolo (2005), a abrangência da metáfora “sistema-mundo moderno” não incluiria a “colonialidade do poder” e a “diferença colonial”, concebendo apenas “o sistema mundo moderno do ponto de vista de seu próprio imaginário, mas não do ponto de vista do imaginário conflitivo que surge com o da diferença colonial” (MIGNOLO, 2005, p. 36).

A dificuldade de Wallerstein para reconhecer a constituição do mundo moderno sem a participação da França e da Inglaterra – e portanto negar a contribuição de três séculos de colonialismo espanhol e português – é, sem dúvida, uma consequência do que concebe como geocultura. O imaginário da Europa do Norte, a partir da Revolução Francesa, é um imaginário que se construiu paralelamente ao triunfo da Inglaterra e da França sobre a Espanha e Portugal como novas potências imperiais. A emergência do conceito de “hemisfério ocidental” não permitia prever que marcava, desde o começo, os limites do que Wallerstein chama de geocultura. E o marca de duas maneiras: uma por rearticular a diferença colonial; a outra por ir absorvendo, ao longo de sua história, o conceito de “missão civilizadora”, conceito central na geocultura de Wallerstein, e tradução da “missão cristianizadora”, dominante do século XVI ao XVIII, mas que Wallerstein não reconhece como geocultura. (MIGNOLO, 2005, p. 44).

O aproveitamento da contribuição da teoria do sistema-mundo de Wallerstein se daria por meio da referência ao “imaginário do mundo moderno/colonial”, com suas “variadas e conflitivas perspectivas econômicas, políticas, sociais, religiosas, etc., nas quais se atualiza e transforma a estruturação social” (MIGNOLO, 2005, p. 43-4). O “sistema-mundo moderno/colonial” surge ao longo do século XVI, seu ato constitutivo ocorre junto com o nascimento das Américas como uma construção *geo-social*, que antecedeu o aparecimento da entidade “Europa”. As Américas não foram incorporadas a uma economia mundial capitalista já existente, pois não haveria como existir uma

“economia mundo” capitalista anterior a invenção das Américas. (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

No período entre, digamos, 8000 a. C. e 1500 d. C., coexistiram na Terra, em alguma época, sistemas históricos múltiplos de todas as três variedades. O império mundial foi a forma “forte” dessa época porque, sempre que alguém o expandia, destruía e/ou absorvia tanto os minissistemas como as economias mundiais e, sempre que alguém o contraía, ele abria espaço para a recriação de minissistemas e economias mundiais. A maior parte do que chamamos de “história” desse período é a história desses impérios mundiais, que é incompreensível porque eles adestravam os escribas culturais para relatar o que estava acontecendo. As economias mundiais eram uma forma “fraca”; as formas individuais nunca sobreviveram por muito tempo, isso porque elas ou se desintegravam ou eram absorvidas pelo império mundial ou neles transformadas (pela expansão interna de uma unidade política única).

Por volta de 1500 essa economia mundial conseguiu escapar a semelhante destino. Por razões que precisam ser explicitadas, o “sistema mundial moderno” nasceu da consolidação de uma economia mundial. Por isso ele teve tempo para realizar seu pleno desenvolvimento como um sistema capitalista. Por sua lógica interna, essa economia capitalista mundial expandiu-se então para cobrir o globo inteiro, absorvendo nesse processo todos os minissistemas e impérios mundiais existentes. (WALLERSTEIN, 1999, p. 460).

O atual padrão de poder mundial, – que se confunde com a patente europeia de modernidade – assinala o primeiro padrão de poder verdadeiramente global da história conhecida, afirma o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), pois além de cobrir a totalidade da população do planeta, o “padrão de poder” está configurado como um sistema, cada esfera da existência social está agregada a uma forma historicamente conhecida de controle das relações sociais correspondentes: “é o primeiro em que cada uma dessas estruturas de cada âmbito de existência social, está sob a hegemonia de uma instituição produzida dentro do processo de formação e desenvolvimento deste mesmo padrão de poder.” (QUIJANO, 2005, p. 113) Desse modo, no domínio do trabalho e de seus produtos está a empresa capitalista; no controle da sexualidade está o modelo de família burguesa; no controle da autoridade está fincado o estado-nação; e no controle da subjetividade está a perspectiva eurocêntrica (QUIJANO, 2005).

A colonialidade configura um dos elementos constitutivos da noção europeia de modernidade, consistindo essencialmente na subordinação multidimensional de um conjunto de estados (e subjetividades) à autoridade de uma metrópole. A hierarquia da colonialidade manifesta-se em todos os domínios: político, econômico, e cultural. Não

obstante o fim do status colonial formal, determinadas relações de colonialidade permanecem, sobretudo na forma de hierarquia sociocultural entre europeus e não-europeus; brancos e não-brancos. Além da expropriação em benefício das metrópoles, as populações colonizadas tiveram reprimidas, de formas variadas, suas formas de produção de conhecimento, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico. Quijano (2005, p. 111) recorda que a repressão neste âmbito foi sensivelmente mais truculenta, mais entranhada e consolidada entre os povos originais da América Ibérica, sentenciando-os a uma “subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada”. algo mais intenso ocorreria com as populações sequestradas da África Negra¹³⁰. Esse processo provocou o que o autor peruano define como “colonização das perspectivas cognitivas”, referindo-se aos “modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005, p. 111).

Edgardo Lander (2005) assevera que na “autoconsciência europeia da modernidade”, as formas de classificação e separação da realidade (sagrado/humano; mente/corpo) se articulavam à diferenciação essencial que se estabeleceu mediante a formação do mundo colonial: entre o europeu “moderno” e os “outros” – correspondendo a todo conjunto de povos e culturas não-europeias do planeta. A conquista ibérica do continente americano, de acordo com o autor, seria o ato inaugural tanto da modernidade como da organização colonial do mundo, que significou também “a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário.” Com efeito, modernidade e colonialidade conformam articuladamente a dinâmica da história posterior, culminando nos séculos XVIII e XIX, quando, “pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo – todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados – numa grande narrativa universal.” (LANDER, 2005, p. 10).

Abranger a interpretação da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana a partir da experiência “paroquial” da história europeia instituiu, segundo o autor, uma “universalidade radicalmente excludente”. Pois, na verdade, consiste num “universalismo não-universal”, residente nas concepções de indivíduo e de direitos do

¹³⁰ O autor reconhece que a repressão na Ásia foi bem menor comparativamente, preservando parcela importante da herança intelectual, escrita. E necessariamente por tal circunstância histórica foi originada a ideia de “Oriente”, debatida de forma seminal por Edward Said (QUIJANO, 2005).

liberalismo clássico e do pensamento constitucional. O estabelecimento de uma ordem de direitos a *todos* os seres humanos, assevera Lander, consistiu, contraditoriamente, num passo decisivo para efetivamente negar direitos à *maioria* deles (LANDER, 2005, p. 11)

As obras de Locke e Hegel são paradigmáticas no sentido de assinalar o pressuposto “caráter universal da experiência europeia”. Locke distinguia os “direitos dos povos” entre aqueles que seriam portadores históricos da “razão universal” – no caso os europeus (ou parte deles), das nações “bárbaras”: carentes de soberania e de autonomia. Legitimando, assim, a dominação colonial dos últimos pelos primeiros. Desse modo, “[a] negação do direito do colonizado começa pela afirmação do direito do colonizador; é a negação de um direito coletivo por um direito individual” (CLAVERO, 1994, p. 21 apud LANDER, 2005, p. 11). Hegel e seu universalismo da filosofia da história também teria reproduzido um processo sistemático de exclusões, consentindo com a dominação colonial: “A história é universal como *realização do espírito universal*. Mas desse espírito universal não participam igualmente todos os povos.” (LANDER, 2005, p. 11 [grifo do autor]). Coronil (2005) ressalta certo esquecimento europeu de como se deu a constituição da “modernidade”:

As colônias da Europa, primeiro na América e mais tarde na África, forneceram-lhe mão de obra, produtos agrícolas e recursos minerais. Iguamente, apresentaram à Europa uma variedade de culturas em contraposição às quais a Europa concebeu a si mesma como o padrão da humanidade – como portadora de uma religião, uma razão e uma civilização superiores encarnadas pelos europeus. (CORONIL, 2005, p. 52).

A ideia de modernidade é a essência da cosmovisão eurocêntrica, e, de acordo com Lander (2005, p. 13), interage de maneira complexa com quatro dimensões básicas: “a visão universal da história associada à ideia de progresso”, que classifica e hierarquiza todos os povos, continentes e experiências históricas; a “naturalização” das relações sociais derivadas da sociedade liberal-capitalista; a “ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade [eurocêntrica]”; e a superioridade do conhecimento “científico” que a modernidade produziu perante todos os outros conhecimentos.

Desta forma, está dada a existência de um “metarrelato universal”, que classifica todas as sociedades e culturas, da mais “primitiva” até a mais “moderna”, essa última, no caso, a sociedade industrial liberal. “A sociedade liberal, como norma universal, assinala o

único futuro possível de todas as outras culturas e povos. Aqueles que não conseguirem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer.” (LANDER, 2005, p. 13). Esse processo fez com que as formas do conhecimento desenvolvidas na Europa se tornassem padrões para o restante do globo, únicas formas legítimas e objetivas de conhecimento. As categorias e perspectivas teóricas fabricadas na Europa, tais como: economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, converteram-se “não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta.” (LANDER, 2005, p. 13).

A consolidação das relações capitalistas e do modo de vida liberal como formas “naturais” da sociedade se deu através da submissão colonial/imperial de territórios “conquistados” pelas potências europeias em outros continentes; além de uma “encarnizada luta civilizatória” dentro do próprio território europeu, que resultou na imposição do projeto liberal. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, gerações de camponeses e trabalhadores sofreram na própria pele os impactos traumáticos das transformações da “modernidade”: expulsão da terra e extinção do acesso aos recursos naturais. Com efeito, esse processo significou “a ruptura com os modos anteriores de vida e de sustento – condição necessária para a criação da força de trabalho ‘livre’ – e a imposição da disciplina do trabalho fabril, este processo foi tudo, exceto natural.” (LANDER, 2005, p. 12). Tal regime de disciplina e de normatização dos indivíduos, que “não entraram na fábrica alegremente e por sua própria vontade”, exigia uma intensa transformação dos corpos e das formas sociais, configurando assim, o “homem econômico” (ESCOBAR, 1995, p. 60 apud LANDER, 2005, p. 12).

O capitalismo não é um “fenômeno europeu autogerado” que se difundira por todo o globo, produto da engenhosidade de empresários, inventores e do proletariado do “Velho Mundo”. O processo de formação do mundo moderno tem na relação entre capitalismo e colonialismo um aspecto constituinte. (CORONIL, 2005, p. 52) A acumulação capitalista emerge nas “transações transcontinentais” sob comando das metrópoles europeias, baseada em diferentes formas de superexploração da força de trabalho, da escravidão ao assalariamento; e na depredação de riquezas naturais nos territórios “conquistados” no ultramar. Assim, a colonização das Américas demarca o caráter global da modernidade

capitalista, assim como o seu “lado escuro”. Diante disso, Coronil (2005) indaga qual assimilação desse aspecto central da modernidade sobre a “globalização”:

[...] o colonialismo é o lado escuro do capitalismo europeu; não pode ser reduzido a uma nota de rodapé em sua biografia. A “acumulação primitiva” colonial, longe de ser uma pré-condição do desenvolvimento capitalista, foi um elemento indispensável de sua dinâmica interna. O “trabalho assalariado livre” na Europa constitui não a condição essencial do capitalismo, mas sua modalidade produtiva dominante, modalidade historicamente condicionada pelo trabalho “não-livre” em suas colônias e em outros lugares, tal como o atual trabalho produtivo dos trabalhadores assalariados depende do trabalho doméstico, “não-produtivo” das mulheres no âmbito doméstico. Em vez de perceber a natureza e o trabalho das mulheres como “presentes” ao capital (ver uma crítica de Salleh, 1994: 113), devem ser vistos como confiscos do capital, como parte de seus outros colonizados, como seu lado escuro. Qual é o lado escuro da globalização? (CORONIL, 2005, p. 52).

Fernando Coronil (2005, p. 50) afirma que “[d]e todas estas fantasias milenares, o discurso sobre a globalização das instituições financeiras e corporações transnacionais evoca com uma força particularmente sedutora o advento da nova era”. A imagem dessa nova era traria consigo “[...] o sonho de uma humanidade não dividida entre Oriente e Ocidente, Norte e Sul, Europa e seus outros, ricos e pobres.” Para o autor, os apologistas da globalização se movem pelo desejo de esquecimento dos conflitos passados e suas marcas, visando um ideal “harmonioso” à história, “[...] este discurso promove a crença de que as diversas histórias, geografias e culturas que dividiram a humanidade estão se unindo no cálido abraço da globalização, entendido este como um processo progressivo de integração planetária.” (CORONIL, 2005, p. 50). Em contraste, Coronil ressalta que as implicações destas fantasias de uma harmonia global, são a reconfiguração da ordem capitalista e a reorganização da “cartografia geopolítica e cultural da modernidade”. (CORONIL, 2005, p. 50).

O aprofundamento das relações financeiras na globalização não necessariamente significa ampliação do mercado num espaço geográfico, assinala o autor venezuelano, mas sua concentração num espaço social, haja vista a ampla mobilidade de transações oferecidas ao capital internacional. Assim, “a relação centro-periferia está se transformando numa relação social, em vez de uma relação geográfica” (HOOGVELT, 1997, p. 145 apud CORONIL, 2005, p. 56).

4.2.1 Expropriações contemporâneas

David Harvey (2004) remete ao conceito marxiano de “acumulação primitiva”¹³¹ como ponto de partida para a reflexão acerca do caráter predatório de processos contemporâneos de *espoliação*. Uma leitura mais rigorosa da descrição que Marx realiza do conceito, atenta o geógrafo, exporia uma extensa categoria de dinâmicas espoliativas e de supressão de direitos a bens comuns, tais como: mercantilização e privatização da terra, seguida da expulsão forçada das populações camponesas; conversão de direitos de propriedade coletiva em direitos de propriedade exclusiva; mercantilização da força de trabalho e extinção de formas alternativas de produção e consumo dos recursos naturais; monetarização das trocas e arrecadação de impostos, sobretudo da terra; tráfico de escravos; usura, dívida pública e o sistema de crédito. (HARVEY, 2004, p. 109). Partindo de elaborações de Rosa Luxemburgo¹³², Harvey (2004) assevera a pertinência em analisar,

¹³¹ Harvey (2004, p. 108) assinala que “[o] brilho do método dialético de Marx está em mostrar que a liberalização mercantil – o credo dos liberais e neoliberais – não produzirá um estado de harmonia no qual todos estarão melhor, mas que produzirá maiores níveis de desigualdade social”. Marx teria apontado uma crescente instabilidade econômica, culminando em crises de sobreacumulação. Embora partindo de alguns dos pressupostos firmados pela economia política clássica, a “teoria geral da acumulação do capital” marxiana desvelaria os processos de “acumulação primitiva” como traços intrínsecos ao desenvolvimento capitalista. A economia política clássica, da qual Marx é bastante influenciado, comenta Harvey (2004, p. 108), estava fundamentada em uma série de pressupostos controversos, tais como a existência efetiva de mercados livres e competitivos; garantias institucionais da propriedade privada; individualismo jurídico; liberdade de contratos; estruturas legais e governamentais de um Estado “facilitador” das transações econômicas e garantidor da integridade do dinheiro como reserva de valor e meio de circulação. Nessa visão, já estaria plenamente estabelecido o papel do capitalista enquanto “produtor e intercambiador” de mercadorias, assim como estava “dada” a força de trabalho como mercadoria concernente ao seu valor de troca. Assim, “[a] acumulação ‘primitiva’ ou ‘originária’ já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada [...] dentro de uma economia fechada que opera em condições de ‘paz, propriedade e igualdade’.” (HARVEY, 2004, p. 108).

¹³² Harvey (2004) recorre à Rosa Luxemburgo para caracterizar certa dualidade no processo de acumulação. A dirigente comunista polonesa/alemã expõe a necessidade de uma profunda análise científica para desvelar como na dinâmica de acumulação, “[...] o direito de propriedade converte-se em apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em domínio de classes.” (LUXEMBURGO, 1968 apud HARVEY, 2004, p. 107). Entretanto, Luxemburgo observa que é “[...] constantemente difícil determinar, dentro do emaranhado de violência política e disputas de poder, as duras leis do processo econômico” (LUXEMBURGO, 1968 apud HARVEY, 2004, p. 111). Assinala que “[...] a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Paz, propriedade e igualdade reinam aqui como formas”, e que tal processo “[...] tem lugar nos locais de produção da mais-valia – na fábrica, na mina, no fundo agrícola e no mercado de mercadorias”. No entanto, a autora comunista aponta, em tese polêmica, um outro aspecto da acumulação capitalista: considerando os limites firmados para a expansão do capital, seria necessário recorrer a relações não capitalistas, num processo que se desenrola no cenário mundial: “Aqui reinam como métodos a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, o engano, a opressão e a rapina.” (LUXEMBURGO, 1968 apud Harvey, 2004, p. 111). Com efeito, Luxemburgo considera que os

através da “geografia histórica da acumulação de capital”, o caráter permanente de práticas predatórias de acumulação; sendo que os processos em curso demonstrariam uma qualidade distinta para serem considerados “primitivos” ou “originários”. Desse modo, o geógrafo marxista assinala a noção de “acumulação por espoliação” (ou “despossessão”, do inglês, *dispossession*), como categoria diversa à acumulação por reprodução ampliada: “a implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto”. (HARVEY, 2004, p. 135).

Para Harvey, (2004) a acumulação por espoliação “[...] é onipresente, sem importar a etapa histórica, e se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização.” (HARVEY, 2004, p. 111). Apresentando-se de diversas formas, a acumulação por espoliação tem como elemento permanente o Estado executando e legitimando a violência intrínseca a tais processos, através do monopólio da força e da delimitação da “legalidade”. Dessa forma, sobretudo através do sistema de crédito e do capital financeiro, “[o] capitalismo internaliza práticas canibais, predatórias e fraudulentas” (HARVEY, 2004, p. 111).

Não obstante as inúmeras semelhanças entre as formulações teóricas, a historiadora Virgínia Fontes confronta a ideia de “acumulação por espoliação” proposta por Harvey, particularmente na dualidade estabelecida, segundo a autora, entre um “capitalismo normalizado” e outro “capitalismo predatório”. Fontes (2010, p. 63) corrobora o fato de Marx considerar que após a expropriação camponesa nos cercamentos de campos, “[...] a coação econômica ‘normalizada’ sobre os trabalhadores agora ‘livres’ substitui a violência aberta”. Contudo, a autora recorre ao próprio Marx, em passagens do livro *O Capital*, para reiterar que é intrínseco à própria expansão das relações capitalistas a ocorrência de sucessivas expropriações que ultrapassavam a fronteira dos trabalhadores “livres”, incluindo até mesmo os pequenos capitalistas entre os *expropriados*. Ademais, “[...] a expansão histórica do capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente ‘normalizada’, pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias, todos, ao contrário, impulsionados.” (FONTES, 2010, p. 63).

dois aspectos da acumulação estão “organicamente vinculados”, e apenas considerando-os conjuntamente poderia ser possível compreender a evolução histórica do capitalismo.

Conforme se intensificava nos países centrais uma “exploração judicializada” da força de trabalho, funcionando com algum rigor de direitos sociais estabelecidos aos trabalhadores, nas periferias do planeta se desenrolavam diferentes modalidades de trabalho forçado e/ou semi-forçado. Contudo, tais formas de exploração do trabalho, na visão de Fontes (2010, p. 64), não poderiam ser considerados “externas” ao regime do capital, mas aspectos constituintes dele; e ressalta que esse arranjo, que combina graus diversos de violência, deu o tom de variados processos históricos da modernidade capitalista. A autora assinala que não necessariamente deveria se tratar de uma dualidade no modo de acumulação capitalista, entre um “normalizado” e outro “predatório”, mas de formas peculiares de conexão entre determinadas circunstâncias históricas, em que os donos do capital, independente do país de origem, “[...] aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, *subalternizando* populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão.” (FONTES, 2010, p. 64 [grifo nosso]).

A “violência primordial” impressa pelo poder do capital é “permanente e constitutiva”; além disto, “[...] a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou ‘normalizou’ em escala mundial” (FONTES, 2010, p. 64). A coexistência de modos distintos de exploração e acumulação corresponderiam às diferentes formações históricas da desigual expansão do capitalismo, seja entre países ou mesmo no interior de cada país. Progressivamente, todas as sociedades passariam a responder a uma análoga dinâmica social, e a “normalização” das relações capitalistas corresponderia “[...] à expansão sempre mais truculenta de expropriações” (FONTES, 2010, p. 64). O que realmente se tornaria “normalizado”, completa a autora, é “[...] a existência de massas crescentes da população do planeta necessitadas da venda de sua capacidade de trabalho [...] disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora” (FONTES, 2010, p. 65). Virgínia Fontes (2010, p. 65) assinala ser compreensível o espanto de Harvey ao perceber um caráter normalizado e outro espoliativo no capitalismo, dado que “[a] grande diferença atual é que fraudes e roubos cometidos pelos países imperialistas, sobretudo, fora de seu território passaram agora a fazer parte do seu próprio cotidiano”.

Perante os fenômenos descritos por Harvey através de seu conceito de “acumulação por espoliação”, Fontes (2010) opta por empregar a ideia de “expropriação”, atribuída à Karl Marx. A expropriação resulta em profundas transformações culturais, ideológicas e políticas, abrangendo a totalidade da vida e incidindo sobre direitos tradicionais e consuetudinários, o uso de terras comunais, modelo familiar e práticas comunitárias, conhecimentos tradicionais sobre plantas e ervas locais, entre outros aspectos (FONTES, 2010, p. 51). O tema das expropriações é frequentemente relegado à condição de episódica, salienta a autora, numa narrativa linear na qual a “acumulação primitiva” teria ocorrido inicialmente na Inglaterra e sucedida pelos processos de “modernização” de demais nacionalidades. Ademais, a ideia de que a acumulação primitiva se refere a um momento “anterior” ao pleno capitalismo, consistiria numa “figuração idílica da historicidade regida pelo capital”, pois levaria a crer que conforme o capitalismo fosse se desenvolvendo, “[...] desapareceriam as expropriações ‘bárbaras’ de sua origem, sob uma azeitadíssima expansão da exploração salarial, configurando uma sociedade massivamente juridicizada sob a forma do contrato salarial e ‘civilizada’” (FONTES, 2010, p. 45). Tal leitura simplória alimentava certos intentos no sentido de impedir o êxodo rural, pois se acreditava que bastaria a fixação da população no campo para que não se alastrasse a pobreza urbana. Fontes (2010, p. 45) assevera que essas iniciativas pueris se demonstravam “[...] totalmente inúteis por desejarem um capitalismo despido de sua forma social própria.”.

Com efeito, as expropriações consistem em condição permanente da expansão do mercado capitalista, pois demanda, de forma constante, a produção de populações expropriadas. Fontes (2010) evoca uma passagem de Marx – no Livro III de O Capital, que trata do crédito e do “capital portador de juros” –, relacionando a concentração máxima de capitais com a “expropriação na escala mais alta”, bem como seu caráter contínuo:

O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. *Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, os quais, com o desenvolvimento da produção social, deixam de ser meios da produção privada e produtos da produção privada e só podem ser meios de produção nas mãos dos produtores associados, por conseguinte sua propriedade social, como já são seu produto social. Essa expropriação apresenta-se, porém, no interior do próprio sistema*

capitalista como figura antitética, como apropriação da propriedade social por poucos; e o crédito dá a esses poucos cada vez mais o caráter de aventureiros puros. (MARX, 1985, L. III, v. IV, Tomo 1, p. 334 apud FONTES, 2010, p. 45-6 [grifos da autora]).

A autora subdivide as dinâmicas de expropriação entre “primária” e “secundária”. A primeira, “original”, corresponderia a conversão de grandes massas camponesas em exército urbano de trabalho, “[...] expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários” (FONTES, 2010, p. 46). A expropriação primária não se restringiu à fase inicial de consolidação do modo de produção capitalista, mas persistiu e se aprofunda. Entretanto, Fontes (2010) assinala que a “expropriação primária histórica” verificada nos países centrais e que pressionou amplas populações camponesas ao ingresso no mercado de trabalho assalariado, ocorreria de forma intensa e teve longa duração. Exceto a Inglaterra, cuja população urbana duplicara entre 1500 e 1700, até meados do século XIX, o continente europeu constituía uma realidade predominantemente agrária.

A “expropriação secundária” corresponderia aos processos contemporâneos – semelhantes aos assinalados por Harvey (2004) ao delimitar a ideia de “acumulação por espoliação” –, e seriam impulsionados pelo “capital-imperialismo” (FONTES, 2010, p. 44). Fontes (2010) aponta a estreita correlação entre expropriações primárias e concentração de capitais, que acabaria por alterar a própria qualidade do capital. Desse modo, “[...] as expropriações passaram a ter uma qualidade diversa e incidem também sobre trabalhadores já de longa data urbanizados, revelando-se incontroláveis e perigosamente ameaçadoras da humanidade tal como a conhecemos.” (FONTES, 2010, p. 54). A autora sublinha que tais expropriações secundárias não configurariam uma subtração, por parte do capital, de “meios de produção”, haja vista que majoritariamente os trabalhadores urbanos já estão despojados destes há tempos. Mas implicaria num recrudescimento dos mecanismos de exploração pelo mercado, “[...] impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor” (FONTES, 2010, p. 54). É a partir de expropriações que emergem as condições necessárias para a valorização do capital, pois daí resultam as populações expropriadas cuja subsistência induzirá seu ingresso no mercado de força de trabalho; do contrário, passarão a constituir uma população “sobrante” ou um “pobretariado”. A autora ressalta que a existência dessas

massas expropriadas depende das relações mercantis vigentes, não existindo um “lado de fora” da economia capitalista ou uma “exclusão do mercado” (FONTES, 2010, p. 51).

A partir de dados da urbanização da população mundial, Fontes (2010) assinala não apenas a persistência, mas o aprofundamento das expropriações na contemporaneidade. Embora as estatísticas globais não evidenciem a melhora ou piora das condições de vida e de acesso ao mercado regular de trabalho, tampouco apresentem informações sobre expropriações de terras de trabalhadores rurais, o elevado crescimento da população urbana mundial – que representava menos de 30% da população global em 1930, chegou a 50% em 2007; e segundo projeções, deverá atingir 61% do total em 2030 – demonstrariam não apenas a ininterrupção do êxodo rural em direção às cidades, mas também que “[...] massas crescentes da população mundial encontram-se a cada dia mais direta e quase completamente subordinadas à dinâmica mercantil”, e, dado o aprofundamento das expropriações, em muitos casos, a venda da força de trabalho se dá sob quaisquer condições (FONTES, 2010, p. 48).

A partir da década de 1960, começaram a ser difundidos procedimentos de quantificação da pobreza global que “naturalizavam” suas precondições. “A explicitação do número de pobres no planeta agiu para ocultar que não se tratava mais de uma pobreza de tipo tradicional, mas tipicamente resultante da expansão capitalista” (PEREIRA, 2009, p.136 apud FONTES, 2010, p. 53). Durante a década de 1970, o Banco Mundial, sob comando estadunidense, passou a promover o “combate à pobreza”, particularmente a rural, através de projetos baseados em incentivos financeiros direcionados a uma camada de pequenos agricultores, visando o aumento da produtividade ao fomentar uma agricultura capitalizada em diferentes partes do globo, “[...] fortemente mecanizada e dependente de pesticidas, promovendo um salto na escala de concentração de terras e, por extensão, nas expropriações primárias.” (FONTES, 2010, p. 53). Dessa forma, as políticas internacionais de combate a pobreza lideradas pelo Banco Mundial desde então, estiveram consonantes com a chamada “Revolução Verde”, que, grosso modo, estimulou inúmeras expropriações agrárias e em diferentes condições, seja de posseiros, parceiros, meeiros ou arrendatários.

Conforme são empurrados abruptamente para a dinâmica do capitalismo, esses expropriados, em busca da própria sobrevivência, procuram rapidamente se adequar as imposições do mercado. Ademais, “tais massas humanas disponíveis para o mercado,

mesmo quando se mantêm em seus territórios nacionais de origem, mesclam-se com população já urbana, competem com ela de maneira mais ou menos indistinguível dos demais” (FONTES, 2010, p. 51); esse processo acaba por resultar em novas barreiras físicas, sociais e culturais, instituídas, efetivamente ou simbolicamente, para demarcar o território dessas populações, além do que, “[...] reatualizam antigas discriminações e inventam novas opressões – étnicas, linguísticas, sexuais, culturais, bairristas, geográficas, religiosas, etc.” (FONTES, 2010, p. 51). Por conseguinte, “[s]ão segregados atrás dos muros, destacados em guetos, favelas ou bairros distantes.” (FONTES, 2010, p. 51). Não obstante sua maior vulnerabilidade, a existência dessas populações é essencial para a acumulação, pois contribuem para reforçar a subordinação do conjunto, exercendo forte pressão sobre os demais trabalhadores. Ao despejar mais força de trabalho no mercado, as expropriações contemporâneas, aprofundam as desigualdades entre os próprios trabalhadores, dado que esse segmento “sobrante” busca, por óbvio, integração ao mundo do trabalho regular. Essa tensão somada aos conflitos entre os capitais imperialistas, “[...] certamente impulsionará lutas sociais com escopos variadíssimos” (FONTES, 2010, p. 51).

Ao analisar a realidade das populações imigrantes na França, Robert Castel (2008) atenta que mesmo após possuírem nacionalidade francesa, esses grupos recebem um tratamento diferenciado, uma “*discriminação negativa*” que “marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma.” (CASTEL, 2008, p. 14). A discriminação de indivíduos e grupos sociais, além de ser escandalosa, constituiria numa *negação de direito*, tanto aos direitos formalmente inscritos na legislação, quanto aos princípios essenciais ao exercício da cidadania. “A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em fator de exclusão”, além disto, se impõe num momento em que não se admite que “diferenças *legítimas* possam ser fundadas num estatuto hereditário” (CASTEL, 2008, p. 12, grifo do autor), pois os contornos de qualquer sociedade moderna e democrática é a igualdade de todos os cidadãos diante da lei, tomada como característica imperativa e fundante.

Castel (2013) aponta as “armadilhas” colocadas no uso da ideia de “*exclusão*”, termo que se tornou corrente no debate contemporâneo para designar modalidades

heterogêneas de “miséria do mundo”, nomeando circunstâncias diversas de vulnerabilidade, formas genéricas de *degradação* das condições de vida, situações de inutilidade social: “Na maior parte dos casos, ‘o excluído’ é de fato um desfilhado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis ou instáveis.” (CASTEL, 2013, p. 34). Por exemplo, exclusão pode ser “[...] a situação vulnerável de quem vive de um trabalho precário ou que ocupa uma moradia de onde pode ser expulso se não cumprir com seus compromissos.” (CASTEL, 2013, p. 33). Para o autor, o termo desemboca numa visão que enxerga equivocadamente situações “fora do social”. Com efeito, esse tipo de visão justifica ações públicas focalizadas, caracterizando determinadas “populações-alvo” e um cálculo do *déficit* social para uma “intervenção especializada”: “Se nada de mais profundo for feito, a ‘luta contra a exclusão’ corre o risco de se reduzir a um pronto-socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social.” (CASTEL, 2013, p. 38). Ademais,

Agindo dessa forma, detemo-nos nos efeitos mais visíveis da “crise” e, no entanto, esta não é uma crise pontual, mas um processo geral de desestabilização da condição salarial. É a desagregação das proteções que foram progressivamente ligadas ao trabalho que explica a retomada da vulnerabilidade de massas e, no final do percurso, da “exclusão”. (CASTEL, 2013, p. 45).

Em outro trabalho, Castel (1998) assinala a emergência da nova “questão social” na Europa e que se propagara para outras regiões, referente a “desfiliação social” gerada pelo aumento do desemprego e pela precariedade das condições de vida; um novo contingente de “vagabundos”, ou “supranumerários”, que vivem numa zona de vulnerabilidade devido às fraturas da sociedade contemporânea. Analisando a instituição da “sociedade salarial”, Castel (1998) descreve os mecanismos de disciplinamento, cadastro e, por vezes, descarte dessa massa de “inempregáveis”. O fechamento dos campos, as Leis dos Pobres, as Leis contra a vagabundagem, as “*Workhouses*”, enfim, constituíram diferentes modalidades de se tratar a questão social ao longo da história.

Uma parte importante dos pobres é incessantemente ameaçada de tornar-se miserável [...] a questão social que formulam explicitamente os indigentes a assistir ou os vagabundos a reprimir já foi posta, pelo menos implicitamente, em sua origem. É nos processos de vulnerabilização que “arruinam os pobres” que

se deve buscar a origem das perturbações que afetam o equilíbrio social. (CASTEL, 1998, p. 147).

As expropriações contemporâneas guardariam uma “[...] forte homologia com a permanência e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, violenta e/ou por via parlamentar” (FONTES, 2010, p. 58), todavia, apresentariam também aspectos originais (FONTES, 2010, p. 58). As expropriações de bens coletivos em período mais recente, “[...] ocorreram como violência e como *extinção de direitos*, até então consolidados através de privatizações de instituições públicas, industriais ou destinadas a prover educação, saúde, previdência social, transporte, etc.” (FONTES, 2010, p. 60 [grifo da autora]). O dismantelamento de legislações trabalhistas e sociais, com destaque ao “consenso” parlamentar e midiático sobre a elevação das idades de aposentadoria; e também para a “expropriação contratual”, que, mediante flexibilizações, precarizações, desterritorializações, fragmentou e enfraqueceu o poder político dos trabalhadores, aumentando a superexploração da força de trabalho sem qualquer vínculo de direito. Desse modo, essas dinâmicas, de acordo com Fontes (2010), ilustrariam a expropriação como extinção de *direitos*.

Vale salientar a ofensiva do capital sobre as mais variadas dimensões, a exemplo da crescente mercantilização de bens naturais através do mercado de patentes, até mesmo a própria vida humana virou um grande negócio, erigindo assim um “biocapitalismo” (LANDER, 2006; GARCIA; 2006; FONTES, 2010). Dessa forma, “[a]s expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, ainda que colocando em risco a existência humana.” (FONTES, 2010, p. 61).

Com efeito, a desigualdade alcançou níveis jamais vistos e a pobreza atinge inclusive economias avançadas, a exemplo de países da Europa, atados em um círculo vicioso de quebras bancárias e déficit fiscal. No restante do globo, as convulsões sucedem de modo “desigual e combinado”. Na África, está em curso um processo de “acumulação primitiva” devido às alterações de códigos de mineração e petróleo em alguns países, enriquecendo burguesias locais e empresas estrangeiras, ao passo que depreda territórios e comunidades. Na Ásia, 51% da população mundial afetada pela miséria extrema encontra-se no Sul desse continente e 15% no Leste, de acordo com o último PNUD. Muitas transnacionais estão cada vez mais atraídas pelas novas fontes de mão de obra barata nessa

região. No Oriente Médio, registra-se um recorde de desemprego. E a redução de gastos sociais e de subsídios aos alimentos geram explosões de revoltas. Em todas as partes do mundo, vale ressaltar, encontra-se uma imensa juventude trabalhadora, precarizada e desempregada. Em suma, o sistema opera com um grau de instabilidade muito superior ao passado, e “o neoliberalismo desgastou os diques que atenuavam os desequilíbrios do capitalismo” (KATZ, 2016, p. 456).

Katz (2016, p. 435) realça o dramático agravamento da fome no planeta, cerca de 1,2 bilhão de pessoas passam fome e 2,5 bilhões subsistem em condições de pobreza. Desde 2003, registra-se um ciclo ascendente nos preços dos alimentos, o índice de preços da FAO ultrapassou seu máximo histórico em dezembro de 2010, com destaque à influência da carestia alimentar nas sublevações árabes, “uma intifada do pão”. O autor aponta três explicações para a crescente inflação dos alimentos. A primeira seria o surgimento de “bolhas” oriundas da especulação dos preços futuros dos cereais. Em 2000, foram abolidas as regulamentações que protegiam o mercado desses produtos de operações financeiras, e foi desobstruído o ingresso de capitais que operam no curto prazo. No intuito de reaver lucros após a crise de 2008, os grandes bancos¹³³ se especializaram nesta atividade, o que ocasionou um abrupto aumento nos preços do milho, do arroz e do trigo, alimentos que correspondem a 75% do consumo básico mundial (Toussaint, 2014b apud KATZ, 2016, p. 436). A segunda explicação aponta a valorização dos alimentos resultante do encarecimento dos produtos básicos, como os biocombustíveis. O aumento dos preços do petróleo, do transporte ou da irrigação, bem como a demanda com novos hábitos de consumo e a expansão dos supermercados, impactaram nos custos dos alimentos. A terceira explicação indica a demanda exercida pelos novos compradores asiáticos. Assim, a dieta de milhões de consumidores causaria decisivo impacto nos preços. O economista argentino complementa tais enfoques ressaltando a ocorrência de uma reconversão agrícola no bojo da globalização neoliberal, uma produção mais inclinada à exportação e danosa aos cultivos tradicionais. Tal mutação foi orientada pelo agronegócio, deteriorando a segurança alimentar, arruinando o campesinato e acentuando o êxodo rural.

Fontes (2010) sugere uma assimilação histórica entre as expropriações contemporâneas e o processo de “extinção de direitos comunais e consuetudinários”

¹³³ BNP Paribas, Deutsche Bank, JP Morgan, Morgan Stanley, Goldman Sachs (KATZ, 2016, p. 436).

ocorrido entre os séculos XVI e XVII na Inglaterra, que aboliu as terras comuns, primeiramente através da violenta expulsão das populações camponesas, e, depois, mediante decretos parlamentares que impuseram os “cercamentos” (*enclosure*) de campos, fenômeno que redefiniu a noção de propriedade privada e resultou na consolidação do modo capitalista de produção e de acumulação. Para estabelecer tal paralelo, a historiadora brasileira emprega os trabalhos de outra historiadora marxista, a estadunidense Ellen Meiksins Wood, cuja teoria aponta uma origem agrária (e inglesa) do capitalismo, alicerçada nos processos de “melhoramento” (*improvement*) de terras, baseados exatamente nos cercamentos de campos.

Wood (2001) assinala que ao longo do tempo, as necessidades materiais humanas foram providas através da agricultura. A divisão por classes se dava, em suma, entre aqueles que trabalhavam a terra e os que se apropriavam do trabalho alheio. A autora ressalta que tal divisão entre apropriadores e produtores assumira diversas formas dadas as circunstâncias históricas, contudo, “[...] uma característica comum foi que, tipicamente, os produtores diretos eram camponeses. Esses camponeses produtores permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente da terra.” (WOOD, 2001, p. 77). Dessa forma, o trabalho excedente desses camponeses era, conforme a acepção de Marx, através de meios “extraeconômicos”, em outras palavras, coerção direta dos grandes proprietários ou do Estado.

Essa é, portanto, a diferença básica entre todas as sociedades pré-capitalistas e o capitalismo. Ela nada tem a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural, e tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria, seja na agricultura. Somente no capitalismo é que o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente “econômicos”. Como os produtores diretos, no capitalismo plenamente desenvolvido, são desprovidos de propriedade, e como seu único acesso aos meios de produção, aos requisitos de sua própria reprodução e até aos meios de seu próprio trabalho é a venda de sua capacidade de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores sem uma coação direta. (WOOD, 2001, p. 77-8).

Wood (2001) afirma que a expansão capitalista por toda extensão do globo produz os mesmos efeitos ocorridos no seu país de origem, a Inglaterra: “[...] desapropriação, extinção de direitos consuetudinários de propriedade, imposição de imperativos de

mercado e destruição ambiental.” (WOOD, 2001, p. 126); e que, “[à] medida que o capitalismo se espraia por regiões mais vastas e penetra mais fundo em todos os aspectos da vida social e do meio ambiente natural, suas contradições vão escapando mais e mais a nossos esforços de controlá-las.” (WOOD, 2001, p. 129).

Coronil (2005) aponta o papel da natureza na dinâmica do capitalismo, já presente na “fórmula trinária” de Marx, que afirmara que a relação entre capital/lucro, trabalho/salário e terra/renda da terra “engloba todos os segredos do processo social de produção” (MARX, 1971, p. 754 apud CORONIL, 2005, p. 51). Entretanto, “poucos analistas, incluindo Marx, aplicaram esta fórmula à resolução do enigma do papel da ‘terra’ no capitalismo.” O antropólogo venezuelano faz ressalva à Henri Lefebvre, cuja obra “é excepcional ao levar em consideração este esquecimento e especular acerca do papel dos agentes sociais associados com a terra, incluindo o Estado, na aparição do capitalismo europeu.” (CORONIL, 2005, p. 51). Na visão do antropólogo, reconhecer a centralidade do papel da terra no processo de acumulação capitalista, “expande e modifica as referências temporais e geográficas que delimitam as narrativas dominantes da modernidade.” Ademais,

Incluir a terra na dialética capital/trabalho permite-nos reconhecer que o processo da criação de riqueza envolve um intercâmbio transformativo entre os seres humanos e o mundo natural do qual formam parte. A partir desta perspectiva, pode-se apreciar mais amplamente o papel da natureza como uma força geradora de riqueza e de modernidade, sem reduzi-la, como faz a economia convencional, a um fator de produção. Mesmo de uma perspectiva marxista existe a tendência a desconsiderar o significado de sua materialidade como fonte de riqueza, e vê-la apenas como uma condição necessária para a existência do capital, uma limitação para seu crescimento, ou uma fonte de entropia. (CORONIL, 2005, p. 51).

Para enfrentar tal esquecimento da terra, o enfoque na relação constitutiva entre capitalismo e colonialismo é fundamental, aponta o autor, permitindo alterar a compreensão clássica da consolidação do capitalismo, pois além de assinalar a relevância da natureza na dinâmica de formação de riqueza, também ampliaria “os agentes do capitalismo não somente dentro da Europa, mas em todo o mundo” (CORONIL, 2005, p. 52). A ampliação desses agentes desafiaria as visões eurocêntricas que relegam a periferia a

um “primitivismo pré-moderno”, pois elaboram uma “narrativa descentralizada da história”

Integrar a “terra” à relação capital/trabalho ajuda a compreender os processos que deram forma à constituição mútua da Europa e suas colônias. Em vez de uma narrativa da história construída em termos de uma oposição entre uma Europa moderna que triunfou por seu próprio esforço e uma periferia mergulhada em sua cultura atrasada, esta mudança de perspectiva permite-nos apreciar mais cabalmente o papel da natureza (neo) colonial e do trabalho na mútua formação transcultural das modernidades metropolitanas e subalternas. (CORONIL, 2005, p. 52).

Coronil (2005, p. 52) insiste que o reconhecimento da “fórmula trinária” implicaria numa visão mais ampla do desenvolvimento do capitalismo, e não “[...] uma dialética binária entre o capital e o trabalho que se realiza nos centros metropolitanos e que se estende à atrasada periferia”, mas compreendendo-o a partir de uma “dialética tripla entre o trabalho, o capital, e a terra”, localizando o desenvolvimento da acumulação capitalista, desde o início, no bojo de circunstâncias efetivamente globais. Essa visão evidencia incisivamente as relações econômicas e políticas internacionais e ajuda a compreender a divisão do trabalho como uma “divisão simultânea da natureza”. Se, desde o período colonial, a “periferia” tem provido o mercado com riquezas naturais e com trabalho barato, Coronil assinala que “[a] questão agora é ver se esta situação deixou de existir como tal, ou se se manifesta através de condições distintas.” (CORONIL, 2005, p. 52).

Gottdiener (2010) salienta que a teoria marxista da “renda da terra” está assentada numa noção ricardiana que compreende a terra como fator material da produção, cuja renda variaria conforme a fertilidade agrícola. Mas, diferentemente de Ricardo, Marx assinalava que a renda da terra emerge do caráter classista da sociedade, fazendo com que ela fosse uma renda “diferenciada” pela própria natureza da propriedade privada na produção capitalista, pois os detentores da terra poderiam se apropriar de uma porção da mais-valia produzida. Além do que, o trabalho vivo e o trabalho morto materializado no ambiente edificado incorpora-se ao valor da terra, propiciando valorizações futuras. Volochko (2015) ressalta que tal visão denota que “o solo não é produzido pelo trabalho humano”, constituindo então uma “dádiva”, algo que não possuiria valor; mas que seu domínio geraria rendas a partir da especulação que os proprietários fizessem com a terra.

Essa perspectiva rentista desembocaria num entendimento de que a terra seria um “meio de produção”, e pela sua qualidade finita e rara, as disputas pelo uso do solo, dadas as vantagens da localização, determinariam o preço da terra. Entretanto, pondera Volochko (2015, p. 99), alguns autores já teriam assinalado as diferenças que a dinâmica do solo ganha nas cidades, não se limitando a simples meio de produção, mas como uma mercadoria historicamente e socialmente constituída. À vista disso, ao solo urbano conferiria um valor conforme sua incorporação à dinâmica da cidade e ao trabalho social acumulado no espaço, traduzidos em infraestruturas, equipamentos urbanos, áreas de lazer e, principalmente, de consumo.

O valor diferenciado do solo nas cidades corresponderia, portanto, ao acúmulo desigual de trabalho – vivo ou morto – no espaço; “[...] e seu valor de troca é determinado pela constante possibilidade de transformação do seu valor de uso, de construção/destruição/reconstrução dos imóveis e infraestruturas.” (VOLOCHKO, 2015, p. 100). A especulação mediante a concentração fundiária e a elevação do seu preço é fenômeno recorrente nas dinâmicas de valorização do espaço. Além do que, o fornecimento de créditos tanto à produção do setor imobiliário, quanto aos consumidores, acentua a valorização do solo e dos imóveis, e expressa a financeirização da produção do espaço. Assim, Gottdiener sustenta a necessidade de se analisar o espaço não como meio de produção, mas como força de produção, “[...] e mudar da determinação do valor da terra e seu retorno – renda – para a determinação social do valor da localização no espaço e seu retorno – lucro.” (GOTTDIENER, 2010, p. 185 apud VOLOCHKO, 2015, p. 100).

5 CIDADES EM PRETO E BRANCO

5.1 A CIDADE CRIADORA DA POBREZA

“O mundo colonizado é um mundo cindido em dois”, sentenciara Frantz Fanon. A cidade do colono se acentuava pela luminosidade, pela solidez em pedra e ferro. As ruas eram limpas, os caixotes de sobras e de lixo jamais vistos, “é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros”. Já a cidade do colonizado era marcadamente faminta, humilhada; “um lugar mal-afamado, povoado de homens mal-afamados”, afirmara Fanon. “Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras” (FANON, 1968, p. 28-9).

A paisagem urbana manifesta o desenho de um mundo socialmente assimétrico. No presente, os muros com cercas elétricas que protegem as classes ricas das “classes perigosas”, também demarcam uma cidade “oficial” dos demais territórios, marcados pelas ausências, pela miséria. Milton Santos (1993, p. 10) salientara que a cidade enquanto relação social e materialidade, “torna-se criadora de pobreza”, pois tanto o modelo socioeconômico como sua estrutura física, fazia dos moradores das periferias e dos cortiços indivíduos ainda mais pauperizados. Trazendo a análise “à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais”, o geógrafo assinalava que a grande cidade se consolidara como o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, e também como um polo de pobreza, “[...] o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas” (SANTOS, 1993, p. 10).

A dinâmica da urbanização nos países periféricos e *semiperiféricos*, com destaque para a América Latina, está marcada pela seletividade da atuação do Estado no provimento de infraestrutura urbana e serviços públicos de qualidade para apenas algumas faixas territoriais das cidades, geralmente habitada pelas camadas ricas; e pela informalidade

habitacional das áreas resididas pelas camadas mais pobres. No que pese a considerável diferença entre favelas, *villas miserias*, *campamentos*, *cantegriles*, *callampas* de outros casos mais ostensivos de separação socioespacial, a exemplo dos “guetos” estadunidenses ou das *Townships* sul-africanas durante o *apartheid*, não deixa de ser notória a separação étnica-social nas cidades latino-americanas. Essas “regiões problema” costumam ser lembradas pelos noticiários policiais, ou, mais recentemente, quando contempladas por projetos de “revitalização”, significando em poucas palavras a retirada de sua população pobre – e não-branca, em geral – seguida de embelezamento e enobrecimento daquela área.

Desde a segunda metade do século XX, todos os países da América Latina registraram um acelerado crescimento da população urbana e do número de cidades. Em meio século, praticamente duplicou o número de pessoas que moravam em áreas urbanas. Entre 1920 e 1980, Lima, Cidade do México e Bogotá multiplicaram suas populações em vinte vezes. (AZEVEDO, 2005). Em 1950, 41% da população da região vivia em cidades; em 2000, essa estimativa era de 77%. (LATES, 2001 apud CARRIÓN; HANLEY, 2005, p. 17). O subcontinente latino-americano adentrou o século XXI com uma população já marcadamente “urbanizada”, tendo no seu território 65 áreas metropolitanas; 2 (duas) megalópoles com mais de 15 milhões de habitantes; 28 cidades habitadas por mais de um milhão pessoas; e outras 35 cujas populações ultrapassavam os 600 mil¹³⁴ (CARRIÓN; HANLEY, 2005, p. 17).

Na verdade, ocorrera uma “urbanização da pobreza”, dado que ao final dos anos 1990, 61,7% dos pobres viviam em áreas urbanas, quando esse número, em 1970, era de 36,9%. Segundo dados da CEPAL (2001), na transição de século, cerca de 37% dos habitantes urbanos da América Latina eram de pobres e 12% de “indigentes”. Isto significa que mais de 130 milhões de pessoas sobreviviam precariamente nas cidades latino-americanas no início do século XXI. No Equador, o número de cidades com mais de 30 mil habitantes quintuplicou desde a década de 1960. Em 1950, mais de 70% da população equatoriana vivia na área rural. Em 2001, esse número correspondia a 39%, todavia, o crescimento urbano não necessariamente seguiu os planos e as regulações técnicas estabelecidas pelo país, ficou mais à mercê de loteadores e ocupações clandestinas (VALENCIA, 2009). Em Guayaquil, 56% das moradias são irregulares; na capital, Quito,

¹³⁴ Conforme mencionado, esses dados são do início dos anos 2000, evidentemente devem ter sofrido alterações.

esse número chega a 53%. Na cidade de Esmeraldas, 70% dos prédios não possuem título de propriedade. “*Este crecimiento informal es parte de, y deriva en, una exclusión social y naturalización de la segregación socio-espacial.*” (LORENZO, 2009, p. 141).

A má distribuição de renda cresceu no mesmo passo da concentração de riquezas na região, e a pobreza e a indigência seguiram aumentando. Entre os anos 2001 e 2002, a percentagem de pessoas com rendimentos abaixo da linha da pobreza aumentou de 43,2% para 44,0%; a indigência aumentou de 18,5% para 19,4% (MURILLO, 2005, p. 69). Com efeito, a pobreza se converteu numa problemática tipicamente urbana. Entre outros impactos, está a redução do mercado interno e a depredação do patrimônio histórico e urbano em geral. Além do que, “*las ciudades de pobres hacen pobres a las ciudades. En otras palabras, la concentración de la pobreza urbana es una fuente de inestabilidad política y económica.*” (CARRIÓN; HANLEY, 2005, p. 19).

No Brasil, a urbanização acelerada e a timidez das políticas habitacionais ao longo do século XX resultaram num déficit habitacional de aproximadamente cinco milhões e meio de unidades. Embora tenha sido registrado um recuo de 1,6% na contagem nacional, um estudo da Fundação João Pinheiro salienta que o déficit cresceu 10%, entre 2011 e 2012, nas nove metrópoles monitoradas pelo IBGE¹³⁵. Não obstante as melhorias nas condições de infraestrutura e saneamento básico na maioria das cidades, registra-se um aumento da segregação socioespacial (PASTERNAK, 2007, p. 233). Atualmente, cerca de 1,8 milhão de famílias não possui residência adequada nessas regiões, vivendo em habitações irregulares criadas a partir de processos de ocupação de prédios e terrenos abandonados, públicos ou privados, localizados principalmente em áreas de menor valor ao mercado imobiliário. A condição ilegal da moradia conserva nessas populações um medo permanente de expulsão. Ademais, entre 1980 e 2010, a taxa de homicídios no Brasil cresceu 259%, e a principal vítima de assassinatos no país estatisticamente é o jovem negro e pobre, morador da periferia (MARICATO, 2013, p. 27-8).

Marco Córdova Montúfar (2008), ressalta que a heterogeneidade dos países da América Latina é contrastada com uma relativa homogeneidade estrutural da região, caracterizada, em linhas gerais, “*por procesos políticos inestables, bajo rendimiento económico, desigualdad social, incremento de la violencia urbana, entre otros; y por otro*

¹³⁵ São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Porto Alegre, Curitiba e Belém.

lado, la dialéctica global-local propia de los procesos de la globalización [...]” (MONTÚFAR, 2008, p. 13).

5.1.1 Segregação e racismo na formação das cidades brasileiras.

Desde as senzalas, primeira representação de território exclusivo às classes *subalternas* no Brasil, até as favelas dos dias atuais, persiste no Brasil um modelo de divisão social e territorial que perpetua determinados segmentos populacionais como os mais preteridos. A trajetória das populações mais exploradas do país evidencia a profunda violência e *estigmatização* imposta sobre seus territórios, produzindo sinais profundos de desigualdades na paisagem das cidades. A dinâmica de produção e ocupação do espaço urbano no Brasil consolidou determinados territórios como marcadamente vinculados aos negros e mestiços, generalizado posteriormente pelas “favelas”, ocupadas também por brancos pobres, oriundos da própria conformação etno-social do país. “Hoje, com 60% de sua população composta de pardos e negros, o Brasil pode ser considerado o segundo mais populoso país africano, depois da Nigéria.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15). Cumpre ressaltar que o imaginário construído acerca da “marginalidade” urbana na sociedade brasileira está profundamente associado à população pobre, sobretudo negra. Se durante a escravidão a negritude era marca de subumanidade, no Brasil republicano com a inserção do trabalho assalariado, o negro ficou associado à marginalidade.

Sendo a experiência pioneira para a conformação do sistema-mundo moderno/colonial, a América Latina convive com colonialismos sobrepostos: externo, regional e interno – com destaque à última categoria. A ideia de “colonialismo interno” (CASANOVA, 2007) delata a constância de estruturas econômicas, políticas e culturais que inferiorizam a grande parte da população mesmo posteriormente à colonização. Frantz Fanon (1968) assinala que no contexto das colônias, o que retalhava o mundo era pertencer ou não a tal *espécie*, a tal *raça*. Além disso, não havia como mascarar as enormes desigualdades de modos de vida que imbricavam a realidade humana e a economia: “Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico.” (FANON, 1968, p. 29). A classe dirigente era imposta através força, e, não obstante o emprego de inúmeras

estratégias de “domesticação”, se caracterizava principalmente pelo fato de ser estrangeira, “a que vem de fora”, não se assemelhando aos povos dominados. Já estes últimos, eram despidos de vontade, silenciados e expropriados. “Corpos destituídos de alma, em que o homem colonizado foi reduzido a mão de obra, enquanto a mulher colonizada tornou-se objeto de uma economia de prazer e do desejo. Mediante a razão colonial, o corpo do sujeito colonizado foi fixado em certas identidades” (BERNARDINO COSTA; GROSGUÉL, 2016, p. 19).

Quijano (2005) afirma que a noção de “raça”, na acepção moderna, não existia anteriormente à colonização da América. Tendo sido derivada provavelmente das diferenças fenotípicas existentes entre conquistadores e conquistados, tal ideia foi utilizada para legitimar as relações de dominação impostas aos povos nativos pelos conquistadores europeus em função de uma suposta superioridade biológica dos últimos. A expansão do colonialismo europeu sobre o globo guiou a constituição da visão eurocêntrica do conhecimento e, por conseguinte, conduziu a composição teórica da ideia de raça com vistas a naturalizar as relações coloniais de dominação, significando nova maneira de legitimar antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Coronil (2005) ressalta a precedência dessas relações às estabelecidas no incipiente capitalismo fabril na Europa:

À medida que a noção espanhola de “pureza de sangue” deu lugar nas Américas a distinções entre raças superiores e inferiores, esta superioridade se plasmou em distinções biológicas que foram fundamentais para a autodefinição dos europeus e que continuam presentes nos racismos contemporâneos. Assim como as plantações das Américas, operadas por escravos africanos, funcionaram como fábricas proto-industriais que precederam aquelas estabelecidas em Manchester ou em Liverpool com mão-de-obra europeia assalariada (Mintz, 1985), as colônias americanas prefiguraram as estabelecidas na África e Ásia durante a era do alto imperialismo (CORONIL, 2005, p. 52).

A ideia de raça “[...] converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial”. (QUIJANO, 2005, p. 116). A “colonialidade do trabalho” foi fator determinante na geografia social do capitalismo. O capital configurava o eixo no qual se articulavam as demais formas de controle do trabalho, tornando-o dominante sobre todas

as outras. Por essa relação social específica ter se concentrado geograficamente na Europa e socialmente entre europeus, tal região se constituiu como centro do mundo capitalista. No bojo do processo de constituição da América, as diversas formas de controle e de exploração do trabalho foram articuladas sob a batuta do mercado mundial, abarcando a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o assalariamento. Novas identidades históricas foram concebidas na esteira da ideia de raça, relacionadas à naturalização de papéis e de lugares na divisão do trabalho, associando desde o começo as raças dominadas com o trabalho não pago.

Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005, p. 109).

Garcia (2009, p. 32) afirma que, levando em consideração que os princípios fundadores da sociedade brasileira não estão baseados em ideais de igualitarismo e de pluralismo, “faz-se necessário compreender que o modelo racial brasileiro é estruturante das assimetrias sócio-raciais e espaciais.” Com efeito, os territórios negros são considerados caóticos, perigosos, imorais. Características que se corporificam nos seus moradores. Rolnik (1989) observa a existência de uma espécie de *apartheid* velado instituído que, “se, por um lado, confina a comunidade à posição estigmatizada de marginal, por outro, nem reconhece a existência de seu território, espaço-quilombo singular.” O discurso etnocêntrico legitimava os estigmas e as práticas repressivas; “[...] do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em visita ao cortiço; do registro esquadrinhador do planejador urbano à violência das viaturas policiais nas vilas e favelas” (ROLNIK, 1989).

Darcy Ribeiro (1995) já realçara que a gigantesca distância social e cultural que separavam as classes ricas e pobres no Brasil são comparáveis à diferenças entre “humanidades distintas”. As multidões aglomeradas nas cidades brasileiras, nas áreas ricas e nos subúrbios, seriam representações desses estratos opostos. Tal estratificação teria entre suas características um tipo de pensamento proveniente da conformação histórica do Brasil

como um: “negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada, como objeto de enriquecimento alheio.” (RIBEIRO, 1995, p. 212). O cunho proposital dessa racionalidade que perdura no Brasil faria dele, ainda no presente, nas palavras de Darcy Ribeiro, “menos uma sociedade do que uma feitoria”, pois não habilitava a maioria da população para suas demandas mínimas de sobrevivência e progresso, conservando-a apenas para servir ao enriquecimento de uma camada senhorial subordinada aos interesses externos.

Florestan Fernandes (1989) assinala que os negros são testemunhas vivas da persistência de um disfarçado colonialismo destrutivo, que os soterra numa opressão inacreditável. Além de ter sofrido todas as humilhações da escravidão e as frustrações e ressentimentos de uma abolição feita pelos brancos e para os brancos, os negros “libertos” passaram a vegetar pelas cidades “tentando ser gente”. Destino pouco distinto ao dos indígenas, que se tornaram “párias da terra”, e dos trabalhadores semi-livres, que são superexplorados nas grandes cidades.

Não obstante o destaque que empreste à resistência indígena e à luta dos negros contra a escravidão, lutas mais longas e mais sanguinárias que existiram ao longo da história do Brasil, Darcy Ribeiro (1995, p. 219-220), com certo desalento, reconhece que a rebeldia dos oprimidos, sobretudo a da população negra, é refreada e pouco agressiva em face da gritante desigualdade. Para entender a identidade dos povos negros nas sociedades coloniais, sobretudo a formação social brasileira, é imprescindível salientar a violência sexual praticada pelos homens europeus sobre as mulheres não-brancas, sobretudo crianças e adolescentes – o chamado “estupro colonial”. Cumpre registrar que de acordo com estudos filogeográficos feitos por uma equipe de geneticistas e historiadores em uma amostragem de brasileiros brancos, revelou um “padrão de reprodução direcional: a imensa maioria das patrilinhagens é europeia, enquanto a maioria das matrinhagens (cerca de 60%) é ameríndia ou africana.” (PENA, 2004 apud GARCIA, 2009, p. 57).

A entrada dos portugueses à costa atlântica da África subsaariana no século XV selou o destino de gerações de pessoas daquela região. Desde o XVI, quando toma início o tráfico de escravos para as colônias nas Américas, entre 8 milhões a 11 milhões de africanos foram transportados. Cerca de 4,9 milhões de africanos desembarcaram no Brasil até o século XIX. O êxito do sistema de *plantation* adotado no Brasil seria copiado por

praticamente todos os regimes de agricultura escravistas (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 82).

Em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz, foi abolida o tráfico de escravos no Brasil. No mesmo ano, foi promulgada a Lei de Terras, reforçando o poder dos latifundiários e impedindo o reconhecimento da posse da terra de quem não tivesse o título cartorial de propriedade. Assim, “com a previsão do fim do regime escravocrata, as classes dominantes trataram de se organizar, com instrumentos jurídico-institucionais que lhes garantissem o monopólio das terras” (GARCIA, 2009, p. 134). Darcy Ribeiro (1979) aponta a Lei de Terras como mais uma “façanha” da classe senhorial brasileira, que conseguiu aprová-la 10 anos antes da América do Norte estabelecer o *homestead*, a “Lei de Terras estadunidense”:

A classe dominante brasileira inscreve na Lei de Terras um juízo muito simples: a forma normal de obtenção da prioridade é a compra. Se você quer ser proprietário, deve comprar suas terras do Estado ou de quem quer que seja, que as possua a título legítimo. Comprar! É certo que estabelece generosamente uma exceção cartorial: o chamado usucapião. Se você puder provar, diante do escrivão competente, que ocupou continuamente, por 10 ou 20 anos, um pedaço de terra, talvez consiga que o cartório o registre como de sua propriedade legítima. Como nenhum caboclo vai encontrar esse cartório, quase ninguém registrou jamais terra nenhuma por esta via. Em consequência, a boa terra não se dispersou e todas as terras alcançadas pelas fronteiras da civilização, foram competentemente apropriadas pelos antigos proprietários que, aquinhoados, puderam fazer de seus filhos e netos outros tantos fazendeiros latifundiários. Foi assim, brilhantemente, que a nossa classe dominante conseguiu duas coisas básicas: se assegurou a propriedade monopolística da terra para suas empresas agrárias, e assegurou que a população trabalharia docilmente para ela, porque só podia sair de uma fazenda para cair em outra fazenda igual, uma vez que em lugar nenhum conseguiria terras para ocupar e fazer suas pelo trabalho (RIBEIRO, 1979, p. 6).

As passagens colônia à nação independente, e de monarquia à República, sucederam no Brasil sem que isso afetasse a ordem social constituída. Ribeiro (1995, p. 219) assinala que o conjunto das instituições políticas do Brasil não passariam de “superfetações” do poderio efetivo do patronato fazendeiro. O antropólogo também notabiliza a conduta dessa camada dominante, coabitando nela dois estilos contrapostos: o primeiro presidido pela mais viva cordialidade com seus pares; e o segundo marcado pelo infame desprezo com os que lhe são socialmente inferiores. A correspondência dessa corrupção senhorial seria uma deterioração da dignidade pessoal dos estratos mais

humildes, resignados a um tratamento evidentemente desigual, propensos a serem explorados exaustivamente e assumirem atitudes de subserviência (RIBEIRO, 1995, p. 217).

Florestan Fernandes (1976) ressalta que a “revolução burguesa” no Brasil foi marcadamente autoritária, repressiva e autocrática. Foi uma revolução feita sob o signo da ordem e da segurança, preservando certos aspectos do passado e excluindo as maiorias sociais do poder político. Da mesma forma como absorvera apenas parcialmente as ideias liberais, o espírito modernizador da burguesia nacional se restringiu apenas à economia. Diferentemente de Caio Prado, Fernandes (1976) não enxergava nos senhores de engenho que comandavam a lavoura exportadora um tipo de “burguês”, nem mesmo incipiente, pois não passavam de funcionários da Coroa, ainda que com muitos privilégios, não exerciam nenhum controle sobre o comércio internacional e recebiam salários, não necessariamente lucros. Fernandes (1976) indica as transformações históricas e sociais que desembocaram na dissolução do regime escravista senhorial como os elementos principais da inauguração de uma ordem capitalista no país. A vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 detonou uma série de processos internos que transformaram a vida da colônia culminando na sua independência política, em 1822. Não obstante as imensas contradições presentes na constituição de um Império nos trópicos, a independência da metrópole não deixara de ser um marco decisivo para a “longa e lenta” revolução burguesa no país.

Do ponto de vista econômico, passou-se a controlar o comércio exterior dos produtos brasileiros sem a intermediação da Coroa portuguesa. A maior liberdade econômica gerou um excedente que permitiu investir internamente, desenvolvendo assim a produção e o mercado de consumo, além das próprias cidades, que absorveram grande parte desse excedente. Desse modo, o fim do estatuto colonial beneficiou a produção agrícola exportadora, a produção manufatureira/industrial, mas sobretudo aqueles agentes ligados ao comércio, dotados do “espírito burguês”. Fernandes (1976) aponta os “tipos” que teriam decisivamente alavancado a ordem capitalista no país: o “cafeicultor do oeste paulista”, que adaptou sua fazenda à lógica de mercado e expandiu seus investimentos para além da grande lavoura, investindo fortemente nas cidades; e o “imigrante”, que trouxera consigo toda uma experiência artesanal, agrícola e comercial, atuando de forma

determinante na industrialização, um elemento acelerador da economia brasileira (REIS, 2007).

Por fim, após longa sobrevivência e com imensas tensões internas, a ordem escravista colonial fora abolida no contexto de maior integração do Brasil à economia mundial. Dessa forma, foi expandida uma ordem social competitiva no país, baseada no trabalho livre e assalariado.

A remessa de imigrantes – cerca de 4 milhões, europeus majoritariamente – que desembarcou no Brasil entre 1886 e 1930 para substituir a mão de obra escrava, transformou a paisagem étnica e urbana do país. Esse processo foi incrementado com a disseminação de um discurso em que os europeus, carregados de “civilização”, promoveriam o desenvolvimento do país; além da insinuada superioridade étnica que provocaria o “branqueamento” da sociedade brasileira, ‘saturada’ de negros e pardos.

Alçado à condição de trabalhador “livre” com a abolição do regime escravocrata – a mais tardia da história – os negros foram jogados à própria sorte diante da disputa desigual por trabalho com os novos imigrantes, que além de serem considerados mais aptos ao trabalho livre, muitos teriam também mais acesso à assistência governamental, que, visando atraí-los, ofereciam lotes de terra e outros auxílios, principiando assim uma espécie embrionária de “políticas afirmativas” no Brasil, restritas aos europeus¹³⁶. Tais circunstâncias conferiram aos negros limitadíssimas possibilidades no mercado de trabalho, restando apenas se submeter a novas formas de exploração, “só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um *subproletariado* compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de *animal de serviço*.” (RIBEIRO, 1995, p. 232 [grifo nosso]).

Diante da enorme desigualdade referente à estratificação racial, Florestan Fernandes lastima que, “em pleno fim do século [XX], a descolonização não tenha penetrado profundamente na esfera das relações e das estruturas raciais da sociedade brasileira.” (FERNANDES, 1989, p. 15). O mito da “democracia racial” perdurava retardando mudanças estruturais, bem como encobrendo a centralização e a concentração raciais da riqueza, do prestígio social e do poder. “Tanto a estrutura ocupacional quanto a pirâmide educacional deixam uma participação ínfima para o negro e o mulato,

¹³⁶ Darcy Ribeiro chama atenção para o caso de Santa Catarina (RIBEIRO, 1995, p. 215).

assinalando uma quase exclusão e uma marginalização sistemática [...]”, observa o autor. Ademais, mesmo entre os estratos subalternos ocorreriam outros padrões de classificação social: “na luta pelas oportunidades tão desiguais e songadas, há uma desigualdade adicional entre o negro e o mulato [...]”, com o último possuindo relativas vantagens perante “barreiras raciais camufladas”, assinala Fernandes (1989, p. 16). Dessa forma, a ideia de raça, central à “colonialidade do poder”, necessita ser adotada com um fator básico na questão nacional e do estado-nação, haja vista na América Latina as classes sociais possuírem “cor” (QUIJANO, 2005), significando assim que a classificação das pessoas não se efetiva apenas em um dos âmbitos do poder, como o econômico, por exemplo, mas em todos eles. “A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista.” (QUIJANO, 2005, p. 126).

A perspectiva eurocêntrica foi acolhida pelas camadas dominantes como própria, fazendo-as acomodar o modelo europeu de conformação do estado-nação moderno com a preservação de relações coloniais. Quijano (2005) salienta que no caso de países como Brasil, Colômbia e Venezuela, a sobreposição de uma ideologia de “democracia racial” dissimula a verdadeira dominação e discriminação colonial dos negros. Apesar dos conflitos raciais não ocorrerem tão explicitamente violentos como em outras realidades, a exemplo dos Estados Unidos e da África do Sul, historicamente é oferecida uma “subcidadania” à população afrodescendente nos países latino-americanos. Qualquer possibilidade de democratização exitosa da sociedade na América Latina deve abarcar a questão racial, sendo imprescindível que irrompa na maioria dos países representando concomitantemente uma descolonização e uma redistribuição radical do poder.

Antonio Risério (2012) ressalta a intensa participação dos negros no funcionamento das primeiras cidades brasileiras, embora não tenham fixado nada de singularmente africano na arquitetura e no urbanismo, pois sua participação estava restrita à mão de obra. Sobre os negros pesavam todo o esforço de fazer a cidade e seus sobrados funcionarem. Ocupavam as ladeiras carregando pesados fardos. “Nas casas, subiam e desciam escadarias levando para fora fezes, assim como trazendo água de fontes e chafarizes para o banho das sinhás e sinhazinhas, que depois ganhavam cafunés afrodisíacos das mucamas.” (RISÉRIO, 2012, p. 156). Posto que o dia a dia da senzala ao longo do período colonial

fosse marcado principalmente pela violência intrínseca à escravidão, o confinamento teceu um forte laço na difusa ancestralidade africana dos habitantes daquele espaço. “Foi também no interior dessa arquitetura totalitária que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras.” (ROLNIK, 1989¹³⁷). Apesar da maior parte da historiografia brasileira acerca dos quilombos ser remetida àqueles situados em zonas rurais, existiram conjuntamente muitos quilombos urbanos (RISÉRIO, 2012, p. 163), sobretudo nos últimos anos do período escravocrata: “eram cômodos e casas coletivas no centro da cidade ou núcleos semi-rurais – as roças das periferias urbanas, bastante semelhantes ao que são hoje as roças de periferia dos terreiros de candomblé nas cidades.” (ROLNIK, 1989). Tais núcleos negros originaram importantes “bairros africanos” nas grandes cidades brasileiras, conforme assinala Darcy Ribeiro:

O negro adquirira sua liberdade, mas foi-lhe negado qualquer ordem de assistência, seja algum pedaço de terra para cultivar e sobreviver, ou mesmo escolas para poder educar os filhos. Sua nova condição pouco alterara seu status, continuava a habitar um ambiente de discriminação e repressão. Considerável contingente desses negros dirigiu-se às cidades, dando origem aos chamados “bairros africanos”, que antecederam as favelas. “Desde então, elas [favelas] vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para montar e conviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados e expulsos” (RIBEIRO, 1995, p.222).

O modo de ser e de habitar a cidade dos negros contrastava com o modelo de organização das camadas senhoriais. As práticas religiosas africanas e a linguagem corporal da população negra afrontavam a classe dominante branca e seus padrões morais. Cumpre lembrar que no artigo 5º da Constituição Política do Império do Brasil: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso determinadas, sem forma alguma exterior de Templo” (apud RISÉRIO, 2012, p.160). No que pese a não-proibição de culto, havia um evidente encerramento da qualquer forma de expressão pública da religiosidade africana.

¹³⁷ “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)”, Raquel Rolnik. Texto publicado pela primeira vez na Revista de Estudos Afro-Asiáticos 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989. Contudo, não foi possível o acesso à versão impressa, apenas ao texto *online* e sem paginação, disponível no blog da autora (*link* nas Referências). Por tal motivo, não estão colocadas referências às páginas das citações.

5.1.2 Reformas urbanas e “branqueamento” social

As duas principais cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, viveram transformações intensas no alvorecer do século XX, refletindo alguns processos como o aumento demográfico, o “embranquecimento” dos trabalhadores e uma profunda redefinição territorial. A marcha dessas mudanças significou também a adaptação de uma cidade senhorial escravista aos padrões da cidade capitalista, marcada pela progressiva mercantilização do espaço. Entre 1875 e 1906, as elites brasileiras implementaram um projeto urbano baseado essencialmente no melhoramento e embelezamento das cidades. (VILLAÇA, 1999).

Concepções e técnicas de intervenção urbanísticas de base higienista proliferaram no continente europeu durante o século XIX. Planos foram elaborados visando uma “cidade racional”, organizada e salubre. Na Inglaterra foi publicada a primeira Lei Sanitária em 1848; na França em 1850 e na Itália em 1865. Na sequência, tais ideias chegaram às colônias e aos Impérios do Novo Mundo (ALVAREZ, 2013). No Brasil, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro foram alvos de propostas de intervenção urbana, com base em princípios higienistas, já no século XIX. As reformas das cidades de São Paulo e de Santos, na década de 1940, igualmente seguiam os preceitos higienistas. A face mais perversa desse processo foi o projeto de “limpeza” das cidades, entre os propósitos estava justamente a erradicação dos territórios negros, edificando um modelo urbanístico mediante o uso da força pelo recém-criado poder municipal. O maior destaque vai para a remodelação urbana da então capital da República, ocorrida no início do século XX.

A reforma comandada pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, sob aval do presidente Rodrigues Alves, teve inspiração marcadamente francesa. O marco inaugural dessa nova capital “civilizada” foi a construção da Avenida Central (atual Rio Branco), em 1904. Posteriormente, diversas cidades brasileiras também inaugurariam suas “avenidas centrais.” “O Rio precisava se modernizar. E fazê-lo o mais rápido possível. Afinal, sua grande rival, Buenos Aires, havia já inaugurado a Avenida de Mayo.” (RISÉRIO, 2012, p. 196). De longe, a “era do bota-abaixo” – como popularmente ficou conhecida a reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro, foi a mais drástica e violenta do período. Principalmente porque a então capital federal era uma cidade de abundante

população negra, sobretudo em sua região central; sem falar na intensiva propagação da febre amarela no início do século XX: “Nosso cartão-postal não podia ser uma cidade de ruas tortas, com febre amarela, pardieiros imundos e multidão de pretos e mulatos. Tinha de se europeizar. De se branquear.” (RISÉRIO, 2012, p. 201). À vista disso, foi realizada uma “regeneração” da cidade, imprimindo uma imagem de “bela, próspera e civilizada capital do país do futuro”. Nesse contexto, cerca de 1.681 habitações foram demolidas, além de algumas edificações públicas, como o hospital da Ordem Terceira da Penitência. O saldo final foram 20 mil pessoas desabrigadas, cuja única solução oferecida pela prefeitura foi a construção de 120 casas. (ROCHA; CARVALHO, 1995 apud RISÉRIO, 2012, p. 198). Desse modo ocorreu a remodelação e embelezamento do Rio, “desenhado para uso e convívio exclusivo das ‘pessoas de bem’” (ROLNIK, 1989).

Da expulsão das populações que residiam nos cortiços do centro, negros e mulatos em maioria, decorreu a ocupação dos morros e expansão dos subúrbios na direção das linhas de trem, redesenhando o território urbano e cultural da antiga capital¹³⁸. A disputa pela ocupação do espaço urbano teve como resultante a consolidação das favelas como territórios marcadamente negros, “[...] para ali afluiu uma mistura peculiar de histórias, um caminho singular que passou pela África, pela experiência da senzala e pelo deslocamento e marginalização operados pela abolição e a República.” (ROLNIK, 1989).

Na década de 1920, foram iniciadas obras de saneamento e embelezamento da Lagoa Rodrigo de Freitas, projetando ali um bairro “*garden-city*”. Na mesma década, a prefeitura do Rio iniciou o arrasamento do Morro do Castelo para abrigar uma exposição sobre o centenário da independência do país: “era o Rio destruindo o lugar mesmo do seu nascimento. Destruindo um espaço histórico para celebrar um evento histórico.” (RISÉRIO, 2012, p. 199).

Da abertura da Avenida Central às obras da Lagoa, a prefeitura concentrou suas ações estéticas e sanitárias no centro e na zona sul da cidade. A paisagem social, cultural e econômica do Rio se viu cada vez mais cindida em zona sul e zona norte. A segregação socioespacial se impôs com uma clareza solar. O segmento

¹³⁸ “É nesse momento que o território negro carioca desloca-se do Campo de Santana para a zona imediatamente contígua, a Praça Onze. É aí, na casa de uma das tias afro-brasileiras (Tia Ciata), que nasceu a primeira escola de samba carioca. É para aí que afluíam os “arengueiros”, herdeiros dos capoeiras da virada do século. Eram os “perigosos” do Morro da Mangueira (então Morro do Telégrafo), um dos primeiros locais de samba de terreiro da cidade. Salgueiro, Andaraí, Tijuca e Serrinha são morros que começaram a ser ocupados de forma mais intensa naquele momento.” (ROLNIK, 1989).

dos privilegiados deslizando pela zona sul. Os pobres expulsos do centro vivendo nos enclaves coloridos dos morros. O subúrbio se definindo como local de indústria e moradia da classe trabalhadora. (RISÉRIO, 2012, p. 200).

Em São Paulo, fora concebido um preceito de segregação urbana assinalado por um outro gênero de “zoneamento social”: as famílias ricas despovoaram a vizinhança dos sobrados do centro da cidade para traçar seu próprio território, reservado e seletivo. Desta sorte, áreas de antigas chácaras começaram a abrigar suntuosos palacetes neoclássicos cercados por muros e jardins da ascendente burguesia paulista.

A população negra de São Paulo, apesar de menor que a do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século passado, detinha considerável densidade na área urbana paulistana, “na Barra Funda, Bexiga, Liberdade, além de certos pontos da Sé, não só moravam negros como se configuraram territórios negros importantes, com suas escolas de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile.” (ROLNIK, 1989). Os locais designados como “territórios negros” em tempo algum foram restritos aos afrodescendentes, ainda durante a escravidão se agregaram nestes locais todos os pobres da cidade. O que não significa dizer que não tenham existido coletividades afro-brasileiras nessas cidades. Comunidades firmemente constituídas e circunscritas a localidades exclusivas. (ROLNIK, 1989).

O crescimento urbano de São Paulo se acelerou a partir de 1870, quando tinha apenas 24 mil habitantes. Com a chegada de grandes contingentes de trabalhadores imigrantes da Europa, sua população atingiu 240 mil pessoas em 1900. A cidade não oferecia condições suficientes de moradia, abastecimento de água, saneamento e transportes públicos. Proliferaram os cortiços, pensões e sobrados, muitos em situação de insalubridade.

Como cidade em crescimento rápido, São Paulo exercia enorme atração sobre os grupos demográficos ou étnicos com tendências migrantes. Por isso, não é de estranhar-se que se convertesse em um dos centros urbanos que iriam polarizar as variadas e desencontradas migrações internas das “massas negras”, que se distribuíram pelo país após o colapso final do regime escravo. (FERNANDES, 2008, p.78).

As elites locais preocupadas com a explosão populacional e os problemas dela decorrentes impuseram suas medidas para regulamentar a vida cidadina. O Código de

Posturas da cidade de São Paulo, de 1886, visava regulamentar desde atividades econômicas e relações trabalhistas, até abertura e calçamento de ruas; além de normas de higiene e salubridade, incluindo o veto à instalação de atividades fabris poluidoras na cidade e a presença de “vagabundos” e pedintes nas ruas e praças da cidade (ALVAREZ, 2015, p. 68). O Código proibia também práticas existentes nos territórios negros, como a das “quituteiras”, que segundo o código atrapalhavam o trânsito; ou dos mercados informais que “afrontam a cultura e conspurcam a cidade”; além do trabalho dos “pais de santo” (ROLNIK, 1989).

Em 1893, uma comissão de quatro médicos e um engenheiro foi designada pelo Setor de Saneamento do Estado para vistoriar as condições higiênicas das habitações operárias de Santa Ifigênia. A “Comissão de Exame e Inspeção das Habitações Operárias e Cortiços no Distrito de Santa Ifigênia” apresentou um relatório que indicava a existência de 65 cortiços ao longo de 14 quadras. O relatório recomendava a demolição das habitações e a construção de vilas operárias, seguindo parâmetros urbanísticos estabelecidos, num raio de 10 e 15 quilômetros da cidade de São Paulo, acompanhada da implantação de ferrovias que interligassem à cidade. O relatório foi base para, em 1894, a promulgação do Código Sanitário do Estado. (ALVAREZ, 2015, p. 69).

São Paulo se transformava, mas de modo desequilibrado, cada vez mais segregacionista, criando ou aprofundando contrastes. Os bairros industriais, populares, cresciam por sua conta e risco, escanteados ou ignorados pelo poder público, que direcionava políticas e ações urbanísticas para o centro da cidade e para as zonas residenciais ricas, os “jardins” da elite paulistana. A “cidade europeia”, com que esta elite sonhava, não comportava cortiços, nódoas de miséria, feiuras da pobreza. A Sé não poderia ser lugar para mendigos e bandidos. Nem para pouso e ponto de putas. Era preciso demolir os casebres, casinhas, cortiços. Limpar a Libero Badaró. Varrer as vagabundas para longe da porta do Teatro Municipal. Estranha escolha: como casinhas, cortiços e centros de prostituição eram reais, melhor afastá-los de vista. Apagá-los do “triângulo histórico”, da paisagem central da cidade. E, feita a remoção, promovido o afastamento, fazer de conta que não existiam (RISÉRIO, 2012, p. 204).

O conjunto de mudanças impostas após a “Revolução de 1930” foram decisivas para a instauração de um novo regime de acumulação burguesa, baseado num processo de industrialização financiado com os excedentes da atividade agroexportadora. “A solução do chamado ‘problema agrário’ nos anos da ‘passagem’ da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das

condições da expansão capitalista.”, assinala Francisco de Oliveira (2003 [1972], p. 42-3). A promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT se insere nesse quadro de transformações decisivas para a acumulação capitalista no Brasil, dado que os trabalhadores rurais não foram inseridos na CLT, mantendo praticamente intactas as formas de exploração de trabalho exercidas pelos proprietários rurais, caracterizando assim formas de “acumulação primitiva” no campo. Entretanto, pondera o autor, tal conceito de Marx, referente ao processo de “expropriação” do campesinato como premissa da acumulação capitalista, necessitaria ser redefinido na análise da situação brasileira:

[...] em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* — isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação — mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: sob certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. Assim, tanto na abertura de fronteiras “externas” como “internas”, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de “subsistência”; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os (OLIVEIRA, 2003, p. 43 [grifo do autor]).

Além dos trabalhadores rurais, também grandes parcelas de trabalhadores ocupados no setor terciário urbano não foram contempladas na nova legislação trabalhista. Oliveira (2003) afirma que a CLT “igualava reduzindo” o preço da força de trabalho, reconvertendo até trabalhadores especializados à condição de não-qualificados, resultando na precoce formação de um “mercado dual de força de trabalho”, pois “[...] a população em geral, e especificamente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em ‘exército de reserva’” (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

A manutenção de formas “arcaicas” no mundo rural, além de manter os lucros apropriados pelos grandes proprietários, empurrava um imenso contingente de mão de obra excedente para os grandes centros urbanos, exercendo forte pressão para manter reduzidos os padrões salariais. Ademais, “fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da *força de trabalho rural*, combinou esse elemento

com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta.” (OLIVEIRA, 2003, p. 46 [grifo do autor]). Além do custo da alimentação, citado acima, o preço da força de trabalho nas cidades era composto também pelo custo de bens e serviços, sendo que nesse último, explica o autor, prevalecia uma estranha forma de “economia de subsistência urbana”. Dessa forma, o alicerce fundante da expansão capitalista no país seria a “acumulação primitiva” no campo articulada ao rebaixamento sistemático do valor da força de trabalho nas cidades. A conjugação desses fatores, somados à expansão da infraestrutura urbana e das empresas estatais e ao fortalecimento do capital privado nacional articulado com a entrada de capitais estrangeiros no país, explicariam o crescimento da produtividade industrial alinhado à concentração da renda na economia brasileira.

Para Oliveira (2003, p. 58), “o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total”, mas apesar da Revolução de 1930 ter representado o fim hegemonia do setor agrário-exportador e a ascensão da burguesia urbana, a participação do setor industrial na renda interna do país superou o da agricultura apenas em 1956. Desse modo, o aumento da demanda industrial não daria conta da crescente expansão urbana verificada no período, correspondendo assim a uma “urbanização sem industrialização” ou “urbanização com marginalização”, conforme parte da sociologia brasileira tratou, comenta o autor. Entretanto, o aparente “caos” que marcara o processo de crescimento das cidades brasileiras, cujas periferias compostas por habitações construídas em grande parte pelos próprios proprietários em “mutirão” de vizinhos, consistiria um aspecto *funcional* às necessidades da acumulação capitalista, sobretudo pelo rebaixamento do custo da força de trabalho urbana:

Aqui, uma vez mais é preciso não confundir “anarquia” com caos; o “anárquico” do crescimento urbano não é “caótico” em relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 1930, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de “acumulação primitiva”. Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da

força de trabalho — de que os gastos com habitação são um componente importante — e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

As migrações internas que, a partir de década de 1940, levaram para as cidades mais ricas do país principalmente nordestinos em busca de trabalho, não-brancos em sua maioria, contribuíram para reverter a tendência ao embranquecimento das principais cidades, conforme apontam dados censitários do período. Além da explosão demográfica e aumento da demanda por moradia, esse processo denota outra importante disparidade do país, a regional. “Dada a diversidade de situações regionais, de prosperidade e de pobreza”, comenta Darcy Ribeiro (1995, p. 215), “[...] o simples traslado de um trabalhador, que vá de uma região a outra, pode representar uma ascensão substancial, se ele consegue incorporar-se a um núcleo mais próspero.” (RIBEIRO, 1995, p. 215). Não à toa a discriminação e estigmatização das populações nordestinas acompanha a intensidade da urbanização no país.

No decorrer do século XX, toda a América Latina esteve capturada num nexos histórico constituído pela imbricação de questões como “nação”, “desenvolvimento”, “democracia”, “identidade”, temas que na Europa ocidental e nos EUA foram tratados sob o viés liberal, grosso modo, no pós-segunda guerra. Em termos gramscianos, o caráter *passivo* dos processos de “revolução burguesa” na região, não desconsiderando as experiências de Cuba, Bolívia, Nicarágua, além de outras tentativas frustradas de revoluções nacionais em outros países. No geral, as questões assinaladas acima, não tiveram soluções consistentes na região, resultando na continuidade de um padrão de modernidade/colonialidade (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

5.2 A FORTALEZA LANÇADA AO MAR

5.2.1 Da “civilização do couro” à *belle époque* do algodão

O Ceará apresentou um quadro diferenciado de ocupação do seu território comparado às capitanias dedicadas à produção de açúcar ou de outras especiarias remetidas à metrópole, pois tanto o clima semiárido, quanto a “natureza agressiva” dos índios da região – conforme afirmavam os primeiros europeus batidos pela forte resistência da população nativa quando tentaram colonizar o local, foram fatores que obstruíram a apropriação plena das extensões da capitania por longo período¹³⁹. A escassez de chuvas é registrada já nos mais antigos documentos que se referem ao território que hoje corresponde ao Ceará. “As tribos que habitavam essas terras, periodicamente transferiam suas aldeias para áreas mais úmidas ou próximas à orla marítima, muitas vezes provocando conflitos com outras tribos.” (NEVES, 2007, p. 77). Os primeiros colonizadores europeus tiveram grandes dificuldades para atravessar o sertão em períodos de seca. Não à toa a ocupação do território se deu com base na pecuária, “[...] que permitia uma certa mobilidade da ‘produção’ durante as secas”, pois havia terras mais úmidas e pouco povoadas ao longo do semiárido. Essas terras também eram ocupadas por grupos de sertanejos que perdiam suas colheitas em razão da seca. “O Piauí e o Cariri eram as áreas mais procuradas por estas migrações periódicas. Muitos grandes proprietários possuíam terras nestas áreas como ‘reserva’ para os tempos de escassez, quando o gado – bem mais valioso – poderia estar protegido.” (NEVES, 2007, p. 77).

Dessa forma, o povoamento da capitania sucede, entre os séculos XVII e XVIII, mediante a expansão de fazendas de criação de gado, que supriam parte das demandas da zona da mata, região produtora da cana-de-açúcar. O historiador Capistrano de Abreu denominou o sistema cultural forjado nessa época de “civilização do couro”. Cumpre ressaltar que tal movimento de ocupação do território cearense ocorreu a partir do sertão, deixando de lado a faixa litorânea, sem dispensar a matança e a evangelização das populações indígenas habitantes da região (PINHEIRO, 2007). Tais fatores descritos

¹³⁹ Cf. Abreu (1960 [1899]); Menezes (2005); Neves (2007); Dantas e Silva (2009).

acima, concorreram para retardar historicamente o desenvolvimento urbano e cultural da capital cearense, em comparação a outros centros.

No Ceará, de acordo com Dantas e Silva (2009, p. 3), “[...] a demanda externa não é um fator preponderante na organização espacial pretérita; nele não se dispõe de uma cidade primaz litorânea.” Até meados do século XVIII, a economia da Capitania era subordinada à demanda da zona da mata e não possuía uma cidade principal, mas um conjunto de cidades no interior do território, “[...] articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne-seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais.” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 3). Conforme o território do Ceará foi sendo ocupado e o espaço de trabalho se consolidando, “[...] atraiu um contingente de homens livres, em sua maioria pobres, negros e pardos, vindos de províncias vizinhas, na condição de vaqueiros, trabalhando no sistema de quarta, ou como morador e agregado junto às fazendas de criar.” (FUNES, 2007, p. 105).

Funes (2007) contesta uma ideia difundida de que “no Ceará não há negro” porque a escravidão teria sido menos expressiva no estado, sobretudo se comparado aos estados de Pernambuco e Bahia. De fato,

[...] a pecuária não demanda um número significativo de mão de obra; a lavoura não é extensiva não configurando a estrutura de *plantation* daí a predominância, em relação a outras áreas onde a escravidão foi significativa, de pequenos e médios plantéis embora haja referências a proprietários na lavoura algodoeira com mais de 300 escravos em São João do Príncipe (Tauá). Por certo, uma exceção. (FUNES, 2007, p. 115).

Entretanto, segundo o autor, desconsiderar a presença negra no Ceará “[...] leva a uma lógica perversa: associar o negro à escravidão.” (FUNES, 2007, p. 103). Ademais, “[...] não se deve deixar de considerar a presença do cafuzo, do mulato, do cabra, que nada mais são do que fruto de uma miscigenação com forte predominância do negro.” (FUNES, 2007, p. 103). O autor traz alguns dados que demonstram a relevância da população negra na formação social do Ceará:

No início do século XIX, a presença de afro-brasileiros já era significativa por estas terras cearenses, onde negros e pardos libertos somavam 60,7% de uma população total de 77.375 habitantes. Neste universo, a população negra e parda

cativa, somava 12.254, ou seja, 15,8% da população. [...] Esse aspecto pode ser percebido de forma mais evidente no censo de 1818, apresentando pelo governo provincial, onde numa população de 125.878 habitantes, os brancos somavam 43.457 (34%); os pretos e mulatos livres 70.038 (56%) e os índios 12.383 (10%). (FUNES, 2007, p. 104-5).

A primeira *vila* criada no Ceará, em 1713, foi Aquiraz, que atualmente corresponde à cidade-sede do município da RMF com o mesmo nome. As principais vilas do Ceará até meados do século XIX foram Aracati, Icó, Sobral e Crato, que cumpriam funções comerciais, agrícolas e administrativas, possuindo fortes ligações com Pernambuco (DANTAS; SILVA, 2009, p. 4). Fortaleza, que surgira ao lado do Forte Schoonenborch, construído em 1649 durante a ocupação do território pelos holandeses, foi elevada à mesma categoria apenas em 1726¹⁴⁰, e “[...] permaneceu um núcleo urbano inexpressivo até as primeiras décadas do século XIX: em 1810 contava somente com 1200 habitantes e era constituída apenas de casas térreas e ruas sem pavimentação [...]” (GONDIM, 2007, p. 98). Além de fraca posição comercial, “[a] inexistência de produto nobre para exportação justificava o não desenvolvimento das atividades portuárias comerciais, dado que acentua, por sua vez, o isolamento e o fraco desenvolvimento da capital.” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 6)¹⁴¹.

Com a independência jurisdicional da Capitania do Ceará em relação a Pernambuco, declarada na Carta Régia de 17 de Fevereiro de 1799, a vila de Fortaleza é oficialmente elevada à condição de capital da Capitania. (STUDART, 2001; SILVA 2007; JUCÁ NETO; 2010). Tal fator permite que um novo regime de governo se instale e conduza a assimilação de um papel destacado da capital cearense perante as cidades interioranas e demais capitais da região. O governador do Ceará entre 1806 e 1812, Luís Barba Alardo de Menezes, é considerado um dos principais responsáveis pela ascensão de Fortaleza, pois contestou a estrutura da rede territorial então vigente na capitania, que funcionava em benefício econômico de Pernambuco; e insistira nas excelentes condições de navegação intercontinental no litoral da capital, com vistas à comercialização direta com o Velho Mundo. (DANTAS; SILVA, 2009, p. 6)¹⁴². “A capital do Ceará não possuía

¹⁴⁰ “As demais vilas criadas no Estado, posteriormente, ainda no século XVIII foram: Icó (1738), Aracati (1748), Caucaia (1759), Crato (1764), Baturité (1764), Sobral (1773), Granja (1776), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1796).” (SILVA, 2007, p. 226).

¹⁴¹ Cf. GIRÃO, 1954.

¹⁴² Cf. MENEZES, 1897

nem uma baía profunda como Salvador nem a foz de um rio como Recife onde as embarcações de pequeno e médio portes pudessem se abrigar, no período colonial, com um mínimo de segurança.” (ANDRADE, 1978 apud SILVA, 2007, p. 224). Dessa forma, o porto de Fortaleza só poderia ser edificado em mar aberto, “[...] em uma área onde a costa é atingida pela corrente das Guianas e onde os ventos constantes de direção Nordeste provocam o assoreamento da foz dos rios e o caminhar incessante das dunas, dificultando a construção.” (ANDRADE, 1978 apud SILVA, 2007, p. 224).

A abertura dos portos às nações amigas, expedida pelo rei de Portugal D. João VI, gerou muita movimentação nas zonas portuárias. Em 1809, o primeiro barco de Fortaleza parte para Londres, levando mercadorias da região e, principalmente, algodão, produto que alavancaria a economia local e a posição de Fortaleza (BRÍGIDO, 1979; NEVES, 2007).¹⁴³ A crescente demanda do mercado inglês fez o Ceará intensificar a produção para exportação, aquecendo sua economia e estimulando o povoamento do seu território. “Foi como porto exportador de algodão e, posteriormente, de cera de carnaúba, que Fortaleza ganhou importância [...] e teve suas instalações portuárias construídas.” (ANDRADE, 1978 apud SILVA, 2007, p. 225).

Dessa forma, o primeiro período determinante na formação do espaço da atual metrópole cearense foi marcado pela economia agroexportadora, baseada principalmente na criação de gado e no cultivo de algodão, fatores que tornaram Fortaleza, elevada à condição de cidade em 1826, um relevante centro comercial e coletor de produtos primários para exportação (COSTA; AMORA, 2015). “A cidade, por sua centralidade política e sua disposição junto ao litoral, tornou-se o centro de drenagem e escoamento da produção agrícola de maior valor na província. Tal situação repercutiu no arranjo territorial das vias e dos fluxos.” (PEREIRA JÚNIOR, 2015, p. 82).

O fluxo de embarcações para a Inglaterra ganhou forte impulso com a crise internacional de abastecimento em razão da guerra civil norte-americana. A capital cearense se tornou a principal beneficiária dentre as regiões produtoras de algodão, com seu porto adquirindo enorme importância na sua vizinhança. Assim, Fortaleza, de uma

¹⁴³ “[...] O algodão – uma planta xerófila que se adapta muito bem a clima do semiárido – somente veio a fazer parte efetiva da produção sertaneja em meados do século. As primeiras tentativas de plantações algodoeiras datam do final do século XVIII, mas é no século seguinte – especialmente durante a Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865) - que o algodão passou a fazer parte integrante e permanente da paisagem sertaneja.” (NEVES, 2007, p. 77).

cidade de baixa relevância local no século XVIII, “[...] torna-se, no século XIX, cidade de primeira ordem e situada em segundo lugar, após Sobral, principal cidade do Ceará, entre 1800-1850.” (DANTAS; SILVA, 2009, p. 8). Cordeiro (2007, p. 137) assinala que durante a seca de 1844 já era percebida certa superioridade de Fortaleza por ter sido escolhida como ponto de apoio para a calamidade. Além da importância do porto de exportação, a capital da província tornara-se um importante centro de decisões políticas, apesar do caráter ainda modesto da cidade.

Fortaleza, em meados dos oitocentos, possuía ruas largas e praças amplas, cercadas de prédios térreos feitos em geral de barrotes. Viam-se, também, “compridas filas de choças pardacentas, onde viviam humildes moradores mestiços”. [...] O centro urbano, que compreendia a cidade propriamente dita, situava-se entre o mar e as vizinhanças da atual avenida Duque de Caxias, entre a depressão do Pajeú e as proximidades da atual praça José de Alencar. De acordo com correspondência do barão Homem de Melo a Paulino Nogueira, até 1865 não havia uma única rua ligando ao Centro o então bairro do Outeiro, hoje Aldeota, embora habitasse ali um bom número de pessoas; a ligação se fazia através de atalhos e veredas. (CORDEIRO, 2007, p. 137).

A partir de 1860, impelidas pelas rendas advindas da exportação algodoeira, as elites locais iniciaram um processo de remodelação sócio-urbana de Fortaleza que perdurou até as primeiras décadas do século XX. Tendo como parâmetro os padrões estéticos oriundos dos principais centros europeus, essas reformas inseriram a cidade no contexto da *belle époque*¹⁴⁴, marcando “[...] um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas” (PONTE, 2007, p. 163). “Prédios públicos, praças, *boulevards*, teatro, cafés e jardins são construídos segundo os ditames do ecletismo arquitetônico, em voga nas metrópoles europeias, sobretudo Paris, considerada a capital do Século XIX, paradigma da civilização ocidental.” (ORÍ, 2007, p. 243). O historiador Paulino Nogueira (1842-1908) assinalou numa crônica sobre Fortaleza, à época, que finalmente a “civilização” chegara a cidade, e descrevia algumas dessas inovações:

Passeio Público, praças arborizadas, templos majestosos, edifícios elegantes, tantas e tantas ruas alinhadas, calçamento, iluminação a gás, linhas de bondes, carros de aluguel, hotéis, quiosques, clubes, prado, corrida de touros, a cavalo e

¹⁴⁴ “[...] termo francês cunhado para traduzir a euforia europeia com as novidades extasiantes decorrentes da revolução científico-tecnológica (1850-1870 em diante).” (PONTE, 2007, p. 162).

à bicicleta, quermesses, bazar e demais novidades. (NOGUEIRA, [1899] apud PONTE, 2007, p. 162).

Esse conjunto de transformações na cidade estava disposto conforme a inserção do Brasil e do Ceará aos quadros do capitalismo global. Ponte (2007) destaca que uma série de medidas foram lançadas nas cidades brasileiras com o intuito de alinhá-las ao modelo europeu de reforma urbana. Contudo, a implantação de equipamentos e serviços não seriam suficientes para modernizar a capital cearense, “[...] era necessário ‘civilizar’ e ‘domesticar’ a população, sobretudo os setores populares, cujos hábitos e costumes eram tidos como rudes e selvagens pelos agentes daquele processo civilizador”¹⁴⁵ (PONTE, 2007, p. 163). Desse modo, medidas de cunho “higienista” foram tomadas com o objetivo de zelar pela saúde pública, como a construção da Santa Casa de Misericórdia e do Lazareto da Lagoa Funda. Na década de 1870, foi construído um novo cemitério, o São João Batista, em local afastado do centro. Além de ações públicas orientadas no sentido de disciplinar os agentes considerados nocivos ao progresso e à civilização: pobres, mendigos, loucos, “vagabundos”, prostitutas¹⁴⁶.

No mesmo período, ocorrera a substituição da iluminação com azeite de peixe pela de gás carbono, transformando significativamente a sociabilidade noturna de Fortaleza. (PONTE, 2007, p. 163). Em 1875, foi contratado pelo governo cearense o engenheiro arquiteto de Pernambuco, Adolfo Herbster, para a elaboração da “Planta Topográfica de Fortaleza e Subúrbios”. Inspirado pelas reformas comandadas pelo barão de Haussmann em Paris nas décadas anteriores, o plano urbanístico de Herbster atualizava o traçado

¹⁴⁵ “À academia Francesa do Ceará, criada em 1872 por jovens intelectuais cearenses egressos da academia de Direito do Recife, coube o papel de promover o ideário cientificista e evolucionista entre grupos letrados fortalezenses. Noções como ‘progresso’, ‘evolução’ e ‘darwinismo social’ assimiladas do estudo das obras de Comte, Spencer, Darwin, e veiculadas pela intelectualidade brasileira da época, serviram de base de inspiração para os projetos de redefinição político-social do País, como, por exemplo, o abolicionismo e o republicanismo.” (PONTE, 2007, p. 165).

¹⁴⁶ “A edificação de um novo cemitério, o São João Batista (1872), em local mais afastado (Jacarecanga), inscreve-se como mais uma investida medicalizadora sobre a cidade. Sua construção justificou-se pela pressão médica de suprimir a necrópole anterior, o São Casimiro, que comprometia o estado sanitário urbano por achar-se muito próximo (atual Praça da Estação) do perímetro central da cidade, além de ter sepultado vítimas da epidemia de cólera, ocorrida entre 1862 e 1864. Pouco tempo depois chegaria a vez de idosos, loucos e meretrizes, acusados de potencialmente perigosos à saúde e à segurança pública, serem também confinados fora da região central. Tais medidas de controle, que se aguçaram dali em diante, demonstram que, à medida que avançava a civilização da cidade, crescia também o medo da doença, do contágio e da morte, bem como da pobreza.” (PONTE, 2007, p. 165).

urbano esboçado em 1818, por Silva Paulet, estendendo os extensos alinhamentos de ruas, em formato xadrez, até os subúrbios.

Para facilitar o tráfego no centro da cidade foram abertas três avenidas (Imperador, Duque de Caxias e Dom Manoel). “Corrigindo becos e vias sinuosas [...]”, explica Ponte (2007, p. 166), “[...] esse traçado retilíneo agilizava o fluxo de pedestres, veículos e mercadorias.” Além disso, “[a]o deixar a capital mais ‘aberta’ e ‘transparente’, o plano dificultava possíveis ocorrências de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital.” (PONTE, 2007, p. 166).

Adolfo Herbster também realizou outras obras públicas, com destaque para a construção, em 1871, do imponente prédio da Assembleia Provincial, de arquitetura em estilo neoclássico. (PONTE, 2007, p. 167). Oriá (2007) ressalta que, sob influência da *belle époque*, conciliou-se a construção de diferentes estilos arquitetônicos na urbe fortalezense, como o neoclássico, o *art-nouveau* e a chamada “arquitetura de ferro”. “O ecletismo como estilo arquitetônico se fixava num desejo de conciliação de velhos estilos com inovações tecnológicas oriundas da Revolução Industrial, com a utilização do ferro, do aço e de estruturas pré-moldadas nas construções.” (ORÍÁ, 2007, p. 243). O autor destaca que, especialmente no Brasil, essas construções representavam “[...] uma forma concreta de demonstração de adesão ao ideário do progresso e tentativa de inserção do País no concerto das ditas ‘civilizações europeias’.” (ORÍÁ, 2007, p. 243).

5.2.2 “Campos de concentração” e a modernização de Fortaleza.

O impulso modernizador do Ceará foi interrompido bruscamente pela avassaladora seca de 1877-1879, que abalou a economia ocasionando forte movimento migratório para a capital. Neves (2007, p. 80) afirma que o ano de 1877 constitui um marco do problema da seca, deixando de ser considerado mera questão climática para ser compreendida como uma questão social, exigindo a atenção do Estado brasileiro. “De fato, inaugura-se neste instante a seca tal qual a entendemos hoje: miséria, fome, destruição da produção, dispersão da mão de obra, migrações, invasões às cidades, corrupção, saques...” (NEVES, 2007, p. 80). O autor ressalta que até metade do século XIX, “[...] a escassez de chuvas

ainda não representava um problema para o Estado brasileiro que se tornou independente em 1822. Era um fator climático localizado, que não afetava sobremaneira as estruturas do poder e da economia.” (NEVES, 2007, p. 79). A questão da seca, desse modo, foi se intensificando conforme avançava a ocupação do território cearense, dado que o “fechamento” das terras desocupadas impedia o deslocamento dos moradores e do gado para regiões mais úmidas. Esse processo se acentuou primeiramente com “[...] a valorização das terras como bem econômico, provocada pela Lei de Terras de 1850, que, ao mesmo tempo, retirou das tribos indígenas remanescentes o controle de algumas áreas protegidas por aldeamentos” (NEVES, 2007, p. 79); e, em seguida, pelo súbito aumento da demanda por algodão, em razão da Guerra Civil nos EUA, conforme já mencionado, que provocara o avanço da cultura algodoeira no estado e conseqüentemente a ocupação de terras.

Além da seca, ao final da década de 1870 o ciclo econômico do algodão já estava em declínio, dado que o término da guerra civil estadunidense fez com que os algodoads do Sul daquele país retomassem a produção em bases bem mais modernas que a do Ceará, e logo recuperassem seu espaço no mercado internacional, deixando os fazendeiros cearenses bastante endividados. (NEVES, 2007, p. 81). Assim, a única alternativa para milhares de moradores famintos e com a saúde debilitada foi partir em retirada do semiárido em direção à capital, em longos trajetos de caminhada. “Segundo contemporâneos bem informados”, afirma Neves (2007, p. 82), “[...] em um ano mais de 100 mil desses “invasores” esfarrapados ocuparam as praças, as ruas, as calçadas e o Passeio Público de uma cidade que procurava adaptar-se aos padrões civilizados dos grandes centros e que não contava com mais do que 27 mil habitantes.” (NEVES, 2007, p. 82). O caos se instaurara na pacata cidade, “[...] notícias diárias de cenas impactantes aterrorizaram os provincianos cidadãos da capital: roubos, prostituição, suicídios, assassinatos, antropofagia, mendicância...” (NEVES, 2007, p. 82).

Para além do temor e preconceito gerado entre os moradores em razão dos acampamentos de miseráveis espalhados pela cidade, Fortaleza, de fato, não possuía a estrutura necessária para tamanho contingente. Algumas iniciativas por parte das autoridades locais foram tomadas com o objetivo de reter o fluxo de retirantes para a capital, muitos foram enviados para a colonização da Amazônia, enquanto outros foram

alistados para empregos em obras públicas na periferia da cidade, a exemplo da Estrada de Ferro de Baturité. O trabalho era estafante submetendo inclusive mulheres e crianças a uma disciplina rigorosíssima, sob pena de serem excluídos da lista de recebimento de comida em caso de falta. Numa labuta contínua pela construção da ferrovia, os retirantes abriam picadas na mata e “[...] caminhavam diariamente até a pedreira localizada no ‘Mocuripe’, distante cerca de uma légua do centro da cidade, e retornavam com uma pedra às costas.” (NEVES, 2007, p. 82).

Entretanto, nem as ações públicas e nem a caridade de particulares eram capazes de conter a correnteza de miseráveis que inundava a cidade com os “abarracamentos”. O caos tomara conta da capital, que não contava com políticas de planejamento e serviços públicos à altura. As praças e ruas exalavam um ar fétido, espalhando doenças e causando mortes em larga escala, assim, “[...] a longa estiagem possibilitou a propagação de uma fulminante epidemia de varíola, vitimando mais da metade dos 100 mil retirantes amontoados em abarracamentos providenciados pelo governo na periferia de Fortaleza.” (PONTE, 2007, p. 167)¹⁴⁷. A varíola hemorrágica chegou a vitimar a primeira-dama da província, disseminando grande medo entre as elites residentes das áreas mais urbanizadas da capital. Por fim, coube aos próprios miseráveis o transporte dos cadáveres até o cemitério. “Afora a diária de mil réis e comida, os voluntários exigiram também o fornecimento de aguardente para poderem encarar semelhante serviço” (PONTE, 2007, p. 167). O famoso farmacêutico e também romancista, Rodolfo Teófilo, descreve a atividade desses carregadores:

Ordinariamente meio embriagados..., excitados pelo álcool, eles descansavam das cargas falando sem descanso, deixando à vista dos que chegavam às janelas a visão dos esquifes estendidos na calçada. Este espetáculo tristíssimo ainda se tolerava quando a decência eram suficientes para lhes cobrir a nudez, para lhes velar as partes que o pudor manda esconder. (TEÓFILO, 1997 [1904] apud PONTE, 2007, p. 168).

Após o avassalador período de seca e a epidemia de varíola, Fortaleza retoma sua marcha à modernização, são inaugurados bondes puxados a burro, um meio de transporte

¹⁴⁷ “A varíola hemorrágica provoca uma grande mortalidade entre os retirantes e habitantes da cidade. O farmacêutico Rodolfo Teófilo calculou que, em dezembro de 1878, estavam acometidos pela doença cerca de 80.000 pessoas; o dia 10 desse mês ficou conhecido como o ‘dia dos mil mortos’, pois 1.004 cadáveres foram encaminhados para o cemitério, sendo que 230 ficaram insepultos devido à sobrecarga de trabalho para os coveiros.” (NEVES, 2007, p. 83).

coletivo que respondia à exigência dos patrões que residiam na capital pela pontualidade de seus empregados, além de influenciar na valorização imobiliária das áreas por onde circulavam os veículos. (PONTE, 2007, p. 169-170). Em 1880 foi inaugurada a Estação Ferroviária João Felipe, e, em 1897, o Mercado de Ferro, inspirado nas estruturas metálicas em moda na Europa (GONDIM, 2007, p. 99).

No período também é edificado o Passeio Público, uma área reservada exclusivamente ao lazer dos habitantes da capital. Construído sobre o antigo Campo do Paiol, depois rebatizado como Praça dos Mártires, por ter sido o local da execução dos cearenses que lutaram na Confederação do Equador, o Passeio seguia o exemplo de outras cidades brasileiras e correspondia ao afã das remodelações urbanas ao estilo parisiense. “Sobranceiro ao mar e bem arborizado, o logradouro foi murado e decorado com estátuas representando divindades mitológicas gregas, além de canteiros, coreto, café, passarelas pavimentadas e longos bancos.” (PONTE, 2007, p. 170). Logo o Passeio Público tornar-se-ia um ponto obrigatório para a sociedade local: “Atração imperdível às quintas e domingos, o Passeio lotava-se de gente elegante para mostrar as últimas modas chegadas no *dernier bateau* (último navio) vindo da Europa.” (PONTE, 2007, p. 170).

Além do espaço de lazer, o Passeio Público consistia numa arena de diferenciações sociais. O equipamento foi projetado em três planos, no primeiro deles, que costumava ser ocupado pelas elites locais, se concentrava a maioria dos atrativos descritos acima. O segundo e o terceiro plano não eram tão elegantes quanto o primeiro, e eram frequentados pelas camadas médias e pelos mais pobres, nessa devida ordem. Ponte (2007) assinala que não existia nenhuma determinação oficial que delimitasse socialmente o ingresso às diferentes áreas. Teria sido algo que ocorrera “naturalmente”, conforme diziam os cronistas do período. “Mais plausível considerar que essa separação se deu por força do *segregacionismo social* já existente, mas então reforçado pela modernização em curso que conferia às elites a primazia dos espaços públicos ora embelezados.” (PONTE, 2007, p. 171 [grifo nosso]). Reforçando a europeização dos costumes locais, foram inaugurados na mesma época quatro elegantes cafés ao estilo parisiense: Java, Elegante, Iracema e do Comércio. (PONTE, 2007, p. 171). Tal processo de “aformoseamento” de Fortaleza ficou ainda mais intenso com o advento da República, “[...] sobretudo na gestão do intendente municipal coronel Guilherme Rocha (1892-1912), apelidado pela oposição local de ‘nosso

Hausmann’, pela sua compulsão modernizadora de querer transformar Fortaleza numa Paris.” (ORIA, 2007, p. 243-4).

As políticas de cunho higienista ganharam ainda mais força após a seca e a varíola, se materializando na racionalização e controle do espaço sobre os segmentos considerados perigosos à ordem pública. Os loucos pobres que vagavam pela capital foram recolhidos e confinados no Asilo dos Alienados São Vicente de Paulo, construído em 1886, no Arronches, atual bairro da Parangaba. No mesmo ano, fora também construído o Asilo da Mendicidade, destinados aos idosos pobres e mendigos. Em 1889, é construída a Hospedaria Geral de Emigrantes, para atender aos retirantes que vagavam famintos pela capital e que se instalavam de maneira improvisada em praças e ruas, sem quaisquer condições sanitárias. Neves (2007) afirma que a chegada dos retirantes deixara a cidade com a atmosfera fétida de um campo de refugiados, agredindo a nova sensibilidade europeizada da burguesia local, assim, “[...] um pensamento segregacionista, aos poucos, começa a se desenvolver entre as elites locais. Era preciso proteger a cidade das ‘invasões’ periódicas dos refugiados da seca.” (NEVES, 2007, p. 86).

[...] tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e aformoseada de Fortaleza, foram sendo estrategicamente confinados em locais afastados: os mortos, para o novo cemitério; os doentes contagiosos, para o Lazareto da Lagoa Funda; os couros, peles e carnes, para cortumes e matadouro distantes; os loucos, para o Asilo da Parangaba; os idosos pobres, para o Asilo da Mendicidade; os “vadios” (desempregados), para a cadeia; os retirantes, para os abarracamentos na periferia (até antes da seca de 1915, quando então surgiram os campos de concentração, cercados à guisa de “currais”, em subúrbios distantes); os pobres, para o Dispensário dos Pobres (1885); os menores pobres para o Patrocínio de Menores Pobres (1903) e Dispensário Infantil (1908); as órfãs e desvalidas, para o Patronato de Maria Auxiliadora para Moças Pobres (1922) e Asilo Bom Pastor (1928); as meretrizes para o Arraial Moura Brasil (anos 20 em diante). (PONTE, 2007, p. 179).

Com efeito, a prioridade dada ao embelezamento da capital deixara de lado a construção de uma infraestrutura urbana mais adequada a problemas específicos. Apenas em 1909 é criado um órgão federal para tratar o problema das secas, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que atuou na construção sistemas de barragens, açudes e poços no semiárido. (NEVES, 2007, p. 86).

Em 1912, ocorre uma rebelião que derruba Nogueira Accioly, presidente do Estado desde 1892, abalando o sistema oligárquico e coronelístico do Ceará. “As massas urbanas,

revoltadas, dirigem sua ira contra todos os símbolos do poder despótico do oligarca [...]”, assinala Neves (2007, p. 86), “[...] inclusive os equipamentos modernos construídos no período de ‘aformoseamento’ de Fortaleza: bondes, postes de iluminação, calçamento das ruas, relógios públicos e até mesmo fábricas e lojas.” (NEVES, 2007, p. 86). O autor sublinha que a destruição causada pela rebelião ultrapassara as expectativas, e, de certa forma, amedrontou os próprios líderes liberais de oposição, que ficaram desapontados “[...] com as possibilidades da participação popular nos negócios públicos e temem que as massas, uma vez colocadas em movimento pela revolta, pudessem destruir a própria civilização.” (NEVES, 2007, p. 86).

Em 1915, o então presidente do Estado Benjamim Barroso visando proteger a capital da “invasão” dos retirantes, tendo em vista que se aproximava mais um período de escassez de chuvas, criou o Campo de Concentração do Alagadiço, num terreno próximo à estação de trem do Otávio Bonfim. “Os retirantes – que, nesta seca, já sabiam o melhor momento para abandonar o sertão e conseguir uma passagem – eram conduzidos, assim que chegavam, diretamente para o ‘carral’ de arame farpado de onde não poderiam mais sair” (NEVES, 2007, p. 87). Esse foi o modo encontrado pelo governo para racionalizar a distribuição de alimentação e de serviços médicos, buscando evitar o aumento descontrolado da criminalidade e da prostituição na cidade. (NEVES, 2007, p. 86). Entretanto, as condições pouco higiênicas do ambiente destinado a concentrar tantas pessoas já debilitadas ajudou a proliferar doenças, desencadeando inúmeras mortes entre os retirantes. “Os cadáveres, empilhados ao lado do cercado à espera da turma de carregadores que iria jogá-los em valas comuns”, descreve Neves (2007, p. 88), “[...] conferiam ao Campo um ar soturno e macabro, que afugentava até mesmo as almas mais caridosas que iam distribuir alimentos ou consolar os doentes.”¹⁴⁸ (NEVES, 2007, p. 88).

Partindo da controversa experiência de 1915, num outro período de secas, em 1932, decidiu-se por construir não apenas um, mas sete Campos de Concentração distribuídos pelo território cearense, Crato, Cariús, Quixeramobim, Ipu e Senador Pompeu, e mais dois em Fortaleza. “Os campos concentravam milhares de retirantes, chegando a um total de cerca de 90.000 em janeiro de 1933”, aponta Neves (2007, p. 91). Apenas o campo de

¹⁴⁸ “O cheiro de sujeira e morte assustava até mesmo o experimentado farmacêutico Rodolfo Teófilo, que instalou na porta do Campo, embaixo de um cajueiro, o seu posto de vacinação contra a varíola.” (NEVES, 2007, p. 88).

concentração do Crato chegara a ter aproximadamente 60.000 habitantes, atraindo trabalhadores de todo o Sul do Ceará e também de estados vizinhos (NEVES, 2007, p. 91).

A população instalada nos Campos teve a força de trabalho empregada nas grandes obras públicas realizadas no período, a exemplo do açude do Patu, cuja construção contou com a mão de obra dos retirantes do Campo de Senador Pompeu. (NEVES, 2007, p. 92). Na década de 1940, um novo Campo de retirantes foi instalado em Fortaleza, “[...] somente para receber, inspecionar, examinar e selecionar os mais aptos para o trabalho nos seringais amazônicos.” Tratava-se da formação do chamado “Exército da Borracha”, coordenado pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), “Tudo sob a supervisão geral do escritório central a Divisão de Migração, resultado de um acordo entre o Brasil e os EUA, dirigido pelo Dr. Charles Wagley, sociólogo da Universidade de Colúmbia.” (NEVES, 2007, p. 93-4).

Gondim (2007, p. 103) assinala que “[é] provável que o confinamento espacial, espontâneo ou forçado, esteja associado à formação das primeiras favelas de Fortaleza, no início da década de 1930: Pirambu, Cercado do Zé Padre, Mucuripe e Lagamar”. Dessa forma, em meio a tantos percalços, Fortaleza seguiu sua marcha de modernização urbana ao longo do século XX, e aumentando cada vez mais sua força no estado e em áreas vizinhas. Em 1933, Nestor Figueiredo elaborou um novo plano urbano para a cidade, que apresentou uma primeira proposta de zoneamento funcional para a capital. Em 1948, outro planejamento foi apresentado por Saboya Ribeiro, “[...] o primeiro a propor uma hierarquia viária como um dos elementos estruturadores de um Plano Geral, que incluía sistemas de transportes, avenidas e espaços livres.” (IACOVINI, 2015, p. 256). Contudo, mesmo se tratando de peças de alta qualidade técnica e com inovações, tais planos nunca saíram do papel e permaneceram em empoeiradas estantes de repartições públicas. (VILLAÇA, 1999 apud IACOVINI, 2015).

Costa e Amora (2015) destacam os fatores que concorreram para a dinamização da economia do Ceará e que resultaram no fortalecimento da posição de Fortaleza: a implantação de vias férreas e a construção do Porto Mucuripe, reunindo assim melhores condições para o escoamento das mercadorias produzidas na região. “Com a construção da ferrovia, iniciada no final do século XIX, atingindo o sul do Ceará, em 1925 (Missão Velha) e em 1926 (Juazeiro do Norte e Crato), amplia-se a força polarizadora de Fortaleza”

(COSTA; AMORA, 2015, p. 38), pois tal ramal capturara a região do Cariri, cujas relações econômicas, até aquele momento, eram mais estabelecidas com Recife. As autoras sublinham também certa autonomia em relação à Fortaleza por parte da Zona Norte do estado, comandada por Sobral, “[...] pois contava com uma ferrovia ligando o Ceará ao sul do Piauí, cuja produção era exportada pelo Porto de Camocim.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 38). Contudo, esse processo começa a ser revertido a partir da construção, em 1950, do ramal Norte da estrada de ferro, ligando Fortaleza a Sobral.

As obras de construção do Porto do Mucuripe haviam começado em 1939. Em 1953, o primeiro navio de grande porte atraca no novo Porto de Fortaleza, daí em diante, todas as exportações passariam pela capital. “A ligação com o porto se dava por meio de dois ramais ferroviários: Norte, ligando o Ceará ao Piauí, e Sul, o qual se estendia em direção a Paraíba e Pernambuco, além de rodovias federais e estaduais.” (COSTA; AMORA, 2015, p. 39). O Porto de Mucuripe substituiria o antigo Porto das Dragas, também conhecido como Ponte Metálica, na Praia Formosa (atual Praia de Iracema), deixando para trás toda estrutura instalada em prol do fluxo de cargas, como Armazéns e o Prédio da Alfândega de Fortaleza. Na região permaneceram algumas famílias ocupando terrenos no entorno do antigo porto, formando a comunidade do Poço da Draga. (GONDIM, 2007; 2013).

A localização do novo porto era a enseada do Mucuripe, uma porção da cidade praticamente desabitada na época. Farias (2015, p. 467) assinala que dada a própria demanda por trabalhadores braçais nas atividades portuárias, fazendo com que grande população favelada se instalasse nas áreas próximas ao Porto do Mucuripe, assim como a zona de meretrício, que migrara do entorno do Porto das Dragas e do Arraial Moura Brasil. Conforme Barbosa (2015), o poder público não tomou medidas que ordenassem a ocupação do entorno do Porto do Mucuripe. “Ao seu redor, instalaram-se indústrias, populações que serviam de mão de obra para o porto, ou que dependiam da pesca e da prostituição para sobreviver.” (BARBOSA, 2015, p. 241). Por se tratar de uma área próxima ao setor hoteleiro e turístico da capital, acabou ocorrendo uma valorização fundiária essa região, atraindo camadas de maior renda e acomodando significativas desigualdades sociais nessa porção da cidade.

5.3 PLANEJAMENTOS URBANOS NO BRASIL

Após ter ocorrido nas principais cidades litorâneas do país, a urbanização praticamente se generalizou nas primeiras décadas do século XX, revelando uma interdependência com o crescimento da pobreza. A modernização do campo afugentava os pobres para as cidades, que cada vez mais passavam a ser o *locus* principal dessas populações paupérrimas (SANTOS, 1993). Em países da semiperiferia do capitalismo, como o Brasil e outros países latino-americanos, o modelo de planejamento urbano modernista/funcionalista, “[...] definidor de padrões holísticos de uso e ocupação do solo, apoiado na centralização e na racionalidade do Estado, foi aplicado a apenas uma parte das nossas grandes cidades: na chamada cidade formal ou legal.” (MARICATO, 2009, p. 123-4). Assim, a introdução de padrões de “Primeiro Mundo” em apenas uma parcela do território brasileiro, contribuiu decisivamente para ocultar a cidade real e para a conformação no cenário urbano de uma “modernização incompleta ou excludente”.

Topalov (1994 apud Ribeiro, 2007, p. 23) assinala que a construção do *salariat* moderno está fortemente associada às reformas urbanas do século XIX e XX, pois a transformação da força de trabalho em mercadoria no capitalismo industrial implicava grandes aglomerações urbanas, demandando um parcial planejamento da cidade, com políticas de habitação e de transportes. Os congressos internacionais de arquitetos (CIAM) ocorridos nas primeiras décadas do século XX, determinaram os parâmetros fundamentais do urbanismo moderno. Sua primeira fase (1928/1933) foi marcadamente engajada nas questões sociais, sobretudo aos problemas da habitação e da qualidade de vida dos trabalhadores nos países centrais:

Em resposta ao crescente movimento operário e à demanda por moradia, os arquitetos responderam com inovadoras propostas de mudança no design das unidades habitacionais, na tipologia dos blocos, nos novos padrões de serviços, na hierarquia da circulação, buscando diminuir custos e garantir um padrão mínimo de qualidade. A busca do mínimo não significou redução de padrões vigentes, ao contrário, significou dar um padrão aceitável para todos, considerando a grande dimensão da carência (MARICATO, 2009, p. 127).

Na segunda fase dos CIAMs (1933/1947), ganhou força uma orientação mais formalista e voltada ao processo de acumulação do capital, consolidando uma visão

funcionalista sob a liderança de Le Corbusier; e tendo como grande marco a “Carta de Atenas”, uma espécie de “mandamentos do urbanismo moderno” (FREITAG, 2012, p. 59). Maricato (2009) assinala que, a despeito dos rumos tomados pelos CIAMs, suas formulações contribuíram para assegurar um relativo equilíbrio social através de políticas sociais aplicadas posteriormente. “A garantia do direito à moradia, reivindicada nas lutas sociais e efetivamente perseguida pelas políticas públicas, a partir de meados dos anos 1940, exigia a mudança da base fundiária, entre outras medidas.” (MARICATO, 2009, p. 128).

Na década de 1930, sob direção da ascendente burguesia urbana, conceitos de eficiência, técnica e ciência começam a ocupar o lugar de visões baseadas no “embelezamento” das cidades brasileiras (VILLAÇA, 1999). Deste modo, a existência de favelas nas proximidades de áreas valorizadas da cidade fez com que periodicamente o poder público organizasse programas de remoção dessa vizinhança indesejada pelas camadas mais ricas residentes do local. No Rio de Janeiro, durante a década de 1940, foi criada uma “Comissão para Erradicação de Favelas”. Contudo, apenas no período pós-1964, mediante a centralização de recursos e à política autoritária, essas intervenções foram executadas com maior vigor.

O planejamento modernista adquiriu particularidades ao longo dos anos do *Welfare State*, de 1945 a 1975, período em que os países centrais vivenciaram um grande crescimento econômico, com fortes investimentos em políticas sociais e com significativa distribuição de renda. Realizaram uma “reforma urbana” com forte regulação estatal da propriedade e das rendas fundiárias, produção em massa de moradias com financiamento subsidiado, e ampliação das infraestruturas urbanas, como saneamento, transportes, serviços públicos etc. Esse modelo herdara do positivismo/funcionalismo “a crença no progresso linear, no discurso universal, no enfoque holístico”. E do keynesianismo/fordismo, o planejamento estatal como ponto central do equilíbrio econômico e social, gerador de um mercado interno de massas (MARICATO, 2009, p. 125).

A matriz teórica que alimentava o planejamento nos países capitalistas, mas não só nestes, como também nos países socialistas, e que embasou o ensino e a prática do planejamento urbano e regional na América Latina, atribuía ao Estado o papel de portador da racionalidade, que evitaria as disfunções do mercado,

como o desemprego (regulamentando o trabalho, promovendo políticas sociais), bem como asseguraria o desenvolvimento econômico e social (com incentivos, subsídios, produção da infraestrutura, regulando preços, produzido diretamente insumos básicos para a produção etc. (MARICATO, 2009, p. 126).

A partir da década de 1950, na esteira do Estado de bem-estar social e do keynesianismo do pós-guerra, os países centrais realizaram uma produção homogênea de infraestrutura em praticamente todos os centros urbanos, “evitando a exclusão das parcelas populacionais de menor renda, construindo equipamentos acessíveis a todos e recuperando, com tributos, parte do lucro obtido pelo mercado em decorrência dos investimentos públicos em infraestrutura [...]” (FERREIRA, 2010, p. 194). No Brasil, em contraste, foi estabelecido uma espécie de “*laissez-faire* social”, de modo a não encarecer os custos da força de trabalho seguindo os interesses da *livre*-iniciativa empresarial. Entre as décadas de 1950 e 1970, ocorrera uma acelerada “industrialização com baixos salários”, gerando significativo crescimento econômico assentado na manutenção da pobreza, desembocando numa urbanização desigual e com padrões segregadores. Com efeito, a política habitacional do Estado era a “não política”, deixando à própria sorte as populações que migravam para os centros industriais, submetidas aos loteadores clandestinos ou ocupando informalmente áreas negligenciadas. E mais, a maior porção de recursos públicos empregados em infraestrutura foram destinados às zonas marcadamente ocupadas por famílias de alta renda.

Pela lógica peculiar do subdesenvolvimento, o Estado – se entendido no sentido *público* importado da realidade das democracias desenvolvidas – é um “não Estado”. Ele não planeja ações para a superação do atraso, mas confunde; não organiza, mas desestrutura; não facilita, mas embaralha e burocratiza os procedimentos administrativos. Não porque seja incompetente, como às vezes se propaga, mas por que é muito eficaz na produção da segregação socioespacial, que emperra o desenvolvimento independente, redistributivo e incluyente e poderia contrariar o equilíbrio de forças políticas, o poder das elites internas e os interesses externos que historicamente se alimentam desse atraso. (FERREIRA, 2010, p. 194).

Maricato (2009, p. 122) assinala que as políticas de planejamento e regulação urbanística no Brasil, no geral, não tinham comprometimento com a realidade concreta, “[...] mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas”, configurando assim “ideias *fora do lugar*”, dado que se aplicavam a uma restrita parcela da sociedade. Já

a ocupação ilegal de imensa porção do solo urbano representava uma “exclusão urbanística”, sendo ignorada pela cidade *oficial*: “Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das ideias.” (MARICATO, 2009, p. 122).

A ocupação desordenada gerou graves problemas ambientais e baixa qualidade de vida urbana para as maiorias sociais, além de processos de segregação territorial e suas decorrências: falta de saneamento básico, riscos de enchentes e desmoronamentos, violência e criminalidade. Maricato (2009) destaca quão conveniente aos poderes instituídos seria a existência dessa “cidade ilegal”, tanto para um mercado imobiliário restrito e especulativo, quanto para a manutenção do poder político de alguns grupos, haja vista que “[o]s legislativos mantêm com esse universo uma relação muito funcional, já que as anistias periódicas visando a regularização de imóveis são alimento fecundo da relação clientelista.” (MARICATO, 2009, p. 123).

Conforme exposto anteriormente, na América Latina, a CEPAL cumprira um importante papel como centro difusor de políticas e técnicas de planejamento. No caso brasileiro, Maricato (2009, p. 127) destaca a atuação de Celso Furtado ao colocar técnicas de planejamento com vistas ao desenvolvimento do Nordeste durante os governos de Juscelino, Jânio e Jango. Entretanto, foi durante os governos militares – com outra orientação política, por óbvio – o período de maior desenvolvimento do planejamento urbano no país. Com destaque para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, vinculada ao II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, estabelecido em 1973, durante o governo do General Ernesto Geisel. No mesmo ano, através da Lei Complementar Federal nº 14, foram instituídas as primeiras regiões metropolitanas do país: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Em 1º de julho de 1974, mediante a Lei Complementar Federal nº 20, foi instituída a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida como Grande Rio.

No bojo do PNDU, foram criados a Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios – SAREM, que controlava o Fundo de Participação dos Municípios; e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que controlava o Fundo de Financiamento ao Planejamento. Na sequência, foi criada a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas (CNPU), cujo objetivo era incorporar ao sistema de

planejamento urbano municipal as regiões metropolitanas instituídas pela Lei Complementar 14. A CNPU também controlava o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU) e o Fundo Nacional de Transporte Urbano (FNTU), esse último posteriormente confiado à Empresa Brasileira de Transporte Urbano (EBTU) (MARICATO, 2009, p. 138-9).

O Brasil tinha um sistema de diretrizes de planejamento que vigoraram até os anos 1980 [...] Uma quantidade inédita de Planos Diretores foi elaborada no período. Escritórios técnicos de consultoria e planejamento se multiplicaram. Alibi ou convicção positivista, o planejamento foi tomado como solução para o “caos urbano” e o “crescimento descontrolado”. Essas ideias dissimulavam os conflitos e os reais motores desses “caos”. A maior parte desses planos foi elaborada por especialistas pouco engajados na realidade sociocultural local. A população não foi ouvida e, frequentemente, nem mesmo os técnicos municipais (MARICATO, 2009, p. 139).

Não obstante a quantidade de planos urbanos elaborados, bem como o desenvolvimento de uma produção acadêmica local acerca da temática, o crescimento das cidades brasileiras durante esse período foi marcadamente desordenado, conformando imensas periferias compostas geralmente por moradias irregulares e com precário acesso aos serviços. Porções urbanas convenientemente esquecidas pelo poder público, podendo ser classificadas como “*não cidades*”, como destaca a autora: “Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga [...] outra, de moradores de favelas, em seu interior” (MARICATO, 2009, p. 140).

Em agosto de 1964, pouco após a instauração do governo militar e buscando responder à acelerada urbanização do país, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH). A política habitacional introduzida pelo regime militar era executada através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), vinculado ao BNH e estruturado com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e também do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SPBE). No âmbito local, a política era tocada através de construtoras e/ou cooperativas, as COHABs, que recebiam o financiamento e os subsídios para providenciarem a construção de habitações (SANFELICI, 2015, p. 131).

O FGTS, criado em 1966 pela Lei nº 5.107/66 do então presidente Marechal Castelo Branco, foi uma “compensação” dada pelos militares após extinguirem a

obrigatoriedade das empresas privadas em conceder “estabilidade funcional” aos empregados que cumprissem dez anos de trabalho na mesma instituição, o que lhes garantia uma justa indenização caso fossem demitidos. Desse modo, o FGTS passou a cumprir tal papel, com os próprios trabalhadores depositando mensalmente nesse fundo, que fica sob responsabilidade do governo, para casos em que sejam demitidos em condições específicas, ou para outros fins, como a moradia (RIBEIRO, 2007, p. 36).

A produção imobiliária estimulada pelo BNH era notoriamente conduzida por uma concepção segregadora e autoritária, pois enquanto servia às classes médias mais abastadas com financiamentos de imóveis bem localizados, as camadas mais baixas eram alocadas em conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades, gerando grandes “cidades-dormitório”. A política da casa própria firmada pelo regime autoritário servia também como instrumento de combate político e ideológico contra as ideias comunistas e progressistas no país, haja vista a polarização vigente em razão da “guerra fria”. A primeira presidenta do BNH, Sandra Cavalcanti, chegou a proferir que a casa própria faria de um simples trabalhador um conservador, defensor do direito à propriedade. (BONDUKI, 2009, p, 97).

O BNH foi extinto no mesmo período da “transição negociada” que marcou a reabertura democrática no país. Entre 1964 e 1986, o BNH financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, sendo que 2,4 milhões destinadas para o setor popular com recursos do FGTS. O SFH também investiu no Plano Nacional de Saneamento (Planasa), ação pública determinante para o Brasil chegar ao século XXI com mais de 90% da população urbana abastecida de rede de água e esgotos.

Após a extinção do BNH, o SFH e outras atribuições do banco foram absorvidas pela Caixa Econômica Federal, que elevou o controle sobre o crédito dificultando a produção habitacional, que ficou praticamente paralisada durante longo período (BONDUKI, 2009, p. 102). Bonduki (2009, p. 98) comenta que apesar das críticas ao BNH, é indiscutível sua relevância para a habitação no país, sendo o único na América Latina a possuir, de fato, uma política nacional de habitação naquele momento (1964-1986).

5.3.1 Ditaduras, remoções e controle dos pobres

Estratégias de “limpeza urbana” foram levadas a cabo pelas ditaduras militares do Cone Sul, que declararam guerra às favelas e “*campamentos*”, pois além de figurarem como potenciais territórios de resistência, eles atrapalhavam projetos de aburguesamento urbano. No Brasil pós-1964, mediante uma suposta ameaça de “foco urbano de guerrilheiros marxistas”, o governo militar efetivou a remoção compulsória de quase 140 mil pobres de 80 favelas e morros no Rio de Janeiro. “Com o apoio financeiro da *United States Agency for International Development* (Usaid), outras favelas foram demolidas mais tarde para abrir espaço à expansão industrial ou para ‘embelezar’ as fronteiras das áreas de renda mais alta” (DAVIS, 2006, p. 114-5).

Na realidade, a política de remoções no Rio de Janeiro já vinha sendo conduzida desde 1962 pelo governador Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara. Essa política foi federalizada, de fato, pelo regime militar, posteriormente. O objetivo era valorizar ainda mais o metro quadrado da zona sul carioca, sobretudo nos bairros Leblon e Lagoa, em detrimento de um largo contingente populacional que ficara sem acesso a diversos serviços e postos de trabalho (GONÇALVES; AMOROSO, 2014, p. 209).

Na Argentina, durante o governo da Junta Militar (1967 a 1970), foi elaborado o *Plan de Erradicación de Villas de Emergencia*, que só pôde ser executado efetivamente com o retorno dos militares, em 1976, quando eliminou 94% dos assentamentos “ilegais” na Grande Buenos Aires, resultando em 270 mil pobres sem teto. O Chile, logo após a derrubada e assassinato do presidente socialista Salvador Allende, seguida da prisão e desaparecimento de inúmeras pessoas no país, o centro da capital Santiago foi “devolvido” às classes médias e ricas através do despejo forçado de 35 mil famílias “invasoras” das *poblaciones* e *callampas*, habitações populares toleradas durante o governo da Unidade Popular (DAVIS, 2006).

Na esteira das erradicações de “*campamentos*” no centro, também foram criadas grandes áreas “receptoras de pobres” na periferia da grande Santiago, pois além de afastá-los das regiões mais ricas, tornava-se mais fácil as políticas de controle social e territorial sobre essas populações. “*Esto es democracia como forma de vida, bajo el alero protector de un gobierno autoritario.*” (PINOCHET, 1981 apud BRAVO, 2009, p. 184).

Além das remoções, durante o governo ditatorial chileno, instaurado em 1973 sob o “teto protetor” do General Pinochet, o direito à moradia foi convertido em “*un bien que debe adquirirse con ahorro y esfuerzo y, eventualmente, con el apoyo del Estado*” (Objetivo Nacional, 1973 apud BRAVO, 2009, p. 184). Na década de 1980, foi estabelecido um programa de subsídios individuais para a habitação. De fato, o programa conseguiu reduzir o déficit habitacional acumulado, construindo residências num ritmo semelhante à reconstrução da Europa no pós-segunda guerra. Essa política perdurou mesmo após a dissolução do regime autoritário, construindo, até 2005, mais de meio milhão de “*viviendas sociales*” no país (RODRÍGUEZ; SUGRANYES, 2005, p. 77).

La política de vivienda característica de este periodo fue la erradicación de campamentos, estructurada a partir de la entrega de un subsidio individual y de la creación de comunas “receptoras de pobres”. El objetivo explícito de la autoridad fue creación de comunas homogéneas que permitieran el desarrollo de políticas sociales focalizadas en unidades de fácil operatividad. En este periodo se enfatizó por la función de regulación de las políticas públicas, como puede constatarse por sus contenidos, con el objetivo de desarticular comunidades conflictivas para el Estado. En el caso de las erradicaciones ellas se focalizaron en tomas de terreno y campamentos. La priorización por la regulación se orientó a limitar los conflictos a la escala local. (BRAVO, 2009, p. 184).

Em meio a profunda crise econômica dos anos oitenta, antevendo a distribuição de créditos habitacionais, muitos empresários compraram grandes glebas na então periferia de Santiago, logo agregada à cidade consolidada com os investimentos estatais. Em suma, a posse do solo deu às empresas construtoras o poder de definir a localização tanto dos seus investimentos quanto das *viviendas sociales* (RODRÍGUEZ; SUGRANYES, 2005, p. 79).

María Pérez Bravo (2009) analisa o caso da comuna de La Pintana, localidade estabelecida durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-70), da Democracia-cristã chilena. Em 1941, foi aprovada a *Ley de Huertos y Jardines Obreros* que regularizava territórios comunais. Essa política respondia às grandes ondas migratórias do campo e das áreas de mineração em direção a Santiago. A construção de hortas e jardins conferia uma mediação entre campo e cidade, além de permitir uma expansão ordenada da capital chilena. “*En su base, esta política buscaba redimir la pobreza fortaleciendo la posibilidad del trabajo doméstico con la creencia en las virtudes moralizadoras inherentes al arraigo del sujeto con la ‘madre’ tierra*” (BRAVO, 2009, p. 182).

O governo autoritário interrompeu esse tipo de desenvolvimento territorial com a lógica segregacionista das remoções habitacionais nos bairros do centro. Entre 1982 e 1992, a grande Santiago registrara um crescimento populacional de 15%, enquanto que a comuna de La Pintana teve no mesmo período um crescimento de 108% na sua população. Em dezembro de 1984, cerca de 53% da população de La Pintana estava vivendo provisoriamente em novos acampamentos de famílias atingidas pelas políticas erradicação dos *campamentos*. Nesse processo, foram conformadas comunidades absolutamente isoladas, sem oferta de infraestruturas e serviços. O deslocamento representou uma perda de dignidade por parte dos moradores, assimilando uma “cidadania de segunda classe” para essas pessoas, conforme relata um dos moradores atingidos pelos despejos forçados:

De repente te sacaron y te vinieron a dejar a un lugar donde no tenia nada, igual te sentía como desamparado. O sea desamparado de las autoridades, desamparado de todo el mundo (...) Nos sentíamos como que éramos seres, personas que era como indigno de que el campamento estuviera casi cerca del centro de Santiago. Entonces eras como algo no deseado que te habían venido a botar (apud BRAVO, 2009, p. 186).

Esse processo significou uma ruptura na vida cotidiana da comuna de La Pintana, a reorganização do bairro se deu sob o signo do medo e da estigmatização da nova vizinhança, associada a roubos e delinquência:

“El vecino, ahora un desconocido, se transformó en un peligro y la llegada de cada nueva población siempre fue vivida como una amenaza. El último en llegar cargaba con el estigma del delincuente, la basura de la ciudad que contaminaba a los ya instalados” (BRAVO, 2009, p. 186).

Pérez Bravo (2009) ressalta que as políticas habitacionais aplicadas no Chile demonstraram o papel do Estado como principal agente da segregação residencial em grande escala. Ademais, a autora assinala a distinção entre os sistemas de desigualdade ligados a função de integração, e os sistemas de exclusão, vinculados a função de regulação das políticas públicas. No caso analisado, Bravo (2009) aponta uma estratégia de “integração subordinada” dessas populações alijadas do direito à moradia e à cidade.

Ambos sistemas se estructuran a partir de una pertenencia jerarquizada, sin embargo en el sistema de desigualdad la inclusión pasa por la integración

subordinada. Así, en el contexto de una sociedad estructurada en posiciones de desigualdad todos los individuos, en sus diferentes posiciones, son indispensables para su funcionamiento. Distinto es en el sistema de exclusión, donde “se pertenece por la forma como se es excluido” (de Sousa Santos, B. 2005. p.195) y el Estado para cumplir sus funciones desarrolla mecanismos de exclusión, donde prima la función de regulación de las políticas públicas. En este sistema, la exclusión como amenaza reemplaza a la integración como promesa y el temor de convertirse en un “outsider” es el elemento clave en la búsqueda de integración, debilitando la cohesión social. Esto gatilla la búsqueda de diferenciación en los grupos sociales, siendo el interés de todos por condenar y aislar a los excluidos el sustento de esta dinámica. Este tránsito implica el paso de una lógica social que acepta la desigualdad a una sociedad intolerante con la diferencia y absolutamente tolerante con la inequidad, donde la exclusión se instala como una estrategia utilizada también por los excluidos y la condena a la pobreza es transversal en la sociedad. (BRAVO, 2009, p. 188).

Os governos da *Concertación*, que transitaram o restabelecimento democrático, mantiveram o padrão estabelecido no período Pinochet, no que pese a melhora no acesso a serviços públicos e maior integração social daquelas “*comunas receptoras de pobres*”, novas periferias foram expandidas, criando mais precariedade habitacional para amplas parcelas de famílias de baixa renda. Registrou-se também a edificação de uma “periferia exclusiva” na grande Santiago, bairros privados e fechados para as camadas mais ricas, um isolamento voluntário e seletivo, sinônimo de êxito e status social. “*En esta ciudad conviven en el mismo territorio los ‘integrados’ y los ‘excluidos’, con una oferta de servicios diversificados o dualizados, donde el mejor ejemplo es el sistema de transporte*” (POLESE, 2000. p. 316 apud BRAVO, 2009, p. 190). Alguns desses bairros privados são contíguos a áreas mais pobres, gerando uma série de conflitos, como a construção de um muro a pedido dos moradores de um condomínio de luxo em La Granja, sob a justificativa de “se protegerem” dos habitantes das *viviendas sociales* na comuna vizinha, Santo Tomás. O muro construído no limite entre os bairros aumentou a sensação de precariedade dos moradores da área mais pobre, com a elevação de casos de violência, inclusive estupros, em razão da falta de iluminação nos arredores do paredão erguido (BRAVO, 2009, p. 191).

Concebido durante os governos da *Concertación*, o *sector* Santo Tomás seguiu os preceitos segregacionistas que vigoravam no regime ditatorial, que havia construído anteriormente o *sector* El Castillo, ambos constituem atualmente sinônimos de pobreza e delinquência, territórios controlados pelo tráfico de drogas que emprega crianças armadas como soldados, os “*niños pistola*”. (BRAVO, 2009, p. 191).

Rodríguez e Sugranyes (2005, p. 90) destacam que, em números, a política de financiamento habitacional chilena foi exitosa, mas que a quantidade de *viviendas sociales* construídas, por si só, não basta, “*porque los efectos urbanos – segregación, fragmentación – y los efectos sobre las familias o las personas – inseguridad, difícil convivencia, hacinamiento – crean nuevos. caros y serios problemas a la gente, a la sociedad y al estado.*”

5.3.2 Redemocratização e “confluência perversa”

Ao processo de reabertura democrática no Brasil, seguiu-se o avanço de forças políticas comprometidas com a transformação do Estado e da sociedade. Tais articulações coletivas que vinham do enfrentamento ao regime autoritário, obtiveram uma série de conquistas no processo de nova constituinte, findado em 1988. Emendas populares¹⁴⁹ registraram na Carta magna do país mudanças significativas na cultura política nacional, como a existência de mecanismos de participação da sociedade na gestão e no controle do poder público. Maricato (2009) destaca o papel do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), articulação criada por setores progressistas da Igreja Católica, lideranças de movimentos populares, técnicos e assessores de entidades não-governamentais na defesa de uma agenda de reforma urbana¹⁵⁰, com destaque para a figura jurídica do “solo criado”, proposta que tinha como objetivo captar os recursos da valorização imobiliária resultante de atividades especulativas para que o poder público democratizasse a urbanização para toda a população das cidades. Algumas propostas do FNRU referentes ao direito à cidade foram inseridas na Constituição de 1988, instrumentos que dotavam o poder público de maior capacidade de enfrentamento dos desequilíbrios urbanos existentes as cidades brasileiras (MARICATO, 2009, p. 143). Entretanto, somente treze anos após a promulgação da Constituição Cidadã, em 2001, tais instrumentos foram devidamente regulamentados através do Estatuto da Cidade.

¹⁴⁹ Projetos legislativos elaborados diretamente por setores da sociedade civil através do intermédio de associações civis e subscritas por, no mínimo, 30 mil assinaturas que atestassem o apoio popular à proposta.

¹⁵⁰ Na verdade, a proposta de “Reforma Urbana” fora lançada no país primeiramente pelo Congresso do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), realizado em Petrópolis, em 1963 (MARICATO, 2009, p. 144).

De fato, esse grande ciclo democratizador inscreveu mudanças profundas na formação social brasileira. Entretanto, a agregação das demandas populares ocorria em setores nevrálgicos da estrutura social. A década de 80 registrou enorme queda do poder aquisitivo dos trabalhadores em geral, justamente com a extinção ou esvaziamento de políticas sociais, como a de habitação. A perda de impulso do modelo de crescimento concentrador e voltado ao mercado externo – que norteou as políticas da década anterior – traduziu-se em recessão econômica, desemprego, inflação e sucção das reservas nacionais para o pagamento da dívida externa. A crise do petróleo na década de 1970, e a crise da dívida reforçaram a posição periférica dos países da América Latina na economia internacional.

No aspecto político, esse período significou grandes avanços, como a dissolução de alguns mitos que sustentavam o modelo vigente, a exemplo da ideia do “progresso num país de potencialidades ilimitadas”, a debilitação do nacionalismo ufanista que baseava a ideologia de segurança nacional e a descrença na “conciliação” como fórmula ideal de se fazer política (GOHN, 1991, p. 10). Ficava cada vez mais evidente a ineficácia da estratégia de modernização autoritária para reduzir as desigualdades sociais promovendo o desenvolvimento social conjugado com a integração das classes populares.

Vale salientar que as elites eram incapazes de reordenar o cenário nacional e não saíram ilesas do processo de transição conservadora¹⁵¹. A queda do consumo industrial somada à inflação crescente, desembocando numa alteração significativa nos padrões de investimento, acarretou um maior conflito de interesses entre setores internacionais, aqueles ligados ao capitalismo dito nacional e às empresas estatais (MACHADO, 1995).

Tal década [1980], denominada por alguns economistas de “perdida”, nem foi de crescimento econômico nem de aumento de postos de trabalho. E pior: perde-se de vez quase que totalmente a capacidade de fazer políticas públicas para dentro (e) face o centro do capitalismo mundial. Os organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, passam a ser presença constante na vida nacional e, claro, as suas “recomendações” (corte de gasto público, juros altos, arrocho salarial e previdenciário, superávit da balança comercial – dada a restrição ao aumento da renda nacional etc.) de políticas econômicas que, em vista das condições gerais estruturais da economia brasileira

¹⁵¹ A transição concretizou-se pela eleição, indireta através de um colégio eleitoral, de Tancredo Neves para presidir o primeiro governo civil pós-64. Com o falecimento de Tancredo antes de assumir o cargo, coube a José Sarney, indicado vice na chapa vitoriosa, liderar o governo da denominada “Nova República”.

daquele momento, acabaram por agravar a dinâmica de crescimento do país. (NATAL, 2011, p. 79).

Em contraste com a crise de alternativas na área econômica, os anos 1980 significaram a generalização da política para toda a sociedade. Das eleições diretas para governador em 1982, às eleições presidenciais de 1989 – passando pela Campanha por eleições diretas para presidente em 1984 e pela Constituinte de 1988 – o Brasil registrou intensas mobilizações. Para Domingues (2009, p. 36), tal processo resultaria de “giros modernizadores”, que desde a década de 1980 atravessaram o mundo como um todo, com destaque para a América Latina, com uma “onda democratizadora”, não deixando nenhum país do subcontinente intocado. Para o autor,

É importante sublinhar que a transição e consolidação dos regimes democráticos, desembocando no estabelecimento de direitos políticos completos, e inclusive de novas Constituições, baseou-se em uma combinação de fatores: a exaustão dos modelos econômicos (já na década de 1970 ou mais tardiamente [...]), um novo entendimento das principais coletividades políticas de que um novo acordo era necessário (mesmo no caso dos militares, que foram derrotados em todo o subcontinente e expulsos do poder de uma maneira ou de outra), a introdução de novas instituições e uma mudança da chamada “cultura política” (DOMINGUES, 2009, p. 36).

O caráter *instituinte* da cidadania relacionado aos giros modernizadores produzira “subjetividades coletivas” que concorriam para engendrar um impacto democratizador. Além disso, “[...] o aspecto *instituinte* da cidadania foi especialmente interessante nesse período de renovação democrática”, afirma o autor (DOMINGUES, 2009, p. 34), que complementa: “[...] o sistema democrático de direitos, o aspecto *instituído* da cidadania [...], não obstante suas limitações, estabeleceu-se em fins do século XX.” (DOMINGUES, 2009, p. 34). Uma das resultantes do processo é que grupos dominantes passaram a conviver com movimentos sociais e sujeitos mais livres, o que demandou adaptações aos tempos de mudança, como o desenvolvimento de uma concepção liberal democrática da política e na criação de algumas novas instituições.

No âmbito das cidades, iniciativas pioneiras no sentido de democratizar o controle urbano já haviam ocorrido em alguns municípios antes mesmo da Constituinte, como os Planos de Regularização das Zeis (Prezeis) em Recife (PE), e as Áreas de Especial Interesse Social em Santo André (SP), experiências que criaram legislações urbanísticas

específicas para assentamentos precários, dotando-os com programas de urbanização e regularização fundiária de favelas. Ferreira (2010) ressalta que a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 aparentava que, finalmente, a agenda da reforma urbana começaria a ser difundida pelo país, contudo, o modelo tradicional de urbanismo de grandes obras viárias e de retenção de terras para fins especulativos, manteve sua força e continuou a bloquear a efetivação dos novos instrumentos de política urbana. Ademais, “[...] a sociedade não estava aberta para romper a relação de forças por meio da qual as classes dominantes impuseram uma urbanização marcada pela drástica segregação socioespacial” (FERREIRA, 2010, p. 192).

Desse modo, as cidades brasileiras chegaram na transição ao século XXI vivendo um contraditório movimento: “de um lado, dispunham de um novo instrumental legal que lhes permitia implementar uma reforma urbana democrática; de outro, sofriam pressão econômica para adotar novos modelos liberais de planejamento” (FERREIRA, 2010, p. 193). Ferreira (2010) assevera que esses instrumentos foram pensados para a lógica do “Estado-providência”, muito distinto do Estado “patrimonialista” e da urbanização subdesenvolvida que marcara o país.

De acordo com Domingues (2009, p. 42), entre as questões inscritas no que ele denomina de “terceira fase da modernidade” na América Latina, um aspecto negativo deve ser enfatizado: o impacto do neoliberalismo sobre a concepção de liberdade, principalmente com relação a seus laços com a igualdade e a cidadania. As reformas aplicadas na economia são acompanhadas da tentativa de limitar o espaço político, enredando tanto num empobrecimento material da população, como no esvaziamento da política.

A ênfase que o neoliberalismo pôs na liberdade individual no mercado como a liberdade a ser cultivada (contra a igualdade) não levou à expansão dos direitos: muito pelo contrário, tem significado uma batalha para reduzir os direitos ou sua eficácia, política e socialmente, para a maioria dos cidadãos da América Latina, substituindo-os por políticas compensatórias que visam os “perdedores” criados exatamente por aquelas reformas [...]. (DOMINGUES, 2009, p.42)

A inserção do projeto neoliberal nos países periféricos lançou mão de uma “ofensiva semântica” dos poderes dominantes sobre as disputas de sentido de termos como “cidadania”, “democracia” e “participação” (DAGNINO, 2004). As profundas

consequências da implantação desse projeto sobre as sociedades latino-americanas são amplamente constatadas no que tange à reestruturação do Estado e da economia. Contudo, “[...] os impactos desse processo sobre a cultura política de nossos países são menos reconhecidos e menos ainda em suas especificidades nacionais” (DAGNINO, 2004, p. 95). O confronto que marcara profundamente a relação da sociedade civil e o Estado nas décadas anteriores cedeu lugar, nos anos 1990, a uma aposta na possibilidade de ação conjunta entre esses atores. Dagnino (2004, p. 97) destaca que “[...] o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade”.

Entre os espaços de participação implementados nesse período, a autora enfatiza os Conselhos Gestores de Políticas Públicas e os Orçamentos Participativos – com destaque para a experiência pioneira de Porto Alegre, que os propagou para cerca de cem cidades brasileiras ao longo da década de 1990, a maioria governada por partidos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT) (DAGNINO, 2004, p. 97). Em oposição a esse processo, a eleição de Fernando Collor (PRN), em 1989, demarca um passo definidor para a aplicação dos ajustes neoliberais. Assim, emerge um projeto de “Estado mínimo” que se isenta gradativamente de seu papel de provedor de direitos, mediante o encolhimento das responsabilidades sociais, ou mesmo transferência de tais para a sociedade civil.

De acordo com o argumento expresso pela autora – o da confluência entre esses dois projetos antagônicos –, mesmo que apontem para direções opostas, ambas as posições requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. Estaria, então, colocada uma mordaz disputa de significados para alguns conceitos fundamentais da transição democrática brasileira, como *participação* e *cidadania*: “Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário” (DAGNINO, 2004, p. 97).

O dilema apontado instaurara uma tensão que caracteriza o avanço democrático no Brasil. Por um lado, a constituição de espaços de participação da sociedade civil na gestão do Estado representa o saldo positivo da luta pela democratização, expresso especialmente na Constituição de 1988. Por outro lado, a ofensiva objetivando o encolhimento do Estado

e da gradativa transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil, conferiria uma contradição a essas jovens experiências de gestão participativa. A interlocução entre o projeto neoliberal, que ocupava majoritariamente o aparato do Estado, com o projeto participativo, se deu, em grande medida, mediante aqueles setores da sociedade civil que passaram a atuar nas novas instâncias de participação junto ao Estado. Diante dessa “interlocução”, ocorre uma tentativa – em parte, exitosa – de “re-significar” algumas noções que constituíam o núcleo central do projeto participativo: “O princípio básico aqui parece ser a adoção de uma perspectiva privatista e individualista, capaz de substituir e redefinir o significado coletivo da participação social” (DAGNINO, 2004, p. 102).

Seguindo a “despolitização da participação”, o conceito de sociedade civil passa a ser cada vez mais confundido com *mercado*. Daí, explica-se porque tratar questões tais como desigualdade social e pobreza através de soluções estritamente individualizadas, como a ênfase no trabalho voluntário mediante a denominada “participação solidária” e a “responsabilidade social” – tanto de indivíduos como de empresas.

Ademais, uma ênfase “gerencialista” transita da administração empresarial privada para a esfera estatal, com várias implicações *despolitizadoras* decorrentes. Em grande parcela dos espaços abertos à participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, ocorre, de fato, a substituição do Estado por esses segmentos na implementação de serviços – responsabilidades antes exclusivas ao Estado. O tal compartilhamento do poder de decisão na formulação dessas políticas públicas fica reservado ao “núcleo estratégico” dos governos. Nisto consiste o caráter das denominadas “organizações sociais” designadas pela Reforma Administrativa do Estado – conduzida pelo então ministro Bresser Pereira, em 1995, durante o primeiro governo de FHC – como forma de participação da sociedade civil nas políticas públicas (DAGNINO, 2004, p. 103).

De acordo com Domingues (2009, p. 59), a transição para a democracia na América Latina ofereceu uma oportunidade para a proliferação de expressivos movimentos sociais e também para o surgimento massivo de organizações não-governamentais, o chamado “terceiro setor”, trata-se de “[...] uma noção ainda mais frouxa e geralmente carregada ideologicamente que a de sociedade civil, ou estando claramente ligada a uma versão neoliberal e despolitizada (e anti-conflito) de tal conceito”. Domingues (2009) acrescenta que a proliferação de associações realmente representativas de demandas populares, que

criavam uma camada minimamente institucionalizada localizada entre o estado e a sociedade geral fortalecia a cidadania. Não sendo isso tão claro em relação às ONGs, dada a variedade de entidades e temas cobertos, refletindo assim a confusão conceitual com a ideia de “sociedade civil”, além dos riscos que elas correm de gerar uma nova burocracia.

De fato, os movimentos e associações organizadas foram deixando de lado seu caráter contestador e alternativo, assumindo um caráter institucionalizado, pautando-se pelas regras estabelecidas para uma “nova forma de fazer política”. Cumpre enfatizar que as instituições também assumiam novos contornos nesse período, o Poder Legislativo se reafirmaria na edificação dos novos direitos; e parte do Judiciário atuaria na regulação das relações sociais, parte fundamental da luta pela diminuição das desigualdades e injustiças sociais (DOMINGUES, 2009). Por outro lado, ocorre um movimento de também segmentos da chamada “sociedade civil” – empresários e políticos do *establishment* – que ansiavam restringir a atuação do Estado. Diante da crise fiscal e do agravamento da pressão por demandas populares, o Estado brasileiro, em vez de redirecionar seu modelo de desenvolvimento socioeconômico para alçar uma política mínima de bem-estar social, apresentou como solução um conjunto de políticas privatizantes e o desmonte da ação do Estado na saúde, educação, habitação e outras áreas sociais prioritárias (GOHN, 1991). Desse modo, dava-se início à articulação de um grande movimento nacional de caráter neoliberal.

A ascensão de governos de esquerda no âmbito local, desde fins da década de 1980, alimentava a crença de que a função reguladora dos instrumentos urbanísticos pudesse contribuir para transformação do Estado num ente promotor da distribuição de riquezas e da justiça social. Entretanto, a própria demora na aprovação do Estatuto das Cidades já demonstrara inequivocamente que essas mudanças não ocorreriam de forma tão fácil; além do que, “a verdade escondida era a de que dificilmente poderiam, por si só, alterar o equilíbrio de forças e alavancar a reforma urbana e a redemocratização do acesso à terra” (FERREIRA, 2010, p. 195).

Após a aprovação do Estatuto das Cidades, em 2001, muitos municípios do país passaram a se readequar às normas do Estatuto com a elaboração de novos planos diretores. Um estudo realizado pelo Ministério das Cidades em parceria com a Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação de Planos Diretores

Participativos analisou relatórios, produzidos até 2010, sobre os planos de 526 municípios de todos os estados da federação (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011). Cumpre ressaltar que a maioria dos planos diretores já haviam sido elaborados ou estavam em andamento quando foram criados o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2007 e 2009, respectivamente. Desse modo, o impacto dessas ações não estivera sob exame do estudo citado.

Reunindo artigos e tabelas de diferentes pesquisadores, o estudo revelou que a grande maioria dos planos diretores incorporaram instrumentos do Estatuto das Cidades, sobretudo aqueles relacionados à questão habitacional. As políticas de zoneamento e macrozoneamento territorial estavam presentes em 91% dos planos. As Zonas Especiais de Interesse Social em 81%. O conjunto de instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação estavam em 87% dos municípios analisados. A Outorga Onerosa do Direito de Construir em 71% e as Operações Urbanas Consorciadas em 71%. O estudo salienta que, de modo geral, “[...] os Planos Diretores estabelecem definições, diretrizes e objetivos relacionados à política de habitação, porém sem incorporar os elementos necessários à efetividade dos instrumentos adotados.” (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p. 37). Ademais,

A segregação socioespacial é a marca comum às cidades brasileiras, cujo modelo de expansão destina as periferias distantes e carentes ou as favelas à população de baixa renda. Assim, a tendência geral é de insuficiência no acesso à moradia digna, nomeadamente para os estratos mais pobres, o que, em geral, não se converte em ações concretas para o enfrentamento dessas situações, como se verificará na análise das práticas e políticas de habitação contidas nos Planos Diretores pesquisados. A relação entre renda, déficit habitacional e inadequação por adensamento/infraestrutura se reproduz nos estados, onde os mais pobres respondem normalmente pelos piores desempenhos (CARDOSO; SILVEIRA, 2011, p. 106).

Existe também uma contradição presente nos planos no que toca a abordagem ambiental perante a abordagem urbana, sobretudo conflitos que envolvem a regularização de assentos informais em áreas de preservação, nem sempre está previsto o direito à moradia e a garantia de reassentamento, “abrindo a possibilidade de o discurso ambiental ser utilizado para justificar processos de remoção e reprodução de mecanismos de exclusão socioespacial e segregação urbana” (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p. 43). O

Estudo de Impacto na Vizinhança (EIV), indicado pelo Estatuto da Cidade, é o instrumento de política de meio ambiente mais constante nos planos diretores analisados no estudo, todavia, sem qualquer detalhamento da execução dessa política em caso de intervenções urbanas que abalem zonas residenciais. Os mecanismos de gestão democrática das cidades, como os inúmeros conselhos de participação popular criados pelos novos planos diretores, são em grande maioria apenas consultivos, além de extremamente fragmentados (SANTOS JUNIOR; MONTANDON, 2011, p. 46).

O mesmo ocorre com as políticas de mobilidade urbana, que, embora sejam incorporadas aos planos diretores, no geral são meramente citadas, sem muito detalhamento. Algo preocupante num país no qual 55 milhões de pessoas não têm acesso a transporte público, e são realizados a pé cerca de 60% dos deslocamentos de pessoas cuja renda não ultrapassa dois salários. O modelo rodoviarista que acompanhou o crescimento da indústria automobilística no Brasil sufoca outras alternativas de mobilidade, além de ter um grave custo socioambiental. Os automóveis particulares ocupam 90% do espaço viário transportando apenas 20% dos passageiros. Apenas no Rio de Janeiro e São Paulo, por ano, 506 milhões de horas são desperdiçadas em congestionamentos pelos usuários de transporte coletivo; 258 mil litros de combustíveis são consumidos; 123 mil toneladas de monóxido de carbono e 11 mil toneladas de hidrocarbonetos são despejadas na camada atmosférica dessas cidades. Os acidentes de trânsito no Brasil geram a cada ano 30 mil mortes, 350 mil feridos e 120 mil pessoas com deficiência. Cerca de 52% dos leitos hospitalares são ocupados por vítimas do trânsito, comprometendo 30% dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), um custo anual de 5,3 bilhões de reais (BORN, 2011, p. 157).

Em linhas gerais, o estudo assinala que na maioria dos planos inexistem estratégias socioterritoriais para o enfrentamento da questão habitacional, sendo muito frágeis as diretrizes estabelecidas diante das desigualdades que marcam as cidades do país; “os novos planos diretores, de maneira geral, são pouco objetivos e não favorecem mudanças nas formas de apropriação social da cidade, nem, ao menos, enfatizam a promoção do acesso à moradia.” (OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 59). O relatório do Plano Diretor do Rio de Janeiro aponta a fluidez no entendimento acerca da função social da propriedade:

[...] não é raro que praticamente qualquer uso ou forma de apropriação do espaço urbano seja definido como coerente com o cumprimento da função social da propriedade, desde que atenda ao ordenamento territorial definido no Plano, revelando, com frequência, um esvaziamento ou banalização do conceito (apud OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 60).

O acesso à terra urbanizada pouco avançou com os planos diretores pós-Estatuto das Cidades. Os instrumentos de política fundiária, a exemplo do IPTU progressivo, não são plenamente regulamentados nos planos diretores, ficam, via de regra, relegados a leis específicas a serem elaboradas: “Como se vê, a ‘autoaplicabilidade’ das leis é uma construção social que não é resolvida no meio jurídico, mas na política” (OLIVEIRA; BIASOTTO, 2011, p. 95).

Maricato (2009) assinala que: “Nunca é demais repetir que não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório.” (2009 [2000], p. 147). Existe uma abundância de aparatos regulatórios da produção do espaço urbano no país, mas as leis de zoneamento e parcelamento do solo e os códigos de edificações desconsideram a ilegalidade de grande parte da ocupação da terra urbana, habitadas por populações de baixa renda e sem condições à moradia formal, além do que, a “exclusão social” passa também pela “lógica da aplicação discriminatória da lei”, que promove o exercício arbitrário do poder e favorece interesses corporativos. Assim, a ocupação ilegal do solo urbano não seria apenas “permitida”, mas parte constituinte do modelo de desenvolvimento urbano do país. (MARICATO, 2009, p. 147).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente, a efetivação de uma série de mutações que (re)configuram o “sistema-mundo” tem no discurso da globalização um sustentáculo ideológico para a extrema liberalização econômica e na profunda mercantilização de todos aspectos da vida social. As transformações que sucedem no ambiente urbano não estariam separadas desse grande movimento *global*. Considerando isto, os megaeventos e todo o aparato vinculado a um “urbanismo de espetáculo” atualizam mecanismos de espoliação de bens públicos e produzem novas formas de segregação. No caso do Brasil e dos países latino-americanos em geral, uma questão que perpassa essas sociedades é a existência de um *padrão* de dominação que se renova desde a conformação colonial do mundo.

O processo de remoções são marcados pelo signo da “colonialidade do poder”, sobretudo no caso de sociedades periféricas, como o Brasil. Todo esse processo foi observado através de categorias como “produção do espaço”, “segregação”, “expropriação”, entre outras. No caso da dinâmica específica de Fortaleza, foi traçado um histórico da constituição dessa capital nordestina, com destaque aos conflitos territoriais, até a edificação de uma metrópole periférica, turística e segregada, receptora de capitais e de megaeventos, como foi o caso da Copa do Mundo de 2014.

Observando o processo ocorrido com as “comunidades do trilho”, e tendo em vista outras obras em Fortaleza e nas demais cidades-sede, amplamente documentada a partir de iniciativas independentes da “sociedade civil” – com todas as contradições que essa noção adquirira (DAGNINO, 2004) –, é possível assinalar que a Copa tornou ainda mais vulnerável a vida de segmentos historicamente relegados nos ciclos de crescimento econômico do país. Conforme anunciado, não foi objetivo desta tese reunir elementos suficientes para estabelecer qualquer assertiva precisa acerca dos efeitos a médio e longo prazo da realização da Copa e de outros megaeventos, no país ou apenas em Fortaleza. Entretanto, é possível afirmar que os megaeventos sintetizam com muita intensidade a flexibilização de direitos em favor de interesses privados, algo bastante corrente nas cidades brasileiras muito antes da Copa de 2014. E, no caso de Fortaleza, a efetividade da legislação urbanística tem sido constantemente seletiva, tornando praticamente impossível

a permanência da população de baixa renda em áreas bem localizadas, haja vista a não aplicação dos instrumentos da regularização fundiária de interesse social. A própria omissão do poder público na implantação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ilustraria tal aspecto. As propostas do Estado para as famílias atingidas geraram um quadro de “segregação involuntária”, seja através do reassentamento em conjuntos habitacionais em localidades distantes, ou nas indenizações de baixíssimos valores, que deixam para as famílias a opção de moradia também em localidades distantes. A viabilização das intervenções urbanísticas relacionadas à Copa também suprimiu os mecanismos de participação da sociedade nos processos de planejamento urbano, deixando a cidade funcionar em razão da maior rentabilidade dos investimentos e da valorização imobiliária (FROTA, 2015; PEQUENO, 2015; FREITAS, 2015).

A escolha de Fortaleza para sediar jogos da Copa de 2014 evidenciou uma cidade sem planejamento e sem controle urbano. Ademais, os projetos propostos eram “[...] desconectados uns dos outros, revelando que se tratava de um conjunto de ações pontuais que privilegiavam determinados setores da cidade, de modo a favorecer a valorização de vazios e a especulação imobiliária” (PEQUENO, 2015, p. 33). Muitas questões de ordenamento territorial e de mobilidade urbana não foram priorizadas na última revisão do Plano Diretor da cidade. Tais pontos foram protelados para planos setoriais complementares, e, diante da inexistência de um consistente planejamento de mobilidade urbana, persistiram os projetos idealizados anteriormente e sendo executados de maneira fragmentada. Tal processo corresponderia ao “[...] nefasto círculo vicioso dos planos geradores de planos e projetos [...], servem para abrir portas para novas consultorias ou para adiar a busca por soluções em função da incapacidade técnica dos responsáveis” (PEQUENO, 2015, p. 42).

A redução do número de imóveis removidos foi uma vitória significativa das comunidades e dos movimentos de luta por moradia. Contudo, “[...] é preciso superar uma visão bastante presente na sociedade civil de que a questão do impacto social dos empreendimentos se encerra na permanência da população em seu local de origem” (FREITAS, 2015, p. 205). De fato, os avanços da Política Urbana Nacional, e em especial da Política de Regularização Fundiária, foram desconsiderados pelas intervenções da Copa de 2014, pois o direito à moradia não se limita aos moradores permanecerem no local.

Além da urbanização do assentamento precário, é necessário integrá-lo à cidade formal, eliminando a precariedade habitacional e a insegurança de posse. No caso de Fortaleza, o megaevento teria exacerbado o “padrão preexistente de exclusão socioespacial”, através do movimento de periferização de moradores de baixa renda ou da remoção de suas moradias de regiões dotadas de bom acesso à infraestrutura e serviços urbanos; e, também, pela concentração dos investimentos em equipamentos urbanos localizados em áreas historicamente privilegiadas da cidade (FREITAS, 2015).

As condições de moradia e o acesso à urbanização demonstram a ineficácia das políticas de desenvolvimento aplicadas no Ceará, haja vista o contínuo esvaziamento da zona rural para regiões com mais postos de trabalho. Desse modo, emerge uma metrópole desprovida de planejamento integrado do seu território, com uma dinâmica crescente de espraiamento de sua mancha urbana, sem necessariamente obedecer os mecanismos de ordenamento urbanístico, adensando regiões sem dotá-las de infraestrutura adequada (BERNAL, 2006; GONDIM, 2007; PEQUENO, 2015).

As obras de mobilidade urbana promoveram uma reestruturação na cidade, beneficiando os “espaços globalizados” e uma parcela privilegiada da população que habita nesses locais, promovendo uma valorização diferenciada entre as áreas da capital cearense, dando início a um novo ordenamento urbano a partir das exigências do turismo e do mercado global, “agravando a segregação e as diferenças sociais existentes” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 78). Em relação ao VLT, não há dúvidas da necessidade de se estabelecer outros paradigmas de mobilidade e transportes”, priorizando transportes públicos e diferentes modais, o que contribuiria para uma política urbana mais sustentável e justa. Contudo, observa-se “[...] a manutenção de velhas práticas de intervenção e de projeto, que permitem a continuidade de um paradigma modernizador, excludente e segregacionista e a (re)produção das periferias distantes, precárias e vulneráveis.” (IACOVINI, 2015, p. 289).

O grande volume de recursos empregados e a série de violações cometidas em nome da celeridade das obras não foram suficientes para garantir o “legado” urbanístico da Copa do Mundo de 2014. Muitos projetos relacionados ao megaevento não foram concluídos no prazo previsto ou foram suspensos. Em Fortaleza, a ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, por exemplo, obra fundamental da Matriz de Responsabilidade da Copa,

tinha somente 16% das obras concluídas quando o evento começou. Foi necessária a construção de um “puxadinho”, como ficou popularmente conhecido o prédio anexo erguido de forma improvisada para receber os turistas durante os jogos (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA; 2015). As alterações na Matriz de Responsabilidades e a redução das intervenções ocorreram, via de regra, em razão de problemas nos projetos e na gestão das obras, sobretudo por desconsiderarem os impactos socioambientais (PEQUENO, 2015).

Entre as intervenções de mobilidade urbana, apenas as obras viárias do entorno da Arena Castelão e o corredor exclusivo de ônibus (BRT) da Avenida Alberto Craveiro foram concluídos a tempo dos jogos. Até a conclusão da pesquisa e da redação final desta tese, o VLT Ramal Parangaba – Mucuripe ainda não havia iniciado suas operações, apenas alguns testes em determinados trechos. E, conforme mencionado pelos entrevistados, a construção das unidades residenciais nos terrenos desapropriados pelo governo estadual na vizinhança das comunidades atingidas, sequer havia começado.

As obras da Copa complementaram e legitimaram a dinâmica de periferização e metropolização das grandes cidades, sem dispensar o uso de estratégias, como a disseminação de mentiras e desinformação, quando não, a violência em sua forma bruta contra populações vulneráveis, tornando evidente que a apropriação da cidade por alguns *donos*. Sob a justificativa da celeridade necessária na execução das obras para a preparação das cidades, fora implantado uma espécie de “estado de exceção”, passando por cima de legislações e de políticas públicas, sob anuência dos dirigentes locais e governada por uma ordem externa global, “[...] negando as especificidades e realidades locais em favor de um padrão único, respeitando as diretrizes das grandes corporações, implantando ilhas de modernidade, na produção de um espaço fragmentado, vigiado e excludente.” (COSTA; ACCIOLY; NOGUEIRA, 2015, p. 79).

No geral, a conjuntura econômica recente promoveu certa incongruência que estimulou as dinâmicas de segregação, forçada e/ou *induzida*. Observa-se o aprofundamento de uma tendência ao aumento e dispersão do ambiente urbano agravando desigualdades socioespaciais; seja pela distribuição assimétrica dos equipamentos de consumo coletivo ou pela deficiente mobilidade urbana. Devido aos vultosos investimentos públicos em intervenções urbanas, a maioria das cidades brasileiras está enfrentando fortes movimentos

especulativos resultando numa valorização acelerada do solo. O valor dos imóveis está se elevando enquanto a habitação popular é arremessada para áreas mais periféricas. Desse modo, o saldo posterior aos megaprojetos urbanos – relacionados ou não aos megaeventos esportivos recentes – será a maior dependência das cidades brasileiras dos capitais internacionais, além de “feudalizadas” pelas grandes empreiteiras nacionais. No bojo desse movimento, milhares de pessoas são expulsas de suas moradias e reassentadas em regiões mais precárias, carentes de infraestrutura e comumente distantes dos postos de trabalho (CORRÊA, 2013; SPOSITO, 2013; VAINER, 2014).

Conforme visto, por não constituir um elemento relevante no objeto em investigação, este trabalho apenas mencionou os eventos políticos recentes no país, como a grave crise política gerada por escândalos de corrupção que desembocou no impeachment de Dilma Rousseff (PT) e na posse do vice-presidente, Michel Temer (PMDB), em 2016. Contudo, é inegável que os megaprojetos, tocados em grande parte por empresas envolvidas nos escândalos que tomaram conta do noticiário, são parte considerável do pano de fundo que fez romper esse novo cenário político no Brasil. Com efeito, os megaeventos (Copa 2014 e Olimpíadas 2016) retratam o escoamento de fartos recursos públicos para a iniciativa privada. No auge das ilusões com a “burguesia nacional”, Lula chegou a afirmar que foi preciso um metalúrgico assumir o poder para transformar o Brasil em país capitalista. Mas a própria história tratou de lembrá-lo que por trás da face moderna desse empresariado reside a velha elite senhorial, enriquecida através do Estado e subordinada a interesses externos, marcada pela mais viva cordialidade com seus pares e pelo mais profundo desprezo com os que lhe são socialmente inferiores (RIBEIRO, 1995).

O avanço de um certo conservadorismo se deu não apenas no meio institucional, mas em várias esferas sociais, tanto nas camadas médias como nas mais pauperizadas – conforme ressaltaram alguns entrevistados. A narrativa midiática acerca da corrupção na Petrobrás e em outras empresas públicas convenceu amplos setores da sociedade a extravasar uma indignação seletiva, apenas contra Dilma e o PT, abrindo caminho para a quebra de acordos que alicerçavam a chamada Nova República. O “antipetismo” cimentou um bloco liderado pela direita para atacar não apenas o PT, mas o conjunto de direitos sociais.

Assim, o ciclo de “consenso nacional” liderado por Lula, aparentemente chegara ao seu término¹⁵².

A nova coalizão que usurpou o poder federal mediante um *golpe* jurídico e parlamentar deixou evidente seu objetivo de efetivar uma espécie de “programa máximo regressivo”: PECs e medidas provisórias que retiram direitos; reformas que liquidam a seguridade trabalhista e social; recrudescimento do aparato repressivo; aprofundamento da liberalização da economia; desmonte do que havia restado de um “Estado desenvolvimentista” por meio de uma nova rodada de privatizações. As velhas oligarquias financeirizadas reassumiram o pleno comando de *seu* Estado, e demonstram que não aceitam mais qualquer tipo de concessão às classes subalternas, nem mesmo um partido tão “domesticado” como se transformara o PT é tolerado no papel de gerente da ordem política e social. A lógica que sustentou os governo de Lula e Dilma de “dar algo aos de baixo, sem tirar nada dos de cima” atingiu seu mais tenso limite, pois os *de cima* jamais aceitarão perder.

O outrora aclamado “modo petista de governar” assimilou vários elementos antes repudiados da política tradicional, se confundindo cada vez mais com os demais partidos. Constituíram uma ampla aliança com setores reconhecidamente fisiológicos em torno de um modelo *neodesenvolvimentista* bastante controverso, que aprofundou a desindustrialização do país e irrigou ainda mais as grandes fortunas. Os custos das políticas sociais não passaram de uma pequena bagatela diante dos lucros dos bancos, do agronegócio e das empreiteiras, que retribuía patrocinando as milionárias campanhas eleitorais do PT e de outros partidos.

A atual crise política e econômica resvala diretamente na condução de inúmeros empreendimentos iniciados no governo petista. Conforme visto, a paralisação das obras do VLT Parangaba – Mucuripe, faltando um mês para a abertura da Copa, não cessou a agonia das famílias ameaçadas de remoção. A maioria dos trechos permaneceu inacabado e com amontoados de entulhos das casas demolidas, acumulando lixo e proliferando doenças, mesmo com a retomada das obras. O cenário nas comunidades atingidas é desolador,

¹⁵² Não entrando no mérito das projeções que apontam o ex-presidente na liderança para as próximas eleições presidenciais, ressalta-se aqui o cenário de fratura política presente na sociedade brasileira, não demonstrando que Lula consiga, de fato, liderar um novo “pacto nacional”, ainda que retome a presidência.

desfalecem ao longo dos trilhos como feridas abertas ao céu da Fortaleza “globalizada”, num percurso de sofrimento e espera.

Ademais, após o evento, observou-se uma alteração nas negociações para a desapropriação dos imóveis listados no projeto. Ao que parece, a suspensão da entrega do equipamento no prazo fixado minimizou a celeridade antes necessária às obras, além do encolhimento da visibilidade dos conflitos após findada a Copa. Esses fatores abriram caminho para novas formas de pressão e violações de direitos dos moradores. Nem mesmo as conquistas dos que resistiram à transferência para o Conjunto Cidade Jardim estão plenamente asseguradas, sobretudo em virtude da conjuntura econômica e política do país, com estados beirando a falência e sendo realizados inúmeros cortes em políticas sociais. Com efeito, é possível que a mudança para aquele conjunto, numa área distante e repleto de problemas, conforme descrito, torne-se um “fato consumado” aos moradores que ainda esperam continuar morando próximo às suas antigas casas.

Seria descabido sugerir uma assimilação entre os conjuntos habitacionais periféricos oferecidos como alternativa aos despejados pelas recentes obras, e os “campos de concentração” criados entre o final do século XIX e início do século XX para amontoar os flagelados da seca. O que se quer chamar atenção é para determinada lógica de procedimentos em tratar a “questão social” ao longo da história, sublinhando como fora atualizado certo *modus operandi* das camadas senhoriais perante o “outro”, enquanto um “corpo destituído de vontade, de subjetividade” (BERNARDINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016). Em ambos os casos, de forma direta ou indireta e em tempos históricos distintos, por óbvio, as “zonas de vulnerabilidade” ocupadas por essas populações *subalternas* foram originadas por ações do Estado, tanto no início quanto na “conclusão” das *expropriações*.

A capital cearense, como provavelmente as demais do país, incorporara padrões e movimentos estrangeiros, em diferentes momentos, na busca de sua “modernização” ou para simplesmente se adaptar aos novos ventos vindos do exterior. Uma cidade voltada ao mar como se estivesse permanentemente aguardando o futuro, que para as camadas dominantes locais, ao que parece, sempre virá *de fora*. Desde a onda de “afrancesamento” que preencheria a urbe de *boulevards* e estruturas metálicas no final do século XIX, até a edificação da capital do sol, ou “Miami do Nordeste”, no final do século passado, foram

adotadas diferentes e renovadas formas de controle social e disciplinarização dos espaços e dos corpos. Assim, a “cidade civilizada” atualiza as formas de repelir o *outro* indesejável. Conforme debatido, a Lei de Terras, de 1850, fizera com que a seca no semiárido se transformasse num sério problema social (e político), inundando os centros urbanos do Nordeste, posteriormente também de outras regiões do país, com uma onda constante de miseráveis, entre outras consequências graves. Cabendo dessa vez ao Estado apontar uma saída para esses refugiados da seca: “higienizar” as ruas e praças da urbe, segregando-os em cercamentos distantes da cidade *civilizada* (NEVES, 2007). Tão “civilizada” quanto a imagem que quiseram mostrar do Brasil ao mundo com os megaeventos, de acordo com palavras do ex-presidente da CBF ao assegurar a capacidade do país, sobretudo da iniciativa privada, em acolher a “Copa das Copas”. Lançado o desafio, os governantes tentaram resolver décadas de “não urbanização” nas cidades brasileiras removendo, a toque de caixa, tudo aquilo que estivesse no caminho das obras e do desenvolvimento, ou que pudesse *enfeiar* a paisagem turística da “nova potência” latino-americana.

Diante disso, coloca-se a discussão sobre as mutações que atingem não apenas Fortaleza, mas todas as cidades periféricas da América Latina e do restante do globo, e a relação dessas transformações com os interesses dos segmentos empresariais vinculados à construção civil e ao turismo. A partir do resgate das experiências aqui expostas e de uma abordagem sociológica dessa *história do presente*, questionou-se o projeto de cidade ancorado não apenas nas obras integrantes da Copa de 2014, mas em todo o conjunto que abarca uma “urbanização de espetáculo”, valorizando a dialética entre “lugar de consumo”/“consumo do lugar”, cujo resultado, para além do incremento paisagístico, é o aumento da segregação dos “condenados da cidade”.

Aos moradores que constituíram os “sujeitos” deste trabalho, a espera e a incerteza tornaram-se companhias constantes: “Então a gente considera que VLT é... o nome que a gente botou aqui é: ‘*Veículo Levando Teus sonhos*’, porque levou o sonho de todo mundo que morava aqui, era da comunidade e que foi retirada” (Morador I, comunidade Lauro Vieira Chaves). Mas, ainda assim, diante de tanta desesperança, essas pessoas, tal como *Pedro Pedreiro*, esperam “alguma coisa mais linda que o mundo, maior do que o mar”. Talvez, apenas ser “pobre e nada mais, sem ficar esperando, esperando, esperando...”

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. **Sobre a história do Ceará**. Revista do Instituto do Ceará, t. XIII, Fortaleza, 1899.

_____. **Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Fortaleza: Livraria Briguiet, 1960.

AGAMBEM, G. **Estado de Exceção**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2004.

ALBROW, M., "Globalization, knowledge and society", in Martin Albrow e Elizabeth King (eds.), **Globalization, knowledge and society**, Londres, Sage Publications, 1990. pp. 3-13.

ALMEIDA, A. A. **Segregação urbana na contemporaneidade: a caso da comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade Presbiteriana Mackenzie, São paulo, 2015.

ALOMÁ, P. R. "El centro histórico, del concepto a la acción integral". In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 31-50].

ALVAREZ, I. P. "A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano" In VASCONCELOS, P. DE A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp. 111-126].

_____. "A produção e reprodução e reprodução da cidade como negócio e segregação". In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio**. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 65-79].

AMORA, Z. B. "O espaço urbano cearense: breves considerações". In: AMORA, Z. B. (org.). **O Ceará: enfoques geográficos**. Fortaleza: FUNECE. 1999.

ANDRADE, X., “Guayaquil: renovación urbana y aniquilación del espacio público”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable**. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 147-167].

ARANTES, O. B. “Uma estratégia fatal”. In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2009. (pp. 11-74).

ARAÚJO, M. F. F. “**Daqui não saio, daqui ninguém me tira**”. **Direito à cidade e direito à moradia no contexto da Copa do Mundo de 2014 da FIFA em Fortaleza e o Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM)**. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução: Vera Ribeiro. 8ª reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

ARROYO, R.; ROMERO, A., “Lima Metropolitana y la globalización: plataforma de integración subordinada o espacio de autodeterminación em América Latina”. In MONTÚFAR, M. C. **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina**. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 99-119].

AZEVEDO, P. O., “El ‘centro partido’”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable**. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 189-207].

BARBOSA, A. E. M., “Investimentos públicos e privados e as transformações na zona leste de Fortaleza” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 233-250].

BARBOSA, C. G. **Segregação socioespacial urbana: a farsa do direito à moradia no contexto dos conjuntos habitacionais populares precários**. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

BARBOSA, I. C., “Entre a barbárie e a civilização: o lugar do sertão na literatura”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 56-75].

BARBOSA, J. L. “A geografia dos negócios do narcotráfico”. In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio**. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 247-266]

BARREIRA, I. A. F. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BARREIRA, M. S. C. “Intervenção Planejada e o Discurso da Participação”, *in* BARREIRA, I. A. F.; BRAGA, E. M. F. (Coords). **A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylo Comunicações, 1991.

BARRETO, L. **Contos completos**. Organizado por Lilia Moritz Schwarcz. - São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

BECK, U. “How not to become a museum piece” : **The British journal of sociology** [0007-1315] vol:56. 2005. pp:335-343.

BENSAID, D. **Marx, o intempestivo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1999.

BERNAL, C. **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R., “Decolonialidade e perspectiva negra”. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

BEZERRA, H. A. **Os âmbitos da responsabilidade civil do Estado em face dos danos sofridos por aqueles que habitam em áreas de risco**. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

BONDUKI, N., “Política de vivienda e inclusión social em Brasil: revisión histórica y nuevas perspectivas em el gobierno de Lula”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 95-136].

BOITO, A. “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil”. In CAETANO, G.; MAYA, M. L. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**, Ciudad de Buenos Aires-AR: CLACSO Libros, 2006. pp. 271-296.

BOMTEMPO, D., “A dinâmica demográfica da Região Metropolitana de Fortaleza no início do século XXI”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp.142-184].

BORN, L. N., “A política de mobilidade urbana e os planos diretores”. In SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/IFRJ, 2011. [pp. 155-171].

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

_____. “Compreender” In BOURDIEU, Pierre, **A Miséria do Mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007 pp. 693-713

_____. “Efeitos do Lugar” - In BOURDIEU, P. (Org.) **Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997, pp.159 a 166.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. **Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**”. Tradução de Guilherme João de Freitas. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRAGA, R. “Sob a sombra do precariado”. In MARICATO, E.; HARVEY, D.; DAVIS, M.; et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2013. [pp. 99-104].

BRAVO, M. J. P., “Construcción de la vida asociativa: estudio de caso de las políticas de vivienda social em la comuna de La Pintana”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo.

Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 174-193].

BRAVO, P. S. “Integración social em programas habitacionales y urbanos chilenos como aporte a la integración social nacional (1996-2006)”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina.** - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 259-291].

BRÍGIDO, João. **A Fortaleza em 1810.** Fortaleza: 1979.

BUROCCO, L., “África do Sul”. In PAULA, M.; BARTELT, D. D. (Orgs). **Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha.** – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014. [pp. 60-105].

CARDOSO, A. L.; SILVEIRA, M. C. B., “O plano diretor e a política de habitação”. In SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.** - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011. [pp. 99-125].

CARLOS, A. F. A. “A tragédia urbana”. In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio.** - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 43-63].

CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P., “Introdução”. In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio.** - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 7-12].

CARRIÓN M., F., “El centro histórico como objeto de deseo”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable.** 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 35-57].

CARRIÓN M., F.; HANLEY, L., “Renovación urbana y proyecto nacional”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable.** 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 13-29].

CASANOVA, P. G. “Colonialismo interno (uma redefinição)”. In BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**; Buenos Aires : Clacso Livros/Expressão Popular, 2006. (pp. 395-420)

CASTEL, R. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Tradução Francisco Morás, Petrópolis : Vozes, 2008.

_____. “As armadilhas da exclusão”. In BÓGUS, L. M. M.; YAZBEK, M. C.; WANDERLEY, M. B. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. - 4ª ed. rev. E ampliada. São Paulo: EDUC, 2013. [pp. 27-59].

_____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletí. - Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **Cidade, Democracia e Socialismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

CASTILHO, N. M. **“O DIREITO DE RESISTIR AO DIREITO”**: A experiência do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) na ocupação Raízes da Praia e os limites e possibilidades da afirmação constitucional do direito de resistência. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

CERVELLATI, P. L.; SCANNAVINI, R., “Bolonha: Por que o Centro Histórico? Política e metodologia”. In FORTI, R. (Org). **Marxismo e urbanismo capitalista**. - São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. [pp. 119-151].

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. - São Paulo : Xamã. 1996.

CICOUREL, A. “Teoria e método em pesquisa de campo”. In ZALUAR, A. **Desvendando Máscaras Sociais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A. 1990.

CORDEIRO, C., “O Ceará na segunda metade do século XIX”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 135-161].

CORONIL, F., “Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo”. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp. 50-62].

CORRÊA, R. L. “Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano” In VASCONCELOS, P. DE A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp 39-59].

_____. **O espaço urbano**. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

COSTA JUNIOR, P. W. O. **O estreito fio da navalha: participação e transformismo na relação do Movimento dos Conselhos populares (MCP) com a gestão de Luizianne Lins em Fortaleza (2005 a 2009)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFC). Fortaleza, CE. 2010.

COSTA, M. H. B., “As políticas urbanas e o exercício de uma nova esfera pública na gestão das cidades”. In MONTÚFAR, M. C. **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina**. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 161-179]

COSTA, M. C. L.; AMORA, Z. B., “Fortaleza na rede urbana brasileira: de cidade à metrópole”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp. 31-76].

COSTA, M. C. L.; ACCIOLY, V. M.; NOGUEIRA, C. M. L., “A copa de 2014 em Fortaleza: obras de mobilidade urbana e transformações na configuração espacial metropolitana”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 57-82].

COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P. [Orgs.] **Ler Gramsci, entender a realidade**, International Gramsci Society. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COUTINHO, E. C. **O direito à cidade: um exame sobre as consequências das obras da Copa do Mundo de 2014 na comunidade Trilha do Senhor**. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2015.

DAGNINO, E. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In Daniel Mato (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

DANTAS, E. W. C., “De resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp.111-141].

DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. “A formação histórica da metrópole e principais tendências de desenvolvimento”. In PEQUENO, L. R. B. [org]. **Como anda Fortaleza**. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p:1-39.

DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina, - São Paulo : Boitempo Editorial, 2006.

DELVAUD, A. C., “Mediación y concertación para salvar el centro urbano y el medio ambiente de Xochimilco: un patrimonio mundial em peligro em la periferia de México”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 51-72].

DE MATTOS, C. A., “Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano”. In MONTÚFAR, M. C. **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina**. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp.35-61].

DIAS, S. D. A. **Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza-Ceará: a experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia –CCT/UECE, Fortaleza, 2013.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOMINGUES, J. M. **A América Latina e a Modernidade Contemporânea**. Uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro – Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor Ltda, 2000.

ENGELS, F. **A questão da habitação**. São Paulo. Acadêmica, 1988.

_____. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**, s/l . Afrontamento. 1975.

ESCOBAR, A., “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp. 63-79].

ESPINOSA, J. F. E. “Introducción: Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 11-30].

FAJRE, S.M., “Patrimonio cultural e identidad urbana: una gestión compartida para el desarrollo económico”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable**. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 169-177].

_____, “Plan de manejo del caso histórico de la ciudad de Buenos Aires”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 73-93].

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Tradução de José Laurênio de Melo – Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Pele negra, máscaras brancas** ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: No limiar de uma nova era**. Volume 2. - São Paulo : Globo Livros, 2008.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** 2ª ed. - Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1976.

_____. **O protesto negro.** (Coleção polêmicas do nosso tempo ; v. 33) — São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1989.

FERNANDES, A. N. C. “A gestão do ‘popular’ na experiência de poder municipal”, *in* BARREIRA, I. A. F.; BRAGA, E. M. F. (Coords). **A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylo Comunicações, 1991.

FERNANDES, A. N. C.; DIÓGENES, G. M.; LIMA, M. C. N. “Movimentos Sociais Urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social” *in* BARREIRA, I. A. F.; BRAGA, E. M. F. (Coords). **A Política da Escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylo Comunicações, 1991.

FERREIRA, J. S. W., “Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um ‘urbanismo às avessas’”. *In* OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Orgs). **Hegemonia às avessas : economia, política e cultura na era da servidão financeira.** - São Paulo : Boitempo, 2010. [pp. 185-213].

FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da História Oral.** 7ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FIGUEIREDO, C. V. S. “Estudos Subalternos, uma introdução”. **Raído**, Dourados, MS, v. 4, n. 7, p. 83-92, jan./jun. 2010. [pp. 83-92]

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** São Paulo : Artmed, 2009.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. “A incorporação subalterna do capitalismo brasileiro”. **PCB**. 2011 [On line]. Disponível em:
<http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2450:a-incorporacao-subalterna-brasileira-ao-capital?> Acesso em: 23/04/2014.

FRANK, André G.; FUENTES, M. “Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais”, In: **Lua Nova** 17, 1989.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. – 4a ed. – Campinas, SP. Papirus Editora, 2012.

FREITAS, C. S., “Copa do mundo de 2014 em Fortaleza: segregação socioespacial e acentuação da informalidade urbana” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp.193-214].

FREITAS, F. L.; COSTA, M. C. L., “Desigualdade socioeconômica e espacialização dos homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015b [pp.332-356].

FROTA, H. B., “Copa do mundo de 2014 e seu impacto na ordem jurídica: alterações legislativas para viabilizar o megaevento” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 145-162].

FUNES, E. A., “Negros no Ceará”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 103=133].

GALASTRI, L. **Classes sociais e grupos subalternos: uma crítica aos Subaltern studies** 38º Encontro Anual da Anpocs . ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Caxambu, 2014. Disponível em:
http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9018&Itemid=456. Acesso em 13 de abril de 2015.

GARCIA, A. S. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade D’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

GASPAR, R. C., “Estado, instituciones y desarrollo urbano”. In MONTÚFAR, M. C. **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina**. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 63-79].

GIRÃO, Raimundo, Interpretação de Fortaleza. In: MIRANDA, Ubatuba de; GIRÃO, Raimundo (org.). **Retrato de Fortaleza**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1954.

GÓIS, R. A. D. **A metrópole e os mega-eventos. Implicações socioespaciais da Copa do Mundo de 2014 em Fortaleza**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.

_____, “Passe valorizado: o mercado imobiliário nos bairros próximos à arena Castelão” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp.163-192].

GOHN, M. G. M. **História dos Movimentos e Lutas Sociais**. 3ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2003.

_____. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GONDIM, L. M. P. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O Acquario e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. GT20: Sociedade civil : protestos e movimentos sociais. **XXIX Congresso ALAS 2013** (Anais) – Santiago/Chile, 2013.

_____. “Os ‘governos das mudanças’ (1987 – 1994)”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p: 409-423.

_____. “Os movimentos sociais urbanos: organização e democracia interna”. **Revista Sociedade e Estado. O Estado em questão: teoria e prática**.

Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Vol. VI (2) – jul./dez. Brasília: Ed. UNB, 1991.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2010.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Slak. 2ª ed. São Paulo : Annablume, 2006.

_____. **Condição pós-moderna**. 22ª ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edicoes Loyola, 2012.

_____. **O enigma do capital : e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski – São Paulo : Boitempo, 2011.

_____. **O Novo Imperialismo**. São Paulo : Edicoes Loyola, 2004.

IACOVINI, V., “Mobilidade urbana, transportes e VLT Parangaba/mucuripe: histórico, conceitos, conflitos e impactos sócio-espaciais” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 251-296].

_____. **Plano sem Projeto (PDP-For) e Projeto sem plano (VLT Parangaba/Mucuripe): descaminhos da política urbana em Fortaleza, CE**. Monografia (graduação). Bacharelado em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

JACOBI, P. “Movimentos Sociais: Teoria e Prática em Questão”, in: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, P. (orgs) (1987). **Uma Revolução no Quotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

JACOBI, P.; NUNES, E. “Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia”. In MOISÉS, J. A. [*et al.*]. **Cidade, povo e poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Coleção CEDEC v. 5. Paz e Terra, 1985.

JUCÁ, G. N. M., “Fortaleza: cultura e lazer (1945 – 1960)”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 192-236].

JUSTA, M. M. **As violações ao direito fundamental à moradia adequada em assentamentos de baixa renda da cidade de Fortaleza no contexto da Copa do Mundo de 2014**. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

KAYA, I. Modernity, openness, interpretation: a perspective on multiple modernities. **Social Science Information**, v. 1, n. 43, 2004. pp. 35-57.

KATZ, C. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. Tradução Maria Almeida. 1ª ed. - São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016.

KATZMAN, R., “A dimensão espacial nas políticas de superação da pobreza urbana”. In RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs), **As metrópoles e a questão social brasileira**. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 301-337].

KHONDKER, H. H. “Glocalization as Globalization: Evolution of a Sociological Concept”. **Bangladesh e-Journal of Sociology**. Vol. 1. Nº 2. 2004. pp. 1-9.

KINGMAN, E.; GOETSCHER, A. M., “El patrimonio como dispositivo disciplinario y la banalización de la memoria: una lectura desde los Andes”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable**. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 97-109].

KOWARICK, L. [org]. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LANDER, E., “Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos”. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp. 8-23].

LAPLANTINE, François. **A Descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5a ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo : Centauro Editora, 2008.

LEMENHE, M. A. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LIMA, Ernandy Luis Vasconcelos de. **Das areias da praia às areias da moradia: um embate socioambiental em Fortaleza-CE**. Fortaleza: UFC, 2005. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Fortaleza, 2005.

LOBO, N. C. “El hábitat residencial sustentable como punto de partida para la construcción de la ciudad”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp.217-231].

LOJKINE, J. **O Estado e a Questão Urbana**, São Paulo, Martins Fontes, 1980.

LORENZO, P. G., “Reflexiones sobre el derecho a la vivienda em el Ecuador. Una revisión desde la realidad urbana y el derecho a la ciudad”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 137-153].

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**; tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, L. M. V. **Atores Sociais: movimentos urbanos, continuidade e gênero**. São Paulo: ed. Anna Blume, 1995.

MANTEGA, G. **A Economia Política Brasileira**. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1984.

MARICATO, E. “A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana”. In Fernandes, L.; Jennings, A.; Rolnik, R. **Brasil em jogo : o que fica da Copa e das Olimpíadas?** – São Paulo : Carta Maior : Boitempo Editorial, 2014.

_____. “As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil”. In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do**

pensamento único: desmanchando consensos. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2009. (p.121-192)

_____. “É a questão urbana, estúpido!”. In MARICATO, E.; HARVEY, D.; DAVIS, M.; et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo : Boitempo Editorial, 2013. [pp. 25-34].

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** 2ª ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 2012.

_____. “Globalização e política urbana na periferia do capitalismo”. In RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs), **As metrópoles e a questão social brasileira.** - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 51-75].

MARICATO, E.; SANTOS JUNIOR, O. A., “Construindo a política urbana: participação democrática e o direito à cidade”. In RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs), **As metrópoles e a questão social brasileira.** - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 165-195].

MARINHO, G.; CAMPAGNANI, M.; COSENTINO, R., “Brasil”. In PAULA, M.; BARTELT, D. D. (Orgs). **Copa para quem e para quê? Um olhar sobre os legados dos mundiais de futebol no Brasil, África do Sul e Alemanha.** – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014. [pp. 13-60].

MEDEIROS, F. D. **Alto da Paz: Estudo de caso sobre direito à moradia e remoções forçadas.** Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

MENA, D. C., “Quito: los desafios em los nuevos tiempos”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable.** 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 179-187].

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste.** Fortaleza: UFC, 1995.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber:**

eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. (pp. 33-49).

MONAL, I. “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos”. In COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A.P. **Ler Gramsci, entender a realidade.** – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. [pp.189-199].

MONTÚFAR, M. C., “El sentido de lo urbano em América Latina”. In MONTÚFAR, M. C. **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina.** - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 11-33].

MORAIS, L. C. **Ferrovias e Cidade, Progresso e Modernidade: A Estação Central da Estrada de Ferro de Baturité em Fortaleza– 1873-1917.** Dissertação (mestrado) – Pós-graduação em História e Culturas do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

MOREIRA, V. M. L. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural” In FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. [Org]. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORENO, A., “Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidades no âmbito social”. In: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. [pp.88-94].

MOURIAUX, R.; BEROUD, S. “Para uma definição do conceito de movimento social”. in LEHER, R.; SETÚBAL, M. [org]. **Pensamento crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 2005.

MURILLO, G., “La relación entre estabilidad estatal y la regeneración urbana: el contraste entre la gestión presidencial y la gestión municipal de las grandes ciudades latinoamericanas”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable.** 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 59-76].

NATAL, J. L. A. “Mudanças recentes do capitalismo mundial e brasileiro: alguns desdobramentos espaciais”. In NATAL, J. L. A. [Org]. **Território e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ**. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp. 69-88].

NERI, M. **Miséria e a nova classe média na década da igualdade**. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2008.

NETO, Clovis Ramiro Jucá. “**Desenhando o Ceará**” (PDF). Universidade de São Paulo. 2010.

NEVES, F. C. “A seca na história do Ceará”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 76-102].

NUNES, B. F.; SILVA, I. M., “Direito à moradia e questão habitacional no Brasil: o caso da cidade Estrutural”. In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 155-173].

NUNES, Brasilmar Ferreira; VELOSO, Leticia. GUETOS E FAVELAS: Recorrência do “déficit” de territórios nas metrópoles contemporâneas. In: ANPOCS. 34º Encontro Anual da Anpocs, 2010. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1335&Itemid=350 Acesso em: 14/08/2013.

OLIVEIRA, A. F. **A efetividade dos direitos fundamentais à habitação, meio ambiente urbano e participação popular e as obras urbanas de suporte aos megaeventos esportivos**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2014.

OLIVEIRA, E. G. **A Copa do Mundo FIFA 2014 e o direito à moradia adequada: um estudo das remoções forçadas na execução do projeto do VLT Parangaba-Mucuripe em Fortaleza-CE**. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista ; O ornitorrinco**, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

“momento Lênin”, **Revista Novos Estudos-CEBRAP**, Julho 2006.
Disponível em: http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/o_momento_lenin.pdf

OLIVEIRA, F. L. “Os novos planos diretores municipais brasileiros: uma avaliação preliminar”. In NATAL, J. L. A. [Org]. **Território e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ**. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp 655-675].

OLIVEIRA, F. L.; BIASOTTO, R., “O acesso à terra urbanizada nos planos diretores brasileiros”. In SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/IFRJ, 2011. [pp. 57-97].

ORIÁ, R., “Fortaleza: os lugares de memória”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 237-257].

PARENTE, J. “O Ceará dos ‘coronéis’ (1945 a 1986)”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p: 381-408.

PASSERON, J. C. **O Raciocínio Sociológico**. Petrópolis : VOZES, 1996.

PASTERNAK, S., “Análise comparativa da questão da habitação nas metrópoles”. In RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs), **As metrópoles e a questão social brasileira**. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 233-236].

PEQUENO, R., “Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015b [pp.238-282].

“Mudanças na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp.187-237].

PEQUENO, R., “Projetos e obras da Copa 2014 diante da política urbana de Fortaleza”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 17-56].

PEQUENO, L. R. B.; ARAGÃO, T. “Dimensão habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza”. In PEQUENO, L. R. B. [org]. **Como anda Fortaleza**. – Rio de Janeiro: LetraCapital: Observatório das Metrôpoles, 2009. p: 69-96.

PEREIRA, A. Q.; ARAÚJO, E. F.; SILVEIRA, B. R., “Cidade, turismo e Copa 2014: da infraestrutura aos eventos em Fortaleza-CE” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 83-103].

PEREIRA, A. Q.; COSTA, M. C. L., “Desigualdade, vulnerabilidade social e organização espacial na Região Metropolitana de Fortaleza”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015b [pp.306-331].

PEREIRA, M. F. R.; DANTAS, E. W. C. Dinâmica do crescimento populacional. In: PEQUENO, Luiz Renato Bezerra. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles. 2009. (pp. 41-53).

PEREIRA JÚNIOR, E., “Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza – um olhar orientado pelo processo de industrialização”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R., [Orgs]. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. [pp. 77-110].

PINHEIRO, F. J., “Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. [pp. 17-55].

PINHEIRO, V. **A luta coletiva pelo direito à cidade no contexto dos megaeventos em Fortaleza-Ceará**. Dissertação (Mestrado) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

_____. “A cidade em movimento: arranjos institucionais, arenas decisórias e resistências urbanas em função do projeto copa em Fortaleza” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 105-143].

PONTE, Sebastião Rogério. “A Belle Époque em Fortaleza : remodelação e controle” In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. (p. 162-191)

POUPART, J. “A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Rj: Vozes, 2008.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. “Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system” in **International Social Science Journal** (Paris: UNESCO) Nº 134, novembro 1992. (pp 549-557).

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. - São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, L. C. Q. “Cidade, nação e mercado: gênese e evolução urbana no Brasil”. In NATAL, J. L. A. [Org]. **Território e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ**. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp 41-68].

_____, “Metrópoles, Reforma Urbana e desenvolvimento nacional”. In RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JUNIOR, O. A. (Orgs), **As metrópoles e a questão social brasileira**. - Rio de Janeiro : Revan, Fase, 2007. [pp. 21-50].

RISÉRIO, Antonio. **A Cidade no Brasil**. – São Paulo: Editora 34, 2012.

RITZER, G. **The McDonaldization of Society**, Thousand Oaks, California: Pine Forge. 2000.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M., “Política habitacional e políticas sociais: urgências, direitos e negócios”. In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio**. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 165-184].

ROBERTSON, R. **Globalização: teoria social e cultura global**. Petrópolis, RJ : Vozes.1999.

_____. “Glocalización: tiempo-espacio y homogeneidad heterogeneidad”. **Cansancio del Leviatán : problemas políticos de la mundialización/** coord. por Juan Carlos Modedero,, ISBN 84-8164-625-3, 2003. págs. 261-284.

RODRIGUES, E., “Gestão democrática das cidades e a participação dos movimentos sociais urbanos no Brasil”. In MONTÚFAR, M. C. **Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina**. - 1ª ed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2008. [pp. 181-201].

RODRÍGUEZ, A.; SUGRANYES, A., “El problema de vivienda de los com techo”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable**. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 77-95].

ROIO, M. D. “A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesia em processo” In ROIO, M. D.; QUARTIM, J. [Orgs]. **História do Marxismo no Brasil – vol. IV – Visões do Brasil**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2000.

_____. “Gramsci e a emancipação do Subalterno”. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007. [pp. 63-78].

ROLNIK, R. “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações”. In MARICATO, E.; HARVEY, D.; DAVIS, M.; et al. **Cidades rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2013. [pp. 9-16].

_____. “Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda”. In Fernandes, L.; Jennings, A.; Rolnik, R. **Brasil em jogo : o que fica da Copa e das Olimpíadas?** – São Paulo : Carta Maior : Boitempo Editorial, 2014.

_____. “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro)”. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, nº 17, 1989. Disponível em: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territc3b3rios-negros.pdf>>. Acesso em 18 de março de 2013.

ROMEIRO, P. S.; FROTA, H. B. (Orgs). **Megaprojetos de impacto urbano e ambiental: violação de direitos, resistência e possibilidades de defesa das comunidades impactadas**. Colaboração de Nelson Saule Junior e Stacy Natalie Torres da Silva – São Paulo: IBDU, 2015.

RUFINO, M. B. C. **Incorporação da MetrÓpole: centralização do capital no imobiliário e nova produção de espaço em Fortaleza**. Tese (Doutorado) – FAUUSP – São Paulo, 2012.

SANFELICI, D. “As escalas de acumulação na produção das cidades”. In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio**. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 121-144].

SANTOS JUNIOR, O. A. “Políticas públicas, arenas e atores sócias: o fórum nacional de reforma urbana e a agenda pelo direito à cidade”. In NATAL, J. L. A. [Org]. **TerritÓrio e Planejamento: 40 anos de IPPUR/UFRJ**. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: IPPUR, 2011. [pp. 279-302].

SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T., “Síntese, desafios e recomendações”. In SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON, D. T. (Orgs.). **Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas**. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/IFRJ, 2011. [pp. 27-55].

SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C., “Apresentação”. In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp. 9-15].

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed. 2010.

SENNETT, R. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro : Editora Record, 2006.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. - São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

SILVA, J. B. “A cidade contemporânea no Ceará”. In SOUZA, S.; GONÇALVES, A [Orgs.]. **Uma nova história do Ceará**, 4ª Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p: 215-236.

_____. “A região metropolitana de Fortaleza”. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2005.

_____. **Os incomodados não se retiram**, Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

_____. “A região metropolitana de Fortaleza”. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia; DANTAS, Eustógio (orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2005

SILVA, J. B.; SILVA, E. S. ; SANTOS, M. C., “Comércio informal no jogo formal: a dinâmica do comércio nos circuitos da economia urbana na Copa do Mundo 2014, em Fortaleza/CE” In COSTA, M. C. L.; PEQUENO, R.; PINHEIRO, V. (Orgs). **Fortaleza : os impactos da copa do mundo 2014**.- Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. [pp.215-232].

SINGER, André. piauí_49 [tribuna livre da luta de classes] **O lulismo e seu futuro**. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-lulismo-e-seu-futuro/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

SOARES, L. S. “O fio de Ariadne e o desatar dos nós do turismo urbano”. In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio**. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 227-246].

SOUZA, L. B. A. **O Licenciamento ambiental à luz da Justiça Ambiental e o caso do Veículo Leve Sobre Trilhos**. Monografia (graduação). Bacharelado em Direito. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

SOUZA, M. L. “Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade ‘empresarialista’”. In VASCONCELOS, P. DE A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp. 127-146].

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. 7ª ed. - Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013b.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** ; Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010.

SPOSITO, M. E. B. “Segregação socioespacial e centralidade urbana”. In VASCONCELOS, P. DE A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp. 61-93].

STUDART, Guilherme, Barão de. **Datas e factos para a história do Ceará**. Edição facsim. –edição de 1896. Fundação Waldemar Alcântara. 2001.

SUBIRÓS, J., “Estrategias culturales y renovación urbana: la experiencia de Barcelona”. In CARRIÓN M., F.; HANLEY, L. **Regeneración y revitalización urbana en las Américas: hacia un estado estable**. 1ª ed. - Quito : Flacso-Sede Ecuador, 2005. [pp. 111-145].

TOLEDO, C. N. **ISEB, fábrica de ideologias**. São Paulo, Ática, 1977.

VAINER, C. “Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?” In Fernandes, L.; Jennings, A.; Rolnik, R. **Brasil em jogo : o que fica da Copa e das Olimpíadas?** – São Paulo : Carta Maior : Boitempo Editorial, 2014.

_____. “Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano”. In ARANTES, O. B. F.; VAINER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5a ed. Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2000. (p. 75-103).

VALENCIA, D. E. A., “Medios de vida urbanos y vivienda em Ecuador”, In ESPINOSA, Jaime Fabián Erazo. **Inter/secciones urbanas: origen y contexto en América Latina**. - 1ªed. - Quito: Flacso-Sede Ecuador, 2009. [pp. 195-215].

VASCONCELOS, P. DE A.; “Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades.” In VASCONCELOS, P. DE A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. – São Paulo : Editora Contexto, 2013. [pp 17-37].

VASCONCELOS, P. DE A.; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. – São Paulo : Editora Contexto, 2013.

VIANA, L. A. “Copa do Mundo FIFA 2014 e os impactos na vida da população de baixa renda em Fortaleza-CE”. **Revista de Direito da Cidade**, vol.07, nº 02. 2015. ISSN 2317-7721 pp.345-373.

_____. **Da conquista à resistência: Copa do Mundo, Moradia, Remoções e Movimentos Sociais em Fortaleza-CE**. Dissertação (mestrado) – FAUUSP – São Paulo, 2015.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. A. A.; LINS, S. C.; SANTOS, M. P. C.; SANTOS, M. C. **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Cedesp, 1999, p. 221-236.

VILLAÇA, F. M. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM, Edusp, 1999, p. 169-244.

VOLOCHKO, D. “A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano”. In CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I. P. [Orgs]. **A cidade como negócio**. - São Paulo : Contexto, 2015. [pp. 97-120].

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. [s.l.]: Freitas Bastos Editora, 2001.

_____. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. 2ª ed. Tradução de, João Roberto Martins Filho et al. - Rio de Janeiro : Revan; FASE, 2005.

WALLERSTEIN, I. “Robinson’s critical appraisal appraised” **International Sociology** nº 27: 2012. [pp.524-528].

_____. “The Actor and World-Systems Analysis: Comments on Blau and Wiewiorka” : **Contemporary sociology** [0094-3061] vol:34 iss:1. 2005.

_____. “Paz, estabilidad y legitimidad, 1990-2025/2050”. Traducción de Ricardo Yocelovsky. **Argumentos. Estudios críticos de la sociedad**, UAM-Xochimilco, México, núm. 22, abril de 1995.

WOOD, E. M. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

ZIBECHI, R. **Autonomias y Emancipaciones: America Latina en Movimiento**. - Ciudad de México – Bajo Tierra Ediciones, 2011.

_____. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. Rio de Janeiro : CONSEQUÊNCIA, 2012.

Outras fontes

ANEL Viário: *Governo do Estado e DNIT planejam retomada da obra. Governo do Estado do Ceará*. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/18180-anel-viario-governo-do-estado-e-dnit-planejam-retomada-da-obra>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

APÓS licitação, empresa desiste de obras do VLT – Cidade – Diário do Nordeste.04.01.2015. Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/apos-licitacao-empresa-desiste-de-obras-do-vlt-1.1188904>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

ARTICULAÇÃO DOS COMITÊS POPULARES DA COPA E OLIMPIADAS – ANCOP. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil (2014)**, Fundação Heinrich Böll/Fundo Brasil de Direitos Humanos 2014. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/s/59kh0lfsjwduai/ANCOP_Dossie2014_WEB.pdf?dl=0>. Acesso em: 16 abr. 2015.

BANCO DO NORDESTE. **Prodetur** – Apresentação. Disponível em:

<<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp>>. Acesso em: 3/8/2010.

BNDES. *BANCO Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. BNDES e governo do Ceará assinam contrato de financiamento para reforma do Castelão* -. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Noticias/2010/esportes/20101213_castelao.html>. Acesso em: 17 set. 2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *“Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Arenas”* -. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopaarenas.html>. Acesso em: 17 set. 2012.

Programa BNDES de Turismo para a Copa do Mundo de 2014 - BNDES ProCopa Turismo -. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/ProCopaTurismo/>. Acesso em: 17 set. 2012.

BBC Brasil – Notícias - *“Efeito UPP” faz aluguel aumentar mais em favelas do que no restante do Rio* – 16/11/2011 – BBC Brasil. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/11/111116_favelas_aluguel_rp.shtml>. Acesso em: 31 jul. 2017.

BRASIL. - *No Rio, Gilberto Carvalho faz coletiva sobre democracia e grandes eventos* — Secretaria-Geral, 10.07.2014. Disponível em:

<<http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/julho/gilberto-carvalho-faz-coletiva-sobre-democracia-e-grandes-eventos>>. Acesso em: 16 abr. 2015

BRASIL. “*Desapropriações e deslocamentos involuntários* na copa fifa 2014*”. Secretaria Geral da Presidência da República. 10/07/2014. [documento online] Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/noticias/2014/julho/gilberto-carvalho-faz-coletiva-sobre-democracia-e-grandes-eventos/copa_2014_desapropriacoes-final-1.pdf>. Acesso em 14/04/2015.

BRUNO, Elias. *População reage à visita do governador Cid Gomes em Fortaleza*. Ceará. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/08/cid-gomes-negocia-desapropriacao-de-moradores-em-fortaleza.html>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

CANÔNICO, Leandro. *Teixeira conclama governo a colaborar com organização da Copa – 30/10/2007-UOL Esporte – Futebol*. UOL Esporte. Disponível em: <<https://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas/2007/10/30/ult59u135237.jhtm>>. Acesso em: 31jul.2017.

CAVALCANTE, R. *Primeira reunião do CapCopa acontece nesta quinta-feira (18) - Notícias*. TRIBUNA DO CEARÁ. 17/08/2011. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/primeira-reuniao-do-capcopa-acontece-nesta-quinta-feira/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

CEARÁ. *5.536 famílias são beneficiadas com construção do Cidade Jardim*. Governo do Estado do Ceará. 10/12/2012. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/7171-5536-familias-sao-beneficiadas-com-construcao-do-cidade-jardim->>. Acesso em: 2 ago. 2017.

CEARÁ *aposta em aquário para virar 2o destino turístico do Nordeste*. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/ceara+aposta+em+aquario+para+virar+2+destino+turistico+do+nordeste/n1597001407470.html>>. Acesso em: 15 set. 2012.

CEARÁ. *Edital de Concorrência Pública Nº 20110009/SEINFRA/CCC*. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/copa2014/gestor/download?idAnexo=40577>>. Acesso em 2 ago. 2017.

CEARÁ – *Defensores Públicos defendem 5.000 famílias do VLT e da especulação imobiliária*. Disponível em <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/ceara-defensores->

[publicos-defendem-5-000-familias-do-vlt-e-da-especulacao-imobiliaria/](#)>. Acesso em 2 ago. 2017.

CEARÁ, Governo do. Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental – Projeto do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT – Fortaleza/CE. Tomos A, B e C. Superintendência Estadual do Meio Ambiente: Fortaleza, 2011.

_____. Estudo de viabilidade do Projeto de enlace ferroviário Fortaleza Mucuripe, Estado do Ceará, Brasil ANEXO DEMANDA. Fortaleza, 2011. 43 p.

_____. do. Lei Estadual No 15.056 de 06 de dezembro de 2011. Diário Oficial (do Governo do Ceará), Fortaleza, CE, Série 3, ano III, No 235, 12 de dezembro de 2011. p. 5. Disponível em: <<http://goo.gl/DZjhvf>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

_____. do. Lei Estadual No 15.194 de 19 de julho de 2012. Diário Oficial (do Governo do Ceará), Fortaleza, CE, Série 3, ano IV, No 140, 24 de julho de 2012. p. 2-3. Disponível em: <<http://goo.gl/85iV6k>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

_____. SEINFRA/METROFOR. Governo adapta projeto de linha Parangaba-Mucuripe para diminuir impactos, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/FHtL3R>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

_____. PROJETO RAMAL PARANGABA-MUCURIBE – VLT. Um grande passo para melhorar a mobilidade urbana. Fortaleza: 2013. 48 p. Disponível em: <<http://goo.gl/oXKKJb>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

COMITÊ POPULAR DA COPA. **Copa do Mundo em Fortaleza – quem ganha com esse jogo?** (Cartilha), 2011. Disponível em: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/07/cartilha-sobre-a-copa-fortaleza.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2012.

COPA pode provocar despejo de 250 mil pessoas, afirmam ONGs - **BBC Brasil – Notícias**. 14/06/2013. Disponível em:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/06/130614_futebol_despejos_cm_bg.shtml>. Acesso em: 18 mar. 2014.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Estudo Sociológico, Vínculos sociais de comunidades passíveis de remoção pelo Projeto do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Fortaleza, 2013.

DIÁRIO DO NORDESTE: “Plano Diretor lançado sem novidades”. Paola Vasconcelos, seção Cidade:14/03/2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=622393>>. Acesso em: 2/8/2010.

DINIZ, Késya. Procuradora da República: Visita de Cid Gomes à comunidade foi “constrangimento absurdo”. Disponível em: <<http://www.politicacomk.com.br/visita-de-cid-gomes-a-comunidade-foi-constrangimento-absurdo-diz-procuradora-da-republica/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

FOLHA Online - Brasil - Construtoras bancaram campanha de Luizianne em Fortaleza - 30/11/2008. . Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u473392.shtml>>. Acesso em: 28/7/2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Nota técnica 1 - Déficit habitacional no brasil 2011-2012: resultados preliminares. Julho de 2014. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>>. Acesso em 15 de abril de 2015.

FURTADO, Ane. Batido o martelo: estaleiro não vai ficar em Fortaleza – Negócios – Diário do Nordeste. 18.06.2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/batido-o-martelo-estaleiro-nao-vai-ficar-em-fortaleza-1.282136>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

GARÇONI, Ines. Vidigal atrai moradores ilustres e ganha status de favela chique – 18/06/2013 – Jornal O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/vidigal-atrai-moradores-ilustres-ganha-status-de-favela-chique-8412639#ixzz2qacydxfd>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

GOMBATA, Marsílea. Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs – 07/08/2014 — CartaCapital Internacional. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/internacional/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604.html>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

GOVERNO do Estado não tem previsão para retomar obras do VLT | O POVO. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/30/noticiasjornalcotidiano,3385109/governo-do-estado-nao-tem-previsao-para-retomar-obras-do-vlt.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

GRUDGINGS, Stuart. ONGs criticam coronel que chamou polícia de “inseticida social”. Redação Reuters. Disponível em:

<<http://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRB29927520080416>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

MARTINS, Helena. Atingidos por grandes eventos iniciam encontro em Belo Horizonte. Agência Brasil – Últimas notícias do Brasil e do mundo. Disponível em:

<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/atingidos-por-grandes-eventos-iniciam-encontro-em-belo-horizonte>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

METROFOR. Metrô de Fortaleza e Seinfra lançam cartilha explicativa sobre VLT Parangaba-Mucuripe.03/04/2013. Disponível em:

<<http://www.metrofor.ce.gov.br/index.php/noticias/43922-metro-de-fortaleza-e-seinfra-lancam-cartilha-explicativa-sobre-vlt-parangaba-mucuripe>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, BRICS. **Programme**. Disponível em: <<http://brics.itamaraty.gov.br/programme>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-. MPF/CE aponta irregularidades na execução da obra do VLT para Copa do Mundo 2014. MPF. Disponível em:

<<http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-ce-acao-aponta-irregularidades-na-execucao-da-obra-do-vlt-para-a-copa-do-mundo-2014>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-. MPF/CE promove reunião com responsáveis pelo VLT e as comunidades atingidas. MPF. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-ce-promove-reuniao-com-responsaveis-pelo-vlt-e-as-comunidades-atingidas>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -. MPF/CE recomenda à Seinfra cobrança de recursos federais relacionados à obra de VLT. MPF. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-recomenda-a-seinfra-cobranca-de-recursos-federais-relacionados-a-obra-de-vlt>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL -. MPF/CE quer suspensão de repasses para obras do VLT de Fortaleza até apresentação de Plano de Reassentamento. MPF. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/ce/sala-de-imprensa/noticias-ce/mpf-ce-quer-suspensao-de-repasses-para-obras-do-vlt-de-fortaleza-ate-apresentacao-de-plano-de-reassentamento>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

NIGÉRIA FILMES. Areia Loteada. (vídeo curta-metragem).. 2014. Disponível em: <<http://www.nigeriafilmes.com/project/areia-loteada/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

OBRAS do VLT serão completamente retomadas ainda este mês, diz Seinfra. O POVO Online. Disponível em: <<http://opovo.com.br/app/fortaleza/2016/03/02/noticiafortaleza,3582604/obras-do-vlt-serao-completamente-retomadas-ainda-este-mes-diz-seinfra.shtml>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

OBRAS do VLT serão retomadas com um novo plano de ações. Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/12375-obras-do-vlt-serao-retomadas-com-um-novo-plano-de-acoas>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

O POVO Online – Tasso critica Governo Cid e ironiza PAC de Lula. 26/06/2006. Disponível em: <http://opovo.uol.com.br/app/politica/2010/06/26/int_politica,2014440/tasso-critica-governo-cid-e-ironiza-pac-de-lula.shtml>. Acesso em: 2/8/2010.

O POVO Online | Copa 2014 » Entrevista. Disponível em: <<http://opovo.uol.com.br/hotsite/copa2014/entrevista.html>>. Acesso em: 2/8/2010.

O POVO Online: “Entidades querem Plano Diretor votado em 2008”. Ítalo Coriolano, seção Política: 24/10/2008. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/politica/830699.html>

O POVO Online: “Salmito promete investigação sobre mudanças no Plano Diretor”. Ítalo Coriolano, seção Política: 17/03/2009. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/politica/863247.html>

ONUHABITAT, **Estados de las ciudades de América Latina e el Caribe 2012.**

Disponível em: <http://www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=362&Itemid=18>. Acesso em: 17 set. 2012.

PREFEITURA DE FORTALEZA - Obras do Cuca I têm início segunda-feira, 15/05/2008.

Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=8096>. Acesso em: 2/8/2010.

PREFEITURA DE FORTALEZA - OP Fortaleza recebe prêmio internacional. 24/11/2006.

Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3093&Itemid=12>. Acesso em: 2/8/2010.

PREFEITURA DE FORTALEZA: “Tem início Congresso do Plano Diretor”, 29/01/2007.

Disponível em: http://www.fortaleza.ce.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2702&Itemid=239

PREFEITURA DE FORTALEZA. OP em números. , 31/07/2008. Disponível em:

<http://www.fortaleza.ce.gov.br/op/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=63>. Acesso em: 23/3/2010.

REDE ANOTE. **Veículo pesado para as comunidades dos trilhos.** (vídeo). - Fortaleza: s.n., 28/11/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XKjPxGgmtBE>>. Acesso em; 2 ago. 2017.

RIBEIRO, GERMANO. Apenas 40% das desapropriações de imóveis para o VLT foram concluídas. Diário do Nordeste. Disponível em:

<<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/apenas-40-das-desapropriacoes-de-imoveis-para-o-vlt-foram-concluidas-1.802541>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SEMACE. Coema libera licença prévia do VLT de Parangaba ao Mucuripe |. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/2011/09/coema-libera-licenca-previa-do-vlt-de-parangaba-ao-mucuripe/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SENA, Lena. G1 - Operação do VLT no CE começa em dezembro em caráter experimental - notícias em Ceará. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/03/operacao-do-vlt-no-ce-comeca-em-dezembro-em-carater-experimental.html>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

SOARES, Nicolau. Encontro organiza luta contra remoções da Copa 2014 em Fortaleza. Rede Brasil Atual. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/desafiosurbanos/2012/02/encontro-organiza-luta-contraremocoes-da-copa-2014-em-fortaleza>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

VEÍCULO Leve sobre Trilhos: defasagem nos valores de indenizações por desapropriações e aluguel social – Mandato É tempo de resistência – Deputado Estadual Renato Roseno. Disponível em: <<http://www.renatoroseno.com.br/noticias/veiculo-leve-sobre-trilhos-defasagem-nos-valores-de-indenizacoes-por-desapropriacoes-e-aluguel-social>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

VLT: Nova licitação para retomada das obras acontece amanhã. 9/12/2014. Disponível em: <<http://www.metrofor.ce.gov.br/index.php/noticias/43988-vlt-nova-licitacao-para-retomada-das-obras-acontece-amanha>>. Acesso em: 26 jul. 2017.